ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 196 Brasília - DF, sexta-feira, 14 de outubro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 7
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 10
Ministério das Comunicações 44
Ministério da Defesa 57
Ministério do Desenvolvimento Regional 58
Ministério da Economia 63
Ministério da Educação 89
Ministério da Infraestrutura 97
Ministério da Justiça e Segurança Pública 106
Ministério do Meio Ambiente 119
Ministério de Minas e Energia 125
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 134
Ministério da Saúde 135
Ministério do Trabalho e Previdência 137
Ministério do Turismo 139
Banco Central do Brasil 142
Controladoria-Geral da União 143
Ministério Público da União 155
Tribunal de Contas da União 156
Poder Judiciário 185
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 187

Esta edição é composta de 204 páginas

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 125, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 23 de abril de 2012, com a correção de redação do Artigo VII, parágrafo primeiro, alínea "b", do texto anterior do Acordo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 100, de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 23 de abril de 2012, com a correção de redação do Artigo VII, parágrafo primeiro, alínea "b", do texto anterior do Acordo, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 100, de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares ou subsidiários que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogado expressamente o Decreto Legislativo nº 100, de 2017.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 126, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, assinado em Jacarta, em 11 de maio de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia, assinado em Jacarta, em 11 de maio de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, inclusive aqueles previstos nos Artigos VII e VIII do texto acordado que se referirem à propriedade intelectual e a acesso a recursos genéticos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/12/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 127, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Amã, em 4 de março de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, assinado em Amã, em 4 de março de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 6/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 128, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, assinado em Brasília, em 2 de maio de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname, assinado em Brasília, em 2 de maio de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 28/10/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 129, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Benim, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Benim, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 06/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 130, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, referente ao Intercâmbio de Dados e Serviços de Catalogação da Defesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, referente ao Intercâmbio de Dados e Serviços de Catalogação da Defesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo Complementar acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 22/10/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 28 de junho de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 28 de junho de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 132, DE 2022 (*)

Aprova o texto da Emenda de Banimento à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada durante a Terceira Reunião da Conferência das Partes, em Genebra, entre os dias 18 e 22 de setembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Emenda de Banimento à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada durante a Terceira Reunião da Conferência das Partes, em Genebra, entre os dias 18 e 22 de setembro de 1995.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Emenda, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Emenda acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 19/03/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 133, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 19/03/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 134, DE 2022 (*)

Aprova o texto da Convenção Relativa à Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Estrasburgo, em 21 de março de 1983.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Relativa à Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Estrasburgo, em 21 de março de 1983.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto da Convenção acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 135, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Uganda e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Kampala, em 29 de setembro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Uganda e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Kampala, em 29 de setembro de 2011.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 1/7/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 136, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Beirute, em 14 de dezembro de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Beirute, em 14 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos, alterações ou instrumentos subsidiários que modifiquem ou complementem o referido Acordo e que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 11/11/2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre a Extradição de Pessoas, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre a Extradição de Pessoas, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018.

§ 1º O subparágrafo (d) do parágrafo 1 do Artigo 4 do Tratado deve ser promulgado com a seguinte redação:

"d) tenha ocorrido a prescrição segundo a legislação de qualquer das Partes;".

§ 2º Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 19/03/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 138, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/12/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 139, DE 2022 (*)

Aprova o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 25/03/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 140, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Tratado acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 11 de maio de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 20/11/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 142, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 11 de abril de 2018.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia, assinado em Adis Abeba, em 11 de abril de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 28/10/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/12/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 144, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Kingstown, em 7 de junho de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, assinado em Kingstown, em 7 de junho de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 18/12/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 145, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, assinado em Foz do Iguaçu, em 15 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 29/10/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 146, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Arquipélago das Bermudas para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, assinado em Londres, em 29 de outubro de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Arquipélago das Bermudas para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, assinado em Londres, em 29 de outubro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 04/12/2021.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 147, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 16/06/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 148, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou instrumentos subsidiários que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 16/06/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 149, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Basseterre, em 15 de abril de 2016.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Basseterre, em 15 de abril de 2016.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 14/05/2022.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 150, DE 2022 (*)

Aprova o Ato de Genebra do Acordo de Haia referente ao Registro Internacional dos Desenhos Industriais, concluído em Genebra, Suíça, em 2 de julho de 1999.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Ato de Genebra do Acordo de Haia referente ao Registro Internacional dos Desenhos Industriais, concluído em Genebra, Suíça, em 2 de julho de 1999.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Ato, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de outubro de 2022
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Ato acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 31/08/2022.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.235, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza o aumento do capital social da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Medida Provisória nº 1.133, de 12 de agosto de 2022,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, nos termos do disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por meio do aporte de todas as ações que a União detém no capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB.

§ 1º O valor das ações da INB a serem aportadas no capital da ENBPar a que se refere o **caput** será o valor patrimonial calculado com base no último balanço patrimonial publicado e auditado.

§ 2º O aumento de capital de que trata o **caput** poderá ser realizado sem emissão de novas ações pela ENBPar.

§ 3º A efetivação do aumento do capital social a que se refere o **caput** implicará a assunção do controle da INB pela ENBPar.

§ 4º Considerado o disposto no § 3º, a operação de que trata o **caput** não constitui despesa orçamentária, inclusive quanto à baixa das disponibilidades financeiras da INB no Sistema de Administração Financeira Federal.

§ 5º A operação de que trata o **caput** será fundamentada por documentação acompanhada de avaliação econômico-financeira conclusiva, elaborada em conjunto pela INB e pela ENBPar, que demonstre a sustentabilidade da operação para ambas as empresas.

§ 6º A avaliação econômico-financeira de que trata o § 5º será aprovada pelos respectivos órgãos de administração da INB e da ENBPar.

§ 7º O aumento de capital a que se refere o **caput** será apreciado pela assembleia de acionistas somente após deliberação favorável do Conselho de Administração da ENBPar e pronunciamento do Conselho Fiscal da ENBPar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Pacheco dos Guaranys
Adolfo Sachsida

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 550, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 917-DF.

Nº 551, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., da Companhia Docas do Pará, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, crédito suplementar no valor de R$ 113.353.484,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 552, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar, crédito especial no valor de R$ 6.336.178,00, para os fins que especifica".

Nº 553, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da Companhia de Trens Urbanos de Minas Gerais, crédito especial no valor de R$ 2.000.000,00, para o fim que especifica".

Nº 554, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, crédito especial no valor de R$ 26.500.000,00, para o fim que especifica".

Nº 555, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, crédito especial no valor de R$ 39.853.500,00, para os fins que especifica".

Nº 556, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 60.625,00, para os fins que especifica".

Nº 557, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022".

Nº 558, de 13 de outubro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R$ 231.734.617,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO
CÂMARA EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera o art. 7º, da Resolução nº 4, de 7 de junho de 2022 e dá outras providências.

O COORDENADOR DA CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO - CEFIC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno da CEFIC, torna público que a **CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO**, no exercício das competências previstas no art. 13°, do Decreto 10.900, de 17 de dezembro de 2021, em reunião ordinária realizada em sessão por videoconferência em 29 de setembro de 2022,

CONSIDERANDO a alínea "g", do inciso VIII, do artigo 12, do Decreto nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º O artigo 7º da Resolução nº 4, de 7 de junho de 2022 da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão, passa a vigorar com a seguinte alteração: "Art. 7º A CEFIC deverá elaborar o Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais - RIPD do SIC, conforme previsto na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, até 31 de dezembro de 2022."

Art. 2º Para fins de preenchimento e impressão das informações essenciais do artigo 11 do Decreto Nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, são consideradas as seguintes especificações:

1. Forma de impressão do nome do Estado - Precedido de "Estado d_", exceto para o Distrito Federal;

2. "Secretaria de Segurança Pública" sem a indicação do Estado para evitar redundância com a linha acima;

3. Nome - Duas linhas de 37 caracteres, podendo haver separação silábica caso necessário, entretanto, como regra geral, usa-se quebra de linha, iniciando palavra na linha inferior;

4. Nome Social - Mesma regra para nome. Caso não haja, deixar em branco;

5. CPF - Dígitos com mascaramento: xxx.xxx.xxx-xx;

6. Sexo - Seguindo a padronização da ICAO, 1 caractere, M, F ou X;

7. Data de Nascimento - DD/MM/AAAA, com barras na separação;

8. Nacionalidade - Brasileira ou Naturalizado;

9. Naturalidade - Nome do Munícipio com UF (Duas linhas de 19 caracteres, podendo haver separação silábica caso necessário, entretanto, como regra geral, usa-se quebra de linha, iniciando palavra na linha inferior), seguindo o padrão Município/UF;

10. Validade - DD/MM/AAAA ou "Indeterminada" para maiores de 60 anos:

i. Se a CIN não estiver vencida, a validade da 2ª via será a mesma da 1ª via.

ii. O cidadão poderá requerer a renovação da sua CIN em um prazo não superior a 90 dias antes do término da expiração da validade;

11. Assinatura do Titular - Para casos de analfabetismo ou impossibilitados de assinatura (por deficiência ou perda de função momentânea):

"Não assinou nesse ato"

12. Filiação - Quatro linhas de 37 caracteres, podendo haver separação silábica caso necessário, entretanto, como regra geral, usa-se quebra de linha, iniciando palavra na linha inferior,

i. Nome da mãe primeiro e posteriormente do pai,

ii. Em casos em que existam 3 ou 4 genitores, por decisão judicial, utilizar uma linha por nome (37 caracteres), realizando abreviação, caso necessário.

13. Órgão Expedidor - Nome do órgão;

14. Local - Nome do município (14 caracteres) de emissão sem UF;

15. Emissão - DD/MM/AAAA, com barras na separação. Determinada pela data de geração do QR Code, considerando-se esse o momento da formalização do documento;

16. Código Estadual: Abaixo do QR Code - espaço com 9 caracteres, com objetivo de definir o posto de identificação para fins de logística das CIN.

17. Assinatura do expedidor: 1ª linha - Assinatura, 2ª linha - Nome do expedidor, 3ª linha - Cargo do expedidor. Fonte de tamanho igual ao "Assinatura do Emissor/Card Issuer Signature".

Art. 3º Incluir no Anexo I da Resolução Nº 4, de 7 de junho de 2022, da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão, nas Bases aprovadas pela CEFIC:

k) Bases dos Estados que possuem Sistemas Automatizados de Identificação Biométrica (ABIS) e,

l) Base do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Institui grupo de trabalho técnico destinado à elaboração de Protocolo de Divergências no âmbito do Sistema de Identificação do Cidadão como proposição de ações destinadas ao processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e de atualização das bases.

O COORDENADOR DA CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO - CEFIC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno da CEFIC, torna público que a **CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO**, no exercício das competências previstas no art. 13°, do Decreto 10.900, de 17 de dezembro de 2021, em reunião ordinária realizada em sessão por videoconferência em 29 de setembro de 2022,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu o Serviço de Identificação do Cidadão - SIC e a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, regulamentou a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer novos procedimentos e requisitos para a expedição da Carteira de Identidade Nacional - CIN - por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, definindo a data de até 6 de março de 2023 para que tais órgãos adotem os padrões da Carteira de Identidade estabelecidos no Decreto nº 10.977;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4, de 7 de junho de 2022, determina que serão utilizadas as bases biográficas e biométricas do Governo Federal, dos Órgãos de Identificação e de outros Poderes, e que no âmbito da expedição da CIN a interoperabilidade entre as bases permite que sejam encontradas divergências biográficas e biométricas, que interrompem o fluxo de tarefas mínimas a serem executadas pelos Órgãos de Identificação e o Governo Federal, aprovados por meio da Resolução nº 3, de 13 de junho de 2022; e

CONSIDERANDO que a padronização de metodologia para tratar as divergências encontradas podem contribuir para o aumento da segurança dos processos de identificação, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Técnico - GTT, com o objetivo de elaborar protocolo para tratar divergências detectadas durante o processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional.

Art. 2º O GTT será composto por 6 (seis) membros, representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I - um da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - dois do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo ao menos um da Polícia Federal;

III - um do Conselho Nacional dos Diretores de Órgãos de Identificação - CONADI*; e*

IV - dois Ministério da Economia, sendo um representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e outro da Secretaria de Governo Digital.

Art. 3º O GTT será coordenado pelo Secretário-Executivo da CEFIC, que poderá, por meio de portaria da Secretaria Executiva da CEFIC, delegar a coordenação a outro membro da CEFIC.

Art. 4º Ao final dos trabalhos o GTT deverá apresentar metodologia para tratamento das divergências biométricas e biográficas encontradas, a qual receberá o nome de Protocolo de Divergências.

Art. 5º O GTT terá duração de 3 (três) meses a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º A participação no GTT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Institui grupo de trabalho técnico para realização de diagnóstico e proposição de ações destinadas ao fortalecimento do processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

O COORDENADOR DA CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO - CEFIC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, §1º, inc. IV, do Regimento Interno da CEFIC, torna público que a **CÂMARA-EXECUTIVA FEDERAL DE IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO**, no exercício das competências previstas no art. 13°, do Decreto 10.900, de 17 de dezembro de 2021, em reunião ordinária realizada em sessão por videoconferência em 29 de setembro de 2022,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.900, de 17 de dezembro de 2021, estabeleceu o Serviço de Identificação do Cidadão - SIC e a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, regulamentou a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer novos procedimentos e requisitos para a expedição da Carteira de Identidade Nacional - CIN - por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, definindo a data de até 6 de março de 2023 para que tais órgãos adotem os padrões da Carteira de Identidade estabelecidos no Decreto nº 10.977,

CONSIDERANDO que as atuais estruturas técnico-operacionais de determinados Estados não atendem aos requisitos básicos exigidos para a expedição da CIN e que, em outros, fazem-se necessárias as ampliações dessas estruturas, essenciais à plena execução do Serviço de Identificação do Cidadão - SIC,

CONSIDERANDO que o Governo Federal pode auxiliar no processo de fortalecimento da emissão da CIN por meio de investimentos diretos e pela elaboração de atas de registro de preço para aquisição de produtos e serviços, com possibilidade de adesão das Unidades Federativas; e

CONSIDERANDO que a Administração Pública em seus procedimentos de contratação para aquisição de bens e serviços deve atender, entre outros, aos princípios da eficiência, da competitividade, a impessoalidade, da celeridade e da economicidade, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Técnico - GTT- com o objetivo de realizar diagnóstico e apresentar propostas de ações destinadas ao fortalecimento do processo de emissão da Carteira de Identidade Nacional.

Art. 2º O GTT será composto por 6 (seis) membros, representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I - um da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - dois do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo ao menos um da Polícia Federal;

III - um do Conselho Nacional dos Diretores de Órgãos de Identificação - CONADI;

IV - um do Conselho Nacional dos Dirigentes de Polícia Científica - CONDPC; e

V - um Ministério da Economia, representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º O GTT será coordenado pelo Secretário-Executivo da CEFIC, que poderá, por meio de portaria da Secretaria Executiva da CEFIC, delegar a coordenação a outro membro da CEFIC.

Art. 4º Ao final dos trabalhos o GTT deverá apresentar propostas de elaboração de atas de registro de preço que fortaleçam o processo de emissão da CIN pelas UFs, bem como apresentar outras sugestões que se revelem pertinentes.

Art. 5º O GTT terá duração de 3 (três) meses a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 6º A participação no GTT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES DA SILVA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 36, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e nos termos da Instrução Normativa 6, de 16 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 17 de janeiro de 2018, resolve:, resolve:

1º Habilitar o médico veterinário ISAAC SAMPAIO SILVA CRMV-AL nº 01483 VP, para colher material para exame de MORMO, nos termos dos Artigos 4º e 5º da Instrução Normativa nº 6, de 16 de janeiro de 2018.

2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

CÍCERO FERREIRA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA MAPA Nº 255, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário DION REBERT COSTA, CRMV-GO nº 06310, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS nos municípios Varjão, Firminópolis, Paraúna, Palminópolis, Palmeiras de Goiás, Guapó, Maurilândia, Indiara, Castelândia, Santo Antônio da Barra, Inhumas, Quirinópolis, São João da Paraúna, Jandaia e Cezarina. Processo SEI nº 21020.002146/2022-45.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANCA

PORTARIA MAPA Nº 256, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no Art. 49 da Port. 385, de 25 de agosto de 2021, no Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21020.003761/2017-10, resolve:

Art. 1º Renovar, a partir de 14/11/2022, o credenciamento da empresa BYTECH FITOSSANITÁRIA PRESTADORA DE SERVIÇOS CENTRO OESTE LTDA, sob o número BR-GO0136, CNPJ n.º 00.102.372/0001-29, Inscrição Estadual n.º 10.299.811-6, localizada à Avenida Castelo Branco n.º 461, Setor Bueno, Goiânia - GO, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar as seguintes modalidades de tratamentos: a) Fumigação em Contêiner com FOSFINA; b) Fumigação sob Câmara de Lona com FOSFINA; c) Fumigação em Silos Herméticos com FOSFINA; e d) Fumigação em Porão de Embarcação com FOSFINA.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura em Goiás - SFA / GO, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no D.O.U.

JOSÉ EDUARDO DE FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 40, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e processo SEI 21024.002343/2022-24. resolve:

Art. 1º Habilitar o Médico Veterinário ANTONIO CARLOS VIEIRA FILHO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 6829, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 2º Habilitar a Médica Veterinária BRUNA HELENA DINIZ MATOS, inscrita no CRMV-MT sob n.º 6160, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 3º Habilitar a Médica Veterinária EMANOELA FONINI, inscrita no CRMV-MT sob n.º 6329, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 4º Habilitar o Médico Veterinário GABRIEL PORTO CASTELARI, inscrito no CRMV-MT sob n.º 6908, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 5º Habilitar a Médica Veterinária JESSICA ARAUJO LEMOS, inscrita no CRMV-MT sob n.º 6978, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 6º Habilitar a Médica Veterinária POLIANA VIEIRA DE SOUZA, inscrita no CRMV-MT sob n.º 6975, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 7º Habilitar o Médico Veterinário WILLISMAR LIMA MARQUES, inscrito no CRMV-MT sob n.º 6373, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de equídeos e ruminantes em eventos com aglomerações de animais no estado de Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

GISELE FATIMA NUNES RONDON
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 63, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.013021/2019-96, resolve:

Art. 1° Cadastrar, sob o número BR-PR0308, a empresa ARAUPEL S/A - QUEDAS DO IGUAÇU, inscrita sob o CNPJ: 87.102.810/0010-28, localizada na Fazenda Rio das Cobras, s/n, Quedas do Iguaçu - PR, CEP: 85460-000, para na qualidade de empresa cadastrada realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - Secagem em estufa

Art. 2° Revogar a Portaria nº 28 de 01/12/2020, publicada no Diário Oficial da União de 03/12/2020.

Art. 3° A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores da agricultura, saúde, meio ambiente e segurança do trabalhador.

Art. 4° A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 5° A inclusão de modalidades de tratamento ou de destruição deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná.

Art. 6° O cadastro terá validade indeterminada, estando a empresa supramencionada sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria 385/2021 e da legislação relacionada.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 313, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria no 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo 21042.010164/2017-41, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR RS 0439, da empresa Tramontina Madeiras S.A., CNPJ nº 93.682.854/000186 e Inscrição Estadual 038/0035022, localizada na Rodovia RSC 471, Km 233, Bairro Industrial, Encruzilhada do Sul - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Por Calor: Ar quente forçado; b) Secagem em estufa;

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 60 (sessenta) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 279, de 19 de setembro de 2017, publicada no DOU em 20 de outubro de 2017;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 383, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 292 Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018 e;

Considerando o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e

Considerando o atendimento as exigências normativas e observado parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.003557/2022-80, resolve:

Art. 1º - HABILITAR o Médico Veterinário CRISTIANO DOS SANTOS MOEIRA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Aves no Município de São Francisco do Itabapoana e Equídeos, nos Municípios de Campos dos Goytacases e São Francisco do Itabapoana situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 563, de 20 de setembro de 2013.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 384, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina os Artigos 3º e 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e

CONSIDERANDO o disposto no processo eletrônico 21044.003464/2022-55, resolve:

Art. 1º - HABILITAR o Médico Veterinário CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MARTINS, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo com a finalidade de trânsito de EQUÍDEOS, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 385, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 292 Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e;

Considerando o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013 e

Considerando o atendimento as exigências normativas e observado parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento- SEAPPA e

Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.004692/2020.81, resolve:

Art. 1º - HABILITAR a médica Veterinária CAROLINA DE FÁTIMA VALADÃO, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de Animais Silvestre e Aves, nos Municípios de Paulo de Frontin. Rio das Flores e Valença, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 320, de 1º de junho de 2022,publicada na Seção 1 do DOU nº 107, de 07 de junho de 2022

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 07 (sete) dias após a sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 28, de 05/10/2022, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União, edição 194, pagina 26 em 11/10/2022: Onde se lê: PORTARIA Nº 28 de 05/10/2022, leia-se: PORTARIA Nº 29 de 07/10/2022.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.287, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Suspende a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TRIMAR XV, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira SP-0000462-4, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; a Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura; a Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e o que consta do Processo nº 21000.008778/2019-55, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação TRIMAR XV, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SP-0000462-4 e na Autoridade Marítima sob o nº 401-064996-8 código da frota: 4.01.005 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento: Cerco, espécie alvo: Sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação: Mar territorial Sudeste e Zona Econômica Exclusiva Sudeste, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca, o descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 669, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de milho (Zea mays) produzidas no Chile.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21016.000521/2013-91, resolve:

Art. 1º Atualizar os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4) de milho (Zea mays), produzidas no Chile.

Art. 2º As sementes devem estar livres de solo e resíduos vegetais.

Art. 3º O envio deve estar acompanhado de Certificado Fitossanitário, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Chile, com as seguintes Declarações Adicionais:

I - "O envio foi inspecionado e se encontra livre de Carpophilus freemani, Cryptolestes turcicus, Latheticus oryzae, Lepinotus reticulatus, Pagiocerus frontalis, Sitophilus granarius, Stegobium paniceum, Trogoderma angustum e Trogoderma variabile.";

II - "O envio encontra-se livre de Allium vineale, Arctotheca calendula, Asphodelus fistulosus, Bromus secalinus, Cirsium arvense, Cuscuta campestris, Cuscuta epithymum, Elymus repens, Euphorbia helioscopia, Hibiscus trionum, Hirschfeldia incana, Imperata cylindrica, Lepidium draba, Magnaporthiopsis maydis, Orobanche minor, Orobanche racemosa, Solanum elaeagnifolium, Sonchus arvensis e Taeniatherum caput-medusae, de acordo com o resultado da análise oficial do laboratório Nº ( ).".

Art. 4º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização, o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 5º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Chile será notificada, podendo a Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do Brasil suspender as importações de sementes de milho até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 6º O produto não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Portaria.

Art. 7º Fica revogada a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 12, de 6 de abril de 2020, publicada no D.O.U. nº 68, Seção 1, página 6, de 8 de abril de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 2.081, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Permuta cargo em comissão do Grupo - DAS por FCPE de mesmo nível e categoria, dentro do Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança das unidades integrantes da estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - código DAS-101.2, de Chefe de Divisão, da Divisão de Serviços Gerais - DOA-2, da Coordenação Geral de Administração e Serviços Gerais - DOA, por uma Função Comissionada do Poder Executivo - código FCPE-101.2, de Chefe de Divisão, da Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DOF-2, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - DOF, ambas da Diretoria de Gestão Operacional - DO, do Quadro de Pessoal deste Instituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 2.088, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Realoca Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Art. 2º Fica realocado, da Procuradoria Regional, da Superintendência Regional da Bahia - SR(BA), para a Procuradoria Regional, da Superintendência Regional de São Paulo - SR(SP), uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de Assistente Técnico, código FCPE-102.1.

Art. 3º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constante da alínea "a" do Anexo II do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, passa a vigorar com as alterações contidas nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA/INCRA/SR-28/DFE/G/Nº 35, de 04/10/2000, publicada no DOU. nº 195 de 09/10/2000, seção 1, páginas nº 21/22 e Boletim de Serviço nº 41 de 09/10/2000, que criou o Projeto de Assentamento Jacinto Durães, localizado no município de Padre Bernardo/GO, código SIPRA DF0105000; onde se lê: "... com área de 1.623,8200 ha (mil seiscentos e vinte e três hectares e oitenta e dois ares)...", leia-se: "... com área total medida de 1.581,5723 ha (mil quinhentos e oitenta e um hectares, cinquenta e sete ares e vinte e três centiares) ...".

Na PORTARIA/INCRA/SR-28/Nº 023, de 14/08/2000, publicada no DOU. nº 161 de 21/08/2000, seção 1, página nº 16 e no Boletim de Serviço nº 34 de 24/08/2000, que criou o Projeto de Assentamento Roça, localizado no município de Arinos/MG, código SIPRA DF0096000; onde se lê: "... com área de 1.439,6743 ha (mil quatrocentos e trinta e nove hectares, sessenta e sete ares e quarenta e três centiares)...", leia-se: "... com área total medida de 1.436,0194 ha (mil quatrocentos e trinta e seis hectares, um are e noventa e quatro centiares) ...".

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 823, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Institui o Manual de Procedimento de Seleção Interna das Agências de Publicidade no âmbito do Ministério da Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único, inciso ll, da Constituição Federal e em atendimento ao disposto no artigo 2º, § 4º, da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Aprovar o "Manual de Seleção Interna das Agências", na forma do Anexo I desta Portaria, que disciplina, no âmbito do Ministério da Cidadania, a seleção interna das agências contratadas para execução das ações de comunicação publicitária.

§ 1º As disposições do manual de que trata o caput deverão ser observadas pelos servidores que praticarem atos relacionados à execução dos contratos firmados entre este Ministério e agências de propaganda.

§ 2º O manual a que se refere o caput estará disponível, também, no sítio eletrônico do Ministério da Cidadania, no endereço <https:/www.gov.br/cidadania/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/manuais>.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO VIEIRA BENTO

ANEXO I

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO INTERNA DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

Em atendimento ao disposto nos artigos 2º e 4º, da Lei nº 12.232 de 29 de abril de 2010, fica instituído procedimento de seleção interno entre as agências de publicidade e propaganda contratadas pelo Ministério da Cidadania para execução das ações de comunicação publicitária derivadas da Concorrência Pública 01/2022 - MC e demais licitações para o mesmo objeto doravante:

A Seleção interna das agências contratadas para a execução das ações será feita em função dos recursos estimados para sua realização, de acordo com a metodologia adotada neste procedimento e em sintonia com os princípios da economicidade, da eficiência, da razoabilidade, da isonomia e da proporcionalidade.

1. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO INTERNO DAS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE

1.1. A forma de escolha de agência de propaganda para o desenvolvimento das ações de publicidade será feita de acordo com a metodologia adotada neste procedimento e em sintonia com os princípios da economicidade, da eficiência, da razoabilidade, da isonomia e a proporcionalidade.

1.2. De acordo com as necessidades de comunicação estabelecidas na demanda, a seleção interna terá propostas de soluções publicitárias tais como: Planejamento de Publicidade, Linha Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia como objeto de avaliação.

1.3. A(s) agência(s) de propaganda será(ão) escolhida(s) por meio de seleção interna.

1.4. A seleção interna levará em consideração o valor total previsto para o desenvolvimento da ação de publicidade.

1.5. As seleções internas serão classificadas em três níveis, conforme definidos a seguir:

a) Seleção Interna de Nível 1: é o procedimento de escolha de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado em até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) Seleção Interna de Nível 2: é o procedimento de escolha de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

c) Seleção Interna de Nível 3: é o procedimento de seleção de agência(s) para o desenvolvimento de ação de publicidade com valor estimado superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

1.5.1. Seleção Interna de Nível 1: escolha direta.

1.5.1.1. A escolha de agência por Seleção Interna de Nível 1, será realizada diretamente pelo Coordenador-Geral de Comunicação Social, diante de um dos seguintes casos:

a) que a agência tenha melhores condições e disponibilidade para entrega dos serviços demandados dentro do cronograma pretendido para desenvolver a ação; ou

b) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídia), desenvolvida anteriormente pela agência, no âmbito do contrato vigente.

1.5.1.2. As agências serão demandadas diretamente, no caso de Seleção Nível 1, por comunicação formal do Coordenador-Geral de Comunicação Social, que consignará nos autos o(s) critério(s) em que se apoiou para sua decisão.

1.5.1.3. Para a Seleção Interna Nível 1, nos casos em que se entenda a necessidade de mais opções de propostas criativas e/ou de estratégia de mídia, ainda que em ações de custos menos elevados, o Coordenador-Geral de Comunicação Social poderá propor que haja concorrência de propostas entre as agências, que seguirá o mesmo rito da seleção interna nível 2 - procedimento simplificado.

1.5.2. Seleção Interna de Nível 2: procedimento simplificado.

1.5.2.1. Será elaborado um briefing de comunicação, conforme modelo atualizado disponível no Sistema Eletrônico de Informação-SEI, pela unidade demandante e/ou Assessoria Especial de Comunicação Social, que conterá todos os subsídios para que as agências possam elaborar suas propostas de solução publicitária para as necessidades de comunicação, em igualdade de condições.

1.5.2.2. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social enviará o briefing de comunicação e solicitará às agências que apresentem, em data determinada, proposta de solução para a necessidade de comunicação formal na demanda.

1.5.2.3. As propostas apresentadas serão analisadas pelo Coordenador-Geral de Comunicação Social e submetidas ao Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social e ao dirigente máximo da unidade solicitante do serviço, que indicarão a proposta considerada mais adequada para atendimento da necessidade de comunicação, fundamentando a escolha, conforme os mesmos critérios descritos no item 1.5.3.6 deste manual.

1.5.2.4. Caso as propostas sejam consideradas não-adequadas, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social estabelecerá prazo para apresentação de novas propostas ou reformulação.

1.5.2.5. Considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar a execução e os resultados das ações de publicidade, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá sugerir que a proposta vencedora seja executada de forma integrada e compartilhada entre as agências, com anuência prévia das mesmas.

1.5.2.6. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá dispensar o procedimento de Seleção Interna de Nível 2, diante de um dos seguintes casos:

a) que a ação publicitária seja proposta por iniciativa de uma das agências, mediante documento escrito, de caráter não vinculativo, cuja viabilidade de execução, conveniência e possibilidade de efetividade tenham sido avaliadas e aprovadas pela Coordenador-Geral de Comunicação Social;

b) que a ação publicitária com linha criativa seja proposta por iniciativa de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal ou de terceiros, mediante doação dos direitos de autor sobre a criação e direitos conexos, conforme o caso; ou

c) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada à ação de publicidade (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídia) aprovada anteriormente em processo de Seleção Interna de Nível 2, mesmo que a ação não tenha sido desenvolvida.

1.5.2.7. As agências tomarão conhecimento do resultado da Seleção Nível 2 por comunicação formal do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

1.5.3. Seleção Interna de Nível 3: avaliação por comissão previamente instituída.

1.5.3.1. Será elaborado um briefing de comunicação, conforme modelo atualizado disponível no Sistema Eletrônico de Informação-SEI, pela unidade demandante, que conterá todos os subsídios para que as agências possam elaborar suas propostas de solução publicitária para as necessidades de comunicação, em igualdade de condições.

1.5.3.2. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social deverá fornecer cópias do briefing de comunicação às agências, em reunião previamente convocada para aprofundamento das questões técnicas de conteúdo, de mídia e de outras afetas à concepção e formulação das propostas, bem como definição da dinâmica de apresentação, tais como: data, participantes, quantidade de propostas por agência, formatos, tempo, ordem de apresentação, os documentos e/ou dados complementares que deverão ser apresentados para subsidiar a avaliação das propostas, entre outros.

1.5.3.3. A reunião de que trata o item 1.5.3.2. deve ser convocada pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social com antecedência mínima de três dias úteis da data marcada para a apresentação das propostas.

1.5.3.4. As propostas de solução criativa e/ou de mídia apresentadas pelas agências, acompanhadas de defesa oral, na data marcada serão juntadas aos autos pela Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS, juntamente com a lista de presença e a memória da reunião.

1.5.3.5. A análise técnica das propostas das agências, apresentadas de forma conjunta ou isolada, será feita por uma Comissão de Avaliação, constituída especificamente para este fim.

i. Os membros da Comissão de Avaliação serão selecionados e indicados pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social a cada Seleção Interna de Nível 3.

ii. A indicação dos membros da Comissão de Avaliação deverá constar em documento formal assinado pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social nos autos do processo no SEI.

iii. É recomendável que conste na Comissão de Avaliação representantes da unidade demandante e de servidores com qualificação técnica adequada à matéria a ser avaliada, de acordo com a especificidade da demanda.

1.5.3.6. A Comissão de Avaliação analisará as propostas com base nos atributos descritos a seguir, conforme as especificidades de cada briefing de comunicação:

a) Linha Criativa: ideia e tradução no conteúdo das peças aderente ao briefing de comunicação;

b) Planejamento de publicidade: materialização da linha criativa nos diversos formatos (banners, filme, mobiliário urbano etc.); adequação da linguagem aos públicos e meios títulos textos, slogans, hashtags;

c) Planejamento de mídia e não mídia: verificação se a estratégia proposta está adequada aos objetivos da ação.

1.5.3.7. Os trabalhos de apresentação serão coordenados pelo Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

1.5.3.8. A análise da Comissão de Avaliação será formalizada por meio de Formulário de Avaliação, assinado por seus membros, e juntada ao processo no SEI.

1.5.3.9. Caso as propostas sejam consideradas não-adequadas pela Comissão de Avaliação, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social solicitará às agências que apresentem nova proposta.

1.5.3.10. Considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar os resultados das ações de publicidade, a Comissão de Avaliação poderá sugerir que as propostas apresentadas pelas agências sejam integradas e que a execução das mesmas seja compartilhada, com vistas a otimizar a sua execução.

1.5.3.11. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá, a qualquer momento, solicitar informações ou esclarecimentos aos representantes das agências.

1.5.3.12. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá dispensar o procedimento de Seleção Nível 3, diante de um dos seguintes casos:

a) que a ação publicitária seja proposta por iniciativa de uma das agências, ou pelas agências contratadas em ação conjunta, mediante documento escrito, de caráter não vinculativo, cuja viabilidade de execução, conveniência e possibilidade de efetividade tenham sido avaliadas e aprovadas pela Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS.

b) que a ação publicitária com linha criativa seja proposta por iniciativa de órgão ou entidade integrante do Poder Executivo Federal, mediante doação dos direitos de autor sobre a criação e direitos conexos, conforme o caso; ou

c) que a agência tenha executado ação de publicidade similar, que poderá ser reaproveitada ou adaptada à ação de publicidade (linha criativa, peça(s) e/ou estratégia de mídias aprovada anteriormente em processo de Seleção Interna de Nível 3, mesmo que a ação não tenha sido desenvolvida.

1.5.3.13. Dada a dispensa do procedimento de seleção, e se conveniente e oportuno, o Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá decidir ainda pela proposição e execução compartilhada entre agência(s), considerando o princípio da equidade e com vistas a otimizar os resultados das ações de publicidade.

1.5.3.14. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social deverá, em despacho, indicar o(s) motivo(s) da dispensa e/ou a justificativa de escolha da agência.

1.5.4. Serão juntados aos autos todos os documentos previstos neste procedimento de seleção.

1.5.5. A critério do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá ser realizada seleção antecipada, que consiste na realização do procedimento relativo à Seleção Interna Nível 3, com vistas à obtenção de propostas para ações de publicidade que ainda não possuem decisão administrativa para seu desenvolvimento.

1.5.6. O Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social poderá sugerir que as propostas apresentadas pelas agências nas Seleções Internas de Nível 1, 2 ou 3 sejam integradas, para aperfeiçoar a ação de publicidade, ou compartilhadas, com vistas a otimizar a sua execução.

1.5.7. Técnicos e especialistas do Ministério da Cidadania e de outros órgãos, públicos ou privados, poderão participar da apresentação das propostas.

1.5.8. As agências tomarão conhecimento do resultado da Seleção Nível 3 por comunicação formal do Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2022

Às nove horas e quinze minutos (09h15) do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e dois (21/09/2022) o Ministro de Estado da Cidadania e Presidente do Conselho Nacional do Esporte - CNE, Sr. Ronaldo Vieira Bento, deu início à 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte - CNE, ocorrida de forma híbrida, com participação parcial de membros mediante o aplicativo Microsoft Teams, bem como outra parte deles de forma presencial, na sala 737 do Edifício Bloco A da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério da Cidadania. O Ministro fez a saudação inicial e agradeceu a presença dos conselheiros. Além do senhor Ministro, participaram da reunião os seguintes conselheiros: a Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Cidadania, Sra. Cinara Wagner Fredo; o Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães; o Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves; o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes; a Secretária Nacional do Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sra. Fabíola Pulga Molina; o Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Ronaldo Lima dos Santos; o Secretário Nacional de Paradesporto, Sr. José Agtonio Guedes Dantas; a Secretária da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho; a Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, Sra. Michelle Moyses Melul Vinecky; o Representante do Comitê Olímpico do Brasil, Sr. Rogério Sampaio Cardoso; o Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro, Sr. Nelson de Almeida Prado Hervey; o Representante do Comitê Brasileiro de Clubes, Sr. Arialdo Boscolo; os Representantes da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, Sr. Alim Rachid Maluf Neto e Sr. Luciano Atayde Costa Cabral; o Representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar, Sr. Antônio Hora Filho; o Representante da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Nonato Macedo de Lima; a Representante titular e o suplente da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos, Sra. Diana Sazano de Souza Kyosen e o Sr. Rodrigo Rocha Malta; o Representante da Organização Nacional das Entidades do Desporto, Sr. Humberto Aparecido Panzetti; a Representante Titular e o Suplente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois e o Sr. José Edmar Santiago Melo Júnior; o Representante Titular do Conselho Federal de Educação Física, Sr. Jorge Steiinhilber. Apresentados os membros, o Ministro saudou a todos os presentes e agradeceu o apoio da Consultoria Jurídica conjuntamente com a Secretaria Executiva, por estar realizando um trabalho anônimo e robusto, responsáveis pelos avanços na pauta do esporte nos últimos anos, asseverando que a matéria do Esporte no Ministério da Cidadania fica marcada pelas entregas; informou que o Ministério entregou obras que estavam paradas há anos. Mencionou a entrega das pautas em relação às leis, como a Lei Geral do Esporte; a regulamentação dos profissionais e conselhos de educação física; o Plano Nacional do Desporto - PND, este estava há mais de 20 (vinte) anos parado; a nova Lei de Incentivo ao Esporte, que tanto ajuda na implementação das políticas do esporte, tanto de base como nas modalidades olímpicas e paralímpicas, sendo possível graças ao desempenho do trabalho realizado na Secretária Especial do Esporte. Ponderou que através dessa parceria traz governança e transparência, demonstrando que o foco na gestão está trazendo credibilidade ao processo de apresentação de projetos. Destacou que a passagem do esporte pelo Ministério da Cidadania deixará seu legado na história do esporte brasileiro. Agradeceu o brilhante trabalho do Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães, e de seus Secretários, bem como sua equipe, pelas entregas das matérias relacionadas ao esporte e por toda parceria no decorrer do desenvolvimento do esporte no Brasil. Ressaltou que mais de 90% dos apontamentos do Tribunal de Contas da União - TCU para o Ministério da Cidadania são oriundos da área do esporte, demonstrando o tamanho do passivo que herdou em sua gestão. Agradeceu o Chefe de Gabinete da Secretária do Especial do Esporte, Sr. Diego Ferreira Tonietti, pelas entregas dos apontamentos do TCU. Finalizando a saudação, o Ministro ressaltou que o propósito da sua gestão será de entrega, com transparência, objetivando deixar um legado. Se colocou à disposição dos membros do CNE, ressaltando seu comprometimento com a pauta do esporte. Na sequência, declarou aberta a reunião e passou a palavra para o Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Reis Magalhães (Presidente Substituto deste Conselho), que cumprimentou a todos, brevemente, e parabenizou a Sra. Michelle Vinecky pelo trabalho frente à Lei de Incentivo, mencionando os 3.042 (três mil e quarenta e dois) projetos, garantindo que foi um marco na história da lei do incentivo, explanando que o mercado privado vem acreditando nessa ferramenta tão importante para o esporte. Ato contínuo, salientou que os números são

esplendidos e extraordinários na história do esporte. Após, agradeceu também o Ex-secretário Nacional de Alto Rendimento, Sr. Bruno Bezerra de Menezes Souza, que precisou sair devido à problemas particulares de familiares. Asseverou, brevemente, sobre o atual Secretário Nacional de Alto Rendimento, Sr. Tiago Brejeiro Froes, que viveu no mercado, funções ligadas ao esporte de alto rendimento. Saudou aos demais Secretários e presentes, ratificando as palavras do Ministro, se colocando à disposição dos membros do CNE. Agradeceu ao Sr. Alim Maluf pelo trabalho realizado no Jub`s; o maior de todos os tempos com 8 mil participantes, ponderando que é uma plataforma educacional e que desde o início de sua gestão foi prioridade, o foco da gestão, dar um apoio maior à base, mencionando que sem uma base forte não se consegue um esporte olímpico forte. Após, passou a palavra ao Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves para conduzir a pauta da reunião. A Secretária-Executiva Adjunta, Sra. Cinara Wagner Fredo, pediu a palavra, brevemente saudou todos os presentes, e demonstrando que o time do esporte é, acima de tudo, um parceiro que está sempre presente. Ressaltou sobre a questão orçamentária e o esforço da Secretária do Esporte para arrecadar verba, bem como mencionou as entregas, destacando que muito foi feito. Ponderou que tem aprendido bastante com cada um dos presentes, questões como: disciplina, resiliência e objetividade. Ato contínuo, fez algumas considerações quanto aos órgãos de controle, pontuando que o Ministério da Cidadania recebeu uma demanda imensa, e através de assertividade e muita disciplina, atendeu um a um. Ressaltou a disponibilidade imediata do Secretário Especial do Esporte, Sr. Marcelo Magalhães, demonstrando sempre proatividade para resolver as questões, manifestando que deixará um legado significante para o esporte. Após, o Sr. André Barbosa Alves agradeceu a disposição da Sra. Cinara Wagner Fredo, e pontou que a considera um par dentro da Secretária Especial do Esporte. Agradeceu a todos os Secretários do Esporte pelo trabalho desenvolvido, desejou boa sorte ao Secretário Nacional de Esporte de Alto rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes, bem como agradeceu ao Sr. Bruno Bezerra de Menezes Souza pelos 2 (dois) anos desenvolvidos frente à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; mencionou que pretende realizar a 55ª Reunião Ordinária do CNE em dezembro. Iniciou com o item 1 da pauta (Definição do suplente do Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem - TJD-AD, devido à renúncia da Dra. Patrícia Reali da Silva) passando a palavra à Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho, que cumprimentou a todos brevemente e fez a apresentação dos currículos indicados (Letícia Pinto do Rêgo Barros, Bruna Simões e Juliana Dias Penna da Silva). Foi apresentado e sugerido o currículo da Dra. Letícia Pinto do Rego Barros, que possui carreira esportiva longeva e idônea. Assim, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação para a vaga de suplente de Auditor do TJD-AD e questionou se todos estavam de acordo com a indicação da Dra. Letícia Pinto do Rego Barros e, sem óbices, a indicação foi aprovada por unanimidade. Após, passou-se ao item 2 da pauta (Recondução dos Procuradores da Justiça Desportiva Antidopagem, Dr. João Guilherme Guimarães Gonçalves e Dra. Julia Gelli Costa). Iniciou-se votação e as reconduções foram aprovadas por unanimidade. No item 3 da pauta (definição dos novos auditores para as vagas abertas com término do mandato da Dra. Tatiana Mesquita Nunes e do Dr. Eduardo Henrique de Rose) o Sr. André Barbosa Alves passou a palavra à Secretária Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, Sra. Luisa Parente Ribeiro Rodrigues de Carvalho, que apresentou os currículos do Dr. Ivan Pacheco (médico) e da Dra. Cristiane Cardoso Avolio Gomes (advogada da união) e, após, iniciou-se votação referente às duas vagas, sendo que os candidatos foram aprovados por unanimidade. No item 4 da pauta (escolha do novo membro da Comissão da Lei de Incentivo ao Esporte) a Secretária Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte - SENIFE, Sra. Michelle Moyses Melul Vinecky, indicou o Sr. Marcos Magalhães para ocupar a vaga decorrente à renúncia do membro Juraci Moreira. O Sr. André Barbosa Alves deu início à votação e questionou se todos estavam de acordo com a aprovação da indicação do Sr. Marcos Magalhães. Solicitada a palavra, o Sr. Humberto Aparecido Panzetti parabenizou a gestão do Secretário Marcelo Magalhães e o excelente trabalho da Secretária da SENIFE, Sra. Michelle Moyses Melul Vinecky, acrescentando que a lei de incentivo, sem sombra de dúvida, é o processo mais democrático de transferência de recurso e que atende todas as manifestações e todos os seguimentos. Ademais, o Sr. Luciano Atayde Costa Cabral registrou sua satisfação ao ver que a SENIFE zerou a fila de projetos e bateu recorde. Demonstrando alinhamento com os feitos no Ministério da Cidadania, especialmente na Secretaria Especial do Esporte, que tem se preocupado em colocar todos processos em andamento com celeridade, lisura e transparência; parabenizou a SENIFE e a Secretária Especial do Esporte mencionando, ainda, a fala do Ministro quando relatou que "ninguém no Ministério/Secretária pretende se perpetuar na gestão". Contudo destacou que, de fato, já se perpetuaram na história do esporte brasileiro, com a brilhante gestão que o Ministério da Cidadania e a Secretária Especial do Esporte estão fazendo. Após, passou-se ao Sr. Arialdo Boscolo que parabenizou o Sr. Luciano Atayde Costa Cabral, quanto ao vídeo de abertura do Jub`s, inclusive a citação também dos co-formadores, salientou que é de suma importância ver esse trabalho conjunto de base estudantil, escolar e universitário junto aos clubes, demonstrando uma plataforma em função do esporte. Feitas as observações, retomou-se a votação e, por unanimidade, foi aprovado o Sr. Marcos Magalhães como membro da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte. No item 5 da pauta (apresentação do relatório de aplicação de recursos CBDU 2021). Com a palavra, a Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, Sra. Fabíola Pulga Molina, saudou ao todos os presentes e apresentou o relatório da CBDU, iniciando com a prestação de contas da CBDU, referente ao ano de 2021. Iniciou-se votação sendo o relatório aprovado por unanimidade. Após, a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou o item 6 da pauta (apresentação do relatório de aplicação de recursos da CBDE 2021). Iniciou-se votação sendo o relatório aprovado por unanimidade. Após, seguiu ao item 7 da pauta (aprovação da diretriz do projeto Delas) a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou as diretrizes do projeto, referente a núcleos de lutas para oportunizar o acesso à prática de lutas e artes marciais, exclusivo para mulheres, de modo a possibilitar o sentimento de autoproteção e autodefesa, bem como debater temas relativos à violência contra a mulher em todas as suas formas de manifestação. Após, resumir o projeto, iniciou-se votação sendo-o aprovado por unanimidade. Após, passou-se à apresentação referente ao item 8 da pauta (aprovação da diretriz do projeto "Brincando com esporte") que pretende oportunizar crianças e adolescentes, nos dois períodos anuais de férias escolares, opções de esporte e lazer que preencham o tempo livre por meio da oferta de atividades lúdicas, esportivas e recreativas. Após resumir o projeto, iniciou-se votação sendo-o aprovado por unanimidade. O Sr. Nelson de Almeida Prado Hervey pediu a palavra e parabenizou a Secretária da SNELIS pela iniciativa, pelos programas e pela clareza do público-alvo, asseverando que é muito importante crianças com deficiência estarem incluídas nas atividades; sugeriu incluir no item 6.3 das diretrizes do "Brincando com Esporte" algumas modalidades paralímpicas. Tanto o Sr. André Barbosa Alves quanto a Sra. Fabíola Pulga Molina concordaram e acharam válida a sugestão. O Sr. Humberto Aparecido Panzetti fez um questionamento sobre o projeto "Delas", referente a escolha das artes marciais, e se o instrutor deve ser formado em educação física, tendo a Sra. Fabíola Pulga Molina respondido que deverá ser profissional de educação física experiente em lutas, esclarecendo que o profissional pode dar aula sem possuir o Conselho Regional de Educação Física - CREF e que a escolha da arte marcial compete a entidade parceira, ou seja, o próprio parceiro quem vai determinar qual esporte, qual luta ele tem mais interesse. Após, passou-se ao item 9 (aprovação das diretrizes do Programa CEM - Campeonatos Escolares Municipais) e a Sra. Fabíola Pulga Molina apresentou o projeto que tem por finalidade promover a realização de competições interescolares municipais visando a formação integral, participação, inclusão e desenvolvendo a amizade e a integração entre os alunos de diferentes escolas. Ressaltou que o referido projeto objetiva estimular as Prefeituras para que possam estar realizando essas competições interescolares formando atletas e alunos. Ressaltou que o projeto CEM consiste em mais uma fase de estruturação do Sistema de Jogos Escolares Brasileiros, além de aumentar a base de praticantes de esportes nas escolas e combater ao sedentarismo. Após, a Secretária da ABCD, pediu a palavra e elogiou a gestão da Secretária da SNELIS, bem como da Secretária da SENIFE e ressaltou que, como profissional de educação física, fica estimulada e contente de realmente ter programas com essa organização e a possibilidade de desenvolvimento cada vez maior da área profissional de educação física. Nesse contexto, sugeriu que seja explícito, prioritariamente, programas que determinem que seja um profissional de educação física, pois este tem um comprometimento maior com a ética. Após, o Sr. Humberto Aparecido Panzetti pediu a palavra e informou que dia primeiro de setembro, se homenageia o dia do profissional de educação física e parabenizou o esforço do Secretário Marcelo Magalhães e da Secretária Fabíola Molina na recondução da aprovação da lei geral do desporto, pois isso tem uma importância fantástica para a sociedade brasileira. Asseverou que não se fala em esporte sem atividade física, e não se fala em atividade física sem o profissional de educação física, em lugar nenhum no mundo. O Sr. André Barbosa Alves fez algumas considerações quanto à posição do governo, destacando que o intuito é ser um facilitador para que todas as áreas se comuniquem e entreguem da melhor maneira possível. A Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois questionou como seria a adesão dos municípios referente aos projetos apresentados, questionando se será por meio de edital, tendo a resposta do Sr. André Barbosa Alves no sentido de que estão normatizando tudo na Secretária Especial do Esporte, pretendendo colocar emendas parlamentares, bem como buscar outras soluções para que se possa ter cada vez mais recurso. Com a palavra, a Sra. Fabíola Pulga Molina deu continuidade na apresentação do Programa "CEM", pontuando que o público-alvo será crianças e jovens, dos 12 (doze) aos 17 (dezessete) anos de idade, incluindo crianças com deficiência. O Sr. Marcelo Reis Magalhães salientou quanto ao Programa "Delas", e que será preciso ter um olhar categoricamente para o profissional de educação física, que é necessário entender que o profissional de luta (artes marciais) faz uma coisa específica, e não é necessariamente um profissional de educação física. Assim, ressaltou que não podemos privar um excelente docente (da modalidade dele) só devido ao fato de não ser profissional de educação física. Precisamos ter um equilíbrio para não minar esses grandes expoentes das artes marciais. O Sr. Jorge Steinhilber ressaltou quanto aos mestres de artes marciais, que estão de pleno acordo e que se deva dar oportunidade para que eles possam ter continuidade social. A Sra. Fabíola Pulga Molina informou que irá colocar nas diretrizes do Programa "Dela", e trabalhar uma forma onde possa trazer esse cuidado relacionado à formação que os profissionais das artes marciais devem ter, citando, por exemplo, que é desejada a formação com experiência mínima de trabalho na área de determinada quantidade de anos. O Sr. Robson Lopes Aguiar agradeceu especialmente o Secretário Marcelo Reis Magalhães pela atenção e dedicação com o esporte de base. A Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois asseverou que o Programa "CEM", será um divisor de águas de grande importância por abordar a divisão de competições femininas e masculinas, gerando um avanço muito grande para a administração pública e colhendo muitos frutos. Fez algumas considerações quanto aos esportes praticados na região do Amapá. O Sr. André Barbosa Alves ponderou que o Programa é importante também para difundir o esporte escolar entre os Estados, objetivando integrar e difundir para os quatro cantos do Brasil. Iniciada a votação, as diretrizes do "CEM" foram aprovadas por unanimidade. No item 10 da pauta (relatório de aplicação de recursos do Comitê Brasileiro de Clubes - CBC, referente ao ano de 2021) o Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Sr. Thiago Brejeiro Froes, saudou aos presentes e fez algumas considerações quanto ao relatório de aplicação de recurso do CBC, referente ao ano de 2021, apresentado dentro do prazo estabelecido. Destacou, brevemente, os programas e projetos de desenvolvimento e os projetos executados pela SNEAR, demonstrando que foram devidamente discriminadas, bem como os critérios de escolhas ou seleção de cada entidade beneficiada seguindo, portanto, o que preceitua a regulamentação em vigor, no que diz respeito aos itens obrigatórios que deveriam constar no relatório em apreço. O Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo o relatório de aplicação de recursos do CBC aprovado por unanimidade. O Sr. Arialdo Boscolo pediu a palavra e parabenizou a gestão do Secretário Especial do Esporte, Marcelo Reis Magalhães, salientou que tem feito um trabalho intenso em prol do esporte, ressaltando que tudo foi feito de maneira conjunta e informou, ainda, que muitas normativas, projetos e leis avançaram no país. O Sr. Marcelo Reis Magalhães agradeceu as palavras proferidas pelo Sr. Arialdo e asseverou que sua gestão foi realmente para servir a todos, sendo um facilitador das ações esportivas no país. No item 11 da pauta (relatório de aplicação de recursos do Comitê Olímpico Brasileiro - COB, referente ao ano de 2021) o Sr. Thiago Brejeiro Froes ponderou que o relatório de aplicação de recurso do COB, referente ao ano de 2021, também foi apresentado dentro do prazo estabelecido, contendo documentos e planilhas que trouxeram dados gerais sobre a utilização de recursos. Concluiu que o COB apresentou transparência e isonomia na aplicação de recursos públicos entre suas entidades filiadas, atendendo de forma equânime o esporte brasileiro nas suas mais variáveis vertentes. Após a exposição, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo o relatório de aplicação de recursos do COB aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Sr. Rogério Sampaio Cardoso agradeceu a todos pela aprovação do relatório do COB, bem como agradeceu a Secretária Especial do Esporte e a SNEAR; salientou que, através do relatório de aplicação de recursos, o COB conseguiu comprovar à todas as entidades a boa aplicação do recurso. Agradeceu ao Secretário Marcelo Reis Magalhães e ao Secretário André Barbosa Alves pela maneira que conduzem o esporte entre as entidades, sempre trabalhando para que não aconteça uma sobreposição de tarefa ou de utilização de recursos nas mesmas atividades, destacando que este é um trabalho intenso e contínuo que deve permanecer, pois os resultados têm sido uma constante, demonstrando o mérito de todo um sistema, e não de uma pessoa. O Sr. Marcelo Reis Magalhães parabenizou o COB diante dos feitos realizados nas Olímpiadas em Tokyo, agradeceu as palavras, e ressaltou que deseja continuar com seu trabalho buscando sempre deixar o esporte mais justo e forte, bem como para que o esporte possa crescer ainda mais no Brasil. No item 12 da pauta (relatório de aplicação de recurso do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB referente ao ano de 2021) o Secretário Nacional de Paradesporto, Sr. José Agtônio Guedes Dantas, saudou aos todos presentes e, brevemente, mencionou o lançamento pela primeira vez, no maior evento universitário da América Latina, de um stand de vivências paradesportivas, onde os participantes podem vivenciar/experimentar modalidades. Na sequência, salientou que o relatório do CPB foi encaminhado dentro dos prazos legais, destacando que foi feita toda uma análise pela equipe técnica da Secretária Nacional do Paradesporto. Exposto o relatório, o Sr. André Barbosa Alves deu início à votação, sendo-o aprovado por unanimidade. Ademais, o Sr. André agradeceu ao Sr. Mizael, pois foi um parceiro gigante da Secretária Especial do Esporte e do movimento paralímpico como um todo. O Sr. Nelson agradeceu o Secretário José Agtônio Guedes Dantas e toda sua equipe, assim como agradeceu o Secretário Marcelo Reis Magalhães por todo apoio e parceria. O Secretário José Agtônio Guedes Dantas pediu a palavra e asseverou que o dia 21 de setembro, é o dia nacional de luta da pessoa com deficiência, que tem todo envolvimento do Paradesporto dos esportes paralímpicos e destacou que devemos lembrar dessa data, principalmente, para os segmentos que defendem a luta do direito da pessoa com deficiência. Ponderou, ainda, que no dia 22 de setembro, comemora-se o dia do atleta paralímpico, parabenizando o Sr. Nelson e toda a equipe do CPB pelo trabalho que vem sendo feito com os atletas paralímpicos do Brasil. O Sr. Humberto Aparecido Panzetti parabenizou CBDU, CBDE, CBC e COB pelo excelente trabalho que estão realizando no país, pois essas entidades realmente mostram o quanto são importantes e quanto se investe com seriedade no esporte nacional. No item 13 da pauta (cooperação de ações de divulgação de publicidade) o Sr. André Barbosa Alves informou que trata-se de um tema que está sendo discutido internamente na Secretaria, e que possivelmente será encaminhado para todas as entidades, alguma sugestão de parceria para aprofundar a comunicação e divulgação de tudo o que acontece no país relacionado ao esporte, ressalvada a ideia de que haja uma interlocução de comunicação e divulgação entre as entidades esportivas e a Secretaria Especial do Esporte. Superada a pauta, a palavra foi franqueada ao Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. Ronaldo Lima dos Santos, que saudou todos presentes e agradeceu todo trabalho realizado pelo Sr. Thiago Brejeiro Froes durante os dois anos que esteve à frente da APFUT. Por fim, agradeceu o empenho de todos e fez algumas considerações quanto ao orgulho de ter realizado, juntamente a todos Secretários, tantas coisas boas para o esporte brasileiro, demonstrando que cada um deu o seu melhor. Após, foi franqueada a palavra ao Sr. Jorge que agradeceu a Secretária Especial do Esporte, pelos programas encaminhados e pelo desenvolvimento dos trabalhos. O Secretário Especial do Esporte Adjunto, Sr. André Barbosa Alves agradeceu a todos pelo trabalho em prol do Esporte. A reunião se encerrou por volta das onze horas e vinte minutos (11h20).

RONALDO VIEIRA BENTO
Presidente do Conselho

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

PORTARIA Nº 315/SEI-CEMADEN, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, considerando o disposto no Art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 291/2021/SEI-CEMADEN, de 05 de julho de 2022, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

"Art. 3º (...)

§ 1º Levando em consideração as características operacionais do CEMADEN, o Regime de Execução Parcial se limita a 40% (quarenta por cento) da carga horária semanal do participante no período de Abril a Setembro e 20% (vinte por cento) da carga horária semanal do participante no período de Outubro a Março."

LEIA-SE:

"Art. 3º (...)

§ 1º Levando em consideração as características operacionais do CEMADEN, o Regime de Execução Parcial se limita a 40% (quarenta por cento) da carga horária semanal do participante."

ONDE SE LÊ:

"Art. 11 O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupantes de DAS/FCPE (qualquer nível): 2 (duas) horas;

II - demais agentes públicos: 4 (quatro) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e Desempenho e ensejará o desligamento do participante."

LEIA-SE:

"Art. 11 O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e Desempenho e ensejará o desligamento do participante."

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 291/2021/SEI-CEMADEN, de 05 de julho de 2022 permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.244/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Processo SEI nº: 01245.009059/2022-77

Requerente: Fleury S.A.

CQB: 443/17

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 8446/2022 publicado em 18/08/2022

Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta S/N excluindo a Sra. Carolina Tostes Pintão e nomeação da Sra. Flávia Helena da Silva (Presidente), ficando a CIBio atual composta pelo Sr. Miguel Mitne Neto, Sr. Valdemir Melechco Carvalho, Sra. Carolina dos Santos Lazari, Sra. Maria Carolina Tostes Pintão, Sra. Adriana Seghesi Elias Gonçalves, Sra. Aline Nogueira Olive, Sra. Gabriela Peron Barbosa, Sra. Patrícia Pombo Pita e Sra. Flávia Helena da Silva.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALA.BR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.245/2022

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 254ª Reunião Ordinária, ocorrida em 01/09/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para os seguintes processos:

Processo nº: 01245.007333/2022-73; Requerente: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 030/97; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004704/2022-65 ; Requerente: Universidade Paranaense - Unipar; CQB: 144/01; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004612/2022-85; Requerente: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); CQB: 363/13; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005557/2022-41; Requerente: Instituto Evandro Chagas - Fiocruz; CQB: 428/16; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007525/2022-80; Requerente: Fleury S.A; CQB: 443/17; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004465/2022-43; Requerente: Novartis Biociências S.A; CQB: 479/19; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.007340/2022-75; Requerente: CTI Clinical Brasil Serviços de Pesquisas Clínicas e Comércio Ltda.; CQB: 504/20 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003477/2022-51; Requerente: Kc Soluções em Biotecnologia do Brasil Ltda.; CQB: 350/12; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004965/2022-85; Requerente: Embrapa Arroz e Feijão; CQB: 008/96 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004716/2022-90; Requerente: Embrapa Agrobiologia; CQB: 010/97; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

]Processo nº: 01245.004210/2022-81; Requerente: Embrapa Mandioca e Fruticultura; CQB: 075/98; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004654/2022-16; Requerente: Fundação Universidade do Rio Grande - FURG; CQB:112/99 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004374/2022-16; Requerente: EMBRAPA Meio Ambiente - CNPMA; CQB: 122/00; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004911/2022-10; Requerente: Embrapa Agroindústria de Alimentos - CTAA; CQB: 126/00; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004768/2022-66; Requerente: SGS do Brasil Ltda.; CQB: 143/01; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003957/2022-11; Requerente: D&PL Brasil Ltda.; CQB: 194/03; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004706/2022-54; Requerente: DSM Biotecnologia Ltda.; CQB: 383/15 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004386/2022-32; Requerente: Stora Enso do Brasil Ltda.; CQB: 402/15; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido; Nota Técnica de Sigilo: 40/2022/SEI-CTNBio-Membros

Processo nº: 01245.004385/2022-98; Requerente: Iandebo Agroflorestal Ltda.; CQB: 414/16; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.003690/2022-62; Requerente: Instituto Agronômico de Campinas - IAC Quarentena; CQB: 418/16; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005607/2022-90; Requerente: Clonar Resistência a Doenças Florestais; CQB: 427/16; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004351/2022-01; Requerente: Ferst Centro Agronômico de Pesquisa e Tecnologia; CQB: 462/18; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004043/2022-78; Requerente: M.S. Technologies Sementes Brasil Ltda.; CQB: 468/19; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004418/2022-08; Requerente: Comércio e Indústria Matsuda Importadora e Exportadora Ltda.; CQB: 484/19; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004020/2022-63; Requerente: FTS Sementes S.A.; CQB: 433/17; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.005961/2022-14; Requerente: Universidade Presbiteriana Mackenzie; CQB: 290/09; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004998/2022-25; Requerente: Embrapa Hortaliças; CQB: 032/97; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004503/2022-68; Requerente: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Universidade de São Paulo - USP); CQB: 022/97 ; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004655/2022-61; Requerente: Corteva Agriscience Brasília; CQB: 013/97; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004426/2022-46; Requerente: Embrapa Agroenergia; CQB: 345/12; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido

Processo nº: 01245.004598/2022-10; Requerente: GDM Genética do Brasil S.A.; CQB: 367/13; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido;

Nota Técnica de Sigilo: 38/2022/SEI-CTNBio-Membros

Processo nº: 01245.004852/2022-80; Requerente: FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.; CQB: 325/11; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido;

Nota Técnica de Sigilo: 42/2022/SEI-CTNBio-Membros

Processo nº: 01245.005206/2022-30; Requerente: Tropical Melhoramento Genético - TMG; CQB: 284/09; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido;

Nota Técnica de Sigilo: 44/2022/SEI-CTNBio-Membros

Processo nº: 01245.005549/2022-02; Requerente: Sylvamo do Brasil Ltda.; CQB: 173/02; Assunto: Relatório Anual 2021; Decisão: Deferido; Nota Técnica de Sigilo: 45/2022/SEI-CTNBio-Membros

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pelas NOTAS TÉCNICAS 38/2022, 40/2022, 42/2022, 44/2022 e 45/2022 da Secretaria Executiva da CTNBio, o Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndices Confidenciais" citados nas notas técnicas acima.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, por meio da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

PORTARIA Nº 696, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 6º da Portaria MCTI nº 5.120, de 18 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 2º O Programa de Gestão nesta unidade abrangerá as atividades descritas na Tabela de Atividades constante no Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão nesta unidade:

I - regime de execução parcial: quando o participante executa a atividade laboral presencialmente e fora das dependências do órgão, e registra cronograma com a indicação dos dias nos quais estará presente no órgão, dispensado do controle de frequência; e

II - regime de execução integral: quando o participante da modalidade teletrabalho executa a atividade laboral fora das dependências do órgão, dispensado do controle de frequência.

Art. 4º Os resultados e benefícios esperados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito desta unidade, são os seguintes:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 5º Poderão participar do Programa de Gestão desta unidade até 100% (cem por cento) do total da força de trabalho elegível, ou seja, o contingente de servidores cujas atividades desempenhadas sejam compatíveis com a modalidade teletrabalho, atendidas as hipóteses de vedação citadas no Art. 10. Poderão participar do Programa de Gestão deste Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais 100% (cem por cento) do total da força de trabalho.

Art. 6º O participante selecionado para o teletrabalho será responsável por manter a infraestrutura e equipamentos necessários para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação.

Art. 7º Para participar do Programa de Gestão nesta unidade, o candidato selecionado na forma dos arts. 10 e 11 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, deverá dar aceite na documentação necessária.

Art. 8º O participante, no teletrabalho, que tiver sua entrega avaliada com a nota de 0 a 4, 3 (três) vezes consecutivas, injustificadamente, será desligado do teletrabalho, com retorno às atividades presenciais no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

Parágrafo único. O participante com o desligamento de que trata o caput só poderá se candidatar a um novo Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, após 4 (quatro) meses do seu desligamento.

Art. 9º A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados no Sistema do Programa de Gestão (SISPG INPE).

Art. 10. Fica vedada a participação no Programa de Gestão do agente público que se encontrar nas seguintes situações:

I - estiver em cumprimento de penalidade disciplinar, administrativa ou judicial, que importe em suspensão das atividades inerentes à posição ocupada;

II - não estiver, na data da seleção, devidamente habilitado e plenamente capaz de realizar suas atividades, ou não se declarar possuidor de perfil adequado;

III - for ocupante de DAS/FCPE e FG níveis 1, 2 e 3, no regime de execução integral;

IV - for ocupante de DAS/FCPE nível 4 ou superior, em qualquer hipótese;

V - tiver sido desligado de 2 (dois) Programas de Gestão anteriores do Instituto, por não atingimento de metas nos últimos seis (seis) meses anteriores à data de manifestação de interesse em participar.

Art. 11. O participante do Programa de Gestão poderá ser convocado para comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, com antecedência mínima de:

I - ocupante de DAS/FCPE/FG nível 3: 48 (quarenta e oito) horas;

II - demais ocupantes de DAS/FCPE/FG ou não ocupantes: 72 (setenta e duas) horas;

III - não ocupantes de DAS/FCPE/FG: 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo único. O não comparecimento pessoal à unidade organizacional, quando convocado, sem a devida justificativa, será considerado descumprimento às regras do Programa de Gestão e ensejará o desligamento do participante.

Art. 12. As informações especificadas no § 1º do art. 28 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, serão divulgadas no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, ressalvadas as informações consideradas sigilosas, conforme legislação vigente.

Art. 13. Poderá ser estabelecido, por meio de alteração desta Portaria, o adicional de produtividade de até 20% (vinte por cento) após o período inicial de 6 (seis) meses, a contar da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 14. Será admitido o teletrabalho no exterior por prazo determinado, desde que observado o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

Art. 15. Essa Portaria substitui a PORTARIA Nº 510/2022/SEI-INPE, assinada em 22 de março de 2022.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de novembro de 2022.

CLEZIO MARCOS DE NARDIN

ANEXO

ANEXO I

TABELA DE GRUPOS DE ATIVIDADES

UNIDADE ORGANIZACIONAL: INPE		GRUPO DE ATIVIDADES	
Nome do Grupo	Sigla	Descrição	Código
Administrativa	INPE	Atividades de gestão administrativa comuns as unidades do Instituto, incluindo atividades gerenciais, apoio administrativo, gestão de documentos, atualização de bases de dados ou sistemas informatizados, acompanhamento de atividades técnicas, apoio à realização de eventos.	ADM_INPE
Gestão Organizacional	GO	Atividades relativas à gestão de processos administrativos, gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, segurança do trabalho e qualidade de vida, gestão de tecnologia da informação e comunicação, administração de material e patrimônio, gestão de aquisições de bens e contratação de serviços, gestão de licitações, contratos, convênios e outros acordos, gestão de obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, serviços gerais, gestão de infraestrutura predial no âmbito do Instituto.	GO_INPE
Gabinete	GAB	Assessorar a Diretoria do Instituto em sua representação técnico-científica, social e política no País e no exterior.	GAB_INPE
Assessoramento Normativo e Documental	AND	Atender às demandas provenientes do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria-Geral da União - CGU, da Advocacia-Geral da União - AGU, do Ministério Público Federal - MPF, da Justiça Federal e acompanhar as auditorias realizadas pelos órgãos de controle.	AND_INPE
Gestão de Projetos e Inovação Tecnológica	GPI	Apoiar a gestão de recursos institucionais concedidos por agências de fomento provenientes de projetos.	GPI_INPE
		Implementar e manter a política institucional de inovação do Instituto.	
		Elaborar diretrizes para regulamentar e orientar as atividades relativas à inovação tecnológica no Instituto.	
		Apoiar e implementar a proteção das criações intelectuais e a transferência de tecnologia.	
		Implementar e acompanhar o relacionamento com instituições públicas e privadas na celebração de instrumentos de licenciamento e transferência de tecnologia.	
		Desenvolver estudos de prospecção tecnológica e elaboração e gerenciamento de roadmap tecnológico associado aos objetivos e metas estratégicas do Instituto.	
		Elaborar critérios para levantamento dos custos totais de projetos, precificação da utilização de laboratórios e prestação de serviços e valoração de tecnologias e equipamentos.	
Ensino, Pesquisa e Extensão	EPE	Elaborar metas de ensino, pesquisa e extensão articuladas com as áreas finalísticas do Instituto conforme o planejamento estratégico institucional.	EPE_INPE
		Articular atividades conjuntas com outras Instituições de Ensino Superior e Institutos de Ciência e Tecnologia.	
		Aprovar o regulamento interno de concessão das modalidades de bolsas de fomento à pesquisa e desenvolvimento.	
		Manter atualizados, os dados do Instituto no Cadastro de Informações Institucionais - CADI e no Diretório de Grupos de Pesquisa - DGP do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.	
Ciências da Terra	CT	Realizar pesquisa e desenvolvimento de tecnologias críticas para prover diagnósticos e prognósticos em ciência do Sistema Terrestre e suas interações socioambientais com os componentes físicos, químicos e biológicos, e questões ambientais, sociais e territoriais relativas ao uso dos recursos naturais.	CT_INPE
		Liderar o estabelecimento de cooperações nacionais e internacionais no âmbito científico, tecnológico e de inovação com as instituições acadêmicas, os setores públicos e privados e usuários das informações e tecnologias produzidas na coordenação.	
		Realizar a transferência do conhecimento e a disseminação das informações produzidas sobre diagnósticos e prognósticos em ciência do Sistema Terrestre e suas interações socioambientais com os componentes físicos, químicos e biológicos.	
		Atuar na definição dos produtos operacionais para atender as demandas de Estado e dos diversos setores da sociedade.	
		Realizar, junto à Direção do Instituto a definição e especificação das ações dos programas institucionais sobre temas referentes ao monitoramento da Amazônia e demais biomas, monitoramento de queimadas, base de informações georreferenciadas, aquisição e modelagem de dados ambientais terrestres e oceânicos e outros que venham a ser propostos pela Coordenação-Geral.	
		Apoiar as atividades de pesquisa do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas (AdaptaBrasil) e da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.	
		Atuar junto aos Estados da Federação e instituições governamentais em políticas do MCTI relativas às ciências da terra apoiando os sistemas de previsão, monitoramento e observações de superfície, atmosfera e oceanos.	
		Atuar junto aos Estados da Federação e instituições governamentais para a capacitação de recursos humanos de órgãos estaduais e federais, no âmbito de sua competência.	
		Gerenciar as aplicações e prioridades dos recursos de supercomputação e armazenamento do Instituto junto à Coordenação de Infraestrutura e Pesquisa Aplicada.	
		Atuar, junto com a Coordenação-Geral de Infraestrutura e Pesquisa Aplicada, para a continuidade de recepção, geração, processamento e distribuição de imagens de satélites, dados de Sensoriamento Remoto da superfície, da atmosfera, dos oceanos e produtos derivados, dados meteorológicos e climáticos, instrumentação e observação meteorológica e produtos numéricos de tempo e clima.	
Engenharia, Tecnologia e Ciência Espaciais	CE	Prospectar projetos em ciências espaciais e atmosféricas e suas respectivas fontes de recursos.	CE_INPE
		Desenvolver pesquisa básica e aplicada na área de ciências espaciais e atmosféricas.	
		Disseminar os resultados das atividades de pesquisa básica e aplicada na área de ciências espaciais e atmosféricas.	
		Desenvolver pesquisa, desenvolvimento e inovação em engenharia e tecnologias espaciais e sensores de solo.	
		Fornecer suporte nas missões espaciais das áreas científica, tecnológica e de aplicações do Instituto.	
		Realizar a coordenação e a execução dos programas de desenvolvimento de satélites e dos sistemas de solo associados, que venham a ser executados no âmbito do Instituto.	

		Liderar o desenvolvimento, estabelecimento e consolidação de capacidades que viabilizem todo o ciclo de vida de missões com pequenos satélites, em suporte às necessidades das áreas científica, tecnológica e de aplicações do Instituto.	
		Realizar a coordenação e a execução dos programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, voltados para sistemas, subsistemas e equipamentos, software e dispositivos utilizados em satélites e sistemas correlatos, e sistemas de solo.	
		Prospectar e participar de cooperações e intercâmbios científicos e tecnológicos com instituições nacionais e internacionais, no âmbito de sua competência.	
		Contribuir para a capacitação do País na área de engenharia, tecnologia e ciência espaciais, e seus desdobramentos.	
		Formar recursos humanos, em nível de pós-graduação e cooperar na formação em outros níveis de educação.	
		Coordenar as atividades de fabricação e garantia do produto, executadas no âmbito da engenharia, tecnologia e ciência espaciais, junto ao setor industrial do País.	
		Prospectar projetos em engenharia e tecnologia espaciais e suas respectivas fontes de recursos.	
		Participar da avaliação e proposição de soluções de assuntos relativos às atividades de ciências espaciais e atmosféricas.	
		Transferir o conhecimento e a tecnologia adquirida no desenvolvimento de instrumental científico para outras instituições de pesquisa e para a indústria do País.	
		Atuar na divulgação científica e disseminação das Ciências e Tecnologias Espaciais entre o público não especializado.	
Infraestrutura e Pesquisas Aplicadas	IP	Prover infraestrutura organizacional e serviços integrados de pesquisas aplicadas para o Instituto nas áreas de recepção, processamento e distribuição de dados, em serviços de computação aplicada, modelagem computacional e supercomputação e em manufatura, integração e testes de equipamentos científicos e tecnológicos.	IP_INPE
		Manter a infraestrutura institucional operacional e contínua de recepção, geração, processamento e distribuição de dados das iniciativas institucionais.	
		Gerenciar a captação de recursos entre as unidades da coordenação.	
		Realizar a integração técnica de infraestrutura operacional para a realização de pesquisas aplicadas, no âmbito de competência Instituto.	
		Gerenciar uma estrutura para o gerenciamento do portfólio, programas, projetos e processos da coordenação.	
		Realizar transferência de tecnologia e de conhecimento para instituições de ensino, empresas e sociedade em geral, de acordo com as definições e regras institucionais.	
		Realizar atividades de divulgação e disseminação científica e tecnológica sobre infraestrutura de pesquisa para a sociedade brasileira.	
Atividades de ocorrência	AO	Atividades que impeçam o participante de executar o Plano de trabalho inicialmente previsto pela chefia imediata.	AO_INPE

ANEXO II

TABELA DE PARÂMETROS

FAIXA DE COMPLEXIDADE	DESCRIÇÃO	HORAS	
		PRESENCIAL	TELETRABALHO
A	Altíssima complexidade	40	40
B	Alta complexidade	32	32
C	Média-alta complexidade	24	24
D	Média complexidade	16	16
E	Média-baixa complexidade	8	8
F	Baixa complexidade	4	4
G	Baixíssima complexidade	2	2

ANEXO III

TABELA DE ATIVIDADES

Grupo de Atividades (código)	Atividade (descrição)	Atividade (código)	Faixa de complexidade	Tempo de execução em horas (presencial)	Tempo de execução em horas (teletrabalho)	Ganho de produtividade (percentual)	Entregas esperadas
ADM_INPE	INPE - Elaboração e/ou revisão de relatórios, pareceres, notas técnicas, documentos opinativos, normativos, atas, despachos e outros expedientes	AT01	A	40	40	0	Nota técnica, nota informativa, relatório, ata ou despacho produzidos ou editados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Produção ou edição de manual, tutorial, FAQ, apresentação, slides, videos, podcast ou outras forma de comunicação e/ou capacitação.	AT02	A	40	40	0	Manual, tutorial ou outra forma de comunicação e/ou capacitação produzida ou editada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Elaboração e/ou revisão de planilhas	AT03	A	40	40	0	Planilha elaborada e/ou revisada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Produção ou edição de convênio, parceria, acordo de cooperação, contrato ou outros instrumentos afins	AT04	A	40	40	0	Convênio, parceria, acordo de cooperação, contrato ou outros instrumentos produzidos ou editados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Prestação de serviço de gestão e/ou fiscalização de contratos, convênios ou parcerias acordos de cooperação ou instrumentos afins	AT05	A	40	40	0	Contratos, convênios, parcerias, acordos de cooperação ou instrumentos a fins geridos e/ou fiscalizados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Produção ou edição de comunicação interna ou externa	AT06	A	40	40	0	Comunicação interna ou externa produzida ou editada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Elaboração e/ou revisão de processos, procedimentos, instrumentos ou outros artefatos	AT07	A	40	40	0	Processos, procedimentos ou outros artefatos elaborados e/ou revisados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Participação em reuniões ou outros eventos	AT08	A	40	40	0	Participação em reunião ou outros eventos efetivada (registro de presença, pauta, relatório, memória de reunião, cronograma, agenda, e-mail, ata, documentos similares ou outros resultados.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	

			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Interações com outras instituições para intercâmbio de conhecimento e outras formas de colaboração	AT09	A	40	40	0	Interações realizadas com suas finalidades específicas alcançadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Participação em órgãos colegiados (comissões, conselhos, comitês, grupos de trabalho, e similares)	AT10	A	40	40	0	Resultados ou encaminhamentos relatados ou registrados (registro de presença, pauta, ata de reunião, memória de reunião, relatório, documento, email, documentos similares ou outros resultados)
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Prestação de serviço de ensino ou treinamento	AT11	A	40	40	0	Serviço de ensino ou treinamento prestado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Participação em ação de desenvolvimento profissional em serviço	AT12	A	40	40	0	Certificado de participação, conclusão, diploma ou registro da atividade
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Atividades administrativas de apoio (tratamento de demandas diversas, orientações, interface entre servidores e outros setores e similares)	AT13	A	40	40	0	Atividade administrativa de apoio realizada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Atividades administrativas gerenciais relacionadas a processos de planejamento, orçamento, finanças, de patrimônio, de pessoal, administrativos ou outros	AT14	A	40	40	0	Atividades administrativas gerenciais realizadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Análise, tratamento, instrução, produção de expedientes e/ou encaminhamento de processos	AT15	A	40	40	0	Processo analisado, instruído e/ou encaminhado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Gestão de documentos (organização e monitoramento de documentos e informações, como processos no SEI, arquivos ou pastas físicos ou eletrônicos, e-mail, e similares)	AT16	A	40	40	0	Documentos geridos, organizados e monitorados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Prestação de serviço de atualização de bases de dados ou de sistemas informatizados	AT17	A	40	40	0	Bases de dados ou sistemas informatizados atualizados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Levantamento, análise e/ou tratamento de informações em bases de dados ou sistemas informatizados	AT18	A	40	40	0	Informações produzidas (base de dados ou sistema informatizado atualizado, documentação de tempo de monitoramento ou relatório, planilha, gráfico, tabela, etc.)
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Estudo ou pesquisa de normativos ou de outros documentos técnicos, e acompanhamento de atualizações	AT19	A	40	40	0	Estudo ou pesquisa realizados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Prestação de serviço de planejamento ou organização de reuniões e eventos virtuais ou presenciais	AT20	A	40	40	0	Serviço de planejamento ou organização de reuniões e eventos virtuais ou presenciais
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Supervisão de bolsistas e estagiários	AT21	A	40	40	0	Supervisão executada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	

			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Elaboração ou apoio na elaboração de Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico para aquisição de bens ou serviços	AT22	A	40	40	0	Estudo técnico preliminar, termo de referência ou projeto básico
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Ações relacionadas à gestão, divulgação e dissiminação da informação (atendimento à imprensa, à sociedade em geral, às pessoas jurídicas, aos parceiros, às autoridades, à defesa civil e às universidades, consultas recebidas por e-mail, telefone, FalaBR, clipping de notícias, eventos, divulgação interna, entre outros)	AT23	A	40	40	0	Demanda atendida / resposta fornecida, notícia publicada, evento divulgado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Ações relacionadas à formação de pessoas, orientação de alunos, supervisão de bolsistas e estagiários	AT24	A	40	40	0	Comprovação de participação como professor, orientador, mentor, membro de bancas ou equivalente em cursos, eventos e atividades de formação de pessoas em áreas de atuação do INPE, relatório de avaliação, ata de reunião, disponibilização de material didático
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Participação em Bancas de Concursos ou de Avaliação de Estudantes	AT25	A	40	40	0	Relatórios das bancas, informações públicas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
ADM_INPE	INPE - Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico	AT26	A	40	40	0	Coordenação ou par. em pesq. e/ou proj. cien. e tec.; desen. ou oper. de pes. e/ou prod. cie. ou tec.; Elaboração, edi., rev. ou pub. de: liv., cap. de liv., pub., rel., art., doc. téc., proc., manual, nota téc. ou min. de reu.; desen. ou oper. de sis., prod., prot., soft., cód.-font. ou téc. oper.; ter. de rec. ou ord. de forn. de bens/serv.; ativ. ou mat. de div. cien. e tecn. reali.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	CGGO - Operação de Sistemas Federais (de Administração de Serviços Gerais, de Administração e Planejamento Orçamentário e Financeiro, de Gestão de Recursos Humanos, de Informações Patrimoniais, de Investimentos em Infraestrutura, etc.)	AT27	B	32	32	0	Operação do Sistema Realizada
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Coordenação de atividades de vistoria e inspeção de edificações, vias de acesso, instalações gerais, instalações prediais, elétricas, hidrosanitárias e climatização.	AT28	B	32	32	0	Vistorias e inspeções realizadas
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Estabelecimento, mapeamento, melhoria, difusão e avaliação periódica de processos organizacionais	AT29	B	32	32	0	Processos mapeados, revisados e difundidos
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Ajuste de procedimentos para garantir aderência com atualização de legislação, sistemas, orientações normativas, e outros afins.	AT30	B	32	32	0	Procedimentos ajustados
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Definição, coleta e análise de indicadores de desempenho organizacionais	AT31	B	32	32	0	Indicadores de desempenho organizacionais definidos, coletados e analisados
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Mapeamento e gestão de riscos organizacionais	AT32	B	32	32	0	Riscos Organizacionais mapeados e geridos
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	CGGO - Assessoria e apoio técnico nas operações de gestão	AT33	B	32	32	0	Assessoria e apoio técnico prestado
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	COGRH - Prestação de serviço para Avaliação de Desempenho dos servidores	AT34	B	32	32	0	Avaliaçõesde Desempenho para fins de gratificação, progressão/promoção e/ou estágio probatório realizadas
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para contratação e manutenção de estagiários	AT35	B	32	32	0	Serviço de contratação e manutenção de estagiários prestado
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para Aposentadoria, Pensão e Abono de Permanência	AT36	B	32	32	0	Aposentadoria, Pensão e/ou Abono de Permanência efetuados
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para atualizações cadastrais	AT37	B	32	32	0	Atualizações cadastrais realizadas
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para pagamentos	AT38	B	32	32	0	Pagamentos realizados
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para controle de Licenças	AT39	B	32	32	0	Controle de Licenças realizado
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para Análise e/ou Comunicação de Acidentes em serviço	AT40	B	32	32	0	Análise e/ou Comunicação de Acidentes em serviço realizado
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	

GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para Análise em Atividades Insalubres/Periculosas	AT41	B	32	32	0	Análise em Atividades Insalubres/Periculosas realizada
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para Análise de contagem de tempo especial	AT42	B	32	32	0	Análise de contagem de tempo especial realizada
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	DIGEP - Prestação de serviço para Laudos e relatórios técnicos	AT43	B	32	32	0	Laudos e relatórios técnicos realizados
			D	16	16	0	
			F	4	4	0	
GO_INPE	COTIC - Governança de TIC	AT44	A	40	40	0	Processos de TIC gerenciados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Gestão da Segurança da Informação de TIC	AT45	A	40	40	0	Ambiente de TIC Seguro
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Licitação e contratação de bens e serviços de TIC	AT46	A	40	40	0	Bens e serviços de TIC licitados e contratados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Manutenção e sustentação de sistemas e portais institucionais	AT47	A	40	40	0	Sistemas e portais institucionais operacionais
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Gestão da infraestrutura de dados institucionais	AT48	A	40	40	0	Infraestrutura de dados operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Gestão da infraestrutura institucional de TIC	AT49	A	40	40	0	Infraestrutura institucional de TIC operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Gestão da infraestrutura de redes e comunicação de dados	AT50	A	40	40	0	Infraestrutura de redes e comunicação de dados operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Assessoria e apoio técnico	AT51	A	40	40	0	Assessoramento e apoio técnico prestado para as demais áreas do INPE
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Análise de novas tecnologias de TIC para uso no INPE	AT52	A	40	40	0	Novas tecnologias avaliadas para uso no INPE
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Atendimento a usuários de serviços de TIC	AT53	A	40	40	0	Atendimento realizado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COTIC - Elaboração de políticas e normas de TIC	AT54	A	40	40	0	Políticas e normas elaboradas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GO_INPE	COPOA - Preparação de termos, relatórios e estudos referentes ao TCG, PDU, relatórios de gestão, TED e outras demandas internas e externas (Presidência da República, AEB, Fapesp, INPE e outros)	AT55	A	40	40	0	Termos, relatórios e estudos preparados
			B	32	32	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COPOA - Elaboração, revisão e acompanhamento de LOA e PPA	AT56	A	40	40	0	Fases da PLOA elaboradas, LOA da unidade revisada, PPA da unidade elaborado, revisado e monitorado
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COPOA - Gerenciamento de sistemas informatizados de planejamento, orçamento e avaliação (RING, SIPLAN, Dashboard e outros)	AT57	B	32	32	0	Sistemas gerenciados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COPOA - Realização da programação orçamentária para publicação da Planilha de Previsão de Despesas - PPD	AT58	B	32	32	0	PPD publicada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	

GO_INPE	COPOA - Acompanhamento da evolução da execução orçamentária	AT59	B	32	32	0	Planilha de acompanhamento atualizada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração do Plano de Contratações Anual da unidade no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC	AT60	C	24	24	0	Plano de Contratações Anual da unidade elaborado e inserido no PGC
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração de Documento de Formalização de Demanda - DFD	AT61	C	24	24	0	DFD elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração de Mapa de Riscos	AT62	C	24	24	0	Mapa de Riscos elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração de Termo de Referência - TR	AT63	C	24	24	0	TR elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração de Projeto Básico - PB	AT64	C	24	24	0	PB elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços de referência de procedimentos licitatórios para contratação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	AT65	C	24	24	0	Planilha de Custos e Formação de Preços de referência elaborada
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Instrução processual com as Notas Fiscais/Faturas e documentos para pagamento	AT66	C	24	24	0	Processo instruído com os documentos pertinentes e apto para a liquidação/pagamento da despesa
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Instrução processual com a documentação para a formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reajuste, repactuação, aplicação de sanções, rescisão e extinção dos contratos	AT67	C	24	24	0	Processo instruído com os documentos pertinentes para a prorrogação, alteração, reajuste, repactuação, aplicação de sanções, rescisão e extinção dos contratos
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Gestão de materiais e patrimônio	AT68	C	24	24	0	Gestão de patrimônio realizada
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Realização de atividades de orçamento referente à emissão de nota de empenho/reforço/cancelamento	AT69	C	24	24	0	Empenho/Reforço/Cancelamento de Norta de Empenho emitido
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COENE - Realização de procedimentos licitatórios, por meio de pregão eletrônico ou pregão SRP, para aquisição de bens, contratação de prestação de serviços, ou emissão de ata de registro de preços	AT70	B	32	32	0	Procedimento licitatório de pregão eletrônico ou pregão SRP realizado
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COESU - Elaboração ou edição de termo de referência, estudo técnico preliminar e mapa de riscos de contratações	AT71	A	40	40	0	Termo de referência, estudo técnico preliminar e mapa de riscos de contratações elaborado ou editado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GO_INPE	COESU - Elaboração de projeto básico e demais documentos para compras e contratações	AT72	A	40	40	0	Projeto básico e demais documentos para compras e contratações elaborados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GO_INPE	COESU - Elaboração ou edição de documentos necessários às prorrogações e repactuações de contratos continuados	AT73	A	40	40	0	Documentos necessários às prorrogações e repactuações de contratos continuados elaborados ou editados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GO_INPE	COESU - Fiscalização administrativa das aquisições e contratações de serviços	AT74	C	24	24	0	Fiscalização administrativa de compras e contratações realizada
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COESU - Análise de documentos para liberação de valores retidos em conta vinculada aos contratos de mão de obra	AT75	A	40	40	0	Liberação dos valores em conta vinculada realizada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GO_INPE	COESU - Análise e acompanhamento de processos relacionados ao patrimônio	AT76	C	24	24	0	Análise e acompanhamento de processos relacionados ao patrimônio realizados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COECO - Elaboração, gestão e monitoramento de processos com documentação pertinente para aquisição de bens e contratação de serviços.	AT77	A	40	40	0	Documentos geridos, organizados e monitorados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
GO_INPE	COECO - Elaboração de processo de pagamento de fornecedor dos contratos terceirizados de serviços e compras em geral.	AT78	A	40	40	0	Processo instruído com os documentos pertinentes e apto para a liquidação/pagamento da despesa realizado.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração do Plano de Contratações Anual da unidade no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC	AT79	B	32	32	0	Plano de Contratações Anual da unidade elaborado e inserido no PGC
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração de Documento de Formalização de Demanda - DFD	AT80	C	24	24	0	DFD elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Criação de Requisição de Compras - RC	AT81	B	32	32	0	RC criada
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Realização de Estudos Técnicos Preliminares - ETP	AT82	A	40	40	0	ETP realizado
			B	32	32	0	
			C	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração de Mapa de Riscos	AT83	A	40	40	0	Mapa de Riscos elaborado
			B	32	32	0	
			C	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração de Termo de Referência - TR	AT84	A	40	40	0	TR elaborado
			B	32	32	0	
			C	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração de Projeto Básico - PB	AT85	A	40	40	0	PB elaborado
			B	32	32	0	
			C	16	16	0	
GO_INPE	COEAM - Elaboração de Planilha de Custos e Formação de Preços de referência de procedimentos licitatórios para contratação de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra	AT86	C	24	24	0	Planilha de Custos e Formação de Preços de referência elaborada
			D	16	16	0	

			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Realização de Pesquisa de Preços em: Painel de Preços do Governo Federal; aquisições e contratações similares de outros entes públicos; sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; e fornecedores	AT87	C	24	24	0	Pesquisa de Preços realizada
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Realização do recebimento provisório e defintivo com a emissão de Termo de Ateste de Recebimento	AT88	C	24	24	0	Termo de Ateste de Recebimento elaborado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Instrução processual com as Notas Fiscais/Faturas e documentos para pagamento	AT89	C	24	24	0	Processo instruído com os documentos pertinentes e apto para a liquidação/pagamento da despesa
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Instrução processual com a documentação para a formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reajuste, repactuação, aplicação de sanções, rescisão e extinção dos contratos	AT90	C	24	24	0	Processo instruído com os documentos pertinentes para a prorrogação, alteração, reajuste, repactuação, aplicação de sanções, rescisão e extinção dos contratos
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GO_INPE	COEAM - Gestão de materiais e patrimônio	AT91	C	24	24	0	Gestão de patrimônio, incluindo inventário, movimentação e baixa realizados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GAB_INPE	COGAB - Atendimento de Ouvidoria e Informações ao Cidadão (LAI)	AT92	A	40	40	0	Solicitações atendidas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	COGAB - Acompanhamento e envio ao MCTI de Solicitações de Afastamento do País	AT93	A	40	40	0	Definição do processo (publicação ou não publicação do processo no DOU)
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	COGAB - Atendimento de demandas diversas recebidas por ligações telefônicas, e-mail ou outros meios	AT94	D	16	16	0	
			E	8	8	0	Atendimento realizado
			F	4	4	0	
GAB_INPE	COGAB - Acompanhamento da agenda do Diretor e Coordenador do Gabinete	AT95	B	32	32	0	
			C	24	24	0	Reuniões e visitas recebidas
			D	16	16	0	
GAB_INPE	SEREL - Participação em reuniões com instituições nacionais e internacionais	AT96	A	40	40	0	Reuniões com instituições nacionais ou internacionais realizadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Organização de workshops para prospectar eventuais cooperações	AT97	A	40	40	0	Workshops realizados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Envio de informações sobre as áreas de atuação do INPE a agentes externos	AT98	E	8	8	0	Documentos (ofícios, mensagens eletrônicas) enviados
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GAB_INPE	SEREL - Negociação de cooperações nacionais ou internacionais com as contrapartes, por meio de videoconferências ou reuniões presenciais	AT99	A	40	40	0	Reuniões com instituições nacionais ou internacionais realizadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Elaboração de eventuais minutas de ofício do diretor acerca de cooperações nacionais ou internacionais	AT100	A	40	40	0	Ofícios assinados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Negociação de eventuais recomendações da CJU/SJC, da CONJUR/MCTI ou da consultoria jurídica da contraparte	AT101	A	40	40	0	Documento (memorando, ofício ou parecer) com respostas às recomendações assinados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Elaboração de memorando com verificação da consonância do protocolo de intenções com o padrão definido pela CJU/SJC	AT102	D	16	16	0	Memorando assinado
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
GAB_INPE	SEREL - Verificação a versão final do instrumento	AT103	E	8	8	0	Versão final do protocolo de intenções concluído
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GAB_INPE	SEREL - Encaminhamento do instrumento para publicação no site do INPE e/ou DOU	AT104	E	8	8	0	Instrumento publicado
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GAB_INPE	SEREL - Elaboração de memorandos solicitando subsídios ou informações das áreas técnicas, a fim de responder a demandas internas ou externas	AT105	E	8	8	0	Memorandos ou e-mails enviados
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GAB_INPE	SEREL - Consolidação de informações solicitadas	AT106	C	24	24	0	Planilhas e/ou documentos consolidados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
GAB_INPE	SEREL - Elaboração de minutas de ofício do diretor ou ofícios, memorandos ou e-mails do chefe do SEREL com as respostas consolidadas sobre demandas internas ou externas	AT107	A	40	40	0	Ofícios memorandos ou e-mails enviados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SEREL - Divulgação interna, por meio de memorandos ou e-mails, sobre eventos, chamadas conjuntas, notícias ou informações fornecidas por agentes externos	AT108	E	8	8	0	Memorandos ou e-mails
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GAB_INPE	SEREL - Elaboração de memorando solicitando subsídios às áreas técnicas para atender a demandas internas e externas e participações da Direção em reuniões, viagens e eventos	AT109	E	8	8	0	Documentos elaborados
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	

GAB_INPE	SEREL - Elaboração de nota informativa com subsídios para eventuais participações da Direção em reuniões, viagens e eventos	AT110	A	40	40	0	Notas informativas elaboradas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
GAB_INPE	SECOM - Desenvolvimento de conteúdo digital para divulgação no site do INPE e redes sociais oficiais	AT111	A	40	40	0	Divulgação realizada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
AND_INPE	COAND - Atendimento de demandas de órgãos de controle ou demandas normativas de unidades internas	AT112	A	40	40	0	Atendimento realizado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
AND_INPE	SEAND - Elaboração, revisão e/ou publicação de Portarias e outros atos normativos	AT113	A	40	40	0	Portaria ou outro ato normativo elaborado, revisado e/ou publicado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
GPI_INPE	COGPI -Desenvolvimento e atualização de ferramenta de TI para gestão do portfólio, programas e projetos	AT114	A	40	40	0	Ferramenta de TI desenvolvida e/ou atualizada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI -Assessoria em planejamento, monitoramento, avaliação e/ou controle de portfólios, programas, e criações intelectuais	AT115	A	40	40	0	Assessoria prestada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI -Gestão da propriedade intelectual e acompanhamento de ativos registrados no INPI	AT116	A	40	40	0	Gestão e/ou acompanhamento realizados
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI -Assessoria e orientação para análise e registro de novos pedidos de ativos no INPI	AT117	A	40	40	0	Assessoria e orientação prestada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI -Assessoria e orientação para análise e acompanhamento de contratos de ajuste de propriedade intelectual	AT118	A	40	40	0	Assessoria e orientação prestada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI -Apoio ao desenvolvimento, alinhamento e padronização de ferramentas, métodos, normas e processos de gestão de projetos e programas	AT119	A	40	40	0	Apoio prestado
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Provisão de suporte consultivo e supervisão do gerenciamento de riscos em projetos e programas	AT120	A	40	40	0	Suporte e supervisão providos
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Realização de auditorias de gestão da qualidade de projetos e programas	AT121	A	40	40	0	Auditoria realizada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Disseminação de boas práticas e lições aprendidas de gestão da inovação e de projetos e programas	AT122	C	24	24	0	Disseminação realizada
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
GPI_INPE	COGPI - Apoio à implementação da gestão da sustentabilidade nos projetos e programas	AT123	C	24	24	0	Apoio realizado
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
GPI_INPE	COGPI - Orientação de bolsistas associados aos projetos da coordenação	AT124	C	24	24	0	Orientação realizada
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
GPI_INPE	COGPI - Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação de portfólio, programas e projetos	AT125	A	40	40	0	Planejamento, formalização, acompanhamento e/ou avaliação realizados
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Desenvolver estudos de prospecção tecnológica e planejamento, coordenação, atualização e/ou avaliação do roadmap tecnológico do INPE	AT126	A	40	40	0	Estudos, planejamento, coordenação, atualização e/ou avaliação realizados
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Gestão de projetos e programas alocados na coordenação	AT127	A	40	40	0	Gestão realizada
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
GPI_INPE	COGPI - Apoio à prospecção institucional de recursos extraorçamentários	AT128	A	40	40	0	Apoio realizado
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Coleta, preservação e disseminação da produção intelectual do INPE na Biblioteca Digital	AT129	C	24	24	0	Produção científica coletada, depositada e preservada na biblioteca digital
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - nclusão e atualização de publicações técnico-científicas do INPE na Biblioteca Digital	AT130	C	24	24	0	Produção científica depositada e atualizada na Biblioteca Digital
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Inclusão de notícias sobre o INPE na Biblioteca Digital	AT131	C	24	24	0	Notícias incluídas e disponibilizadas na Biblioteca Digital
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Inventário das publicações do acervo	AT132	B	32	0	0	Publicações inventariadas
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Revisão de teses e dissertações	AT133	C	24	24	0	Teses e dissertações revisadas
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Editoração de Teses, Dissertações e Outros Documentos do INPE	AT134	C	24	24	0	Publicações formatadas de acordo com as normas do INPE

			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Finalização de documentos técnico-científicos para disponibilização	AT135	C	24	24	0	Documentos publicados na Biblioteca Digital
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Cadastro e atualização de publicações no sistema de gerenciamento de acervos	AT136	C	24	24	0	Publicações cadastradas e sistema atualizado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Preparo e restauro de publicações para disponibilização no acervo	AT137	C	24	24	0	Publicações preparadas para disponibilização
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Avaliação de publicações recebidas em doação	AT138	C	24	24	0	Doações avaliadas
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Avaliação do acervo bibliográfico	AT139	C	24	24	0	Acervo avaliado periodicamente
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Guarda de publicações (devolvidas ou usadas no acervo)	AT140	C	24	24	0	Publicações guardadas corretamente
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Cadastro de usuários	AT141	C	24	24	0	Usuários cadastrados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Empréstimo, renovação e devolução de publicações	AT142	C	24	24	0	Registro das circulações do acervo bibliográfico
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIBIB - Atendimento ao usuário	AT143	C	24	24	0	Usuários atendidos
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Comutação bibliográfica e Empréstimo entre Bibliotecas	AT144	C	24	24	0	Solicitações efetivadas
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Matrícula de alunos	AT145	C	24	24	0	Alunos matriculados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Atualização e divulgação de disciplinas oferecidas	AT146	D	16	16	0	Disciplinas cadastradas e divulgadas
			E	8	8	0	
			G	2	2	0	
EPE_INPE	DIPGR - Atendimento a docentes e discentes	AT147	B	30	30	0	Atendimentos realizados
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Preparação e emissão de declarações, diplomas e outros documentos	AT148	B	30	30	0	Declarações, diplomas e outros documentos emitidos
			C	24	24	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Controle de bolsas da CAPES	AT149	D	16	16	0	Bolsas cadastradas e registros efetuados (cancelamento, atualização de dados, e atividades similares)
			E	8	8	0	
			G	2	2	0	
EPE_INPE	DIPGR - Acompanhamento acadêmico dos alunos	AT150	C	24	24	0	Relatório de acompanhamento efetuado
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Cadastro de docentes e orientadores	AT151	C	24	24	0	Docentes e orientadores cadastrados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Supervisão das atividades do Serviço de Pós-Graduação	AT152	C	24	24	0	Atividades do SPG supervisionadas
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Supervisão das atividades da Pós-Graduação	AT153	D	16	16	0	Atividades da Pós-Graduação supervisionadas
			E	8	8	0	
			F	5	5	0	
EPE_INPE	DIPGR - Preparação e oferecimento de cursos de extensão	AT154	D	16	16	0	Cursos de extensão preparados e ministrados
			E	8	8	0	
			F	5	5	0	
EPE_INPE	DIPGR - Preparação, oferecimento e/ou avaliação de cursos de pós-graduação	AT155	C	24	24	0	Cursos de pós-graduação preparados, ministrados e/ou avaliados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Participação em bancas de pós-graduação	AT156	D	16	16	0	Participação em banca efetivada
			E	8	8	0	
			G	2	2	0	
EPE_INPE	DIPGR - Publicações de trabalhos oriundos da pós-graduação em periódicos e eventos	AT157	C	24	24	0	Trabalhos apresentados e/ou publicados
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIPGR - Orientação de alunos de pós-graduação	AT158	C	24	24	0	Alunos orientados e titulados (mestrado e doutorado)
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
EPE_INPE	DIFPD - Atividades administrativas relativas ao processo seletivo de bolsistas (edital, inscrições, avaliações, recursos e outras atividades)	AT159	A	40	40	0	Atividades administrativas realizadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
EPE_INPE	DIFPD - Análise de processos referentes a solicitações de crachás de bolsistas	AT160	A	40	40	0	Processos analisados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
EPE_INPE	DIEXC - Preparação e emissão de declarações, certificados e outros documentos	AT161	C	24	24	0	Declarações, certificados e outros documentos elaborados e entregues
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
EPE_INPE	DIEXC - Recebimento de inscrições e organização de lista de inscritos de Cursos de Capacitação e Extensão	AT162	C	24	24	0	Inscrições recebidas e organizadas
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
EPE_INPE	DIEXC - Desenvolvimento de Ferramenta MOODLE	AT163	B	32	32	0	Desenvolvimento executado
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	

CT_INPE	CGCT - Planejamento, gestão, execução (incluindo representação) ou acompanhamento de atividades	AT164	A	40	40	0	Relatório de atividades, minuta de relatórios
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Planejamento e execução de manutenção de redes observacionais, atividades de laboratório e campo	AT165	A	40	40	0	Plano de manutenção, relatório técnico, relatório de atividade, nota técnica
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Monitoramento e controle de processos, programas, produtos ou dados em modo operacional	AT166	A	40	40	0	Relatório de atividades, documentação de tempo de monitoramento ou ocorrências
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Pesquisa, desenvolvimento e validação de produtos de sensoriamento remoto e de previsão numérica de tempo, clima e qualidade do ar	AT167	A	40	40	0	Relatório técnico da aplicação
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Desenvolvimento e implementação de código de modelos numéricos nas componentes do sistema terrestre	AT168	A	40	40	0	Termo, wiki nos repositórios, relatório e estudo preparado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Execução de processos na modelagem numérica do sistema terrestre e avaliação do desempenho computacional e na representação dos fenômenos atmosféricos	AT169	A	40	40	0	Termo, wiki nos repositórios, relatório e estudo preparado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Desenvolvimento e implementação de código e execução de processos associados a assimilação de dados nas componentes do sistema terrestre	AT170	A	40	40	0	Termo, wiki nos repositórios, relatório e estudo preparado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Desenvolvimento de soluções tecnológicas, como serviços web, pacotes de software, plataformas computacionais e sistemas de informações geográficas e meteorológicas, para armazenamento, processamento, análise e disseminação de dados sócio-ambientais	AT171	A	40	40	0	Artigo, tese e dissertação, relatório de estudos e atividades técnicas, relatório de análise de sistemas e dados, documentação técnica, procedimentos, manual, código-fonte, prova de conceito, protótipo, sistema desenvolvido, versão de sistema, treinamento e capacitação
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CT_INPE	CGCT - Implementação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura de dados e serviços geoespaciais ou sistemas de informação	AT172	A	40	40	0	Instalação de sistemas, atualização de sistemas, atualização de base de dados, relatório de atividades técnicas, análise de sistemas, documentação técnica, procedimentos, manual, código-fonte, monitoramento da infraestrutura de serviços
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Atividades laboratoriais de desenvolvimento científico e tecnológico	AT173	A	40	40	0	Registros de atividades laboratoriais, registros de testes, medições, aferições, integrações, qualificações
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Atividades de análise, modelagem e projetos espaciais	AT174	A	40	40	0	Modelos analíticos, simulações, projetos e relatórios
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Atividades de desenvolvimento de software para sistemas espaciais	AT175	A	40	40	0	Documentos de projeto, código-fonte, bancos de dados, scripts, procedimentos de teste, manuais de usuário, registros de testes, registros de bugs
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Participação em reuniões e revisões técnicas em geral e para aprovação nas fases do ciclo de vida do produto espacial.	AT176	A	40	40	0	Minutas ou registros das reuniões
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	

			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Geração ou revisão de artigos científicos, estudos ou relatórios técnicos	AT177	A	40	40	0	Artigos, estudos, relatórios técnicos, completos ou em redação; registros de revisões de artigos, estudos ou relatórios técnicos
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Geração, revisão ou verificação de documentação contratual e/ou submissão de projetos de pesquisa para garantir adequação dos produtos à sua missão ou para realização de atividade de pesquisa científica	AT178	A	40	40	0	Documentação contratual, completa ou em redação; registros de revisões de documentos contratuais, documentação para projetos de pesquisa, completa ou em redação.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Aulas, incluindo sua preparação, e orientações a bolsistas e alunos como também participar de aperfeiçoamento profissional	AT179	A	40	40	0	Aulas ministradas e orientações realizadas, relatórios de atividades de bolsistas, finais ou parciais
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Apoio em planejamento, monitoramento, avaliação e/ou controle de projetos espaciais e científicos e atividades de gestão de equipes e pessoas	AT180	A	40	40	0	Planejamento, monitoramento e distribuição de atividades, avaliação e alocação de RH nas demandas, controle de frequencia e avaliação, atividades de coordenação acadêmica de curso de pós-graduação.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Atuação no controle e configuração de documentação, durante o desenvolvimento, fabricação e testes de projetos de pesquisa ou produtos espaciais, inclusive os registros.	AT181	A	40	40	0	Registros de documentação configurada, gestão da documentação de projetos e divisões
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Elaboração e adaptação de requisitos de garantia do produto para pequenos satélites	AT182	A	40	40	0	Documento de requisitos de garantia do produto elaborado.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Suporte nas atividades de todas as disciplinas da Garantia do Produto em projetos espaciais.	AT183	A	40	40	0	Nota técnica, nota informativa, relatório, ata ou despacho produzidos ou editados.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Apoio ao desenvolvimento, alinhamento e padronização de ferramentas, métodos, padrões e processos de projetos espaciais bem como a elaboração, registro, gestão e monitoramento de relatórios de não conformidades.	AT184	A	40	40	0	Nota técnica, nota informativa, relatório, ata, despachos produzidos ou editados e registros em geral.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
CE_INPE	CGCE - Atividades de manutenção e cuidados com a infraestrutura predial e laboratorial	AT185	A	40	40	0	Registros de inspeções, avaliação da infraestrutura e infraestrutura operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Atendimento ao usuário: Apoiar as atividades relacionadas à divulgação e ensino de instrumentação meteorológica.	AT186	A	40	40	0	Registro das atividades relacionadas à divulgação e ensino de instrumentação meteorológica.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Gestão de infraestrutura de redes de equipamentos científicos em solo e apoio em atividades de recepção e armazenamento de dados ambientais do INPE.	AT187	A	40	40	0	Apoiar atividades de recepção e armazenamento de dados de instrumentos científicos em solo
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Assessoria e Apoio Técnico: Realizar atividades de Instrumentação (especificação, integração, testes, instalação, calibração e manutenção de distintos sistemas de observação) destinados a gerar dados que ajudem a melhorar os modelos e os produtos desenvolvidos no INPE.	AT188	A	40	40	0	Relatório das atividades de Instrumentação (especificação, integração, testes, instalação, calibração e manutenção de distintos sistemas de observação) destinados a gerar dados que ajudem a melhorar os modelos e os produtos desenvolvidos no INPE.
			B	32	32	0	

			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Controle e manutenção de estações de dados ambientais: Fazer o planejamento e montar uma estação de monitoramento de dados ambientais bem como fazer o tratamento dos dados ambientais.	AT189	A	40	40	0	Publicação/relatório dos metadados e dados da estação ambiental.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Atendimento a Instituições externas: Colaborar com os grupos de pesquisa observacional no país e no exterior no âmbito das atividades relacionadas.	AT190	A	40	40	0	Relatório dos atendimentos/atividades realizados.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Participação em Projetos de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico e Atendimento a Projeto de Dados Ambientais Externos e Institucionais: SONDA, PIRATA, CHUVA, etc.	AT191	A	40	40	0	Relatório das atividades realizadas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Expandir a atuação na área de instrumentação com novos sensores e tecnologias e participação junto às redes de monitoramento operacionais no país	AT192	A	40	40	0	Relatório dos atendimentos/atividades realizados.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Atendimento ao usuário: Fornecer suporte técnico a pesquisadores que necessitem utilizar balões como veículo espacial de baixo custo para pesquisas em ambientes fora da superfície terrestre.	AT193	A	40	40	0	Registro das atividades realizadas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Atividades de lançamento de balões estratosféricos: Gerenciamento, planejamento e execução de lançamentos, rastreio e recuperação de experimentos técnicos/científicos embarcados em balões estratosféricos	AT194	A	40	40	0	Relatório das atividades realizadas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Atividades de desenvolvimento e manutenção: Desenvolvimento de dispositivos e procedimentos para o lançamento dos balões, sistemas eletrônicos de bordo e de solo, operação, manutenção e testes da estação de recepção e transmissão de dados, manutenção dos dispositivos eletromecânicos de lançamento.	AT195	A	40	40	0	Relatório das atividades realizadas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Operação de Sistemas Federais (de Administração de Serviços Gerais, de Administração e Planejamento Orçamentário e Financeiro, de Gestão de Recursos Humanos, de Informações Patrimoniais, de Investimentos em Infraestrutura, etc.)	AT196	A	40	40	0	Operação do Sistema Realizada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Coordenação de atividades de vistoria e inspeção de edificações, vias de acesso, instalações gerais, instalações prediais, elétricas, hidrosanitárias e climatização.	AT197	A	40	40	0	Vistorias e inspeções realizadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Estabelecimento, mapeamento, melhoria, difusão e avaliação periódica de processos organizacionais	AT198	A	40	40	0	Processos mapeados, revisados e difundidos
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Ajuste de procedimentos para garantir aderência com atualização de legislação, sistemas, orientações normativas, e outros afins.	AT199	A	40	40	0	Procedimentos ajustados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	

			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Definição, coleta e análise de indicadores de desempenho organizacionais	AT200	A	40	40	0	Indicadores de desempenho organizacionais definidos, coletados e analisados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COIDS - Mapeamento e gestão de riscos organizacionais	AT201	A	40	40	0	Riscos Organizacionais mapeados e geridos
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Governança do ambiente de supercomputação	AT202	A	40	40	0	Processos de supercomputação gerenciados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Segurança da Informação de TIC no ambiente de supercomputação	AT203	A	40	40	0	Ambiente de TIC Seguro
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Licitação e contratação de ativos de TI no ambiente de supercomputação	AT204	A	40	40	0	Ativos de TI licitados e contratados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da infraestrutura de dados institucionais no ambiente de supercomputação	AT205	A	40	40	0	Infraestrutura de dados operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da infraestrutura de datacenter no ambiente de supercomputação	AT206	A	40	40	0	Infraestrutura de datacenter operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da infraestrutura de redes de alto desempenho e comunicação de dados no ambiente de supercomputação	AT207	A	40	40	0	Infraestrutura de redes de alto desempenho e comunicação de dados operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Assessoria e apoio técnico específico ao ambiente de supercomputação	AT208	A	40	40	0	Assessoramento e apoio técnico prestado para as demais áreas do INPE
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Prospecção de novas tecnologias de TIC	AT209	A	40	40	0	Novas tecnologias avaliadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Atendimento a usuários de serviços de TIC específico ao ambiente de supercomputação	AT210	A	40	40	0	Atendimento realizado
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Elaboração de políticas e normas de TIC específico ao ambiente de supercomputação	AT211	A	40	40	0	Políticas e normas elaboradas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão de procedimentos técnicos relativos ao ambientes de Redes de Alto Desempenho e Segurança da SESUP.	AT212	A	40	40	0	Redação e entrega de novo procedimento.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Apoio técnico as equipes de helpdesk, NOC, suporte nível 1 e 2.	AT213	A	40	40	0	Ordem de serviço atendida e finalizada.
			B	32	32	0	

			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Infraestrutura de virtualização e ambiente de armazenamento do ambiente de Redes de Alto Desempenho e Segurança da SESUP.	AT214	A	40	40	0	Sistemas de virtualização em status operacional.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Atividades administrativas gerenciais relacionadas à armazenamento de dados e retenção de logs	AT215	A	40	40	0	Relatórios de logs atualizados.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Análise, tratamento, produção de relatórios de uso dos recursos de redes da SESUP	AT216	A	40	40	0	Entrega de relatório analítico.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Infraestrutura de Acesso Remoto ao ambiente de Datacenter de Alto Desempenho da SESUP.	AT217	A	40	40	0	Sistema de acesso remoto em status operacional.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Segurança de Redes de Alto Desempenho da SESUP	AT218	A	40	40	0	Sistemas de segurança de rede ativados e operacionais.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Infrasestrutura de Redes de Alto desempenho da SESUP	AT219	A	40	40	0	Equipamentos de rede com status operacional ativo.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Prestação de serviço de atualização de bases de dados de VPN ou de sistemas informatizados	AT220	A	40	40	0	Bases de dados atualizadas e operacionais.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Inovação Tecnológica no ambiente de Redes de Alto Desempenho e Segurança da SESUP.	AT221	A	40	40	0	Implantação de novas tecnologias para redes de alto desempenho.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Elaboração de estatísticas e relatórios estratégicos de Redes de Alto Desempenho e Segurança para tomada de decisão.	AT222	A	40	40	0	Entrega de relatório analitico de estatísticas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da infraestrutura de sistemas de supercomputação	AT223	A	40	40	0	Infraestrutura de sistemas de supercomputação com status operacional
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão de procedimentos técnicos relativos aos ambientes dos sistemas de supercomputação da SESUP.	AT224	A	40	40	0	Redação e entrega de novo procedimento.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	

			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Análise, tratamento, produção de relatórios de uso dos recursos dos sistemas de supercomputação da SESUP	AT225	A	40	40	0	Entrega de relatório analítico.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Segurança dos sistemas de supercomputação da SESUP	AT226	A	40	40	0	Sistemas de segurança ativados e operacionais.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Gestão da Inovação Tecnológica no ambiente de Supercomputação da SESUP.	AT227	A	40	40	0	Implantação de novas tecnologias para supercomputadores e clusters de alto desempenho.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SESUP - Elaboração de estatísticas e relatórios estratégicos de sistemas de supercomputação para tomada de decisão.	AT228	A	40	40	0	Entrega de relatório analitico de estatísticas.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Coordenação das atividades relacionadas ao serviço de rastreio, controle e recepção de dados de satélites e das atividades de operações e sistemas de solo a serem realizadas no Instituto	AT229	A	40	40	0	Atividades de rastreio, controle e recepção e atividades de operações de sistemas de solo coordenadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Utilização da engenharia de sistemas de solo, da engenharia de operações, dentre outros, no desenvolvimento de sistemas para o segmento de controle para missões espaciais	AT230	A	40	40	0	Sistemas de segmento de controle para missões espaciais desenvolvidos
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Desenvolvimento e integração de sistemas de software com ênfase em rastreio, controle e recepção de missões espaciais	AT231	A	40	40	0	Sistemas de software desenvolvidos e integrados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Participação no desenvolvimento de simuladores de satélite, dinâmica de voo e navegação, planejamento e automatização de operações	AT232	A	40	40	0	Sistemas de simuladores de satélite, dinâmica de voo e navegação, planejamento e automatização de operações desenvolvidos e operacionais
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Estabelecimento de diretrizes que favoreçam o uso comum de sistemas de solo ao longo do ciclo de vida das missões espaciais	AT233	A	40	40	0	Sistemas de solo com uso comum entre missões espaciais
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Planejamento e execução das atividades de rastreio e controle de satélites do Instituto	AT234	A	40	40	0	Rastreio e controle de satélites executados conforme planejamento
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Planejamento da operação da carga útil das missões espaciais sob a responsabilidade do Instituto	AT235	A	40	40	0	Cargas úteis das missões espaciais operadas conforme planejamento
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Planejamento e execução das atividades de dinâmica de voo e navegação	AT236	A	40	40	0	Atividades de dinâmica de voo e navegação planejadas e executadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Realização das atividades de pesquisa na área de simulação, dinâmica de voo, automatização de sistemas de controle e planejamento	AT237	A	40	40	0	Relatórios de pesquisa em simulação, dinâmica de voo, automatização de sistemas de controle e planejamento
			B	32	32	0	

			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	CORCR - Participação nas atividades de validação dos bancos de dados de telemetria e telecomando de sistemas espaciais	AT238	A	40	40	0	Bancos de dados de telemetria e telecomando de sistemas espaciais validados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Execução das atividades de rastreio e controle de satélites do Instituto ou que sejam objeto de acordos institucionais;	AT239	A	40	40	0	Atividades de rastreio e controle de satélites executadas
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Realização de atividades de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico e operacional com instituições nacionais e internacionais, no âmbito de sua competência	AT240	A	40	40	0	Atividades de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico e operacional realizadas, no âmbito de competência do SECOR
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Prestação de serviços nas atividades de rastreio, recepção e controle de satélites com instituições nacionais e internacionais, na sua área de competência;	AT241	A	40	40	0	Serviços nas atividades de rastreio, recepção e controle de satélites prestados
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Rastreio e recepção dos dados de carga útil de missões espaciais institucionais	AT242	A	40	40	0	Missões espaciais rastreadas e dados de carga útil recebidos
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Manutenção e operação da infraestrutura de recebimento de dados de rastreio e controle	AT243	A	40	40	0	Infraestrutura de recebimento de dados de rastreio e controle mantida e operada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	SECOR - Modernização da infraestrutura de recepção de dados de carga útil, conforme demanda institucional	AT244	A	40	40	0	Infraestrutura de recepção de dados de carga útil modernizada
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Coordenar as atividades de manufatura, montagem, integração, testes e ensaios ambientais de produtos destinados ao desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e aplicações espaciais, realizadas pelo Instituto.	AT245	A	40	40	0	Produtos desenvolvidos e qualificados para aplicações espaciais e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a montagem, a integração, testes funcionais e de desempenho, testes ambientais de desenvolvimento, qualificação e aceitação para componentes, materiais, equipamentos, subsistemas e sistemas de aplicação espacial.	AT246	A	40	40	0	Atividades de AIT realizadas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar medidas de propriedades físicas, alinhamento óptico e balanceamento em equipamentos, subsistemas e sistemas de aplicação espacial.	AT247	A	40	40	0	Medidas realizadas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar testes de antenas e testes de interferência e compatibilidade eletromagnética, testes funcionais, testes de desempenho e testes de segurança elétrica em equipamentos, subsistemas e sistemas	AT248	A	40	40	0	Testes realizados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Participar e dar suporte à execução das atividades de verificação e de validação de produtos espaciais.	AT249	A	40	40	0	Atividades de suporte em V&V realizadas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	

			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Participar e dar suporte às atividades de validação dos bancos de dados de telemetria e telecomando de sistemas espaciais.	AT250	A	40	40	0	Atividades de suporte em validação dos bancos de dados de telemetria e telecomando de sistemas espaciais realizadas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o desenvolvimento, a validação e a utilização de métodos e processos utilizados para os trabalhos de verificação, validação, montagem, integração, testes funcionais e ensaios ambientais de equipamentos, subsistemas e sistemas espaciais.	AT251	A	40	40	0	Processos e métodos desenvolvidos e validados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar trabalhos de pesq., especi., desen., proj., inte. e vali. com capac. de util. de equip. de sup., elét. e mecâ. p/ testes funci. e de dispo., ferra., apara., adapt., sens., equip. e sis. p/ ens. ambi. e p/ o man., trans. e est. de prod. espaciais.	AT252	A	40	40	0	Trabalhos realizados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar trabalhos de desenvolvimento, especificação, projeto e validação com capacidade de utilização de sistemas de aquisição, tratamento e disponibilização de dados de ensaios ambientais espaciais.	AT253	A	40	40	0	Desenvolvimento, especificação, projeto e validação de sistemas de aquisição realizados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a aquisição, testes, ensaios ambientais e seleção de materiais, componentes eletrônicos, elétricos e eletromecânicos para uso em ambiente espacial.	AT254	A	40	40	0	Aquisição, testes, ensaios ambientais e seleção de materiais, componentes eletrônicos, elétricos e eletromecânicos para uso em ambiente espacial realizados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o acompanhamento do ciclo de vida de materiais, componentes eletrônicos, elétricos e eletromecânicos, com as correspondentes análises e investigações de falhas, quando necessário.	AT255	A	40	40	0	Acompanhamento do ciclo de vida de materiais, componentes eletrônicos, elétricos e eletromecânicos, com as correspondentes análises e investigações de falhas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a calibração e a garantia da rastreabilidade metrológica de instrumentos, sensores e equipamentos de medição com a correspondente geração e/ou a manutenção de grandezas mecânicas, físicas, elétricas, alta frequência, de tempo e frequência, ambientais e atmosféricas.	AT256	A	40	40	0	Equipamentos calibrados com rastreabilidade metrológica e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Desenvolver métodos, processos, equipamentos e sistemas para metrologia.	AT257	A	40	40	0	Métodos, processos, equipamentos e sistemas para metrologia desenvolvidos e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o desenvolvimento e a utilização de processos químicos e de tratamentos de superfícies, de acordo com as necessidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e científico.	AT258	A	40	40	0	Processos químicos e tratamentos de superfície desenvolvidos e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o projeto mecânico, a fabricação e a instalação de dispositivos, mantas de controle térmico, peças soldadas, protótipos de placas de circuito impresso e de cablagens para aplicações espaciais.	AT259	A	40	40	0	Projeto mecânico, fabricação e instalação de dispositivos, mantas de controle térmico, peças soldadas, protótipos de placas de circuito impresso e de cablagens para aplicações espaciais e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar trabalhos de pintura e de instalação de revestimentos de superfícies que atendam requisitos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e científico espacial.	AT260	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	

			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Modernização da infraestrutura de recepção de dados de carga útil, conforme demanda institucional	AT261	A	40	40	0	Infraestrutura de recepção de dados de carga útil modernizada e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o desenvolvimento, implantação e utilização de métodos e processos de fabricação eletrônica com qualificação espacial.	AT262	A	40	40	0	Métodos e processos de eletrônica com qualificação espacial desenvolvidos e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar o desenvolvimento, implantação e utilização de métodos e processos para a qualidade e a segurança para atividades, meios e instalações.	AT263	A	40	40	0	Métodos e processos para a qualidade e a segurança desenvolvidos para atividades, meios e instalações e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar desenvolvimento, implantação, utilização e suporte de sistemas de informação (hardware e software), que atendam requisitos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e científico espacial.	AT264	A	40	40	0	Sistemas de informação (hardware e software) desenvolvidos e implantados e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Operar a disponibilidade da infraestrutura, das instalações, dos meios de testes e ensaios ambientais e do conjunto de instrumentos e sistemas computacionais do laboratório.	AT265	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Manter as condições ambientais e o controle de contaminação nas áreas de trabalho.	AT266	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a concepção, o desenvolvimento e a implantação de soluções de engenharia para infraestruturas, meios e instalações para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.	AT267	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a prestação de serviços para a sociedade com cursos, extensão, pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de montagem, integração, testes funcionais, de segurança elétrica e de telecomunicações, ensaios ambientais, metrologia, seleção e testes de materiais e componentes eletrônicos, fabricação e engenharia de sistemas.	AT268	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Realizar a prestação de serviços para a sociedade no desenvolvimento e qualificação de métodos, processos e produtos e também em engenharia de instalações, meios e sistemas de testes e na implantação de sistemas da qualidade e da segurança para laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e inovação	AT269	A	40	40	0	Relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	
IP_INPE	COMIT - Prospectar e participar de atividades de cooperação e intercâmbio científico, tecnológico e operacional com instituições nacionais e internacionais, no\ âmbito de sua competência.	AT270	A	40	40	0	Parcerias e cooperações técnico-científicas estabelecidas e relatórios de atividades emitidos.
			B	32	32	0	
			C	24	24	0	
			D	16	16	0	
			E	8	8	0	
			F	4	4	0	
			G	2	2	0	

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Ciência e Responsabilidade, em razão da solicitação de adesão ao Programa de Gestão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações DECLARO que:

I - atendo às condições para participação no Programa de Gestão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;

II - estou ciente do prazo de antecedência mínima de convocação de 48 horas para ocupantes de DAS/FCPE/FG nível 3 e, de 72 horas para os demais ocupantes de DAS/FCPE/FG ou não ocupantes para comparecimento pessoal ao INPE, quando houver interesse fundamentado da Administração e pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados;

III - estou ciente de todas as minhas atribuições e responsabilidades previstas no art. 22 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e conforme transcrito abaixo:

a) cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

b) atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, mediante convocação com

antecedência mínima prevista na norma de procedimentos gerais e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;

c) manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados e ativos;

d) consultar diariamente a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais formas de comunicação do órgão ou entidade de exercício;

e) permanecer em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

f) manter o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagens de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

g) comunicar a chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

h) zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação; e

i) retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade;

IV - disponho de infraestrutura necessária para o exercício das minhas atribuições em teletrabalho, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação;

V - estou ciente que a minha participação no Programa de Gestão do INPE não constitui direito adquirido e nem dever, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020;

VI - estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020;

VII - estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

VIII - estou ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber;

IX - estou ciente quanto às orientações da Portaria n° 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

X - estou ciente que devo prover e manter as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão de internet, de energia elétrica e de telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício das atribuições;

XI - estou ciente que quando ocorrer o desligamento do programa de gestão deverei retornar ao controle de frequência dentro do prazo de 30 dias, após o ato de notificação;

XII - estou ciente que a chefia imediata poderá redefinir minhas metas por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas;

XIII - estou ciente que a chefia imediata e o dirigente da unidade organizacional deverão acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do Programa de Gestão;

XIV - estou ciente que a chefia imediata deverá manter contato permanente com os participantes do Programa de Gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

XV - estou ciente que a chefia imediata deverá aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

XVI - autorizo o fornecimento do número de telefone, fixo ou celular, para contato;

XVII - comprometo em me manter operante, disponível e acessível pela Instituição, durante toda a jornada de teletrabalho, com acesso ao e-mail institucional e ao telefone, nos termos dos artigos 22 e 23 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020;

XVIII - os meus números de telefone estão ativos e atualizados;

XIX - estou ciente quanto ao dever de resguardar a segurança da informação e operar com VPN;

XX - estou ciente que será possível utilizar recursos computacionais (hardware e software) do INPE para trabalho remoto, caso houver disponibilidade e a critério do Instituto, desde que estejam em minha carga e com emissão de guia de remessa;

XXI - estou ciente que todo e qualquer apoio solicitado via helpdesk deverá ser feito via e-mail institucional (@inpe.br) e/ou através da intranet e só serão considerados para serem atendidos exclusivamente nos recursos computacionais (hardware e software) de propriedade do INPE;

XXII - estou ciente que em caso de ocupar DAS/FCPE/FG níveis 1, 2 ou 3 serei inelegível para regime de teletrabalho em execução integral, restringindo-me a optar, se for o caso, por regime de execução parcial (limitada a dois dias por semana na modalidade teletrabalho);

XXIII - estou ciente que em caso de ser substituto de DAS/FCPE/FG níveis 1, 2 ou 3, a modalidade de trabalho durante o período de substituição será definida em comum acordo com titular;

XXIV - estou ciente de que a participação no Programa de Gestão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, modalidade teletrabalho é por ADESÃO VOLUNTÁRIA.

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.403, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.005719/2022-41, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Landis+Gyr Equipamentos de Medição LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 58.900.754/0001-88, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Contador monofásico digital de energia elétrica, modelo: E212;

II - Contador bifásico digital de energia elétrica, modelo: E223;

III - Contador trifásico digital de energia elétrica, modelo: E234;

IV - Unidade remota de comunicação e coleta de dados de medidores de energia elétrica, modelos: M710; P110; B110.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.405, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.019279/2021-28, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa DPR Telecomunicações LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.422.413/0004-07, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, externa, modelos: CTO-DPR-AS8; CTO-DPR-P8; CTO-DPR-P16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.407, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.007560/2022-07, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Intelbras S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 82.901.000/0014-41, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Equipamento de alimentação ininterrupta de energia microprocessado ("UPS" ou "No-break), modelo: ATTIV SEG POWER-BI+.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.408, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.003809/2022-05, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa PADTEC S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 03.549.807/0001-76, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - APARELHO DE INSERÇÃO OU DERIVAÇÃO ÓPTICA, modelo: ROADM WSS FG C+.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.409, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.004225/2022-49, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa DIXI VEXT Comércio de Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 15.077.663/0001-81, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos

em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Aparelho para coleta de dados com função de controle de acesso e frequência, baseado em técnica digital, modelos: IREP I1; IREP I2; IREP I3; IREP I4; IREP I5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.412, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.003756/2022-14, de 17 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Teksea Sistemas de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 12.515.928/0001-98, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 12.515.928/0001-98, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Carregador de acumulador baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.003756/2022-14, de 17 de março de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.413, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.003448/2022-99, de 11 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Teksea Sistemas de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 12.515.928/0001-98, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 12.515.928/0001-98, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Conversor Estático de corrente contínua para corrente alternada, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.003448/2022-99, de 11 de março de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.414, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.003404/2022-69, de 10 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Teksea Sistemas de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 12.515.928/0001-98, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 12.515.928/0001-98, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Equipamento de alimentação ininterrupta de energia microprocessado (UPS ou No break).

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.003404/2022-69, de 10 de março de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.416, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.002891/2022-42, de 25 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Teksea Sistemas de Energia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 12.515.928/0001-98, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 12.515.928/0001-98, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Conversor estático de corrente alternada para corrente contínua, baseado em técnica digital, com função de carregador de acumulador incorporada.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.002891/2022-42, de 25 de fevereiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.417, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.019991/2021-27, de 26 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 82.901.000/0014-41, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 82.901.000/0014-41, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Conversor estático, de alimentação ininterrupta de energia, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.019991/2021-27, de 26 de novembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.418, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.019991/2021-27, de 26 de novembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 82.901.000/0016-03, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 82.901.000/0016-03, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Conversor estático, de alimentação ininterrupta de energia, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.019991/2021-27, de 26 de novembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.419, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.014334/2021-93, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Algcom Indústria e Serviços em Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.985.391/0001-64, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 05.985.391/0001-64, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Gabinete metálico para aparelho de telecomunicações.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.014334/2021-93, de 19 de agosto de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.420, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO EVENTUAL, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.001450/2022-23, de 28 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica OIW Indústria Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.212.549/0007-84, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.212.549/0007-84, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Caixa de Terminação Óptica (CTO);

II - DISTRIBUIDOR DE CONEÇÕES PARA REDES (HUB);

III - Modem para rede de fibra óptica; e

IV - Roteador digital, para rede sem fio.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.001450/2022-23, de 28 de janeiro de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL

COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO CATI Nº 451, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do ALBERT EINSTEIN - Departamento de Inovação e Gestão do Conhecimento, da Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25 , de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o ALBERT EINSTEIN - Departamento de Inovação e Gestão do Conhecimento, da Sociedade Beneficente Israelita Hospital Albert Einstein, CNPJ nº 60.765.823/0001-30, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 452, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Atlântico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Atlântico, CNPJ nº 04.614.281/0001-23, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 453, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - Unidade Salvador como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - Unidade Salvador, CNPJ nº 59.938.217/0005-13, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 454, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - Distrito Federal como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - Distrito Federal, CNPJ nº 59.938.217/0001-90, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 455, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a BRISA - Sociedade para o Desenvolvimento da Tecnologia da Informação - São Paulo, CNPJ nº 59.938.217/0002-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 456, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, CNPJ nº 01.203.327/0001-23, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 457, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do C.E.S.A.R. SUL UNIDADE CURITIBA - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o C.E.S.A.R. SUL UNIDADE CURITIBA - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, CNPJ nº 01.203.327/0002-04, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01/10/2022.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 458, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do C.E.S.A.R Sul - Unidade Sorocaba como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o C.E.S.A.R Sul - Unidade Sorocaba, CNPJ nº 01.203.327/0003-95, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01/10/2022.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 459, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da incubadora CEI (antigo PROINE) - Centro de Empreendedorismo e Incubação da Universidade Federal de Goiás como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a incubadora CEI (antigo PROINE) - Centro de Empreendedorismo e Incubação, vinculada à Universidade Federal de Goiás, CNPJ nº 01.567.601/0001-43, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 460, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do CEPEDI - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o CEPEDI - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus, CNPJ nº 04.835.151/0001-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 461, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o CERTI - Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, CNPJ nº 78.626.363/0001-24, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 462, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Centro de Pesquisa, Tecnologia e Inovação Digital da Fundação IMED (CETID) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro de Pesquisa, Tecnologia e Inovação Digital da Fundação IMED (CETID), CNPJ nº 08.027.218/0001-41, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 463, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do CIETEC - Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o CIETEC - Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia, CNPJ nº 01.948.065/0001-26, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 464, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do CITEB - Fundação Centro de Inovação e Tecnologia da Região de Biguaçu como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o CITEB - Fundação Centro de Inovação e Tecnologia da Região de Biguaçu, CNPJ nº 07.494.190/0001-90, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 465, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da CITEB Incubadora - Centro de Inovação e Tecnologia de Biguaçu como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a CITEB Incubadora - Centro de Inovação e Tecnologia de Biguaçu, vinculada à Fundação Centro de Inovação e Tecnologia da Região de Biguaçu, CNPJ nº 07.494.190/0001-90, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 466, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS, CNPJ nº 68.644.715/0001-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 467, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD, CNPJ nº 02.641.663/0001-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 468, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do INSTITUTO DE PESQUISA ELDORADO como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o INSTITUTO DE PESQUISA ELDORADO, CNPJ nº 02.437.460/0003-79, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 469, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Brasília como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Brasília, CNPJ nº 02.437.460/0001-07, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 470, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Porto Alegre como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Porto Alegre, CNPJ nº 02.437.460/0004-50, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 471, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da EMBRAPA Informática Agropecuaria - Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para Agricultura como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a EMBRAPA Informática Agropecuaria - Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para Agricultura, CNPJ nº 00.348.003/0116-60, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 472, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba, unidade Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FACENS - Faculdade de Engenharia de Sorocaba, unidade Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados, CNPJ nº 45.718.988/0001-67, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 473, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FAI - Faculdade de Administração e Informática, unidade Centro de Desenvolvimento e Pesquisa - CDP, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FAI - Faculdade de Administração e Informática, unidade Centro de Desenvolvimento e Pesquisa - CDP, CNPJ nº 24.492.860/0003-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 474, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FDTE - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, CNPJ nº 43.588.755/0001-61, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 475, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Centro Universitário da FEI, unidade Departamento de Engenharia Elétrica, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro Universitário da FEI, unidade Departamento de Engenharia Elétrica, CNPJ nº 61.023.156/0003-44, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 476, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da Incubadora Sistema Fiep (FIEP) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a incubadora Incubadora Sistema Fiep (FIEP), vinculada à FIEP, CNPJ nº 03.776.284/0001-09, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 477, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FINATEC - Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, CNPJ nº 37.116.704/0001-34, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 478, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Flextronics Instituto de Tecnologia (FIT) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Flextronics Instituto de Tecnologia (FIT), CNPJ nº 05.684.573/0001-03, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 479, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Flextronics Instituto de Tecnologia - Unidade Jaguariúna como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Flextronics Instituto de Tecnologia - Unidade Jaguariúna, CNPJ nº 05.684.573/0002-86, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 480, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FITec MG - Fundação para Inovações Tecnológicas, Minas Gerais como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FITec MG - Fundação para Inovações Tecnológicas, Minas Gerais, CNPJ nº 01.955.808/0002-76, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 481, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FITec PE - Fundação para Inovações Tecnológicas, Pernambuco como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FITec PE - Fundação para Inovações Tecnológicas, Pernambuco, CNPJ nº 01.955.808/0001-95, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 482, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FITec SJC - Fundação para Inovações Tecnológicas, São José dos Campos como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FITec SJC - Fundação para Inovações Tecnológicas, São José dos Campos, CNPJ nº 01.955.808/0005-19, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 483, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da FITec SP - Fundação para Inovações Tecnológicas, São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a FITec SP - Fundação para Inovações Tecnológicas, São Paulo, CNPJ nº 01.955.808/0004-38, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 484, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), unidade Departamento de Sistemas e Computação, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), unidade Departamento de Sistemas e Computação, CNPJ nº 82.662.958/0001-02, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 485, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação - IBTI como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação - IBTI, CNPJ nº 09.429.074/0001-12, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 486, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da IBTI INCUBADORA - Incubadora Internacional de Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a IBTI INCUBADORA - Incubadora Internacional de Tecnologia, vinculada ao Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação, CNPJ nº 09.429.074/0001-12, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 487, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do ICTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o ICTS - Instituto Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Software, CNPJ nº 05.123.972/0001-97, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 488, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a IESD - Incubadora Empresarial Santos Dumont, vinculada à Fundação Parque Tecnológico Itaipu (PTI), CNPJ nº 07.769.688/0001-18, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 489, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), unidade Coordenação de Informática, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), unidade Coordenação de Informática, CNPJ nº 10.825.373/0001-55, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 490, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, unidade Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, unidade Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, CNPJ nº 10.744.098/0001-45, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 491, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), unidade Departamento de Computação (Campus Monte Castelo), como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), unidade Departamento de Computação (Campus Monte Castelo), CNPJ nº 10.735.145/0019-13, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 492, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), unidade SEDE, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), unidade SEDE, CNPJ nº 10.783.898/0001-75, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 493, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, unidade São José, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, unidade São José, CNPJ nº 81.531.428/0001-62, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade

indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 494, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações - Instituto Nacional de Telecomunicações, mantido pela FINATEL - Sede, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações - Instituto Nacional de Telecomunicações, mantido pela FINATEL - Sede, CNPJ nº 24.492.886/0001-04, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 495, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da INCIT - Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a INCIT - Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá, vinculada à Associação Itajubense de Inovação e Empreendedorismo (INOVAI), CNPJ nº 29.186.652/0001-44, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 496, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o INCOR-HC - Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, CNPJ nº 50.644.053/0001-13, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 497, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do INRAD-HC - Instituto de Radiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o INRAD-HC - Instituto de Radiologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, CNPJ nº 60.448.040/0001-22, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 498, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), unidade Campus Teresina Central, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), unidade Campus Teresina Central, CNPJ nº 10.806.496/0001-49, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 499, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do INdT - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o INdT - Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, CNPJ nº 04.802.134/0001-87, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 500, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A (IPT) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A (IPT), CNPJ nº 60.633.674/0001-55, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 501, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o IRT - Instituto Recôncavo de Tecnologia, CNPJ nº 06.328.646/0001-89, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 502, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da ITCG - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Criativos e Inovadores como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a ITCG - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Criativos e Inovadores, vinculada à Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, CNPJ nº 09.261.843/0001-16, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 503, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da Incubadora de Empresas do IFCE como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora de Empresas do IFCE, vinculada ao IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Fortaleza, CNPJ nº 10.744.098/0002-26, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 504, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da Incubadora de Empresas da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (PqTec) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a Incubadora de Empresas da Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (PqTec), vinculada à Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos, CNPJ nº 09.105.890/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 505, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, CNPJ nº 01.715.975/0001-69, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 506, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o LSI-TEC - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico, CNPJ nº 03.018.444/0001-42, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 507, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do LSI-TEC NE - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico Nordeste como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o LSI-TEC NE - Associação do Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico Nordeste, CNPJ nº 09.220.489/0001-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade

indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 508, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Laboratório de TV Digital da Escola de Engenharia Mackenzie, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie, unidade Laboratório de TV Digital da Escola de Engenharia Mackenzie, CNPJ nº 60.967.551/0001-50, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01/10/2022.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 509, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da incubadora MIDITEC - MIDI Tecnológico como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a incubadora MIDITEC - MIDI Tecnológico, vinculada à Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), CNPJ nº 79.307.138/0001-98, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 510, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Norte e Nordeste - NEPEN como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Norte e Nordeste - NEPEN, CNPJ nº 04.991.083/0001-89, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 511, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, unidade Escola Politécnica, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, unidade Escola Politécnica, CNPJ nº 76.659.820/0001-51, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 512, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Escola Politécnica, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Escola Politécnica, CNPJ nº 88.630.413/0002-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 513, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, unidade Laboratórios Especializados em Eletroeletrônica - LABELO, CNPJ nº 88.630.413/0002-81, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 514, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Elétrica, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Elétrica, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 515, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico Científico, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, unidade Instituto Tecgraf de Desenvolvimento de Software Técnico Científico, CNPJ nº 33.555.921/0001-70, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 516, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Instituto Sapientia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Sapientia, CNPJ nº 05.419.051/0001-76, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 517, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SENAC-SP - Centro Universitário SENAC, unidade Área de Pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAC-SP - Centro Universitário SENAC, unidade Área de Pesquisa em Ciências Exatas e Tecnologia, CNPJ nº 03.709.814/0002-79, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 518, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia, unidade Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - CIMATEC, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-BA - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia, unidade Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia - CIMATEC, CNPJ nº 03.795.071/0001-16, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 519, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SENAI-PE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade Instituto Senai de Inovação - ISI TICs, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-PE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, unidade Instituto Senai de Inovação - ISI TICs, CNPJ nº 03.789.272/0001-00, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 520, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Unidade Cidade Industrial de Curitiba - SENAI Londrina, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Unidade Cidade Industrial de Curitiba - SENAI Londrina, CNPJ nº 03.776.284/0022-25, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 521, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC), unidade Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SC), unidade Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados, CNPJ nº 03.774.688/0001-55, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 522, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SENAI-SP - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de São Paulo - Escola SENAI "Armando de Arruda Pereira", como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SENAI-SP - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de São Paulo - Escola SENAI "Armando de Arruda Pereira", CNPJ nº 03.774.819/0026-52, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 523, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SiDi como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SiDi, CNPJ nº 06.176.586/0002-07, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 524, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SiDi Unidade Recife como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SiDi Unidade Recife, CNPJ nº 06.176.586/0001-26, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 525, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SIDIA - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SIDIA - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia, CNPJ nº 05.994.459/0001-71, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 526, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SIDIA-SP - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia (Filial São Paulo) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SIDIA-SP - Sidia Instituto de Ciência e Tecnologia (Filial São Paulo), CNPJ nº 05.994.459/0002-52, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 527, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento do SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar o SOFTEX Recife - Centro de Excelência em Tecnologia de Software do Recife, CNPJ nº 00.501.070/0001-23, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 528, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da SOFTSUL - Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a SOFTSUL - Associação Sul-Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento de Software, CNPJ nº 78.877.226/0001-01, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 529, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da incubadora Supera Incubadora de Empresas de Base Tecnológica como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a incubadora Supera Incubadora de Empresas de Base Tecnológica, vinculada à Fundação Instituto Polo Avançado da Saude de Ribeirão Preto, CNPJ nº 04.755.519/0001-30, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 7º do art. 25 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Parágrafo Único. A manutenção do presente credenciamento fica condicionada à observância, pela credenciada, do disposto no Decreto nº 5.906, de 2006, e na Resolução CATI n° 044, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 530, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da UECE - Universidade Estadual do Ceará, unidade Núcleo de Excelencia em Gestão, Inovação, Tecnologia e Conhecimento - GESTIC, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a UECE - Universidade Estadual do Ceará, unidade Núcleo de Excelência em Gestão, Inovação, Tecnologia e Conhecimento - GESTIC, CNPJ nº 07.885.809/0001-97, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 531, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da UECE - Universidade Estadual do Ceará, unidade Núcleo de Projetos em Tecnologia da Informação - NPTEC, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a UECE - Universidade Estadual do Ceará, unidade Núcleo de Projetos em Tecnologia da Informação - NPTEC, CNPJ nº 07.885.809/0001-97, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 532, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), unidade Núcleo de Tecnologias Estratégicas em Saúde - NUTES, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), unidade Núcleo de Tecnologias Estratégicas em Saúde - NUTES, CNPJ nº 12.671.814/0001-37, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 533, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, unidade Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias - DCET, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz, unidade Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias - DCET, CNPJ nº 40.738.999/0001-95, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 534, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da UFAL - Universidade Federal de Alagoas, unidade Instituto de Computação, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a UFAL - Universidade Federal de Alagoas, unidade Instituto de Computação, CNPJ nº 24.464.109/0001-48, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO CATI Nº 535, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Credenciamento da UFBA - Universidade Federal da Bahia, unidade Departamento de Ciência da Computação - DCC, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.002782/2022-25, de 23/02/2022, resolve:

Art. 1º Credenciar a UFBA - Universidade Federal da Bahia, unidade Departamento de Ciência da Computação - DCC, CNPJ nº 15.180.714/0001-04, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01/10/2022.

HENRIQUE DE OLIVEIRA MIGUEL
Secretário Executivo do Comitê
Substituto

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 7.124, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Permuta Funções Comissionadas Executivas - FCE por Cargos Comissionados Executivos - CCE, de mesmo nível e categoria, do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e no art. 7º, do Decreto nº 11.164, de 8 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Fica efetivada a permuta, na estrutura de Cargos Comissionados e das Funções Comissionadas do Ministério das Comunicações:

I - de uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.07, de Chefe da Divisão de Contratos, da Coordenação de Licitações, Compras e Contratos, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva, por um Cargo Comissionado Executivo - CCE 1.07, de Chefe da Divisão de Programação Financeira, da Coordenação Financeira, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva;

II - de uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.07, de Chefe da Divisão de Conformidade, da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva, por um Cargo Comissionado Executivo - CCE 1.07, de Chefe da Divisão de Acompanhamento de Contratos, da Coordenação de Logística e Patrimônio, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva; e

III - de uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.10, de Coordenadora Financeira, da Coordenação Financeira, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva, por um Cargo Comissionado Executivo - CCE 1.10, de Coordenadora de Contabilidade, da Coordenação de Contabilidade, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria de Orçamento e Administração, da Secretaria-Executiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 2.836, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7356/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53532.003056/2013-05, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTO EM PERNAMBUCO, Fistel nº 07023495185, outorgada para executar o serviço de retransmissão de televisão, por meio do canal nº 9, na localidade de Rio Formoso, estado de Pernambuco, a sanção de cassação, em razão da prática da infração capitulada no art. 30, parágrafo único, do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA Nº 2.837, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7363/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53532.002852/2013-12, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO, Fistel nº 07023498443, outorgada para executar o serviço de retransmissão de televisão, por meio do canal nº 8, na localidade de Ribeirão, estado de Pernambuco, a sanção de cassação, em razão da prática da infração capitulada no art. 30, parágrafo único, do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA Nº 2.880, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7636/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53504.004860/2013-31, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à RÁDIO CLUBE DE MARÍLIA LTDA, Fistel nº 02008010236, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, por meio da frequência de 3235 kHz, na localidade de Marília, estado de São Paulo, a sanção de cassação, em razão da prática da infração capitulada no art. 122, inciso XXIII, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 318 - Processo nº 53504.000971/2021-88
Recorrente/Interessado: BENEDITO DA SILVA RODRIGUES. CPF nº ***.188.993-**

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 122/2022/EC (SEI nº 9136700), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 319 - Processo nº 53542.000218/2020-55
Recorrente/Interessado: ILUMISOL INDUSTRIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI. CNPJ nº 05.592.812/0001-97

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 116/2022/EC (SEI nº 9076461), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 320 - Processo nº 53504.000977/2020-74
Recorrente/Interessado: BENEDITO FELÍCIO DE OLIVEIRA. CNPJ nº ***.788.568-**

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 120/2022/EC (SEI nº 9106869), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo (SEI nº 8719798), com fulcro no art. 116, inciso I, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, em razão de sua intempestividade.

Nº 321 - Processo nº 53500.032699/2019-11
Recorrente/Interessado: BRASIL BANDA LARGA - EIRELI. CNPJ nº 21.276.666/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 126/2022/EC (SEI nº 9193997), integrante deste acórdão, aplicar a sanção de caducidade à BRASIL BANDA LARGA - EIRELI - ME, CNPJ nº 21.276.666/0001-47, extinguindo a autorização de uso da radiofrequência outorgada nos termos do Ato nº 2.476, de 21 de julho de 2016 (SEI nº 0675375), e do Termo de Autorização nº 24/2016, de 26 de julho de 2016 (SEI nº 0636429), em razão de descumprimento ao art. 45 do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências (RUE), aprovado por meio da Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, e do item 4.5 do ANEXO II-B (Faixa de radiofrequências de 2.500 MHz - Lote C) do Edital de Licitação nº 2/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL - Radiofrequências nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz (SEI nº 4508929).

Nº 322 - Processo nº 53500.032324/2018-70
Recorrente/Interessado: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ nº 04.368.865/0001-66

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 98/2022/EC (SEI nº 8929774), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar a sanção de multa no valor de R$ 340.121,66 (trezentos e quarenta mil, cento e vinte e um reais e sessenta e seis centavos), em razão dos descumprimentos dos arts. 11; 13; 22, caput e § 1º; 23, caput e § 1º; 24; 25, caput e § 1º; e 26, caput e § 1º, do Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de dezembro de 2011, para aplicar:

b.1) sanção de advertência, em razão dos descumprimentos dos arts. 11; 13; 24 e 26, caput e § 1º, todos do Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de dezembro de 2011; e,

b.2) sanção de multa, no valor de R$ 323.787,38 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos), em razão dos descumprimentos aos arts. 22, caput e § 1º; 23, caput e § 1º; e 25, caput e § 1º, todos do Regulamento de Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de dezembro de 2011.

Nº 323 - Processo nº 53500.055910/2017-10
Recorrente/Interessado: SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA. CNPJ nº 00.497.373/0001-10

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 124/2022/EC (SEI nº 9170444), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para alterar a classificação da gravidade da infração ao inciso II do art. 68 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), de grave para média;

b) conhecer da Petição extemporânea SEI nº 9163268, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017, e indeferir o pedido nela contido; e,

c) reformar, de ofício, a decisão recorrida no sentido de alterar o valor da sanção de multa aplicada de R$ 21.093.310,24 (vinte e um milhões, noventa e três mil, trezentos e dez reais e vinte e quatro centavos) para R$ 15.034.574,30 (quinze milhões, trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), em razão dos descumprimentos aos arts. 68, incisos I e II, e 101, todos do RGC, aprovado pela Resolução nº 632/2014, a fim de considerar no cálculo da sanção:

c.1) a alteração da classificação da gravidade da infração ao art. 68, inciso II, do RGC para média, bem como a retificação do fator Ut;

c.2) a alteração no fator dano "D" da infração ao art. 68, inciso I, do RGC, de "3" para "2";

c.3) a alteração no fator tempo "T" da infração ao art. 101 do RGC, de "3", para "2"; e,

c.4) a última ROL disponível da prestadora infratora, antes de sua incorporação pela SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ACÓRDÃO Nº 324, DE 9 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53528.000176/2021-11
Recorrente/Interessado: JBS DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 01.117.143/0004-93

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 116/2022/VA (SEI nº 9186656), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, revisando a sanção em respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade; e,

b) reformar, de ofício, o valor total da multa, reduzindo-a de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para R$ 18.835,20 (dezoito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), em decorrência: (i) do afastamento, em 6 (seis) das 8 (oito) multas, da metodologia de sancionamento aprovada por meio da Portaria nº 789, de 26 de agosto de 2014, conforme precedentes do Conselho Diretor; e (ii) da concessão da atenuante prevista no art. 20, inciso V, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, com as alterações efetuadas pela Resolução nº 746, de 22 de junho de 2021.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ACÓRDÃOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 325 - Processo nº 53500.048435/2019-89
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 118/2022/EC (SEI nº 9101591), integrante deste acórdão:

a) retificar a alínea "b" do Acórdão nº 707, de 13 de dezembro de 2018 (SEI nº 3610991), exarado nos autos do Processo nº 53500.007927/2015-91, em virtude da correção de erros materiais identificados no presente processo, nos seguintes termos:

Onde se lê: "b) conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela TELEFÔNICA BRASIL S.A. para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para rever o Despacho Decisório nº 4.253/2015-COGE4/COGE/SCO, de 15 de junho de 2015, alterando-se o valor residual devido em virtude da prorrogação do direito de uso das radiofrequências constantes dos termos de autorização analisados no presente processo para R$ 18.558.554,03 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e três centavos)."

Leia-se: "b) conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela TELEFÔNICA BRASIL S.A. para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para rever o Despacho Decisório nº 4.253/2015-COGE4/COGE/SCO, de 15 de junho de 2015, alterando-se o valor residual devido em virtude da prorrogação do direito de uso das radiofrequências constantes dos termos de autorização analisados no presente processo para R$ 59.078.332,95 (cinquenta e nove milhões, setenta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), a ser acrescido de juros e multa conforme a cláusula 3.1.2 dos termos de autorização, após a correção dos erros materiais, identificados e devidamente fundamentados nos Informes nº 101/2021/COGE/SCO (SEI nº 6711120), nº 263/2021/COGE/SCO (SEI nº 7128254) e nº 25/2022/COGE/SCO (SEI nº 7936692), expedidos nos autos do Processo nº 53500.048435/2019-89; e,

b) indeferir o pedido de edição de Súmula quanto ao tema constante do pedido apresentado pela TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Nº 326 - Processo nº 53500.031829/2020-31
Recorrente/Interessado: LIQ CORP S.A. CNPJ nº 67.313.221/0001-90

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 114/2022/EC (SEI nº 9039531), integrante deste acórdão, rever, de ofício, o Acórdão nº 396/2015-CD (SEI nº 8892048), nos termos do que dispõe o inciso VIII do art. 149 do CTN, para extinguir o valor dos créditos tributários do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), referentes aos meses de janeiro, fevereiro, outubro, novembro e dezembro do exercício de 2001.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ACÓRDÃOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 327 - Processo nº 53500.053323/2022-45
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, aprovar a proposta contida na Análise nº 110/2022/VA (SEI nº 9108380), integrante deste acórdão.

Nº 328 - Processo nº 53500.071900/2020-19
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 45/2022/AC (SEI nº 9003522), integrante deste acórdão, aprovar a proposta de Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e de Revisão das Áreas Locais em decorrência das modificações da Região Metropolitana e da Região Integrada de Desenvolvimento, nos termos da Minuta de Resolução AC (SEI nº 9256941), anexa à referida análise.

Nº 329 - Processo nº 53500.042832/2018-66
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ nº 01.371.416/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 84/2022/EC (SEI nº 8614034), integrante deste acórdão:

a) reconhecer a ocorrência de bis in idem;

b) anular o Despacho Decisório nº 191/2020/COUN/SCO (SEI nº 5589782), de 10 de julho de 2020;

c) determinar o arquivamento do presente processo, sem aplicação de sanção; e,

d) declarar prejudicado o exame do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho Decisório nº 191/2020/COUN/SCO (SEI nº 5589782), de 10 de julho de 2020, por perda de seu objeto.

Nº 330 - Processo nº 53500.011825/2021-18
Recorrente/Interessado: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ nº 09.132.659/0001-76

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 117/2022/EC (SEI nº 9084047), integrante deste acórdão:

a) deferir o pedido de adaptação ao regime regulatório disposto no Regulamento Geral de Exploração de Satélites, aprovado pela Resolução nº 748, de 22 de outubro de 2021, do Direito de Exploração de satélite brasileiro, vinculado aos Satélites Star One C4 e Star One D2, associados à posição orbital 70°O, nas faixas de frequências correspondentes à banda Ku, com prazo de vigência até 13 de novembro de 2033, detido pela EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 09.132.659/0001-76, conferido por meio do Ato nº 39.094, de 16 de setembro de 2003, e prorrogado por meio do Ato nº 3.579, de 6 de junho de 2019, ratificado pelo Termo de Direito de Exploração de satélite brasileiro PVSS/SPV nº 002/2003-ANATEL, de 8 de outubro de 2003, e aditamento, conforme proposta constante das Minutas de Ato SEI nº 9019746 e nº 9025643; e,

b) alterar o Direito de Exploração do satélite brasileiro Star One D2, adaptado ao regime regulatório disposto no Regulamento Geral de Exploração de Satélites (RGSAT), aprovado pela Resolução nº 748, de 22 de outubro de 2021, detido pela EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A., CNPJ nº 09.132.659/0001-76, visando à adição de novas faixas de frequências destinadas a telecomunicações, de 8.165 MHz a 8.201 MHz e 8.216 MHz a 8.252 MHz (enlaces de subida) e 7.515 MHz a 7.551 MHz e 7.566 MHz a 7.602 MHz (enlaces de descida), correspondentes a uma porção da denominada banda X, além das frequências destinadas à telemetria, rastreio e comando, de 7.250 MHz, 7.255 MHz, 7.500 MHz e 7.700 MHz (espaço-Terra), conforme proposta constante da Minuta de Ato SEI nº 9025643.

Nº 331 - Processo nº 53528.001302/2010-01
Recorrente/Interessado: ZETANET COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. - MICROEMPRESA. CNPJ nº 01.905.323/0001-97

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 123/2022/EC (SEI nº 9161849), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 9 de junho de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas faixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 9.087, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018, e Termo de Autorização nº 228/2018, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2018, à ZETANET COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.

Nº 332 - Processo nº 53500.019078/2010-11
Recorrente/Interessado: RIX INTERNET EIRELI. CNPJ nº 04.352.312/0001-15

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 105/2022/EC (SEI nº 8964504), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 30 de novembro de 2021, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas faixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 9.068, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3505445), publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018 (Termo de Autorização nº 205/2018 - SEI nº 3458372), à RIX INTERNET EIRELI, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.

Nº 333 - Processo nº 53500.057386/2017-11
Recorrente/Interessado: ALGAR CELULAR S.A. CNPJ nº 05.835.916/0001-85

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 92/2022/VA (SEI nº 8928323), integrante deste acórdão:

a) conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o SEI nº 8901702, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017;

b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, unicamente para:

b.1) descaracterizar a ofensa ao art. 16 do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011;

b.2) descaracterizar a infração ao art. 33 do RGQ-SMP referente ao mês de dezembro de 2016;

b.3) revisar os critérios utilizados na aplicação da metodologia de cálculo da multa, especialmente no que tange ao fator gravidade; e,

b.4) aplicar a atenuante de 10% (dez por cento) prevista no inciso IV do art. 20 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, sobre a multa referente ao art. 33 (SMP14) do RGQ-SMP; e,

c) reformar a sanção pecuniária aplicada para reduzi-la de R$ 724.345,77 (setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos) para R$ 118.274,23 (cento e dezoito mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos), em virtude da:

c.1) adoção das medidas listadas na alínea anterior;

c.2) revisão dos fatores T e D das sanções calculadas;

c.3) retificação das circunstâncias agravantes; e,

c.4) conversão de multas em advertências, relativamente às ofensas aos arts. 17, 19, 20, 31 e 33 do RGQ-SMP.

Nº 334 - Processo nº 53500.025058/2011-52
Recorrente/Interessado: CDI TELECOM LTDA. CNPJ nº 08.584.873/0001-09

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 125/2022/EC (SEI nº 9177161), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 23 de junho de 2022, as Autorizações de Direito de Uso das Radiofrequências outorgadas à CDI TELECOM LTDA., CNPJ nº 08.584.873/0001-09, para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM na subfaixa de 2.570 MHz à 2.585 MHz e de 2.585 MHz à 2.620 MHz, por meio do Ato nº 2.436, de 21 de julho de 2016 (SEI nº 0675299), publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2016, e Termo de Autorização nº 125/2016 (SEI nº 0667741), publicado no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2016, e por meio do Ato nº 9.014, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018 (SEI nº 3504182), e Termo de Autorização nº 134/2018 (SEI nº 3447606), publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2018, o que não desonera a Autorizada de suas obrigações com a Anatel e com terceiros e nem prejudica a apuração de eventuais infrações cometidas e a cobrança de valores devidos.

Nº 335 - Processo nº 53500.071905/2020-41
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 95/2022/EC (SEI nº 8863331), integrante deste acórdão, aprovar a realização de Consulta Pública, por 45 (quarenta e cinco) dias, acerca da internalização e consolidação de Normas e Resoluções de organismos internacionais, consoante às minutas de Resolução (SEI nº 8863410 e nº 8863426) e minuta de Consulta Pública (SEI nº 8863444).

Nº 336 - Processo nº 53500.023482/2019-10
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 87/2022/MM (SEI nº 9109465), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a Autorização de Uso de Radiofrequências das subfaixas de 451 MHz a 458 MHz e 461 MHz a 468 MHz outorgada à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, por intermédio do Ato nº 5.961, de 11 de outubro de 2012, e do Termo de Autorização nº 533/2012/SPV-ANATEL, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2012. A renúncia não desonera a empresa CLARO S.A. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

Nº 337 - Processo nº 53508.003612/2012-51
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 88/2022/VA (SEI nº 8821582), integrante deste acórdão:

a) conhecer e deferir o pedido constante na Petição Extemporânea SEI nº 7385342, a fim de se reconhecer a incidência da prescrição intercorrente entre a notificação da Prestadora, em 3 de agosto de 2018, e a juntada aos autos, em 9 de setembro de 2021, das planilhas de cálculo de multa (SEI nº 7373557 e nº 7373572) e consultas de antecedentes e casos de reincidências específicas (SEI nº 7373350 e nº 7373572), é de se reconhecer a incidência da prescrição intercorrente; e,

b) determinar o arquivamento do feito, sem aplicação de qualquer sanção.

Nº 338 - Processo nº 53500.018905/2018-07
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ nº 01.371.416/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 95/2022/VA (SEI nº 8962915), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, exclusivamente quanto à substituição do índice de correção monetária empregado para atualização dos valores a serem depositados junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), utilizando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) no lugar do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI); e,

b) rever, de ofício, o valor final da reparação aos consumidores de R$ 2.688.572,69 (dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos) para R$ 2.493.706,37 (dois milhões, quatrocentos e noventa e três mil, setecentos e seis reais e trinta e sete centavos), montante a ser revertido ao FDD, em decorrência da revisão do índice de correção monetária, como citado na alínea "a" supra, e da exclusão, do cálculo, da quantia correspondente a 28 (vinte e oito) consumidores afetados por cobrança de mensalidade de Prestação, Utilidade ou Comodidade (PUC), no período de maio a agosto de 2006.

Nº 339 - Processo nº 53500.039417/2022-10
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 117/2022/VA (SEI nº 9190442), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 9 de fevereiro de 2022, a autorização outorgada a OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, sucessora, por incorporação, da OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, consubstanciada nos Termos de Autorização nº 001/2001-PVCP/SPV-ANATEL, de 12 de março de 2001, publicado no DOU de 13 de março de 2001, nº 11/2010/PVCP/SPV-ANATEL, de 12 de abril de 2010, publicado no DOU de 5 de maio de 2010, e nº 016/2007-PVCP/SPV- ANATEL, de 7 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 11 de dezembro de 2007, para explorar o Serviço Móvel Pessoal, nos termos da Minuta de Ato SEI nº 8430024.

Nº 341 - Processo nº 53500.028508/2022-11
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0322-66

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 113/2022/VA (SEI nº 9143413), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela OI S.A. para, no mérito, negar-lhe provimento.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ACÓRDÃOS DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 342 - Processo nº 53500.051643/2021-80
Recorrente/Interessado: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ nº 09.132.659/0001-76

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 24/2022/AC (SEI nº 8733468), integrante deste acórdão, aplicar a sanção de advertência à EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A., por descumprimento de obrigação do item 5.13 do Termo de Direito de Exploração PVSS/SPV nº 12/2007-Anatel, no que concerne à descontinuidade do provimento de capacidade espacial associado à posição orbital 92°O, entre 13 de janeiro de 2021 e 8 de dezembro de 2021.

Nº 343 - Processo nº 53500.032704/2019-95
Recorrente/Interessado: CDI TELECOM LTDA. CNPJ nº 08.584.873/0001-09

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 2/2022/AC (SEI nº 8362271), integrante deste acórdão, aplicar sanção de advertência à CDI TELECOM LTDA. - EPP, CNPJ nº 08.584.873/0001-09, por não entrada em operação no prazo devido nas frequências associadas aos lotes H-4209805 (Leoberto Leal/SC), I-4209805 (Leoberto Leal/SC), H-4214300 (Rancho Queimado/SC), I-4214300 (Rancho Queimado/SC), I-4210209 (Major Gercino/SC), e não entrada em operação comercial nas frequências associadas aos lotes I-4201109 (Anitápolis/SC) e I-4217253 (São Pedro de Alcântara/SC).

Nº 344 - Processo nº 53500.061819/2020-21
Recorrente/Interessado: RÁDIO DIFUSORA CAXIENSE LTDA. CNPJ nº 88.623.954/0001-00

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 48/2022/AC (SEI nº 9076439), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 81/2022/CODI/SCO (SEI nº 8180696), por ausência do pressuposto objetivo de tempestividade, com fundamento no art. 116, inciso I, do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ATO Nº 14.352, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53528.001302/2010-01. declara extinta, por renúncia, a partir de 9 de junho de 2022, a Autorização de Uso de Radiofrequências outorgada por meio do Ato nº 9.087, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018, e Termo de Autorização nº 228/2018, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2018, à ZETANET COMERCIO E SERVICO LTDA - MICROEMPRESA, CNPJ nº 01.905.323/0001-97, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.

A renúncia não desonera a empresa ZETANET COMERCIO E SERVICO LTDA - MICROEMPRESA de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ATO Nº 14.353, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.019078/2010-11. declara extinta, por renúncia, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2021, a Autorização de Uso de Radiofrequências associadas à autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, outorgada à RIX INTERNET EIRELI, CNPJ nº 04.352.312/0001-15, nas faixas de 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, relativas aos Lotes relacionados na tabela a seguir, que foram objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgados por meio do Ato nº 9.068, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3505445), publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018, e do Termo de Autorização nº 205/2018, cujo extrato foi publicado no DOU de 28 de novembro de 2018 (SEI nº 3458372):

Lotes	Frequências	Área de Prestação (Municípios)
H-2401008	2.570 MHz - 2.585 MHz	Apodi/RN
H-2403103	2.570 MHz - 2.585 MHz	Currais Novos/RN
H-2604205	2.570 MHz - 2.585 MHz	Catende/PE
H-2604403	2.570 MHz - 2.585 MHz	Chã de Alegria/PE
H-2604502	2.570 MHz - 2.585 MHz	Chã Grande/PE
H-2606408	2.570 MHz - 2.585 MHz	Gravatá/PE
H-2609303	2.570 MHz - 2.585 MHz	Mirandiba/PE
H-2609907	2.570 MHz - 2.585 MHz	Ouricuri/PE
H-2610004	2.570 MHz - 2.585 MHz	Palmares/PE
H-2610400	2.570 MHz - 2.585 MHz	Parnamirim/PE
H-2700102	2.570 MHz - 2.585 MHz	Água Branca/AL
H-2700300	2.570 MHz - 2.585 MHz	Arapiraca/AL
H-2700409	2.570 MHz - 2.585 MHz	Atalaia/AL
H-2701001	2.570 MHz - 2.585 MHz	Boca da Mata/AL
H-2702405	2.570 MHz - 2.585 MHz	Delmiro Gouveia/AL
H-2705002	2.570 MHz - 2.585 MHz	Mata Grande/AL
H-2706307	2.570 MHz - 2.585 MHz	Palmeira dos Índios/AL
H-2706703	2.570 MHz - 2.585 MHz	Penedo/AL
H-2707206	2.570 MHz - 2.585 MHz	Poço das Trincheiras/AL
H-2708006	2.570 MHz - 2.585 MHz	Santana do Ipanema/AL
H-2708600	2.570 MHz - 2.585 MHz	São Miguel dos Campos/AL
H-2911600	2.570 MHz - 2.585 MHz	Governador Mangabeira/BA
H-2928604	2.570 MHz - 2.585 MHz	Santo Amaro/BA
I-2409332	2.585 MHz - 2.620 MHz	Santa Maria/RN
I-2410306	2.585 MHz - 2.620 MHz	Serra Caiada/RN
I-2604502	2.585 MHz - 2.620 MHz	Chã Grande/PE
I-2609303	2.585 MHz - 2.620 MHz	Mirandiba/PE
I-2612471	2.585 MHz - 2.620 MHz	Santa Cruz da Baixa Verde/PE
I-2615706	2.585 MHz - 2.620 MHz	Triunfo/PE
I-2615805	2.585 MHz - 2.620 MHz	Tupanatinga/PE
I-2700102	2.585 MHz - 2.620 MHz	Água Branca/AL
I-2700409	2.585 MHz - 2.620 MHz	Atalaia/AL
I-2701001	2.585 MHz - 2.620 MHz	Boca da Mata/AL
I-2702405	2.585 MHz - 2.620 MHz	Delmiro Gouveia/AL
I-2705002	2.585 MHz - 2.620 MHz	Mata Grande/AL
I-2706307	2.585 MHz - 2.620 MHz	Palmeira dos Índios/AL
I-2706703	2.585 MHz - 2.620 MHz	Penedo/AL
I-2707206	2.585 MHz - 2.620 MHz	Poço das Trincheiras/AL
I-2708006	2.585 MHz - 2.620 MHz	Santana do Ipanema/AL
I-2708600	2.585 MHz - 2.620 MHz	São Miguel dos Campos/AL
I-2911600	2.585 MHz - 2.620 MHz	Governador Mangabeira/BA
I-2928604	2.585 MHz - 2.620 MHz	Santo Amaro/BA

A extinção por meio de renúncia é ato unilateral, irrevogável e irretratável e não desonera a empresa RIX INTERNET EIRELI de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

Presidente da Agência

ATO Nº 14.354, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.025058/2011-52. declara extintas, por renúncia, com efeitos a partir de 23 de junho de 2022, as Autorizações de Uso de Radiofrequências associadas à exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgadas à CDI TELECOM LTDA., CNPJ nº 08.584.873/0001-09, por meio do Ato nº 2.436, de 21 de julho de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2016, e Termo de Autorização nº 125/2016, publicado no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2016, e por meio do Ato nº 9.014, de 21 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018, e Termo de Autorização nº 134/2018, publicado no Diário Oficial da União em 28 de novembro de 2018.

A extinção por meio de renúncia é ato unilateral, irrevogável e irretratável e não desonera a empresa CDI TELECOM LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ATO Nº 14.355, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.023482/2019-10. declara extinta, por renúncia, a Autorização de Uso de Radiofrequências das subfaixas de 451 MHz a 458 MHz e 461 MHz a 468 MHz outorgada à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, por intermédio do Ato nº 5.961, de 11 de outubro de 2012, e do Termo de Autorização nº 533/2012/SPV-ANATEL, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2012.

A renúncia não desonera a empresa CLARO S.A. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente da Agência

ATO Nº 14.356, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.039417/2022-10. declara extinta, por renúncia, a partir de 9 de fevereiro de 2022, a autorização outorgada a OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, sucessora, por incorporação, da OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 05.423.963/0001-11, consubstanciada nos Termos de Autorização nº 001/2001-PVCP/SPV-ANATEL, de 12 de março de 2001, publicado no DOU de 13 de março de 2001, nº 11/2010/PVCP/SPV-ANATEL, de 12 de abril de 2010, publicado no DOU de 5 de maio de 2010 e nº 016/2007-PVCP/SPV- ANATEL, de 7 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 11 de dezembro de 2007, para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

A renúncia não desonera a empresa OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, sucessora, por incorporação, da OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente

RESOLUÇÃO ANATEL Nº 755, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO a previsão regulamentar de revisão periódica de Áreas Tarifárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ou Uso do Público em Geral - STFC, que inclui a revisão de Áreas Locais resultante da criação ou da alteração da Região Metropolitana ou da Região Integrada de Desenvolvimento e a revisão de Áreas de Numeração;

CONSIDERANDO que a eficiência, a celeridade, o interesse público e a economicidade são princípios que regem as atividades da Agência, nos termos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO que a simplificação e celeridade administrativas, a redução de custos para provimento dos serviços, a melhoria da qualidade regulatória, a consolidação e simplificação do arcabouço normativo são diretrizes que norteiam o processo de regulamentação da Anatel, conforme dispõe a Resolução Interna da Anatel nº 8, de 26 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

CONSIDERANDO os comentários decorrentes da Consulta Pública nº 48, de 13 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de setembro de 2021;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 916, de 6 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.071900/2020-19, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo I a esta Resolução, o Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Art. 2º Aprovar a revisão de Áreas Locais do STFC, resultante da criação ou da alteração da Região Metropolitana ou da Região Integrada de Desenvolvimento, conforme disposto no Anexo II a esta Resolução.

Art. 3º Revogar, na data de entrada em vigor da presente Resolução, as seguintes Resoluções:

I - Resolução nº 262, de 31 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 4 de junho de 2001;

II - Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União em 12 de dezembro de 2005;

III - Resolução nº 500, de 31 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 3 de abril de 2008;

IV - Resolução nº 560, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 27 de janeiro de 2011;

V - Resolução nº 577, de 24 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 29 de novembro de 2011, retificada em 4 de janeiro de 2012;

VI - Resolução nº 579, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 6 de março de 2012;

VII - Resolução nº 580, de 19 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012, retificada em 2 de abril de 2012;

VIII - Resolução nº 606, de 4 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2013;

IX - Resolução nº 611, de 25 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 7 de maio de 2013;

X - Resolução nº 621, de 14 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2013;

XI - Resolução nº 631, de 11 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 12 de fevereiro de 2014;

XII - Resolução nº 643, de 2 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 3 de dezembro de 2014;

XIII - Resolução nº 644, de 2 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 3 de dezembro de 2014, retificada em 5 de dezembro de 2014;

XIV - Resolução nº 653, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 14 de julho de 2015;

XV - Resolução nº 666, de 2 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 3 de maio de 2016;

XVI - Resolução nº 701, de 5 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 8 de outubro de 2018; e,

XVII - Resolução nº 728, de 1º de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 3 de junho de 2020.

Art. 4º Determinar que a Superintendência responsável pelo processo de regulamentação atualize a lista de Localidades que possuem Tratamento Local, incorporando os casos contemplados no Anexo II.

Art. 5º Determinar que a Superintendência responsável pelo processo de regulamentação mantenha a lista completa de Áreas Locais e de Localidades com Tratamento Local, para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral, bem como do Plano Geral de Códigos Nacionais, na página da Anatel na Internet.

Art. 6º Revogar, em 30 (trinta) dias, contados da entrada em vigor desta Resolução, o parágrafo único do art. 15 e o Anexo ao Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 749, de 15 de março de 2022.

Art. 7º Determinar que a Superintendência responsável pelo processo de regulamentação edite, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrada em vigor desta Resolução, Despacho Decisório contendo Plano Geral de Códigos Nacionais por município - PGCN.

Art. 8º Determinar que a Superintendência responsável pelo processo de regulamentação edite, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da entrada em vigor desta Resolução, Despacho Decisório contendo a composição das Áreas Tarifárias do STFC, utilizada como referência nas Ofertas de Serviços na modalidade Longa Distância Nacional das Concessionárias, na forma do Anexo I ao Regulamento de Tarifação do STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.

Art. 9º O § 4º do art. 6º da Norma para implantação e acompanhamento de liberdade tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, modalidade Longa Distância Nacional, aprovada pela Resolução nº 724, de 27 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Durante o período de suspensão, a Anatel poderá determinar o envio de nova proposta de valores tarifários e demais condições necessárias, na forma fixada pela Superintendência de Competição da Agência."

Art. 10. As adequações nas redes de telecomunicações decorrentes da Revisão Quinquenal de Áreas Locais do STFC devem ser realizadas em até 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo único. As prestadoras do STFC devem comunicar e orientar os usuários sobre os benefícios resultantes da revisão prevista no caput.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGULAMENTO DE TARIFAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO E DA ABRANGÊNCIA

Art. 1º Este Regulamento define as Áreas Tarifárias e estabelece os critérios tarifários utilizados no Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local e nas Ofertas de serviços de Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins deste Regulamento, aplicam-se, além daquelas constantes da regulamentação, as seguintes definições:

I - Área com Continuidade Urbana: resultado da fusão de duas ou mais Localidades, que constitui um todo continuamente urbanizado, podendo, entretanto, ocorrer descontinuidades de até 1.000 (mil) metros ou por motivo de acidente aquático, como rio, lago, baía ou braço oceânico;

II - Área de Numeração (AN): área geográfica do território nacional utilizada para a prestação de serviços de telecomunicações que é identificada por um Código Nacional único;

III - Área de Registro (AR): área geográfica contínua, definida pela Anatel, onde é prestado o Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou o Serviço Móvel Especializado (SME), tendo o mesmo limite geográfico de uma Área de Numeração onde a estação móvel do serviço é registrada;

IV - Área Local: área geográfica de prestação de serviços, definida pela Agência segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade Local;

V - Área Tarifária: área geograficamente contínua, constituída por um ou mais municípios, agrupados com a finalidade de classificar e valorar chamadas do serviço de telecomunicações, sendo subcategorizada segundo sua finalidade;

VI - Centro de Área de Tarifação: Localidade definida pela Agência, segundo critérios técnicos e econômicos, utilizada como referência na determinação da distância geodésica entre Áreas Tarifárias;

VII - Classe Residencial: classe de assinante de acesso individual destinado para uso estritamente doméstico;

VIII - Classe Não Residencial: classe de assinante de acesso individual destinado para outro uso que não estritamente doméstico;

IX - Classe Tronco: classe de assinante de acesso individual cujo terminal é constituído por uma central privativa de comutação telefônica (CPCT);

X - Modulação Horária: segmentação das 24 (vinte e quatro) horas do dia, considerada a sua natureza de dia útil, sábado, domingo ou feriado nacional, em intervalos de uma ou mais horas, aos quais são atribuídos valores tarifários específicos;

XI - Tarifa de Mudança de Endereço (TME): valor devido pelo assinante pela execução de remanejamento do ponto de terminação de rede do acesso para endereço distinto daquele anteriormente contratado, dentro da mesma área local;

XII - Tarifação: processo de medição da utilização do serviço de telecomunicações para atribuição de valor, em moeda nacional, a ser pago em contrapartida à prestação do serviço;

XIII - Tarifação por Chamada Atendida: processo de tarifação no qual somente o valor de chamada atendida (VCA) é aplicado a cada chamada atendida;

XIV - Tarifação por Tempo de Utilização: processo de tarifação no qual o valor da chamada é calculado em função de sua duração;

XV - Tempo de Tarifação Mínima: duração considerada para efeito de tarifação de uma chamada faturável cuja duração real esteja entre 4 (quatro) e 30 (trinta) segundos;

XVI - Tratamento Local: aplicação a um conjunto de Localidades pertencentes a Áreas Locais distintas das mesmas regras e condições de prestação de serviço aplicáveis a uma Área Local do STFC, inclusive quanto à interconexão de redes;

XVII - Unidade de Tarifação para TUP (UTP): unidade de tarifação utilizada nas chamadas originadas nos terminais de acesso coletivo;

XVIII - Unidade de Tempo de Tarifação: fração mínima de tempo aplicável na tarifação da chamada, observado o tempo de tarifação mínima;

XIX - Valor de Chamada Atendida (VCA): valor invariável da chamada local entre acessos do STFC, realizada no horário de tarifação reduzida, originada ou recebida a cobrar em acesso vinculado a Plano Básico da Concessionária;

XX - Valor de Comunicação (VC): designação genérica do valor de uma chamada com 1 (um) minuto de duração; e,

XXI - Valor da Unidade de Tarifação para TUP (VTP): valor da UTP, utilizada nos terminais de acesso coletivo.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS TARIFÁRIAS

Art. 3º Para efeito deste regulamento, são categorias de Áreas Tarifárias:

I - as Áreas Locais; e,

II - as Áreas de Numeração.

Seção I

Das Áreas Locais

Art. 4º Área Local é definida como a área geográfica:

I - de um Município; ou,

II - de um conjunto de Municípios.

§ 1º Constitui uma Área Local o conjunto de municípios nos quais todas as Localidades se enquadrem na definição de Áreas com Continuidade Urbana ou que sejam relacionadas em solicitação fundamentada da Concessionária do STFC na modalidade Local.

§ 2º Constitui uma Área Local o conjunto de municípios de uma Região Metropolitana ou de uma Região Integrada de Desenvolvimento, com continuidade geográfica, e pertencentes a uma mesma Área de Numeração (AN), incluindo os municípios do colar metropolitano, da área de expansão, e do entorno metropolitano, previstos em legislação específica.

§ 3º A criação de Município não altera a configuração de Área Local, que permanece com a mesma área geográfica existente na data da sua criação e a mesma denominação de Área Local.

§ 4º A Área Local tem como denominação aquele referente à sede do Município ou aquela referente à sede do Município com o maior número de acessos individuais instalados pela Concessionária, quando abrange um conjunto de Municípios.

§ 5º As Áreas Locais existentes quando da publicação deste Regulamento não podem ser desmembradas ou reduzidas, salvo se em benefício da população local.

Art. 5º Devem ter Tratamento Local as Localidades de Áreas Locais distintas que se enquadrem na definição de Áreas com Continuidade Urbana ou que sejam relacionadas em solicitação fundamentada pela Concessionária do STFC na modalidade Local.

§ 1º Será concedido Tratamento Local às Localidades que tenham pertencido a uma mesma Área Local, desmembrada por força de norma legal.

§ 2º Os Tratamentos Locais resultantes da aplicação do § 1º são concedidos para todas as Localidades componentes da Área Local originária e dos municípios que dela tenham sido removidos.

Art. 6º Considera-se Área com Continuidade Urbana a área geográfica contínua da Localidade que tenha se expandido em nova Localidade ao ocupar espaço geográfico de município limítrofe.

Parágrafo Único. A Concessionária deve registrar no cadastro de Localidades do Sistema Interativo da Anatel, específico para tal finalidade, o espaço geográfico a que se refere o caput com denominação provisória até a sua denominação definitiva.

Art. 7º A Área de Tarifa Básica (ATB) é constituída pelo conjunto de Localidades pertencentes à mesma Área Local e atendidas com acessos individuais do STFC na modalidade Local.

§ 1º Para o efeito da prestação do STFC, consideram-se incluídos na ATB os imóveis da Área Local que, não guardando adjacência com o conjunto de domicílios da Localidade, se situam a até 500 (quinhentos) metros dos limites da ATB.

§ 2º Os limites geográficos da ATB variam conforme a evolução dos limites das Localidades que a definem, sendo o seu acompanhamento de responsabilidade da Concessionária do STFC na modalidade Local ou de sua sucedânea.

Seção II

Das Áreas de Numeração

Art. 8º As Áreas de Numeração (AN) são compostas por uma ou mais Áreas Locais e servem à Tarifação de chamadas de longa distância.

§ 1º A AN não pode extrapolar os limites geográficos de uma Unidade da Federação, ressalvados casos excepcionais de claro e inequívoco interesse econômico e de tráfego entre dois municípios, motivados por estudo técnico.

§ 2º Cada AN é identificada por um Código Nacional, destinado em regulamentação específica e atribuído pela Superintendência competente pela administração dos Recursos de Numeração.

§ 3º O Superintendente responsável pelo processo de regulamentação deverá aprovar, por Despacho Decisório, o Plano Geral de Códigos Nacionais por município - PGCN, que correlaciona cada um dos municípios brasileiros a um Código Nacional.

§ 4º A criação de AN é prerrogativa do Conselho Diretor, sendo realizada por ato específico.

Seção III

Dos Procedimentos para Revisão de Áreas Tarifárias e Tratamento Local

Art. 9º A revisão das Áreas Tarifárias e de Tratamento Local, excetuados os casos decorrentes de criação ou alteração de Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento, deverá ser realizada pela Anatel a cada 12 (doze) meses, mediante a realização de Consulta Pública.

§ 1º O procedimento de revisão de que trata o caput será iniciado a partir de solicitação encaminhada por entidade representativa da população local ou por prestadora de serviços de telecomunicações que atue na região.

§ 2º A solicitação a que se refere o § 1º deverá ser acompanhada de informações e documentos que fundamentem o pedido de revisão.

§ 3º O procedimento de revisão também poderá ser deflagrado, de ofício, pela Anatel.

§ 4º Na revisão de Áreas de Numeração prevalecerá o interesse da maioria e, em qualquer caso, a continuidade e a viabilidade dos serviços explorados sob o regime público.

§ 5º A revisão prevista no caput será aprovada por Despacho Decisório do Superintendente responsável pelo processo de regulamentação.

§ 6º O prazo para implementação das alterações será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de vigência do instrumento decisório, ressalvados os casos devidamente justificados, em que o Superintendente a que se refere o § 5º poderá estabelecer um prazo distinto.

§ 7º As listas atualizadas das Áreas Locais constituídas por conjunto de municípios e de Localidades que possuem Tratamento Local, ambas decorrentes de continuidade urbana ou de solicitação fundamentada da Concessionária do STFC na modalidade Local, devem ser expedidas pelo Superintendente a que se refere o § 5º e mantidas na página da Anatel na Internet.

Art. 10. A revisão das Áreas Locais decorrentes de criação ou alteração de Região Metropolitana ou Região Integrada de Desenvolvimento ocorrerá em concomitância com as revisões quinquenais dos contratos de concessão, mediante a realização de Consulta Pública.

§ 1º A Resolução que proceder à revisão prevista no caput concederá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua vigência, para implementação das alterações previstas neste artigo.

§ 2º Em casos devidamente justificados, a Resolução poderá estabelecer um prazo distinto para a implementação das alterações previstas.

§ 3º A lista atualizada de Áreas Locais formadas por conjuntos de municípios, decorrentes da criação ou da alteração de Regiões Metropolitanas ou de Região Integrada de Desenvolvimento, consta do Anexo II a esta Resolução e deve ser mantida na página da Anatel na Internet.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DAS CHAMADAS

Art. 11. Estão compreendidas na modalidade Local (STFC-Local) as chamadas:

I - realizadas entre acessos do STFC situados em uma mesma Área Local;

II - realizadas entre acessos do STFC situados em Localidades com Tratamento Local;

III - originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso de serviços móveis de interesse coletivo, cuja Área de Registro é idêntica à Área de Numeração do acesso de origem; e,

IV - recebidas a cobrar em acesso do STFC e originadas em acesso de serviços móveis de interesse coletivo, cuja área de registro é idêntica à área de numeração do acesso de destino.

Art. 12. Estão compreendidas na modalidade Longa Distância Nacional (STFC-LDN) as chamadas:

I - realizadas entre acessos do STFC situados em Áreas Locais distintas, exceto aquelas entre Localidades com Tratamento Local;

II - originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso de serviços móveis de interesse coletivo cuja Área de Registro é diferente da Área de Numeração do acesso de origem;

III - destinadas a acesso do STFC e originadas em acesso de serviços móveis de interesse coletivo localizados em Área de Registro distinta da Área de Numeração do acesso de destino; e,

IV - destinadas a acesso de serviços móveis de interesse coletivo e originadas em acesso de serviços móveis de interesse coletivo localizados em Área de Registro distinta da Área de Registro do acesso de destino.

Art. 13. Estão compreendidas na modalidade Longa Distância Internacional (STFC LDI) as chamadas:

I - originadas em acessos serviços fixos e móveis de interesse coletivo e destinadas a acessos localizados no exterior; e,

II - recebidas a cobrar em serviços fixos e móveis de interesse coletivo e originadas em acessos localizados no exterior.

Art. 14. A Tarifação das chamadas originadas em Acesso Individual da Classe Especial (AICE) ou de outras classes que vierem a ser criadas é definida em regulamentação específica.

Art. 15. A Tarifação das chamadas destinadas aos Códigos Não Geográficos 0300, 0500 e 0900, bem como as chamadas destinadas aos Serviços de Utilidade Pública e de Apoio ao STFC é definida em regulamentação específica.

Art. 16. A Tarifação das chamadas destinadas ao Código Não Geográfico 0800 obedece aos critérios estabelecidos neste regulamento, observando-se a Área Local e a Área de Numeração nas quais está localizado o acesso identificado pelo código 0800.

Parágrafo único. No caso das Ofertas de serviços distintas do Plano Básico, os critérios são definidos pela prestadora, conforme dispõe a regulamentação.

TÍTULO II

DOS CRITÉRIOS TARIFÁRIOS DO STFC PRESTADO EM REGIME PÚBLICO

Art. 17. Os critérios tarifários estabelecidos neste Título aplicam-se exclusivamente ao Plano Básico, nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, prestados em regime público.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E CRITÉRIOS TARIFÁRIOS PARA O PLANO BÁSICO

Art. 18. O Plano Básico do STFC-Local prestado no regime público é constituído dos seguintes itens tarifários:

I - Tarifa de habilitação;

II - Tarifa de assinatura;

III - Tarifa de mudança de endereço; e,

IV - Tarifas de utilização.

§ 1º As tarifas de habilitação e de assinatura classificam-se, conforme a Classe do assinante, em Residencial, Não Residencial, Tronco e especial.

§ 2º O assinante da Classe Residencial do Plano Básico da Concessionária do STFC-Local tem direito a uma franquia mensal de 200 (duzentos) minutos tarifados, que podem ser utilizados nas chamadas locais entre acessos do STFC, não cumulativos para outro período de apuração.

§ 3º O assinante da Classe Não Residencial ou Tronco do Plano Básico da Concessionária do STFC-Local tem direito a uma franquia mensal de 150 (cento e cinquenta) minutos tarifados, que podem ser utilizados nas chamadas locais entre acessos do STFC, não cumulativos para outro período de apuração.

§ 4º A franquia concedida ao assinante da Classe Tronco, cujos acessos estão instalados em um mesmo endereço, é apurada observando-se a quantidade dos referidos acessos.

Art. 19. As tarifas de mudança de endereço (TME) têm seus valores limitados às tarifas de habilitação das respectivas Classes.

Art. 20. A Tarifação das chamadas do STFC-Local prestado no regime público deve obedecer aos seguintes tempos limites:

I - Unidade de Tempo de Tarifação: 6 (seis) segundos;

II - tempo de Tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;

III - no caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 6 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa; e,

IV - chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

Art. 21. A Tarifação das chamadas do STFC-Local prestado no regime público é baseada na hora vigente na Localidade de origem da chamada, exceto para as chamadas a cobrar, nas quais será considerada a hora vigente na Localidade de destino.

Art. 22. As chamadas que se estendem além de um horário de Tarifação devem ser tarifadas em função do tempo utilizado em cada um dos horários, observadas as respectivas tarifas e a duração total da chamada.

Parágrafo único. Somente serão segmentadas as chamadas cuja duração seja superior a 30 (trinta) segundos.

Art. 23. Para fins de Tarifação, a duração da chamada é expressa em horas, minutos e segundos, no formato hh:mm:ss, e em valores múltiplos da unidade de tempo de tarifação, admitindo-se o arredondamento para cima da duração real da chamada.

Seção I

Chamadas Locais entre Acessos do STFC

Art. 24. A utilização do STFC-Local prestado no regime público entre acessos do STFC é tarifada por tempo de utilização ou por chamada atendida.

§ 1º A Tarifação por tempo de utilização é aplicada nas chamadas realizadas no horário de tarifa normal, que se estende de segunda a sexta feira no período de 6h às 24h, e aos sábados no período de 6h às 14h.

§ 2º A Tarifação por chamada atendida é aplicada nas chamadas realizadas no horário de tarifa reduzida, que se estende de segunda-feira a sexta-feira no período de 0h às 6h, aos sábados nos períodos de 0h às 6h e de 14h às 24h e aos domingos e feriados nacionais no período de 0h às 24h.

§ 3º A realização de uma chamada no horário de tarifa reduzida implica o abatimento de 2 (dois) minutos da franquia concedida ou o pagamento de um VCA após consumida a franquia.

Seção II

Chamadas Locais envolvendo Acessos de Serviços Móveis

Art. 25. A utilização do STFC-Local prestado no regime público envolvendo acessos de serviços móveis de interesse coletivo é tarifada por tempo de utilização.

Art. 26. As chamadas são tarifadas como VC-1 quando originadas em acesso do STFC e destinadas a acesso de serviços móveis de interesse coletivo cuja Área de Registro é igual a Área de Numeração do acesso de origem ou quando originadas em acesso de serviços móveis de interesse coletivo e recebidas a cobrar em acesso do STFC cuja Área de Numeração é igual a área de registro onde está localizado o acesso móvel de origem.

§ 1º Em função do dia e hora de realização da chamada aplica-se a seguinte modulação horária:

I - Horário de tarifa normal, de segunda-feira a sábado, de 7h às 21h; e,

II - Horário de tarifa reduzida, de segunda-feira a sábado de 0h às 7h e das 21h às 24h, e aos domingos e feriados nacionais, de 0h às 24h.

§ 2º Os valores máximos de comunicação envolvendo acesso de serviços móveis de interesse coletivo no horário reduzido estão limitados a 70% (setenta por cento) das tarifas homologadas para o horário normal.

Art. 27. O valor de comunicação não pode ser inferior à soma da tarifa de uso da rede local com o valor de remuneração de uso da rede móvel e tributos incidentes.

Art. 28. Os valores de comunicação podem ser diferenciados em função dos diferentes valores de remuneração de uso das redes móveis de destino.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E CRITÉRIOS TARIFÁRIOS DO PLANO BÁSICO NA MODALIDADE LONGA DISTÂNCIA DO STFC

Art. 29. As modalidades LDN e LDI do Plano Básico do STFC prestado em regime público são definidas pela própria Concessionária, nos termos do art. 104 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, em regime de liberdade tarifária, conforme regulamentação específica.

§ 1º Em caso de suspensão ou extinção da liberdade tarifária da modalidade de longa distância, devem ser observados as condições definidas na regulamentação que trata o caput.

§ 2º A composição das Áreas Tarifárias do STFC, utilizada como referência para as modalidades de Longa Distância, com suas Localidades centro de área de tarifação, é publicada por meio de ato específico da Anatel, caso se observe o disposto no § 1º.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS GERAIS RELATIVOS ÀS CHAMADAS ORIGINADAS EM TERMINAIS DE ACESSO COLETIVO

Art. 30. Nas chamadas originadas em terminais de acesso coletivo que utilize o cartão indutivo como meio de pagamento, a primeira UTP incide no atendimento da chamada e as seguintes a cada período de:

I - 120 segundos nas chamadas locais entre acessos do STFC; e,

II - T segundos para as demais chamadas, sendo T calculado pela fórmula:

T = 60 segundos* VTP/VC

Onde:

T é o período de incidência das UTP, em segundos, com uma casa decimal e arredondamento para o decimal imediatamente superior;

VC:

- Para chamadas de LDI: equivale ao valor por minuto do Plano Básico da Concessionária de LDI na região IV.

- Para chamadas de LDN: equivale ao valor por minuto do Plano Básico da Concessionária pertencente ao grupo da detentora do terminal de acesso coletivo utilizado.

- Para chamadas VC-1: equivale ao valor por minuto do Plano Básico da Concessionária pertencente ao grupo da detentora do terminal de acesso coletivo utilizado.

Art. 31. Nas chamadas originadas em terminais de acesso coletivo que utilizem meio de pagamento diverso ao cartão indutivo, os critérios de tarifação seguem o disposto em regulamentação específica.

Art. 32. As chamadas originadas ou destinadas a acesso coletivo pertencente à Concessionária do STFC de longa distância nacional e internacional, nos casos previstos no Plano Geral de Metas de Universalização, são tratadas como chamadas do STFC de longa distância nacional e internacional.

CAPÍTULO IV

DOS VALORES TARIFÁRIOS E REAJUSTES

Art. 33. Os valores máximos aplicáveis aos itens tarifários do Plano Básico do STFC prestado em regime público são estabelecidos por intermédio de atos da Anatel, em conformidade com o disposto nos contratos de concessão, ressalvadas as modalidades submetidas a regime de liberdade tarifária.

ANEXO II

ÁREAS LOCAIS FORMADAS POR CONJUNTO DE MUNICÍPIOS DECORRENTES DA CRIAÇÃO OU DA ALTERAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS (RM) OU DE REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO (RIDE)

UF	Área Local	Município(s) da Área Local	Código Nacional
AL	Arapiraca	Arapiraca	82
AL	Arapiraca	Belém	82
AL	Arapiraca	Campo Grande	82
AL	Arapiraca	Coité do Nóia	82
AL	Arapiraca	Craíbas	82
AL	Arapiraca	Estrela de Alagoas	82
AL	Arapiraca	Feira Grande	82
AL	Arapiraca	Girau do Ponciano	82
AL	Arapiraca	Igaci	82
AL	Arapiraca	Jaramataia	82
AL	Arapiraca	Junqueiro	82
AL	Arapiraca	Lagoa da Canoa	82
AL	Arapiraca	Limoeiro de Anadia	82
AL	Arapiraca	Olho d'Água Grande	82
AL	Arapiraca	Palmeira dos Índios	82
AL	Arapiraca	São Brás	82
AL	Arapiraca	São Sebastião	82
AL	Arapiraca	Tanque d'Arca	82
AL	Arapiraca	Taquarana	82
AL	Arapiraca	Traipu	82
AL	Delmiro Gouveia	Água Branca	82
AL	Delmiro Gouveia	Delmiro Gouveia	82
AL	Delmiro Gouveia	Inhapi	82
AL	Delmiro Gouveia	Mata Grande	82
AL	Delmiro Gouveia	Olho D' Água do Casado	82
AL	Delmiro Gouveia	Pariconha	82
AL	Delmiro Gouveia	Piranhas	82
AL	Igreja Nova	Feliz Deserto	82
AL	Igreja Nova	Igreja Nova	82
AL	Igreja Nova	Penedo	82
AL	Igreja Nova	Piaçabuçu	82
AL	Igreja Nova	Porto Real do Colégio	82
AL	Maceió	Barra de Santo Antônio	82
AL	Maceió	Barra de São Miguel	82
AL	Maceió	Coqueiro Seco	82
AL	Maceió	Maceió	82
AL	Maceió	Marechal Deodoro	82
AL	Maceió	Messias	82
AL	Maceió	Murici	82
AL	Maceió	Paripueira	82
AL	Maceió	Pilar	82
AL	Maceió	Rio Largo	82
AL	Maceió	Santa Luzia do Norte	82
AL	Maceió	Satuba	82
AL	Major Isidoro	Cacimbinhas	82
AL	Major Isidoro	Major Isidoro	82
AL	Major Isidoro	Minador do Negrão	82
AL	Santana do Ipanema	Carneiros	82
AL	Santana do Ipanema	Dois Riachos	82
AL	Santana do Ipanema	Maravilha	82
AL	Santana do Ipanema	Olho d'Água das Flores	82
AL	Santana do Ipanema	Olivença	82
AL	Santana do Ipanema	Ouro Branco	82
AL	Santana do Ipanema	Poço das Trincheiras	82
AL	Santana do Ipanema	Santana do Ipanema	82
AL	Santana do Ipanema	Senador Rui Palmeira	82
AL	São Miguel dos Campos	Campo Alegre	82
AL	São Miguel dos Campos	Coruripe	82
AL	São Miguel dos Campos	Roteiro	82
AL	São Miguel dos Campos	São Miguel dos Campos	82
AL	São Miguel dos Campos	Teotônio Vilela	82
AL	União dos Palmares	Branquinha	82
AL	União dos Palmares	Campestre	82
AL	União dos Palmares	Colônia Leopoldina	82
AL	União dos Palmares	Flexeiras	82
AL	União dos Palmares	Ibateguara	82
AL	União dos Palmares	Jacuípe	82
AL	União dos Palmares	Joaquim Gomes	82
AL	União dos Palmares	Jundiá	82
AL	União dos Palmares	Matriz de Camaragibe	82
AL	União dos Palmares	Novo Lino	82
AL	União dos Palmares	Porto Calvo	82
AL	União dos Palmares	Santana do Mundaú	82
AL	União dos Palmares	São José da Laje	82
AL	União dos Palmares	São Luiz do Quitunde	82
AL	União dos Palmares	União dos Palmares	82
AL	Viçosa	Anadia	82
AL	Viçosa	Atalaia	82
AL	Viçosa	Boca da Mata	82
AL	Viçosa	Cajueiro	82
AL	Viçosa	Capela	82
AL	Viçosa	Chã Preta	82
AL	Viçosa	Mar Vermelho	82
AL	Viçosa	Maribondo	82
AL	Viçosa	Paulo Jacinto	82
AL	Viçosa	Pindoba	82
AL	Viçosa	Quebrangulo	82
AL	Viçosa	Viçosa	82
AM	Manaus	Autazes	92
AM	Manaus	Careiro	92
AM	Manaus	Careiro da Várzea	92
AM	Manaus	Iranduba	92
AM	Manaus	Itacoatiara	92
AM	Manaus	Itapiranga	92
AM	Manaus	Manacapuru	92
AM	Manaus	Manaquiri	92
AM	Manaus	Manaus	92
AM	Manaus	Novo Airão	92
AM	Manaus	Presidente Figueiredo	92
AM	Manaus	Rio Preto da Eva	92
AM	Manaus	Silves	92
AP	Macapá	Macapá	96
AP	Macapá	Mazagão	96
AP	Macapá	Santana	96
BA	Feira de Santana	Amélia Rodrigues	75
BA	Feira de Santana	ANGUERA	75
BA	Feira de Santana	ANTÔNIO CARDOSO	75
BA	Feira de Santana	CANDEAL	75
BA	Feira de Santana	Conceição da Feira	75
BA	Feira de Santana	Conceição do Jacuípe	75
BA	Feira de Santana	CORAÇÃO DE MARIA	75
BA	Feira de Santana	Feira de Santana	75
BA	Feira de Santana	IPECAETÁ	75
BA	Feira de Santana	IRARÁ	75
BA	Feira de Santana	RIACHÃO DO JACUÍPE	75
BA	Feira de Santana	SANTA BÁRBARA	75
BA	Feira de Santana	SANTANÓPOLIS	75
BA	Feira de Santana	São Gonçalo dos Campos	75
BA	Feira de Santana	SERRA PRETA	75
BA	Feira de Santana	Tanquinho	75
BA	Juazeiro	Casa Nova	74
BA	Juazeiro	Curaçá	74
BA	Juazeiro	Juazeiro	74
BA	Juazeiro	Sobradinho	74
BA	Salvador	Camaçari	71
BA	Salvador	Candeias	71
BA	Salvador	Dias d'Ávila	71
BA	Salvador	Itaparica	71
BA	Salvador	Lauro de Freitas	71
BA	Salvador	Madre de Deus	71
BA	Salvador	Mata de São João	71
BA	Salvador	Pojuca	71
BA	Salvador	Salvador	71
BA	Salvador	São Francisco do Conde	71
BA	Salvador	São Sebastião do Passé	71
BA	Salvador	Simões Filho	71
BA	Salvador	Vera Cruz	71
CE	Fortaleza	Aquiraz	85
CE	Fortaleza	Cascavel	85
CE	Fortaleza	Caucaia	85
CE	Fortaleza	Chorozinho	85
CE	Fortaleza	Eusébio	85
CE	Fortaleza	Fortaleza	85
CE	Fortaleza	Guaiúba	85
CE	Fortaleza	Horizonte	85
CE	Fortaleza	Itaitinga	85
CE	Fortaleza	Maracanaú	85
CE	Fortaleza	Maranguape	85
CE	Fortaleza	Pacajus	85
CE	Fortaleza	Pacatuba	85
CE	Fortaleza	Paracuru	85
CE	Fortaleza	Paraipaba	85
CE	Fortaleza	Pindoretama	85
CE	Fortaleza	São Gonçalo do Amarante	85
CE	Fortaleza	São Luís do Curu	85
CE	Fortaleza	Trairi	85
CE	Juazeiro do Norte	Barbalha	88
CE	Juazeiro do Norte	Caririaçu	88
CE	Juazeiro do Norte	Crato	88
CE	Juazeiro do Norte	Farias Brito	88
CE	Juazeiro do Norte	Jardim	88
CE	Juazeiro do Norte	Juazeiro do Norte	88
CE	Juazeiro do Norte	Missão Velha	88
CE	Juazeiro do Norte	Nova Olinda	88
CE	Juazeiro do Norte	Santana do Cariri	88
CE	Sobral	ALCÂNTARAS	88
CE	Sobral	CARIRÉ	88
CE	Sobral	COREAÚ	88
CE	Sobral	FORQUILHA	88
CE	Sobral	FRECHEIRINHA	88
CE	Sobral	GRAÇA	88
CE	Sobral	GROAÍRAS	88
CE	Sobral	MASSAPÊ	88
CE	Sobral	MERUOCA	88
CE	Sobral	MORAÚJO	88
CE	Sobral	MUCAMBO	88
CE	Sobral	PACUJÁ	88
CE	Sobral	PIRES FERREIRA	88
CE	Sobral	RERIUTABA	88
CE	Sobral	SANTANA DO ACARAÚ	88
CE	Sobral	SENADOR SÁ	88
CE	Sobral	SOBRAL	88
CE	Sobral	VARJOTA	88
DF	Brasília	Águas Lindas de Goiás	61
DF	Brasília	Brasília	61
DF	Brasília	Cabeceiras	61
DF	Brasília	Cidade Ocidental	61
DF	Brasília	Cristalina	61
DF	Brasília	Formosa	61
DF	Brasília	Luziânia	61
DF	Brasília	Novo Gama	61
DF	Brasília	Padre Bernardo	61
DF	Brasília	Planaltina	61
DF	Brasília	Santo Antônio do Descoberto	61

DF	Brasília	Valparaíso de Goiás	61
DF	Brasília	Vila Boa	61
ES	Vitória	Cariacica	27
ES	Vitória	Fundão	27
ES	Vitória	Guarapari	27
ES	Vitória	Serra	27
ES	Vitória	Viana	27
ES	Vitória	Vila Velha	27
ES	Vitória	Vitória	27
GO	GOIANÉSIA	Abadiânia	62
GO	GOIANÉSIA	Água Fria de Goiás	62
GO	GOIANÉSIA	Alexânia	62
GO	GOIANÉSIA	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	62
GO	GOIANÉSIA	ALVORADA DO NORTE	62
GO	GOIANÉSIA	BARRO ALTO	62
GO	GOIANÉSIA	CAVALCANTE	62
GO	GOIANÉSIA	Cocalzinho de Goiás	62
GO	GOIANÉSIA	Corumbá de Goiás	62
GO	GOIANÉSIA	FLORES DE GOIÁS	62
GO	GOIANÉSIA	GOIANÉSIA	62
GO	GOIANÉSIA	Mimoso de Goiás	62
GO	GOIANÉSIA	NIQUELÂNDIA	62
GO	GOIANÉSIA	Pirenópolis	62
GO	GOIANÉSIA	SÃO JOÃO D'ALIANÇA	62
GO	GOIANÉSIA	SIMOLÂNDIA	62
GO	GOIANÉSIA	VILA PROPÍCIO	62
GO	Goiânia	Abadia de Goiás	62
GO	Goiânia	Aparecida de Goiânia	62
GO	Goiânia	Aragoiânia	62
GO	Goiânia	Bela Vista de Goiás	62
GO	Goiânia	Bonfinópolis	62
GO	Goiânia	Brazabrantes	62
GO	Goiânia	Caldazinha	62
GO	Goiânia	Caturaí	62
GO	Goiânia	Goianápolis	62
GO	Goiânia	Goiânia	62
GO	Goiânia	Goianira	62
GO	Goiânia	Guapó	62
GO	Goiânia	Hidrolândia	62
GO	Goiânia	Inhumas	62
GO	Goiânia	Nerópolis	62
GO	Goiânia	Nova Veneza	62
GO	Goiânia	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	62
GO	Goiânia	Santo Antônio de Goiás	62
GO	Goiânia	Senador Canedo	62
GO	Goiânia	Terezópolis de Goiás	62
GO	Goiânia	Trindade	62
MA	Imperatriz	AÇAILÂNDIA	99
MA	Imperatriz	AMARANTE DO MARANHÃO	99
MA	Imperatriz	Buritirana	99
MA	Imperatriz	CAMPESTRE DO MARANHÃO	99
MA	Imperatriz	CAROLINA	99
MA	Imperatriz	CIDELÂNDIA	99
MA	Imperatriz	Davinópolis	99
MA	Imperatriz	ESTREITO	99
MA	Imperatriz	Governador Edison Lobão	99
MA	Imperatriz	Imperatriz	99
MA	Imperatriz	ITINGA DO MARANHÃO	99
MA	Imperatriz	João Lisboa	99
MA	Imperatriz	LAJEADO NOVO	99
MA	Imperatriz	Montes Altos	99
MA	Imperatriz	PORTO FRANCO	99
MA	Imperatriz	Ribamar Fiquene	99
MA	Imperatriz	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	99
MA	Imperatriz	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	99
MA	Imperatriz	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	99
MA	Imperatriz	Senador La Rocque	99
MA	Imperatriz	SÍTIO NOVO	99
MA	Imperatriz	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	99
MA	São Luís	Alcântara	98
MA	São Luís	Axixá	98
MA	São Luís	Bacabeira	98
MA	São Luís	Cachoeira Grande	98
MA	São Luís	Icatu	98
MA	São Luís	Morros	98
MA	São Luís	Paço do Lumiar	98
MA	São Luís	Presidente Juscelino	98
MA	São Luís	Raposa	98
MA	São Luís	Rosário	98
MA	São Luís	Santa Rita	98
MA	São Luís	São José de Ribamar	98
MA	São Luís	São Luís	98
MG	Belo Horizonte	Baldim	31
MG	Belo Horizonte	BARÃO DE COCAIS	31
MG	Belo Horizonte	Belo Horizonte	31
MG	Belo Horizonte	BELO VALE	31
MG	Belo Horizonte	Betim	31
MG	Belo Horizonte	BOM JESUS DO AMPARO	31
MG	Belo Horizonte	BONFIM	31
MG	Belo Horizonte	Brumadinho	31
MG	Belo Horizonte	Caeté	31
MG	Belo Horizonte	Capim Branco	31
MG	Belo Horizonte	Confins	31
MG	Belo Horizonte	Contagem	31
MG	Belo Horizonte	Esmeraldas	31
MG	Belo Horizonte	Florestal	31
MG	Belo Horizonte	FORTUNA DE MINAS	31
MG	Belo Horizonte	FUNILÂNDIA	31
MG	Belo Horizonte	Ibirité	31
MG	Belo Horizonte	Igarapé	31
MG	Belo Horizonte	INHAÚMA	31
MG	Belo Horizonte	ITABIRITO	31
MG	Belo Horizonte	Itaguara	31
MG	Belo Horizonte	Itatiaiuçu	31
MG	Belo Horizonte	Jaboticatubas	31
MG	Belo Horizonte	Juatuba	31
MG	Belo Horizonte	Lagoa Santa	31
MG	Belo Horizonte	Mário Campos	31
MG	Belo Horizonte	Mateus Leme	31
MG	Belo Horizonte	Matozinhos	31
MG	Belo Horizonte	MOEDA	31
MG	Belo Horizonte	Nova Lima	31
MG	Belo Horizonte	Nova União	31
MG	Belo Horizonte	Pedro Leopoldo	31
MG	Belo Horizonte	PRUDENTE DE MORAIS	31
MG	Belo Horizonte	Raposos	31
MG	Belo Horizonte	Ribeirão das Neves	31
MG	Belo Horizonte	Rio Acima	31
MG	Belo Horizonte	Rio Manso	31
MG	Belo Horizonte	Sabará	31
MG	Belo Horizonte	SANTA BÁRBARA	31
MG	Belo Horizonte	Santa Luzia	31
MG	Belo Horizonte	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	31
MG	Belo Horizonte	São Joaquim de Bicas	31
MG	Belo Horizonte	São José da Lapa	31
MG	Belo Horizonte	Sarzedo	31
MG	Belo Horizonte	SETE LAGOAS	31
MG	Belo Horizonte	Taquaraçu de Minas	31
MG	Belo Horizonte	Vespasiano	31
MG	CARATINGA	AÇUCENA	33
MG	CARATINGA	BOM JESUS DO GALHO	33
MG	CARATINGA	BRAÚNAS	33
MG	CARATINGA	BUGRE	33
MG	CARATINGA	CARATINGA	33
MG	CARATINGA	CÓRREGO NOVO	33
MG	CARATINGA	DOM CAVATI	33
MG	CARATINGA	ENTRE FOLHAS	33
MG	CARATINGA	IAPU	33
MG	CARATINGA	JOANÉSIA	33
MG	CARATINGA	MESQUITA	33
MG	CARATINGA	NAQUE	33
MG	CARATINGA	PERIQUITO	33
MG	CARATINGA	PINGO D'ÁGUA	33
MG	CARATINGA	SÃO JOÃO DO ORIENTE	33
MG	CARATINGA	SOBRÁLIA	33
MG	CARATINGA	VARGEM ALEGRE	33
MG	Ipatinga	ANTÔNIO DIAS	31
MG	Ipatinga	BELO ORIENTE	31
MG	Ipatinga	Coronel Fabriciano	31
MG	Ipatinga	DIONÍSIO	31
MG	Ipatinga	IPABA	31
MG	Ipatinga	Ipatinga	31
MG	Ipatinga	JAGUARAÇU	31
MG	Ipatinga	MARLIÉRIA	31
MG	Ipatinga	Santana do Paraíso	31
MG	Ipatinga	SÃO JOSÉ DO GOIABAL	31
MG	Ipatinga	Timóteo	31
MG	PARÁ DE MINAS	ITAÚNA	37
MG	PARÁ DE MINAS	PARÁ DE MINAS	37
MG	PARÁ DE MINAS	SÃO JOSÉ DA VARGINHA	37
MG	Unaí	ARINOS	38
MG	Unaí	Buritis	38
MG	Unaí	Cabeceira Grande	38
MG	Unaí	Unaí	38
MT	Cuiabá	Acorizal	65
MT	Cuiabá	BARÃO DE MELGAÇO	65
MT	Cuiabá	Chapada dos Guimarães	65
MT	Cuiabá	Cuiabá	65
MT	Cuiabá	JANGADA	65
MT	Cuiabá	NOBRES	65
MT	Cuiabá	Nossa Senhora do Livramento	65
MT	Cuiabá	POCONÉ	65
MT	Cuiabá	ROSÁRIO OESTE	65
MT	Cuiabá	Santo Antônio do Leverger	65
MT	Cuiabá	Várzea Grande	65
MT	NOVA BRASILÂNDIA	NOVA BRASILÂNDIA	66
MT	NOVA BRASILÂNDIA	PLANALTO DA SERRA	66
PA	Belém	Ananindeua	91
PA	Belém	Belém	91
PA	Belém	Benevides	91
PA	Belém	Castanhal	91
PA	Belém	Marituba	91
PA	Belém	Santa Bárbara do Pará	91
PA	Belém	Santa Isabel do Pará	91
PA	Santarém	Belterra	93
PA	Santarém	Mojuí dos Campos	93
PA	Santarém	Santarém	93
PB	Araruna	Araruna	83
PB	Araruna	Cacimba de Dentro	83
PB	Araruna	Damião	83
PB	Araruna	Dona Inês	83
PB	Araruna	Riachão	83
PB	Araruna	Tacima	83
PB	Barra de Santa Rosa	Baraúna	83
PB	Barra de Santa Rosa	Barra de Santa Rosa	83
PB	Barra de Santa Rosa	Cuité	83
PB	Barra de Santa Rosa	Frei Martinho	83
PB	Barra de Santa Rosa	Nova Floresta	83
PB	Barra de Santa Rosa	Nova Palmeira	83
PB	Barra de Santa Rosa	Picuí	83
PB	Barra de Santa Rosa	Sossêgo	83
PB	Cajazeiras	Bernardino Batista	83
PB	Cajazeiras	Bom Jesus	83
PB	Cajazeiras	Bonito de Santa Fé	83
PB	Cajazeiras	Cachoeira dos Índios	83
PB	Cajazeiras	Cajazeiras	83
PB	Cajazeiras	Carrapateira	83
PB	Cajazeiras	Joca Claudino	83
PB	Cajazeiras	Monte Horebe	83

PB	Cajazeiras	Poço Dantas	83
PB	Cajazeiras	Poço de José de Moura	83
PB	Cajazeiras	Santa Helena	83
PB	Cajazeiras	São João do Rio do Peixe	83
PB	Cajazeiras	São José de Piranhas	83
PB	Cajazeiras	Triunfo	83
PB	Cajazeiras	Uiraúna	83
PB	Campina Grande	ALCANTIL	83
PB	Campina Grande	Aroeiras	83
PB	Campina Grande	Barra de Santana	83
PB	Campina Grande	Boa Vista	83
PB	Campina Grande	Boqueirão	83
PB	Campina Grande	Campina Grande	83
PB	Campina Grande	Caturité	83
PB	Campina Grande	Fagundes	83
PB	Campina Grande	Gado Bravo	83
PB	Campina Grande	Itatuba	83
PB	Campina Grande	Lagoa Seca	83
PB	Campina Grande	Massaranduba	83
PB	Campina Grande	Matinhas	83
PB	Campina Grande	NATUBA	83
PB	Campina Grande	Puxinanã	83
PB	Campina Grande	Queimadas	83
PB	Campina Grande	SANTA CECÍLIA	83
PB	Campina Grande	Serra Redonda	83
PB	Campina Grande	UMBUZEIRO	83
PB	Esperança	Alagoa Nova	83
PB	Esperança	Algodão de Jandaíra	83
PB	Esperança	Areia	83
PB	Esperança	Areial	83
PB	Esperança	Esperança	83
PB	Esperança	Montadas	83
PB	Esperança	Pocinhos	83
PB	Esperança	Remígio	83
PB	Esperança	São Sebastião de Lagoa de Roça	83
PB	Guarabira	Alagoinha	83
PB	Guarabira	Araçagi	83
PB	Guarabira	ARARA	83
PB	Guarabira	BANANEIRAS	83
PB	Guarabira	Belém	83
PB	Guarabira	Borborema	83
PB	Guarabira	Caiçara	83
PB	Guarabira	Cuitegi	83
PB	Guarabira	Duas Estradas	83
PB	Guarabira	Guarabira	83
PB	Guarabira	Lagoa de Dentro	83
PB	Guarabira	Logradouro	83
PB	Guarabira	Mulungu	83
PB	Guarabira	Pilões	83
PB	Guarabira	Pilõezinhos	83
PB	Guarabira	Pirpirituba	83
PB	Guarabira	Serra da Raiz	83
PB	Guarabira	Serraria	83
PB	Guarabira	Sertãozinho	83
PB	Guarabira	SOLÂNEA	83
PB	Itabaiana	Caldas Brandão	83
PB	Itabaiana	Gurinhém	83
PB	Itabaiana	Ingá	83
PB	Itabaiana	Itabaiana	83
PB	Itabaiana	Juarez Távora	83
PB	Itabaiana	Juripiranga	83
PB	Itabaiana	Mogeiro	83
PB	Itabaiana	PILAR	83
PB	Itabaiana	Riachão do Bacamarte	83
PB	Itabaiana	Salgado de São Félix	83
PB	Itabaiana	São José dos Ramos	83
PB	Itabaiana	São Miguel de Taipu	83
PB	Itaporanga	Aguiar	83
PB	Itaporanga	Boa Ventura	83
PB	Itaporanga	Catingueira	83
PB	Itaporanga	Conceição	83
PB	Itaporanga	Coremas	83
PB	Itaporanga	Curral Velho	83
PB	Itaporanga	Diamante	83
PB	Itaporanga	Ibiara	83
PB	Itaporanga	Igaracy	83
PB	Itaporanga	Itaporanga	83
PB	Itaporanga	Nova Olinda	83
PB	Itaporanga	Piancó	83
PB	Itaporanga	Santa Inês	83
PB	Itaporanga	Santana de Mangueira	83
PB	Itaporanga	Santana dos Garrotes	83
PB	Itaporanga	São José de Caiana	83
PB	Itaporanga	Serra Grande	83
PB	João Pessoa	Alhandra	83
PB	João Pessoa	Bayeux	83
PB	João Pessoa	Caaporã	83
PB	João Pessoa	Cabedelo	83
PB	João Pessoa	Conde	83
PB	João Pessoa	Cruz do Espírito Santo	83
PB	João Pessoa	João Pessoa	83
PB	João Pessoa	Lucena	83
PB	João Pessoa	Pedras de Fogo	83
PB	João Pessoa	Pitimbu	83
PB	João Pessoa	Rio Tinto	83
PB	João Pessoa	Santa Rita	83
PB	Mamanguape	Baía da Traição	83
PB	Mamanguape	Cuité de Mamanguape	83
PB	Mamanguape	Curral de Cima	83
PB	Mamanguape	Itapororoca	83
PB	Mamanguape	Jacaraú	83
PB	Mamanguape	Mamanguape	83
PB	Mamanguape	Marcação	83
PB	Mamanguape	Mataraca	83
PB	Mamanguape	Pedro Régis	83
PB	Patos	Areia de Baraúnas	83
PB	Patos	Cacimba de Areia	83
PB	Patos	Cacimbas	83
PB	Patos	Condado	83
PB	Patos	Desterro	83
PB	Patos	Emas	83
PB	Patos	Junco do Seridó	83
PB	Patos	Mãe d'Água	83
PB	Patos	Malta	83
PB	Patos	Matureia	83
PB	Patos	Passagem	83
PB	Patos	Patos	83
PB	Patos	Quixabá	83
PB	Patos	Salgadinho	83
PB	Patos	Santa Luzia	83
PB	Patos	Santa Teresinha	83
PB	Patos	São José de Espinharas	83
PB	Patos	São José do Bonfim	83
PB	Patos	São José do Sabugi	83
PB	Patos	São Mamede	83
PB	Patos	Teixeira	83
PB	Patos	Várzea	83
PB	Patos	Vista Serrana	83
PB	Sousa	Aparecida	83
PB	Sousa	Lastro	83
PB	Sousa	Marizópolis	83
PB	Sousa	Nazarezinho	83
PB	Sousa	Santa Cruz	83
PB	Sousa	São Francisco	83
PB	Sousa	São José da Lagoa Tapada	83
PB	Sousa	Sousa	83
PB	Sousa	Vieirópolis	83
PE	Petrolina	Lagoa Grande	87
PE	Petrolina	Orocó	87
PE	Petrolina	Petrolina	87
PE	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista	87
PE	Recife	Abreu e Lima	81
PE	Recife	Araçoiaba	81
PE	Recife	Cabo de Santo Agostinho	81
PE	Recife	Camaragibe	81
PE	Recife	Igarassu	81
PE	Recife	Ilha de Itamaracá	81
PE	Recife	Ipojuca	81
PE	Recife	Itapissuma	81
PE	Recife	Jaboatão dos Guararapes	81
PE	Recife	Moreno	81
PE	Recife	Olinda	81
PE	Recife	Paulista	81
PE	Recife	Recife	81
PE	Recife	São Lourenço da Mata	81
PI	Teresina	Altos	86
PI	Teresina	Beneditinos	86
PI	Teresina	Coivaras	86
PI	Teresina	Curralinhos	86
PI	Teresina	Demerval Lobão	86
PI	Teresina	José de Freitas	86
PI	Teresina	Lagoa Alegre	86
PI	Teresina	Lagoa do Piauí	86
PI	Teresina	Miguel Leão	86
PI	Teresina	Monsenhor Gil	86
PI	Teresina	Nazária	86
PI	Teresina	Teresina	86
PI	Teresina	União	86
PR	Apucarana	Apucarana	43
PR	Apucarana	Arapuã	43
PR	Apucarana	Ariranha do Ivaí	43
PR	Apucarana	Borrazópolis	43
PR	Apucarana	Califórnia	43
PR	Apucarana	Cruzmaltina	43
PR	Apucarana	Faxinal	43
PR	Apucarana	Godoy Moreira	43
PR	Apucarana	Grandes Rios	43
PR	Apucarana	Ivaiporã	43
PR	Apucarana	Jardim Alegre	43
PR	Apucarana	Kaloré	43
PR	Apucarana	Lidianópolis	43
PR	Apucarana	Lunardelli	43
PR	Apucarana	Marilândia do Sul	43
PR	Apucarana	Marumbi	43
PR	Apucarana	Mauá da Serra	43
PR	Apucarana	Novo Itacolomi	43
PR	Apucarana	Rio Bom	43
PR	Apucarana	Rio Branco do Ivaí	43
PR	Apucarana	Rosário do Ivaí	43
PR	Apucarana	São João do Ivaí	43
PR	Apucarana	São Pedro do Ivaí	43
PR	Assis Chateaubriand	Assis Chateaubriand	44
PR	Assis Chateaubriand	Guaíra	44
PR	Assis Chateaubriand	Maripá	44
PR	Assis Chateaubriand	Palotina	44
PR	Assis Chateaubriand	Terra Roxa	44
PR	Assis Chateaubriand	Tupãssi	44
PR	Campo Mourão	Altamira do Paraná	44
PR	Campo Mourão	Araruna	44
PR	Campo Mourão	Barbosa Ferraz	44
PR	Campo Mourão	Boa Esperança	44
PR	Campo Mourão	Campina da Lagoa	44
PR	Campo Mourão	Campo Mourão	44
PR	Campo Mourão	Corumbataí do Sul	44
PR	Campo Mourão	Engenheiro Beltrão	44
PR	Campo Mourão	Farol	44
PR	Campo Mourão	Fênix	44
PR	Campo Mourão	Goioerê	44
PR	Campo Mourão	Iretama	44
PR	Campo Mourão	Janiópolis	44
PR	Campo Mourão	Juranda	44

PR	Campo Mourão	Luiziana	44
PR	Campo Mourão	Mamborê	44
PR	Campo Mourão	Moreira Sales	44
PR	Campo Mourão	Nova Cantu	44
PR	Campo Mourão	Peabiru	44
PR	Campo Mourão	Quarto Centenário	44
PR	Campo Mourão	Quinta do Sol	44
PR	Campo Mourão	Rancho Alegre dOeste	44
PR	Campo Mourão	Roncador	44
PR	Campo Mourão	Terra Boa	44
PR	Campo Mourão	Ubiratã	44
PR	Cascavel	Anahy	45
PR	Cascavel	Boa Vista da Aparecida	45
PR	Cascavel	Braganey	45
PR	Cascavel	Cafelândia	45
PR	Cascavel	Campo Bonito	45
PR	Cascavel	Capitão Leônidas Marques	45
PR	Cascavel	Cascavel	45
PR	Cascavel	Catanduvas	45
PR	Cascavel	Céu Azul	45
PR	Cascavel	Corbélia	45
PR	Cascavel	Diamante do Sul	45
PR	Cascavel	Guaraniaçu	45
PR	Cascavel	Ibema	45
PR	Cascavel	Iguatu	45
PR	Cascavel	Lindoeste	45
PR	Cascavel	Matelândia	45
PR	Cascavel	Nova Aurora	45
PR	Cascavel	Santa Lúcia	45
PR	Cascavel	Santa Tereza do Oeste	45
PR	Cascavel	Três Barras do Paraná	45
PR	Cascavel	Vera Cruz do Oeste	45
PR	Curitiba	Adrianópolis	41
PR	Curitiba	Agudos do Sul	41
PR	Curitiba	Almirante Tamandaré	41
PR	Curitiba	Araucária	41
PR	Curitiba	Balsa Nova	41
PR	Curitiba	Bocaiúva do Sul	41
PR	Curitiba	Campina Grande do Sul	41
PR	Curitiba	Campo do Tenente	41
PR	Curitiba	Campo Largo	41
PR	Curitiba	Campo Magro	41
PR	Curitiba	Cerro Azul	41
PR	Curitiba	Colombo	41
PR	Curitiba	Contenda	41
PR	Curitiba	Curitiba	41
PR	Curitiba	Doutor Ulysses	41
PR	Curitiba	Fazenda Rio Grande	41
PR	Curitiba	Itaperuçu	41
PR	Curitiba	Lapa	41
PR	Curitiba	Mandirituba	41
PR	Curitiba	Piên	41
PR	Curitiba	Pinhais	41
PR	Curitiba	Piraquara	41
PR	Curitiba	Quatro Barras	41
PR	Curitiba	Quitandinha	41
PR	Curitiba	Rio Branco do Sul	41
PR	Curitiba	São José dos Pinhais	41
PR	Curitiba	Tijucas do Sul	41
PR	Curitiba	Tunas do Paraná	41
PR	FORMOSA DO OESTE	FORMOSA DO OESTE	44
PR	FORMOSA DO OESTE	Iracema do Oeste	44
PR	FORMOSA DO OESTE	Jesuítas	44
PR	Jandaia do Sul	Bom Sucesso	43
PR	Jandaia do Sul	Cambira	43
PR	Jandaia do Sul	Jandaia do Sul	43
PR	Londrina	Alvorada do Sul	43
PR	Londrina	Arapongas	43
PR	Londrina	Assaí	43
PR	Londrina	Bela Vista do Paraíso	43
PR	Londrina	Cambé	43
PR	Londrina	Centenário do Sul	43
PR	Londrina	Florestópolis	43
PR	Londrina	Guaraci	43
PR	Londrina	Ibiporã	43
PR	Londrina	Jaguapitã	43
PR	Londrina	Jataizinho	43
PR	Londrina	Londrina	43
PR	Londrina	Lupionópolis	43
PR	Londrina	Miraselva	43
PR	Londrina	Pitangueiras	43
PR	Londrina	Porecatu	43
PR	Londrina	Prado Ferreira	43
PR	Londrina	Primeiro de Maio	43
PR	Londrina	Rancho Alegre	43
PR	Londrina	Rolândia	43
PR	Londrina	Sabáudia	43
PR	Londrina	Sertaneja	43
PR	Londrina	Sertanópolis	43
PR	Londrina	Tamarana	43
PR	Londrina	Uraí	43
PR	Maringá	Ângulo	44
PR	Maringá	Astorga	44
PR	Maringá	Atalaia	44
PR	Maringá	Doutor Camargo	44
PR	Maringá	Floraí	44
PR	Maringá	Floresta	44
PR	Maringá	Flórida	44
PR	Maringá	Iguaraçu	44
PR	Maringá	Itambé	44
PR	Maringá	Ivatuba	44
PR	Maringá	Lobato	44
PR	Maringá	Mandaguaçu	44
PR	Maringá	Mandaguari	44
PR	Maringá	Marialva	44
PR	Maringá	Maringá	44
PR	Maringá	Munhoz de Melo	44
PR	Maringá	Nova Esperança	44
PR	Maringá	Ourizona	44
PR	Maringá	Paiçandu	44
PR	Maringá	Presidente castelo Branco	44
PR	Maringá	Santa Fé	44
PR	Maringá	São Jorge do Ivaí	44
PR	Maringá	Sarandi	44
PR	Toledo	Diamante do Oeste	45
PR	Toledo	Entre Rios do Oeste	45
PR	Toledo	Marechal Cândido Rondon	45
PR	Toledo	Mercedes	45
PR	Toledo	Nova Santa Rosa	45
PR	Toledo	Ouro Verde do Oeste	45
PR	Toledo	Pato Bragado	45
PR	Toledo	Quatro Pontes	45
PR	Toledo	Santa Helena	45
PR	Toledo	São José das Palmeiras	45
PR	Toledo	São Pedro do Iguaçu	45
PR	Toledo	Toledo	45
PR	Umuarama	Alto Paraíso	44
PR	Umuarama	Alto Piquiri	44
PR	Umuarama	Altônia	44
PR	Umuarama	Brasilândia do Sul	44
PR	Umuarama	Cafezal do Sul	44
PR	Umuarama	Cidade Gaúcha	44
PR	Umuarama	Cruzeiro do Oeste	44
PR	Umuarama	Douradina	44
PR	Umuarama	Esperança Nova	44
PR	Umuarama	Francisco Alves	44
PR	Umuarama	Icaraíma	44
PR	Umuarama	Iporã	44
PR	Umuarama	Ivaté	44
PR	Umuarama	Maria Helena	44
PR	Umuarama	Mariluz	44
PR	Umuarama	Nova Olímpia	44
PR	Umuarama	Perobal	44
PR	Umuarama	Pérola	44
PR	Umuarama	São Jorge do Patrocínio	44
PR	Umuarama	Tapejara	44
PR	Umuarama	Tapira	44
PR	Umuarama	Tuneiras do Oeste	44
PR	Umuarama	Umuarama	44
PR	Umuarama	Xambrê	44
RJ	Rio de Janeiro	Belford Roxo	21
RJ	Rio de Janeiro	Cachoeiras de Macacu	21
RJ	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	21
RJ	Rio de Janeiro	Guapimirim	21
RJ	Rio de Janeiro	Itaboraí	21
RJ	Rio de Janeiro	Itaguaí	21
RJ	Rio de Janeiro	Japeri	21
RJ	Rio de Janeiro	Magé	21
RJ	Rio de Janeiro	Maricá	21
RJ	Rio de Janeiro	Mesquita	21
RJ	Rio de Janeiro	Nilópolis	21
RJ	Rio de Janeiro	Niterói	21
RJ	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	21
RJ	Rio de Janeiro	Paracambi	21
RJ	Rio de Janeiro	Queimados	21
RJ	Rio de Janeiro	Rio Bonito	21
RJ	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	21
RJ	Rio de Janeiro	São Gonçalo	21
RJ	Rio de Janeiro	São João de Meriti	21
RJ	Rio de Janeiro	Seropédica	21
RJ	Rio de Janeiro	Tanguá	21
RN	Natal	ARÊS	84
RN	Natal	BOM JESUS	84
RN	Natal	Ceará-Mirim	84
RN	Natal	Extremoz	84
RN	Natal	GOIANINHA	84
RN	Natal	IELMO MARINHO	84
RN	Natal	Macaíba	84
RN	Natal	MAXARANGUAPE	84
RN	Natal	Monte Alegre	84
RN	Natal	Natal	84
RN	Natal	Nísia Floresta	84
RN	Natal	Parnamirim	84
RN	Natal	São Gonçalo do Amarante	84
RN	Natal	São José de Mipibu	84
RN	Natal	Vera Cruz	84
RO	PORTO VELHO	CANDEIAS DO JAMARI	69
RO	PORTO VELHO	PORTO VELHO	69
RR	Boa Vista	ALTO ALEGRE	95
RR	Boa Vista	Boa Vista	95
RR	Boa Vista	BONFIM	95
RR	Boa Vista	Cantá	95
RR	Boa Vista	MUCAJAÍ	95
RR	Caracaraí	Caracaraí	95
RR	Caracaraí	Iracema	95
RR	RORAINÓPOLIS	Caroebe	95

RR	RORAINÓPOLIS	RORAINÓPOLIS	95
RR	RORAINÓPOLIS	São João da Baliza	95
RR	RORAINÓPOLIS	São Luiz	95
RS	Caxias do Sul	Antônio Prado	54
RS	Caxias do Sul	Bento Gonçalves	54
RS	Caxias do Sul	Carlos Barbosa	54
RS	Caxias do Sul	Caxias do Sul	54
RS	Caxias do Sul	Farroupilha	54
RS	Caxias do Sul	Flores da Cunha	54
RS	Caxias do Sul	Garibaldi	54
RS	Caxias do Sul	Ipê	54
RS	Caxias do Sul	Monte Belo do Sul	54
RS	Caxias do Sul	Nova Pádua	54
RS	Caxias do Sul	NOVA ROMA DO SUL	54
RS	Caxias do Sul	Pinto Bandeira	54
RS	Caxias do Sul	Santa Tereza	54
RS	Caxias do Sul	São Marcos	54
RS	Porto Alegre	Alvorada	51
RS	Porto Alegre	Araricá	51
RS	Porto Alegre	Arroio dos Ratos	51
RS	Porto Alegre	Barra do Ribeiro	51
RS	Porto Alegre	Cachoeirinha	51
RS	Porto Alegre	Campo Bom	51
RS	Porto Alegre	Canoas	51
RS	Porto Alegre	Capela de Santana	51
RS	Porto Alegre	Charqueadas	51
RS	Porto Alegre	Dois Irmãos	51
RS	Porto Alegre	Eldorado do Sul	51
RS	Porto Alegre	Estância Velha	51
RS	Porto Alegre	Esteio	51
RS	Porto Alegre	Glorinha	51
RS	Porto Alegre	Gravataí	51
RS	Porto Alegre	Guaíba	51
RS	Porto Alegre	Igrejinha	51
RS	Porto Alegre	Ivoti	51
RS	Porto Alegre	Montenegro	51
RS	Porto Alegre	Nova Hartz	51
RS	Porto Alegre	Nova Santa Rita	51
RS	Porto Alegre	Novo Hamburgo	51
RS	Porto Alegre	Parobé	51
RS	Porto Alegre	Portão	51
RS	Porto Alegre	Porto Alegre	51
RS	Porto Alegre	Rolante	51
RS	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	51
RS	Porto Alegre	São Jerônimo	51
RS	Porto Alegre	São Leopoldo	51
RS	Porto Alegre	São Sebastião do Caí	51
RS	Porto Alegre	Sapiranga	51
RS	Porto Alegre	Sapucaia do Sul	51
RS	Porto Alegre	Taquara	51
RS	Porto Alegre	Triunfo	51
RS	Porto Alegre	Viamão	51
SC	Blumenau	Apiúna	47
SC	Blumenau	Ascurra	47
SC	Blumenau	Benedito Novo	47
SC	Blumenau	Blumenau	47
SC	Blumenau	Botuverá	47
SC	Blumenau	Brusque	47
SC	Blumenau	Doutor Pedrinho	47
SC	Blumenau	Gaspar	47
SC	Blumenau	Guabiruba	47
SC	Blumenau	Ilhota	47
SC	Blumenau	Indaial	47
SC	Blumenau	Luiz Alves	47
SC	Blumenau	Pomerode	47
SC	Blumenau	Rio dos Cedros	47
SC	Blumenau	Rodeio	47
SC	Blumenau	Timbó	47
SC	Chapecó	Águas de Chapecó	49
SC	Chapecó	Águas Frias	49
SC	Chapecó	Arvoredo	49
SC	Chapecó	Caxambu do Sul	49
SC	Chapecó	Chapecó	49
SC	Chapecó	Cordilheira Alta	49
SC	Chapecó	Coronel Freitas	49
SC	Chapecó	Cunhataí	49
SC	Chapecó	Faxinal dos Guedes	49
SC	Chapecó	Guatambu	49
SC	Chapecó	Itá	49
SC	Chapecó	Lajeado Grande	49
SC	Chapecó	Marema	49
SC	Chapecó	Nova Erechim	49
SC	Chapecó	Nova Itaberaba	49
SC	Chapecó	Paial	49
SC	Chapecó	Palmitos	49
SC	Chapecó	Passos Maia	49
SC	Chapecó	Pinhalzinho	49
SC	Chapecó	Planalto Alegre	49
SC	Chapecó	Ponte Serrada	49
SC	Chapecó	Quilombo	49
SC	Chapecó	São Carlos	49
SC	Chapecó	Saudades	49
SC	Chapecó	Seara	49
SC	Chapecó	Serra Alta	49
SC	Chapecó	Sul Brasil	49
SC	Chapecó	União do Oeste	49
SC	Chapecó	Vargeão	49
SC	Chapecó	Xanxerê	49
SC	Chapecó	Xavantina	49
SC	Chapecó	Xaxim	49
SC	Criciúma	Araranguá	48
SC	Criciúma	Balneário Arroio do Silva	48
SC	Criciúma	Balneário Gaivota	48
SC	Criciúma	Balneário Rincão	48
SC	Criciúma	Cocal do Sul	48
SC	Criciúma	Criciúma	48
SC	Criciúma	Ermo	48
SC	Criciúma	Forquilhinha	48
SC	Criciúma	Içara	48
SC	Criciúma	Jacinto Machado	48
SC	Criciúma	Lauro Müller	48
SC	Criciúma	Maracajá	48
SC	Criciúma	Meleiro	48
SC	Criciúma	Morro da Fumaça	48
SC	Criciúma	Morro Grande	48
SC	Criciúma	Nova Veneza	48
SC	Criciúma	Passo de Torres	48
SC	Criciúma	Praia Grande	48
SC	Criciúma	Santa Rosa do Sul	48
SC	Criciúma	São João do Sul	48
SC	Criciúma	Siderópolis	48
SC	Criciúma	Sombrio	48
SC	Criciúma	Timbé do Sul	48
SC	Criciúma	Treviso	48
SC	Criciúma	Turvo	48
SC	Criciúma	Urussanga	48
SC	Florianópolis	Águas Mornas	48
SC	Florianópolis	Alfredo Wagner	48
SC	Florianópolis	Angelina	48
SC	Florianópolis	Anitápolis	48
SC	Florianópolis	Antônio Carlos	48
SC	Florianópolis	Biguaçu	48
SC	Florianópolis	Canelinha	48
SC	Florianópolis	Florianópolis	48
SC	Florianópolis	Garopaba	48
SC	Florianópolis	Governador Celso Ramos	48
SC	Florianópolis	Leoberto Leal	48
SC	Florianópolis	Major Gercino	48
SC	Florianópolis	Nova Trento	48
SC	Florianópolis	Palhoça	48
SC	Florianópolis	Paulo Lopes	48
SC	Florianópolis	Rancho Queimado	48
SC	Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	48
SC	Florianópolis	São Bonifácio	48
SC	Florianópolis	São João Batista	48
SC	Florianópolis	São José	48
SC	Florianópolis	São Pedro de Alcântara	48
SC	Florianópolis	Tijucas	48
SC	Itajaí	Balneário Camboriú	47
SC	Itajaí	Balneário Piçarras	47
SC	Itajaí	Bombinhas	47
SC	Itajaí	Camboriú	47
SC	Itajaí	Itajaí	47
SC	Itajaí	Itapema	47
SC	Itajaí	Navegantes	47
SC	Itajaí	Penha	47
SC	Itajaí	Porto Belo	47
SC	Joaçaba	Abdon Batista	49
SC	Joaçaba	Água Doce	49
SC	Joaçaba	Alto Bela Vista	49
SC	Joaçaba	Arabutã	49
SC	Joaçaba	Arroio Trinta	49
SC	Joaçaba	Brunópolis	49
SC	Joaçaba	Caçador	49
SC	Joaçaba	Calmon	49
SC	Joaçaba	Campos Novos	49
SC	Joaçaba	Capinzal	49
SC	Joaçaba	Catanduvas	49
SC	Joaçaba	Celso Ramos	49
SC	Joaçaba	Concórdia	49
SC	Joaçaba	Erval Velho	49
SC	Joaçaba	Fraiburgo	49
SC	Joaçaba	Herval d'Oeste	49
SC	Joaçaba	Ibiam	49
SC	Joaçaba	Ibicaré	49
SC	Joaçaba	Iomerê	49
SC	Joaçaba	Ipira	49
SC	Joaçaba	Ipumirim	49
SC	Joaçaba	Irani	49
SC	Joaçaba	Jaborá	49
SC	Joaçaba	Joaçaba	49
SC	Joaçaba	Lacerdópolis	49
SC	Joaçaba	Lebon Régis	49
SC	Joaçaba	Lindóia do Sul	49
SC	Joaçaba	Luzerna	49
SC	Joaçaba	Macieira	49
SC	Joaçaba	Matos Costa	49
SC	Joaçaba	Monte Carlo	49
SC	Joaçaba	Ouro	49
SC	Joaçaba	Peritiba	49
SC	Joaçaba	Pinheiro Preto	49
SC	Joaçaba	Piratuba	49
SC	Joaçaba	Presidente Castello Branco	49
SC	Joaçaba	Rio das Antas	49
SC	Joaçaba	Salto Veloso	49
SC	Joaçaba	Tangará	49
SC	Joaçaba	Timbó Grande	49
SC	Joaçaba	Treze Tílias	49
SC	Joaçaba	Vargem	49
SC	Joaçaba	Vargem Bonita	49
SC	Joaçaba	Videira	49
SC	Joaçaba	Zortéa	49
SC	Joinville	Araquari	47
SC	Joinville	Balneário Barra do Sul	47
SC	Joinville	Barra Velha	47
SC	Joinville	Bela Vista do Toldo	47
SC	Joinville	Campo Alegre	47
SC	Joinville	CANOINHAS	47
SC	Joinville	Corupá	47
SC	Joinville	Garuva	47
SC	Joinville	Guaramirim	47
SC	Joinville	Irineópolis	47

SC	Joinville	Itaiópolis	47
SC	Joinville	Itapoá	47
SC	Joinville	Jaraguá do Sul	47
SC	Joinville	Joinville	47
SC	Joinville	Mafra	47
SC	Joinville	MAJOR VIEIRA	47
SC	Joinville	Massaranduba	47
SC	Joinville	Monte Castelo	47
SC	Joinville	Papanduva	47
SC	Joinville	Rio Negrinho	47
SC	Joinville	São Bento do Sul	47
SC	Joinville	São Francisco do Sul	47
SC	Joinville	São João do Itaperiú	47
SC	Joinville	Schroeder	47
SC	Joinville	Três Barras	47
SC	Lages	Anita Garibaldi	49
SC	Lages	Bocaina do Sul	49
SC	Lages	Bom Jardim da Serra	49
SC	Lages	Bom Retiro	49
SC	Lages	Campo Belo do Sul	49
SC	Lages	Capão Alto	49
SC	Lages	Cerro Negro	49
SC	Lages	Correia Pinto	49
SC	Lages	Curitibanos	49
SC	Lages	Frei Rogério	49
SC	Lages	Lages	49
SC	Lages	Otacílio Costa	49
SC	Lages	Painel	49
SC	Lages	Palmeira	49
SC	Lages	Ponte Alta	49
SC	Lages	Ponte Alta do Norte	49
SC	Lages	Rio Rufino	49
SC	Lages	Santa Cecília	49
SC	Lages	São Cristóvão do Sul	49
SC	Lages	São Joaquim	49
SC	Lages	São José do Cerrito	49
SC	Lages	Urubici	49
SC	Lages	Urupema	49
SC	Rio do Sul	Agrolândia	47
SC	Rio do Sul	Agronômica	47
SC	Rio do Sul	Atalanta	47
SC	Rio do Sul	Aurora	47
SC	Rio do Sul	Braço do Trombudo	47
SC	Rio do Sul	Chapadão do Lageado	47
SC	Rio do Sul	Dona Emma	47
SC	Rio do Sul	Ibirama	47
SC	Rio do Sul	Imbuia	47
SC	Rio do Sul	Ituporanga	47
SC	Rio do Sul	José Boiteux	47
SC	Rio do Sul	Laurentino	47
SC	Rio do Sul	Lontras	47
SC	Rio do Sul	Mirim Doce	47
SC	Rio do Sul	Petrolândia	47
SC	Rio do Sul	Pouso Redondo	47
SC	Rio do Sul	Presidente Getúlio	47
SC	Rio do Sul	Presidente Nereu	47
SC	Rio do Sul	Rio do Campo	47
SC	Rio do Sul	Rio do Oeste	47
SC	Rio do Sul	Rio do Sul	47
SC	Rio do Sul	Salete	47
SC	Rio do Sul	Santa Terezinha	47
SC	Rio do Sul	Taió	47
SC	Rio do Sul	Trombudo Central	47
SC	Rio do Sul	Vidal Ramos	47
SC	Rio do Sul	Vitor Meireles	47
SC	Rio do Sul	Witmarsum	47
SC	São Miguel dOeste	Abelardo Luz	49
SC	São Miguel dOeste	Anchieta	49
SC	São Miguel dOeste	Bandeirante	49
SC	São Miguel dOeste	Barra Bonita	49
SC	São Miguel dOeste	Belmonte	49
SC	São Miguel dOeste	Bom Jesus	49
SC	São Miguel dOeste	Bom Jesus do Oeste	49
SC	São Miguel dOeste	Caibi	49
SC	São Miguel dOeste	Campo Erê	49
SC	São Miguel dOeste	Coronel Martins	49
SC	São Miguel dOeste	Cunha Porã	49
SC	São Miguel dOeste	Descanso	49
SC	São Miguel dOeste	Dionísio Cerqueira	49
SC	São Miguel dOeste	Entre Rios	49
SC	São Miguel dOeste	Flor do Sertão	49
SC	São Miguel dOeste	Formosa do Sul	49
SC	São Miguel dOeste	Galvão	49
SC	São Miguel dOeste	Guaraciaba	49
SC	São Miguel dOeste	Guarujá do Sul	49
SC	São Miguel dOeste	Iporã do Oeste	49
SC	São Miguel dOeste	Ipuaçu	49
SC	São Miguel dOeste	Iraceminha	49
SC	São Miguel dOeste	Irati	49
SC	São Miguel dOeste	Itapiranga	49
SC	São Miguel dOeste	Jardinópolis	49
SC	São Miguel dOeste	Jupiá	49
SC	São Miguel dOeste	Maravilha	49
SC	São Miguel dOeste	Modelo	49
SC	São Miguel dOeste	Mondaí	49
SC	São Miguel dOeste	Novo Horizonte	49
SC	São Miguel dOeste	Ouro Verde	49
SC	São Miguel dOeste	Palma Sola	49
SC	São Miguel dOeste	Paraíso	49
SC	São Miguel dOeste	Princesa	49
SC	São Miguel dOeste	Riqueza	49
SC	São Miguel dOeste	Romelândia	49
SC	São Miguel dOeste	Saltinho	49
SC	São Miguel dOeste	Santa Helena	49
SC	São Miguel dOeste	Santa Terezinha do Progresso	49
SC	São Miguel dOeste	Santiago do Sul	49
SC	São Miguel dOeste	São Bernardino	49
SC	São Miguel dOeste	São Domingos	49
SC	São Miguel dOeste	São João do Oeste	49
SC	São Miguel dOeste	São José do Cedro	49
SC	São Miguel dOeste	São Lourenço do Oeste	49
SC	São Miguel dOeste	São Miguel da Boa Vista	49
SC	São Miguel dOeste	São Miguel d'Oeste	49
SC	São Miguel dOeste	Tigrinhos	49
SC	São Miguel dOeste	Tunápolis	49
SC	Tubarão	Armazém	48
SC	Tubarão	Braço do Norte	48
SC	Tubarão	Capivari de Baixo	48
SC	Tubarão	Grão-Pará	48
SC	Tubarão	Gravatal	48
SC	Tubarão	Imaruí	48
SC	Tubarão	Imbituba	48
SC	Tubarão	Jaguaruna	48
SC	Tubarão	Laguna	48
SC	Tubarão	Orleans	48
SC	Tubarão	Pedras Grandes	48
SC	Tubarão	Pescaria Brava	48
SC	Tubarão	Rio Fortuna	48
SC	Tubarão	Sangão	48
SC	Tubarão	Santa Rosa de Lima	48
SC	Tubarão	São Ludgero	48
SC	Tubarão	São Martinho	48
SC	Tubarão	Treze de Maio	48
SC	Tubarão	Tubarão	48
SE	Aracaju	Aracaju	79
SE	Aracaju	Barra dos Coqueiros	79
SE	Aracaju	Nossa Senhora do Socorro	79
SE	Aracaju	São Cristóvão	79
SP	Campinas	Americana	19
SP	Campinas	Artur Nogueira	19
SP	Campinas	Campinas	19
SP	Campinas	Cosmópolis	19
SP	Campinas	Engenheiro Coelho	19
SP	Campinas	Holambra	19
SP	Campinas	Hortolândia	19
SP	Campinas	Indaiatuba	19
SP	Campinas	Jaguariúna	19
SP	Campinas	Monte Mor	19
SP	Campinas	Nova Odessa	19
SP	Campinas	Paulínia	19
SP	Campinas	Pedreira	19
SP	Campinas	Santa Bárbara d'Oeste	19
SP	Campinas	Santo Antônio de Posse	19
SP	Campinas	Sumaré	19
SP	Campinas	Valinhos	19
SP	Campinas	Vinhedo	19
SP	Itatiba	Itatiba	11
SP	Itatiba	Morungaba	11
SP	Itu	Alumínio	11
SP	Itu	Araçariguama	11
SP	Itu	Itu	11
SP	Itu	Mairinque	11
SP	Itu	Salto	11
SP	Itu	São Roque	11
SP	MOCOCA	MOCOCA	19
SP	MOCOCA	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	19
SP	MOCOCA	TAMBAÚ	19
SP	RIBEIRÃO PRETO	ALTINÓPOLIS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	BARRINHA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	BATATAIS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	BRODOWSKI	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	CAJURU	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	CÁSSIA DOS COQUEIROS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	CRAVINHOS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	DUMONT	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	GUARIBA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	GUATAPARÁ	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	JABOTICABAL	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	JARDINÓPOLIS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	LUÍS ANTÔNIO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	MONTE ALTO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	MORRO AGUDO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	NUPORANGA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	ORLÂNDIA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	PITANGUEIRAS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	PONTAL	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	PRADÓPOLIS	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	RIBEIRÃO PRETO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SALES OLIVEIRA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SANTA ROSA DE VITERBO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SÃO SIMÃO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SERRA AZUL	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SERRANA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	SERTÃOZINHO	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	TAIÚVA	16
SP	RIBEIRÃO PRETO	TAQUARAL	16
SP	Santos	Bertioga	13
SP	Santos	Cubatão	13
SP	Santos	Guarujá	13
SP	Santos	Itanhaém	13
SP	Santos	Mongaguá	13
SP	Santos	Peruíbe	13
SP	Santos	Praia Grande	13
SP	Santos	Santos	13
SP	Santos	São Vicente	13
SP	São José dos Campos	Aparecida	12
SP	São José dos Campos	Arapeí	12
SP	São José dos Campos	Areias	12
SP	São José dos Campos	Bananal	12

SP	São José dos Campos	Caçapava	12
SP	São José dos Campos	Cachoeira Paulista	12
SP	São José dos Campos	Campos do Jordão	12
SP	São José dos Campos	Canas	12
SP	São José dos Campos	Caraguatatuba	12
SP	São José dos Campos	Cruzeiro	12
SP	São José dos Campos	Cunha	12
SP	São José dos Campos	Guaratinguetá	12
SP	São José dos Campos	Ilhabela	12
SP	São José dos Campos	Jacareí	12
SP	São José dos Campos	Jambeiro	12
SP	São José dos Campos	Lagoinha	12
SP	São José dos Campos	Lavrinhas	12
SP	São José dos Campos	Lorena	12
SP	São José dos Campos	Monteiro Lobato	12
SP	São José dos Campos	Natividade da Serra	12
SP	São José dos Campos	Paraibuna	12
SP	São José dos Campos	Pindamonhangaba	12
SP	São José dos Campos	Piquete	12
SP	São José dos Campos	Potim	12
SP	São José dos Campos	Queluz	12
SP	São José dos Campos	Redenção da Serra	12
SP	São José dos Campos	Roseira	12
SP	São José dos Campos	Santa Branca	12
SP	São José dos Campos	Santo Antônio do Pinhal	12
SP	São José dos Campos	São Bento do Sapucaí	12
SP	São José dos Campos	São José do Barreiro	12
SP	São José dos Campos	São José dos Campos	12
SP	São José dos Campos	São Luiz do Paraitinga	12
SP	São José dos Campos	São Sebastião	12
SP	São José dos Campos	Silveiras	12
SP	São José dos Campos	Taubaté	12
SP	São José dos Campos	Tremembé	12
SP	São José dos Campos	Ubatuba	12
SP	São Paulo	Arujá	11
SP	São Paulo	Barueri	11
SP	São Paulo	Biritiba Mirim	11
SP	São Paulo	Caieiras	11
SP	São Paulo	Cajamar	11
SP	São Paulo	Carapicuíba	11
SP	São Paulo	Cotia	11
SP	São Paulo	Diadema	11
SP	São Paulo	Embu	11
SP	São Paulo	Embu-Guaçu	11
SP	São Paulo	Ferraz de Vasconcelos	11
SP	São Paulo	Francisco Morato	11
SP	São Paulo	Franco da Rocha	11
SP	São Paulo	Guararema	11
SP	São Paulo	Guarulhos	11
SP	São Paulo	Itapecerica da Serra	11
SP	São Paulo	Itapevi	11
SP	São Paulo	Itaquaquecetuba	11
SP	São Paulo	Jandira	11
SP	São Paulo	Juquitiba	11
SP	São Paulo	Mairiporã	11
SP	São Paulo	Mauá	11
SP	São Paulo	Mogi das Cruzes	11
SP	São Paulo	Osasco	11
SP	São Paulo	Pirapora do Bom Jesus	11
SP	São Paulo	Poá	11
SP	São Paulo	Ribeirão Pires	11
SP	São Paulo	Rio Grande da Serra	11
SP	São Paulo	Salesópolis	11
SP	São Paulo	Santa Isabel	11
SP	São Paulo	Santana de Parnaíba	11
SP	São Paulo	Santo André	11
SP	São Paulo	São Bernardo do Campo	11
SP	São Paulo	São Caetano do Sul	11
SP	São Paulo	São Lourenço da Serra	11
SP	São Paulo	São Paulo	11
SP	São Paulo	Suzano	11
SP	São Paulo	Taboão da Serra	11
SP	São Paulo	Vargem Grande Paulista	11
SP	Sorocaba	Alambari	15
SP	Sorocaba	Araçoiaba da Serra	15
SP	Sorocaba	Boituva	15
SP	Sorocaba	Capela do Alto	15
SP	Sorocaba	Cerquilho	15
SP	Sorocaba	Cesário Lange	15
SP	Sorocaba	Ibiúna	15
SP	Sorocaba	Iperó	15
SP	Sorocaba	ITAPETININGA	15
SP	Sorocaba	Jumirim	15
SP	Sorocaba	Piedade	15
SP	Sorocaba	Pilar do Sul	15
SP	Sorocaba	Porto Feliz	15
SP	Sorocaba	Salto de Pirapora	15
SP	Sorocaba	São Miguel Arcanjo	15
SP	Sorocaba	Sarapuí	15
SP	Sorocaba	Sorocaba	15
SP	Sorocaba	Tapiraí	15
SP	Sorocaba	Tatuí	15
SP	Sorocaba	Tietê	15
SP	Sorocaba	Votorantim	15
TO	Gurupi	Aliança do Tocantins	63
TO	Gurupi	Alvorada	63
TO	Gurupi	Araguaçu	63
TO	Gurupi	Cariri do Tocantins	63
TO	Gurupi	Crixás do Tocantins	63
TO	Gurupi	Dueré	63
TO	Gurupi	Figueirópolis	63
TO	Gurupi	Formoso do Araguaia	63
TO	Gurupi	Gurupi	63
TO	Gurupi	Jaú do Tocantins	63
TO	Gurupi	Lagoa da Confusão	63
TO	Gurupi	Palmeirópolis	63
TO	Gurupi	Peixe	63
TO	Gurupi	Sandolândia	63
TO	Gurupi	São Salvador do Tocantins	63
TO	Gurupi	São Valério	63
TO	Gurupi	Sucupira	63
TO	Gurupi	Talismã	63
TO	Palmas	Aparecida do Rio Negro	63
TO	Palmas	Barrolândia	63
TO	Palmas	Brejinho de Nazaré	63
TO	Palmas	Fátima	63
TO	Palmas	Ipueiras	63
TO	Palmas	Lajeado	63
TO	Palmas	Miracema do Tocantins	63
TO	Palmas	Miranorte	63
TO	Palmas	Monte do Carmo	63
TO	Palmas	Oliveira de Fátima	63
TO	Palmas	Palmas	63
TO	Palmas	Paraíso do Tocantins	63
TO	Palmas	Porto Nacional	63
TO	Palmas	Pugmil	63
TO	Palmas	Silvanópolis	63
TO	Palmas	Tocantínia	63

CONSULTA PÚBLICA Nº 75, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 916, de 6 de outubro de 2022, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.071905/2020-41, proposta de internalização e consolidação de normas do Mercosul.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/, a partir das 14h data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, obrigatoriamente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Participa Anatel, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Não serão consideradas as manifestações encaminhadas por outros meios, exceto em caso de indisponibilidade do supracitado Sistema devidamente atestada pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação - SPR desta Agência.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público por meio do supracitado Sistema.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 14.242, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Extinguir, por cassação, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Móvel Aeronáutico (Fistel 50003524400), titulada pela entidade TOK TAXI AEREO LTDA, CNPJ nº 03.163.247/0001-17, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133, I e 139 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 12/2017/SEI/CRCA

PROCESSO 53524.000233/2016-35. Interessados: Wirelessconcection Serviços de Telecomunicações Ltda., Cemig Distribuição S.A. I - determinar a manutenção do preço e condições do Contrato de Compartilhamento até 25/07/2016; II - estabelecer em R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), acrescidos de correção pelo IGP-M/FGV, tendo como data base 30 de dezembro de 2014, o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 26/07/2016 até 25/07/2017, incluídos no valor os tributos devidos; III - determinar que eventuais diferenças entre o preço praticado e o preço arbitrado sejam acertadas entre as partes, considerando as diretrizes dos itens acima; IV - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; V - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

FILIPE SIMAS DE ANDRADE
Superintendente
Substituto

DESPACHO DECISÓRIO Nº 18/2022/CRCA

PROCESSO 53504.203667/2015-42. Interessados: CLARO S.A., Neoenergia Distribuição Brasília S.A. I - conhecer e, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto por Neoenergia Distribuição Brasília S.A., mantendo-se a decisão proferida por meio do Despacho Decisório nº 52/2018/SEI/CRCA, de 12 de setembro de 2018; II - não atribuir acesso restrito aos documentos SEI nº 3566146 e nº 6408584, cujos conteúdos não se enquadram nas hipóteses de Informações Econômico-Financeiras e Informações Operacionais de Empresa, previstas no parágrafo único do art. 39 da Lei nº 9.472/1997; III - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo; e IV - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade.

JOSÉ BORGES DA SILVA NETO
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 19/2022/CRCA

PROCESSO 53524.004663/2016-26. Interessados: Contato Internet Ltda. EPP, Celesc Distribuição S.A. I - conhecer e, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Contato Internet Eireli, mantendo-se a decisão proferida por meio do Despacho Decisório nº 29/2018/SEI/CRCA, de 02/07/2018; II - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo; III - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade.

JOSÉ BORGES DA SILVA NETO
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 21/2022/CRCA

PROCESSO 53524.000233/2016-35. Interessados: CWT Serviços Elétricos Ltda., Cemig Distribuição S.A. I - conhecer e, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela CWT Serviços Elétricos Ltda., mantendo-se a decisão proferida por meio do Despacho Decisório nº 12/2017/SEI/CRCA; II - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo; III - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade.

JOSÉ BORGES DA SILVA NETO
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 29/2018/SEI/CRCA

PROCESSO 53524.004663/2016-26. Interessados: Contato Internet Ltda. EPP, Celesc Distribuição S.A. I - determinar a manutenção do preço e condições estabelecidas no Contrato de Compartilhamento celebrado entre as partes; II - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; III - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ANA BEATRIZ RODRIGUES DE SOUZA RAMOS
Superintendente
Substituta

DESPACHO DECISÓRIO Nº 29/2022/CRCA

PROCESSO 53524.000589/2017-50. Interessados: Cabangu Internet Ltda., Cemig Distribuição S.A. I - indeferir o pedido de efeito suspensivo apresentado pela CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.; II - conhecer e, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela CABANGU INTERNET LTDA. ME, mantendo-se a decisão proferida por meio do Despacho Decisório nº 65/2017/SEI/CRCA; III - conhecer e, quanto ao mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A., mantendo-se a decisão proferida por meio do Despacho Decisório nº 65/2017/SEI/CRCA; IV - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo; e V - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade.

JOSÉ BORGES DA SILVA NETO
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 52/2018/SEI/CRCA

PROCESSO 53504.203667/2015-42. Interessados: CLARO S/A, CEB Distribuição S/A. I - determinar às partes que celebrem novo Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, em até 30 (trinta) dias da notificação deste Despacho, observando todos os procedimentos e prazos previstos na Resolução Conjunta nº 001, de 24 de novembro de 1999 (Aneel, Anatel e ANP), em especial os previstos nos artigos 11 e 14; II - estabelecer em R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), acrescidos de correção segundo o índice acordado entre as partes no contrato anterior, tendo como data base 30 de dezembro de 2014, o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 18/12/2015, incluídos no valor os tributos devidos; III - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; IV - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 65/2017/SEI/CRCA

PROCESSO 53524.000589/2017-50. Interessados: Cabangu Internet Ltda. - ME, Cemig Distribuição S.A. I - determinar a manutenção do preço e condições do Contrato de Compartilhamento até 19/05/2017; II - estabelecer em R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), acrescidos de correção pelo IGP-M/FGV, tendo como data base 30 de dezembro de 2014, o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 20/05/2017 até 19/05/2018, incluídos no valor os tributos devidos; III - determinar que eventuais diferenças entre o preço praticado e o preço arbitrado sejam acertadas entre as partes, considerando as diretrizes dos itens acima; IV - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; V - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 14.442 - Processo nº 53516.010969/2022-69: B.R.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE BALANCAS EIRELI, CNPJ nº 07.198.912/0001-69.

Nº 14.443 - Processo nº 53516.010993/2022-06: RAFAEL RAFAELI PEREIRA, CPF nº ***.008.259-**.

Nº 14.444 - Processo nº 53516.011013/2022-84: MAR GUINDASTES LTDA, CNPJ nº 34.168.066/0001-07.

Nº 14.445 - Processo nº 53516.011015/2022-73: LUCILENA PAIVA BUSSOLARO, CPF nº ***.601.038-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 14.316, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga os itens 70, 100 e 179 do Ato nº 9115, de 13 de outubro de 2021, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2021, Seção 1, página 49. Proc. 53500.066241/2021-80. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 14.319, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Revogar os itens 30, 58 e 75 do Ato nº 9346, de 21 de outubro de 2021, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 27/10/2021, Seção 1, página 37. Proc. 53500.071256/2021-60. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 14.329, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga o item 205 do Ato nº 9741, de 05 de novembro de 2021, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2021, Seção 1, página 15. Proc. 53500.075541/2021-50. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 14.330, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga o item 146 do Ato nº 609, de 17 de janeiro de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 21 de janeiro de 2022, seção 1, página 16. Proc. 53500.092994/2021-41. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

ATO Nº 14.333, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga os itens 110, 265, 275, 325 e 327 da tabela do Ato nº 9981, de 11 de julho de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital (PBTVD), que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 29 de julho de 2022, Seção 1, página 26.. Proc. 53500.101377/2022-24. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 14.114 Processo n° 53500.305029/2022-24. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CELWAY SERVICE EIRELI, CNPJ nº 24.804.565/0001-90, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 14.138 Processo n° 53500.316817/2022-46. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à 5ponto5 Solucoes Ltda, CNPJ nº 38.060.749/0001-05, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 14.268 Processo nº 53500.321618/2022-50. Expede autorização à RONALDO CONSTANCIO ANGELO, CNPJ/MF nº 01.664.513/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 14.272 Processo nº 53500.321816/2022-13. Expede autorização a MODESTO PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA, CNPJ nº 39.720.903/0001-82, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 14.434 Autoriza Cidalio Vieira Santos - Eventos, CNPJ nº 14.550.762/0001-76, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Mateus do Sul/PR, no período de 14/10/2022 a 15/10/2022.

Nº 14.435 Autoriza Cidalio Vieira Santos - Eventos, CNPJ nº 14.550.762/0001-76, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Itaiópolis/SC, no período de 16/10/2022 a 16/10/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 14.441, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53500.323053/2022-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lages/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 5.216, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Institui Grupo de Trabalho para revisar as regras de lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60420.000348/2022-00, resolve:

CAPÍTULO I

FINALIDADE

Art. 1º Esta Portaria institui Grupo de Trabalho - GT com a finalidade de revisar as regras de lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas do Brasil no exterior sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Parágrafo único. O disposto no caput levará em consideração a possibilidade de revisão e atualização do Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004.

CAPÍTULO II

COMPETÊNCIA

Art. 2º Compete ao GT:

I - avaliar a regra de rodízio na função de Adido de Defesa e de seus auxiliares em países com dois ou três adidos;

II - analisar a viabilidade da criação de aditâncias militares de Aeronáutica na Espanha e em Portugal, e das acreditações das seguintes aditâncias:

a) da África do Sul junto ao Governo de Botsuana;

b) da Itália junto ao Governo de Malta;

c) do Irã junto ao Governo do Azerbaijão; e

d) de Cabo Verde junto ao Governo da Guiné Bissau;

III - avaliar a ativação da aditância de Defesa, Naval, Exército e Aeronáutica no Iraque;

IV - avaliar a criação da aditância de Defesa, Naval, Exército e Aeronáutica na Arábia Saudita; e

V - identificar e definir os atores, processos e responsabilidades, bem como os recursos orçamentários e financeiros necessários para a execução das medidas formuladas no âmbito do GT.

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO

Art. 3º O GT será composto pelos seguintes membros titulares:

I - Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA do Ministério da Defesa:

a) Chefe de Assuntos Estratégicos - CAE, que o presidirá; e

b) Subchefe de Assuntos Internacionais - SCAI, da CAE, que exercerá a função de Coordenador-Executivo e de suplente do CAE;

II - um representante do Comando da Marinha;

III - um representante do Comando do Exército; e

IV - um representante do Comando da Aeronáutica.

§ 1º Os membros, titulares e suplentes, de que tratam os incisos II a IV, deverão ser oficiais superiores.

§ 2º Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos, ocasião exclusiva em que terá direito a voto.

§ 3º O Coordenador-Executivo somente terá direito a voto quando estiver substituindo o Presidente como suplente.

§ 4º Os membros do GT e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

§ 5º Os representantes indicados pelos órgãos mencionados no caput deverão possuir conhecimento das atividades realizadas no campo das relações internacionais.

§ 6º O Presidente atualizará a relação dos membros do GT, caso necessário, e proporá ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa a edição do ato correspondente.

CAPITULO IV

FUNCIONAMENTO

Seção I

Regras Gerais

Art. 4º O GT se reunirá, em caráter ordinário, de acordo com o calendário constante da proposta de plano de trabalho apresentada na primeira reunião do colegiado e, em caráter extraordinário, por iniciativa do seu presidente ou por solicitação de outros membros do GT.

§ 1º As reuniões ordinárias do GT serão planejadas no prazo previsto no plano de trabalho e as reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dois dias.

§ 2º O horário de início e de término das reuniões e a pauta de deliberações serão especificados no plano de trabalho do GT.

§ 3º As deliberações e as tarefas a realizar, com os respectivos prazos, serão difundidas aos integrantes do GT e às Forças Singulares.

§ 4º As deliberações deverão ser adotadas preferencialmente por consenso ou, se não for possível, por maioria simples, mediante registro em ata.

§ 5º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do GT terá o voto de qualidade.

Art. 5º O Presidente do GT poderá convidar técnicos e especialistas, civis ou militares, para participar das reuniões, sem direito a voto, conforme a especificidade do assunto tratado.

Parágrafo único. O disposto no caput se aplica especialmente os seguintes órgãos, que deverão estar em condições de prestar assessoramento sobre os assuntos a serem discutidos, conforme demanda do Presidente:

I - Assessoria de Inteligência de Defesa - AIDef do EMCFA; e

II - Secretaria-Geral, a ser representada pelas seguintes unidades:

a) Secretaria de Produtos de Defesa - SEPROD; e

b) Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI.

Art. 6º É vedada a divulgação das discussões em curso no âmbito do GT sem a prévia anuência do Presidente do GT.

Art. 7º A SCAI prestará o apoio técnico e administrativo necessário ao GT.

Art. 8º Caberá ao Coordenador-Executivo:

I - elaborar o plano de trabalho com o calendário de reuniões;

II - organizar o cronograma de atividades, contendo os locais das reuniões e as pautas a serem debatidas;

III - gerenciar as tarefas que serão realizadas;

IV - elaborar o relatório final contendo os estudos que foram realizados durante o funcionamento do GT; e

V - redigir a minuta de decreto e exposição de motivos decorrentes das propostas de modificação do Decreto nº 5.294, de 2004.

Art. 9º Os membros do GT que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão das reuniões por meio de videoconferência.

Art. 10. As atividades desenvolvidas no âmbito do GT devem observar o alinhamento com:

I - normas internacionais afetas à atuação das Forças Armadas;

II - Política Nacional de Defesa - PND;

III - Estratégia Nacional de Defesa - END;

IV - Política Militar de Defesa - PMD;

V - Estratégia Militar de Defesa - E Mi D; e

VI - Diretrizes e Planejamentos Estratégicos Setoriais do Ministério da Defesa e das Forças Singulares.

Art. 11. O Coordenador-Executivo de que trata o art. 3º, inciso I, alínea b), deverá elaborar o plano de trabalho de que trata o art. 4º, caput, contendo, dentre outros aspectos:

I - cronograma e locais das reuniões;

II - pauta de assuntos; e

III - tarefas a realizar.

Art. 12. O GT deverá entregar ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, no prazo de até noventa dias, contado da conclusão dos trabalhos, o relatório final das atividades contendo os estudos realizados e a minuta de revisão e atualização do Decreto nº 5.294, de 2004.

Seção II

Atribuições do Presidente do GT

Art. 13. Ao Presidente do GT compete:

I - convocar, dirigir, supervisionar e coordenar as atividades do GT, promovendo as medidas necessárias ao cumprimento das suas competências;

II - representar o GT em suas relações internas e externas;

III - submeter à votação do GT as matérias a serem apreciadas pelo colegiado;

IV - convidar pessoas ou representantes de outras instituições e de outros setores do Ministério da Defesa, conforme as especificidades dos assuntos a serem debatidos, para comparecer às reuniões e prestar esclarecimentos e assessoramentos especializados; e

V - deliberar sobre as propostas de convocação de reunião extraordinária de que trata o art. 14, inciso II.

Seção III

Atribuições dos Membros do GT

Art. 14. Aos demais membros do GT compete:

I - participar das reuniões, apresentando propostas e questões de ordem e debatendo as matérias sob exame;

II - propor a convocação de reunião extraordinária, sempre que houver assunto urgente e de caráter relevante; e

III - propor itens para compor a pauta de reuniões do GT.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os documentos produzidos no âmbito do GT estarão sujeitos a acesso restrito na forma de estudos preparatórios.

Art. 16. A participação no GT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO DECISÓRIO Nº 621, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Retificação de fração do bem imóvel próprio nacional sob a administração do Comando do Exército, situado no Rio de Janeiro-RJ, objeto de reversão à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU), para integrar o Sistema Rodoviário Federal e o Programa de Exploração Rodoviário, bem como compor o contrato de concessão de serviço público firmado entre o poder concedente, a UNIÃO, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a concessionária Ponte Rio-Niterói SA (ECOPONTE), com a finalidade de execução da alça de ligação da Ponte Rio-Niterói à Linha Vermelha, atendendo às diretrizes funcionais da frente de melhorias previstas no Programa de Exploração Rodoviário, por se constituir em interesse público, e ratificação de demais dispositivos.

1 Processo originário do Comando Militar do Leste (CML), propondo a retificação da fração com área de 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados) para 27.450,27 m² (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados) do bem imóvel próprio nacional, de RIP Nº 6001003325009, cadastrado no Comando do Exército como RJ 01-0204, localizado na Rua Monsenhor Manoel Gomes, nº 563, Bairro Caju, Rio de Janeiro-RJ, transcrito sob nº 26.692, Livro 3-K, Folha 110, no Cartório do 1º Ofício da Comarca do Rio de Janeiro-RJ, sob a responsabilidade do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, objeto de reversão à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ), autorizada pelo Despacho Decisório nº 126, de 11 de julho de 2018, a fim de compor o Sistema Rodoviário Federal.

2. Considerando:

a. que a área autorizada foi estimada em 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados) conforme despacho autorizativo, porém, após a realização dos trabalhos de georrefenciamento e de acordo com os elementos técnicos obtidos, seria efetivamente de 25.787,12 m² (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete metros quadrados e doze decímetros quadrados), a menor, portanto, e remanescendo uma fração de 1.663,15 m² (um mil, seiscentos e sessenta e três metros quadrados e quinze decímetros quadrados), sob a administração do Comando do Exército;

b. que a aludida fração seria de difícil manutenção e fiscalização pelo Comando do Exército, possibilitando sua invasão por terceiros, o que seria mais conveniente que fosse integrada à área de 25.787,12 m² (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete metros quadrados e doze decímetros quadrados), totalizando 27.450,27 m² (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados), ficando a cargo da concessionária sua administração e manutenção;

c. que há interesse da concessionária em permanecer com a fração acrescida, responsabilizando-se por sua manutenção durante o prazo de concessão, findo o qual a devolverá ao concedente;

d. que não há interesse do Comando do Exército na permanência da afetação da área acrescida, sendo melhor utilizada pela concessionária;

e. que as medidas compensatórias pelo uso da área estimada em 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados) a cargo da concessionária foram cumpridas integralmente e que a fração de 1.663,15 m² (um mil, seiscentos e sessenta e três metros quadrados e quinze decímetros quadrados) ora acrescida não trará prejuízo de natureza econômica ou patrimonial ao erário, pois a exploração do serviço público incidirá apenas sobre a área de 25.787,12 m² (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete metros quadrados e doze decímetros quadrados), ficando a fração de 1.663,15 m² (um mil, seiscentos e sessenta e três metros quadrados e quinze decímetros quadrados) sob a guarda, manutenção e responsabilidade daquela concessionária;

f. que os demais atos administrativos não sofrerão alterações que inviabilizem a concretização da devolução e demais atos subsequentes;

g. que o processo de devolução ainda não foi encaminhado à SPU/RJ de forma a outorgar a fração ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e à ECOPONTE;

h. que são favoráveis os pareceres do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), do CML e da 1ª Região Militar (1ª RM) à retificação da área; e

i. que as Instruções Gerais sobre Desincorporação de Bens Imóveis da União Administrados pelo Comando do Exército (EB 10-IG-04.005), aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.689, de 22 de fevereiro de 2022, em seus art. 10 e 22, admitem a presente rerratificação da desincorporação mediante reversão anteriormente autorizada, dou o seguinte despacho:

1) RETIFICO a área da fração revertida à SCGPU de 26.000,00 m² (vinte e seis mil metros quadrados), autorizada pelo Despacho Decisório nº 126, de 11 de julho de 2018, para 27.450,27 m² (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados), bem como RATIFICO as demais disposições nele contidas.

2) Encaminhe-se o presente Despacho ao DEC para conhecimento e adoção das medidas administrativas de sua competência, bem como encaminhamento ao Comando da 1ª RM para os atos subsequentes.

3) O Comando da 1ª RM adote as seguintes providências:

a) instrua o processo devolutivo com o despacho anterior, seus elementos técnicos, este despacho e o encaminhe à SPU/RJ, solicitando outorgar ao DNIT a área de 27.450,27 m² (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta metros quadrados e vinte e sete decímetros quadrados); e

b) solicite ainda àquela Superintendência que lhe disponibilize os atos decorrentes, especialmente o apostilamento no termo de entrega, constando a mutação sobre o bem imóvel, proveniente da devolução ora retificada, e após disponibilize ao DEC/Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) para acompanhamento, controle e atualização cadastral.

4) O Estado-Maior do Exército, o CML e a 1ª RM tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES
Comandante do Exército

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA EMCFA-MD Nº 5.242, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, conforme o disposto no inciso I do art. 11 do Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, aprovado pela Portaria Normativa nº 65/GM-MD, de 16 de julho de 2020, e o Processo Administrativo nº 60080.000336/2022-75, resolve:

CONCEDER a Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas aos militares e à personalidade civil abaixo relacionados:

- Vice-Almirante ALEXANDRE RABELLO DE FARIA;
- General de Brigada ULISSES DE MESQUITA GOMES;
- Brigadeiro do Ar RAMIRO KIRSCH PINHEIRO;
- General de Brigada GIOVANI MORETTO; e
- Conselheira TATIANA ESNARRIAGA ARANTES BARBOSA.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MDR Nº 3.010, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o fluxo de disponibilização e atualização das informações em transparência ativa no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011; na Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013; na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018; no Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012; no Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016; no Decreto n. 9.727, de 15 de março de 2019; na Instrução Normativa TCU n. 84, de 22 de abril de 2020; na Portaria MDR n. 1.617, de 4 de junho de 2020; e no Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir o fluxo de disponibilização e atualização das informações em transparência ativa no sítio do Ministério do Desenvolvimento Regional, definir responsabilidades e periodicidades.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - transparência ativa - divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independentemente de requerimentos da sociedade;

II - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

III - informação sigilosa - aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal - aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - dado pessoal - informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

VI - agenda de compromissos públicos - registro publicado em transparência ativa na página do órgão ou entidade em que devem constar as audiências, eventos públicos e reuniões governamentais de que participe a autoridade;

VII - prestação de contas - instrumento de gestão pública mediante o qual os administradores e, quando apropriado, os responsáveis pela governança e pelos atos de gestão do órgão apresentam e divulgam informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional previstos nos Arts. 70, 71 e 74 da Constituição;

VIII - Unidade Prestadora de Contas - unidade ou arranjo de unidades da administração pública federal que possua comando e objetivos comuns e que deverão apresentar e divulgar informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional previsto nos Arts. 70, 71 e 74 da Constituição;

IX - compromisso público - atividade da qual o agente público participe em razão do cargo, da função ou do emprego que ocupe, abrangidos:

a) audiência pública - sessão pública de caráter presencial ou telepresencial, consultiva, aberta a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, com o objetivo de subsidiar o processo de decisão em âmbito estatal;

b) evento - atividade aberta ao público, geral ou específico, tais como congressos, seminários, convenções, cursos, solenidades, fóruns, conferências e similares;

c) reunião - encontro de trabalho entre o agente público e uma ou mais pessoas externas ao órgão ou à entidade em que atue, em que não haja representação privada de interesses;

d) audiência:

1. compromisso presencial ou telepresencial do qual participe agente público e em que haja representação privada de interesses;

2. compromisso público agendado por solicitação de outro agente público, quando este estiver acompanhado de representante de interesses, no qual haja representação privada de interesses; e

3. o compromisso, presencial ou telepresencial, entre dois agentes públicos, quando um deles representar interesse e se encontrar em licença para desempenho de mandato classista nos termos do disposto no art. 92 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

e) despacho interno - encontro entre agentes públicos do mesmo órgão ou da mesma entidade;

X - representante de interesses - pessoa natural ou jurídica que se dedique, de maneira habitual ou circunstancial, profissional ou não, à representação privada de interesses próprios ou de terceiros, individuais, coletivos ou difusos, sob remuneração ou não, com ou sem vínculo trabalhista com o representado;

XI - agente público - o agente político, o servidor público e todo aquele que exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, por nomeação, por designação, por contratação ou por qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função no Poder Executivo federal;

XII - hospitalidade - oferta de serviço ou despesas com transporte, alimentação, hospedagem, cursos, seminários, congressos, eventos, feiras ou atividades de entretenimento, concedidos por agente privado para agente público no interesse institucional do órgão ou da entidade em que atua;

XIII - brinde - item de baixo valor econômico (valor menor do que um por cento do teto remuneratório previsto no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição) e distribuído de forma generalizada, como cortesia, propaganda ou divulgação habitual;

XIV - presente:

a) bem, serviço ou vantagem de qualquer espécie recebido de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe e que não configure brinde ou hospitalidade; e

b) despesas de transporte, alimentação, hospedagem, cursos, seminários, congressos, eventos, feiras ou atividades de entretenimento concedidos por agente privado a agente público em decorrência de suas atribuições, porém não relacionado ao exercício de representação institucional;

XV - Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e-Agendas - plataforma por meio da qual serão divulgadas as agendas de compromissos públicos dos agentes públicos, instituída pelo Decreto n. 10.889, de 9 de dezembro de 2021, de uso obrigatório pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, disponibilizado, gerenciado e mantido pela Controladoria-Geral da União; e

XVI - representação privada de interesses - interação entre o agente privado e o agente público destinada a influenciar o processo decisório da administração pública federal, de acordo com interesse privado próprio ou de terceiros, individual, coletivo ou difuso, no âmbito de:

a) formulação, implementação ou avaliação de estratégia de governo ou de política pública ou atividades a elas correlatas;

b) edição, revogação ou alteração de ato normativo;

c) planejamento de licitações e contratos; e

d) edição, alteração ou revogação de ato administrativo.

Parágrafo único. Não se considera representação privada de interesses:

I - o atendimento a usuários de serviços públicos e as manifestações e os demais atos de participação dos usuários dos serviços públicos, nos termos do disposto na Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017;

II - a realização de atividades relacionadas à comercialização de produtos ou serviços por parte de empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias;

III - a prática de atos no âmbito de processos judiciais ou administrativos, na forma estabelecida na legislação processual;

IV - a prática de atos com a finalidade de expressar opinião técnica ou de prestar esclarecimentos solicitados por agente público, desde que a pessoa que expresse a opinião ou o esclarecimento não participe de processo de decisão estatal como representante de interesses;

V - o envio de informações ou documentos em resposta ou em cumprimento de solicitação ou determinação de agentes públicos;

VI - a solicitação de informações, nos termos do disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

VII - o exercício dos direitos de petição ou de obtenção de certidões junto aos Poderes Públicos, nos termos do disposto no inciso XXXIV do caput do Art. 5º da Constituição;

VIII - o comparecimento a sessão ou a reunião de órgãos ou entidades públicos, no exercício do direito de acompanhamento de atividade política; e

IX - o contato eventual entre agentes públicos e interessados em processos decisórios relacionados àqueles, ocorrido em eventos ou em situações sociais, de maneira casual ou não intencional, exceto se dos fatos e das circunstâncias apurados puder ser comprovada a representação de algum interesse.

Art. 3º As ações de transparência ativa visam a assegurar o exercício pleno do direito fundamental de acesso à informação, e regem-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - autenticidade, integridade e primariedade das informações;

II - tempestividade;

III - disponibilidade;

IV - participação social;

V - linguagem cidadã;

VI - proteção da informação sigilosa;

VII - publicação de forma proativa;

VIII - informações corretas e atualizadas; e

IX - respeito à privacidade e inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 4º As informações a serem divulgadas no sítio do Ministério do Desenvolvimento Regional deverão estar alinhadas com o interesse público, com os objetivos institucionais e com as determinações legais em vigor.

Art. 5º As informações deverão ser disponibilizadas à Assessoria Especial de Comunicação Social, que fará a divulgação no portal do Ministério, em seção específica.

Art. 6º Não deverão ser publicados:

I - informações submetidas temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

II - informações e dados protegidos pelas hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

III - dados pessoais, em descumprimento às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Seção I

Das informações exigidas pela Lei de Acesso à Informação

Art. 7º A divulgação dos conteúdos de que trata esta seção observará o Guia de Transparência Ativa para órgãos e entidades do Poder Executivo federal, elaborado pela Controladoria-Geral da União.

Art. 8º Constituem informações essenciais para divulgação no sítio do Ministério do Desenvolvimento Regional, apresentadas sequencialmente na nomenclatura seguinte:

I - institucional;
II - ações e programas;
III - participação social;
IV - auditorias;
V - convênios e transferências;
VI - receitas e despesas;
VII - licitações e contratos;
VIII - servidores;
IX - informações classificadas;
X - Serviço de Informação ao Cidadão;
XI - perguntas frequentes; e
XII - dados abertos.

Art. 9º As Secretarias deverão encaminhar à Assessoria Especial de Comunicação Social as atualizações acerca de suas ações e de seus programas, a fim de serem incluídas tanto nas respectivas seções, como na seção Ações e Programas, no sítio do Ministério.

Art. 10. A relação completa de empregados terceirizados deverá ser encaminhada, quadrimestralmente, com o devido tratamento dos dados pessoais, pela Coordenação-Geral de Suporte Logístico, à Assessoria Especial de Comunicação Social, para publicação no sítio do Ministério do Desenvolvimento Regional e enviada, no Sistema de Transferência de Informações, à Controladoria-Geral da União.

Art. 11. As unidades do Ministério encaminharão à Assessoria Especial de Comunicação Social as informações para compor a página de resposta às perguntas mais frequentes.

Art. 12. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas informará à Assessoria Especial de Comunicação Social dados referentes a posse, exoneração ou dispensa em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCC) de nível igual ou superior a 13, para que seja feita a atualização no sítio do Ministério.

Art. 13. A Ouvidoria-Geral disponibilizará a Carta de Serviços e manterá as informações atualizadas no Portal de Serviços do Governo Federal.

§ 1º As unidades do Ministério, em caso de criação ou alteração do rol de requisitos, documentos, informações e procedimentos do serviço público, deverão enviar essas informações à Ouvidoria-Geral.

§ 2º Fica vedado às unidades do Ministério solicitarem ao usuário do serviço público requisitos, documentos, informações e procedimentos, cuja exigibilidade não esteja informada no Portal de Serviços do Governo Federal.

Art. 14. A descrição das informações que deverão constar dos subitens da seção Acesso à Informação, os respectivos responsáveis e a periodicidade de atualização deverão obedecer ao disposto no Anexo I desta Portaria.

Art. 15. A atualização do Sistema de Transparência Ativa será realizada pela Ouvidoria-Geral com base nas informações disponibilizadas na seção Acesso à Informação, de acordo com a periodicidade estabelecida no Anexo I desta Portaria.

Art. 16. São atribuições da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação:

I - acompanhar a atualização das informações tratadas nesta seção, com emissão de nota técnica, anualmente, sobre o cumprimento das determinações da Lei de Acesso à Informação, e, quando for o caso, recomendar às unidades do Ministério medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação;

II - orientar as respectivas unidades do Ministério acerca dos procedimentos desta Portaria e da Lei de Acesso à Informação; e

III - fomentar a cultura de transparência ativa no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Seção II

Das informações exigidas pela Lei de Conflito de Interesses, pelo Decreto n. 10.889, de 9 de dezembro de 2021, pelo Decreto n. 9.727, de 15 de março de 2019, e pelo Guia de Transparência Ativa

Art. 17. O Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, o Secretário-Executivo, os ocupantes de Cargos Comissionados Executivos (CCE) e de Funções Comissionadas Executivas (FCC), de nível igual ou superior a 15, e agentes públicos que, apesar de não se enquadrarem nesta hipótese, participem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses, deverão registrar e publicar, por meio do Sistema e-Agendas, as informações sobre:

I - sua participação em compromisso público, ocorrido presencialmente ou não, ainda que fora do local de trabalho, com ou sem agendamento prévio, em território nacional ou estrangeiro, com, no mínimo:

a) assunto;
b) local;
c) data;
d) horário;
e) lista de participantes; e
f) na hipótese de audiência, além dos dados referidos nas alíneas "a" a "e":
1. a identificação do representante de interesses;
2. a identificação da pessoa natural ou jurídica ou do grupo de interesses, na hipótese de representar interesse de terceiros; e
3. a descrição dos interesses representados;

II - hospitalidades e presentes recebidos de agente privado, em decorrência do mandato, do cargo, da função ou do emprego público que exerça ou ocupe ou de atividades que exerça como agente público, observado o disposto nos arts. 28 ao 32 desta Portaria, com, no mínimo:

a) data;
b) bem, serviço ou vantagem de qualquer espécie recebido; e
c) identificação do agente privado ofertante;

III - viagem realizada no exercício de função pública, na qual haja custeio de despesas por agente privado, no todo ou em parte, com, no mínimo:

a) objetivo da viagem;
b) data;
c) local de origem;
d) local de destino; e
e) o valor estimado das despesas custeadas pelo agente privado; e

IV - período de ausência, com indicação, quando houver, de seu substituto.

§ 1º As viagens realizadas no exercício da função pública com custeio integral por recursos de órgão ou entidade da administração pública federal serão gradativamente incluídos na agenda pública, a partir da integração do e-Agendas com o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.

§ 2º Quando se tratar de audiência pública e de evento, fica dispensado o requisito estabelecido na alínea "e" do inciso I do caput.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso IV do caput, o substituto deverá registrar e publicar sua agenda de compromissos públicos durante o período de substituição.

§ 4º O despacho interno fica dispensado do registro e da publicação no e-Agendas.

§ 5º Além dos agentes públicos mencionados no caput, os ocupantes de cargos ou empregos cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada capaz de trazer vantagem econômica ou financeira para o agente público ou para terceiro, conforme definido em regulamento, também sujeitam-se ao determinado neste dispositivo.

Art. 18. São dispensadas de divulgação as hipóteses:

I - cujo sigilo seja imprescindível à salvaguarda e à segurança da sociedade e do Estado, incluídas as atividades de segurança e de defesa cibernética; e

II - de sigilo previstas em leis específicas.

Art. 19. O compromisso realizado sem prévio agendamento deverá ser registrado e publicado no e-Agendas no prazo de sete dias corridos, contado da data de sua realização.

Art. 20. As alterações ocorridas nos compromissos previamente agendados, inclusive as relativas aos assuntos tratados, deverão ser registradas e publicadas no e-Agendas, no prazo de sete dias corridos, contado da data de realização do compromisso.

Art. 21. Os agentes públicos mencionados no caput do art. 17 e os seus substitutos, quando for o caso, são responsáveis:

I - pela veracidade e pela completude das informações de sua agenda de compromissos públicos;

II - pelo registro e pela publicação tempestivos das informações no e-Agendas; e

III - por não comparecerem a nenhum compromisso que não esteja registrado no e-Agendas.

Art. 22. Cabe à Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação e à Assessoria Especial de Controle Interno, no tocante ao e-Agendas:

I - realizar gestão de riscos, com a finalidade de verificar a existência de agentes públicos que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput do art. 2º da Lei n. 12.813, de 16 de maio de 2013, e que participem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses;

II - elaborar a relação de cargos e funções de agentes públicos que se enquadrem no perfil estabelecido no inciso I, em ato próprio, para aprovação do Secretário-Executivo;

III - realizar o cadastramento dos agentes que terão o perfil de gestor no sistema e-Agendas, o qual será responsável por cadastrar os agentes que terão suas agendas publicadas e o assistente técnico que realizará ações mais operacionais; e

IV - monitorar o preenchimento dos dados no sistema e-Agendas e prestar esclarecimentos e orientações necessárias.

Art. 23. Cabe aos Chefes de Gabinete ou equivalentes:

I - cadastrar os agentes da unidade que terão suas agendas publicadas, conforme definido no caput do art. 17, e manter atualizados esses cadastros;

II - cadastrar o assistente técnico que realizará ações mais operacionais no e-Agendas;

III - orientar o assistente técnico quanto às melhores práticas no preenchimento das informações sobre os compromissos dos dirigentes;

IV - supervisionar as informações preenchidas no sistema, quando o dirigente lhe delegar essa atribuição; e

V - informar a Assessoria Especial de Controle Interno quando verificar a existência de novos agentes públicos que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput do art. 2º da Lei n. 12.813, de 2013, mas que participem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses e, portanto, tenham que ter os compromissos divulgados no e-Agendas.

Art. 24. Os assistentes técnicos deverão preencher as informações atinentes aos compromissos no e-Agendas, em consonância com os dispositivos do Decreto nº 10.889, de 2021.

Art. 25. Os representantes de interesses poderão ser ouvidos:

I - em audiência, mediante solicitação própria ou a convite de agente público; ou

II - em audiência pública, como expositores.

§ 1º O Ministério do Desenvolvimento Regional prezará pela isonomia de tratamento àqueles que solicitarem audiências sobre a mesma matéria, permitida a realização de consulta pública ou de audiência pública para esse fim.

§ 2º Quando cabível, o representante de interesses deverá declarar que se submete às normas de ética e de conduta da empresa de que sejam empregados, sócios ou contratados, ou de associações a que sejam filiados, antes da realização da audiência.

Art. 26. O agente público que participar de audiência deverá, sempre que possível, estar acompanhado de, no mínimo, outro agente público do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Parágrafo único. Na hipótese de inobservância ao disposto no caput, os motivos deverão ser informados em campo próprio no sistema e-Agendas.

Art. 27. Toda audiência deverá ocorrer com a participação obrigatória de algum dos agentes de que trata o caput do Art. 17.

Art. 28. É vedado a todo agente público do Poder Executivo federal receber presente de quem tenha interesse em decisão sua ou de colegiado do qual participe.

§ 1º O disposto no caput não se aplica ao recebimento de brinde, dispensado seu registro no e-Agendas.

§ 2º Na hipótese de inviabilidade da recusa ou da devolução imediata do presente, o agente público deverá:

I - entregá-lo ao setor de patrimônio do Ministério do Desenvolvimento Regional, no prazo de sete dias da data de recebimento, o qual adotará as providências cabíveis quanto à sua destinação; e

II - registrar e publicar no e-Agendas a entrega do presente ao setor de patrimônio.

§ 3º Na hipótese de recebimento do presente durante ausência do agente público, o prazo de que trata o § 2º será contado da data do retorno do referido agente público ao Ministério.

Art. 29. As hospitalidades definidas no inciso XII do art. 2º poderão ser concedidas, no todo ou em parte, por agente privado, observados os seguintes procedimentos:

I - o agente que receber a oferta de hospitalidade pelo agente privado deverá submeter à avaliação do dirigente máximo dos órgãos específicos singulares do Ministério e, posteriormente, à aprovação expressa do Secretário-Executivo; e

II - o agente em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, por sua vez, submeterão a oferta de hospitalidades diretamente à aprovação do Secretário-Executivo.

Parágrafo único. Essas avaliações observarão os interesses institucionais e os riscos em potencial à integridade e à imagem do Ministério.

Art. 30. Os itens de hospitalidade:

I - devem estar diretamente relacionados com os propósitos legítimos da representação de interesses, em circunstâncias apropriadas de interação profissional;

II - devem ter valor compatível com os padrões adotados pela administração pública federal em serviços semelhantes, ou com as hospitalidades ofertadas a outros participantes nas mesmas condições; e

III - não devem caracterizar benefício pessoal.

Art. 31. A concessão de itens de hospitalidade poderá ser realizada mediante pagamento:

I - direto pelo agente privado ao prestador de serviços; ou

II - de valores compensatórios diretamente ao agente público, sob a forma de diárias ou de ajuda de custo, desde que autorizado pela autoridade competente.

Art. 32. O agente público não poderá receber remuneração de agente privado em decorrência do exercício de representação institucional.

Parágrafo único. Quando possível, eventuais valores que seriam pagos a título de remuneração de palestrante ou de painelista serão revertidos pelo organizador do evento em inscrições para a capacitação de agentes públicos da administração pública federal do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Seção III

Dos dados abertos

Art. 33. O Plano de Dados Abertos deverá orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações, obedecendo às orientações constantes do Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos e dispondo, no mínimo, sobre os seguintes tópicos:

I - criação e manutenção de inventários e catálogos corporativos de dados;

II - mecanismos transparentes de priorização na abertura de bases de dados, os quais obedecerão aos critérios estabelecidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos e considerarão o potencial de utilização e reutilização dos dados tanto pelo Governo quanto pela sociedade civil;

III - cronograma relacionado aos procedimentos de abertura das bases de

dados, sua atualização e sua melhoria;

IV - especificação clara sobre os papéis e responsabilidades das unidades do órgão ou entidade da administração pública federal relacionados com a publicação, a atualização, a evolução e a manutenção das bases de dados;

V - criação de processos para o engajamento de cidadãos, com o objetivo de facilitar e priorizar a abertura da dados, esclarecer dúvidas de interpretação na utilização e corrigir problemas nos dados já disponibilizados; e

VI - demais mecanismos para a promoção, o fomento e o uso eficiente e efetivo das bases de dados pela sociedade e pelo Governo.

Art. 34. A Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital será responsável pela elaboração do Plano de Dados Abertos.

§ 1º O Comitê de Governança Digital aprovará o Plano de Dados Abertos.

§ 2º A publicação dos dados no Painel de Dados Abertos será de responsabilidade de cada unidade, em obediência ao cronograma proposto no próprio Plano de Dados Abertos.

Art. 35. A Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação será responsável por assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, e exercerá as seguintes atribuições:

I - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

III - monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos; e

IV - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos Planos de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos.

Seção IV

Das informações exigidas pela Instrução Normativa TCU n. 84, de 22 de abril de 2020

Art. 36. A divulgação das informações necessárias à prestação de contas observará o disposto no Anexo II desta Portaria, em conformidade com o Art. 8º da Instrução Normativa TCU n. 84, de 22 de abril de 2020, e com as Decisões Normativas publicadas para cada exercício financeiro.

§ 1º As informações desta seção deverão ser publicadas no sítio oficial do Ministério, em seção específica sob o título Transparência e Prestação de Contas, na forma, conteúdo e prazos estabelecidos pela Instrução Normativa TCU n. 84, de 2020, e pelas normas congêneres do Tribunal de Contas da União.

§ 2º As informações divulgadas na seção específica de que trata o parágrafo anterior e que já estejam publicadas na seção Acesso à Informação, em atendimento à Lei de Acesso à Informação, poderão ser providas mediante links e redirecionamento de páginas no portal do Ministério do Desenvolvimento Regional ou demais portais oficiais que contenham as informações ou o respectivo detalhamento.

Art. 37. A prestação de contas tem como finalidade demostrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais, com vistas ao atendimento às necessidades de informação dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos, dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, para fins de transparência, controle e tomada de decisão.

Art. 38. Para elaboração e divulgação da prestação de contas deverão ser observados os seguintes princípios:

I - foco estratégico e no cidadão - além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a Unidade Prestadora de Contas faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.

II - conectividade da informação - as informações devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício, e da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade da Unidade Prestadora de Contas alcançar os seus objetivos ao longo do tempo;

III - relações com as partes interessadas - as informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a Unidade Prestadora de Contas mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a Unidade Prestadora de Contas entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades, considerando, inclusive, a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

IV - materialidade - devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da Unidade Prestadora de Contas alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes;

V - concisão - os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões;

VI - confiabilidade e completude - devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações;

VII - coerência e comparabilidade - as informações devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas da Unidade Prestadora de Contas e comparação com outras unidades de natureza similar;

VIII - clareza - deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela Unidade Prestadora de Contas no exercício e aqueles previstos para o futuro;

IX - tempestividade - as informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, incluindo as decisões relacionadas ao processo orçamentário e à situação fiscal, à alocação racional de recursos, à eficiência do gasto público e aos resultados para os cidadãos; e

X - transparência - deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.

Art. 39. A Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação fará o acompanhamento periódico acerca da disponibilização das informações de que trata esta seção e do cumprimento da periodicidade determinada no Anexo II desta Portaria.

Seção V

Dos assuntos gerais

Art. 40. Qualquer unidade do Ministério poderá incluir, no sítio do Ministério do Desenvolvimento Regional, informações que considerar pertinentes, tendo em vista sempre a diretriz da Lei de Acesso à Informação de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, e o desenvolvimento do controle social da administração pública, e a proteção dos dados pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 41. Com base nos pedidos de acesso à informação e nas manifestações de ouvidoria, a Ouvidoria-Geral poderá propor às respectivas unidades, soluções de transparência ativa para divulgação das informações produzidas pelo Ministério, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, nos termos do Art. 50, I, da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Caso as unidades concordem com a proposta da Ouvidoria-Geral, deverão fazer o encaminhamento das informações à Assessoria Especial de Comunicação Social para a publicação no sítio do Ministério.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Os registros do e-Agendas devem ser mantidos disponíveis para visualização e consulta, em transparência ativa e em formato aberto, pelo prazo de, no mínimo, cinco anos, após o qual permanecerão armazenados em banco de dados da Controladoria-Geral de União.

Art. 43. Fica revogada a Portaria MDR n. 2.860, de 17 de novembro de 2021.

Art. 44. Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

ANEXO I

DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E POR OUTRAS LEIS CORRELATAS

ITEM DO MENU "ACESSO À INFORMAÇÃO"	SUBITEM DO MENU	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
1. INSTITUCIONAL	Estrutura organizacional (organograma) até o 4º nível hierárquico	Digec	A cada alteração do Regimento Interno ou Decreto que institui o órgão
	Competências até o 4º nível hierárquico	Digec	A cada alteração do Regimento Interno ou Decreto que institui o órgão
	Base jurídica da estrutura organizacional e competências até o 4º nível hierárquico	Todas as unidades	Sempre que houver publicação no DOU
	Lista dos principais cargos e respectivos ocupantes até o 5º nível hierárquico	CGGP E Aescom	Sempre que houver posse e exoneração
	Telefones e endereços de e-mails dos ocupantes dos principais cargos até o 5º nível hierárquico	Aescom	Sempre que houver posse e exoneração
	Horários de atendimento ao público	CDOC /Ouvidoria-Geral	Anual ou a qualquer alteração
2. AÇÕES E PROGRAMAS	Lista dos programas, projetos e ações executados	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação de seus programas, projetos e ações	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Metas de seus programas, projetos e ações	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Indicadores de resultado e impacto, dos programas, projetos e ações	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Resultados de seus programas, projetos e ações	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Carta de Serviços	Ouvidoria-Geral	Anual até 31/05
	Informações gerais sobre programas que resultem em renúncias de receitas	Todas as unidades	Anual até 31/05
	Informações sobre programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador	Todas as unidades	Anual até 31/05
3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Informações sobre as instâncias e mecanismos de participação social que disponibiliza	Todas as unidades	Sempre que forem programadas futuras audiência, consultas, conferências ou outras ações que envolvam a participação social.
4. AUDITORIAS	Relatórios de Gestão	AECI	Anual
	Relatório de Auditoria e Certificado	AECI	Anual
	Julgamento contas pelo TCU	AECI	Anual
5. CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	Informações sobre repasses e transferências de recursos	AECI	Quando houver alteração no link para o Portal de Transparência e Plataforma +Brasil
6. RECEITAS E DESPESAS	Informações sobre sua receita pública	AECI	Quando houver alteração no link para o Portal de Transparência
	Informações detalhadas sobre a execução orçamentária de suas despesas (por unidade orçamentária)	AECI	
	Informações detalhadas sobre a execução financeira de suas despesas	AECI	
	Informações detalhadas sobre suas despesas com diárias e passagens	AECI	
7. LICITAÇÕES E CONTRATOS	Informações sobre licitações	CGLC	Sempre que houver uma nova licitação ou novo contrato
	Informações sobre os contratos firmados	CGLC	Sempre que houver uma nova licitação ou novo contrato

8. SERVIDORES	Informações sobre os servidores	CGGP	Quando houver alteração no link para o Portal de Transparência
	Íntegra dos editais de concursos públicos	CGGP	Quando houver novo concurso
	Relação completa de empregados terceirizados	CGSL	Quadrimestralmente
9. INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS	Rol das informações classificadas em cada grau de sigilo	AECI	Anual até 31/05
	Rol das informações desclassificadas, no período de 1º de junho do ano anterior a 31 de maio do corrente ano, em cada grau de sigilo	AECI	Anual até 31/05
	Formulário de pedido de desclassificação e recurso referente a pedido de desclassificação	AECI	Quando houver alteração do formulário
	Total de informações classificadas como Reservadas no órgão ou entidade atualmente	AECI	Anual até 31/05
	Total de informações classificadas como Secretas no órgão ou entidade atualmente	AECI	Anual até 31/05
	Total de informações classificadas como Ultrassecretas no órgão ou entidade atualmente	AECI	Anual até 31/05
	Total de informações desclassificadas no órgão ou entidade no período de 1º de junho do ano anterior a 31 de maio do corrente ano	AECI	Anual até 31/05
10. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC	Informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão: localização; horário de funcionamento; nome dos servidores; telefone e e-mails específicos para orientação e esclarecimentos de dúvidas; nome e cargo da Autoridade de Monitoramento da LAI	SIC	Sempre que houver alguma alteração
	Modelo de formulário de solicitação de informação para aqueles que queiram apresentar o pedido em meio físico (papel) junto ao SIC	SIC	
	Banner para o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão	SIC	
	Relatórios estatísticos de atendimento à Lei de Acesso à Informação	SIC	
11. PERGUNTAS FREQUENTES	Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	SIC/Todas as unidades	Semestral
12. DADOS ABERTOS	Informações sobre a implementação da política de dados abertos	Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital	Semestral

ANEXO II

DAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU N. 84, DE 2020

ITEM DO MENU "ACESSO À INFORMAÇÃO"	SUBITEM DO MENU	UNIDADE RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
1. INSTITUCIONAL	Estrutura organizacional	Digec	Durante o exercício: até 31/3 ou, no máximo, ao final de cada semestre
	Competências	Digec	
	Legislação aplicável	Ouvidoria-Geral/ Secretarias	
	Principais cargos e ocupantes	CGGP	
	Endereços e telefones das unidades	Aescom	
	Autoridade de Monitoramento da LAI	AECI	
	Horários de atendimento ao público	CDOC/ Ouvidoria-Geral	
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Objetivos estratégicos	Digec	Durante o exercício: até 31/3 ou, no máximo, ao final de cada semestre
	Metas		
	Indicadores, resultados e valores gerados		
	Mapa estratégico		
	Cadeia de valor		
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Execução orçamentária e financeira detalhada	AECI	Durante o exercício: em tempo real ou na periodicidade do evento
4. LICITAÇÕES E CONTRATOS	As licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados	CGLC	Durante o exercício: em tempo real ou na periodicidade do evento
	Os contratos firmados e notas de empenho emitidas	CGLC	
5. GOVERNANÇA	Programa de Integridade	AECI	Durante o exercício: até 31/3 ou, no máximo, ao final de cada semestre
	Gestão de Riscos	AECI	
	Principais ações de supervisão, controle e correição	AECI/Corregedoria-Geral	
6. AÇÕES E PROGRAMAS	Lista dos programas, projetos e ações executados	Todas as Secretarias	Durante o exercício: até 31/3 ou, no máximo, ao final de cada semestre
	Indicação da unidade responsável pelo desenvolvimento e implementação de seus programas, projetos e ações	Todas as Secretarias	
	Principais metas de seus programas, projetos e ações	Todas as Secretarias	
	Indicadores de resultado e impacto, quando existentes, relativos a seus programas, projetos e ações	Todas as Secretarias	
	Principais resultados de seus programas, projetos e ações	Todas as Secretarias	
	Carta de Serviço	Ouvidoria-Geral	
	Informações gerais sobre programas que resultem em renúncias de receitas	Todas as Secretarias	
	Informações sobre programas financiados pelo Fundo de Amparo ao trabalhador	Todas as Secretarias	
7. AUDITORIAS	Publicação dos relatórios de gestão	AECI	Após o exercício financeiro
	Publicação dos relatórios e certificados de auditoria	AECI	
8. CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS	Os repasses ou as transferências de recursos financeiros	Aescom	Durante o exercício: em tempo real ou na periodicidade do evento
9. SERVIDORES	A remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos ativos, inativos e pensionistas, de maneira individualizada	CGGP	Durante o exercício: em tempo real ou na periodicidade do evento
10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	As demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis à Unidade Prestadora De Contas, acompanhadas das respectivas notas explicativas, bem como dos documentos e informações de interesse coletivo ou gerais exigidos em normas legais específicas que regem sua atividade	Diorf	Após o exercício financeiro
11. ROL DE RESPONSÁVEIS	Rol de responsáveis	Diorf	Após o exercício financeiro
12. SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO	As principais ações de controle e de correição adotadas pela Unidade Prestadora de Contas	AECI/Corregedoria-Geral	Durante o exercício: até 31/3 ou, no máximo, ao final de cada semestre

ANEXO III

LISTAGEM DAS SIGLAS DAS UNIDADES LISTADAS NOS ANEXOS I E II

Assessoria Especial de Controle Interno	AECI
Assessoria Especial de Comunicação Social	Aescom
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	CGGP
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	CGLC
Coordenação-Geral de Suporte Logístico	CGSL
Coordenação de Documentação e Informação	CDOC
Diretoria de Gestão Estratégica	Digec
Serviço de Informações ao Cidadão	SIC
Diretoria de Orçamento e Finanças	Diorf

PORTARIA Nº 3.066, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria n. 532, de 23 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre os requisitos técnicos, urbanísticos e socioterritoriais, sobre os seguros obrigatórios para a contratação de empreendimentos habitacionais e sobre o chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de Habitação de Interesse Social no âmbito da linha de atendimento aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Casa Verde e Amarela, e a Portaria n. 526, de 23 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre as condições gerais para a aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, no artigo 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, na Lei n. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, na Lei n. 14.118, de 12 de janeiro de 2021, no Decreto n. 10.600, de 14 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º O Anexo III da Portaria MDR n. 532, de 23 de fevereiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"6. .....

.....

6.1. A proposta de empreendimento habitacional deverá ser contratada junto ao Agente Financeiro, conforme ato normativo específico com as condições gerais para aquisição subsidiada de imóveis em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, até 20 de dezembro de 2022." (NR)

Art. 2º A Portaria MDR n. 526, de 23 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

IV - .....

.....

c) indicar terreno, de sua propriedade ou de propriedade de terceiro que manifeste interesse, sem ônus real, conforme documentação exigida por esta Portaria e por ato normativo específico de chamamento de propostas, para a implementação do empreendimento habitacional, a ser doado ao Fundo de Arrendamento Residencial no ato da contratação da proposta, ou providenciar contrapartida financeira equivalente ao valor do terreno destinado ao empreendimento;" (NR)

"Art. 7º .....

.....

§ 2º .....

.....

II - por ente privado.

§ 3º O valor da subvenção econômica será apurado em cada contratação com a família beneficiária, correspondendo à diferença entre o valor contratual de aquisição do imóvel pelo Fundo de Arrendamento Residencial e a participação financeira da família beneficiária, quando devida, conforme definida no art. 10, ao longo de todo o prazo contratual.

§ 4º Para fins da apuração prevista no § 3º do caput, será considerado o somatório das 60 (sessenta) prestações mensais assumidas pela família beneficiária a título de participação financeira.

§ 5º Nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do art. 2º, a subvenção econômica será concedida mensalmente ao longo do prazo contratual de 60 (sessenta) meses.

§ 6º Nas hipóteses de que tratam os incisos III e IV do art. 2º e o art. 12, a subvenção econômica será concedida integralmente, observada a localidade do empreendimento, por ocasião da assinatura do contrato de doação da unidade habitacional às famílias beneficiárias." (NR)

"Art. 8º Fica estabelecido o valor máximo de aquisição de unidade habitacional, em edificação unifamiliar ou multifamiliar, correspondente ao valor contratual de aquisição do imóvel pelo Fundo de Arrendamento Residencial, por localidade, conforme tabela abaixo.

LOCALIDADE	DF, RJ, SP	SUL, ES e MG	DEMAIS
Capitais classificadas pelo IBGE como metrópoles	130.000,00	119.200,00	111.000,00
Demais capitais estaduais e municípios com população maior ou igual a 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional. Municípios com população maior ou igual a 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas-SP, da Baixada Santista e das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) de capital.	128.600,00	111.000,00	108.300,00
Municípios com população igual ou maior que 100 (cem) mil habitantes. Municípios com população menor que 100 (cem) mil habitantes integrantes das Regiões Metropolitanas das capitais estaduais, de Campinas-SP, da Baixada Santista e das RIDE de capital. Municípios com população menor que 250 (duzentos e cinquenta) mil habitantes classificados pelo IBGE como capital regional.	119.200,00	108.300,00	108.300,00
Municípios com população maior ou igual a 50 (cinquenta) mil habitantes e menor que 100 mil (cem) habitantes.	113.800,00	108.300,00	108.300,00
Municípios com população maior ou igual a 20 (vinte) mil habitantes e menor que 50 (cinquenta) mil habitantes.	108.300,00	108.300,00	108.300,00
Demais municípios	108.300,00	108.300,00	108.300,00

.....

§ 3º Os valores de que trata o caput compreendem os custos com:

I - remuneração do Agente Financeiro;

II - edificação e equipamentos de uso comum, conforme disposto em ato normativo específico de requisitos técnicos, urbanísticos e socioterritoriais e de seguros obrigatórios;

III - tributos e despesas de legalização;

IV - Trabalho Social, conforme limite estipulado em ato normativo específico;

V - execução de infraestrutura interna, excetuada a de responsabilidade da distribuidora de energia elétrica, nas condições estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

VI - construção de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estações Elevatórias, situadas em áreas públicas ou em área interna ao empreendimento a ser doada ao domínio do município;

VII - seguros obrigatórios, conforme disposto em ato normativo específico de requisitos técnicos, urbanísticos e socioterritoriais e de seguros obrigatórios;

VIII - sistemas alternativos de geração de energia (sistema de aquecimento de água ou sistema fotovoltaico), instalados no empreendimento de forma complementar às redes de distribuição existentes no município, conforme disposto em ato normativo específico; e

IX - o custo de aquisição do terreno, quando couber." (NR)

"Art. 10. .....

.....

III - O saldo devedor, as prestações mensais e a subvenção econômica mensal ainda não aportada ao contrato serão corrigidos anualmente, na data de aniversário da assinatura do contrato, pela Taxa Referencial de Juros (TR) do primeiro dia do respectivo mês, acumulada no período de 12 (doze) meses.

.....

§ 3º Caso a família beneficiária seja cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), é permitida a utilização de recursos da conta vinculada do FGTS, observado o marco normativo desse Fundo, para:

I - pagamento de prestações ou amortização do saldo devedor devido pela família, sem prejuízo da subvenção; e

II - quitação antecipada do contrato, mediante restituição de parte da subvenção, nos termos do § 2º do caput.

§ 4º É facultado ao Ente Público Local proponente do empreendimento efetuar contrapartida financeira relativa à prestação das famílias beneficiárias, mantida a subvenção econômica, por meio da pactuação de convênio com o Agente Financeiro, representando o Fundo de Arrendamento Residencial, que contemple no mínimo uma das seguintes hipóteses:

I - a integralidade do valor contratual financiado à família beneficiária, a partir da contratação com a família;

II - o pagamento da dívida contratual vencida da família beneficiária, conforme identificada a inadimplência; ou

III - a amortização de parte do saldo devedor do contrato, para redução do valor da prestação mensal devida pela família beneficiária, a partir da contratação com a família.

§ 5º Na hipótese de que trata o § 4º, inciso I, do caput, deve constar no contrato com a família beneficiária a concessão da subvenção econômica em 60 (sessenta) meses e cláusula de inalienabilidade do imóvel pelo mesmo período." (NR)

"Art. 16. .....

.....

IV - depósito complementar dos custos incidentes ao empreendimento habitacional, quando o custo final superar o valor de aquisição da unidade habitacional de que trata o art. 8º, mediante justificativa em instrumento orçamentário integrante da proposta de empreendimento habitacional.

.....

§ 3º O Ente Público Local fica dispensado da contrapartida de que trata o inciso I do caput, na hipótese de terreno de propriedade de terceiro, que seja disponibilizado para a implementação do empreendimento habitacional." (NR)

"Art. 27.....

.....

VII - instrumento de compromisso do Ente Público Local, assinada pelo chefe do poder executivo ou pelo presidente da companhia ou agência de habitação envolvida, com cópia de remetimento ao Ministério Público com jurisdição na área do empreendimento, ao poder legislativo local e ao conselho de habitação local ou órgão equivalente, em que conste:

a) compromisso com a execução das ações necessárias ao atendimento da demanda gerada pelo empreendimento habitacional; e

b) na hipótese de o empreendimento demandar a construção de componentes de sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, energia e equipamentos públicos, o Instrumento de Compromisso deve explicitar a responsabilidade do ente público ou das concessionárias responsáveis pela manutenção e operação dos sistemas ou equipamentos." (NR)

"Art. 28. .....

.....

§ 3º .....

.....

II - .....

.....

d) valor para a complementação dos custos incidentes ao empreendimento habitacional, quando cabível, conforme art. 16, inciso IV." (NR)

Art. 3º Fica revogado o § 1º do art. 7º da Portaria n. 526, de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 3.076, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria MDR nº 2.708, de 28 de outubro de 2021, que delega competências do Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional às autoridades que relaciona.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; no art. 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979; e nos arts. 11, 12, 13 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Portaria MDR nº 2.708, de 28 de outubro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º-A Fica delegada aos dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares, em seu âmbito de atuação, a competência prevista no art. 85-A da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, incluída pela Lei nº 14.435, de 2022." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor sete dias após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 3.079, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 3.261, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece calendário de recepção, seleção e contratação de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da constituição federal, o art. 8º da Lei n. 8.677, de 13 de julho de 1993, o art. 29 da Lei nº 13.844/19, o art. 8º do Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020, a Instrução Normativa nº 2, de 21 de janeiro de 2021, e considerando o disposto na Resolução CCFDS nº 225, de 17 de dezembro de 2020, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 3.261, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO

CALENDÁRIO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS

ETAPA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Adesão ao Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional	Poder público municipal ou Distrital	Contínua
2	Cadastramento de usuário de acesso e das propostas mediante preenchimento de formulário eletrônico	Agentes Promotores	30/1/2022
3	Anuência da proposta cadastrada	Poder público municipal ou Distrital	09/2/2022
4	Análise de enquadramento e divulgação do resultado da seleção	MDR (Órgão Gestor)	25/3/2022
5	Apresentação de documentos técnicos, institucionais e jurídicos ao Agente Financeiro credenciado	Agentes Promotores	14/11/2022
6	Análise dos documentos técnicos, institucionais e jurídicos e contratação do financiamento entre Agente Financeiro, Agentes Promotores e famílias atendidas com regularização fundiária	Agente Financeiro e Agentes Promotores	20/12/2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.070, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Confere a Medalha da Defesa Civil Nacional às personalidades que prestaram relevantes prestado relevantes serviços ao País e à comunidade nacional, em assuntos de defesa civil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nos termos da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pelo Decreto nº 11.065, de 6 de maio de 2022, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 7º da Portaria MI n. 953, de 20 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º Conferir a Medalha Defesa Civil Nacional 2022, na forma a seguir especificada:

I- Nas insígnias correspondentes ao grau de Grande Oficial às seguintes personalidades:

a) Alice de Almeida Vasconcelos de Carvalho;
b) Conselho Nacional de Gestores Estaduais de Proteção e Defesa Civil - CONGEPDEC;
c) Escritório Regional das Nações Unidas para a Redução de Desastres para as Américas e o Caribe - UNDRR;
d) Esteves Pedro Colnago Junior;
e) Fabrício Moura Moreira;
f) José Solla Vázquez Junior;
g) Marco Antônio Freire Gomes;
h) Maria Yvelônia dos Santos Barbosa; e
i) Ronaldo Vieira Bento; e
j) WhatsApp LLC;

II- Nas insígnias correspondentes ao grau de Comendador às seguintes personalidades:

a) Clezio Marcos De Nardin;
b) Cristiane Collet Battiston;
c) Daniela Buosi Rohlfs;
d) Edgard Estevo da Silva;
e) Fernanda Cunha Pirillo;
f) Luiz Paniago Neves;
g) Marcelo Mendes Mello;
h) Miguel Ivan Lacerda de Oliveira;
i) Osvaldo Luiz Leal de Moraes;
j) Rafael Pereira Machado;
k) Regina Lemos de Andrade;
l) Renata Torres de Sene;
m) Rodrigo Kaiser Saccone;
n) Sosthenes Tavares de Macêdo Almeida; e
o) Tiago Molina Schnorr;

III- Nas insígnias correspondentes ao grau de Cavaleiro, às seguintes personalidades:

a) Adonay Aum Veiga;
b) Ana Flávia Rodrigues Freire;
c) Anderson Machado;
d) Antônio dos Santos Souza;
e) Carla Maria Sassi de Miranda;
f) Claudemir Miguel;
g) Cristianne Martins Ferreira Fidelis;
h) Cyntia da Silva Oliveira;
i) Fernando Fenandes de Almeida;
j) Frederico de Sant'Anna;
k) Giselle Paes Gouveia;
l) Júnia Cristina Ribeiro;
m) Leonardo André Haberfeld Maia;
n) Leonardo de Almeida Ferreira;
o) Liliane Campos Alves;
p) Loiane Ferreira de Souza;
q) Marcos Vinícius Borges;
r) Ricardo Jerônimo de Oliveira;
s) Rodrigo Lindinger;
t) Rodrigo Souto Vasconcellos;
u) Rosana Franco Amaral;
v) Sérgio Maurício Costa da Silva Pinto;
w) Sofia Moreira Campos;
x) Thiago de Souza Coelho Monico; e
y) Viviane Cardoso Pereira Lira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 132, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso III, do Anexo I da Resolução nº 104, de 8 de outubro de 2021, publicada no DOU em 14 de outubro de 2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 856ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 4 de outubro de 2022, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.000573/2022-31, resolveu:

Dispor sobre condições de operação para os Aproveitamentos Hidrelétricos de Jurumirim, Chavantes e Capivara, integrantes do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema.

Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

O inteiro teor da Resolução e as demais informações pertinentes, estarão disponíveis no site www.gov.br/ana.

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO
2ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta suplementar extraordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 27 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
Processo nº: 10480.727941/2018-20 - Recorrente: NETUNO INTERNACIONAL S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

HÉLCIO LAFETA REIS
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 3ª Seção do CARF

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 305ª SESSÃO DE JULGAMENTOS

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos art. 24-C, inc, II, da Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 26 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN E EM 27 DE OUTUBRO DE 2022, ÀS 09H30MIN, CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão

001) 15414.624986/2017-70 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL (92.751.213/0001-73) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

002) 15414.620427/2017-91 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (01.704.513/0001-46) (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada).

Relator: Neival Rodrigues Freitas

003) 15414.616289/2017-45 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), LLOYD'S Escritório de Representação no Brasil Ltda (09.441.438/0001-80) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

004) 15414.629562/2017-00 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB (Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS 53.956) (92.672.070/0001-04) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).

005) 15414.608779/2019-30 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilseg Companhia de Seguros (atual denominação da Companhia de Seguros Aliança do Brasil) (28.196.889/0001-43) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

006) 15414.612111/2018-14 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL (92.751.213/0001-73) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

007) 15414.603385/2020-29 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Império Clube de Seguros SC Ltda. (68.804.046/0001-05) (Recorrente) e Filipe Alves da Mota (OAB/PR 22.945) (Advogado).

Relatora: Vivien Lys Porto Ferreira da Silva

008) 15414.629844/2018-80 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente), Leila Marcia Nogueira da Costa Caires (OAB/RJ 125.974) (Advogada) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

009) 15414.610969/2017-55 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Nobre Seguradora do Brasil S.A - Em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Pedro Paulo Pereira Mota - Portaria Susep nº 7.372 de 30.05.2019 Dou 06.06.2019 (85.031.334/0001-85) (Recorrente).

010) 15414.610733/2016-38 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilprev Seguradora e Previdência S/A (27.665.207/0001-31) (Recorrente) e Luiz Augusto Wagner (OAB/SC 35.333) (Advogado).

Relator: Washington Luis Bezerra da Silva

011) 15414.609744/2016-75 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A (33.608.308/0001-73) (Recorrente), Thiago Santana da Silva (OAB/RJ 202.711) (Advogado) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

012) 15414.623051/2017-76 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente), Felipe Carneiro Duarte (OAB/RJ 227.516) (Advogado) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

013) 15414.615406/2020-59 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A (51.990.695/0001-37) (Recorrente), Meireanne dos Santos Barbosa (OAB/RJ 233.883) (Advogada) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

014) 15414.600524/2016-86 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aplub Capitalização S.A (Em Intervenção Judicial - interventora substituta Maristela Iparraguirre de Oliveira Bravo) (88.076.302/0001-94) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

015) 15414.600479/2016-60 - Apenso 15414.603609/2021-83 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Cardif do Brasil Vida e Previdência S/A (03.546.261/0001-08) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

Relator: José Antônio Maia Piñeiro

016) 15414.631874/2019-37 - Apenso 15414.600096/2021-59 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Allianz Brasil Seguradora S.A.(Incorporadora da Sul América Companhia Nacional de Seguros) (61.573.796/0001-66) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

017) 15414.603164/2019-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Prudential do Brasil Vida em Grupo S/A(Nova denominação de IU Seguros S.A) (21.986.074/0001-19) (Recorrente), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado) e Suélen Marine Silva (OAB/SP 451.136) (Advogada).

018) 15414.615343/2018-16 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Austral Resseguradora S.A. (11.536.561/0001-26) (Recorrente), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado) e Suélen Marine Silva (OAB/SP 451.136) (Advogada).

019) 15414.605618/2016-41 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (87.376.109/0001-06) (Recorrente), Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

020) 15414.618706/2020-90 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente), Meireanne dos Santos Barbosa (OAB/RJ 233.883) (Advogada) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro

021) 15414.631197/2019-57 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Auto de Infração

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. (33.608.308/0001-73) (Recorrente), Ramane Pereira da Silva Passos (OAB/RJ 186.087) (Advogada) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

022) 15414.608960/2017-84 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Auxiliadora Previdência Privada (17.188.350/0001-26) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

023) 15414.628071/2019-03 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sul América Capitalização S.A - SULACAP (03.558.096/0001-04) (Recorrente), Aníbal Ruger Alves Estima Filho (Recorrente), Sergio Alfredo Diuana (Recorrente), César Tadeu Alonso Dominguez (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

Relatora: Simone Pereira Negrão

024) 15414.602691/2020-48 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A (87.376.109/0001-06) (Recorrente), Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

025) 15414.613860/2019-31 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Auto de Infração

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Viver Previdência (VIVER) (33.767.492/0001-02) (Recorrente), Amando Aparecido Ramos (Recorrente) e Rodrigo dos Santos Rodrigues (OAB/RJ 12.293) (Advogado).

026) 15414.627882/2019-89 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Generali Brasil Seguros S.A (33.072.307/0001-57) (Recorrente) e Renato Barcellos Santos (OAB/RJ 113.695) (Advogado).

027) 15414.629124/2019-03 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Tokio Marine Seguradora S.A (33.164.021/0001-00) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

028) 15414.646540/2021-82 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sabemi Previdência Privada (88.747.982/0001-85) (Recorrente), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado) e Gustavo Alarcon Rodrigues (OAB/SP 424.486) (Advogado).

Relator: José Carlos Gomes Mota

029) 15414.626542/2017-79 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sabemi Seguradora S/A (87.163.234/0001-38) (Recorrente), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado) e Amanda Barbieri Estancioni (OAB/SP 439.998) (Advogada).

030) 15414.601274/2017-82 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sabemi Seguradora S.A. (87.163.234/0001-38) (Recorrente), João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado) e Henrique de Araújo Gonzaga (OAB/SP 434.133) (Advogado).

031) 15414.606689/2017-42 - Apenso 15414.613749/2021-60 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (01.704.513/0001-46) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

032) 15414.608530/2020-68 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Evidence Previdência S.A. (13.615.969/0001-19) (Recorrente) e Marco Antônio Beviláqua (OAB/SP 139.333) (Advogado).

033) 15414.621663/2017-24 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Brasil Companhia de Seguros (Atual denominação da QBE Brasil Seguros S.A.) (96.348.677/0001-94) (Recorrente), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

Relator: Ricardo da Silva Santana

034) 15414.629963/2019-13 - Apenso 15414.631675/2019-29 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Berkley International do Brasil Seguros S/A (07.021.544/0001-89) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

035) 15414.601868/2019-55 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente), Mariana Batista Marques (OAB/RJ 224.009) (Advogada) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

036) 15414.605008/2020-24 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Allianz Brasil Seguradora S.A.(Incorporadora da Sul América Companhia Nacional de Seguros) (61.573.796/0001-66) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: Thompson da Gama Moret Santos

037) 15414.605070/2016-30 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), AIG Seguros Brasil S.A. (33.040.981/0001-50) (Recorrente), Fábio Cabral da Silva (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 103.479) (Advogada).

038) 15414.617190/2020-66 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Confiança Companhia de Seguros - em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Ludmila Rodrigues Fernandes Bittencourt (33.054.883/0001-71) (Recorrente) e Jair Ferrão Coitinho (OAB/RS 22.245) (Advogado).

039) 15414.617835/2020-61 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilseg Companhia de Seguros(Atual denominação da Companhia de Seguros Aliança do Brasil) (28.196.889/0001-43) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

040) 15414.621265/2018-99 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Associação de Proteção Veicular e Serviços Sociais (13.866.295/0001-25) (Recorrente), Alexandre Assis Scarpelli (Recorrente) e Raphael Boechat Alves Machado (OAB/MG 107.551) (Advogado).

041) 15414.603057/2017-27 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Brasilveículos Companhia de Seguros S/A (incorporada por Mafre Seguros Gerais S.A.) (01.356.570/0001-81) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

042) 15414.606171/2017-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguros Sura S.A (Antiga Royal & Sunalliance Seguros Brasil S.A) (33.065.699/0001-27) (Recorrente) e Priscilla Akemi Oshiro (OAB/SP 304.931) (Advogada).

043) 15414.609475/2017-28 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Prudential do Brasil Vida em Grupo S/A(Nova denominação de IU Seguros S.A) (21.986.074/0001-19) (Recorrente) e João Marcelo Máximo Ricardo dos Santos (OAB/SP 260.454) (Advogado).

Relator: Daniel Barreto Curi

044) 15414.615140/2017-49 - Apenso 15414.617097/2020-51 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Confiança Companhia de Seguros - em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Ludmila Rodrigues Fernandes Bittencourt (33.054.883/0001-71) (Recorrente), Jack Suslik Pogorelsky (Recorrente), Jair Ferrão Coitinho (OAB:RS 22.245) (Advogado) e Cristiane Corrêa da Costa Almeida (OAB/RS 60.229) (Advogada).

045) 15414.605027/2021-31 - Embargos de Declaração

Partes: Partes: Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (Embargado), XS4 Capitalização S.A. (38.155.804/0001-32) (Embargante), Raphael de Moraes Miranda (OAB/RJ 95.822) (Advogado) e Pedro Ivo Silva Mello (OAB/RJ 149.067) (Advogado).

046) 15414.617100/2020-37 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. (09.248.608/0001-04) (Recorrente), Hélio Bitton Rodrigues, Milton Bellizia Filho (Recorrente), Marco Antônio de Almeida Lima (OAB/RJ 209.969) (Advogado) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

047) 15414.604817/2019-85 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), AMB - Associação Mútua de Benefícios (15.218.763/0001-80) (Recorrente), Marlon Montanari (Recorrente) e Paulo César Azarias de Carvalho (OAB/SP 305.475) (Advogado).

Relatora: Marcia Gomes Lencastre

048) 15414.610935/2016-80 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aplub Capitalização S.A. (em Intervenção Judicial - Interventora Substituta: Maristela Iparraguirre de Oliveira Bravo - Portaria Susep nº 7.670 de 20.08.2020) (88.076.302/0001-94) (Recorrente) e Terezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

Relatora: Luciana Ruas Caúla Bandeira de Mello

049) 15414.628335/2017-59 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Vida S.A. (54.484.753/0001-49) (Recorrente), Felipe Carneiro Duarte (OAB/RJ 227.516) (Advogado) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

050) 15414.606040/2017-21 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aliança do Brasil Seguros S.A (01.378.407/0001-10) (Recorrente), Felipe Carneiro Duarte (OAB/RJ 227.516) (Advogado) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 24.628) (Advogado).

051) 15414.608762/2017-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A (09.248.608/0001-04) (Recorrente), Eduardo Pinto Larefe Mesquita (OAB/RJ 141.091) (Advogado) e Paloma Gomes Mendes (OAB/RJ 142.873) (Advogada).

052) 15414.629921/2017-11 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente), Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

053) 15414.631094/2017-25 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente), Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

Relator: Cássio Cabral Kelly

054) 15414.600196/2020-02 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A (87.376.109/0001-06) (Recorrente), Eduardo Augusto Seiscentos (OAB/SP 269.862) (Advogado), Thiago Tetsuya Moraes Takeuchi (OAB/RJ 338.958) (Advogado) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

055) 15414.609606/2019-39 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), AXA Corporate Solutions Seguros S.A. (33.822.131/0001-03) (Recorrente), Shana Araújo de Almeida (OAB/RJ 147.987) (Advogada).

056) 15414.618947/2017-33 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), IRB Brasil Resseguros S.A. (33.376.989/0001-91) (Recorrente), Ramane Pereira da Silva Passos (OAB/RJ 186.087) (Advogada) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

057) 15414.600970/2020-77 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Alfa Seguradora S.A. (02.713.529/0001-88) (Recorrente), Sergio Ruy Barroso de Mello (OAB/RJ 63.377) (Advogado) e Raphael Saydi Macedo Mussi (OAB/RJ 150.686) (Advogado).

Processos com pedido de vista:

Relator: Neival Rodrigues Freitas

058) 15414.610930/2016-57 - CRSNSP: Recurso SUSEP

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Investprev Seguradora S.A. (42.366.302/0001/28) (Recorrente) e André Rodrigues Chaves (OAB/RS 55.925) (Advogado) .

Julgamento adiado por pedido de vista da Conselheira Marcia Gomes Lencastre, na 298ª Sessão.

Relator: José Carlos Gomes Mota

059) 15414.618328/2020-44 - CRSNSP: Recurso SUSEP

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Willis Corretora de Resseguros Ltda. (29.981.859/0001-00) (Recorrente) e Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240.977) (Advogada).

Julgamento adiado por pedido de vista do Conselheiro Cássio Kabral Kelly, na 303ª Sessão.

a) Total de processos: 59 (cinquenta e nove)

b) Aditamento ou retiradas de pauta: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/sessoes-de-julgamento), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

c) Suspensão dos trabalhos: Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Nos termos do art. 24-C, §3º, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência e os interessados em acompanhar a sessão do CRSNSP na condição exclusiva de ouvinte deverão providenciar sua inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSNSP na internet, até 48 horas antes do dia da sessão (link para sustentação oral: https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/pedido-de-sustentacao-oral-e-de-preferencia) (link para acompanhamento da Sessão: https://www.youtube.com/mpstreaming). Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.

As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSNSP, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.

Nos termos do art. 24-C, §7º da Portaria GME n. 212/2020, "§ 7º. Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais."

e) Envio de memoriais: Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP (https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados/conselho-de-recursos-do-sistema-nacional-de-seguros-privados-de-previdencia-aberta-e-de-capitalizacao/servicos/envio-de-memorial).

Brasília-DF, 13 de outubro de 2022.
ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA
Secretário-Geral

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA/ME Nº 9.020, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Define a lista de imóveis sujeitos à alienação, conforme a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto na Seção I da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 8º da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, no art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021 e os elementos que integram o Processo nº 19739.104989/2022-47, resolve:

Art. 1º Listar os imóveis sujeitos à alienação conforme definido na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

ANEXO

LISTA DE IMÓVEIS

	UF	IMÓVEL	TIPO	MATRÍCULA	RIP IMOVEL
1	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte, QI 2, Conjunto 11, casa 18 - Lago Norte	Casa	46.306 - 2º OFRI	9701.34910.500-8
2	DF	SHIS - Setor Habitacional Individual Sul - QI 07, Conjunto 13, Lote 07 - Lago Sul	Casa	72.588 - 1º OFRI	9701.35398.500-9
3	DF	SHIS - Setor de Habitações Individual Sul - QI 03, Conjunto 06, Casa 11 - Lago Sul	Casa	80.883 - 1º OFRI	9701.35283.500-3
4	DF	SHIS - Setor de Habitações Individual Sul - QI 05, Conjunto 18, Casa 9 - Lago Sul SHIS - Setor de Habitações Individual Sul - QI 05, Conjunto 18 - Lote 11 - Lago Sul	Casa	143.147 e 143.149 - 1º OFRI	9701.35375.500-3 e 9701.35377.500-4
5	DF	QNJ 46, Casa 34 - Taguatinga Norte	Casa	130.948 - 3º OFRI	9701.35387.500-9
6	DF	QNJ 42, Casa 23 - Taguatinga Norte	Casa	130.833 - 3º OFRI	9701.35381.500-6
7	DF	QNJ 44, Casa 23 - Taguatinga Norte	Casa	130885 - 3º OFRI	9701.35383.500-7
8	DF	QNJ 46, Casa 06 - Taguatinga Norte	Casa	130.920 - 3º OFRI	9701.35385.500-8
9	DF	SCLS - Setor Comercial Local Sul, Qd. 109 Bloco B Lote 19 - Loja nº 26 - Asa Sul	Loja	89.154 - 1º OFRI	9701.35396.500-8
10	DF	SCLS - Setor Comercial Local Sul Qd. 109 Bloco B Lote 18 - Loja nº 22 - Asa Sul	Loja	89.153 - 1º OFRI	9701.35394.500-7
11	DF	SRIA QI 20, Bloco E, Apartamento 303 - Edifício Goiânia - Guará	Apartamento	109.182 - 4º OFRI	9701.35392.500-6
12	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 106, Asa Sul	Apartamento	80.691 - 1º OFRI	9701.35211.500-0
13	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 201, Asa Sul	Apartamento	80.694 - 1º OFRI	9701.35237.500-2
14	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 207, Asa Sul	Apartamento	80.700 - 1º OFRI	9701.35239.500-3
15	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 301, Asa Sul	Apartamento	80.702 - 1º OFRI	9701.35243.500-5
16	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 305, Asa Sul	Apartamento	80.706 - 1º OFRI	9701.35261.500-3
17	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 406, Asa Sul	Apartamento	80.715 - 1º OFRI	9701.35263.500-4
18	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 505, Asa Sul	Apartamento	80.722 - 1º OFRI	9701.35265.500-5
19	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 606, Asa Sul	Apartamento	80.731 - 1º OFRI	9701.35267.500-6
20	DF	SQS 315, Bloco I, Apt. 607, Asa Sul	Apartamento	80.732 - 1º OFRI	9701.35269.500-7
21	DF	SQS 315, Bloco J, Apt. 106, Asa Sul	Apartamento	80.740 - 1º OFRI	9701.35271.500-8
22	DF	SQS 315, Bloco J, Apt. 302, Asa Sul	Apartamento	80.748 - 1º OFRI	9701.35275.500-0
23	DF	SQS 315, Bloco J, Apt. 303, Asa Sul	Apartamento	80.749 - 1º OFRI	9701.35277.500-0
24	DF	SQS 315, Bloco J, Apt. 304, Asa Sul	Apartamento	80.750 - 1º OFRI	9701.35279.500-1
25	DF	SQS 315, Bloco J, Apt. 306, Asa Sul	Apartamento	80.752 - 1º OFRI	9701.35281.500-2
26	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 01, Cj. 05, Lote 09 - Lago Norte	Lote	129733 - 2º OFRI	9701.35361.500-7
27	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 01, Cj. 06, Lote 14 - Lago Norte	Lote	129726 - 2º OFRI	9701.35347.500-0
28	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 01, Cj. 08, Lote 11 - Lago Norte	Lote	129724 - 2º OFRI	9701.35343.500-9
29	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 03, Cj. 05, Lote 09 - Lago Norte	Lote	129722 - 2º OFRI	9701.35339.500-7
30	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 03, Cj. 07, Lote 11 - Lago Norte	Lote	129725 - 2º OFRI	9701.35345.500-0
31	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 03, Cj. 08, Lote 03 - Lago Norte	Lote	129729 - 2º OFRI	9701.35353.500-3
32	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 03, Cj. 08, Lote 16 - Lago Norte	Lote	129731 - 2º OFRI	9701.35357.500-5
33	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 05, Cj. 02, Lote 16 - Lago Norte	Lote	129727 - 2º OFRI	9701.35349.500-1
34	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 05, Cj. 04, Lote 04 - Lago Norte	Lote	129737 - 2º OFRI	9701.35369.500-0
35	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 05, Cj. 05, Lote 15 - Lago Norte	Lote	129736 - 2º OFRI	9701.35367.500-0
36	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 05, Cj. 06, Lote 18 - Lago Norte	Lote	129735 - 2º OFRI	9701.35365.500-9
37	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QL 05, Cj. 07, Lote 04 - Lago Norte	Lote	129.734 - 2º OFRI	9701.35363.500-8
38	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QI 01, Cj. 07, Lote 22 - Lago Norte	Lote	129721 - 2º OFRI	9701.35337.500-6
39	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QI 01, Cj. 08, Lote 08 - Lago Norte	Lote	129720 - 2º OFRI	9701.35335.500-5
40	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QI 03, Cj. 03, Lote 04 - Lago Norte	Lote	129728 - 2º OFRI	9701.35351.500-2
41	DF	SHIN - Setor Habitacional Individual Norte - QI 03, Cj. 03, Lote 11 - Lago Norte	Lote	129738 - 2º OFRI	9701.35371.500-1
42	DF	Polo 08, trecho 03, lote 01	Lote	117395- 1º OFRI	9701.22850.500-5
43	DF	Polo 08, trecho 03, lote 02	Lote	117396- 1º OFRI	9701.30759.500-7
44	DF	Polo 08, trecho 03, lote 08	Lote	117402- 1º OFRI	9701.34394.500-4
45	DF	Polo 08, trecho 03, lote 12	Lote	117406- 1º OFRI	9701.24026.500-0
46	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 105, Octogonal - Vaga de garagem nº 83	Apartamento/Garagem	52.904 - 52.874 - 1º OFRI	9701.34871.500-7 e 9701.34843.500-4
47	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 107, Octogonal - Vaga de garagem nº 85	Apartamento/Garagem	52.906 - 52.876 - 1º OFRI	9701.34744.500-6 e 9701.34746.500-7
48	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 108, Octogonal - Vaga de garagem nº 86	Apartamento/Garagem	52.907 - 52.877 - 1º OFRI	9701.34748.500-8 e 9701.34756.500-1
49	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 109, Octogonal - Vaga de garagem nº 94	Apartamento/Garagem	52.908 - 52.885 - 1º OFRI	9701.34762.500-4 e 9701.34769.500-2
50	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 110, Octogonal - Vaga de garagem nº 95	Apartamento/Garagem	52.909 - 52.886 - 1º OFRI	9701.34771.500-3 e 9701.34773.500-4
51	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 112, Octogonal - Vaga de garagem nº 98	Apartamento/Garagem	52.911 - 52.889- - 1º OFRI	9701.34869.500-6 e 9701.34805.500-7
52	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 212, Octogonal - Vaga de garagem nº 106	Apartamento/Garagem	52.927 - 25.897 -1º OFRI	9701.34861.500-2 e 9701.34817.500-2
53	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 313, Octogonal - Vaga de garagem nº 72	Apartamento/Garagem	52.944 - 52.863 - 1º OFRI	9701.34865.500-4 e 9701.34823.500-5
54	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 501, Octogonal - Vaga de garagem nº 43	Apartamento/Garagem	52.964 - 52.834 - 1º OFRI	9701.34775.500-5 e 9701.34777.500-6
55	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 503, Octogonal - Vaga de garagem nº 16	Apartamento/Garagem	52.966 - 52.807 - 1º OFRI	9701.34867.500-5 e 9701.34831.500-9
56	DF	AOS 04, Bloco D, Apt. 616, Octogonal - Vaga de garagem nº 17	Apartamento/Garagem	52.995 - 52.808 - 1º OFRI	9701.34849.500-7 e 9701.34851.500-8
57	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 202, Octogonal - Vaga de garagem nº 88	Apartamento/Garagem	53.123 - 53.085 - 1º OFRI	9701.34845.500-5 e 9701.34847.500-6
58	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 204, Octogonal - Vaga de garagem nº 90	Apartamento/Garagem	53.125 - 53.087 - 1º OFRI	9701.34815.500-1 e 9701.34819.500-3
59	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 304, Octogonal - Vaga de garagem nº 62	Apartamento/Garagem	53.141 - 53.059 - 1º OFRI	9701.34809.500-9 e 9701.34811.500-0
60	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 416, Octogonal - Vaga de garagem nº 54	Apartamento/Garagem	53.169 - 53.051 - 1º OFRI	9701.34853.500-9 e 9701.34855.500-0
61	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 501, Octogonal - Vaga de garagem nº 43	Apartamento/Garagem	53.170 - 53.040 - 1º OFRI	9701.34833.500-0 e 9701.34835.500-0
62	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 503, Octogonal - Vaga de garagem nº 16	Apartamento/Garagem	53.172 -53.013 - 1º OFRI	9701.34803.500-6 e 9701.34807.500-8
63	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 506, Octogonal - Vaga de garagem nº 12	Apartamento/Garagem	53.175 - 53.009 - 1º OFRI	9701.34793.500-3 e 9701.34795.500-4
64	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 507, Octogonal - Vaga de garagem nº 11	Apartamento/Garagem	53.176 - 53.008 - 1º OFRI	9701.34825.500-6 e 9701.34827.500-7
65	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 513, Octogonal - Vaga de garagem nº 29	Apartamento/Garagem	53.182 - 53.026 - 1º OFRI	9701.34789.500-1 e 9701.34791.500-2
66	DF	AOS 04, Bloco E, Apt. 613, Octogonal - Vaga de garagem nº 21	Apartamento/Garagem	53.198 - 53.018 - 1º OFRI	9701.34785.500-0 e 9701.34787.500-0
67	DF	SQN 404, Bloco K, Apt. 204, Asa Norte	Apartamento	33.539 -2º OFRI	9701.34783.500-9
68	DF	SQN 310, Bloco D, Apt. 104, Asa Norte - Vaga de garagem nº 46	Apartamento	33.812 - 2º OFRI	9701.34750.500-9
69	DF	SQN 310, Bloco M, Apt. 514, Asa Norte - Vaga de garagem nº 37	Apartamento	33.836 - 2º OFRI	9701.34752.500-0
70	DF	SQN 310, Bloco M, Apt. 618, Asa Norte - Vaga de garagem nº 40	Apartamento	48.644 - 2º OFRI	9701.34754.500-0
71	DF	SQS 207, Bloco A, Apt. 104, Asa Sul	Apartamento	820.106 - 1º OFRI	9701.34758.500-2
72	DF	SQS 207, Bloco A, Apt. 203, Asa Sul	Apartamento	82.109 - 1º OFRI	9701.34760.500-3

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 31, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de ROTEADORES E SWITCHES.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2022

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mcti.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Secretária

ANEXO

PROPOSTA Nº 041/22 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA ROTEADORES E SWITCHES, ESTABELECIDO PELAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS SEPEC/ME /SEXEC/MCTI Nº 8.686 E Nº 8.687, DE 19.07.2021.

1) Alteração do §2º do art. 1º das Portarias Interministeriais nº 8.686 e nº 8.687, de 19.07.2021, conforme a seguir:

DE:

§ 2º Até 30 de junho de 2022, exclusivamente para os equipamentos roteador e switch multiserviços pertencentes ao Grupo A, a pontuação mínima exigida será de 20 (vinte) pontos.

PARA:

§ 2º Até 30 de junho de 2023, exclusivamente para os equipamentos roteador e switch multiserviços pertencentes ao Grupo A, a pontuação mínima exigida será de 20 (vinte) pontos.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA RFB Nº 231, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria RFB nº 34, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 - Código Tributário Nacional, e no Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º O Anexo XI da Portaria RFB nº 34, de 14 de maio de 2021, fica substituído pelo Anexos Único, desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SANDRO DE VARGAS SERPA

ANEXO ÚNICO

(Anexo XI da Portaria RFB nº 34, de 14 de maio de 2021)

ANEXO XI

INFORMAÇÕES SOBRE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL

1	Informação sobre a existência de Certidão Negativa (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPDEN) válida
2	Informações sobre a data de emissão e a validade da CND ou CPDEN
3	Informações referentes à autenticidade da Certidão emitida
4	No caso de existência de impedimento para emissão de CND ou CPDEN, informação se a pendência é de débitos com o sistema de seguridade social, nos termos do art. 195 da Constituição Federal de 1998
5	No caso de existência de impedimento para emissão de CND ou CPDEN, informação se a pendência é de débitos previdenciários

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 85, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Aplica a pena de perdimento às mercadorias objetos do processo que específica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. art. 105, X, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, declara:

Art. 1º Findo administrativamente o processo relacionado no Anexo Único.

Art. 2º O perdimento das mercadorias objetos desse processo, tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GELSON JOSE SCHWENDLER

ANEXO ÚNICO

SEQ.	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO
01	10130.721197/2021-25	0100100-89580/2022

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/PVO/RO Nº 22, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Inscrição de peticionário no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo § 3.º do art. 810, do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto n.º 7.213, de 15 de junho de 2010, e o art. 12 da Instrução Normativa RFB n.º 1.209, de 7 de novembro de 2011, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1.º Com fundamento nos §§ 4.º e 5.º do art. 810 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e na Instrução Normativa RFB n.º 1.209, de 7 de novembro de 2011, inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado:

NOME	CPF	N.º DO PROCESSO
JUSCELINO RODRIGUES DE MORAES	106.227.481-49	10240.726897/2021-69

Art. 2.º Para fins da efetivação da presente inscrição no Registro Informatizado de Despachante Aduaneiro e Ajudantes de Despachante Aduaneiro, o interessado deverá providenciar a inclusão de seus dados pessoais no Sistema Cadastro Aduaneiro (Versão Internet), mediante utilização de certificado digital, observado, em todo o caso, o disposto pelo art. 9.º da Instrução Normativa RFB n.º 1.273, de 6 de junho de 2012, assim como os arts. 1.º e 2.º do Ato Declaratório Executivo Coana n.º 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3.º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONILDO CAMILO ROSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/RBO/AC Nº 6, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza saída e entrada, por aeroporto não alfandegado, de aeronave destinada ao exterior.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO/AC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 299, § 1°, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no § 2° do art. 26 do Decreto n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), considerando o que consta do processo administrativo n.º 13042.028560/2022-06, declara:

Art. 1º Fica autorizada a saída da aeronave tipo C650, matrícula PR-JAP, do Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC com destino ao Aeroporto Cadete FAP Guillermo del Castillo Paredes (Tarapoto/PER), no dia 12/10/2022 e retorno através do Aeroporto Internacional Alejandro Velasco Astete (Cusco/PER), no dia 14/10/2022, observadas as competências dos demais órgãos anuentes.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor em 12 de outubro de 2022.

CLAUDENIR FRANKLIN DA SILVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO LUÍS

PORTARIA IRF/SLS Nº 4, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria IRF/SLS nº 05, de 26 de novembro de 2021, a qual estabelece os procedimentos de atendimento a voos internacionais no âmbito da jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luís/MA.

O INSPETOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO LUÍS-MA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 327 combinado com o art. 361 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria IRF/SLS nº 05, de 26 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º O administrador do recinto alfandegado Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís/MA, é o responsável pela comunicação prévia e obrigatória de operações de voos internacionais. (NR)

...

§6º A mera comunicação não vincula a administração aduaneira a realizar o atendimento pleiteado, que analisará estrutura física do aeródromo e disponibilidade de efetivo pessoal.

(NR)"

...

"Art. 3º Revogado.

Parágrafo único. Revogado.

(NR)"

"Art. 4º Nos casos de pousos de emergência, desvios de rota por condições climáticas, panes, incluindo pousos técnicos para abastecimento não previsto, além da comunicação que trata o art. 2º, a administradora do recinto deverá manter contato mediante ligação telefônica.

(NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROOSEVELT ARANHA SABOIA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.085852/2022-51, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 3, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 6 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 3, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97451/70, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034407-9.01, aprovado pela Portaria nº 402/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.152, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1096, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.085821/2022-08, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 1, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 4 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 1, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97434/74, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034405-2.01, aprovado pela Portaria nº 400/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.150, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1097, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.085842/2022-15, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 2, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 5 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 2, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97405/76, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034406-0.01, aprovado pela Portaria nº 401/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.151, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1095, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.104062/2022-81, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 3, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 3 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 3, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97405/76, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037516-0.01, aprovado pela Portaria nº 384/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.009, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1.094, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 21/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.104041/2022-66, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 1, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 1 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 1, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97467/71, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037465-2.01, aprovado pela Portaria nº 382/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.007, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1.093, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137,DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.104054/2022-35, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica FAN EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ n° 00.109.427/0001-22 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua L, SN, CEP 61700-000 - Parque Olho D'água - Aquiraz - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 2, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 2 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 2, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97395/73, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037466-0.01, aprovado pela Portaria nº 383/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.008, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1.092, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.078907/2022-76, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica AMP SERVIÇOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ n° 08.768.815/0001-27 (Pessoa Jurídica integrante do consórcio SP 300, CNPJ nº 43.360.426/0001-69), estabelecida na Av. Washington Soares, 855, CEP 60.811-341- Edson Queiroz- Fortaleza-CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa

implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 1, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 4 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 1, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97434/74, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034405-2.01, aprovado pela Portaria nº 400/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.150, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1097, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 139, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.078918/2022-56, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica AMP SERVIÇOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ n° 08.768.815/0001-27 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Av. Washington Soares, 855, CEP 60.811-341- Edson Queiroz- Fortaleza-CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 2, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 5 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 2, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97405/76, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034406-0.01, aprovado pela Portaria nº 401/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.151, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1095, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 140, DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.078950/2022-31, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica AMP SERVIÇOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ n° 08.768.815/0001-27 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Av. Washington Soares, 855, CEP 60.811-341- Edson Queiroz- Fortaleza-CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 3, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 6 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 3, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97451/70, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034407-9.01, aprovado pela Portaria nº 402/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.152, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1096, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 141, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.079449/2022-92, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 1, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 4 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 1, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97434/74, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034405-2.01, aprovado pela Portaria nº 400/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.150, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1097, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 142, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.079457/2022-39, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 2, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 5 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 2, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97405/76, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034406-0.01, aprovado pela Portaria nº 401/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.151, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1095, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 143, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.079466/2022-20, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Xaxado 3, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 4 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 37.427.693/0001-03; Ciranda 5 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.699/0001-80; e Ciranda 6 Energias Renováveis S.A., CNPJ 37.427.691/0001-14 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 6 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Xaxado 3, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97451/70, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.034407-9.01, aprovado pela Portaria nº 402/SPE, de 21 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.152, de 18 de agosto de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1096, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 07/02/2021 a 01/11/2021.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 149, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.105956/2022-99, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 1, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 1 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 1, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97467/71, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037465-2.01, aprovado pela Portaria nº 382/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.007, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por

meio do ADE nº 1.093, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 150, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.105975/2022-15, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 2, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 2 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 2, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97395/73, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037466-0.01, aprovado pela Portaria nº 383/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.008, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1.092, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 17/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.106004/2022-92, declara:

Art. 1° COABILITADA a pessoa jurídica BM CONSTRUTORA LTDA, CNPJ n° 02.223.159/0001-09 (Pessoa Jurídica integrante do Consórcio Solar Belmonte, CNPJ 44.825.343/0001-60), estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 777, Sala 1202, CEP 60.110-261- Fortaleza - CE, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, para execução de obras de Infraestrutura, nos termos e condições do com o objetivo de executar o conjunto de todas as atividades necessárias à completa implantação da Usina Fotovoltaica denominada Ciranda 3, firmado entre o Consórcio Solar Belmonte, como contratado e as pessoas jurídicas Ciranda 1 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.912.298/0001-90; Ciranda 2 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.733/0001-62; e Ciranda 3 Energias Renováveis S.A., CNPJ 35.911.730/0001-29 (cada uma denominada, individualmente, uma "SPV" e, coletivamente "Contratante").

Art. 2º A contratante Ciranda 3 Energias Renováveis é titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ciranda 3, Matrícula CEI da Obra, 90.004.97405/76, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG:UFV.RS,PE.037516-0.01, aprovado pela Portaria nº 384/SPE, de 13 de outubro de 2020, do Ministério de Minas e Energias, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.009, de 7 de julho de 2020 e habilitada ao REIDI por meio do ADE nº 1.094, de 10 de dezembro de 2020, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife - PE (DOU 21/12/2020), com período de execução de 01/03/2022 a 01/12/2022.

Art. 3° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO LUIZITO FREDERICO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 92, DE 17 DE MARÇO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.105775-2021-82, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 185/GM, de 20/04/2020, publicada no DOU em 24/04/2020 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Parque Eólico Serra do Seridó II S.A., CNPJ nº 35.831.799/0001-42.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
Nome do Projeto: EOL Serra do Seridó II
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.008.81094/77
Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Prazo Estimado de Execução: 01/06/2023 a 31/12/2024 .

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 13, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, no Decreto n° 5.649, de 29 de dezembro de 2005, e na Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo digital n° 10271.080036/2022-46, declara:

Art. 1° Fica habilitada a pessoa jurídica Mineração Caraíba S/A, CNPJ n° 42.509.257/0001-13 ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora a que se referem os arts. 12 a 16 da Lei n° 11.196/2005, regulamentados pelo Decreto n° 5.649/2005 e pela IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 2° O prazo para fruição do benefício de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o § 2° do art. 572 da IN RFB n° 1.911/2019, extingue-se após decorridos 3 (três) anos, contados a partir da presente habilitação.

Art. 3° Esta habilitação poderá ser cancelada de ofício na hipótese de ficar demonstrado que a pessoa jurídica beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQOEA/ALF-BHE Nº 7, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 10092, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRANSPORTADOR, a empresa VIX LOGÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 32.681.371/0001-72.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 135, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Atualiza produtos vinculados ao Registro Especial de Bebidas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do art. 360, inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013: e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.025034/2019-18 declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06107/226, concedido através do Ato Declaratório Executivo nº 10, de 21 de fevereiro de 2020 ,publicado no DOU de 27/02/2020, a empresa COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CACHAÇA DE ALAMBIQUE DA REGIÃO CALCÁRIA LTDA, CNPJ nº 12.374.967/0001-12, estabelecida na Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 525A, bairro Mizael Bernardes, CEP: 35.568-000, município de Córrego Fundo/MG; exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Aguardente de Cana	Portal do Lago - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000630-0.000003
2208.40.00	Aguardente de Cana	Portal do Lago - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000630-0.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Córrego Fundo - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000630-0.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Vale do Rio Grande - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000631-9.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Vale do Rio Grande - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000631-9.000003
2208.40.00	Aguardente de Cana	Padre Doutor - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000719-6.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Padre Doutor - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000719-6.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Cachaça Preferida de Minas - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000812-5.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Cachaça Preferida de Minas - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000812-5.000003
2208.40.00	Aguardente de Cana	São Caetano - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000974-1.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	São Caetano - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000974-1.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Vale do Lobo - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000841-9.000003
2208.40.00	Aguardente de Cana	Vale do Lobo - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000841-9.000004
2208.40.00	Aguardente de Cana	Wisk de Minas - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001102-9.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Wisk de Minas - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001102-9.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Estiva de Pimenta MG - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001033-2.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Estiva de Pimenta MG - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001033-2.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Tõe Miguel - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001034-0.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Tõe Miguel - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001034-0.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Beira da Serra - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001103-7.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Beira da Serra - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001103-7.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Atitude da Bigudinha - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001141-0.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Atitude da Bigudinha - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001141-0.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Córrego de Minas - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000976-8.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Córrego de Minas - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000976-8.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Du Cariri - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000965-2.000002
2208.40.00	Aguardente de Cana	Du Cariri - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000965-2.000001
2208.40.00	Aguardente de Cana	Velho Chico - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000630-0.000008
2208.40.00	Aguardente de Cana	Velho Chico - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 000630-0.000007
2208.40.00	Aguardente de Cana	De Todos os Santos - Ouro	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001141-0.000004
2208.40.00	Aguardente de Cana	De Todos os Santos - Prata	Não Retornável	270 500, 600, 670 900, 1000	MG 001141-0.000003

Art. 2º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 123, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.140068/2022-29, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica MINAS ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.601.826/0001-41, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 05/04/2022 a 04/04/2025, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1905313/2022.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 124, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, coabilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.352582/2022-13, declara:

Art.1° COABILITADA a pessoa jurídica VISION ENGENHARIA E CONSULTORIA S A inscrita no CNPJ n° 05.537.083/0001-76 , para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A coabilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pelo ADE DRF POA-RS nº 22 de 06/05/2022-DOU de 09/05/2022 para o projeto de transmissão de energia elétrica Lote 6 do Leilão nº 01/2020-ANEEL/Contrato de Concessão n° 4/2021-ANEEL, de 31/03/202 aprovado pela Portaria SPE MME nº 667 de 20/05/2021-DOU de 21/05/2021/ CNO com o n° 90.007.59912/73 de titularidade de Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET, CNPJ n° 92.715.812/0001-31 com fundamento nas disposições do Decreto 6.144/2007.

NOME DA PESSOA JURIDICA	VISION ENGENHARIA E CONSULTORIA S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	05.537.083/0001-76
NOME DO PROJETO	Projeto de transmissão de energia elétrica, relativo ao Lote 6 do Leilão nº 01/2020-ANEEL/Contrato de Concessão n° 4/2021-ANEEL, de 31/03/202
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria SPE MME nº 667 de 20/05/2021-DOU de 21/05/2021
N° ADE DE HABILTAÇÃO DO PROJETO	ADE DRF POA-RS nº 22 de 06/05/2022-DOU de 09/05/2022
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO ESTIMADO DA OBRA PORTARIA MME	De 01/04/2021 a 30/09/2024

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, § 3º e IN1911/2019 - art.588° -§ 6º). Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva coabilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 130, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 2.460 (dois mil, quatrocentos e sessenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por LAPHROAIG DISTILLERY, PORT ELLEN, ISLE OF ISLAY, ARGYLL & BUTE, SCOTLAND, PA42 7DU, UK:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LAPHROAIG 10Y	205 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 43%	2.460

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 12.792 (doze mil, setecentos e noventa e dois) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por MAKER'S MARK DISTILLERY, 3350 BURK SPRING ROAD, LORETTO, KY 40037:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
MAKERS MARK	1.066 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 45%	12.792

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 19.524 (dezenove mil, quinhentos e vinte e quatro) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por LAPHROAIG DISTILLERY, PORT ELLEN, ISLE OF ISLAY, ARGYLL & BUTE, SCOTLAND, PA42 7DU, UK:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
LAPHROAIG 10Y	359 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 43%	4.308
AUCHENTOSHAN AMER OAK	2091 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	12.546
BOWMORE 12Y	445 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	2.670

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 97, publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 2021, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.475864/2021-07, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 14.820 (quatorze mil, oitocentos e vinte) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 17.530.779/0005-83, localizada na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C Módulo 6 Parte D, no Bairro Tenente, CEP 37640-000, cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/194, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por Jim Beam Brands Co., 3200 Georgetown Road, Frankfort, KY40601:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
JIM BEAM APPLE 1L	1.235 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 32,5%	14.820

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.190536/2020-44, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 1.316.718 (hum milhão, trezentos e dezesseis mil, setecentos e dezoito) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por George Ballantine & Son - Dumbarton, G82 2ss, Scotland e por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY ROYAL GLENLIVET 18YO 6X750ML	402 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	2.412
WHISKY ROYAL SALUTE MALT EDITION 6X700	4.320 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	25.920
WHISKY BALLANTINES 7YO AMERICAN BARREL 6X750ML	12.600 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	75.600
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X1000ML NOVA EMBALAGEM	30.720 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	368.640
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X750ML 2019	20.400 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	244.800
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X1000ML RESTAGE	11.250 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	135.000
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X1000ML RESTAGE 2021	17.680 caixas de 12 garrafas de 1.000ml, graduação alcoólica de 40%	212.160
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X1000ML RESTAGE 2021	7.200 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	86.400
WHISKY CHIVAS REGAL 18 YEARS OLD 6X750ML	3.600 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	21.600
WHISKY CHIVAS EXTRA 13 ANOS 6X750ML	7.700 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	46.200
WHISKY BALLANTINES 12YO 12X750ML	3.000 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	36.000
WHISKY ROYAL SALUTE 62 GUN 1X1000ML	90 caixas de 1 garrafa de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	90
WHISKY ROYAL SALUTE FASHION EDITION 6X700ML (BLACK)	1.093 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	6.558
WHISKY ROYAL SALUTE CHINESE NEW YEAR 6X700ML	870 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	5.220
WHISKY ROYAL SALUTE 30YO 6X500ML	25 caixas de 6 garrafas de 500ml, graduação alcoólica de 40%	150
WHISKY GLENLIVET 15YO 6X750ML	450 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	2.700
WHISKY GLENLIVET 18YO 6X750ML	200 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	1.200
WHISKY BALLANTINES 17YO 6X750ML	60 caixas de 3 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	180
WHISKY BALLANTINES 17YO 6X750ML	320 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	1.920
WHISKY ABERLOUR MALT WHISKY 6X700ML	621 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	3.726
WHISKY ROYAL SALUTE SGNATURE 700ML	6.697 caixas de 6 garrafas de 700ml, graduação alcoólica de 40%	40.182
WHISKY ROYAL SALUTE 38YO 6X500ML STONE OF DESTINY	10 caixas de 6 garrafas de 500ml, graduação alcoólica de 40%	60

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO EDUARTO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 136, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 10660.728021/2021-14, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 125.340 (cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por George Ballantine & Son - Dumbarton, G82 2ss, Scotland e por Chivas Brothers Ltd - Distillers, Keith, AB55, Scotland:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY CHIVAS REGAL 12YO 12X1000ML RESTAGE 2021	4.080 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	48.960
WHISKY BALLANTINES 7YO AMERICAN BARREL 6X750ML	12.600 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	75.600
ROYAL SALUTE 30YO 6x500ML	100 caixas de 6 garrafas de 500ml, graduação alcoólica de 40%	600
ROYAL SALUTE 38YO 6X500ML STONE OF DESTINY	30 caixas de 6 garrafas de 500ml, graduação alcoólica de 40%	180

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 137, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 60, publicado no Diário Oficial de 07 de julho de 2022, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.039608/2022-22, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 21.600 (vinte e um mil e seiscentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 59.104.737/0023-02, estabelecida na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C, Módulo 7, Parte A, Bairro dos Tenentes, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/209, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por JOHN DEWAR & SONS LTD., 1700 LONDON ROAD, GB-G32 8XR GLASGOW:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
DEWARS 15 YEARS	1.800 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	21.600

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 138, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 60, publicado no Diário Oficial de 07 de julho de 2022, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.039608/2022-22, aprova:

Art. 1o O fornecimento de 96.000 (noventa e seis mil) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 59.104.737/0023-02, estabelecida na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpão C, Módulo 7, Parte A, Bairro dos Tenentes, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/209, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por JOHN DEWAR & SONS LTD., 1700 LONDON ROAD, GB-G32 8XR GLASGOW:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
DEWARS 15 YEARS	5.760 caixas de 6 garrafas de 750ml, graduação alcoólica de 40%	96.000

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO ANTÔNIO COSTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento de tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.295972/2022-61, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento de tributos federais, nos termos dos artigos 2º, inciso IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a navegação de apoio marítimo BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 07.864.634/0001-31 e os estabelecimentos de CNPJ nº 07.864.634/0002-12, 07.864.634/0003-01, 07.864.634/0004-84, 07.864.634/0006-46 e 07.864.634/0007-27, até 31/12/2040, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petro Rio Jaguar Petróleo S.A., CNPJ nº 02.031.413/0001-69.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 20980213, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

(Concede Registro Especial para Produtor de Bebidas)

Contribuinte: GERSON TAVERNARI
CNPJ: 00.806.930/0001-37
Endereço: Rua Fernando Bernardelli, S/N
Centro - Porto Real - RJ - CEP: 27.570-000
Processo: 13031.144628/2020-52

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o inciso II do § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Que, de conformidade com os termos do despacho de 11/10/2022, exarado no processo administrativo nº 13031.144628/2020-52, fica o estabelecimento acima identificado, inscrito como "PRODUTOR DE BEBIDAS" sob o nº 07103/0073 no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, regulamentado pela IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, para realizar operações de produção dos seguintes produtos:

PRODUTO MARCA VOLUME DA GARRAFA
CACHAÇA ADELINA PRATA 700 ML
CACHAÇA ADELINA OURO 700 ML
CACHAÇA ADELINA 700 ML
CACHAÇA ADELINA 1.000 ML
CACHAÇA ADELINA 600 ML

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 20980209, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

(Concede Registro Especial para Engarrafador de Bebidas)

Contribuinte: GERSON TAVERNARI
CNPJ: 00.806.930/0001-37
Endereço: Rua Fernando Bernardelli, S/N
Centro - Porto Real - RJ - CEP: 27.570-000
Processo: 13031.144628/2020-52

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o inciso II do § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Que, de conformidade com os termos do despacho de 11/10/2022, exarado no processo administrativo nº 13031.144628/2020-52, fica o estabelecimento acima identificado, inscrito como "ENGARRAFADOR DE BEBIDAS" sob o nº 07103/0074 no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, regulamentado pela IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, para realizar operações de engarrafamento dos seguintes produtos:

PRODUTO MARCA VOLUME DA GARRAFA
CACHAÇA ADELINA PRATA 700 ML
CACHAÇA ADELINA OURO 700 ML
CACHAÇA ADELINA 700 ML
CACHAÇA ADELINA 1.000 ML
CACHAÇA ADELINA 600 ML

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CARLOS DE ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o Registro de Despachantes Aduaneiros

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 10.593/2002 e o art. 15 do Decreto nº 6.759/2009, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 3º, do Decreto-Lei nº 2.472/1988, no art. 810, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 6.759/2009, no art. 12 da IN RFB nº 1.209/2011, no art. 19, inc. II, da Portaria ALF/SPO nº 548/2014 e no art. 2º, parágrafo único, da Portaria ALF/SPO n° 23/2021, declara:

1. Incluída, no Registro de Despachantes Aduaneiros, considerando a concessão de tutela antecipada nos autos do Processo número 5000097-19.2022.4.03.6338, 1ª Vara Federal de São Bernardo do Campo, Justiça Federal da 3ª Região, a seguinte inscrição:

CPF	NOME	PROCESSO
331.261.828-28	VIVIAN CORDEIRO DE OLIVEIRA	15771.721078/2022-21

2. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 16, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Renova a habilitação ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa de empresa que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.720632/2022-96, declara:

Art. 1º. Fica renovada a habilitação da empresa TRI STAR SERVIÇOS LOGÍSTICOS LTDA, com a filial no município de Guarulhos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 35.087.513/0002-47, habilitada na modalidade comum, a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. À empresa ora habilitada, permanece atribuído o código de identificação "TRI" e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 06/10/2025, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 263, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.368520/2022-13, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição DP-08112/00008, para atividade de DISTRIBUIDOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 52.736.949/0001-58
Razão Social: SYLVAMO DO BRASIL LTDA.
Endereço: Rodovia SP 340, km 171 - Vila Champion
CEP: 13845-901 - Mogi Guaçu - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 264, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.368542/2022-75, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08112/00010, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 52.736.949/0001-58
Razão Social: SYLVAMO DO BRASIL LTDA.
Endereço: Rodovia SP 340, km 171 - Vila Champion
CEP: 13845-901 - Mogi Guaçu - SP

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva, está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto. Se ao papel for dado destino diverso da impressão de livros, jornais e periódicos, o responsável pelo desvio fica responsável pelo pagamento do imposto devido e pelas penalidades cabíveis.

Art. 3º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 265, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, no exercício da competência conferida pelo art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, nas atribuições estabelecidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e considerando o que consta no processo nº 13032.424700/2022-84, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para o tipo USUÁRIO sob número UP-08119/10007, concedido ao estabelecimento da pessoa jurídica FARBE DRUCK GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 02.943.873/0001-63, até então vigente em função do Ato Declaratório Executivo nº 36/2010, de 28/06/2010, publicado em 30/06/2010.

Art. 2º O cancelamento decorre de descumprimento de requisito exigido na concessão do Registro, conforme previsto no inciso I da IN RFB 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.372110/2022-44, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica FRAGA CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.713.820/0001-00, relativa ao projeto de geração de energia elétrica da PCH Pira, matriculado no CNO sob nº 90.008.78161/78, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria GM nº 285, de 14 de julho de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 16/07/2020, Seção 1, Págs. 72/73, com prazo estimado de 01/04/2023 a 01/12/2024, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Obra Civil, de 20/06/2022, firmado entre a beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica IPIRA ENERGIA S.A., CNPJ 26.986.376/0001-00, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 70, de 22 de junho de 2022, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR, publicado no DOU de 24/06/2022, Seção 1, Pág. 43.

Art. 3º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º A interessada fica ciente da obrigação de manter-se em regularidade fiscal, quanto a impostos e contribuições federais, e em cumprimento aos requisitos que ensejaram a coabilitação, sob pena de cancelamento de ofício, conforme estabelece o art. 10, inciso II, do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 153, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 583 a 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.372192/2022-27, declara:

Art. 1º Concedida a coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica FRAGA CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 12.713.820/0001-00, relativa ao projeto de geração de energia elétrica da PCH Verde 02 Baixo, matriculado no CNO sob nº 90.009.86300/77, aprovado para enquadramento no regime pela Portaria GM nº 246, de 17 de junho de 2020, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 19/06/2020, Seção 1, Págs. 53/54, com prazo estimado de 01/05/2022 a 01/12/2024, para a execução de obras de infraestrutura, nos termos e condições do Contrato de Empreitada de Obras Civis, de 04/04/2022, firmado entre a beneficiada, como contratada, e a pessoa jurídica VERDE 2 ENERGETICA S.A, CNPJ 12.434.432/0001-90, como contratante.

Art. 2º A contratante é titular do projeto e foi habilitada ao REIDI através do ADE nº 20, de 24 de fevereiro de 2021, expedido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Cuiabá/MT, publicado no DOU de 01/03/2021, Seção 1, Pág. 58.

Art. 3º A interessada fica ciente da obrigação de, concluída a sua participação no projeto, requerer o cancelamento da respectiva coabilitação, no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, conforme o disposto no art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º A interessada fica ciente da obrigação de manter-se em regularidade fiscal, quanto a impostos e contribuições federais, e em cumprimento aos requisitos que ensejaram a coabilitação, sob pena de cancelamento de ofício, conforme estabelece o art. 10, inciso II, do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 15, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Concede o regime especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre para o estabelecimento da empresa que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 2.075, de 23 de março de 2022, e tendo em vista o constante no processo nº 13033.834300/2021-92, declara:

Art. 1º Fica concedido o regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre para o estabelecimento da empresa Londres Macro Atacado de Produtos Alimentícios Ltda., inscrito no CNPJ sob o número 88.740.451/0006-10, localizado no Município do Chuí, RS.

Art. 2º O regime aduaneiro especial é concedido por este ato em caráter precário e subsistirá enquanto a empresa beneficiária cumprir os requisitos e condições para a sua concessão e para a sua aplicação.

Art. 3º O estabelecimento referido no art. 1º encontra-se sob a jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Chuí, que poderá baixar as rotinas operacionais que se fizerem necessárias aos controles fiscal e aduaneiro.

Art. 4º A beneficiária ora autorizada a operar o regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre fica obrigada a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, em decorrência das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, no montante resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta com vendas:

I - de mercadorias de origem estrangeira: 6% (seis por cento); e

II - de mercadorias de origem nacional, inclusive as exportadas sem saída do território nacional, cuja entrega se dê a pessoa jurídica beneficiária do regime: 3% (três por cento).

Art. 5º Sem prejuízo de outras penalidades, a beneficiária fica sujeita às sanções administrativas legalmente previstas, e a concessão do regime aduaneiro especial de loja franca aplicado em fronteira terrestre poderá ser revista pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, para adequá-la às normas aplicáveis.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 9.039, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores; e

Considerando a publicação das Portarias SETO/ME nº 8.683 e nº 8.684, ambas de 30 de setembro de 2022, que remanejaram dotações orçamentárias no âmbito de diversos Órgãos do Poder Executivo, e a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, e as dotações atualizadas (LOA + Créditos), resolve:

Art. 1º Adequar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.505.000	0	0	1.505.000
26000	Ministério da Educação	1.990.507	3.570.618	0	5.561.125
39000	Ministério da Infraestrutura	0	1.803.696	0	1.803.696
41000	Ministério das Comunicações	400.000	0	0	400.000
53000	Ministério do Desenvolvimento Regional	550.066	1.735.000	0	2.285.066
54000	Ministério do Turismo	650.000	0	0	650.000
55000	Ministério da Cidadania	6.116.483	0	0	6.116.483
81000	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	532.322	0	0	532.322
TOTAL		11.744.378	7.109.314	0	18.853.692

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
20000	Presidência da República	250.000	0	0	250.000
25000	Ministério da Economia	3.825.170	0	0	3.825.170
30000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	679.371	0	0	679.371
35000	Ministério das Relações Exteriores	200.000	0	0	200.000

36000	Ministério da Saúde	6.390.837	3.159.314	0	9.550.151
44000	Ministério do Meio Ambiente	199.000	0	0	199.000
52000	Ministério da Defesa	200.000	3.800.000	0	4.000.000
55000	Ministério da Cidadania	0	150.000	0	150.000
TOTAL		11.744.378	7.109.314	0	18.853.692

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 17944.101489/2020-31
Interessados: Município de Itatiaia - RJ
Assunto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 40/00017-6, de 12/06/2020, referente à operação de crédito interna, com garantia da União, celebrada entre o Município de Itatiaia - RJ e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) cujos recursos são destinados a investimentos na infraestrutura urbana e social, realização de asfaltamento e recapeamento em diversas vias públicas, construção e reforma de estruturas de praças, incluindo a sua iluminação.
Despacho: Manifesto anuência à conclusão exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer SEI nº 12785/2022/ME, de 4 de outubro de 2022.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no inciso I do art. 1º da Portaria nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, e ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 17944.102263/2020-57
Interessados: Município de Carandaí-MG
Assunto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0533994-04, de 27.07.2021, referente à operação de crédito interna, com garantia da União, celebrada entre o Município de Carandaí - MG e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) cujos recursos são destinados a investimento e modernização no sistema de iluminação pública e infraestrutura, objetivando reformas em prédios públicos, construção de prédios públicos, revitalização de espaços públicos e pavimentação de vias municipais em diversas localidades.
Despacho: Manifesto anuência à conclusão exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer SEI nº 13454/2022/ME.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no inciso I do art. 1º da Portaria nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, e ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 17944.103338/2021-06
Interessado: Município de Muritiba (BA).
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Muritiba (BA) e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$6.000.000,00 (seis milhões de reais), destinados a Infraestrutura do Município, objetivando financiar programas de investimentos, como drenagem, pavimentação, construção e/ou requalificação de espaços/equipamentos públicos, dentre outras despesas de capital, conforme autorizado pela Lei nº 1.170, de 04/06/2021.
Despacho: Aprovo o Parecer SEI Nº 13198/2022/ME, de 22/09/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria MF nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 1.633, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece as normas gerais para o registro contábil e transparência das despesas referentes aos recursos repassados a organizações sociais e entidades congêneres por Estados, DF e Municípios.

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 285, de 14 de junho de 2018, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e

Considerando o disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 18 da Lei nº 10.180, de 2001, no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 2009, e no art. 51 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019;

Considerando o disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando a Recomendação nº 09/2022, baseada no Inquérito Civil nº 1.26.000.001220/2019-15, do Ministério Público Federal, e o Acórdão nº 2179/2021, do Tribunal de Contas da União; resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público obrigatório para Federação, aprovado pela Portaria nº 1.568, de 31 de agosto de 2022, a ser adotado no exercício financeiro de 2023 (PCASP 2023), para inclusão de contas de controle da prestação de contas de organizações sociais e entidades congêneres.

Parágrafo único. O conjunto de contas de que trata o caput é definido no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º As relações de contas do PCASP 2023 e do PCASP Estendido 2023 serão disponibilizadas no endereço eletrônico:

https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setorpublico-pcasp-federacao/2022/114?ano_selecionado=2022.

Art. 3º A inclusão das contas de controle de que trata o artigo 1º não afasta a competência dos órgãos supervisores para fins da regulamentação dos demais procedimentos referentes às prestações de contas das organizações sociais e entidades congêneres quanto aos recursos transferidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2023.

JANETE DUARTE MOL

ANEXO I

PCASP Federação - Contas de controle da prestação de contas de organizações sociais e entidades congêneres.

7.6.4.0.0.00.00	CONTROLE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES CONGÊNERES
7.6.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - CONTRATO DE GESTÃO
7.6.4.2.0.00.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS - CONTRATO DE GESTÃO
7.6.4.6.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - OUTROS CONTRATOS
7.6.4.7.0.00.00	PRESTAÇÃO DE CONTAS - OUTROS CONTRATOS
8.6.4.0.0.00.00	EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ENTIDADES CONGÊNERES
8.6.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - CONTRATO DE GESTÃO
8.6.4.1.1.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM SAÚDE
8.6.4.1.2.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
8.6.4.1.3.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.6.4.1.9.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO
8.6.4.2.0.00.00	EXECUÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO - CONTRATO DE GESTÃO
8.6.4.2.1.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM SAÚDE
8.6.4.2.1.01.00	ATENÇÃO BÁSICA
8.6.4.2.1.01.01	DESPESA COM PESSOAL DA ÁREA FINALÍSTICA
8.6.4.2.1.01.02	OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL
8.6.4.2.1.01.03	MEDICAMENTOS
8.6.4.2.1.01.04	SERVIÇOS MÉDICOS
8.6.4.2.1.01.05	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS
8.6.4.2.1.01.06	SERVIÇOS LABORATORIAIS
8.6.4.2.1.01.07	INVESTIMENTOS
8.6.4.2.1.01.99	DEMAIS DESPESAS COM ATENÇÃO BÁSICA
8.6.4.2.1.02.00	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
8.6.4.2.1.02.01	DESPESA COM PESSOAL DA ÁREA FINALÍSTICA
8.6.4.2.1.02.02	OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL
8.6.4.2.1.02.03	MEDICAMENTOS
8.6.4.2.1.02.04	SERVIÇOS MÉDICOS
8.6.4.2.1.02.05	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS
8.6.4.2.1.02.06	SERVIÇOS LABORATORIAIS
8.6.4.2.1.02.07	INVESTIMENTOS
8.6.4.2.1.01.99	DEMAIS DESPESAS COM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
8.6.4.2.1.99.00	DESPESAS EM OUTRAS ATIVIDADES DE SAÚDE
8.6.4.2.1.99.01	DESPESA COM PESSOAL DA ÁREA FINALÍSTICA
8.6.4.2.1.99.02	OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL
8.6.4.2.1.99.03	MEDICAMENTOS
8.6.4.2.1.99.04	SERVIÇOS MÉDICOS
8.6.4.2.1.99.05	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS
8.6.4.2.1.99.06	SERVIÇOS LABORATORIAIS
8.6.4.2.1.99.07	INVESTIMENTOS
8.6.4.2.1.99.99	OUTRAS DESPESAS
8.6.4.2.2.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO
8.6.4.2.3.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.6.4.2.9.00.00	CONTRATOS DE GESTÃO - OUTRAS ATIVIDADES
8.6.4.6.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - OUTROS CONTRATOS
8.6.4.6.1.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA SAÚDE
8.6.4.6.2.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
8.6.4.6.3.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.6.4.6.9.00.00	OUTROS CONTRATOS NAS DEMAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO
8.5.4.7.0.00.00	EXECUÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO - OUTROS CONTRATOS
8.6.4.7.1.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA SAÚDE
8.6.4.7.2.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
8.6.4.7.3.00.00	OUTROS CONTRATOS NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
8.6.4.7.9.00.00	OUTROS CONTRATOS NAS DEMAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADOS DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA POR MEIO POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 28 DE SETEMBRO DE 2022

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 14 horas e 49 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Economia. Registra-se a presença da Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, representante do Ministério da Economia, do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, representante do Tribunal de Contas da União, da Conselheira Daniela de Melo Faria, Representante do Estado do Rio de Janeiro, e da equipe de assessoria técnica Cecília Góia, Brenda Borges, Luíza Basílio Lage, Daniella Corrêa Eschiletti, Eduardo Cominato, Carini Oliveira, Sheila Lelia Medeiros, Diogo Pires Geraldini e Franklin Kinashi.

O Conselho deliberou acerca dos seguintes processos: 19953.100708/2022-42, 19953.100182/2022-09 e 19953.100626/2022-06 conforme pauta (28023120) disponível no processo SEI nº 19953.100293/2022-15.

1) PROCESSO 19953.100708/2022-42

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa nos incisos III, do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação Portaria CECIERJ Nº 552 de 16 de dezembro de 2021, que promove Avaliação Especial e Periódica de Desempenho, da Progressão e da Promoção a serem aplicados aos servidores públicos efetivos da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

Conclusão: Por maioria simples, este Conselho de Supervisão concluiu que seja sobrestado o presente processo até a resposta à consulta formulada à PGFN no processo 19953.100737/2022-12.

2) PROCESSO 19953.100182/2022-09

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa nos incisos III, do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação da Lei Nº 9537 de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Rio de Janeiro (SPSMERJ), trazendo alterações nas normas remuneratórias.

Conclusão: Por maioria simples, este Conselho de Supervisão deliberou pela conclusão de irregularidade da Lei Estadual nº 9.537/2021 considerando o disposto no artigo 8º, III, da Lei Complementar nº 159, de 2017.

3) PROCESSO 19953.100626/2022-06

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar potencial violação à vedação expressa no inciso II, do artigo 8° da Lei Complementar n° 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação no portal de notícias UOL no dia 18 de julho de 2022, referente à planilha de contratação de contratação 4.500 agentes de apoio e outros 4.500 de agentes de empregabilidade para os servidores da Fundação Centro Estadual de Estatísticas - CEPERJ.

Conclusão: Por unanimidade, este Conselho de Supervisão decidiu por retirar o processo de pauta até receber os demais esclarecimentos do Estado do Rio de Janeiro.

A Reunião Ordinária foi encerrada às 15 horas e 30 minutos, pela Presidente do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 14 horas e 30 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião Ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado de Goiás, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), do Conselheiro Alan Farias Tavares (Representante do Estado de Goiás), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da assessoria técnica Carini de Oliveira, Daniella Correa Eschiletti, Diogo Pires Geraldini, Eduardo Voltan Cominato, Franklin Hideaki Kinashi, Guilherme Laux, Luiza Basílio Lage , Pedro Paulo Sartin Mendes, Raynna Pereira Neves Barros e Sheila Lélia Medeiros.

O Conselho deliberou os seguintes processos: 19953.100757/2022-85, 19953.100756/2022-31, 19953.100755/2022-96, 19953.100754/2022-41, 19953.100533/2022-73, 19953.100536/2022-15, 19953.100749/2022-39, 14021.116667/2022-11.

PROCESSO 1: 19953.100757/2022-85

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de que no mês de julho de 2022 passou a vigorar a criação de duas funções de inspetor de corregedoria, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, considerou afastada a violação ao inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017 com relação ao ato em epígrafe, opinando pela adoção das providências de comunicação de praxe.

PROCESSO 2: 19953.100756/2022-31

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de que no mês de julho de 2022 passou a vigorar a criação de uma função gratificada do GAECO e 5 funções gratificadas de Assessor Jurídico-Administrativo, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, considerou afastada a violação ao inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017 com relação ao ato em epígrafe, opinando pela adoção das providências de comunicação de praxe.

PROCESSO 3: 19953.100755/2022-96

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de que no mês de julho de 2022 houve a alteração da remuneração da função de membro da Comissão Processante, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, considerou afastada a violação ao inciso VI do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017 com relação ao ato em epígrafe, opinando pela adoção das providências de comunicação de praxe.

PROCESSO 4: 19953.100754/2022-41

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de que no mês de julho de 2022 foi publicado Ato PGJ N. 49 que trata da gratificação pelo exercício de serviços de natureza especial.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, considerou afastada a violação ao inciso VI do art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017 com relação ao ato em epígrafe, opinando pela adoção das providências de comunicação de praxe.

PROCESSO 5: 19953.100533/2022-73

O conselho recebeu a informação via SISRRF da publicação da Lei nº 21.411/2022, que alterou a Lei nº 16.899, de 26 de janeiro de 2010, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências, de modo a alterar a estrutura da carreira.

Conclusão: Por maioria simples, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou por encaminhar ofício ao Estado solicitando informações complementares.

PROCESSO 6: 19953.100536/2022-15

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de que no mês de maio de 2022 foi publicado edital que homologa resultado definitivo para contratação temporária, o qual apresenta nove candidatos classificados.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pelo arquivamento do processo diante da existência de saldo do anexo de ressalvas, bem como providenciada a sensibilização dos valores relacionados ao inciso IV do anexo de ressalvas.

PROCESSO 7: 19953.100749/2022-39

O conselho recebeu a informação via SISRRF, de publicação do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO 003/2022, do Resultado Final do Certame, referente aos cargos de profissionais temporários, nas áreas de engenharia civil, engenharia orçamentista, arquitetura e urbanismo e professor técnico especializado para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEL por tempo determinado.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, decide no sentido de que seja arquivado o processo, bem como providenciada a sensibilização dos valores relacionados ao inciso IV no anexo de ressalvas, nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017".

PROCESSO 8: 14021.116667/2022-11

Pedido de compensação financeira para adequação dos valores das ressalvas do Poder Executivo do Estado de Goiás e consequente afastamento de irregularidade por violação do inciso II do art. 8° da LC nº 159, de 2017, devido à publicação da Lei Estadual nº 21.483, de 2022

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime e Recuperação Fiscal decidiu encaminhar um ofício solicitando informações complementares ao Estado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião às 15h06min.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA DE FORMA ELETRÔNICA ASSÍNCRONA EM 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aos 05 dias do mês de outubro do ano de 2022, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, de forma eletrônica assíncrona, convocada pela Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (representante do Ministério da Economia), para manifestação do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (representante do TCU) e do Conselheiro Paolo Mazzoncini Martinez (representante do estado do Rio Grande do Sul).

Deliberação acerca do OFÍCIO SEI Nº 262450/2022/ME, de 03 de outubro de 2022 constante no processo 17944.103837/2022-76 documento 28507191.

OFÍCIO 262450/2022/ME (28507191) - PROCESSO 17944.103837/2022-76

O Ofício citado trata de resposta ao questionamento presente no OFÍCIO SEI Nº 255179/2022/ME (28265594), acerca de Operações de Crédito da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX).

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, se manifestou favorável ao texto do OFÍCIO SEI Nº 262450/2022/ME.

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2022, às 14 horas e 33 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado do Rio Grande do Sul, registrando a presença da Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (representante do Ministério da Economia), do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (representante do Tribunal de Contas da União), do Conselheiro Paolo Mazzoncini Martinez (representante do Estado do Rio Grande do Sul), e da equipe de assessoria técnica: Luiza Basílio Lage, Eduardo Voltan Cominato, Sheila Lelia Medeiros, Carini de Oliveira, Diogo Pires Geraldini, Franklin Hideaki Kinashi, Ricardo Kalil Moraes e Taís Vieira Bonatto.

O Conselho deliberou acerca dos processos 19953.100629/2022-31, 17944.103837/2022-76, 19953.100508/2022-90, conforme pauta da reunião constante no processo 19953.100553/2022-44 (28397905).

1) PROCESSO 19953.100629/2022-31

A conselheira Sarah iniciou relatando o processo, concluindo pelo arquivamento, conforme voto registrado via SEI documento número 28669847, tendo por conclusão o seguinte: "Conforme verificado pelo Sr. Conselheiro representante do TCU no CSRRF-RS (28571209) a gerência de Projetos da GEPEF relatou, em 12/08/22, que a informação solicitada foi remetida ao Conselho pelo Ofício SEI nº 222888/2022/ME (27186755) sendo que tal registro encontra se arquivado nos autos do Processo SEI nº 17944.100025/2022-79. Diante do exposto, voto no mesmo sentido do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, com proposição de arquivamento do presente processo em razão de terem sido acompanhadas a contento as ressalvas do PRF do estado do Rio Grande do Sul."

A decisão foi acompanhada pelo conselheiro Paulo Roberto conforme voto registrado via SEI, citado como referência para conclusão do voto da conselheira Sarah.

O conselheiro Paolo Mazzoncini não registrou voto documentado via SEI, e decidiu por acompanhar os votos dos conselheiros Sarah e Paulo, pelo arquivamento do processo.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, concluiu pelo arquivamento do processo.

2) PROCESSO 17944.103837/2022-76

O Processo foi retirado de pauta.

3) PROCESSO 19953.100508/2022-90

A conselheira Sarah registrou voto via SEI documento número 28690054, concluindo como a seguir: "Verifica-se assim que se trata de situação já analisada por este Conselho cuja deliberação tem sido pelo sobrestamento dos processos até a decisão do julgamento de mérito do Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 6930. Diante do exposto, voto no mesmo sentido do Conselheiro Roberto Pinheiro Dias Pereira com proposta de sobrestamento do presente processo até decisão de mérito do STF no âmbito da ADI n° 6930."

O conselheiro Paulo Roberto registrou voto via SEI documento número 28586254, e concluiu também pelo sobrestamento conforme transcrito: "Contudo, nada obstante a controvérsia existente sobre o alcance do Regime de Recuperação Fiscal sobre processos seletivos iniciados antes da adesão do Estado ao Regime, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal tem deliberado preventivamente, em sobrestar os processos que tratam de reposição de cargos vagos até decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI n° 6930. Nessa linha, voto com proposta de seja sobrestado o presente processo até decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADI n° 6930."

O conselheiro Paolo Mazzoncini não registrou voto documentado via SEI, concluindo como os demais conselheiros pelo sobrestamento do processo.

Conclusão: Por unanimidade, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, concluiu pelo sobrestamento do processo.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Sarah Tarsila Araújo Andreozzi encerrou a reunião às 14 horas e 45 minutos.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

RESOLUÇÃO CVM Nº 170, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga a Resolução CVM nº 38, de 29 de junho de 2021, e altera a redação da Resolução CVM nº 135, de 10 de junho de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 4 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso I, e 18, inciso I, alínea "f " da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Resolução:

Art. 1º A Resolução CVM nº 135, de 10 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95. .....

.....

§ 2º Para efeito do disposto inciso I do § 1º, a CVM deve divulgar, periodicamente, as ações e os valores mobiliários representativos de ações passíveis de negociação em operação com grandes lotes e seus respectivos lotes mínimos, não restando elegíveis para negociação nesses moldes aqueles que não tenham sido elencados pela CVM.

§ 3º Para fins da divulgação prevista no § 2º, a CVM deve levar em consideração os indicadores de liquidez das ações e dos valores mobiliários representativos de ações, tais como o volume diário de negociação e a efetiva realização de negociações em número predeterminado de pregões.

§ 4º A CVM pode, após a divulgação prevista no § 2º, complementar ou alterar a lista de ações e de valores mobiliários representativos de ações, bem como seus respectivos lotes mínimos, observados os indicadores estabelecidos no § 3º.

....." (N.R.)

"Art. 132. .....

.....

II - ao titular da SMI, nos demais casos, não cabendo recurso ao Colegiado dessas decisões." (N.R.)

Art. 2º Fica revogada a Resolução CVM nº 38, de 29 de junho de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO

PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 40, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Os CriptoAtivos e o Mercado de Valores Mobiliários

1. Objeto deste Parecer de Orientação

Criptoativos são ativos representados digitalmente, protegidos por criptografia, que podem ser objeto de transações executadas e armazenadas por meio de tecnologias de registro distribuído (Distributed Ledger Technologies - DLTs)[1]. Usualmente, os criptoativos (ou a sua propriedade) são representados por tokens, que são títulos digitais intangíveis.

Em cenário global, as discussões sobre a regulação dos criptoativos[2] estão ocorrendo em diversos países, com o reconhecimento de que este é um desafio transfronteiriço, que demanda orientações[3].

Este Parecer de Orientação consolida[4] o entendimento da CVM sobre as normas aplicáveis aos criptoativos que forem valores mobiliários. Desse modo, este trabalho esclarece os limites de atuação da Autarquia e a forma como a CVM pode e deve exercer seus poderes para normatizar, fiscalizar e disciplinar a atuação dos integrantes do mercado de capitais.

Embora ainda não haja legislação específica sobre o tema, este Parecer tem o objetivo de garantir maior previsibilidade e segurança, bem como de fomentar ambiente favorável ao desenvolvimento dos criptoativos, com integridade e com aderência a princípios constitucionais e legais relevantes. Desta forma, a CVM está contribuindo para (i) a proteção do investidor e da poupança popular; (ii) a prevenção e o combate à lavagem de dinheiro, (iii) prevenção e combate à corrupção; (iv) controle à evasão fiscal; e (v) prevenção e combate ao financiamento do terrorismo e/ou proliferação de armas de destruição em massa[5].

Os entendimentos constantes deste Parecer de Orientação estão sujeitos a modificações posteriores, na medida em que venha a ser sancionada legislação específica sobre a matéria ou, até mesmo, como consequência prática do permanente desenvolvimento da tecnologia, das características e das funções inerentes aos criptoativos.

2. Novas Tecnologias e Regulação

Esta Autarquia é receptiva às novas tecnologias que contribuem e influenciam positivamente a evolução do mercado de valores mobiliários. A adoção de tecnologias deve ser feita como uma forma de ampliação de horizontes e, não, uma limitação da extensão com que direitos podem ser exercidos.

Apesar de essas tecnologias não estarem, em si, sujeitas a regulamentação no âmbito do mercado de valores mobiliários, é importante destacar que, a depender da sua natureza e características, os serviços ou ativos desenvolvidos por meio delas podem estar sujeitos a regimes regulatórios específicos, nos termos da legislação aplicável. Nesse sentido, o fato de um serviço ou ativo ser desenvolvido ou ofertado digitalmente, por meio criptográfico ou baseado em tecnologia de registro distribuído, é irrelevante para o enquadramento de um ativo como valor mobiliário ou para a submissão de determinada atividade à regulamentação da CVM[6].

Nesse contexto, embora a tokenização[7] em si não esteja sujeita a prévia aprovação ou registro na CVM, caso venham a ser emitidos valores mobiliários com fins de distribuição pública, tanto os emissores quanto a oferta pública de tais tokens estarão sujeitos à regulamentação aplicável[8].

Da mesma forma, ainda que se utilizem de novas tecnologias, a administração de mercado organizado para negociação dos tokens, bem como os serviços de intermediação, escrituração, custódia, depósito centralizado, registro, compensação e liquidação de operações que envolvam valores mobiliários estarão sujeitos às regras aplicáveis a essas atividades.

3. Critério Funcional para Taxonomia de Tokens

Os criptoativos costumam ser designados como tokens e podem desempenhar diversas funções, razão pela qual acadêmicos e reguladores têm buscado formular uma taxonomia, ainda sem um entendimento uniforme sobre a classificação[9-10].

Sem prejuízo do acompanhamento dos debates conceituais sobre o tema, a CVM adotará abordagem funcional para enquadramento dos tokens em taxonomia que servirá para indicar o seu tratamento jurídico. Inicialmente, a taxonomia seguirá as seguintes categorias:

(i) Token de Pagamento (cryptocurrency ou payment token): busca replicar as funções de moeda, notadamente de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor;

(ii) Token de Utilidade (utility token): utilizado para adquirir ou acessar determinados produtos ou serviços; e

(iii) Token referenciado a Ativo (asset-backed token): representa um ou mais ativos, tangíveis ou intangíveis. São exemplos os "security tokens", as stablecoins[11], os non-fungible tokens (NFTs) e os demais ativos objeto de operações de "tokenização".

As categorias citadas acima não são exclusivas ou estanques, de modo que um único criptoativo pode se enquadrar em uma ou mais categorias, a depender das funções que desempenha e dos direitos a ele associados.

A CVM entende que o token referenciado a ativo pode ou não ser um valor mobiliário e que sua caracterização como tal dependerá da essência econômica dos direitos conferidos a seus titulares, bem como poderá depender da função que assuma ao longo do desempenho do projeto a ele relacionado[12].

Nesse sentido, vale mencionar que a prática de mercado vem demonstrando que um token pode representar não só ativos, como também direitos de remuneração por empreendimento, direito a receber relacionado a estruturas assemelhadas às de securitização, ou, ainda, direito de voto[13]. A esse respeito, notamos que alguns desses modelos aproximam os tokens emitidos do conceito de valor mobiliário e, tendo isso em vista, reforçamos que referida taxonomia não se propõe a consolidar uma definição taxativa de cada classificação, tampouco a limitar o alcance desta Autarquia, cuja atuação dependerá da análise dos casos em concreto.

No mais, reforçamos que essa divisão é inicial. Sendo assim, poderá ser ampliada ou subdividida sempre que necessário para não restringir a evolução da regulação, em especial tendo em vista o permanente desenvolvimento da tecnologia e criação de novas estruturas ou operações para emissão de tokens.

4. Caracterização de Criptoativos como Valores Mobiliários

O conceito de valor mobiliário tem natureza instrumental e objetiva delimitar o regime mobiliário e, consequentemente, a competência da CVM[14]. Dessa forma, nas hipóteses em que determinado criptoativo é valor mobiliário, os emissores e demais agentes envolvidos estão obrigados a cumprir as regras estabelecidas para o mercado de valores mobiliários e poderão estar sujeitos à regulação da CVM.

Ainda que os criptoativos não estejam expressamente incluídos entre os valores mobiliários citados nos incisos do art. 2º da Lei nº 6.385/76, os agentes de mercado devem analisar as características de cada criptoativo com o objetivo de determinar se é valor mobiliário, o que ocorre quando:

(i) é a representação digital de algum dos valores mobiliários previstos taxativamente nos incisos I a VIII do art. 2º da Lei nº 6.385/76 e/ou previstos na Lei nº 14.430/2022 (i.e., certificados de recebíveis em geral); ou

(ii) enquadra-se no conceito aberto de valor mobiliário do inciso IX do art. 2º da Lei nº 6.385/76, na medida em que seja contrato de investimento coletivo

No que diz respeito aos criptoativos que se enquadram nos requisitos previstos no inciso IX do art. 2º da Lei nº 6.385/76, esta Autarquia já se manifestou em algumas ocasiões[15] para esclarecer que a caracterização de determinado ativo como um contrato de investimento coletivo não dependeria de manifestação prévia da CVM.

Ressalte-se que, ainda que investam ou que assumam exposição em criptoativos que não sejam valores mobiliários, os contratos de investimento coletivo são valores mobiliários.

No mais, derivativos são, necessariamente, caracterizados como valores mobiliários, independentemente de seu ativo subjacente ser ou não um criptoativo, conforme art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.385/76.

4.1. Contrato de Investimento Coletivo

O conceito aberto de valor mobiliário previsto no inciso IX do artigo 2º da Lei 6.385/76 tem inspiração em precedente da Suprema Corte dos Estados Unidos, do qual se extrai as premissas do "Teste de Howey"[16], que vem sendo utilizado pela CVM para avaliar se determinado ativo é valor mobiliário.

Ciente, portanto, de que a definição legal brasileira de contrato de investimento coletivo tem inspiração no direito americano, a CVM acompanha com atenção a interpretação naquela jurisdição dos casos em que criptoativos são enquadrados como valor mobiliário. Não obstante, ressalva-se que o entendimento pátrio pode ser distinto do estrangeiro em casos concretos, uma vez que a origem e a inspiração não determinam identidade conceitual, tampouco interpretativa.

Nesse sentido, o Colegiado da CVM tem reiteradamente considerado[17] as seguintes características de um contrato de investimento coletivo para decidir se determinado título é ou não é valor mobiliário:

(i) Investimento: aporte em dinheiro ou bem suscetível de avaliação econômica;

(ii) Formalização: título ou contrato que resulta da relação entre investidor e ofertante, independentemente de sua natureza jurídica ou forma específica;

(iii) Caráter coletivo do investimento;

(iv) Expectativa de benefício econômico[18]: seja por direito a alguma forma de participação, parceria ou remuneração, decorrente do sucesso da atividade referida no item (v) a seguir;

(v) Esforço de empreendedor ou de terceiro: benefício econômico resulta da atuação preponderante de terceiro que não o investidor; e

(vi) Oferta pública: esforço de captação de recursos junto à poupança popular.

Os 3 (três) últimos requisitos merecem detalhamento quando analisamos criptoativos[19].

4.1.1. Expectativa de Benefício Econômico

O benefício econômico esperado resulta diretamente do resultado do empreendimento (e.g., participação nos resultados do empreendimento), sendo certo que o resultado advém em última análise dos esforços do empreendedor ou de terceiros, e não de fatores externos, que fogem ao domínio do empreendedor[20].

Sendo assim, criptoativos que estabeleçam o direito de seus titulares participarem nos resultados do empreendimento, inclusive por meio de participação ou resgate do capital, acordos de remuneração e recebimento de dividendos, terão, em princípio, preenchido esse requisito.

4.1.2 Esforço de Empreendedor ou de Terceiro

O item (v) do conceito de contrato de investimento coletivo exige que a remuneração seja preponderantemente decorrente de esforços de empreendedor ou de terceiros. Deve-se avaliar, portanto, a natureza e extensão da atuação desse agente para o sucesso do empreendimento. Esse requisito estará preenchido, por exemplo, nas situações em que a criação, aprimoramento, operação ou promoção do empreendimento dependam da atuação do promotor ou de terceiros.

4.1.3. Oferta Pública

A oferta pública de distribuição de valores mobiliários está disciplinada, no Brasil, pela Lei nº 6.404/76 e pela Lei nº 6.385/76 e, como regra geral, regulamentada pela Resolução CVM nº 160/22, que têm por fim assegurar a proteção do público investidor em geral e promover a eficiência e o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

Tendo em vista que a oferta de tokens é realizada principalmente por meio da internet e sem restrição geográfica, é preciso analisar o tema à luz dos Pareceres de Orientação nº 32/05 e nº 33/05 que tratam, respectivamente: (i) sobre o uso da Internet em ofertas de valores mobiliários e na intermediação de operações; e (ii) sobre a intermediação de operações e oferta de valores mobiliários emitidos e admitidos à negociação em outras jurisdições.

De acordo com os referidos Pareceres de Orientação, a CVM analisará os casos concretos para avaliar se há oferta de valor mobiliário sujeita a sua competência e, para tanto, levará em conta a existência de medidas efetivas para impedir que o público em geral acesse a página contendo a oferta.

O contexto atual justifica complemento às diretrizes de referidos Pareceres de Orientação, considerando a popularização do uso das redes sociais para oferta de valores mobiliários e a regulamentação das plataformas eletrônicas de investimento participativo (crowdfunding), regidas pela Resolução CVM nº 88/22.

A CVM nota que é possível exibir página contendo ofertas de valores mobiliários apenas a usuários identificados por login e senha. Embora tal mecanismo de prevenção de acesso seja mencionado no Parecer de Orientação CVM nº 32/05, essas ofertas não são necessariamente privadas.

Nesse sentido, a existência de mecanismos de prevenção de acesso a páginas contendo ofertas de valores mobiliários e a inexistência de divulgação específica sobre uma oferta, isoladamente, não têm o condão de afastar o caráter público de uma oferta. Devem ser levados em consideração outros aspectos do caso concreto para avaliar a efetividade da medida, tais como o número de investidores alcançados e o número de subscritores, entre outros, sendo certo que há inúmeras ferramentas disponíveis para barrar o acesso da página (a exemplo de mecanismos de "geoblocking").

Além disso, as ofertas de intermediação de derivativos a investidores brasileiros também merecem nota, em complemento aos citados Pareceres de Orientação.

A esse respeito, nota-se que a oferta de valores mobiliários emitidos no exterior pode ser considerada irregular se não tiver registro na CVM. De acordo com o Parecer de Orientação CVM nº 33/05, a utilização de meios de comunicação "destinados a atingir o público em geral residente no Brasil" é um critério relevante para verificação de oferta pública irregular. Além disso, também é relevante a existência de texto para atrair investidores residentes no Brasil, ainda que em idioma estrangeiro. Por fim, deve-se avaliar se há emprego de medidas efetivas com o intuito de impedir que investidores residentes no Brasil tenham acesso ao conteúdo da página.

O Parecer de Orientação CVM nº 33/05 aponta que a CVM "também poderá considerar, para avaliar se a oferta foi dirigida a investidores residentes no Brasil, a utilização da língua portuguesa e a localização física do provedor".

O presente Parecer de Orientação reitera essas recomendações e sinaliza que a utilização de língua portuguesa na oferta e no suporte ao cliente pode vir a ser considerada suficiente para caracterizar oferta pública ou intermediação de operações com valores mobiliários emitidos no exterior, inclusive derivativos.

5. Regime Informacional e a Valorização da Transparência

A regulação do mercado de capitais adota o princípio da ampla e adequada divulgação (full and fair disclosure) como pedra fundamental do regime informacional, em linha com o modelo regulatório consagrado nos Estados Unidos, desde o Securities Act of 1933[21].

Nessa mesma linha, esta Autarquia adota o entendimento de que ainda hoje: "sunlight is said to be the best of disinfectants; electric light the most efficient policeman"[22]. Sendo assim, a concentração inicial da CVM é no sentido de prestigiar a transparência em relação aos criptoativos e assegurar a observância do regime de divulgação de informações.

Essa será a abordagem inicial da CVM com relação aos valores mobiliários, inclusive aqueles representados na forma de criptoativos, sem prejuízo da avaliação quanto à necessidade de complementar a sua atuação com outras medidas a serem conjugadas a esta abordagem.

Não cabe à CVM interferir no exame de mérito das oportunidades de investimento oferecidas ao público em geral, por exemplo, mediante a seleção prévia daquelas julgadas mais promissoras, seguras ou merecedoras de outros atributos elogiosos. Em vez disso, compete à CVM proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado, bem como assegurar o acesso do público a informações corretas, claras e completas sobre os valores mobiliários negociados, disponíveis a todos igualmente.

Assim, o sistema de divulgação de informações não é um fim em si mesmo, mas é um instrumento destinado a atingir a finalidade de que os investidores possam decidir de modo informado, por seu próprio juízo de mérito, sobre a aquisição, a manutenção ou a alienação dos valores mobiliários.

Para essa finalidade, a transparência deve ser um compromisso de emissores e, para além deles, na medida do possível, deve também ser buscada e valorizada por todos os integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários nas suas respectivas atividades.

Nesse sentido, a regulamentação da CVM é aplicável e deve ser observada quando da realização de ofertas públicas de criptoativos que sejam considerados valores mobiliários, destacando-se, primariamente, as normas que dispõem:

(i) sobre o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários - Resolução CVM nº 80/22; e

(ii) sobre as ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários e a negociação dos valores mobiliários ofertados nos mercados regulamentados.

Além desses 2 (dois) regimes regulatórios, que se complementam, e que dão cumprimento aos comandos legais previstos nos arts. 19 e 21 da Lei nº 6.385/76, destacam-se as regulamentações específicas que tratam de regimes especiais em função das características dos emissores e da oferta pública, tais como:

i) a Resolução CVM nº 88/22, que dispõe sobre a oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedades empresárias de pequeno porte realizada com dispensa de registro por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo; e

ii) a Resolução CVM nº 86/22, que dispõe sobre a oferta pública de distribuição de contratos de investimento coletivo hoteleiro.

Sem pretender listar exaustivamente todas as regulamentações que possam ser aplicáveis a um tipo específico de criptoativo que seja valor mobiliário, em função de suas características e das de seu emissor, é fundamental destacar que os regimes regulatórios vigentes já preveem a necessidade de prestações de informações aos investidores, sejam elas direcionadas ao momento de tomada de decisão de investimento, ou posteriormente a ele, de forma a permitir o acompanhamento acerca do andamento do negócio e para fins do cumprimento do princípio do full and fair disclosure, pressuposto para que um valor mobiliário possa estar admitido à negociação em mercado organizado.

Além disso, a admissão à negociação secundária de qualquer valor mobiliário, inclusive aqueles representados na forma dos criptoativos, deve ocorrer em mercados organizados que possuam autorização da CVM, nos termos da Resolução CVM nº 135/22.

Deve-se observar, ainda, a aplicabilidade das normas relacionadas à: (i) prestação de serviços de depósito centralizado de valores mobiliários; (ii) prestação de serviços de compensação e liquidação de valores mobiliários; e (iii) prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários.

Dessa forma, considerando o arcabouço vigente, a CVM orienta aqueles que buscam a realização de ofertas públicas ao amparo da regulamentação vigente a considerar a pertinência de incluir, no contexto da elaboração dos documentos previstos nas normas exigíveis, conforme o caso, um conjunto mínimo de informações específicas e que se relacionam aos valores mobiliários.

Essas informações influenciarão o juízo da CVM sobre os pedidos e poderão nortear a criação de um regime mais flexível no futuro, na certeza de que esta é uma abordagem inicial, sujeita às evoluções e ao desenvolvimento da tecnologia, das características e das funções inerentes aos criptoativos.

Nesse sentido, a lista a seguir é exemplificativa, sendo certo que não substitui a regulação vigente. Reforçamos, ainda, que parte das informações sugeridas abaixo servirá estritamente para informação do público alvo, não sendo papel da CVM impor parâmetros mínimos no que diz respeito ao funcionamento dos criptoativos que não são valores mobiliários.

5.1. Informações sobre os Direitos dos Titulares dos Tokens

Recomenda-se, dentre outras, a prestação das seguintes informações, em linguagem acessível ao público e ao mercado em geral:

a) Identificação do emissor dos tokens que será beneficiário dos recursos de oferta e de todos os participantes do procedimento de oferta e seus papéis, explicitando a existência de partes relacionadas;

b) Descrição das atividades do emissor dos tokens ou de terceiros cujo esforço é relevante para a expectativa de benefício econômico, em especial no que concerne a novas emissões, gestão de ativos que servem de lastro aos tokens, contratação de provedores de liquidez, gestão do ciclo de vida do software (ex. decisões acerca de forks), resposta a incidentes cibernéticos, resgate e amortização de pagamentos, envio de informações periódicas ou eventuais aos investidores, ações de marketing e quaisquer outras atividades que possam influenciar na expectativa de benefício econômico;

c) Descrição, se houver, dos direitos conferidos aos titulares dos tokens, especialmente pagamento de remuneração ou participação em resultados, direito de participar de deliberações, direito de remuneração condicionada à realização de determinadas atividades;

d) Todas as informações que embasem expectativas de benefício econômico como resultado da aquisição do token, bem como eventual expectativa por valorização em mercado secundário, na medida em que decorrente de esforços do empreendedor, em especial se houver compromisso do emissor com listagem dos tokens em ambientes de negociação;

e) Mecanismo de consenso e descrição adequada ao público em geral sobre o processo de emissão de tokens, especialmente controles de estabilidade de preços, se aplicável;

f) Materiais de apoio ao investidor sobre funções e riscos ligados à tecnologia, de modo a mitigar assimetrias de informação decorrente de hipossuficiência técnica, em especial na hipótese em que o ativo comporte complexidades (a título exemplificativo, em tokens recebidos como contrapartida de depósitos em soluções DeFi, quando o protocolo impuser critérios de liquidação compulsória, se houver riscos de inflation bug, impermanent loss e outros), se aplicável;

g) Identificação de canais de suporte ao investidor e termos de qualidade mínima do serviço (SLA - service level agreement), se aplicável;

h) Eventuais taxas e outros encargos suportados pelo investidor na subscrição de ofertas, negociação ou pela mera titularidade dos tokens, se aplicável.

5.2. Informações sobre Negociação, Infraestrutura e Propriedade dos Tokens

Recomenda-se, dentre outras, a prestação das seguintes informações, em linguagem acessível ao público e ao mercado em geral:

a) Identificação clara das vantagens da utilização da tecnologia de registro distribuído;

b) Descrição das desvantagens da utilização da tecnologia de registro distribuído, em especial sobre desempenho em comparação com mecanismos tradicionais e eventuais efeitos adversos ao meio ambiente;

c) Aplicabilidade dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, compensação e liquidação de valores mobiliários, custódia de valores mobiliários, e escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários;

d) Descrição da gestão da propriedade dos tokens (em especial se o investidor poderá ter o controle da chave privada, se a custódia será delegada, se haverá um prestador de serviços contratado para oferta, a exemplo de intermediário na subscrição de uma oferta, de custodiante ou de depositário) e dos ativos que servem de lastro para os tokens (sejam ativos reais ou puramente digitais, como NFTs - Non-Fungible Tokens);

e) Regras de governança do protocolo, indicando os diferentes papéis de participantes da rede, caráter público ou privado da rede, critérios e responsáveis para definição e assunção desses papéis e identificação de participantes relevantes;

f) Descrição das regras para identificação dos titulares dos tokens e tratamento de seus dados pessoais;

g) Indicação das entidades administradora de mercado organizado autorizada pela CVM ou outras plataformas de negociação nas quais o token será ou poderá ser admitido à negociação;

h) Controles de origem dos recursos utilizados para aquisição de tokens e compromisso com a comunicação de operações suspeitas de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e/ou financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; e

i) Planejamento de novas funcionalidades e alteração das regras de governança e mecanismo de consenso, se aplicável.

6. Papel dos Intermediários

Os intermediários em mercado secundário que atuem, direta ou indiretamente, na oferta de criptoativos devem observar a regulação da CVM, no que concerne à negociação de valores mobiliários. A realização de ofertas ou intermediação de criptoativos deve levar em consideração as eventuais repercussões dessa atividade e o seu enquadramento nas normas vigentes aplicáveis, de forma geral, a sua atuação no mercado de valores mobiliários.

De igual forma, o intermediário não pode se isentar de garantir, na oferta de tais criptoativos, um adequado nível de transparência e informação a respeito das características e riscos associados a tais ativos, em particular quando oferecidos de forma direta, ou seja, não por meio de um produto regulado (fundos de investimento ou exchange traded fund - ETF, por exemplo), que já conte com suas próprias regras de transparência mínima.

Por fim, a instituição intermediária deve promover due diligence adequada sobre os controles internos de parceiros comerciais, inclusive no que diz respeito aos prestadores de serviço da indústria de criptoativos que não transacionem com valores mobiliários, com o objetivo de mitigar a eventual materialização de riscos que possam impactar o intermediário.

Cabe ao intermediário também avaliar se o investidor deve ser informado sobre a natureza e extensão da parceria comercial. Da mesma forma, devem ser avaliadas as segregações e proteções de natureza operacional, estrutural e regulatória que o intermediário possui para evitar que eventuais problemas provenientes de ambientes de negociação de criptoativos que não são valores mobiliários impactem seus próprios negócios.

No mais, ao estabelecer parceria com prestador de serviços que oferte criptoativos que não são valores mobiliários ou serviços ligados à cripto economia, o intermediário deve informar sobre os riscos envolvidos nesse tipo de aplicação, em linguagem acessível e adequada ao público a que se destina, de modo que o destinatário possa avaliar se o produto é compatível com seu perfil de riscos.

7. Fundos de Investimento

À medida que novos ativos são incorporados ao universo regulado, a CVM espera que, de maneira razoável e proporcional, sejam adotados novos critérios e diligências objetivando maiores níveis de transparência, de modo a preservar a eficiência e integridade dos mercados.

Nesse sentido, o administrador e o gestor do fundo devem avaliar o adequado nível de divulgação de potenciais riscos ligados aos ativos, nos materiais de divulgação obrigatória do fundo, em especial no que diz respeito a ativos baseados em tecnologias inovadoras.

A título exemplificativo, essa diretriz deve ser aplicável aos fundos de investimento que exploram as possibilidades da digitalização de conteúdo criativo (os já citados NFTs).

Em conformidade com o exposto acima, os fundos de índice em particular devem aderir e preservar os princípios previstos no artigo 2º da Instrução CVM nº 359/02 ao ofertar índices de criptoativos, como sua replicabilidade, fidedignidade e representatividade.

A CVM já se manifestou sobre a possibilidade e os termos para investimento direto em criptoativos por fundos de investimento constituídos no Brasil[23]. Este Parecer de Orientação não inova o entendimento da CVM a respeito dessa matéria, que requer estudo mais aprofundado e interações específicas com o mercado para a adequada evolução do tratamento do tema pela Autarquia.

8. Sandbox Regulatório

A CVM editou em 2020 a Instrução CVM nº 626/20, posteriormente substituída pela Resolução CVM nº 29/21, de forma a regulamentar e implementar um regime de Sandbox Regulatório.

Em seu primeiro processo de admissão, a CVM recebeu 33 propostas de projetos que buscavam desenvolver modelos de negócios inovadores. A maior parte das propostas envolvia a emissão, distribuição pública, registro distribuído e negociação secundária de valores mobiliários representados digitalmente, o que, em conjunto, denominou-se "tokenização". Após a conclusão deste processo de admissão, quatro projetos foram aprovados, sendo que três deles envolvem diretamente a atividade de tokenização de valores mobiliários.

Nesse sentido, o funcionamento de criptoativos representativos de valores mobiliários já vem sendo testado pela CVM. Os projetos autorizados obtiveram autorizações temporárias para atuar, por meio de dispensas regulatórias, como entidades administradoras de mercados organizados de valores mobiliários e prestadores de serviço de escrituração de valores mobiliários, bem como foram autorizados a conduzir ofertas públicas, com dispensas de requisitos regulatórios específicos.

O Sandbox Regulatório é uma iniciativa de acolhimento de novas tecnologias e modelos de negócios inovadores. Além disso, é uma ferramenta para que a Autarquia avalie a necessidade de revisão e atualização de seu arcabouço regulatório à luz da experiência prática dos projetos aprovados.

9. Considerações Finais

A CVM continuará a se aprofundar no estudo e análise das novas tecnologias e de sua aplicação ao mercado de capitais, podendo, se vier a entender necessário, regular esse novo mercado, no limite de sua competência, inclusive à luz de sua experiência no âmbito do Sandbox Regulatório.

Em paralelo, a Autarquia está atenta ao mercado marginal de criptoativos que sejam valores mobiliários e adotará todas as medidas legais cabíveis para a prevenção e punição de eventuais violações às leis e regulamentos do mercado de valores mobiliários brasileiro, incluindo a emissão de alertas de suspensão ("Stop Orders"), instauração de processos administrativos sancionadores, bem como a comunicação, ao Ministério Público Federal ou Estadual e à Polícia Federal, acerca da existência de eventuais crimes de ação penal pública, nos termos da legislação aplicável.

A Autarquia permanece disponível para consultas de participantes de mercado.

Por fim, reitera-se que as orientações contidas neste parecer se destinam a consolidar entendimentos, mas não esgotam os debates em relação ao tema, uma vez que este está em permanente inovação e seu regime legal encontra-se atualmente em discussão.

Aprovado na Reunião do Colegiado do dia 11 de outubro de 2022.

JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO
Presidente da Comissão

NOTAS:

(1) Essa definição cumpre o fim de delinear o objeto deste Parecer, sem restringi-lo taxativamente. Este Parecer não se propõe a detalhar o funcionamento dos criptoativos ou outros ativos digitais e/ou dos sistemas de registro em cadeias de blocos (distributed ledger technology ou "blockchains"), o que poderia desviar o público-alvo das mensagens finalísticas deste Parecer de Orientação.

(2) No presente Parecer de Orientação, utilizaremos a designação criptoativo, embora mereçam nota as discussões terminológicas sobre o emprego de "ativos digitais" visando a uma nomenclatura neutra do ponto de vista da tecnologia.

(3) A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já alertou para a urgência desse desafio, sugerindo instrumentos de orientação: "The growing application of DeFi and its increasing interconnectedness with traditional markets presents an urgent challenge for policy makers seeking to maximize DeFi's potential efficiencies for financial markets, while managing risks" e "These efforts should be supported by the promotion of soft-law instruments, such as recommendations, to raise awareness and good practices. It is crucial that we promote greater international policy

collaboration and discussion to overcome these challenges, particularly at the cross-border level, and to avoid regulatory arbitrage" (OCDE, "Why Decentralised Finance (DeFi) Matters and the Policy Implications", 2022, disponível em https://www.oecd.org/daf/fin/financial_markets/Why-Decentralised-Finance-DeFi-Matters-and-the-Policy-Implications.pdf, último acesso em 26/08/2022).

(4) Nesse sentido, ver (i) sobre o enquadramento de criptoativos como valores mobiliários para fins do inciso IX, do art. 2º da Lei nº 6.385/76, conforme alterada: PAS CVM nº 19957.003406/2019-91, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 27/10/2020; PAS CVM nº 19957.007994/2018-51, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 09/06/2020, PAS CVM nº RJ2017/3090, Dir. Rel. Carlos Alberto Rebello Sobrinho, julgado em 07/05/2019 e PA nº 19957.010938/2017-13, decidido em 30/01/2018; (ii) sobre a possibilidade e condições para investimento em criptoativos por fundos de investimento brasileiros: Ofícios Circulares no 1/2018/CVM/SIN, de 12/01/2018 e nº 11/2018/CVM/SIN, de 19/09/2018; (iii) sobre as características e riscos envolvendo investimentos em criptoativos, o "Alerta CVM" disponível em https://conteudo.cvm.gov.br/menu/investidor/alertas/ofertas_atuacoes_irregulares.html, último acesso em 03/07/2022; e (iv) propriamente sobre os criptoativos "Série de Alertas - Criptoativos", disponível em https://www.investidor.gov.br/publicacao/Alertas/listaalertas.html, último acesso em 03/07/2022.

(5) Para aprofundamento, consultar FATF, "Updated Guidance for a Risk-Based Approach - Virtual Assets and Virtual Asset Service Providers", outubro de 2021.

(6) Em linha com esse entendimento, ver (i) PAS CVM nº 19957.003406/2019-91, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 27/10/2020; e (ii) Deliberações CVM nº 785/2017, 821/2019, 826/2019, 828/2019, 830/2019, 831/2019, 837/2019, e 839/2019.

(7) A IOSCO define tokenização como o processo de representar digitalmente um ativo ou propriedade de um ativo. International Organization of Securities Commissions - IOSCO, IOSCO "Research Report on Financial Technologies (Fintech)", p. 51. Madrid, 2017, disponível em: https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD554.pdf, último acesso em 05/07/2022.

(8) Neste sentido, ver decisão do Colegiado da CVM no âmbito do PA nº 19957.010938/2017-13, de 30/01/2018.

(9) Cf. Financial Conduct Authority, Consultation Paper 19/3, janeiro de 2019, disponível em https://www.fca.org.uk/publication/consultation/cp19-03.pdf, com último acesso em 10/09/2022.

(10) Cf. Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Markets in Crypto-assets, and amending Directive (EU) 2019/1937, disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal_content/EN/TXT/?uri=CELEX:52020PC0593, último acesso em 10/09/2022.

(11) Para uma análise do conceito de stablecoin e sua relação com o conceito de valor mobiliário, cf. INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS - IOSCO, Global Stablecoin Initiatives. Madrid, 2020. Disponível em https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD650.pdf, último acesso em 10/09/2022.

(12) Neste sentido, ver PAS CVM nº 19957.003406/2019-91, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 27/10/2020.

(13) Cf. CVM, "Initial Coin Offerings (ICOs)", Rio de Janeiro, 16/11/2017, Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/initial-coin-offerings--icos--88b47653f11b4a78a276877f6d877c04, último acesso em 05/07/2022.

(14) Ver PA CVM nº RJ2003/0499, Dir. Rel. Luiz Antonio Sampaio Campos, julgado em 28/08/2003.

(15) Ver, nesse sentido, (i) PAS CVM nº RJ2017/3090, Dir. Rel. Carlos Alberto Rebello Sobrinho, julgado em 07/05/2019; e (ii) PAS CVM nº 19957.003406/2019-91, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 27/10/2020.

(16) SEC v. W.J. Howey Co., 328 U.S. 293 (1946).

(17) PA CVM nº RJ2007/11593, Dir. Rel. Marcos Barbosa Pinto, julgado em 15/01/2008.

(18) Vale notar que se discute em que medida a expectativa de valorização ou ganho de liquidez de determinado criptoativo, em decorrência de esforço do empreendedor ou de terceiros (e não de fatores externos que fogem a seu domínio), seria relevante para natureza de referido produto como valor mobiliário. A esse respeito, destacamos o entendimento estabelecido pelo Colegiado no Processo Administrativo CVM nº 19957.009524/2017-41, em que se afirma que esse tipo de expectativa pode ser relevante para caracterização de produto como contrato de investimento coletivo. Por outro lado, o debate regulatório internacional ainda está amadurecendo o tema, em especial a questão de em que medida o uso efetivo de criptomoedas e utility tokens seria relevante para sua caracterização como valor mobiliário.

(19) Em prol da objetividade e concisão, não abordaremos os três primeiros requisitos, na certeza de que o posicionamento da CVM sobre eles já é claro e não demanda especificação às peculiaridades dos criptoativos.

(20) PA CVM nº 19957.009524/2017-4, Dir. Rel. Gustavo Machado Gonzalez, julgado em 22/04/2019.

(21) O Securities Act of 1933 acabou sendo apelidado nos Estados Unidos de "the Truth in Securities Act". Neste sentido veja-se, por exemplo, (i) COHEN, Milton H., "The Truth in Securities Revisited" in Harvard Law Review, v. 79, n. 7, 1966, pp. 1340-1408; e (ii) HAZEN, Thomas Lee, The Law of Securities Regulation, Minnesota: West Academic Press, 2020, p. 19.

(22) Como enunciado por Louis Brandeis em seu editorial "What Publicity Can Do" na edição de 20 de dezembro de 1913 do periódico Harper's Weekly: "Publicity is justly commended as a remedy for social and industrial diseases. Sunlight is said to be the best of disinfectants; electric light the most efficient policeman" e "But the disclosure must be real. And it must be a disclosure to the investor. It will not suffice to require merely the filling of a statement of facts".

(23) Ofícios Circulares no 1/2018/CVM/SIN, de 12/01/2018 e 11/2018/CVM/SIN, de 19/09/2018.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 20.249 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza OTÁVIO SANTIAGO MEIRELES ARAÚJO, CPF nº 397.980.368-67, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.250 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a SPX CRÉDITO GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 34.293.150, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.251 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a SPX EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 14.595.392, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.252 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GABRIEL ROCHA AFFONSO FERREIRA, CPF nº 370.619.988-22, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.253 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LUCAS KENJI YAMASHITA, CPF nº 420.820.048-05, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.254 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza TIAGO NOVAES VILLAS BOAS, CPF nº 616.089.985-68, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.255 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JORGE FELIPPE PENNA DE BARROS, CPF nº 054.422.337-30, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO
DIVISÃO DE SUPERVISÃO DE SECURITIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.248, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Chefe da Divisão de Supervisão de Securitização, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza Bells & Bayes Rating Analytics Ltda. (CNPJ: 45.510.734/0001-59) a prestar serviço de Agência de Classificação de Risco de Crédito, nos termos do art. 18, inciso I, alínea 'a', combinado com o art. 16, inciso I, ambos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, do art. 73 da Resolução 24, de 5 de março de 2021, e da Resolução CVM nº 9, de 27 de outubro de 2020.

MARCELO FIRMINO DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Proposta de alteração das Portarias Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular - Consolidado, nº 130, de 23 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular - Consolidado, e nº 147, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Veículos Rodoviários Automotores com Sistemas de Gás Natural Veicular Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.103164/2017-89, resolve:

Art. 1º Fica disponível, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto de alteração das Portarias Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, nº 130, de 23 de março de 2022 e nº 147, de 28 de março de 2022.

Art. 2º Fica aberto, a partir da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas ao texto proposto.

Art. 3º As críticas e sugestões deverão ser apresentadas na Plataforma Participa + Brasil contida na página www.gov.br/participamaisbrasil/alteracoes-requalificaçãoGNV.

§ 1º As críticas e sugestões que não forem apresentadas conforme previsto no caput não serão consideradas como válidas para efeito da consulta pública e serão devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em utilizar a Plataforma supramencionada poderá solicitar ajuda pelo e-mail dconf.consultapublica@inmetro.gov.br.

Art. 4º Findo o prazo fixado no art. 2º desta Consulta Pública, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Esta Consulta Pública entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

ANEXO

PORTARIA INMETRO Nº XX, DE XX DE XXXXXX DE 20XX

Altera as Portarias Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular - Consolidado, nº 130, de 23 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular - Consolidado, e nº 147, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção de Veículos Rodoviários Automotores com Sistemas de Gás Natural Veicular - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.103164/2017-89;

Considerando a recente coleta de informações a respeito dos cilindros utilizados para armazenamento de gás natural veicular - GNV fabricados em conformidade à outras normas que não à ISO 11439;

Considerando as manifestações recebidas, de diferentes partes interessadas, sobre as determinações da Portaria Inmetro nº 130, de 23 de março de 2022;

Considerando a necessidade de adequação dos prazos para substituição e condições de destruição dos cilindros para armazenamento de GNV fabricados em atendimento a normas com vida útil não determinada;

Considerando a realização de Consulta Pública, divulgada pela Portaria Inmetro nº XX, de XX de XXXXXXX, de 2022, publicada no Diário Oficial da União de XX, de XXXXX, de 2022, seção 1, página XX, que colheu contribuições da sociedade em geral para elaboração do texto ora aprovado, resolve:

Art. 1º A Portaria Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º Os cilindros para armazenamento de GNV como combustível a bordo de veículos automotores, fabricados a partir do início do uso de GNV até o final de dezembro de 2001, quando do início da certificação compulsória, podem permanecer em serviço até 31 de dezembro de 2023.

Art. 10. Os cilindros para armazenamento de GNV fabricados de 1º de janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2009, segundo a norma ISO 4705 e certificados compulsoriamente, podem permanecer em serviço por 23 (vinte e três) anos contados da data de sua fabricação.

Art. 11. Os cilindros para armazenamento de GNV fabricados segundo a norma ISO 11439 podem permanecer em serviço pelo prazo de vida útil de 15 a 20 (quinze a vinte) anos contados da data de sua fabricação, de acordo com o definido pelo fabricante.

Parágrafo único. Os cilindros para armazenamento de GNV que tenham sido fabricados, excepcionalmente, segundo a norma ISO 9809 devem atender às mesmas condições de vida útil descritas no caput.

Art. 12. Ao final do tempo limite para permanência em serviço, de acordo com os prazos definidos nos art. 9º e 10, ou de sua vida útil, de acordo com o definido no art. 11, o cilindro deve ser considerado "condenado" e sujeito ao processo de destruição pelo fornecedor de requalificação de cilindros destinados ao armazenamento de gás natural veicular, valendo-se dos procedimentos previstos no item 6.6 e Anexo F do Anexo I desta Portaria, mesmo que não decorrente do serviço de requalificação.

Parágrafo único. O fornecedor de requalificação de cilindros destinados ao armazenamento de GNV deve manter registros que permitam a rastreabilidade dos cilindros destruídos na situação prevista no caput" (NR)

.....

"Art. 18. Os fornecedores de requalificação de cilindros para armazenamento de GNV, com registros concedidos até a data da publicação desta Portaria, terão 18 (dezoito) meses, contados da sua vigência, para se adequarem às alterações decorrentes da consulta pública divulgada pela Portaria Inmetro nº 12, de 23 de julho de 2020, incorporados a esse Regulamento consolidado.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput fica reduzido para 8 (oito) meses em se tratando do estabelecido no art. 12 desta Portaria."(NR)

.....

ANEXO I

.....

"5.4.3 O prazo final da vida útil do cilindro deve obedecer ao seguinte:

a) os cilindros para armazenamento de GNV como combustível a bordo de veículos automotores, fabricados a partir do início do uso de GNV até o final de dezembro de 2001, quando do início da certificação compulsória, podem permanecer em serviço até 31 de dezembro de 2023;

b) os cilindros para armazenamento de GNV fabricados de 1º de janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2009, segundo a norma ISO 4705 e certificados compulsoriamente, podem permanecer em serviço por 23 (vinte e três) anos contados da data de sua fabricação;

c) os cilindros para armazenamento de GNV fabricados segundo a norma ISO 11439 podem permanecer em serviço pelo prazo de vida útil de 15 a 20 (quinze a vinte) anos da data de sua fabricação, de acordo com o definido pelo fabricante; e

d) os cilindros de GNV que tenham sido fabricados, excepcionalmente, segundo a norma ISO 9809 deve atender às mesmas condições de vida útil descritas para os cilindros fabricados segundo a norma ISO 11439."(NR)

.....

"6.1.3 Todo cilindro para armazenamento de GNV aprovado deve ser entregue ao cliente isento internamente de óleo e umidade, e tamponado. Adicionalmente, quando o cilindro for do Tipo 1 ou Tipo 2, deve também ser repintado (observado o descrito nos subitens 6.2.4.1, 6.2.4.4.1 e 6.7.1.1 deste RTQ)."(NR)

.....

"6.1.9 As notas fiscais de serviço emitidas pelo fornecedor de requalificação de cilindros para armazenamento de GNV devem conter a informação da marca/modelo, norma de fabricação, número de série do cilindro, número do chassi e da placa do veículo a que pertence o cilindro retirado para requalificação, e a data para a próxima requalificação."(NR)

.....

"6.2.4.7 A remoção da pintura ou limpeza externa do cilindro deve ser registrada com imagens, conforme alínea "d" do subitem 7.2 deste RTQ, que devem ser anexadas ao Relatório de Requalificação."(NR)

.....

"6.6.7 A destruição do cilindro e da válvula devem ser registradas com imagens, conforme alínea "d" do subitem 7.2 deste RTQ, que devem ser anexadas ao Relatório de Requalificação."(NR)

.....

"6.6.9 No caso de cilindros condenados por ultrapassarem o tempo de permanência em serviço ou a vida útil, que não resultante de um processo/serviço de requalificação, deve ser preenchido e arquivado o formulário previsto no Anexo G deste RTQ."

.....

"6.7.1.1.1 Para as partes revestidas (com material compósito) dos CC, a pintura no processo de requalificação deve aplicada somente quando recomendada e conforme especificado pelos fabricantes, e desde que não prejudique a visualização das informações contidas em etiquetas ali apostas."(NR)

.....

"ANEXO A

LISTA DE AUTOVERIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (LAV)

"(...)

É observado, na marcação dos cilindros, que estão marcados com normas permitidas, conforme subitem 5.4.3 do RTQ?	28.1

.....

"ANEXO B

RELATÓRIO TÉCNICO DE REQUALIFICAÇÃO DO CILINDRO

"O Relatório Técnico de Requalificação do Cilindro deve conter, no mínimo:

.....

c) Informações sobre o cilindro

- Norma de fabricação;

....."(NR)

.....

"ANEXO G - TERMO DE DESTRUIÇÃO DE CILINDRO CONDENADO (modelo)

Eu, (nome completo da pessoa física ou jurídica), CPF/CNPJ nº XXXX, RG nº XXXX emitido pelo (identificação do órgão emissor) em (data da emissão), declaro, para os devidos fins, que acato a destruição do(s) cilindro(s) a seguir identificado(s), por ter(em) ultrapassado a vida útil ou tempo de serviço permitidos neste Regulamento Técnico da Qualidade.

Esta declaração de concordância está sendo apresentada ao fornecedor (razão social do fornecedor registrado e CNPJ), sito a (endereço completo do fornecedor registrado) na data de (data por extenso), para realização da destruição do(s) referido(s) cilindro(s):

Cilindro(s) para armazenamento de GNV				
Fabricante / Marca	Nº de série	Diâmetro externo x Comprimento (mm)	Capacidade (litros de água)	Observação

(Local e data por extenso)

(Assinatura idêntica ao do documento apresentado pelo cliente)

(Nome completo e CPF do cliente)

(E, CASO O CLIENTE SE RECUSE A ASSINAR ESTE TERMO, ACRESCENTAR TAMBÉM):

As testemunhas abaixo assinadas declaram que o cliente acima referido se recusou a assinar este "Termo de Destruição de Cilindro Condenado" ou não se apresentou para a mesma:

Testemunha:

Nome_____

Assinatura_____

RG_____ CPF_____

Testemunha:

Nome_____

Assinatura_____

RG_____ CPF_____"

Art. 2º A Portaria Inmetro nº 130, de 23 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. Os fornecedores de instalação de sistemas de Gás Natural Veicular, com declaração da conformidade emitida com base na Portaria Inmetro nº 91, de 2007, devem se adequar ao disposto na presente Portaria, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua vigência, independentemente da validade do registro anteriormente concedido.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput fica reduzido para 8 (oito) meses em se tratando do estabelecido no art. 12D desta Portaria."(NR)

"Art. 12A. Os cilindros para armazenamento de GNV como combustível a bordo de veículos automotores, fabricados a partir do início do uso de GNV até o final de dezembro de 2001, quando do início da certificação compulsória, podem permanecer em serviço até 31 de dezembro de 2023.

Art. 12B. Os cilindros para armazenamento de GNV fabricados de 1º de janeiro de 2002 até 31 de dezembro de 2009, segundo a norma ISO 4705 e certificados compulsoriamente, podem permanecer em serviço por 23 (vinte e três) anos contados da data de sua fabricação.

Art. 12C. Os cilindros para armazenamento de GNV fabricados segundo a norma ISO 11439 podem permanecer em serviço pelo prazo de vida útil de 15 a 20 (quinze a vinte) anos contados da data de sua fabricação, de acordo com o definido pelo fabricante.

Parágrafo único. Os cilindros de GNV que tenham sido fabricados, excepcionalmente, segundo a norma ISO 9809 devem atender às mesmas condições de vida útil descritas no caput.

Art. 12D. Ao final do tempo limite para permanência em serviço, de acordo com os prazos definidos nos art. 12A e 12B, ou de sua vida útil, de acordo com o definido no art. 12C, o cilindro deve ser considerado "condenado" e sujeito ao processo de destruição pelo fornecedor de instalação de sistemas de GNV, valendo-se do procedimento previsto no Anexo E do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O fornecedor de instalação de sistemas de GNV deve manter registros que permitam a rastreabilidade dos cilindros destruídos na situação prevista no caput" (NR)

.....

ANEXO I

"6.3.3.1.1.2 Deve ser verificado se o cilindro se encontra dentro de sua vida útil ou da validade permitida para a continuidade em operação.

6.3.3.1.1.2.1 Caso o cilindro se encontre fora de sua vida útil ou da validade para a sua operação, o fornecedor não pode prosseguir com o serviço.

6.3.3.1.1.2.2 O cilindro deve ser considerado "condenado" e sujeito ao processo de destruição pelo fornecedor de instalação de sistemas de GNV, valendo-se dos procedimentos previstos no Anexo E deste RTQ, devendo ser preenchido e arquivado o formulário previsto no Anexo F deste RTQ.

6.3.3.1.1.3 A destruição do cilindro que se encontra nas situações definidas no subitem 6.3.3.1.1.2.1, de acordo com os Anexos E e F deste RTQ, é aplicável a qualquer tempo quando identificada pelo fornecedor, independentemente da caracterização dos serviços de instalação, substituição, manutenção ou desinstalação de sistemas de GNV previstos neste Regulamento.

.....

"ANEXO E - PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DE CILINDROS CONDENADOS

1. Os cilindros devem ser inertizados antes de sua destruição, caso não tenham sido submetidos previamente à limpeza interna com jato de água, por um dos seguintes métodos:

a) o cilindro deve ser mantido pressurizado, durante 2 (dois) minutos, com nitrogênio; ou

b) o cilindro deve ser enchido com água.

2. Antes de prosseguir com o processo de destruição, deve ser efetuada uma verificação quanto a existência de GNV, por meio de um detector de gases apropriado ou um detector de mistura explosiva (explosímetro).

3. No cilindro a ser destruído pelo fornecedor, deve ser estampada em sua calota, próximo à rosca, a sentença "CONDENADO".

3.1 A sentença "CONDENADO" deve ser estampada de forma visível e permanente, por meio de estampagem (puncionamento), com caracteres (letras) de tamanho mínimo de 10 mm de altura.

4. Deve ser utilizado um dos métodos a seguir, para destruição do cilindro condenado:

a) esmagamento no meio do cilindro;

b) corte desalinhado ao longo do cilindro, na terça parte central de seu comprimento (mínimo);

c) abertura de furos ao longo do cilindro, desalinhados (ao menos três furos), localizados no centro e próximo ou nas duas calotas, devendo cada furo ter, no mínimo, 50 mm (2") de diâmetro;

d) corte total longitudinal do cilindro, separando-o em duas partes; ou

e) corte axial do pescoço e cúpula, para cilindros de até 60 litros de capacidade de água e comprimento total máximo de 1 (um) metro.

5. A destruição do cilindro deve acontecer dentro das dependências do fornecedor de instalação de sistemas de GNV.

6. O cliente deve ser comunicado pessoalmente, por telefone ou meio eletrônico, da data e horários da destruição do cilindro. A forma de comunicação deve estar prevista no Ordem de Serviço ou outro documento entregue ao cliente. Se após 2 (duas) comunicações o cliente não comparecer no momento marcado para a destruição do cilindro condenado, a destruição será realizada pelo fornecedor mesmo sem sua presença.

6.1 Previamente à destruição, o motivo que levou à condenação do cilindro deve ser apontado no cilindro e explicado ao cliente, quando esse estiver presente, expondo a condição técnica estabelecida no RTQ que levou à condenação.

7. A destruição do cilindro devem ser registradas com imagens, que devem ser arquivadas.

8. Após a destruição do cilindro, os mesmos devem ser novamente mostrados ao cliente, quando este estiver presente, e segregados para posterior descarte conforme legislação ambiental, ou entregues ao cliente, quando solicitado.

9. Deve ser emitido pelo fornecedor o Termo de Destruição de Cilindro Condenado, conforme Anexo F.

ANEXO F - TERMO DE DESTRUIÇÃO DE CILINDRO CONDENADO (modelo)

Eu, (nome completo da pessoa física ou pessoa jurídica), CPF/CNPJ nº XXXX, RG nº XXXX emitido pelo (identificação do órgão emissor) em (data da emissão), declaro, para os devidos fins, que acato a destruição do(s) cilindro(s) a seguir identificado(s), por terem ultrapassado a vida útil ou tempo de serviço permitidos neste Regulamento Técnico da Qualidade.

Esta Declaração de concordância está sendo apresentada ao fornecedor (razão social do fornecedor registrado e CNPJ), sito a (endereço completo do fornecedor registrado) na data de (data por extenso), para realização da destruição do(s) cilindro(s) referido(s):

Cilindro(s) para armazenamento de GNV				
Fabricante / Marca	Nº de série	Diâmetro externo x Comprimento (mm)	Capacidade (litros de água)	Observação

(Local e data por extenso)
(Assinatura idêntica ao do documento apresentado pelo cliente)
(Nome completo e CPF do cliente)
(E, CASO O CLIENTE SE RECUSE A ASSINAR ESTE TERMO, ACRESCENTAR TAMBÉM):

As testemunhas abaixo assinadas declaram que o cliente acima referido se recusou a assinar este "Termo de Destruição de Cilindro Condenado" ou não se apresentou para a mesma:

Testemunha:
Nome_____
Assinatura_____
RG_____ CPF_____
Testemunha:
Nome_____
Assinatura_____
RG_____ CPF_____"

Art. 3º O Anexo I da Portaria Inmetro nº 147, de 28 de março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"6.2.11 O OIA, após a aprovação na inspeção de segurança veicular, deve emitir o Selo Gás Natural Veicular, em uma única via, preenchido conforme Anexo II.

6.2.11.1 A validade do Selo Gás Natural Veicular é de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão.

6.2.11.2 Caso o tempo limite de permanência em serviço ou vida útil do cilindro expire antes da data da próxima inspeção periódica, a validade do Selo Gás Natural Veicular será a do tempo limite de permanência em serviço ou vida útil do cilindro.

Nota: Para efeitos do disposto no subitem 6.2.11.2, devem ser considerados os prazos limite de permanência em serviço ou vida útil do cilindro definidos nas Portarias Inmetro vigentes para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular e Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular."(NR)

.....

"ANEXO A - INSPEÇÃO DE SEGURANÇA DA INSTALAÇÃO E DOS COMPONENTES DO SISTEMA DE GNV

.....

2.1.13 Deve ser verificado o atendimento ao limite de permanência em serviço ou tempo de vida útil, conforme previstos nas Portarias Inmetro vigentes para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular e Instalação de Sistemas de Gás Natural Veicular."

Art. 4º Fica revogada, na data de vigência desta Portaria, a Portaria Inmetro nº XX de XXXX, de 20XX, que suspendeu os artigos 9º, 10 e 11 da Portaria Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em XX de XXXX de 2022 [data específica a ser inserida pelo Gabinete da Presidência, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019]

PORTARIA Nº 353, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, que aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Requalificação de Cilindros Destinados ao Armazenamento de Gás Natural Veicular - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

Considerando a recente coleta de informações a respeito dos cilindros utilizados para armazenamento de gás natural veicular - GNV fabricados em conformidade à outras normas que não a ISO 11439;

Considerando as manifestações recebidas, de diferentes partes interessadas, sobre as determinações da Portaria Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022;

Considerando a necessidade de realização de consulta pública para adequação dos prazos para substituição e condições de destruição dos cilindros utilizados para armazenamento de GNV fabricados em atendimento a normas com vida útil não determinada; e

Considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.103164/2017-89, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos, até publicação de consulta pública, consolidação e publicação definitiva de novas determinações, os artigos 9º, 10, e 11 da Portaria Inmetro nº 133, de 23 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2022, seção 1, páginas 85 a 96.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLVIEIRA JUNIOR

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 279, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para Sistema Distribuído de Medição de Energia Elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012 e nº 371/2007; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.003979/2022-26, resolve:

Incluir novos desenhos e substituir o item 6 SOFTWARE da Portaria Inmetro/Dimel nº 148, de 22 de julho de 2019, publicada no D.O.U. em 24/07/2019, seção 1, página 65, que aprova o modelo PANTHEON, de Sistema Distribuído de Medição de Energia Elétrica, classe de exatidão B, marca ELETRA, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 280, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 520/2014; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.001910/2022-68, resolve:

Aprovar o modelo Zeus 8023-NG, de medidor eletrônico de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, para medição de energia ativa e reativa, polifásico, classe de exatidão C, marca Eletra, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 281, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 520/2014, e;

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.013257/2021-07, resolve:

Aprovar o modelo Zeus 8021-NG, de medidor eletrônico de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, marca Eletra, para medição de energia ativa e reativa, monofásico, Classe de exatidão B, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 282, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para cronotacógrafos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 481/2021; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.003186/2022-15, resolve:

Aprovar o modelo BVDR 2.0 de cronotacógrafo, marca Continental, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO CNSP Nº 445, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a instituição de ouvidoria pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 7 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 32, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, o parágrafo 1º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, os artigos 5º e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.615297/2022-31, resolve:

Art. 1º As sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização, doravante denominadas entidades, devem instituir ouvidoria, a qual terá como principal função atuar na defesa dos direitos dos consumidores, com o objetivo de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre essas entidades e os consumidores de seus produtos e serviços, na mediação de conflitos, esclarecendo, prevenindo e solucionando conflitos.

Art. 2º A estrutura da ouvidoria deve ser compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas de cada entidade e constituída de forma autônoma e independente das demais unidades organizacionais da entidade.

§ 1º As entidades que fazem parte de conglomerado financeiro podem instituir ouvidoria única que poderá atuar em nome dos integrantes do conglomerado.

§ 2º Para os fins desta resolução, conglomerado financeiro é o conjunto de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e instituições financeiras vinculadas, diretamente ou não, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

§ 3º As entidades podem celebrar convênios ou contratos com prestadores de serviços de ouvidoria que atendam ao disposto nesta Resolução.

§ 4º Os convênios ou contratos previstos no parágrafo 3º deste artigo não afastam a responsabilidade da entidade pelo cumprimento do disposto nesta Resolução.

§ 5º Os prestadores de serviços, para exercer suas funções na ouvidoria, devem ser capacitados com habilidades técnicas e procedimentais necessárias para realizar o adequado atendimento ao consumidor, respeitando os princípios da dignidade, boa-fé, transparência, eficiência, celeridade e cordialidade.

Art. 3º As entidades têm o dever de:

I - dar ampla divulgação sobre a existência da ouvidoria, finalidade e forma de utilização;

II - garantir o acesso dos consumidores de produtos e serviços ao atendimento da ouvidoria, por meio de canais ágeis e eficazes, respeitados os requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, na forma da legislação vigente;

III - disponibilizar serviço de discagem direta gratuita 0800 (DDG 0800), específico para ouvidoria, apto a receber ligações de qualquer operadora de telefonia fixa ou móvel, durante, no mínimo, o horário comercial, cuja divulgação deverá ser permanentemente atualizada;

IV - criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, autonomia e imparcialidade; e

V - assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às manifestações recebidas, no prazo estabelecido.

Parágrafo único. A divulgação de que trata os incisos I e III deve ser providenciada por meio dos canais de comunicação utilizados para difundir os produtos e serviços da entidade, nos sítios eletrônicos na internet, extratos e comprovantes eletrônicos ou fornecidos em papel, nas propostas e contratos formalizados com os consumidores, nos materiais de propaganda e publicidade e nos demais documentos que se destinem aos consumidores dos produtos e serviços da entidade.

Art. 4º Constituem atribuições da ouvidoria:

I - receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos consumidores de produtos e serviços das entidades que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado por suas dependências e quaisquer outros canais de atendimento;

II - prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

III - informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar quinze dias, contados da data de protocolização da reclamação;

IV - encaminhar resposta conclusiva à demanda dos reclamantes até o prazo informado no inciso III;

V - propor ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da entidade, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas e deficiências identificadas;

VI - elaborar e encaminhar ao comitê de auditoria, quando existente, e ao conselho de administração ou, na sua ausência, à diretoria da entidade, relatório semestral da ouvidoria, validado pela auditoria interna, até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao encerramento do semestre analisado, com o seguinte conteúdo mínimo:

a) qualidade e adequação da estrutura da ouvidoria;

b) dados e informações sobre a eficácia dos sistemas e procedimentos da ouvidoria;

c) estatísticas de todas as ações desenvolvidas pela ouvidoria em bases mensais e anuais, comparadas com os mesmos períodos do ano anterior;

d) proposições de que trata o inciso V, mencionando a periodicidade e a forma de seu encaminhamento, discriminando as propostas não acatadas e respectivas justificativas, as acatadas e ainda não implementadas e respectivos prazos para implementação, e as já implementadas;

e) cumprimento dos demais requisitos estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º O serviço prestado pela ouvidoria aos consumidores dos produtos e serviços das entidades deve ser gratuito e identificado por meio de número de protocolo de atendimento.

§ 2º O relatório de que trata o inciso VI deve permanecer à disposição da fiscalização da Susep, pelo prazo mínimo de cinco anos.

§ 3º A Susep irá monitorar o desempenho das ouvidorias das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, de acordo com os índices mínimos de eficiência e/ou qualidade, definidos de acordo com parâmetros objetivos.

§4º É vedada a utilização dos canais de atendimento dos consumidores para fins de interesse comercial pelas entidades.

§5º Caso seja necessário o fornecimento de informações e/ou documentos complementares para atendimento da demanda pela ouvidoria, o prazo de quinze dias mencionado no inciso III deste artigo ficará suspenso enquanto tais informações e/ou documentos não sejam fornecidos pelo reclamante, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega.

Art. 5º As ouvidorias das entidades devem possuir regulamento aprovado pela diretoria, com o seguinte conteúdo mínimo:

I - as atribuições da ouvidoria;

II - os critérios de designação e de destituição do ouvidor e o tempo de duração de seu mandato;

III - a alçada do ouvidor, que não poderá ser inferior a R$ 100.000,00 por evento;

IV - medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesse;

V - o compromisso expresso da entidade no sentido de:

a) criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade, isenção e comprometimento com a defesa dos direitos dos consumidores;

b) assegurar o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Art. 6º As entidades devem designar perante a Susep o nome do respectivo ouvidor.

§ 1º Para efeito da designação de que trata o caput, são estabelecidas as seguintes disposições:

I - o ouvidor não poderá acumular outra função na entidade, exceto a de diretor de relações com a Susep;

II - o ouvidor se reportará diretamente ao diretor presidente, ou ocupante de cargo correlato;

III - na hipótese de que trata o § 1º do artigo 2º desta Resolução, o ouvidor do conglomerado financeiro se reportará aos diretores presidentes, ou ocupantes de cargo correlato, das entidades integrantes do conglomerado; e

IV - o dirigente da entidade deverá respaldar a atuação do Ouvidor, acatar suas determinações, observadas as alçadas decisórias, e dar o tratamento adequado às propostas apresentadas.

§ 2º Os dados relativos ao ouvidor, a partir de sua nomeação, devem ser inseridos e mantidos atualizados no Formulário de Informações Periódicas - FIP.

Art. 7º A ouvidoria deve manter sistema de controle atualizado das reclamações recebidas, de forma que possam ser evidenciados o histórico de atendimentos e os dados de identificação dos consumidores de produtos e serviços, com toda documentação e as providências adotadas.

Parágrafo único. As informações e a documentação referidas no caput devem permanecer à disposição da Susep, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 8º A Susep poderá adotar medidas complementares necessárias à execução do disposto nesta resolução.

Art. 9º Fica revogada a Resolução CNSP nº 279, de 30 de janeiro de 2013.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO
Superintendente

RESOLUÇÃO CNSP Nº 446, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Resolução CNSP nº 384, de 9 de junho de 2020, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 7 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 2º e no §1º do art.3º do Decreto-lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o disposto na Lei nº 14.332, de 4 de maio de 2022, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.602595/2020-08, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CNSP nº 384, de 9 de junho de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. .....

.....

§ 3º A notificação de que trata o caput, para os casos dos títulos de capitalização comercializados na modalidade filantropia premiável, se dará, no mínimo, por meio de divulgação nas mesmas mídias utilizadas para divulgação dos títulos de capitalização." (NR)

"Art. 15. .....

§ 1º A faculdade de que trata o caput, deverá ser exercida por meio de anuência expressa e inequívoca do subscritor em documento específico, que contenha no mínimo as seguintes informações:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos de capitalização comercializados na modalidade filantropia premiável." (NR)

"Art. 16. .....

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos títulos de capitalização comercializados na modalidade filantropia premiável."(NR)

"Art. 48. .....

§ 1º Caso o subscritor do título de capitalização não concorde com a cessão do direito de resgate para a entidade beneficente de assistência indicada na ficha de cadastro, deverá comunicar diretamente à sociedade de capitalização, por qualquer meio que se possa comprovar, nos termos da regulamentação específica, até o dia anterior à realização do primeiro sorteio previsto no título de capitalização.

.....

§ 3º É obrigação da sociedade de capitalização verificar se a entidade de que trata o § 1º deste artigo encontra-se devidamente certificada, na data de emissão do título de capitalização.

....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 2º do art. 48 da Resolução CNSP nº 384, de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO
Superintendente

RESOLUÇÃO CNSP Nº 447, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o seguro habitacional.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 7 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 32, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.605958/2022-11, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Dispor sobre as normas do seguro habitacional.

Art. 2º Para fins desta Resolução, define-se:

I - atividade laborativa principal: aquela através da qual o segurado obteve maior renda, dentro de determinado exercício anual definido nas condições contratuais;

II - beneficiário: quem recebe a indenização, em caso de sinistro;

III - custo efetivo do seguro habitacional (CESH): custo, em relação às coberturas dos riscos de morte e invalidez permanente (MIP) e danos físicos ao imóvel (DFI), apurado na forma estabelecida pela Susep, para efeito de comparabilidade dos produtos de seguros oferecidos;

IV - declaração pessoal de saúde (DPS): declaração preenchida e assinada pelo proponente e encaminhada juntamente com a proposta de seguro, geralmente feita em formulário próprio da sociedade seguradora, com base na qual o proponente presta informações sobre as suas condições de saúde, respondendo a quesitos padronizados, descrevendo e esclarecendo minuciosamente aspectos relacionados àqueles quesitos e a outros que julgue relevantes à análise da sociedade seguradora, para fins de aceitação do risco;

V - encargos mensais: mensalidade devida pelo segurado ao financiador, destinada a amortizar a dívida contraída para a aquisição, reforma ou construção do imóvel objeto do seguro, a qual engloba a prestação, propriamente dita, composta dos juros e da amortização, mais o prêmio de seguro e taxas devidas ao financiador;

VI - estipulante: no seguro contratado sob a forma coletiva, é o próprio financiador;

VII - financiador: qualquer entidade, pública ou privada, que conceda financiamento para a aquisição, reforma ou construção de imóvel em geral; e

VIII - segurado: pessoa física ou jurídica que assine com o financiador o contrato de financiamento para a aquisição, reforma ou construção de imóvel, na qualidade de adquirente ou promitente comprador; ou o próprio financiador, exclusivamente para a cobertura de DFI, no caso de imóvel adjudicado face execução da dívida por inadimplência do financiado e nos casos em que apenas esteja promovendo a construção.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Modalidades

Art. 3º O seguro habitacional abrange as seguintes modalidades:

I - seguro habitacional do sistema financeiro da habitação (SH/SFH); e

II - seguro habitacional em apólices de mercado (SH/AM).

§ 1º O seguro referido no inciso I teve apólice única que vigorou até 31 de dezembro de 2009, substituído que foi, a partir daí, por garantia equivalente concedida pelo fundo de compensação de variações salariais (FCVS), nos termos da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, em continuidade à garantia de equilíbrio permanente e em âmbito nacional estabelecida pelo Decreto-Lei nº 2.476, de 16 de setembro de 1988, com a redação dada pela Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988.

§ 2º O seguro referido no inciso II caracteriza-se por ter suas coberturas em apólices de mercado, nas modalidades coletiva e individual, sendo as sociedades seguradoras privadas responsáveis pela gestão das respectivas carteiras, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.

§ 3º Somente podem estar contempladas na garantia a que se refere o §1º deste artigo as operações relacionadas a financiamentos concedidos até 31 de dezembro de 2009 no âmbito do sistema financeiro da habitação (SFH), nos termos da legislação vigente, desde que não tenha ocorrido migração para uma apólice do SH/AM.

Art. 4º É vedada a transferência para a garantia a que se refere o §1º do art. 3º:

I - de risco originalmente coberto pelo SH/AM; e

II - de risco originalmente coberto pelo SH/SFH, que tenha sido migrado para apólice do SH/AM.

Objetivo do seguro

Art. 5º O seguro habitacional tem por objetivo o pagamento das parcelas de dívida do segurado correspondente ao saldo devedor vincendo na data do sinistro relativa a financiamento para aquisição, reforma ou construção de imóvel, ou a reposição de tal imóvel financiado, na ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável, nos termos desta Resolução.

§ 1º O seguro de que trata o caput poderá, na forma da legislação vigente, ser operado por sociedades seguradoras autorizadas a operar seguros de pessoas ou por sociedades seguradoras autorizadas a operar seguros de danos, observadas as disposições desta Resolução e demais normativos do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

§ 2º Estão enquadrados no rol dos imóveis financiados de que trata o caput aqueles que correspondem à:

I - construção e aquisição de unidades residenciais;

II - reforma de unidade residencial, originalmente financiada ou não;

III - aquisição de terreno/lote urbanizado, para construção de unidade residencial;

IV - aquisição de imóvel residencial por pessoa jurídica; ou

V - construção e aquisição de unidades comerciais.

§ 3º Estão enquadrados no rol dos imóveis de que trata o caput aqueles que correspondem às operações de consórcios, bem como aplica-se, no que couber, as demais disposições desta Resolução.

Art. 6º O SH/AM deverá garantir obrigatoriamente coberturas securitárias que prevejam, no mínimo, os riscos de MIP do segurado e de DFI.

§ 1º Excepcionalmente, a contratação do seguro se limitará à cobertura de:

I - MIP, nas operações de financiamento para aquisição de terreno e para aquisição de material para construção, ampliação ou reforma;

II - DFI:

a) nos financiamentos a empresários da construção civil, até serem firmados contratos com promitentes compradores, a partir de quando a cobertura de MIP também se aplicará; e

b) para garantia aos imóveis adjudicados em nome da instituição financeira.

§ 2º Para as operações de financiamento imobiliário em geral no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), nos termos da legislação específica, deverá ser garantida obrigatoriamente cobertura securitária que preveja, no mínimo, o risco de MIP.

Coberturas

Art. 7º A cobertura dos riscos de MIP deverá observar o previsto nesta Resolução e respectiva regulamentação e, nos casos omissos, as normas relativas aos seguros de pessoas.

§ 1º Para efeitos da cobertura dos riscos a que se refere o caput, será considerada como:

I - morte: aquela decorrente de causas naturais ou acidentais.

II - invalidez permanente: aquela que ocorrer em data posterior à data da assinatura do contrato de financiamento do imóvel, causada por acidente pessoal ou doença, que determine a incapacidade total e permanente para o exercício da atividade laborativa principal do segurado, no momento do sinistro.

§ 2º Para a regulação de sinistro de invalidez permanente, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo, é vedado condicionar o pagamento da indenização à impossibilidade do exercício, pelo segurado, de toda e qualquer atividade laborativa.

§ 3º Não haverá cobertura para os riscos de MIP decorrentes e/ou relacionados à doença manifesta em data anterior à assinatura do contrato de financiamento, de conhecimento do segurado e não declarada na proposta do seguro, bem como decorrentes de eventos comprovadamente resultantes de acidente pessoal, ocorrido em data anterior à da assinatura do referido contrato.

§ 4º Nos casos em que o segurado se encontrar em gozo de benefício previdenciário de invalidez considerar-se-á coberto apenas o risco de morte.

§ 5º Nos casos em que o segurado não exercer qualquer atividade laborativa considerar-se-á coberto, além do risco de morte, o risco de invalidez permanente causada por acidente pessoal ou doença, que determine a incapacidade total e permanente para o exercício de toda e qualquer atividade laborativa.

Art. 8º A cobertura dos riscos de DFI deverá observar o previsto nesta Resolução e respectiva regulamentação e, nos casos omissos, as normas relativas aos seguros de danos.

§ 1º A cobertura dos riscos a que se refere o caput contemplará, no mínimo, os danos provenientes de:

I - incêndio, queda de raio ou explosão;

II - vendaval;

III - desmoronamento total;

IV - desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural;

V - ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada;

VI - destelhamento; e

VII - inundação ou alagamento, ainda que decorrente de chuva.

§ 2º Caso haja necessidade de desocupação do imóvel por inabitabilidade, em decorrência de sinistro coberto pela sociedade seguradora nos riscos de DFI, deverá ser prevista indenização, correspondente aos encargos mensais do financiamento, respeitado o LMG referido no art. 19.

Art. 9º Poderão ser oferecidas nas apólices de SH/AM, em caráter facultativo, outras coberturas além das descritas no art. 7º e no art. 8º, devendo ser observada a regulamentação em vigor.

Contratação do seguro e sua vigência

Art. 10. A contratação do SH/AM será feita mediante emissão de apólice, seja coletiva ou individual, englobando obrigatoriamente as coberturas de MIP e/ou DFI, de acordo com a operação de financiamento de imóvel contratada e, facultativamente, as coberturas referidas no art. 9º.

Art. 11. Deverá ser apresentado ao estipulante, no caso de seguro coletivo, ou ao interessado no financiamento, no caso de seguro individual, o valor correspondente ao CESH, em relação às coberturas dos riscos de MIP e/ou DFI, conforme aplicável à operação de financiamento, na forma estabelecida pela Susep, para efeito de comparabilidade dos produtos oferecidos.

Parágrafo único. Os custos correspondentes às coberturas facultativas referidas no art. 9º não integrarão o valor do CESH, devendo ser apresentados de forma segregada ao proponente.

Art. 12. A critério da sociedade seguradora, poderá ser exigida a DPS do proponente ao seguro habitacional, quando da contratação, em caso de apólice individual, ou da adesão ao seguro, em caso de apólice coletiva.

§ 1º A DPS de que trata o caput poderá ser exigida uma única vez.

§ 2º Na hipótese de transferência de apólices entre sociedades seguradoras, é vedado à sociedade seguradora que assumir os riscos exigir nova DPS dos segurados abrangidos pelo contrato anterior.

Art. 13. A sociedade seguradora não poderá limitar a oferta da cobertura securitária a proponentes ao seguro habitacional cuja idade, somada ao prazo de financiamento ou ao prazo do consórcio, e eventuais renegociações, seja inferior a oitenta anos e seis meses.

Parágrafo único. Independentemente do disposto no caput, não caberá a limitação prevista aos instrumentos contratuais firmados por pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, até o limite de três por cento do número de unidades residenciais integrantes de programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Art. 14. O prazo de vigência do seguro deverá corresponder ao prazo de financiamento do imóvel ou do prazo de duração do consórcio.

Art. 15. Caso o segurado e o financiador repactuem o prazo original do contrato de financiamento, deverá ser observado que:

I - se houver redução do prazo original, permanecerá a garantia do seguro até o término do novo prazo, com devolução do prêmio correspondente ao período remanescente, se for o caso; e

II - se houver ampliação do prazo original, a sociedade seguradora deverá ser consultada quanto ao interesse na manutenção do seguro, mediante nova proposta.

Parágrafo único. Respeitado o disposto neste Capítulo, a responsabilidade da sociedade seguradora finda ao término do prazo de vigência do seguro, ou quando da extinção da dívida, o que primeiro ocorrer.

Art. 16. A apólice, no caso de seguro individual, ou o certificado individual, no caso de seguro coletivo, deverá permanecer em vigor até o término do prazo de vigência do seguro, mesmo que o segurado esteja inadimplente em relação a qualquer parcela do prêmio.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, caberá ao estipulante, no caso de seguro coletivo, ou ao financiador, no caso de seguro individual, honrar o pagamento dos prêmios do seguro junto à sociedade seguradora.

§ 2º O não pagamento do prêmio do seguro por parte do estipulante, no caso de seguro coletivo, ou do financiador, no caso de seguro individual, desobriga a sociedade seguradora ao pagamento de qualquer indenização, sem prejuízo das obrigações do estipulante ou do financiador, respectivamente, junto ao segurado.

Limite máximo de garantia

Art. 17. O limite máximo de garantia (LMG) representa o valor máximo que a sociedade seguradora irá suportar em um eventual sinistro para as coberturas contratadas.

Art. 18. O LMG correspondente à cobertura dos riscos de MIP consistirá, a cada mês, no valor do saldo devedor do financiamento do imóvel, consideradas pagas todas as prestações vencidas e as eventuais amortizações já pagas.

Art. 19 O LMG correspondente à cobertura dos riscos de DFI consistirá, a qualquer tempo, no valor da avaliação inicial do imóvel, que serviu de base para a operação de financiamento, devidamente atualizado com base no índice convencionado no contrato de seguro.

§ 1º O índice convencionado no contrato de seguro deverá ser igual ao estabelecido no contrato de financiamento, caso este tenha cláusula de atualização.

§ 2º No caso de contratos de financiamento sem previsão de cláusula de atualização, o valor de avaliação inicial do imóvel será atualizado com base no índice e periodicidade definidos no respectivo contrato de seguro.

Concorrência de apólices

Art. 20. É vedada a contratação concomitante de mais de uma apólice de seguro habitacional para o mesmo risco.

Prêmios

Art. 21. Para efeito de cálculo dos prêmios do seguro correspondentes aos riscos de MIP, as taxas, estabelecidas por idade, por faixa etária ou por idade média do grupo segurado, deverão incidir sobre o LMG, na forma do art. 18, respeitadas as datas de pagamento das prestações previstas no contrato de financiamento.

Parágrafo único. As condições contratuais devem explicitar se a taxa a que se refere o caput será única, durante todo o contrato, e estabelecida em função da idade do segurado, no momento da adesão ou contratação do seguro, ou se haverá seu reenquadramento, mencionando, nessa hipótese, os períodos em que se dará o reenquadramento.

Art. 22. Para efeito de cálculo dos prêmios do seguro correspondentes aos riscos de DFI, as taxas incidirão sobre o LMG a que se refere o art. 19.

Art. 23. Deverão constar integralmente das condições contratuais do seguro habitacional as situações e o detalhamento operacional para aplicação de cada tipo de taxa referida no art. 21 e no art. 22.

Franquias e carências

Art. 24. É vedado o estabelecimento de franquias e/ou participações obrigatórias do segurado nas apólices de SH/AM para as coberturas dos riscos de MIP e DFI, admitindo-se, contudo, caso aplicáveis, para as coberturas facultativas referidas no art. 9º.

Art. 25. Ressalvado o disposto no art. 26, é vedado o estabelecimento de prazo de carência para as coberturas dos riscos de MIP e DFI nas apólices de SH/AM, quando da adesão ou contratação do seguro, admitindo-se, contudo, caso aplicável, para as coberturas facultativas referidas no art. 9º.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de suicídio ou sua tentativa, para os quais aplicar-se-á o prazo de carência de dois anos, contado da data do início de vigência do contrato de financiamento, devendo ser cobertos pela sociedade seguradora, após esse prazo.

Art. 26. Para as coberturas dos riscos de MIP, faculta-se o estabelecimento de prazo de carência, limitado ao período máximo de doze meses, nos casos de alterações concernentes à composição de renda para fins de seguro.

§ 1º A contagem do prazo de carência a que se refere o caput inicia-se na data de recebimento pela sociedade seguradora da comunicação de cada alteração referida.

§ 2º Independentemente do disposto no caput, não será considerado qualquer prazo de carência para sinistros decorrentes dos riscos de MIP resultantes de acidente pessoal.

§ 3º A sociedade seguradora que assumir a apólice, em substituição às sociedades seguradoras anteriores, na hipótese prevista no §2º do art. 12, não poderá reiniciar a contagem dos prazos de carência para os segurados abrangidos pelo contrato de seguro anterior, prevalecendo, para início daquela contagem, a data do contrato original de financiamento ou a data de cada alteração a que se refere o § 1º deste artigo.

Indenizações

Art. 27. Para a cobertura dos riscos de MIP, a indenização corresponderá à quantia necessária ao pagamento das parcelas totais do financiamento, assim entendido o saldo devedor vincendo, na data do sinistro.

§ 1º As indenizações deverão ser realizadas sob a forma de pagamento único.

§ 2º Caso haja mais de um segurado na composição de renda para fins de seguro, o valor da indenização será proporcional ao percentual de responsabilidade correspondente ao segurado que tenha falecido ou se tornado inválido, prevalecendo o percentual vigente na data do sinistro, observado o disposto no art. 26.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, havendo liquidação parcial da dívida, a cobertura para os riscos de MIP será mantida para os demais componentes da renda, relativamente à dívida remanescente.

Art. 28. A invalidez permanente do segurado será comprovada com apresentação de declaração médica, na área de especialização da doença ou lesão geradora da invalidez, com observância às restrições para doenças e lesões pré-existentes e suas consequências, conforme previsto no § 3º do art. 7º.

Parágrafo único. Independentemente do previsto no caput, a exclusivo critério da sociedade seguradora, o segurado poderá se submeter a perícia médica, às expensas da sociedade seguradora.

Art. 29. No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, relacionadas à invalidez permanente, ou sobre a avaliação da incapacidade, a sociedade seguradora deverá propor formalmente ao estipulante ou ao segurado, conforme o caso, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data da contestação por parte do interessado, a constituição de junta médica.

§ 1º A junta médica de que trata o caput será constituída por três membros, sendo um nomeado pela sociedade seguradora, outro pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

§ 2º Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela sociedade seguradora.

§ 3º O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, quinze dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo segurado.

§ 4º O prazo para definição quanto ao direito à indenização ficará suspenso a partir da data em que a sociedade seguradora propuser a constituição da junta médica, voltando a G ir a partir do primeiro dia útil subsequente àquele em que houver sido emitido o laudo pela junta médica constituída para esse fim.

Art. 30. Para a cobertura dos riscos de DFI, respeitado o LMG vigente na data do sinistro, a indenização corresponderá ao valor necessário à reposição do imóvel ao estado equivalente ao que se encontrava imediatamente antes do sinistro.

Parágrafo único. Poderá ser prevista indenização para prejuízos relativos à perda do conteúdo do imóvel, desde que seja oferecida como cobertura adicional e facultativa, nos termos do art. 9º.

Art. 31. Caso o segurado tenha sido aceito na apólice, a sociedade seguradora não poderá negar o pagamento da indenização referente à cobertura dos riscos de MIP sob alegação de que a idade do segurado sinistrado somada ao prazo de financiamento, desde que corretamente informados, ultrapassa o limite previsto no art. 13.

Beneficiários

Art. 32. O beneficiário, em caso de sinistro relacionado aos riscos de MIP, é o próprio estipulante, no caso de seguro coletivo, ou o financiador, no caso de seguro individual.

Parágrafo único. É vedada a substituição do beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade do segurado, salvo se houver mudança do financiador.

Cancelamento

Art. 33. O cancelamento da apólice do SH/AM, respeitado o período correspondente ao prêmio pago, somente poderá ser efetuado mediante acordo entre:

I - segurado, sociedade seguradora e financiador, no caso de seguro individual; ou

II - segurado, sociedade seguradora e estipulante, no caso de seguro coletivo, observada a legislação em vigor, quanto ao percentual de anuentes.

Comunicações

Art. 34. Toda e qualquer comunicação entre as partes, segurado e a sociedade seguradora, e vice- versa, deve ser feita por intermédio do estipulante, no caso do seguro coletivo, ou do financiador, no caso de seguro individual.

Parágrafo único. Admite-se a comunicação direta entre as partes, segurado e sociedade seguradora, e vice-versa, desde que o estipulante, no seguro coletivo, ou o financiador, no seguro individual, seja prontamente participado.

CAPÍTULO III

SUBSTITUIÇÃO DO SEGURO

Por interesse do segurado

Art. 35. Para a substituição do seguro por interesse do segurado, este deverá ter regularizada sua situação de adimplência junto ao estipulante, no caso do seguro coletivo, ou ao financiador, no caso de seguro individual, relativamente a prêmios de seguro vencidos.

§ 1º Na hipótese de antecipação de prêmios, caberá à sociedade seguradora substituída a restituição ao agente financeiro da parcela dos prêmios de seguro correspondentes ao período de cobertura não usufruído, devidamente atualizada com base no índice definido no respectivo contrato de seguro.

§ 2º A sociedade seguradora escolhida poderá exigir nova DPS do proponente, na forma do art. 12.

§ 3º Se a sociedade seguradora que atua com o estipulante ou com o financiador substituto for a mesma que atua com o substituído, não poderá ser exigida nova DPS do interessado na portabilidade do crédito ou alteradas as contagens dos prazos de carência referidos no art. 25 e no art. 26.

§ 4º Em caso de aceitação, o seguro substituto observará as novas condições estabelecidas pela sociedade seguradora substituta, prevalecendo, contudo, a continuidade da carência, na forma do art. 25 e do art. 26.

Por cessão de crédito ou transferência de carteira

Art. 36. Havendo cessão parcial ou total de créditos entre instituições financiadoras, inclusive decorrente de aquisição de uma instituição por outra, ou transferência de carteira, não poderão ser:

I - exigidas novas DPS dos atuais segurados;

II - recusados segurados, ainda que portadores de qualquer doença, mantidas as restrições originais do risco, se houver; ou

III - alteradas as contagens dos prazos de carência referidos no art. 25 e no art. 26.

Parágrafo único. As demais condições do seguro poderão ser alteradas se houver manifestação favorável de setenta e cinco por cento dos segurados transferidos, no caso de seguro coletivo, ou de cada financiado transferido, no caso de seguro individual.

Emissão da apólice e do certificado individual

Art. 37. Nas hipóteses previstas no art. 35 e no art. 36, a nova sociedade seguradora emitirá apólice ou certificado individual, conforme o tipo de contratação, para cada segurado, contendo, relativamente à data de emissão, no mínimo:

I - os respectivos nomes dos segurados para cada operação;

II - os percentuais de composição de renda em vigor, para fins indenitários da cobertura para os riscos de MIP;

III - descrição dos limites máximos de garantia, em vigor na data de emissão do certificado, para as coberturas referentes aos riscos de MIP e/ou DFI, conforme o caso;

IV - os prêmios correspondentes à cobertura, para os riscos de MIP e/ou de DFI, conforme o caso;

V - a data de início de vigência do seguro; e

VI - a data de término de vigência do seguro, ressaltando que esta corresponderá ao término do financiamento ou do prazo do consórcio, ou à extinção da dívida, o que ocorrer primeiro.

Transferência de informações

Art. 38. Nas hipóteses previstas no art. 35 e no art. 36, a sociedade seguradora substituída deverá entregar à sociedade seguradora substituta, relativamente aos segurados transferidos, no prazo máximo de trinta dias contados do início de vigência da apólice na sociedade seguradora substituta:

I - as DPS existentes;

II - as informações relativas aos prazos de carência referidos no art. 25 e no art. 26; e

III - a condição de adimplência do estipulante, no caso de seguro coletivo, ou do financiador, no caso de seguro individual.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Os planos de seguro resgistrados antes do início de vigência desta Resolução, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis

Art. 40. Os planos de seguro registrados na Susep a partir do início de vigência desta Resolução deverão obedecer aos critérios nela definidos.

Art. 41. Fica a Susep autorizada a baixar normas complementares para o seguro de que trata o inciso II do art. 3º, bem como resolver os casos omissos.

Art. 42. Ficam revogadas:

I - a Resolução CNSP nº 205, de 18 de novembro de 2009; e

II - a Resolução CNSP nº 212, de 6 de dezembro de 2010.

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO
Superintendente

RESOLUÇÃO CNSP Nº 448, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art.34, inciso XI, do anexo ao Decreto n.º 60.459, de 13 de março de 1966, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 7 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 32, inciso I, II, III e XI e no art. 84 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, nos arts. 3º, incisos III e V; 37, e 74 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001, no art. 3º, § 1º e no art. 4.º do Decreto-Lei n.º 261, de 28 de fevereiro de 1967, no art. 2º da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.602210/2022-66, resolve:

Art. 1º A Resolução CNSP nº 432, de 12 de janeiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

VII - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR);

.....

IX - Provisão de Excedentes Financeiros (PEF);

X - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR); e

XI - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC).

....." (NR)

"Art. 13. A PDR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples." (NR)

"Art. 13-A. A PDC deverá ser constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas a:

I - pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização; e

II - pagamento de benefícios relativos a produtos estruturados em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro." (NR)

"Art. 17. .....

.....

VII - Provisão de Receitas Diferidas (PRD)." (NR)

"Art. 24. A PRD deverá ser constituída para o diferimento de receitas dos títulos pelas sociedades de capitalização." (NR)

"Art. 56. .....

.....

II - .....

.....

a) acréscimo da diferença, seja ela positiva ou negativa, entre o valor justo e o valor contábil dos ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, líquida dos efeitos tributários;

.....

d) acréscimo da soma, seja ela positiva ou negativa, líquida dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição, entre:

1. valor do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC, líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG, e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas; e

2. diferença, positiva ou negativa, entre o valor do fluxo realista de entradas e saídas decorrentes das operações de resseguro ou retrocessão relacionadas e o valor dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC;

e) .....

1. diferença, se positiva, entre o valor da PRD, acrescido de carregamentos futuros líquidos das cotas de bônus e dos custos associados à comercialização e o valor das despesas administrativas futuras; e

.....

f) acréscimo da diferença, positiva ou negativa, entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição, sendo calculado pela soma das seguintes parcelas:

1. diferença entre soma da provisão matemática para capitalização e da provisão para distribuição de bônus e o valor presente esperado a pagar de resgates relacionados às cotas já abrangidas por ambas as provisões;

2. diferença entre a provisão para resgates e o valor presente esperado a pagar de resgates abrangidos pela citada provisão; e

3. diferença entre a soma da provisão para sorteios a realizar, da provisão para sorteios a pagar e das cotas futuras de sorteios não registradas e o valor presente esperado dos sorteios a pagar, realizados ou não; e

.....

§ 5º .....

.....

III - com periodicidade inferior a semestral, por decisão da supervisionada devidamente comunicada à Susep, se forem realizados na mesma periodicidade o TAP e o cálculo do capital risco de mercado; e

.....

§ 10. As supervisionadas enquadradas no segmento S4 não poderão processar os ajustes requeridos nas alíneas "c" e "d" do inciso II deste artigo.

.....

§ 12. .....

I - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes da alínea "a" do inciso II do caput;

....." (NR)

"Art. 86. Não poderão ser classificados como subsequentemente mensurados a custo amortizado os ativos integrantes, direta ou indiretamente, da carteira de:

....." (NR)

"Art. 97. .....

.....

IV - teste de consistência: a comparação entre valores constituídos e efetivamente observados, para fins de avaliação da suficiência de montantes estimados em datas-bases anteriores;

V - recálculo atuarial: recálculo dos valores estimados ou determinados em datas-bases anteriores, considerando bases de dados atualizadas ou metodologias e premissas distintas das utilizadas originalmente; e

VI - grupo de contrato: contratos sujeitos a riscos similares e administrados como uma única carteira." (NR)

"Art. 109. .....

I - as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão e créditos com ressegurador e retrocessionário, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os ativos estimados de salvados e ressarcimentos, as bases de dados e os limites de retenção, conforme disposto nos anexos XXVII, XXVIII e XXIX;

.....

VII - resultado das ações da supervisionada decorrentes das recomendações efetuadas pela auditoria atuarial anterior;

VIII - os ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA;

IX - adequação dos grupos de contratos utilizados pela supervisionada à definição constante do inciso VI do art. 97; e

X - resultado do TAP por grupo de contrato.

....." (NR)

Art. 2º A Resolução CNSP nº 432, de 12 de janeiro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 27. .....

.....

IV - custos de aquisição diferidos redutores;

V - ativos depositados no exterior redutores; e

VI - valores em trânsito redutores." (NR)

Art. 3º O Anexo XV da Resolução CNSP nº 432, de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 14. Os valores das exposições dos ativos financeiros classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado deverão ser calculados tomando por base o valor justo." (NR)

Art. 4º Os valores de créditos tributários de diferenças temporárias originados na adoção inicial da opção de lançar alterações na Provisão Complementar de Cobertura (PCC) em decorrência de alterações na estrutura a termo da taxa de juros em contrapartida a outros resultados abrangentes:

I - serão segregados dos demais créditos tributários de diferenças temporárias e escriturados com a denominação "créditos tributários de diferenças temporárias originados na adoção inicial do CPC48";

II - não serão considerados na apuração do valor da dedução de que trata a alínea "d" do inciso II do caput do art. 56. da Resolução CNSP nº 432, de 2021; e

III - não serão considerados na apuração do valor integral do saldo contábil para fins de aplicação do disposto no § 13 do art. 56 da Resolução CNSP nº 432, de 2021.

Parágrafo único. As supervisionadas deverão ter o controle formal de realização do crédito tributário mencionado no caput, que deverá ser disponibilizado a Susep sempre que solicitado.

Art. 5º Fica revogada a alínea "b" do inciso II do art. 56 da Resolução CNSP nº 432, de 2021.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor:

I - a partir de 2 de janeiro de 2023 para o art. 2º; e

II - a partir de 2 de janeiro de 2024 para os demais artigos.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP Nº 676, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Circular Susep nº 656, de 11 de março de 2022.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b", "c" e "h" do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado na forma do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, considerado o disposto na Lei nº 14.332, de 4 de maio de 2022, e o que consta do Processo Susep nº 15414.648731/2021-89, resolve:

Art. 1º Alterar a Circular Susep nº 656, de 11 de março de 2022, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

§ 6º Excepcionalmente para as modalidades popular custeada por pagamento único e filantropia premiável, quando o pagamento único é realizado através de meios eletrônicos, o subscritor terá quinze dias, após a data de aquisição do título, para o preenchimento da ficha de cadastro." (NR)

"Art. 33. Para títulos da modalidade filantropia premiável, deverá constar em destaque na ficha de cadastro e na divulgação da promoção e/ou publicidade interna ou externa, inclusive no material de comercialização, que o consumidor está adquirindo um título de capitalização cujo direito de resgate é cedido à entidade beneficente de assistência social, certificada nos termos da regulamentação vigente, cujo nome também deverá constar em destaque.

§ 1º A cessão de que trata o caput poderá ser revista pelo consumidor, nos termos da regulamentação vigente.

§ 2º Caso os sorteios sejam apresentados em mídia audiovisual, a informação de indicação de instituição para cessão de direito de resgate deverá constar em texto apresentado durante a transmissão e comunicado verbalmente pelos apresentadores durante a realização dos sorteios e das campanhas publicitárias."(NR)

"Art. 52. Na modalidade filantropia premiável, a ficha de cadastro e as Condições Gerais do título deverão conter, em destaque, a seguinte mensagem: "O valor de resgate deste título será revertido para a entidade beneficente de assistência social indicada na ficha de cadastro, caso não haja comunicação do subscritor à sociedade de capitalização, sobre a desistência da cessão, até o dia anterior à realização do primeiro sorteio previsto no título de capitalização"."(NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 52 da Circular Susep nº 656, de 2022.

Art. 3º Esta Circular entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP Nº 677, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o custo efetivo do seguro habitacional - CESH.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 36, alíneas "b" e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no art. 41 da Resolução CNSP nº 447, de 10 de outubro de 2022, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº15414.606184/2022-45, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o custo efetivo do seguro habitacional - CESH.

Art. 2º O CESH de que trata esta Circular deverá ser apresentado nas apólices, no caso de seguros individuais, e nos certificados individuais, no caso de seguros coletivos, do seguro habitacional em apólices de mercado - SH/AM.

Art. 3º Previamente à contratação do SH/AM, as sociedades seguradoras deverão informar ao estipulante, no caso de seguro coletivo, ou ao interessado no financiamento, no caso de seguro individual, o valor do CESH.

Art. 4º O CESH será calculado considerando-se os fluxos de pagamentos de prêmios previstos, referentes às coberturas mínimas obrigatórias de morte e invalidez permanente - MIP e de danos físicos ao imóvel - DFI previstas na regulamentação específica sobre o seguro habitacional, conforme fórmula constante do anexo a esta Circular.

§ 1º Os prêmios deverão ser calculados conforme os critérios estabelecidos na regulamentação específica sobre o seguro habitacional.

§ 2º Para o cálculo do CESH deverá ser levado em conta se a taxa adotada será única, durante todo o período de vigência do contrato de financiamento, ou se haverá seu reenquadramento.

§ 3º Nos prêmios a que se refere este artigo deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas e quaisquer outras despesas decorrentes da contratação do SH/AM.

§ 4º Para o cálculo do CESH não deverão ser considerados valores de prêmios referentes a outras coberturas que não sejam as de contratação obrigatória, devendo tais valores, se for o caso, ser apresentados de forma segregada ao proponente, nos termos da regulamentação específica sobre o seguro habitacional.

§ 5º O CESH será calculado com quatro casas decimais, utilizando-se as regras de arredondamento da numeração decimal estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 6º O CESH deverá ser calculado, a qualquer tempo, pelas sociedades seguradoras, a pedido do segurado.

Art. 5º A sociedade seguradora deverá certificar-se, no ato da contratação, de que o proponente tomou ciência do valor do CESH e de que o referido valor de fato corresponde às condições e aos parâmetros vigentes na data de cálculo.

Art. 6º Deverá ser informado, na proposta, na apólice e no certificado individual, que o valor do CESH:

I - é meramente informativo e tem por finalidade exclusivamente permitir a comparação entre as diferentes propostas de seguro, não correspondendo sua aplicação sobre o saldo devedor do financiamento ao montante efetivo a ser pago a título de prêmio de seguro; e

II - em virtude da metodologia de cálculo utilizada, não poderá ser somado, deduzido ou, de qualquer forma, comparado a outros custos do contrato de financiamento, sob pena de gerar conclusões equivocadas.

Art. 7º Fica revogada a Circular Susep nº 400, de 11 de fevereiro de 2010.

Art. 8º Esta circular entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

ANEXO I

FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO CESH

$$CESH = \frac{\sum_{j=1}^{N} \left[\frac{Pj}{(1{,}008)^{\frac{12(dj-t))}{365}}} \right]}{SDt}$$

onde:

dj ≥ t

Pj = valores, periódicos ou não, cobrados pela sociedade seguradora a título de prêmio, incluídos todos os tributos, tarifas e quaisquer outras despesas decorrentes da contratação do SH/AM;

N = número parcelas, periódicas ou não, em que será pago o prêmio do SH/AM;

SDt= saldo devedor do financiamento do imóvel no instante t, consideradas pagas todas as prestações vencidas até t;

t = data em que foi solicitado o cálculo do CESH;

dj = data do pagamento da j-ésima parcela do prêmio do SH/AM;

dj - t = intervalo, em dias corridos, entre a data do pagamento da j-ésima parcela do prêmio do SH/AM e data em que foi solicitado o cálculo do CESH.

CIRCULAR SUSEP Nº 678, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos do disposto no art. 36, alíneas "b", "f" e "g" do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, c/c o disposto nos arts. 73 e 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, c/c os artigos 2º; 5º; 6º, parágrafo único, inciso II e 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, c/c o art. 3º, § 2º e o art. 4º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967; e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.602210/2022-66, resolve:

Art. 1º A Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

VII - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR);

.....

IX - Provisão de Excedentes Financeiros (PEF);

X - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR); e

XI - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)." (NR)

"Art. 7º .....

.....

§ 1º A constituição da provisão não abrange os planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização.

§ 2º Para os casos de seguros com períodos intermitentes de cobertura, a PPNG corresponderá ao valor do prêmio comercial referente aos créditos remanescentes vigentes na data-base de cálculo." (NR)

"Art. 8º A PSL deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios:

I - a provisão abrange os valores relativos a indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado;

.....

§ 4º O fato gerador da baixa da PSL, decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização ou benefício, ou conforme os demais casos previstos em lei.

§ 5º Os valores referentes a pagamentos sob a forma de renda atuarial ou financeira não devem ser considerados na PSL, ressalvado o exposto no inciso II do caput." (NR)

"Art. 9º .....

I - a provisão deverá contemplar estimativa para os valores relativos a indenizações, benefícios e rendas, incluindo as estimativas para o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e não avisados, e considerando os montantes referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado;

....." (NR)

"Art. 10. .....

§ 1º A provisão deverá ser constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de coberturas estruturadas no regime financeiro de capitalização.

§ 2º O fato gerador da baixa da PMBAC é:

I - para a cobertura por sobrevivência:

a) sobrevivência do segurado ou participante ao período de diferimento contratado, no caso de cobertura por sobrevivência estruturada na modalidade benefício definido;

b) solicitação de benefício, no caso de cobertura por sobrevivência estruturada na modalidade contribuição variável;

c) solicitação de resgate, observado o disposto no §3º;

d) solicitação de portabilidade, observado o disposto no §3º;

e) custeio de cobertura de risco em planos conjugados;

f) amortização do saldo devedor de assistência financeira; e

g) cancelamento da cobertura; e

II - para as coberturas de risco:

a) registro do aviso de sinistro;

b) solicitação de resgate;

c) solicitação de portabilidade;

d) custeio de cobertura de risco quando previsto no plano; e

e) cancelamento da cobertura.

§ 3º Para os produtos de acumulação cuja provisão esteja diretamente relacionada a fundos específicos, a baixa da provisão deverá ocorrer no mesmo momento da cotização do resgate nesses fundos." (NR)

"Art. 11. A PMBC deverá ser constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia constante em nota técnica atuarial do plano ou produto.

§ 1º A provisão abrange apenas as rendas atuariais ou financeiras a vencer, e deverá ser constituída para as coberturas estruturadas no regime financeiro de capitalização ou no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

§ 2º Os valores relativos a rendas vencidas e não pagas constantes da PMBC deverão ser baixados desta e incluídos na PVR." (NR)

"Art. 13. A PDR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples.

§ 1º Consideram-se despesas diretamente relacionadas a sinistros aquelas que, além de poderem ser mensuradas e diretamente relacionadas a sinistros de forma objetiva e confiável, representem despesas marginais decorrentes da ocorrência do sinistro.

§ 2º A provisão abrange não somente as despesas incorridas e ainda não liquidadas relacionadas a sinistros ocorridos, como também as estimativas relativas às despesas a ocorrer relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não." (NR)

"Art. 13-A. A PDC deverá ser constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas a:

I - pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de capitalização; e

II - pagamento de benefícios relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro." (NR)

"Art. 16. A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

§ 1º Consideram-se resgates a regularizar aqueles solicitados e por qualquer motivo ainda não pagos, bem como os valores correspondentes a resgate cujo direito não tenha sido exercido nos casos de cancelamento do contrato do participante ou do segurado.

§ 2º Para fins deste artigo, os pagamentos financeiros programados devem ser considerados como resgates.

§ 3º Consideraram-se portabilidades a regularizar:

I - as portabilidades solicitadas e por qualquer motivo ainda não transferidas para a sociedade seguradora, EAPC ou entidade fechada de previdência complementar receptora; e

II - as portabilidades recebidas e por qualquer motivo ainda não alocadas em um plano específico.

§ 4º Consideram-se benefícios a regularizar relativos a cobertura por sobrevivência:

I - na modalidade benefício definido, o benefício devido após a sobrevivência do segurado ou participante ao período de diferimento contratado até o momento do pagamento ou da opção do segurado ou participante de receber o benefício na forma de renda; e

II - na modalidade contribuição variável, o benefício solicitado devido e por qualquer motivo ainda não pago, ressalvado os casos previstos no § 3º do art. 10, em que deverá ser considerada como referência o momento da cotização do resgate no fundo.

§ 5º O fato gerador da baixa da PVR é:

I - o pagamento, caracterizado quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei;

II - a alocação da portabilidade recebida ao plano específico;

III - a cotização de prêmios recebidos; e

IV - a opção do segurado/participante em receber renda, nas coberturas por sobrevivência na modalidade benefício definido." (NR)

"Art. 17. .....

.....

VII - Provisão de Receitas Diferidas (PRD)." (NR)

"Art. 18. .....

§ 1º O fato gerador da constituição da provisão é o pagamento ou a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor.

.....

§ 3º Quando não conhecida a data de aquisição, será utilizada a data de início de comercialização da série, desde que o prazo de comercialização da série não ultrapasse sessenta dias." (NR)

"Art. 24. A PRD deverá ser constituída para o diferimento de receitas dos títulos pelas sociedades de capitalização." (NR)

"Art. 26. .....

.....

VII - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR);

VIII - Provisão de Excedentes Técnicos (PET);

IX - Provisão de Excedentes Financeiros (PEF); e

X - Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)." (NR)

"Art. 33. A PDR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples." (NR)

"Art. 33-A. A PDC deverá ser constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas a:

I - pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização; e

II - pagamento de benefícios relativos a produtos estruturados em regime financeiro de repartição de capitais de cobertura após a ocorrência de sinistro." (NR)

"Art. 36. As sociedades seguradoras, as EAPCs e os resseguradores locais enquadrados nos segmentos S1, S2 e S3 deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

.....

§ 3º O TAP deve ser elaborado, obrigatoriamente, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro, pelas supervisionadas enquadradas nos segmentos S1, S2 e S3.

§ 4º A periodicidade de elaboração do TAP pode ser inferior à definida no § 3º, por decisão da supervisionada devidamente comunicada à Susep." (NR)

"Art. 37. Para efeitos deste capítulo, consideram-se:

I - data-base: data de cálculo do TAP, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 36;

.....

V - produtos de acumulação com contribuição variável: produtos baseados na acumulação de recursos, sem definição prévia do valor do benefício contratado;

VI - produtos de benefício definido: produtos em que o valor do benefício contratado é previamente estabelecido;

VII - contratos: apólices, certificados, bilhetes, contratos ou planos; e

VIII - grupos de contratos: contratos sujeitos a riscos similares e administrados como uma única carteira." (NR)

"Art. 38. .....

.....

"§ 3º As premissas relacionadas a despesas, sinistralidade, resgates, persistência, portabilidade, seguro prolongado, benefício prolongado, saldamento e opção de conversão em renda deverão ser baseadas na experiência observada pela sociedade seguradora, EAPC ou ressegurador local, ou na de mercado, quando não houver experiência própria, limitada ao período máximo de cinco anos." (NR)

"Art. 42. .....

.....

Parágrafo único. As estimativas correntes dos fluxos de caixa em valores nominais deverão ser elaboradas apenas nos casos em que a obrigação não é indexada, devendo, nessa hipótese, ser utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada para o desconto a valor presente." (NR)

"Art. 43. .....

.....

§ 3º .....

.....

II - prêmios/contribuições registradas referentes aos produtos de acumulação com contribuição variável estruturados em regime financeiro de capitalização, abrangidos pela respectiva PMBAC, incluindo, quando cabível, os eventuais excedentes financeiros relacionados e os fluxos relacionados à parcela da PDC relativa a esses produtos;

III - prêmios/contribuições referentes aos produtos de benefício definido estruturados em regime financeiro de capitalização, abrangidos pela respectiva PMBAC, incluindo os eventuais excedentes financeiros relacionados e os fluxos relacionados à parcela da PDC relativa a esses produtos;

.....

V - benefícios concedidos referentes aos produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, abrangidos pela respectiva PMBC, incluindo, quando cabível, os eventuais excedentes financeiros relacionados; e

.....

§ 5º Dentro das segregações apresentadas nos incisos do § 3º, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil da supervisionada.

.....

§ 8º A definição da metodologia de rateio da PCC entre ramos e/ou planos fica a critério da supervisionada, observada a opção de segregação por grupos de contratos estabelecida no § 5º.

.....

§ 12. Especificamente para os fluxos abrangidos pelo inciso IV do § 7º, o resultado do TAP deverá ser líquido das respectivas operações de resseguro e retrocessão.

§ 13. A política contábil prevista no § 5º deve ser formalizada em estudo técnico que deverá:

I - conter, no mínimo:

a) a opção da supervisionada em compensar ou não os resultados parciais dentro das segregações apresentadas nos incisos do § 3º; e

b) grupos de contratos utilizados pela supervisionada;

II - ser aprovado pela diretoria e, se houver, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Deliberativo da supervisionada; e

III - estar disponível para a Susep e auditoria externa, sempre que solicitado.

§ 14. A opção de que trata a alínea "a" do inciso I do § 13º é irrevogável.

§ 15. A supervisionada deverá comunicar à Susep qualquer alteração na definição de grupos de contratos, e só poderá implementar a modificação no TAP após um ano daquela comunicação." (NR)

"Art. 45. .....

.....

IV - .....

a) análise da PMBAC: resultados segregados por grupos de contratos, tipo de cobertura, base técnica e percentual de reversão de excedentes financeiros;

b) análise da PMBC: resultados segregados por grupos de contratos, tipo de cobertura, tipo de renda, base técnica e percentual de reversão de excedentes financeiros; e

c) análise da PPNG e demais provisões: resultados segregados por grupos de contratos, seguros de danos, seguros de pessoas e operações de previdência complementar aberta;

.....

§ 1º A segregação a que se refere o inciso IV deverá ser efetuada apenas para fins de apresentação, e os respectivos resultados parciais poderão ser compensados, observada a política contábil de que trata o § 13 do art. 43, para fins de obtenção do resultado final.

....."(NR)

"Art. 101. .....

§ 1º Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a vigência do risco.

.....

§ 3º Para as operações de capitalização, o fato gerador da receita é:

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

§ 4º O estudo técnico previsto no inciso II do § 3º deverá:

I - ser aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade; e

II - ser disponibilizado à Susep e à auditoria externa sempre que solicitado.

..... " (NR)

"Art. 109. .....

.....

§ 4º .....

.....

III - .....

.....

d) .....

1. subgrupo 341 - Receita com Títulos de Capitalização;

2. subgrupo 342 - Variação das Provisões de Resgate;

3. subgrupo 343 - Variação da Provisão de Sorteios;

..... " (NR)

"Subseção XIV-A

Dos Serviços de Assistência

Art. 125-A. O registro contábil dos serviços de assistência deverá considerar a responsabilidade pelos riscos da operação.

§ 1º Se o risco da operação for de responsabilidade da supervisionada, o valor arrecadado deverá ser contabilizado como prêmio e o custo do serviço de assistência deverá ser contabilizado como sinistros.

§ 2º Se o risco da operação for de responsabilidade da prestadora de serviços, conforme disciplinado em regulamentação específica, o valor a ser repassado para o prestador de serviços deverá ser contabilizado como passivo." (NR)

"Subseção XIV-B

Ativos de Resseguro Diferido

Art. 125-B. Na hipótese de o resultado final do TAP ser positivo e haver operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas às obrigações que geraram a necessidade de constituição da PCC, os respectivos ativos de resseguro ou de retrocessão devem ser mensurados pelo maior valor entre:

I - o valor calculado conforme regra de diferimento do prêmio de resseguro/retrocessão; e

I - o valor final do fluxo de caixa calculado de forma análoga aos procedimentos aplicáveis no TAP.

Parágrafo único. O cálculo do valor final do fluxo de caixa para os contratos de resseguro e retrocessão, previsto no inciso II do caput, deverá ser encaminhado à Susep juntamente com o TAP. "(NR)

"Subseção XIV-C

Alteração na PCC em Decorrência de Mudança na Taxa de Juros

Art. 125-C. A contrapartida de alterações na PCC em decorrência de alterações na estrutura a termo da taxa de juros poderá ser no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, conforme política contábil da supervisionada.

§ 1º A política contábil prevista no caput deverá ser formalizada em estudo técnico que deverá:

I - ser aprovado pela diretoria e, se houver, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Deliberativo da supervisionada; e

II - estar disponível para a Susep e auditoria externa, sempre que solicitado.

§ 2º A opção de que trata o caput somente poderá ser alterada no caso de enquadramento da supervisionada resultante ou sucessora em grupo prudencial distinto em decorrência de modificação de controle acionário, cisão ou incorporação.

§ 3º Para implementação da alteração da política contábil tratada no § 2º, a supervisionada deverá observar a mesma formalização definida no § 1º." (NR)

"Art. 126. .....

.....

II - .....

.....

d) provisões;

.....

f) critério de segmentação no reconhecimento da PCC; e

g) critério de reconhecimento da contrapartida de aumento de provisão técnica gerada no TAP em decorrência de alteração de taxa de juros de mercado;

.....

X - .....

.....

d) sinistralidade;

.....

f) métodos, procedimentos, premissas e pressupostos utilizados na elaboração do TAP; e

g) resultado do TAP por grupo de contrato, mesmo que a supervisionada não seja obrigada a constituir PCC.

.....

XV - .....

d) vigência média;

XVI - .....

e) demonstração de cálculo dos níveis de PLA; e

XVII - informações sobre montante de taxa de gestão utilizado para compensação de cada resultado deficitário para fins de constituição do TAP." (NR)

"Art. 136. .....
.....
XXXVII - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo;
XXXVIII - CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente; e
XXXIX - CPC 48 - Instrumentos Financeiros." (NR)
"Art. 137. .....
§ 1º As supervisionadas enquadradas no segmento S4 ficam dispensadas dos requerimentos contidos nos itens 15 a 19 do CPC 11 - Teste de adequação do passivo, ressalvado quando solicitado pela Susep, nos termos do § 2º do art. 36.
§ 2º A redução ao valor recuperável de prêmios a receber deverá ser constituída:
I - preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
II - a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.
§ 3º A sociedade seguradora deverá elaborar estudo técnico, atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep sempre que solicitado, que contemple, no mínimo:
I - indicação dos agrupamentos de prêmios a receber utilizados pela sociedade seguradora para fins de constituição de RVR de prêmios a receber;
II - dados históricos por agrupamento utilizados no cálculo da probabilidade de inadimplência; e
III - variáveis econômicas utilizadas no cálculo da probabilidade de inadimplência, se utilizadas.
§ 4º A redução ao valor recuperável de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido deverá ser constituída se:
I - houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e
II - o impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador ou retrocessionário pode ser mensurado de forma confiável.
§ 5º Com exceção das contas de prêmio de resseguro diferido e prêmio de retrocessão diferido, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador ou um retrocessionário deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador ou retrocessionário.
§ 6º O risco de inadimplência de cada ressegurador ou retrocessionário deverá considerar, no mínimo:
I - o histórico de perdas com o ressegurador/retrocessionário;
II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário;
III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.
§ 7º A análise do risco de inadimplência do ressegurador ou retrocessionário deverá constar de estudo técnico, atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis, aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade e disponível para a Susep sempre que solicitado, que contemple no mínimo:
I - os dados históricos de perdas com o ressegurador/retrocessionário;
II - as variáveis utilizadas na análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador/retrocessionário; e
III - detalhamento das divergências e litígios referentes às coberturas do contrato de resseguro ou retrocessão."(NR)
"Art. 138. Na aplicação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a supervisionada deverá:
I - classificar como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:
a) FIE destinado a recepcionar a aplicação dos recursos de planos de previdência complementar aberta e de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência, estruturados na modalidade de contribuição variável, cuja remuneração esteja calcada na rentabilidade de carteiras de investimentos;
b) FIE destinado a recepcionar a aplicação de recursos de planos abertos de previdência complementar ou de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência nos períodos em que prevejam a reversão total ou parcial de resultados financeiros;
c) FIE destinado a recepcionar a aplicação de recursos de planos de Seguro Vida Universal; e
d) fundo de investimento especialmente constituído para acolher recursos dos FIE de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" deste inciso; e
II - constituir a redução ao valor recuperável de ativos financeiros com base em estudo técnico.
§ 1º Ficam dispensados de observar a vedação do inciso I os FIEs e FIFEs destinados a aplicação de recursos de planos abertos de previdência complementar e de seguros de pessoas, com cobertura por sobrevivência, durante o período de pagamento, respectivamente, do benefício e do capital segurado, desde que não haja previsão de reversão total ou parcial de resultados financeiros neste período.
§ 2º O estudo técnico previsto no inciso II deverá:
I - ser aprovado pelo diretor responsável pela contabilidade;
II - ser aplicado mensalmente, com a manutenção da documentação que permita sua replicação pelos auditores independentes e pela Susep;
III - ser atualizado, no mínimo, nas datas-bases de elaboração das demonstrações contábeis;
IV - estar disponível para a Susep sempre que solicitado; e
V - conter no mínimo:
a) no caso de utilização da abordagem simplificada:
1. grupamentos utilizados,
2. base de dados histórica que permita a verificação do histórico de perdas e dos riscos de inadimplência;
3. premissas econômicas, se utilizadas; e
b) no caso de utilização da abordagem padrão:
1. definição do que é considerado aumento significativo de risco de inadimplência;
2. metodologia de cálculo utilizado; e
3. premissas utilizadas." (NR)
Art. 2º A Circular Susep nº 648, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 49. .....
.....
IV - custos de aquisição diferidos redutores;
V - ativos depositados no exterior redutores; e
VI - valores em trânsito redutores.
....." (NR)
"Seção VI
Dos valores em trânsito redutores
Art. 57-A. As supervisionadas poderão deduzir da necessidade de cobertura de suas provisões técnicas por ativos garantidores os valores em trânsito relacionados à conversão em cotas e liquidação financeira de resgates, portabilidades, prêmios e contribuições.
§ 1º Caracterizam-se como valores em trânsito redutores os montantes cujo o valor correspondente do FIE não é mais considerado como ativo garantidor, nas seguintes hipóteses:
I- resgates e portabilidades em que a conversão de cotas tenha ocorrido até a data de referência, porém que não tenha acontecido a respectiva liquidação financeira; e
II - prêmios, contribuições e portabilidades em que a liquidação financeira tenha ocorrido até a data de referência, porém que não tenha ocorrido a respectiva conversão de cotas.
§ 2º A redução da necessidade de cobertura disposta no caput fica limitada a valores relacionados a FIEs de planos abertos de previdência complementar e de seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência." (NR)

Art. 3º A tabela do Anexo I da Circular Susep nº 648, de 2021, passa a vigorar da seguinte forma:

Provisões Técnicas	Regime Financeiro		
	Repartição Simples	Repartição de Capitais de Cobertura	Capitalização
PPNG - Provisão de Prêmios Não Ganhos	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	
PCC - Provisão Complementar de Cobertura	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e Rendas
PSL - Provisão de Sinistros a Liquidar	Pagamentos Únicos		Pagamentos Únicos
IBNR - Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e endas por Invalidez e por Morte
PMBAC - Provisão Matemática de Benefícios a Conceder			Pagamentos Únicos e Rendas
PMBC - Provisão Matemática de Benefícios Concedidos		Rendas por Invalidez e por Morte	Rendas
PDR - Provisão de Despesas Produtos Estruturados Regime Financeiro de Repartição Simples	Pagamentos Únicos		
PDC - Provisão de Despesas Produtos Estruturados Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura		Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e Rendas
PET - Provisão de Excedentes Técnicos	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e Rendas
PEF - Provisão de Excedentes Financeiros	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e Rendas
PVR - Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	Pagamentos Únicos	Rendas por Invalidez e por Morte	Pagamentos Únicos e Rendas

Art. 4º Na adoção inicial das alterações de políticas contábeis previstas no § 5º do art. 43, no § 3º do art. 101 e no art. 125-C da Circular Susep nº 648, de 2021, as supervisionadas poderão aplicar as mudanças prospectivamente, conforme orientações contidas em manual específico divulgado no sítio eletrônico da Susep.
Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 2021:
I - § 4º do art. 18;
II - § 2º do art. 19;
III - §§ 2º, 10 e 11 do art. 43;
IV - art. 44;
V - inciso V do art. 45;
VI - inciso IV do art. 117;
VII - inciso XXXI do art. 136;
VIII - art. 139; e
IX - art. 140.
Art. 6º Fica revogado o parágrafo único do art. 4º da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012.
Art. 7º Esta Circular entra em vigor:
I - em 2 de janeiro de 2023, para o art. 2º; e
II - em 2 de janeiro 2024, para os demais artigos.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

CIRCULAR SUSEP Nº 679, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre as condições para o registro das operações de capitalização em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Superintendência de Seguros Privados.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alíneas "b", "c" e "h" do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado na forma do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.605239/2022-08, resolve:
CAPÍTULO I
DO OBJETIVO
Art. 1º Dispor sobre as condições para o registro das operações de capitalização em sistemas de registro homologados e administrados por entidades registradoras credenciadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).
CAPÍTULO II
DOS REGISTROS
Art. 2º O registro obrigatório das operações de capitalização deve conter as informações mínimas constantes no Anexo desta Circular.
Art. 3º A partir de 1º de março de 2023, fica obrigatório o registro das operações de capitalização com período de vigência iniciado a partir dessa data.
Art. 4º As operações de capitalização vigentes em 1º de março de 2023 deverão ser registradas em até trinta dias úteis a partir desta data.
Art. 5º As operações de capitalização com período de vigência encerrado até 1º de março de 2023 deverão ser registradas em até dez dias úteis da primeira movimentação financeira ocorrida após essa data.
§ 1º Nas operações de que trata o caput, na hipótese de títulos de capitalização com período de vigência encerrado antes de 1º de janeiro de 2019, as supervisionadas poderão deixar de registrar algumas das informações requeridas no Anexo, desde que justificadas e que não sejam relacionadas a movimentações financeiras.
§ 2º As operações relativas aos títulos de capitalização com sorteios contemplados e ainda não liquidados financeiramente, com resgates solicitados e ainda não liquidados financeiramente e com contribuições não liquidadas financeiramente em

1º de março de 2023, deverão ser registradas em até vinte dias úteis contados a partir dessa data.

Art. 6º O registro facultativo das operações de capitalização poderá ser realizado antes da data de início do registro obrigatório, observadas as informações mínimas constantes no Anexo desta Circular.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º As supervisionadas devem efetuar os registros das operações de capitalização em sistemas de registro previamente homologados pela Susep em até dois dias úteis dos seguintes fatos geradores:

I - emissão do título de capitalização;

II - liquidação financeira da contribuição;

III - cessão dos direitos de resgate ou sorteio; e

IV - fechamento do balancete mensal.

§ 1º O disposto no caput aplica-se ao registro dos títulos de capitalização a partir da data de sua obrigatoriedade.

§ 2º As relações entre os fatos geradores listados no caput deste artigo e as informações requeridas nesta Circular serão definidas em manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep.

§ 3º Para fatos geradores não previstos nos incisos do caput deste artigo, os prazos para registros serão definidos em manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep.

§ 4º O prazo de que trata o caput será de até dez dias úteis para os registros de que trata o art. 6º desta Circular.

§ 5º No caso títulos de capitalização ofertado por terceiros, o prazo previsto no caput para o registro começará a ser contado a partir do momento que supervisionada obtiver a informação acerca das respectivas emissões.

Art. 8º O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado.

Art. 9º As supervisionadas deverão registrar as informações referentes a bloqueios judiciais ou gravames de qualquer espécie que recaiam sobre os títulos de capitalização.

Art. 10. As informações constantes no Anexo desta Circular poderão ser detalhadas em manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep.

Art. 11. Esta Circular entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

ANEXO

INFORMAÇÕES MÍNIMAS PARA O REGISTRO DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Art. 1º As informações mínimas para o registro das operações de capitalização são:

I - informações referentes ao título de capitalização:

a) identificação do título de capitalização;

b) número do processo Susep;

c) identificação da modalidade do título de capitalização;

d) identificação da ficha de cadastro ou contrato comercial, quando for o caso;

e) denominação comercial do título de capitalização, se houver;

f) identificação da série;

g) tamanho da série;

h) identificação do subscritor;

i) transferência de titularidade (N/S);

j) identificação do titular ou cessionário do direito de resgate;

k) data de cessão do direito de resgate;

l) identificação do titular ou cessionário do direito de sorteio;

m) data de cessão do direito de sorteio;

n) datas de início e fim de vigência do título de capitalização;

o) percentual da quota de carregamento;

p) percentual da quota de capitalização;

q) percentual da quota de sorteio;

r) valor do prêmio de sorteio;

s) tipo de contribuição (prêmio único, prêmio mensal ou prêmio periódico);

t) valor da contribuição;

u) número de títulos vendidos em cada série;

v) prazo de carência para resgate;

w) periodicidade de aplicação do índice de atualização de valores;

x) identificação do índice de atualização utilizado;

y) índice de reajuste das contribuições e do capital para vigências acima de doze meses;

z) taxa de juros efetiva real mensal utilizada para remuneração do título de capitalização; e

aa) cláusula de bônus (N/S).

II - informações referentes à liquidação financeira das contribuições:

a) valor da liquidação financeira;

b) data de vencimento de cada liquidação financeira;

c) data de pagamento; e

d) código da instituição financeira do pagamento;

III - informações referentes à intermediação/distribuição/promoção, se aplicável:

a) identificação dos intermediários;

b) tipo de intermediário (corretor, distribuidor, promotor, agente, etc.); e

c) valor da remuneração do intermediário;

IV - informações do resgate, se aplicável:

a) resgate antecipado (N/S);

b) montante resgatado;

c) montante do bônus resgatado;

d) em caso de resgate antecipado, montante das provisões técnicas não restituídas ao titular;

e) data de solicitação do resgate;

f) data da liquidação financeira; e

g) código da instituição financeira do pagamento;

V - informações do sorteio, se contemplado;

a) montante do capital sorteado (prêmio de sorteio);

b) data de realização do sorteio;

c) data da liquidação financeira; e

d) código da instituição financeira do pagamento;

VI - informações das provisões técnicas, valor de cada provisão constituída no final de cada mês; e

VII - informações referentes às movimentações, quando existir saldo, por provisão técnica:

a) mês da movimentação;

b) montante do movimento; e

c) nome da Provisão Técnica movimentada.

CIRCULAR SUSEP Nº 680, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Circular Susep nº 601, de 13 de abril de 2020, a Circular Susep nº 624, de 22 de março de 2021, e seu Anexo XII, a Circular Susep nº 655, de 11 de março de 2022, Circular nº 673, de 12 de agosto de 2022 e a Circular nº 675, de 9 de setembro de 2022.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos da alínea "b" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.624311/2022-98, resolve:

Art. 1º Alterar a Circular Susep nº 601, de 13 de abril de 2020, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º-A O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado." (NR)

Art. 2º Alterar a Circular Susep nº 624, de 22 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º-A O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado." (NR)

Art. 3º Alterar o Anexo XII da Circular Susep nº 624, de 2021, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Em caso de endosso em que haja averbações relacionadas, as informações complementares são:

I - tipos de viagem;

II - modais de transporte;

III - número de embarques;

IV - valor total da importância segurada dos embarques;

V - valor da menor importância segurada dos embarques; e

VI - valor da maior importância segurada dos embarques.

Parágrafo único. O registro das informações complementares de endosso em que haja averbação fica obrigatório a partir de 1º de março de 2023, para endossos emitidos a partir de 1º de setembro de 2022." (NR)

Art. 4º Alterar a Circular Susep nº 655, de 11 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º-A O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado." (NR)

Art. 5º Alterar a Circular Susep nº 673, de 12 de agosto de 2022, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º-A O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado. " (NR)

Art. 6º Alterar a Circular Susep nº 675, de 9 de setembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º.....

.....

§ 5º No caso de cosseguro aceito ou de seguro comercializado por intermédio de estipulante ou representante de seguros, o prazo previsto no caput para o registro de apólices, certificados, bilhetes e endossos começará a ser contado a partir do momento que supervisionada obtiver a informação acerca das respectivas emissões.

Art. 6º-A O manual de orientação disponibilizado no sítio eletrônico da Susep poderá definir prazos distintos dos estipulados nesta Circular nas hipóteses de:

I - inviabilidade de cumprimento do prazo estipulado para que os registros sejam efetuados após a ocorrência do fato gerador, observado o art. 5º da Resolução CNSP nº 383, de 20 de março de 2020; e

II - impossibilidade temporária de registro de parte das informações mencionadas nesta Circular, desde que o prazo adicional não seja superior a cento e oitenta dias.

Parágrafo único. O enquadramento do caso concreto nas hipóteses previstas nos incisos I e II deverá ser formalmente justificado." (NR)

Art. 7º Esta Circular entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.042, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.616329/2022-16, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 28.196.889/0001-43, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.043, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do

Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.616332/2022-30, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 01.378.407/0001-10, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.044, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.620744/2022-74, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2022:

I - extinção do conselho do administração; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.045, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.616179/2022-41, resolve:

Art.1º Homologar a reforma do estatuto social de MBM SEGURADORA S.A., CNPJ nº 87.883.807/0001-06, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.046, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.617705/2022-90, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A., CNPJ nº 29.959.459/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.047, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.616325/2022-38, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 7 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.048, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.625202/2022-98, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de LIBERTY SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.550.141/0001-72, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.049, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.625215/2022-67, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de INDIANA SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.100.145/0001-59, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.050, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso III do art. 5º, no §2º do art. 26 e no §7º do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620740/2022-96, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de SAVA REINSURANCE COMPANY, sociedade constituída e existente segundo as leis da Eslovênia, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria Susep/Dir1 nº 10, de 26 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.052, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep n.º 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2º do art. 26 e no §7º do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620923/2022-10, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de AXA FRANCE VIE, sociedade constituída e existente segundo as leis das França, cadastrada como ressegurador eventual, conforme Portaria Susep nº 3.183, de 13 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 499, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa K S INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA - ME

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 152/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 167/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.005983/2022-81, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa K S INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA - ME CNPJ: 28.081.405/0001-10 e Inscrição SUFRAMA: 21.0172.78-9, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 152/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 167/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de EMBALAGENS E ARTEFATOS DE PAPELÃO ONDULADO (EXCETO CAIXA), código SUFRAMA 1664, e CAIXA DE PAPEL OU CARTÃO, ONDULADOS (CANELADOS), código SUFRAMA 0739, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos aos quais se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT, nº 245, de 20 de dezembro de 2006;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 242, de 6 de junho de 2017, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs do curso de graduação em Saúde Coletiva, conforme consta do Processo nº 23001.000195/2016-59.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 918, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 56, 63 e 71 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.014358/2021-58, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 67/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar a fase sancionadora em face da Faculdade Ademar Rosado - FAR (cód. e-MEC nº 1401), mantida pelo Profissionalizar - Sociedade Piauiense de Educação Básica e Profissional Ltda. (cód. e-MEC nº 18071), inscrita no CNPJ sob o nº 06.874.427/0001-41.

Art. 2º Aplicar as seguintes medidas cautelares em face da FAR:

I. suspensão de ingresso de novos estudantes nos cursos de graduação ofertados;

II. sobrestamento de processos regulatórios que a IES ou as demais mantidas da mesma mantenedora tenham protocolado;

III. impedimento de protocolização de novos processos regulatórios pela IES ou pelas demais mantidas da mesma mantenedora;

IV. suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (Fies);

V. suspensão da possibilidade de participação em processo seletivo para a oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni);

VI. suspensão ou restrição da possibilidade de participação em outros programas federais de acesso ao ensino superior;

VII. inclusão, nos presentes autos, de todos os convênios que a IES tenha mantido nos últimos 5 (cinco) anos ou mantém com entidades não credenciadas para a oferta de cursos de graduação; e

VIII. publicação, de forma visível e destacada, na página principal do sítio eletrônico institucional da IES na internet, de mensagem dirigida à comunidade acadêmica, que informe que a IES, em obediência à legislação da educação superior, não oferta cursos superiores de graduação fora de sua sede.

Art. 3º Notificar a FAR acerca desta decisão e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Cientificar a FAR acerca da possibilidade de interpor recurso em face desta decisão, no prazo de 30 (trinta), a contar da publicação desta Portaria, junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC.

Art. 5 º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação acerca da referida decisão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 919, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 56, 63 e 71 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.022952/2022-01, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 96/2022/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento Sancionador em face do curso de Direito (cód. e-MEC nº 21252), ofertado pela Faculdade Viva Vitória - FAVIVA (cód. e-MEC nº 1443), mantida pelo Instituto Viva Espírito Santo (cód. e-MEC nº 18352).

Art. 2º Aplicar as seguintes medidas cautelares em face da FAVIVA:

a) impedimento de solicitar aumento de vagas no curso de graduação de que trata o art. 1º até a conclusão do processo de supervisão; e

b) suspensão de ingresso de novos estudantes no curso de que trata o art. 1º.

Art. 3º Notificar a FAVIVA acerca da instauração do presente procedimento sancionador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 920, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019; em observância ao disposto nos artigos 58, 61 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 91/2022/GSE/DISUP/SERES/SERES, constante do Processo SEI nº 23000.031969/2021-61, resolve:

Art. 1º Descredenciar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - FAFIL (cód. e-MEC nº 958), mantida pelo Instituto de Ensino Superior da Paraíba Ltda. (cód. e-MEC nº 682), inscrito no CNPJ sob o nº 06.056.001/0001-34.

§ 1º O Instituto de Ensino Superior da Paraíba Ltda. deve informar ao Ministério da Educação acerca dos alunos remanescentes, se for o caso, os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega deles à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

§ 2º O Instituto de Ensino Superior da Paraíba Ltda. deve apresentar ao Ministério da Educação o comprovante da publicação da decisão de descredenciamento no seu site institucional na WEB.

Art. 2º Notificar a FAFIL, por meio eletrônico, pelo e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, acerca do teor desta decisão, assim como cientificá-la acerca da possibilidade de interpor recurso em face desta decisão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC.

Art. 3º Determinar o arquivamento do processo em epígrafe, após o transcurso do prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 921, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições de educação superior e de cursos de graduação.

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 7º, incisos III e IV, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e o art. 24, inciso VI, do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as diretrizes para elaboração dos instrumentos de avaliação externa in loco de instituições de educação superior e de cursos de graduação.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Tutor: Profissional com formação acadêmica com grau superior ao curso ao qual presta tutoria.

Art. 3º Os instrumentos de avaliação de instituições de educação superior e de cursos de graduação obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e deverão, no mínimo:

I - refletir de forma concisa os objetivos a serem alcançados pelas instituições de educação superior, de modo a evitar redundância;

II - apresentar, preferencialmente, indicadores cujos critérios sejam objetivos e passíveis de serem mensurados pelos avaliadores; e

III - avaliar, conforme o caso:

a) os critérios afetos a educação empreendedora e inovação;

b) a adoção de metodologias de ensino ativas;

c) o desenvolvimento de práticas integradoras entre pares;

d) a resolução de situações problemas e elaboração de produtos, serviços e projetos educacionais;

e) a observância da oferta de disciplinas obrigatórias ou optativas afetas às políticas de educação legalmente instituídas;

f) a existência de estratégias institucionais e curriculares que visem garantir ao aluno a possibilidade de permanência e conclusão do curso; e

g) a capacidade de o docente ou tutor acompanhar os estudantes qualitativamente diferenciados em suas necessidades educacionais específicas.

Art. 4º Os procedimentos de acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem deverão:

I - se diferenciar entre si, conforme as necessidades educacionais específicas; e

II - evidenciar:

a) os diferentes tipos de formatos dos instrumentos e metodologias e o modo como se relacionam com os perfis dos estudantes;

b) aspectos relacionados à recuperação de aprendizagem;

c) retomada de conteúdos;

d) alterações na metodologia de ensino; e

e) viabilização da autonomia do discente de forma contínua e efetiva.

Art. 5º Os materiais didáticos serão avaliados com base em:

I - utilidade;

II - diversificação; e

III - consecução dos objetivos de ensino propostos.

Parágrafo único. Os materiais de que trata o caput deverão dinamizar o processo de aprendizagem e estabelecer uma relação entre aluno e o conteúdo a ser trabalhado.

Art. 6º A utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação será avaliada de modo a verificar seu emprego em consórcio profícuo e efetivo com metodologias ou estratégias de ensino.

Art. 7º A avaliação da experiência acadêmica e profissional do corpo docente considerará as atividades realizadas para além da sala de aula, levando-se necessariamente em consideração projetos e programas de pesquisa ou de extensão.

Art. 8º Os instrumentos de avaliação deverão aferir a manifestação dos discentes sobre as condições de oferta para atendimento das necessidades de ensino.

Art. 9 º Para fins de elaboração dos instrumentos serão observadas disposições constantes de Políticas Nacionais ou Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação.

Art. 10 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 922, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em consonância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.028683/2021-06, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 71/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela Universidade Potiguar - UNP (cód. e-MEC nº 718), mantida pela APEC - Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. (cód. e-MEC nº 481), inscrita no CNPJ sob o nº 08.480.071/0001-40, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para revogar as medidas cautelares de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria nº 1.203, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União -DOU, em 4 de novembro de 2021.

Art. 2º Instaurar procedimento saneador em face da UNP com a determinação do cumprimento da medida saneadora.

Art. 3º Notificar a UNP acerca da instauração do presente procedimento saneador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, impugnar a medida saneadora de que trata o art. 2º, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação - MEC sobre esta decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 923, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em consonância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.028679/2021-30, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 77/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela Faculdade Internacional da Paraíba - FPB (cód. e-MEC nº 3099), mantida pela ASPEC Sociedade Paraibana de Educação e Cultura Ltda. (cód. e-MEC nº 2003), inscrita o CNPJ sob o nº 05.247.100/0001-30, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para revogar as medidas cautelares de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria nº 1.203, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União -DOU, em 4 de novembro de 2021.

Art. 2º Instaurar procedimento saneador em face da FPB, com a determinação do cumprimento de medida saneadora.

Art. 3º Notificar a FPB acerca da instauração do presente procedimento saneador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, impugnar a medida saneadora de que trata o art. 2º, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação - MEC sobre esta decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 924, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em consonância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.028678/2021-95, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 61/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pelo Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER (cód. e-MEC nº 448), mantido pela SOCEC - Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. (cód. e-MEC nº 1198), inscrita no CNPJ sob o nº 62.596.408/0001-25, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para revogar as medidas cautelares de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria nº 1.203, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 4 de novembro de 2021.

Art. 2º Instaurar procedimento saneador em face do UNIRITTER com a determinação do cumprimento de medida saneadora.

Art. 3º Notificar o UNIRITTER (cód. e-MEC nº 448) acerca da instauração do presente procedimento saneador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, impugnar a medida saneadora de que trata o art. 2º, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação - MEC sobre esta decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

PORTARIA Nº 925, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em consonância ao Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.028677/2021-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 59/2022/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pelo Centro Universitário IBMR (cód. e-MEC nº 712), mantido pelo Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. (cód. e-MEC nº 475), inscrito no CNPJ sob o nº 42.365.445/0001-15, e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para revogar as medidas cautelares de que trata o art. 2º, incisos I e II, da Portaria nº 1.203, de 3 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União -DOU, em 4 de novembro de 2021.

Art. 2º Instaurar procedimento saneador em face do Centro Universitário IBMR com determinação do cumprimento de medida saneadora.

Art. 3º Notificar o Centro Universitário IBMR acerca da instauração do presente procedimento saneador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, impugnar a medida saneadora de que trata o art. 2º, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Notificar os órgãos que representaram junto ao Ministério da Educação - MEC sobre esta decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MICHELINE SILVEIRA FORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 21, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a criação da Pró- Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI, no uso de suas das atribuições ad referendum do mesmo Conselho, e, considerando:

- o Processo nº 23855.004977/2022-71;

- a necessidade de auto-organização da UFDPar, para melhor atendimento das necessidades de tomada de decisão no setor de TIC, bem como de outros setores da UFDPar em que sejam necessários ajustes para melhor adequação da execução de procedimentos administrativos;

- o Art. 27, Inciso XIII do Estatuto, na decisão de casos de urgência, ad referendum, para adoção das providências necessárias à solução de problemas administrativos, e considerando o período final do ano, para adoção de medidas que visem eficácia da gestão e governança de TIC, bem como de outras áreas da UFDPar;

- que a necessidade de tomada de decisão se insere em cenários cada vez dinâmicos e com aporte em tecnologias embarcadas, sendo urgente a flexibilização da estrutura da Alta Administração da UFDPar, segundo as melhores práticas na Administração Pública, visando seus princípios constitucionais elencados no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, dentro dos limites orçamentários disponíveis para esta Universidade, resolve:

Art. 1º Fica criada a Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) da UFDPar, a partir da Superintendência da Tecnologia da Informação, que deixa de existir como órgão suplementar.

§1º. A estrutura organizacional da PROTIC será disposta conforme o Anexo I desta Resolução.

§2º. A Reitoria, por meio da PROTIC, organizará sua estrutura em regimento interno, a ser publicado por meio de Resolução desta Reitoria.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, justificando-se a urgência na excepcionalidade operacional da atividade administrativa e a necessidade de sua regulamentação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

ANEXO I

CD-2	Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
FG-3	Secretaria Administrativa da PROTIC
CD-3	Diretoria de Sistemas e Infraestrutura de TIC
CD-4	Coordenadoria de Infraestrutura e Segurança da Informação
FG-1	Divisão de Redes, Suporte e Manutenção
FG-1	Divisão de Datacenter e Segurança da Informação
CD-4	Coordenadoria de Sistemas
FG-1	Divisão de Desenvolvimento e Suporte Avançado
FG-1	Divisão de Banco de Dados
CD-3	Diretoria de Gestão e Comunicação
CD-**4**	**Coordenadoria de Comunicação e Conteúdos Digitais**
FG-1	Divisão de Apoio ao Ambiente Virtual de Aprendizagem
FG-1	Divisão de Marketing, Comunicação e Transparência
CD-**4**	**Coordenadoria de de Processos, Projetos e Governança de TIC**
FG-1	Divisão de Aquisições de TIC
FG-1	Divisão de Portfólio, Atendimento e Capacitação de TIC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Disciplina os procedimentos de licenciamento para outorga de direito de uso do Sistema de Gestão de Serviços de Saúde (Sigsaúde).

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, III e IV, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO que os trabalhos e esforços desenvolvidos pela UFRN em parceria com a sua Fundação de Apoio estão concretizados no Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saúde (Sigsaúde), cuja importância estratégica extrapola as fronteiras da Instituição; CONSIDERANDO o objetivo de a UFRN consolidar-se como referência nacional na informatização dos processos de trabalho na área de saúde como mecanismo indutor da excelência da gestão e dos serviços prestados à sociedade; CONSIDERANDO a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; e CONSIDERANDO o Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, que Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; CONSIDERANDO a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; CONSIDERANDO a Resolução nº 005/2022-CONSEPE, de 19 de abril de 2022, que institui a política de inovação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.095251/2022-90, resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos de licenciamento para outorga de direito de uso do Sistema de Gestão de Serviços de Saúde (Sigsaúde) a órgãos e entidades da administração pública e instituições privadas.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 2º O Sistema Integrado de Gestão de Serviços de Saúde (Sigsaúde), desenvolvido no âmbito da UFRN, com a participação da Fundação Norte-rio-grandense de Pesquisa e Cultura (Funpec), viabiliza, direta ou indiretamente, a operacionalização e a otimização dos processos de trabalho inerentes à gestão em serviços de saúde da Universidade, de outros órgãos e entidades da administração pública e de instituições privadas.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO PARA OUTORGA DE DIREITO DE USO

Art. 3º Fica autorizado o licenciamento para outorga de direito de uso, em caráter não exclusivo, do sistema Sigsaúde por meio de sua disponibilização a órgãos e entidades da administração pública e instituições privadas com oferta de serviços de saúde.

§ 1º A disponibilização da tecnologia consiste na transferência do Sigsaúde por meio da disponibilização do seu código fonte registrado.

§ 2º A UFRN manterá em caráter de exclusividade o repositório de códigos e documentações de referência do Sigsaúde.

Art. 4º A UFRN mantém a titularidade do direito de propriedade do sistema Sigsaúde, inclusive suas atualizações, customizações e aprimoramentos decorrentes de desenvolvimentos realizados pelas instituições privadas e pelos órgãos e entidades da administração pública licenciados.

Seção I

Do licenciamento para órgãos e entidades da administração pública

Art. 5º O licenciamento para órgãos e entidades da administração pública, exclusivamente, para outorga de direito de uso, será gratuito e não exclusivo.

Parágrafo único. A formalização do licenciamento será feita por meio de contrato de licenciamento, conforme definido no art. 62 da Política de Inovação da UFRN.

Art. 6º Qualquer necessidade de inovação tecnológica no Sigsaúde por órgãos e entidades da administração pública licenciados, tais como o desenvolvimento de novos módulos, aprimoramentos ou alterações, serão exclusivamente realizadas por equipes de servidores dos respectivos órgãos e entidades ou diretamente pela UFRN, vedada qualquer terceirização para realização destas inovações.

§ 1º As inovações a que se referem o caput, quando realizadas diretamente pela UFRN, serão formalizadas por meio de acordos de parceria para execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, nos termos do art. 9º, da Lei nº 10.903, de 2004, com investimentos transferidos à UFRN pelos órgãos e entidades parceiras.

§ 2º A UFRN será sempre a responsável pela gestão do repositório e evolução do Sigsaúde.

Art. 7º Fica autorizada à Universidade prestar serviços técnicos especializados aos órgãos e entidades da administração pública licenciados, nos termos do art. 8º, da Lei nº 10.973, de 2004, para oferecer apoio técnico e negocial para implantação e treinamento para operacionalização do Sigsaúde.

Seção II

Do licenciamento para instituições privadas

Art. 8º O licenciamento para instituições privadas, exclusivamente, para outorga de direito de uso, será oneroso e não exclusivo.

Art. 9º O valor do licenciamento para uso das instituições privadas será estabelecido pela UFRN tendo como referência o número de pontos de função.

§ 1º O número de pontos de função por módulo do Sigsaúde é demonstrado no Anexo I.

§ 2º O valor de ponto de função para fins do estabelecido no caput deste artigo é definido no anexo II.

§ 3º A atualização do valor do ponto de função será realizada anualmente pelo IPCA, tomando como referência o mês correspondente da aprovação desta Resolução.

§ 4º O valor do licenciamento previsto no caput será repassado anualmente à UFRN, tomando como referência o cálculo definido no anexo II.

Art. 10. As instituições privadas licenciadas poderão celebrar acordos de parceria com a UFRN, consoante art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004, para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o objetivo de desenvolver novos módulos, aprimoramentos ou alterações do Sigsaúde.

Art. 11. Fica autorizada à Universidade prestar serviços técnicos especializados às instituições privadas licenciadas, nos termos do art. 8º, da Lei nº 10.973, de 2004, para oferecer apoio técnico e negocial para implantação e treinamento para operacionalização do Sigsaúde.

Seção III

Das responsabilidades

Art. 12. Cabe às instituições privadas e aos órgãos e entidades da administração pública licenciados:

I - responsabilizar-se pelo investimento necessário para implantação do Sigsaúde;

II - responsabilizar-se pelo investimento destinado à UFRN no caso de necessidade de inovação e evolução do sistema;

III - manter as denominações originais e as referências de autoria do Sigsaúde;

IV - referenciar no rodapé do sistema ou local similar os direitos autorais da UFRN;

V - assegurar os direitos da UFRN como titular da propriedade intelectual do Sigsaúde em contratos, editais e quaisquer instrumento similares;

VI - assegurar o acesso da UFRN a qualquer mudança decorrente da implementação de nova funcionalidade ou criação de módulo; e

VII - observar as regras prescritas nos contratos de licenciamento e nesta Resolução, inclusive as cláusulas de sigilo sobre a tecnologia licenciada.

Art. 13. São responsabilidades da UFRN:

I - possibilitar o licenciamento do Sigsaúde em consonância com as diretrizes e políticas conduzidas pela Agência de Inovação (AGIR);

II - manter em caráter de exclusividade o repositório de códigos e documentações de referência do Sigsaúde; e

III - fazer a gestão do repositório e evolução do Sigsaúde.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. É vedado às instituições privadas e aos órgãos e entidades da administração pública licenciados registrarem o sistema Sigsaúde, ou parte dele, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI ou em órgão similar no exterior.

Art. 15. Fica à Superintendência de Tecnologia da Informação - STI responsável pela coordenação e gerenciamento do Sigsaúde.

Art. 16. Cabe à Agência de Inovação - AGIR promover e acompanhar o relacionamento da Universidade com as instituições privadas e os órgãos e entidades da administração pública licenciados consoante estabelece o artigo 16, §1º, incisos IX e X, da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

ANEXO I

PONTOS DE FUNÇÃO POR MÓDULO DO SISTEMA SIGSAÚDE

MÓDULO	PONTOS DE FUNÇÃO
Usuário do serviço	391
Agendamento	1013
Atendimento	1849
Oferta de atendimento	968
Cadastro	422
Configurações	535
Relatórios	643
Total	5821

ANEXO II

FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DO LICENCIAMENTO PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Valor licenciamento = (valor do ponto de função x número de pontos de função por módulos) * 1,5%

Para efeito do cálculo do valor do licenciamento, o valor do ponto de função é de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Administração - CONSAD usando das atribuições que lhe confere o inciso XI, do artigo 19 do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO o disposto no art. 76-A da Lei nº 8.112/90, regulamentado pelo Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022; CONSIDERANDO a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 64 de 5 de setembro de 2022, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto à concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso regulamentada pelo Decreto nº 11.069, 10 de maio de 2022; CONSIDERANDO o que consta no processo 23077.095644/2019-06,resolve:

Art. 1º Atualizar as normas que regulamentam os limites e condições da gratificação por encargo de curso ou concurso e fixar valores e procedimentos de pagamento no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) é devida ao servidor ativo que, em caráter eventual, sem prejuízo do exercício de seu cargo e mediante autorização da chefia imediata, desempenhar as seguintes atividades:

I - instrutoria em curso de formação, instrutoria em curso de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II - banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos interpostos por candidatos;

III - logística de preparação e de realização de concurso público, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV - aplicação, fiscalização ou avaliação de provas ou de concurso público ou supervisão dessas atividades; e

§ 1º Para fins de aplicação do disposto no inciso I do caput, considera-se instrutoria o exercício das seguintes atividades, na modalidade presencial ou à distância:

I - ministração de aulas: mediação de atividades de ensino e aprendizagem estruturadas, presenciais, remotas ou híbridas, dentre as quais estão inseridas a realização de conferências, palestras e facilitação de oficinas;

II - desenho instrucional: ação intencional e sistemática de engenharia didático-pedagógica, podendo envolver diagnóstico, formulação, desenvolvimento, elaboração e revisão de material didático e de material multimídia, implementação ou avaliação de ações de desenvolvimento, incluindo-se a coordenação técnica e pedagógica;

III - orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação: atividades de orientação e de revisão de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral;

IV - tutoria: suporte pedagógico em ambiente virtual de ensino a distância, visando desenvolver o potencial dos alunos durante as ações de desenvolvimento;

V - monitoria: atividade complementar à de instrutoria, visando desenvolver, por meio de suporte pedagógico, o potencial dos alunos durante as ações de desenvolvimento;

VI - orientação para liderança: atividade para o desenvolvimento de competências de liderança, conduzida por meio de encontros ou sessões, individuais ou coletivas; e

VII - mentoria: atividade desenvolvida por profissional que, por meio de conhecimento acumulado e experiência diferenciada em alguma temática, atua potencializando o aprendizado e a construção de novos saberes, impulsionando a inovação e a criatividade.

§ 2º Considera-se ação de desenvolvimento a atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências.

§ 3º A ministração de aula de que trata o inciso I do caput pode se dar em diversas modalidades de ações de desenvolvimento, entre elas:

I - formação inicial de carreiras: toda ação de desenvolvimento ofertada como condição para o ingresso de agentes públicos na administração pública;

II - programas e cursos de aperfeiçoamento: toda ação de desenvolvimento cuja participação constitua requisito para aprovação em estágio probatório, remoção, progressão ou promoção no serviço público federal;

III - curso de desenvolvimento: qualquer ação de desenvolvimento de curto, médio e longo prazo voltada para o aprendizado continuado de agentes públicos, que atendam às necessidades e desafios do setor público ou que habilitem os agentes públicos a atuar na modernização e transformação do Estado;

IV - treinamento: qualquer ação de desenvolvimento de curto prazo e que tem objetivo pontual visando o atendimento de tarefa específica imediata;

V - curso gerencial: qualquer ação de desenvolvimento voltada para o desenvolvimento de capacidades gerenciais e lideranças no setor público;

VI - pós-graduação lato sensu: cursos de especialização, incluindo os cursos designados como Master Business Administration - MBA;

VII - pós-graduação stricto sensu: programas de mestrado e doutorado devidamente autorizados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

VIII - educação de jovens e adultos - EJA: oferta de educação escolar regular para servidores jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.

Art. 3º A concessão da gratificação de que trata o art. 2º desta Resolução não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pelo Reitor, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais.

Parágrafo único. Os valores e respectivos percentuais da gratificação de encargo de curso ou concurso são fixados por hora trabalhada, conforme especificados nos Anexos XI, respeitados os limites estabelecidos no Decreto nº 11.069/2022.

Art. 4º As horas trabalhadas em atividades inerentes a cursos e concursos públicos, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo de 01 (um) ano, contado da data do término da prestação do serviço.

§ 1º O disposto no caput não se aplica ao servidor que participar de programa de gestão, desde que tenham sido cumpridas as entregas pactuadas com a unidade.

§ 2º O servidor que estiver obrigado ao registro de ponto, deverá cadastrar a ocorrência de "atividade com gratificação por encargo de curso ou concurso", uma vez que esta ocorrência é necessária ao correto controle de compensação de horas no ponto eletrônico.

§ 3º Será concedido horário especial ao servidor que atue nas atividades previstas no art. 2º.

Art. 5º A Diretoria de Administração de Pessoal -DAP/PROGESP manterá controle atualizado das horas pagas a cada servidor por meio do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos - SIGRH.

Art. 6º A solicitação para acréscimo de 120 (cento e vinte) horas, de que trata o art. 3º desta Resolução, será encaminhada à DAP, contendo as seguintes informações:

I - descrição das atividades a serem realizadas, demonstrando o quantitativo de horas e sua relevância para o desenvolvimento da instituição;

II - justificativa da excepcionalidade e necessidade de realização da atividade por determinado servidor;

III - histórico de atividades desenvolvidas pelo servidor que ensejaram a concessão da gratificação de curso ou concurso;

IV - demonstração da compensação das horas trabalhadas pelo servidor, devidamente atestada pelo chefe imediato, de forma a não comprometer as suas atribuições funcionais; e

V - termo de compromisso de compensação de horas trabalhadas na forma do Anexo II ou termo de compromisso de servidor participante de programa de gestão na forma do Anexo III.

Art. 7º A gratificação por encargo de curso ou concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins dos proventos de aposentadoria e de pensão.

Art. 8º É vedado o pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso nas seguintes situações:

I - atividade que vise a melhoria das rotinas de trabalho da unidade de exercício ou relacionada às políticas de competência dessa unidade;

II - atividade de representação ou de apresentação de estrutura organizacional, de processos de trabalho, de atividades e de trabalhos em curso do órgão, da entidade ou da unidade de exercício;

III - atividade de elaboração de cartilhas, manuais, orientações, normativos e instrumentos afins que envolvam procedimentos sob responsabilidade da unidade de exercício do servidor ou a ele atribuída por projeto institucional;

IV - atividade realizada durante a jornada de trabalho, sem compensação de carga horária, por determinação da unidade de exercício ou por opção do servidor com autorização de sua chefia imediata, mediante preenchimento do Anexo IV;

V - revisão de material didático, quando o conteudista já tiver recebido a GECC para a sua elaboração, pelo período de um ano, contado da data da confirmação do recebimento do material para fins de pagamento;

VI - atividade de moderação de comunidade de prática, fórum de aprendizagem ou lista de discussão; ou

VII - atividade sem prévia formalização em processo administrativo específico.

§ 1º As atividades mencionadas nos incisos I e II referem-se aos treinamentos em serviço ou aos eventos de disseminação de conteúdo que fazem parte da rotina da área do servidor ou unidade de lotação.

§ 2º É vedada a concessão de GECC a servidor em usufruto de férias, afastamentos ou licenças legais, remuneradas ou não, salvo, na primeira hipótese, na ocorrência de sua interrupção.

CAPÍTULO II

DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CONCURSO

Art. 9º Não será permitida, sob nenhuma hipótese, a acumulação das atividades de aplicação, fiscalização ou supervisão de concurso público.

§ 1º Nos concursos e processos seletivos simplificados para as carreiras do Magistério Federal, a participação em banca examinadora está condicionada à designação pelo diretor de Centro ou Unidade Acadêmica Especializada.

§ 2º Nos concursos de processos seletivos simplificados para a carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, a banca examinadora e os demais participantes na aplicação, fiscalização ou supervisão serão indicados pelo Núcleo Permanente de Concursos - COMPERVE.

§ 3º A participação efetiva de mais de um supervisor ou de fiscal designado, para fins de pagamento da gratificação por encargo de concurso, somente ocorrerá se na etapa da Prova Escrita comparecer o quantitativo de candidatos especificados na Tabela III do Anexo XII, por área de conhecimento/disciplina, se aplicada em dias distintos, ou pelo somatório de candidatos em áreas de conhecimento/disciplina distintas, caso haja coincidência no período de aplicação das provas.

CAPÍTULO III

DA FORMALIZAÇÃO E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

Art. 10. A unidade onde ocorreu a atividade relacionada a curso ou concurso requisitará o pagamento da gratificação para servidor da UFRN, via sistema SIGRH.

Art. 11. Para a concessão da GECC nos casos de cursos deve-se apresentar:

I - declaração de execução de atividades (Anexo I);

II - plano de trabalho com as horas a serem trabalhadas, devidamente autorizado pela unidade que demandou as atividades;

III - termo de compromisso referente à compensação das horas trabalhadas, caso o servidor tenha desempenhado as atividades durante a jornada de trabalho (Anexo II), excetuando-se os casos previstos no art. 4º, § 1º desta Resolução (Anexo III);

IV - comprovante de realização do curso ou atividade, informando a quantidade de horas efetivamente trabalhadas, com o detalhamento por dia;

V - declaração emitida pela chefia imediata atestando que as atividades desempenhadas pelo servidor, que ensejaram a solicitação do pagamento da GECC, não fazem parte das atividades exercidas por este (Anexo V).

Parágrafo único. A GECC deve ser concedida mediante a apresentação da documentação necessária pelo servidor junto ao órgão, que ficará responsável por analisar o pedido de concessão e autorizá-lo através da expedição de um diploma legal.

Art. 12. No caso de solicitação de pagamento da GECC, quando se tratar de concursos e processos seletivos simplificados para a carreira do Magistério Federal, a Direção do Centro e/ou Unidade Acadêmica Especializada responsável deverá formalizar requisição de pagamento contendo:

I - ofício da chefia do Departamento ou da Unidade Acadêmica Especializada solicitando o pagamento;

II - as originais das declarações de execução de atividades, conforme modelos constantes dos Anexos VI, VII, VIII, IX ou X;

III - portarias de designação dos servidores que desempenharão as atividades especificadas nos incisos II a IV do art. 2º.

Art. 13. Os processos de pagamento serão remetidos à Coordenadoria de Pagamento de Servidores Ativos - CPSA/DAP, após a autorização da requisição de pagamento pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, para a inclusão da rubrica "Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso" na folha de pagamento.

Art. 14. O pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso aos servidores de outras Instituições Federais se dará por meio da transferência de recursos orçamentários, via Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, para a Instituição de origem do servidor, onde ocorrerão os procedimentos de pagamento.

§ 1º O valor a ser transferido para o órgão de lotação do servidor será calculado de acordo com a tabela de pagamento de GECC do referido órgão.

§ 2º Na hipótese de inviabilidade do pagamento da GECC na forma prevista no caput, desde que devidamente justificado, o pagamento da GECC poderá ser feito excepcionalmente por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 15. Na hipótese de servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte realizar atividades que ensejem o pagamento de GECC em outras instituições federais, o pagamento da gratificação somente será realizado pela UFRN após o recebimento da transferência orçamentária originada do órgão em que o servidor realizou as atividades.

Art. 16. Caso as atividades descritas nos incisos I a IV do art. 2º desta Resolução sejam realizadas por pessoas físicas autônomas ou de outros órgãos na esfera Estadual ou Municipal, o pagamento será feito por meio de processo de prestação de serviços, mediante depósito em conta corrente.

§1º Serão utilizados os valores de GECC como parâmetro para pagamento das atividades realizadas;

§2º A contratação de pessoa física deverá ser precedida de descrição detalhada do serviço a ser realizado, incluindo:

I - cronograma de execução da atividade;

II - justificativa quanto à necessidade da contratação do serviço;

III - justificativa para o serviço não ter sido realizado por servidor interno da instituição.

§3º O processo administrativo para pagamento da despesa com prestação de serviços de que trata o caput será formalizado por meio de Requisição de Serviço via Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC, observadas as determinações previstas na legislação vigente que rege a matéria de contratações no setor público.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os valores financeiros máximos referentes à hora trabalhada serão reajustados sempre que o Governo Federal definir novas tabelas salariais para os servidores da Administração Pública Federal, ou quando houver qualquer alteração na legislação que rege a matéria.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas divulgará os valores financeiros por hora trabalhada, para fins de cálculo da gratificação por encargo de curso ou concurso.

Art. 18. O pagamento da GECC estará condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSAD.

Art. 20. Fica revogada a Resolução nº 105/2019-CONSAD, de 05 de dezembro de 2019.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____, (nome completo) matrícula SIAPE nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc.) do Quadro de Pessoal do _____, em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto no 11.069, de 10 de maio de 2022:

Atividades	Instituição	Horas trabalhadas
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas.

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo, eu, _____ (nome completo), CPF _____, matrícula no SIAPE nº_____, lotado no(a) _____ do(a) _____ (órgão ou entidade), comprometo-me, nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, a compensar _____ horas de minha carga horária de trabalho, que será utilizada para exercer atividade passível de percepção da Gratificação de Encargo por Curso ou Concurso - GECC:

Nome da Atividade: _____

Instituição patrocinadora da atividade: _____

Local e data da atividade: _____

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

_____

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO - SERVIDOR PARTICIPANTE DE PROGRAMA DE GESTÃO

Pelo presente Termo, eu, _____ (nome completo), CPF _____, matrícula no SIAPE nº_____, lotado no(a) _____ do(a) _____ (órgão ou entidade), informo que, como participante do Programa de Gestão e Desempenho - PDG, comprometo-me, nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, a realizar as entregas pactuadas no meu Plano de Trabalho do PDG.

Nome da Atividade: _____

Instituição patrocinadora da atividade: _____

Local e data da atividade: _____

Local, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do servidor

_____

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO IV

TERMO DE OPÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE GECC COM DISPENSA DE PAGAMENTO E SEM COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Eu,_____(nome completo), CPF _____, matrícula SIAPE nº _____, nos termos do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 11.069, de 2022, opto pela realização da(s) atividade(s) descrita(s) no quadro abaixo, ficando dispensado de compensar a carga horária de trabalho, bem como do recebimento da Gratificação de Encargo por Curso ou Concurso - GECC.

Atividade	Descrição da atividade	Instituição patrocinadora da atividade	Local de realização da atividade	Data de realização da atividade	Carga horária realizada

Local, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura do Servidor

De acordo.

_____

Assinatura da Chefia Imediata

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, declaramos que as atividades desempenhadas pelo(a) servidor(a) _____,

Matrícula SIAPE nº _____, na atividade _____, realizada no período de _____, em _____ não se configuram como treinamento em serviço ou a eventos de disseminação de conteúdo que fazem parte da rotina da área do servidor ou unidade de lotação, assim como não se configuram nas hipóteses previstas nos incisos III a VII do art. 8º da Resolução nº 018/2022-CONSAD, de 06 de outubro de 2022.

Natal/RN,_____ de _____ de _____.

_____

Servidor(a)

_____

Chefia Imediata

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PARA MEMBRO DE BANCA EXAMINADORA

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____ (nome completo), matrícula SIAPE nº _____, CPF nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc. - somente para servidor) _____ do Quadro de Pessoal da _____ (Instituição de Ensino de Origem), em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a concurso público, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022:

Atividades	Instituição	Horas trabalhadas
ELABORAÇÃO DE QUESTÃO DE PROVA) (Máximo de 01 hora para elaboração de cada questão de prova)		
ANÁLISE CRÍTICA DE QUESTÃO DE PROVA (Máximo de 01 hora para cada questão de prova)		
CORREÇÃO DE PROVA DISCURSIVA (Máximo de 20 minutos para a correção de cada questão de prova)		
AVALIAÇÃO DE PROVA ORAL (DIDÁTICA E MEMORIAL) (Máximo de 01 hora por candidato)		
ANÁLISE CURRICULAR (Máximo de 01 hora por candidato)		

APLICAÇÃO DE PROVA (Máximo 16 horas)		
JULGAMENTO DE RECURSO (Questão ou candidato - 30 minutos)		
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

Natal/RN, _____de _____ de _____.

Assinatura

DADOS ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS PARA MEMBROS EXTERNOS À UFRN

CPF			Data de Nascimento		
PIS/PASEP					
Banco		Agência		Conta Corrente	
E-mail			Telefone	( )	
Endereço					

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES (SUPERVISÃO)

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____ (nome completo), matrícula SIAPE nº _____, CPF nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc. - somente para servidor), em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a concurso público, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, relativo ao Centro/UAE _____, objeto do Edital nº _____:

Atividade	Áreas de Conhecimento/Disciplinas Supervisionadas	Data	Turno (Manhã / Tarde / Noite)	Operadores de Filmagem Supervisionados
Supervisão				
NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS NO DIA XXX				
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS				

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

_____ (cidade), _____de _____ de _____.

Assinatura

DADOS ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS PARA TERCEIRIZADOS

Vínculo (Empresa)					
CPF			Data de Nascimento		
PIS/PASEP					
Banco		Agência		Conta Corrente	
E-mail			Telefone	( )	
Endereço					
CEP					

* Informar o número de horas trabalhadas para cada dia de realização da atividade, acrescentando, no formulário, quantas linhas forem necessárias.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES (GRAVAÇÃO DAS PROVAS ORAIS)

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____ (nome completo), matrícula SIAPE nº _____, CPF nº _____, ocupante do cargo de _____ público, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, objeto do Edital nº _____, área de conhecimento/disciplina _____, _____:

Atividade	Data/Turno	Quantidade de Candidatos	Horas Trabalhadas
Supervisão			
NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS NO DIA XXX			
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS			

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

_____ (cidade), _____de _____ de _____.

Assinatura

DADOS ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS PARA ALUNOS E TERCEIRIZADOS

Vínculo	( ) Aluno ( ) Terceirizado				
CPF			Data de Nascimento		
PIS/PASEP					
Banco		Agência		Conta Corrente	
E-mail			Telefone	( )	
Endereço					
CEP					

* Para a informação do quantitativo de horas trabalhadas por data/turno, acrescentar quantas linhas forem necessárias, de forma que fique detalhado a quantidade de horas trabalhadas por dia.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES (LOGÍSTICA)

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____ (nome completo), matrícula SIAPE nº _____, CPF nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc. - somente para servidor) _____, em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a concurso público, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, relativo à Chamada Pública objeto do Edital nº 010/2019-PROGESP:

Atividade	Data	Horas Trabalhadas
Coordenação		
Execução		
Planejamento		
Supervisão		
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

_____ (cidade), _____de _____ de _____.

Assinatura

DADOS ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS PARA TERCEIRIZADOS

CPF			Data de Nascimento		
PIS/PASEP					
Banco		Agência		Conta Corrente	
E-mail			Telefone	( )	
Endereço					
CEP					

*Caso alguma atividade tenha sido realizada em mais de um dia, informar a quantidade de horas trabalhadas para cada dia, acrescentando quantas linhas forem necessárias.

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADES
(APLICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO OU AVALIAÇÃO DE PROVAS OU DE CONCURSO PÚBLICO OU SUPERVISÃO DESSAS ATIVIDADES)

Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu _____ (nome completo), matrícula SIAPE nº _____, CPF nº _____, ocupante do cargo de _____ (denominação, código, etc. - somente para servidor) _____, em exercício na (o) _____, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a concurso público, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022, relativo à Chamada Pública objeto do Edital nº 010/2019-PROGESP:

Atividade	Data	Horas Trabalhadas
Aplicação		
Fiscalização		
Supervisão		
TOTAL DE HORAS TRABALHADAS		

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.

_____ (cidade), _____de _____ de _____.

Assinatura

DADOS ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS PARA TERCEIRIZADOS

CPF			Data de Nascimento		
PIS/PASEP					
Banco		Agência		Conta Corrente	
E-mail			Telefone	( )	
Endereço					
CEP					

*Caso alguma atividade tenha sido realizada em mais de um dia, informar a quantidade de horas trabalhadas para cada dia, acrescentando quantas linhas forem necessárias.

ANEXO XI

VALORES DA GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS DE CURSO OU CONCURSO
Tabelas de percentuais para pagamento da gratificação por encargo de Curso ou Concurso, por hora trabalhada, incidentes sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal.

a) Instrutoria em curso de formação, instrutoria em curso de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal, conforme art. 2º, § 1º desta Resolução;

ATIVIDADES	TITULAÇÃO	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA
Ministração de aulas	Pós-Doutorado	0,97%
- Instrutoria em curso de formação de carreiras, instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento, instrutoria em curso gerencial, atividade de conferencista e de palestrante em evento de capacitação;	Doutorado	0,97%
- Instrutoria em curso de treinamento; - Instrutoria em curso de educação de jovens e adultos.	Mestrado	0,97%
Desenho instrucional - Elaboração de material multimídia para curso a distância; - Elaboração de material didático; - Coordenação técnica e pedagógica.	Especialização	0,90%
	Graduação	0,80%
Tutoria Monitoria	Educação Profissional ou Tecnológica	0,70%
Orientação para liderança Mentoria	Experiência comprovada	0,97%

b) Orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação

ATIVIDADES	TITULAÇÃO	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA
Monografia trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral	Pós-Doutorado	Até 1,47%
	Doutorado	Até 1,47%
	Mestrado	Até 1,47%
	Especialização	Até 1,30%

c) Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos interpostos por candidatos

ATIVIDADES	FORMAÇÃO ACADÊMICA E PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA
Exame oral	A-Pós-doutorado B-Doutorado C-Mestrado D-Especialização E-Graduação	A-0,3663 B-0,3663 C-0,3663 D-0,3342 E-0,2941
Análise curricular	A-Pós-doutorado B-Doutorado C-Mestrado D-Especialização E-Graduação	A-0,3663 B-0,3663 C-0,3663 D-0,2976 E-0,2289
Correção de prova discursiva e análise crítica de questão de provas	A-Pós-doutorado B-Doutorado C-Mestrado D-Especialização E-Graduação F- Educação profissional ou tecnológica	A-0,3663 B-0,3663 C-0,3663 D-0,3239 E-0,2865 F-0,2492
Elaboração de questão de prova	A-Pós-doutorado B-Doutorado C-Mestrado D-Especialização E-Graduação F- Educação profissional ou tecnológica	A-0,8058 B-0,8058 C-0,8058 D-0,7126 E-0,6304 F-0,5481
Julgamento de recurso	A-Pós-doutorado B-Doutorado C-Mestrado D-Especialização E-Graduação F- Educação profissional ou tecnológica	A-0,2930 B-0,2930 C-0,2930 D-0.2591 E-0,2292 F-0,1993
Prova prática	Formação (não se aplica)	0,9156

d) Logística de preparação e de realização de concurso público, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

ATIVIDADE	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA
Planejamento	0,8000
Coordenação	0,8000
Supervisão	0,6000
Execução	0,5000

e) Aplicação, fiscalização ou avaliação de provas ou de concurso público ou supervisão dessas atividades;

ATIVIDADE	PERCENTUAL POR HORA TRABALHADA
Aplicação	0,1831
Fiscalização	0,1831
Supervisão	0,2930

ANEXO XII

TABELAS DE REFERÊNCIA - CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS (DOCENTES)

Tabela I - Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos interpostos por candidatos.

ATIVIDADE	REFERÊNCIA
Elaboração de Questão de Prova	Máximo de 01 hora para elaboração de cada questão de prova
Análise Crítica de Questão de Prova	Máximo de 01 hora para cada questão de prova
Aplicação de Prova	Máximo de 16 horas
Correção de Prova Discursiva	Máximo de 20 minutos para a correção de cada questão de prova
Avaliação de Prova Oral (Didática e Memorial)	Máximo de 01 hora por Candidato
Análise Curricular	Máximo de 01 hora por Candidato
Julgamento de Recurso (*)	Questão ou Candidato (30 minutos)

(*) O julgamento de recurso intentado a provas escritas será intentado por questão. Os recursos contra provas de desempenho, títulos ou práticas serão pagos por candidatos. O pagamento de julgamento de recursos será pago somente em casos excepcionais quando julgado por profissional alheio à elaboração, em situação devidamente justificada.

Tabela II - Fiscalização ou Supervisão de locais de provas de concurso público.

ATIVIDADE	Referência por dia de atividade	Exemplos de funções típicas em Concursos
Supervisão	Evento (Máximo de 24 horas)	Supervisão de local de prova, de logística de aplicação, Filmagem de provas de desempenho
Fiscalização	Evento (máximo de 20 horas)	Fiscalização de sala, corredor, banheiro ou de manutenção do prédio

Tabela III - Quantidade máxima de servidores envolvidos por atividade de acordo com o grau de complexidade.

Tipo de Evento		Complexo	Critério de Complexidade	Quantitativo de servidores/funcionários envolvidos (*)	
			Número de Candidatos por unidade acadêmica (**)	Supervisão	Fiscalização (***)
Concurso para provimento de cargos efetivos (docentes)	Processo Completo (EFETIVOS)	Alta	Igual ou superior a (≥) 100	3	3 a cada 100 candidatos
		Média	31 a 99	2	Até 2
		Baixa	Até (≤) 30	1	1

(*) A critério da Coordenadoria de concursos, aprovado pelo reitor da UFRN, poderão ser propostos quantitativos diferentes, em função da complexidade do concurso;
(**) Número de candidatos inscritos por unidade acadêmica em cada edital e não por área de conhecimento/disciplina do concurso;
(***) Quando houver a aplicação de provas em mais de uma sala por área de conhecimento/disciplina.

Tabela IV - Gravação e supervisão de gravação de provas orais.

ATIVIDADE	Referência por candidato	Descrição da Atividade
Supervisão	Máximo de 01 hora e 30 minutos (*)	Supervisão de operador de gravação em áudio e áudio/vídeo de prova oral
Gravação	Máximo de 01 hora e 30 minutos	Operador de gravação em áudio e áudio/vídeo de prova oral

(*) Quando houver a supervisão de gravação em mais de uma área no mesmo horário, deverão ser registradas as horas efetivamente trabalhadas, não sendo permitido contabilizar as horas pelo número de provas gravadas.

ANEXO XIII

TABELAS DE REFERÊNCIA - CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS (TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS)

Tabela I - Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos interpostos por candidatos

ATIVIDADE	REFERÊNCIA
Elaboração de Questão de Prova	Máximo de 01 hora para elaboração de cada questão de prova
Análise Crítica de Questão de Prova	Máximo de 01 hora para cada questão de prova
Aplicação de Prova	Máximo de 16 horas
Correção de Prova Discursiva	Máximo de 20 minutos para a correção de cada questão de prova
Avaliação de Prova Oral (Didática e Memorial)	Máximo de 01 hora por Candidato
Análise Curricular	Máximo de 01 hora por Candidato
Julgamento de Recurso (*)	Questão ou Candidato (30 minutos)

(*) O julgamento de recurso intentado a provas escritas será intentado por questão. Os recursos contra provas de desempenho, títulos ou práticas serão pagos por candidatos. O pagamento de julgamento de recursos será pago somente em casos excepcionais quando julgado por profissional alheio à elaboração, em situação devidamente justificada.

Tabela II - Fiscalização ou Supervisão de locais de provas de concurso público.

ATIVIDADE	Referência por dia de atividade	Exemplos de funções típicas em Concursos
Supervisão	Evento (Máximo de 24 horas)	Supervisão de local de prova, de logística de aplicação, Filmagem de provas de desempenho
Fiscalização	Evento (máximo de 20 horas)	Fiscalização de sala, corredor, banheiro ou de manutenção do prédio

Tabela III - Quantidade máxima de servidores envolvidos por atividade.

Atividade	Critério	Número de referência	Quantitativo de servidores/funcionários envolvidos
Fiscalização/ sala	Número de candidatos por sala	Mais de 75 e menos de 101	5
		Mais de 50 e menos de 76	4
		Mais de 25 e menos de 51	3
		Até 25	2
Fiscalização/ volante	Número de corredores	Cada corredor ou bloco de salas	1
Fiscalização/ banheiro	Número de corredores	Cada corredor ou bloco de salas	2
Coordenação	Número de candidatos do concurso	Para cada 300 candidatos	1

RESOLUÇÃO Nº 19-CONSAD, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta os procedimentos de desfazimento de material informacional pertencente aos acervos das unidades do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Administração - CONSAD, usando das atribuições que lhe confere o inciso XI, do artigo 19 do Estatuto da UFRN,

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos processos de desfazimento de material informacional no âmbito do Sistemas de Bibliotecas da UFRN;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da UFRN;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 007-CONSAD, de 16 de setembro de 2021, que atualiza o regulamento do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SISBI-UFRN); e

CONSIDERANDO o que consta no processo 23077.113456/2022-64, resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos de desfazimento de material informacional pertencente aos acervos das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (SISBI-UFRN).

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - biblioteca setorial: unidade com acervos específicos, vinculada administrativamente a um centro, instituto, faculdade, unidade suplementar ou unidade acadêmica especializada da UFRN, localizadas em Natal e/ou no interior do Estado;

II - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

III - desfazimento de bens: processo de exclusão, movimentação, doação e alienação de um bem do acervo patrimonial da instituição, de acordo com a legislação vigente e expressamente autorizado pelo ordenador de despesas;

IV - material informacional: todo meio físico de informação inserido em um acervo de biblioteca, tais como, livros, periódicos, partituras, CDs, DVDs, entre outros;

V - material informacional antieconômico: material cuja manutenção seja onerosa ou cujo rendimento seja precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo;

VI - material informacional irrecuperável: material que não pode ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão de ser o seu custo de recuperação mais de cinquenta por cento do seu valor de mercado ou de a análise do seu custo e benefício demonstrar ser injustificável a sua recuperação;

VII - SISBI: Sistema de bibliotecas da UFRN, composto pela Biblioteca Central Zila Mamede e pelas bibliotecas setoriais; e

VIII - usuário: qualquer pessoa habilitada a realizar empréstimo nas unidades do Sistema de Bibliotecas da UFRN;

CAPÍTULO II

DOS TIPOS DE DESFAZIMENTO

Art. 3º Serão passíveis de desfazimento os materiais informacionais incorporados aos acervos das unidades do SISBI-UFRN que:

I - estando sob posse de um usuário, por meio de empréstimo, seja perdido ou roubado; e

II - seja classificado por comissão constituída formalmente como antieconômico ou irrecuperável.

Seção I

Desfazimento por perda ou roubo

Art. 4º Os materiais informacionais pertencentes aos acervos do SISBI-UFRN podem ser objeto de empréstimo domiciliar segundo o que preconiza o Regulamento do Sistema de Bibliotecas da UFRN, aprovado pela Resolução nº 07-CONSAD, de 16 de setembro de 2021.

Art. 5º O usuário, sendo responsável pelo item emprestado dos acervos das unidades do SISBI-UFRN, deverá substituir o material no caso de perda ou roubo, conforme sinalizado pelo art. 15 da Resolução nº 007/2021-CONSAD, de 16 de setembro de 2021.

Art. 6º No caso de substituição, o patrimônio do item perdido ou roubado deverá ser baixado pelo processo de desfazimento.

Parágrafo único. A substituição de um item pressupõe que o original não será recuperado, não sendo possível o aproveitamento do patrimônio, uma vez que fisicamente se trata de bem diferente.

Seção II

Desfazimento por descarte

Art. 7º Os acervos das bibliotecas são constantemente atualizados, demandando contínua avaliação de suas coleções, sendo necessário o descarte daqueles itens considerados antieconômicos e/ou irrecuperáveis.

Art. 8º A avaliação dos acervos com finalidade de descarte de itens deverá ser realizada por comissão específica, constituída por, no mínimo, três servidores, preferencialmente bibliotecários.

§ 1º No caso de unidades do SISBI-UFRN que não possuam três bibliotecários, a avaliação poderá ser realizada pelo profissional bibliotecário responsável pela unidade com o auxílio de dois especialistas consultores da área avaliada, preferencialmente, professores de curso da área avaliada.

§ 2º Para efeito do § 1º, os especialistas consultores e o responsável da biblioteca setorial deverão ser designados por portaria específica para avaliação do acervo.

§ 3º A chefia da unidade deverá emitir parecer de concordância com a avaliação.

§ 4º Para acervos da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), a concordância deverá ser emitida pela direção da unidade.

Art. 9º A anuência ao descarte de acervos das bibliotecas setoriais deverá ser fornecida pela direção da unidade a qual a biblioteca está subordinada administrativamente.

Art. 10. Os itens identificados como antieconômicos ou irrecuperáveis deverão receber destinação final ambientalmente adequada e a respectiva baixa do registro da carga patrimonial.

Parágrafo único. O descarte de material informacional deve observar condições ambientalmente adequadas, com prioridade para a reciclagem por meio de coleta institucional.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 11. A responsabilidade patrimonial do material informacional pertencente ao acervo da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) é da direção desta unidade.

Art. 12. Cabe aos dirigentes das unidades em que a biblioteca setorial é subordinada administrativamente a responsabilidade patrimonial sobre os respectivos acervos.

Art. 13. O Reitor delegará por meio de portaria a competência dos responsáveis citados nos art. 11 e 12 para fins de desfazimento de material informacional.

Art. 14. Às bibliotecas cabem a avaliação de seus acervos, manutenção de seus patrimônios e instrução dos processos de desfazimento nos casos elencados nesta Resolução.

Art. 15. À Diretoria de Logística da Pró-Reitoria de Administração cabe os procedimentos efetivos de baixa do registro da carga patrimonial formalizados por meio dos processos instruídos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os procedimentos relativos ao desfazimento de material informacional, bem como a instrução dos devidos processos, serão regulados em Manual de Procedimentos a ser publicado pela direção do SISBI.

Art. 17. Os casos omissos serão avaliados pela Biblioteca Central Zila Mamede - BCZM.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor em 01 de novembro de 2022.

HENIO FERREIRA DE MIRANDA

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 980, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Estabelece a mensagem, os temas e o cronograma das campanhas educativas de trânsito a serem realizadas de janeiro a dezembro de 2023.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem o art. 7º, inciso I, art. 12, incisos I e II, e o art. 75, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.011372/2022-53, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece a mensagem, os temas e o cronograma das campanhas educativas de trânsito a serem realizadas de janeiro a dezembro de 2023, bem como a mensagem educativa de trânsito a ser utilizada nacionalmente em todas as peças publicitárias destinadas à divulgação ou promoção, nos meios de comunicação social, de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins.

Art. 2º As campanhas educativas de trânsito, a serem promovidas pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) em 2023, terão como mensagem:

NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA!

§ 1º Os temas e o cronograma das campanhas educativas de que trata o caput são os estabelecidos no Anexo I.

§ 2º O calendário orientativo de datas relevantes para o SNT encontra-se no Anexo II.

Art. 3º A mensagem de que trata o art. 2º deverá ser veiculada obrigatoriamente nos meios de comunicação social em toda peça publicitária destinada à divulgação ou promoção de produtos oriundos da indústria automobilística ou afins, conforme orientação do CONTRAN.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 871, de 13 de setembro de 2021.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho
Em exercício

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
p/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MARCELO LOPES DA PONTE
p/ Ministério da Educação

PAULO RICARDO DA SILVA MENDES
p/ Ministério da Defesa

ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
p/ Ministério da Saúde

SILVINEI VASQUES
p/ Ministério da Justiça e Segurança Pública

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
p/ Ministério da Economia

ANEXO I

MENSAGEM E CRONOGRAMA
1.MENSAGEM:
NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA!
2. CRONOGRAMA:

Mês	Tema	**Orientações**
Janeiro	O Pedestre	Todos nós somos pedestres em algum momento do dia. Ao descermos do veículo ou da motocicleta, vamos precisar de calçada, de faixa
		de pedestre, de local seguro para atravessar. Por esse motivo, quando estivermos em veículos devemos lembrar que em algum momento
		ficaremos também vulneráveis. Devemos dar o exemplo e proteger o pedestre, dar preferência de passagem, pois seu corpo
		exposto se torna mais vulnerável no ambiente do trânsito e precisa do cuidado de todos. As campanhas devem mostrar ao condutor a
		importância de reduzir a velocidade como forma de proteger a vida de todos, conforme publicado pela OPAS/OMS. Fortalecer a
		mensagem de que cabe aos condutores protegerem os pedestres. Focar nas orientações do artigo 29 do Código de Trânsito Brasileiro

		(CTB). Incentivar a moderação de velocidade como iniciativa que escolhe a vida. Ter mensagens orientadas a quem projeta, constrói,
		gerencia e fiscaliza as vias, para que sigam o que prega o Visão Zero e façam seu trabalho pensando na vulnerabilidade e buscando
		soluções tecnológicas e exequíveis que protejam a vida dos pedestres.
Fevereiro	Os amigos do(a) motociclista	Fevereiro é um mês especial no Brasil devido à maior manifestação popular do mundo: o Carnaval. É muito bom festejar, mas é melhor
		ainda voltar em segurança para poder aproveitar muitos outros carnavais. E quem não gosta de ir às festas de carnaval com seus melhores
		amigos? Quem tem amigos, tem tudo, já diz um velho ditado popular. No caso dos motociclistas, há de fazer-se um apelo: Peça ao seu amigo
		motociclista que faça o que é certo e seguro enquanto estiver em cima de uma motocicleta. Não conte com a sorte na rua ou na rodovia.
		Jamais dê carona para o sono, o álcool, as drogas ou a imprudência e a distração. Esses não são bons amigos dos motociclistas. E quem
		trabalha, estuda ou é vizinho de quem anda de moto, pode também dar o recado de proteção para seu colega. É
		importante que todos que estejam próximos a um motociclista, indistintamente, contribuam com a percepção dos riscos do trânsito para
		quem está sobre duas rodas. Lembrá-los de usar os equipamentos de proteção adequados como, por exemplo, o capacete ajustado
		à cabeça e sempre afivelado, calçado fechado, calça e jaqueta, além da viseira em boas condições de visibilidade. A utilização do
		dispositivo protetor para as pernas, conhecido como "mata-cachorro", deve ser incentivado a todos os motociclistas. Um recado de
		carinho e preocupação reforçam a autoestima e a importância para o outro. As campanhas devem focar na defesa dos comportamentos
		adequados à vida. Amigo que é amigo não deixa ninguém voltar dirigindo embriagado. "Seja o amigo da vez, escolha a vida" e "Um amigo cuida do
		outro". Propor campanhas que convidem as pessoas ao engajamento e cuidados coletivos para salvar a vida de seus amigos.
Março	O ciclista	Vamos usar o mês de março para lembrar da importância da bicicleta como meio de transporte, de lazer e de esporte, bem como da sua
		prioridade no trânsito garantida por lei, valorizando e incentivando aqueles que optam ou que necessitam da mobilidade ativa. Para fazer
		desse meio de locomoção um meio seguro, é preciso que os ciclistas saibam que há riscos de pedalar em cidades movimentadas ou em
		rodovias e que se deve usar equipamentos de proteção e roupas que facilitem sua visualização na via, de dia e à noite. Demais condutores
		(motoristas e motociclistas), assim como os pedestres, devem entender a necessidade de respeitar os ciclistas e todos aqueles que
		optam pela mobilidade ativa. Trabalhar o respeito ao ciclista por parte dos modais, informando a distância que deve ser guardada de 1,5m a
		fim de protegê-los. Quem pedala é saudável; quem pedala não polui o meio ambiente; quem pedala deixa lugar vago no
		transporte público. Por tudo isso, valorizar o ciclista e tratá-lo com respeito é fundamental para que tenhamos mais qualidade de
		vida. A bicicleta é um veículo sensacional; respeite quem pedala assim como você respeita a si mesmo. O exemplo é a melhor forma de
		ensinar seu filho, a melhor forma de proteger a vida no trânsito, respeitando o ciclista, o pedestre e todos os
		usuários da via. Mostre para seu filho as regras de segurança no trânsito, praticando-as, e demonstre para ele os equipamentos de
		proteção mais adequados para cada idade para proteção da vida no trânsito. Divulgar mensagens para quem projeta, constrói,
		gerencia e fiscaliza as vias, para que, conforme prega o Visão Zero, sejam implementadas e mantidas soluções de engenharia que
		coloquem os ciclistas em vias seguras para seus deslocamentos.
Abril	Os avós do(a) motociclista	Como não se sensibilizar com pedido dos avós? Como deixar sem resposta solicitação de quem é só felicidade pela sua existência?
		O mês de abril terá campanha que vai falar com os avós dos motociclistas para que eles sejam agentes proativos na construção de rede de
		proteção ao motociclista. Eles farão um apelo ao cuidado, ao cumprimento das regras, à proteção e, finalmente, à vida. Para que o sorriso dos
		avós continue por muitos anos, vá e volte em segurança. Nessa campanha pode ser realizado contraste com as perdas para a saúde
		ocasionadas pela violência no trânsito, deverão ser buscados depoimentos de avós que convivem ou conviveram com a perda ou
		com sequelas em seus netos motociclistas para que usem seu exemplo de vida para sensibilizar a sociedade. Os avós poderão pedir a quem
		projeta, constrói, gerencia e fiscaliza as vias para que removam os riscos aos seus netos motociclistas. Mandarão mensagens aos
		agentes responsáveis pelo atendimento às vítimas que tenham atenção especial voltada aos motociclistas.
		Um dos alertas dos avós poderá ser em relação à utilização do dispositivo protetor para as pernas, conhecido como "mata-

		cachorro", que deve ser incentivado a todos os motociclistas. Em 21 de abril, comemora-se o Dia Nacional da Paz no
		Trânsito. Os avós podem fazer alusão a essa data nas campanhas a serem produzidas. Em abril, comemora-se o mês
		da segurança do trabalho e é fato que muitos afastamentos se dão em virtude de sinistros de trânsito. Ter mensagem para os clientes e
		empregadores dos motofretistas é importante nesse contexto. Os avós, como membros mais experientes e vividos da
		sociedade, poderão pedir a quem projeta, constrói, gerencia e fiscaliza as vias que façam seu trabalho pensando na vulnerabilidade dos seus
		amigos motociclistas, a fim de mitigar os riscos e a vulnerabilidade. Pode-se mandar mensagens dos amigos aos agentes
		responsáveis pelo atendimento às vítimas, para que tenham atenção especial voltada aos motociclistas.
Maio	Maio Amarelo NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA!	O tema da campanha do Maio Amarelo de 2023 será: NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA!
		Pensando na diversidade, vamos focar a campanha em pessoas que tiveram suas vidas impactadas pelas escolhas no trânsito.
		Importante trabalhar questões da vida cotidiana que nos levam às escolhas. Podem ser buscados personagens da vida real que
		devido a circunstâncias diversas acabam tendo poucas opções de escolhas e comparar com os condutores que têm diversas
		possibilidades de escolhas a todo instante. Ao confrontar as diferentes realidades, concluir que as escolhas seguras podem ser
		comparadas às escolhas que levam à possibilidade de voltar para casa, de rever as pessoas amadas, de fazer o que se gosta. Importante
		destacar que as escolhas de quem projeta, constrói, gerencia e fiscaliza as vias e os veículos, e as escolhas dos agentes responsáveis pelo
		atendimento às vítimas são de absoluta importância para que mais vidas sejam protegidas e salvas no trânsito.
Junho	Os filhos do(a) motociclista	O que seria dos filhos sem seus pais? Como seria a vida de quem não teve pai ou mãe presente, pelo menos nas duas primeiras décadas de
		vida? Há milhares de casos assim no mundo. Com certeza, há sequelas psicológicas graves ou até irreversíveis na personalidade
		de crianças e jovens que viveram essa situação. Por isso, vamos primar pelo natural da vida: adultos cuidam de filhos até sua
		independência. Nesse mês, vamos pedir aos filhos para darem recados aos seus pais e mães motociclistas e a todos os condutores que estão na
		via para respeitarem as regras do trânsito. Eles pedirão àqueles que estão nos demais veículos que tenham cuidado com as motocicletas, pois os
		filhos estarão em casa esperando a chegada deles. Os filhos pedirão a quem projeta, constrói, gerencia e
		fiscaliza as vias e os veículos e aos agentes responsáveis pelo atendimento às vítimas que tenham atenção especial voltada aos seus pais
		motociclistas e ajudem a preservar suas vidas. Nesse mês, o país comemora as festas juninas. As campanhas devem aproveitar
		o tom tradicional dessa festa e envolver filhos e pais no apelo pela vida no trânsito. Os filhos pedirão aos pais para festejarem com alegria e,
		juntos, voltarem com segurança para casa. Para localidades com maior apelo religioso, é possível fazer campanhas em que os filhos
		oram pela segurança dos seus pais, pedindo as bênçãos de que eles precisam: capacete corretamente afivelado, velocidade
		compatível com a vida e um amigo da vez (aquele que não bebe para dar carona). Importante reforçar aos pais
		as regras previstas no Código de Trânsito Brasileiro para o transporte de crianças em motocicletas, quais sejam, ter pelo menos 10 anos de idade
		ou ter, nas circunstâncias, condições de cuidar da própria segurança.
Julho	Condutores que exercem atividade remunerada ao volante	Ainda focando na prevenção, mas dessa vez com o viés da empatia, vamos mostrar que mesmo para os condutores que exercem
		atividade remunerada ao volante, com maior treinamento em relação aos demais condutores, é bastante difícil enxergar
		pedestres, ciclistas e motociclistas, em um trânsito congestionado, em rodovias ou mesmo nas ruas de uma grande cidade. Mostrar que
		condutores que exercem atividade remunerada ao volante e os mais vulneráveis no trânsito precisam colocar-se no lugar do outro antes de
		tirar conclusões de que foi feita manobra com o intuito de prejudicar e machucar alguém. É fundamental que os usuários vulneráveis
		conheçam as limitações dos ônibus e caminhão, assim como os condutores que exercem atividade remunerada ao volante tenham consciência de que, nem sempre, o outro tem a experiência e habilidade suficientes para estar no trânsito. A ideia é mostrar que
		ninguém sai de casa para ferir ou matar no trânsito. No mês de julho, todos os órgãos do SNT reforçarão suas campanhas educativas junto
		aos condutores das categorias C, D e E para esclarecer a importância do Exame Toxicológico na segurança de todos os condutores, assim
		como destacar a informação que devem, obrigatoriamente, renovar seus exames a cada 30 meses (2,5 anos), reforçando tais
		atividades durante o mês de julho.

Agosto	Os pais do (a) motociclista	Receber conselho, alerta ou mesmo pedido de pai ou de mãe, faz qualquer pessoa parar e pensar. Isso vale para todo mundo,
		independentemente da idade ou da condição social. A ideia desse tema é trazer de uma forma amorosa e sincera o quanto é importante a vida de cada filho para seus pais. Ou
		seja, o motociclista que perde a vida deixa pais, amigos, colegas, avós, filhos, esposas e maridos sem chão. A mensagem nesse mês,
		resumidamente, é: você é importante para muitas pessoas, especialmente para seus pais, por isso, cuide-se! Faça escolhas conscientes e
		seguras a fim de que sua vida seja protegida. A morte do filho no trânsito leva parte dos pais junto. O sofrimento do filho, lesionado no
		trânsito, faz sofrer toda a família. Um dos alertas dos pais será em relação à utilização do
		dispositivo protetor para as pernas, conhecido como "mata-cachorro", que deve ser incentivado para todos os motociclistas.
		Os pais pedirão a quem projeta, constrói, gerencia e fiscaliza as vias que pensem em soluções que reduzam os riscos e protejam as vidas de
		seus filhos motociclistas. Eles falarão também aos agentes responsáveis pelo atendimento às vítimas, explicando que não querem
		que seus filhos motociclistas precisem deles, mas caso seja necessário, que tenham atenção especial.
Setembro	Semana Nacional de Trânsito NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA!	Reforçando o tema do ano: NO TRÂNSITO, ESCOLHA A VIDA! A Semana Nacional de Trânsito chega para mostrar
		que você corre riscos se não fizer escolhas seguras e cumprir corretamente as regras no trânsito. A ideia é mostrar situações em que as
		escolhas conduzam à proteção à vida de quem escolhe e de todos os demais atores do trânsito que, devido à sua vulnerabilidade, podem
		se tornar vítimas das escolhas de terceiros. Buscar envolver o condutor de veículos nos cuidados e na atenção que precisa ter com os mais
		vulneráveis no trânsito: pedestres, ciclistas, motociclistas.Você que hoje corre, anda, brinca, pula, nada, pilota e dirige deve
		cuidar de toda essa mobilidade que, infelizmente, não é prerrogativa de todos. Quem possui mobilidade plena, no dia-a-dia, nem se dá
		conta de quanto ela é
		importante. Mas, se você a perder, vai ver sua vida mudar da noite para o dia. Ou seja: tenha carinho e atenção com seus caminhos e escolhas no
		trânsito, adotando opções seguras, para não se machucar e nem machucar outras pessoas. No Dia
		Nacional do Caminhoneiro, devem ser desenvolvidas
		ações específicas de conscientização para esses profissionais que incluam, obrigatoriamente, mensagens de alerta sobre o
		respeito à velocidade das vias, observância rigorosa quanto ao cumprimento da jornada de trabalho estabelecida e a exigência dos exames
		toxicológicos de larga janela de detecção, orientando e esclarecendo todos os caminhoneiros e demais motoristas das categorias
		profissionais que exercem atividade remunerada no transporte de carga e passageiros sobre os riscos da atividade que podem ser
		evitados, as exigências legais e normativas e as medidas de prevenção e segurança. Dentre as escolhas seguras, há que se destacar a
		importância da manutenção dos veículos na segurança viária, a fim de evitar situações de risco causadas por falhas mecânicas.
Outubro	Celular e Motocicleta	Não há dúvida de que hoje no Brasil o telefone celular mudou e continua a mudar o comportamento de quase todas as pessoas na
		sociedade. Trouxe muitas vantagens, como o acesso quase instantâneo a um universo de informações, facilidades e serviços que
		eram inimagináveis décadas atrás. No entanto, acabou se tornando causa de desatenção na prática de muitas atividades, inclusive
		na direção. O objetivo da campanha será mostrar que o celular não é inimigo, mas que cabe a cada um escolher quando usá-lo, pois os atores
		mais vulneráveis acabam sendo as principais vítimas das distrações causadas pelo uso indevido do celular quando conduzindo. No caso
		dos motociclistas, o risco é potencializado devido à vulnerabilidade inerente ao veículo de duas rodas. Importante desenvolver
		mensagens orientadas a quem projeta, constrói, gerencia e fiscaliza as vias, para que eles criem e implantem mecanismos que
		sejam capazes de chamar a atenção do motociclista quando ele estiver desatento e se colocando em risco, como é o caso dos inúmeros
		mecanismos sonorizadores no pavimento, que alertam e protegem as vidas de diversos condutores.
Novembro	Equipamentos de Proteção Dia em Memória às Vítimas do Trânsito	A importância dos equipamentos de proteção, como bebê conforto, cadeirinha e assento elevado, é fundamental para mitigar a
		vulnerabilidade das crianças e jovens no trânsito. Tanto é que a Organização Mundial da Saúde declarou que, desde 2018, em todo o mundo, a
		principal causa de mortes na faixa etária de 5 a 29 anos é o trânsito. Quem sai da maternidade em bebê conforto e cresce usando a

		cadeirinha e depois o assento de elevação, será certamente um adulto que usará o cinto de segurança em qualquer meio de transporte que esteja
		e, com isso, sempre estará seguro. É fundamental que os equipamentos que protegem bebês e crianças sejam
		usados de maneira irrestrita em todos os meios de transportes, nas distâncias mais curtas e nos trajetos mais conhecidos durante toda
		infância, para que a vulnerabilidade inerente à idade seja mitigada com os dispositivos de proteção. Além disso, cria nas crianças e
		jovens o hábito pela atitude segura no trânsito. As campanhas devem frisar que a melhor forma de demonstrar o amor não é com
		palavras, mas com atitudes. Neste mês há o Dia em Memória às Vítimas do Trânsito, terceiro domingo de novembro, e todos devem
		desenvolver ações com o objetivo de respeitar aqueles que se foram, vítimas do trânsito, e que suas histórias sirvam como base para a
		condução das ações de proteção à vida por meio do incentivo às escolhas seguras. As campanhas devem dizer que melhor do que enviar
		flores, inaugurar estátuas, ou escrever poemas é escolher a vida no dia-a-dia. É respeitar os limites de velocidade para proteger as crianças; é usar o
		capacete; é ter empatia com os motoristas profissionais que, mesmo com maior treinamento em relação aos demais condutores, têm
		dificuldades para enxergar pedestres, ciclistas e motociclistas, em um trânsito congestionado, em rodovias
		ou mesmo nas ruas de uma grande cidade.
Dezembro	As rodovias e o (a) motociclista	Em um mês de muitas festas e férias, programa para pegar a rodovia é o que não falta. Porém, quem pilota moto na cidade o ano inteiro precisa
		entender que na rodovia a dinâmica é outra. Não vá para a rodovia sem experiência. Não vá para a rodovia achando que só você vai estar
		lá. Não vá para a rodovia se o (a) garupa não tem experiência em ocupar aquela posição. Tudo isso é fundamental para uma
		viagem de férias segura, que produza lembranças boas na bagagem da volta. Chuva, velocidade, trânsito congestionado, muitas horas
		pilotando, longos engarrafamentos e desconhecimento do trajeto podem estragar sua viagem. Além disso, lembre-se: álcool
		e drogas não combinam com direção e podem marcar de maneira muito triste o que tinha tudo para ser só felicidade. Por isso, se você
		planeja pegar a rodovia durante esse mês, treine, programe-se, estude e lembre-se: muita gente pode ter o mesmo destino que você. Então, encha sua mala
		de paciência, cautela e segurança. Só assim, na volta, sua bagagem estará cheia de boas lembranças. A importância de
		conscientizar a população (proprietários rurais, vaqueiros, condutores, motociclistas, etc) sobre os riscos de animais soltos nas pistas de rolamento, gerando
		sérios riscos de sinistros de trânsito, especialmente aqueles que envolvem motociclistas.

ANEXO II - CALENDÁRIO ORIENTATIVO

Mês	Calendário
Janeiro	01 - Confraternização Universal
Fevereiro	21 - Carnaval
Março	08 - Dia Internacional da Mulher
Abril	07 - Sexta-feira Santa / Dia Mundial da Saúde 09 - Páscoa 21 - Dia Nacional da Paz no Trânsito 21 - Tiradentes
	22 - Descobrimento do Brasil 28 - Dia Internacional da Educação 28 - Dia da Segurança e Saúde no Trabalho
Maio	Mês todo - Maio Amarelo 01 - Dia Mundial do Trabalho 05 - Dia Mundial do Trânsito
	13 - Dia do Automóvel 14 - Dia das Mães 28 - Dia Nacional da Carona Solidária
Junho	03 - Dia Mundial da Bicicleta 05 - Dia Mundial do Meio Ambiente 08 - Corpus Christi
	12 - Dia dos Namorados 19 - Aniversário Lei Seca (publicada em 2008) 24 - Dia de São João
Julho	09 - Dia da Revolução Constitucionalista 23 - Dia do Policial Rodoviário 25 - Dia do Motorista
	26 - Dia dos Avós 27 - Dia Nacional e Internacional do Motociclista 30 - Dia Internacional da Amizade
Agosto	08 - Dia Nacional do Pedestre 13 - Dia dos Pais 19 - Dia Nacional do Ciclista
Setembro	07 - Dia da Independência do Brasil 16 - Dia Nacional do Caminhoneiro / Aniversário da SENATRAN 18 a 25 - Semana Nacional do Trânsito 22 - Dia Mundial Sem Carro / Dia Mundial da Carona Solidária
	23 - Aniversário de 26 anos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) 23 - Dia Nacional do Agente da Autoridade de Trânsito 23 - Dia dos filhos 25 - Dia Nacional do Trânsito
Outubro	12 - Dia das Crianças 15 - Dia do Professor
Novembro	02 - Dia de Finados 15 - Proclamação da República 19 - Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito (3º domingo do mês)
	20 - Dia Nacional da Consciência Negra 24 - Dia Nacional do Taxista
Dezembro	18 - Início do RODOVIDA 25 - Natal 31 - Réveillon

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.392, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), órgão executivo de trânsito do Município de São Paulo/SP, a utilizar, em caráter experimental, o dispositivo tacha com iluminação em led, para compor a sinalização voltada à circulação de motocicletas denominada "PROJETO FAIXA AZUL".

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 e o § 2º do art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o art. 5º da Resolução CONTRAN nº 973, de 18 de julho de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.019767/2022-02, resolve:

Art. 1º Esta Portaria autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), órgão executivo de trânsito do Município de São Paulo/SP, a utilizar, em caráter experimental, o dispositivo tacha com iluminação em led, para compor a sinalização voltada à circulação de motocicletas denominada "PROJETO FAIXA AZUL".

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º se refere aos trechos de vias discriminados nas seguintes Portarias SENATRAN, durante os respectivos períodos de vigência:

I - nº 119, de 4 de fevereiro de 2022, até 8 de fevereiro de 2023; e

II - nº 1.015, de 5 de agosto de 2022, até 8 de agosto de 2023.

Art. 3º As dimensões das tachas a serem instaladas, bem como o espaçamento entre dispositivos, devem atender aos requisitos do Volume VI do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (MBST), que trata dos dispositivos auxiliares.

Art. 4º A CET deve apresentar trimestralmente à Secretária Nacional de Trânsito (SENATRAN) relatório com as análises e avaliações técnicas do projeto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 9.496, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso V, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00066.012844/2022-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar IS nº 21-008, Revisão C (IS nº 21-008C), intitulada Aprovação de aeronavegabilidade para exportação.

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.105/SAR, de 9 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2019, Seção 1, página 86, que aprovou a IS nº 21-008B.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1° de novembro de 2022.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 9.515, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgada pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 139, e considerando o que consta do processo nº 00065.040348/2022-07, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 746, de 07 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2019, Seção 1, página 28, que concedeu o Certificado Operacional de Aeroporto nº 023/SBNM/2019 ao Departamento Aeroportuário do Rio Grande do Sul - DAP/RS, operador do Aeroporto de Santo Ângelo (SBNM), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I) .....

.....

d) Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT: 5 (cinco)" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 9.498, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 2º e 25 da Portaria nº 6880/SIA, de 30 de dezembro de 2021, considerando a Decisão sobre Medida Cautelar nº 23/2022/GFIC/SIA, de 11 de outubro de 2022 e o que consta no Processo ANAC nº 00058.011452/2022-75, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da medida administrativa acautelatória de restrição às operações de pouso de aeronaves com motores à reação, aplicada por meio da Decisão sobre Medida Cautelar nº 10/2022/GFIC/SIA, de 26 de abril de 2022, ao aeródromo público Romeu Zema, CIAD MG0008, código OACI SBAX, localizado em Axará/MG.

Art. 2º Fica revogada a Portaria ANAC Nº 7874, de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2022, Seção 1, página 50.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.407, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.039919/2022-52, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Marialva;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0389;

III - município (UF): Naviraí (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 01' 07'' S / 053° 58' 49'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.417, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.028728/2022-65, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Extrema Business Park;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0475;

III - município (UF): Extrema (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 50' 23'' S / 046° 20' 09'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.418, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038780/2022-20, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Campo Alto ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0449;

III - município (UF): Prata (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 21' 26'' S / 048° 46' 19'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 23 de setembro de 2029.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.902/SIA, de 17 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2019, Seção 1, página 55.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.425, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022795/2022-76, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Vicente;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0817;

III - município (UF): Jaciara (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 54' 51'' S / 055° 18' 15'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.452, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.040065/2022-57, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fortim;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0169;

III - município (UF): Fortim (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 04° 25' 50'' S / 037° 46' 45'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.463, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.024717/2021-25, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Boa Esperança de Itarumã;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0319;

III - município (UF): Itarumã (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 46' 35" S / 051° 32' 03" W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.503, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.037489/2022-34, resolve:

Art. 1º Cancelar a publicação da Portaria nº 9.302/SIA, de 26 de setembro de 2022, realizada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2022, Seção 1, página 66, por ter sido publicada em duplicidade, mantida a validade da publicação original realizada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2022, Seção 1, página 41.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 9.400, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.032052/2022-01, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TEXTOR AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 17.481.492/0001-87, com sede social em Quirinópolis (GO), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2014-02-6IHU-02-01, emitido em 27 de setembro de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLO ANDRE ARARIPE RAMALHO LEITE

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA TÉCNICA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 9.502, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 21, inciso IV da Portaria nº 8.094/SPO, de 19 de maio de 2022, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 145 - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.008026/2022-54, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2210-01/ANAC, emitido em 04 de outubro de 2022 em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico MAGNAGHI AERONÁUTICA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO VIANA TORRES

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 9.489, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL no uso das atribuições que lhes conferem o Art. 8º da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC n°135 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.016392/2019-81, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-06-00FU-01-00, emitido em 19 de junho de 2020, em favor da sociedade empresária ALPHAJETS TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ - 33.776.546/0001-98, a contar de 19 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 9.501, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 41-A, incisos III e IX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.060506/2022-26, resolve:

Art. 1º Aprovar o estabelecimento de disposição transitória para a realização de treinamento em aeronave referente ao modelo Cessna C500, exclusivamente.

§ 1º Pilotos cuja validade da habilitação se encerra entre os meses de agosto de 2022 e agosto de 2023 poderão conduzir treinamento e exame em aeronave até o mês de setembro de 2023.

§ 2º Os treinamentos periódicos subsequentes deverão ocorrer em centro de treinamento certificado/validado pela ANAC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA OLIVIERI CAIXETA ALTOÉ

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 9.440, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 12, inciso V, da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, publicada no BPS V.15, Nº 43, de 23 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 183 e na Instrução Suplementar nº 183-001 e considerando o que consta do processo nº 00065.038860/2022-85, resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO LTDA, nome fantasia EPA Training Center, CNPJ nº 75.263.921/0001-46, para a aplicação do Santos Dumont English Assessment com vistas à averbação do nível de proficiência linguística de pilotos detentores de licença brasileira, no endereço Rua Baronesa de Bela Vista, nº 411, sala 228, Vila Congonhas - CEP: 04612-002, São Paulo - SP, em conformidade com o RBAC nº 183 e com a IS nº 183-001 Revisão E.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO LTDA - EPA Training Center, no âmbito dos termos da Portaria nº 1.474, de 09 de maio de 2018, que lhe concedeu o credenciamento no endereço Avenida Fagundes Filho, nº 191, Edifício Dallas Office Center, Conjunto 37 - 3º andar, Vila Monte Alegre, São Paulo (SP), CEP: 04.304-010, até a data da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.017141/2022-79, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa TRANSMAR NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 04.773.453/0001-01, constante no Termo de Autorização nº 820-ANTAQ, de 21 de dezembro de 2011.

Art. 2º A extinção da autorização em tela não exime a empresa de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 5.992, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, que aprova a delegação de competências da Diretoria Colegiada às Superintendências da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 58 da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e no que consta do Processo nº 50500.030394/2022-81, resolve:

Art. 1º O Art. 7º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, passa a vigorar acrescido do inciso XXI, com a seguinte redação:

"Art. 7º ...

...

XXI - publicar o aviso de requerimento para exploração de novas ferrovias, novos pátios ferroviários e demais instalações acessórias mediante outorga por autorização, nos termos do inciso I, do art. 6º da Resolução nº 5.987, de 1º de setembro de 2022." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 1.002, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 117; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.206696/2022-37, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA., CNPJ nº 07.549.414/0001-13, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha FLORIANÓPOLIS (SC) - OSÓRIO (RS), prefixo 16-0101-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.003, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 138; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.142350/2022-01, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da LOPES E OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA., CNPJ nº 05.423.509/0001-60, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais SINOP (MT) - JUNDIAÍ (SP), prefixos 11-0057-00 e 11-0057-61, e VÁRZEA GRANDE (MT) - SÃO PAULO (SP), prefixos 11-0053-00 e 11-0053-61.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.004, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.207349/2022-21, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha SÃO PAULO (SP) - JACARACI (BA), prefixo 08-0356-00, com as seguintes seções:

I - de SÃO PAULO (SP) para URANDI (BA), ESPINOSA (MG), MONTE AZUL (MG), MATO VERDE (MG), PORTEIRINHA (MG), JANAUBA (MG), MONTES CLAROS (MG) e CURVELO (MG);

II - de BELO HORIZONTE (MG) para URANDI (BA);

III - de MONTES CLAROS (MG) para URANDI (BA) e JACARACI (BA); e

IV - de ESPINOSA (MG) para URANDI (BA), JACARACI (BA) e LICINIO DE ALMEIDA (BA).

Art. 2º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para a supressão das linhas SÃO PAULO (SP) - JACARACI (BA), prefixo nº 08-0227-00, e ESPINOSA (MG) - JACARACI (BA), prefixo nº 06-0130-00.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.005, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 197; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.208436/2022-04, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da PRIMAR NAVEGACOES E TURISMO LTDA., CNPJ nº 03.854.439/0001-70, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) - RIO DE JANEIRO (RJ), prefixo 08-0355-30, com as seguintes seções:

I - de APARECIDA (SP) e SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) para DUQUE DE CAXIAS (SP), BARRA MANSA (RJ) e RESENDE (RJ); e

II - de RIO DE JANEIRO (RJ) para APARECIDA (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.006, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209547/2022-20, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha JEQUIÉ (BA) - CAMPINAS (SP) prefixo nº 05-0237-00; e

II - implantar a linha JEQUIÉ (BA) - CAMPINAS (SP) prefixo nº 05-0237-60, com as seguintes seções:

a) de JEQUIÉ (RJ) para VOLTA REDONDA (RJ), TAUBATÉ (SP), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) e SÃO PAULO (SP);

b) de POÇÕES (BA) para SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), SÃO PAULO (SP) e CAMPINAS (SP);

c) de VITORIA DA CONQUIASTA (BA) para VOLTA REDONDA (RJ), SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) e SÃO PAULO (SP);

d) de TEOFILO OTONI (MG) para SÃO PAULO (SP) e CAMPINAS (SP); e

e) de CARATINGA (MG) para CAMPINAS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.007, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209540/2022-16, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha BELO HORIZONTE (MG) - FOZ DO IGUAÇU (PR), prefixo nº 06-0141-00; e

II - implantar a linha BELO HORIZONTE (MG) - FOZ DO IGUAÇU (PR), prefixo nº 06-0141-60, com as seguintes seções:

a) de BELO HORIZONTE (MG) para FOZ DO IGUAÇU (PR), SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP), MARINGÁ (PR) e CASCAVEL (PR);

b) de BOM DESPACHO (MG) e ARAXA (MG) para SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP), LONDRINA (PR), MARINGÁ (PR), CASCAVEL (PR) e FOZ DO IGUAÇU (PR);

c) de LUZ (MG) para SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP); e

d) de UBERABA (MG) para SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP), MARINGÁ (PR), CASCAVEL (PR) e FOZ DO IGUAÇU (PR).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.008, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 68; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.204071/2022-31, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 44.993.632/0001-79, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais CAMPO GRANDE (MS) - BAURU (SP), prefixo nº 19-0028-31, TRÊS LAGOAS (MS) - BAURU (SP), prefixo nº 19-0032-61, e TRÊS LAGOAS (MS) - ARAÇATUBA (SP), prefixo nº 19-0031-61, no trecho de TRÊS LAGOAS (MS) para ARAÇATUBA (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.009, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209519/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha MACEIÓ (AL) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 20-0041-00; e

II - implantar a linha MACEIÓ (AL) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 20-0041-60, com as seguintes seções:

a) de MACEIÓ (AL) para JEQUIÉ (BA), VITORIA DA CONQUISTA (BA), ITAOBIM (MG), TEOFILO OTONI (MG), GOVERNADOR VALADARES (MG), IPATINGA (MG), CORONEL FABRICIANO (MG) e BELO HORIZONTE (MG);

b) de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS (AL), PORTO REAL DO COLÉGIO (AL), ESTÂNCIA (SE), ESPLANADA (BA), POÇÕES (BA), TEOFILO OTINO (MG) e BELO HORIZONTE (MG) para SÃO PAULO (SP);

c) de FEIRA DE SANTANA (BA) e JEQUIÉ (BA) para BELO HORIZONTE (MG) e SÃO PAULO (SP);

d) de VITORIA DA CONQUISTA (BA) para IPATINGA (MG), CORONEL FABRICIANO (MG), BELO HORIZONTE (MG) e SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.010, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209490/2022-69, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha BELO HORIZONTE (MG) - CUIABÁ (MT), prefixo nº 06-0155-00; e

II - implantar a linha BELO HORIZONTE (MG) - CUIABÁ (MT), prefixo nº 06-0155-60, com as seguintes seções:

a) de BELO HORIZONTE (MG) para ITUMBIARA (GO), RIO VERDE (GO), JATAÍ (GO), MINEIROS (GO), ALTO ARAGUAIA (MT), ALTO GARÇAS (MT) e RONDONOPOLIS (MT);

b) de BETIM (MG) para ITUMBIARA (GO), RIO VERDE (GO), JATAÍ (GO), MINEIROS (GO), ALTO ARAGUAIA (MT), ALTO GARÇAS (MT), RONDONOPOLIS (MT), JACIARA (MT) e CUIABÁ (MT);

c) de ARAXÁ (MG) para ITUMBIARA (GO), RIO VERDE (GO), JATAÍ (GO), MINEIROS (GO) e SANTA RITA DO ARAGUAIA (GO);

d) de UBERLÂNDIA (MG) para MINEIROS (GO), ALTO ARAGUAIA (MT), ALTO GARÇAS (MT), RONDONOPOLIS (MT), JACIARA (GO) e CUIABÁ (MT);

e) de ITUMBIARA (GO) para RONDONOPOLIS (MT) e CUIÁBA (MT); e

f) de JATAÍ (GO) e MINEIROS (GO) para CUIABÁ (MT).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.011, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 83; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.207566/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da NORDESTE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 76.299.270/0001-07, para modificar a prestação do serviço com a implantação da linha MARINGÁ (PR) - SÃO CARLOS (SP), prefixo 09-0547-30, com as seguintes seções:

I - de MARINGÁ (PR) para BAURU (SP), MARILIA (SP) e ASSIS (SP);

II - de JAÚ (SP) para LONDRINA (PR) e MARINGÁ (PR); e

III - de LONDRINA (PR) para ASSIS (SP), MARILIA (SP) e SÃO CARLOS (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.012, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209444/2022-60, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha MACEIÓ (AL) - JOÃO PESSOA (PB), prefixo nº 20-0015-00; e

II - implantar a linha MACEIÓ (AL) - JOÃO PESSOA (PB), prefixo nº 20-0015-60, com seções de MACEIÓ (AL) e PALAMRES (PE) para JOÃO PESSOA (PB).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.013, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objetos da modificação operacional constam da Licença Operacional - LOP de nº 72; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.212129/2022-10, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, CNPJ nº 55.334.262/0001-84, para a implantação do TERMINAL RODOVIÁRIO DE OSASCO (SP), como terminal adicional, para a realização de embarque e desembarque de passageiros na linha UMUARAMA (PR) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 09-0465-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.014, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209477/2022-18, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) - RECIFE (PE) via BR 153, prefixo nº 08-0024-00; e

II - implantar a linha SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) - RECIFE (PE) via BR 153, prefixo nº 08-0024-60, com as seguintes seções:

a) de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) para PATROCÍNIO (MG), PATOS DE MINAS (MG), PIRAPORA (MG), MONTES CLAROS (MG), SALINAS (MG), VITÓRIA DA CONQUISTA (BA), JEQUIE (BA), MILAGRES (BA), FEIRA DE SANTANA (BA), ARACAJU (SE) e MACEIÓ (AL).

b) de FRUTAL (MG), UBERLÂNDIA (MG), PATROCÍNIO (MG), PATOS DE MINAS (MG), PIRAPORA (MG) e MONTES CLAROS (MG) para VITORIA DA CONQUISTA (BA), JEQUIÉ (BA), MILAGRES (BA), FEIRA DE SANTANA (BA), ARACAJU (SE), MACEIÓ (AL) e RECIFE (PE);

c) de SALINAS (MG) para VITORIA DA CONQUISTA (BA), MILAGRES (BA), FEIRA DE SANTANA (BA), ARACAJU (SE), MACEIÓ (AL) e RECIFE (PE); e

d) de VITORIA DA CONQUISTA (BA) e JEQUIÉ (BA) para ARACAJU (SE), MACEIÓ (AL) e RECIFE (PE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 1.015, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.209508/2022-22, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para modificar a prestação de serviço, conforme descrito abaixo:

I - suprimir a linha DIAMANTINA (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0147-00;

II - implantar a linha DIAMANTINA (MG) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 06-0147-60, com as seções de DIAMANTINA (MG), SETE LAGOAS (MG), CONTAGEM (MG) e BETIM (MG) para SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 336, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza readequação de acesso na rodovia BR-116/BA, sob concessão à ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A - Interessado: F1 Representações LTDA

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, complementada com a Resolução nº 5.963, de 10 de março de 2022 e Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.037300/2022-03, decide:

Art.1º Autorizar a readequação de acesso, relativa a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT, situada na faixa de domínio da Rodovia BR-116/BA, sob concessão à ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A, no trecho entre o km 810+182m ao km 810+792m, pista sul, no município de Vitória da Conquista/BA, de interesse de F1 Representações LTDA.

Parágrafo Único. A localização da obra está descrita no quadro de coordenadas anexo a esta Decisão.

Art. 2º O início da obra objeto desta Decisão está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre F1 Representações LTDA e a ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 3º Esta Decisão não exime o interessado da obtenção do licenciamento ambiental e do cumprimento de outros requisitos perante os demais órgãos da administração pública.

Art. 4º A autorização concedida por meio desta Decisão tem caráter precário, podendo ser revogada de acordo com critérios de conveniência e necessidade da ANTT.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

ANEXO

QUADRO DE COORDENADAS (MEMORIAL DESCRITIVO)				
TÍTULO DA OBRA:		Projeto de Interesse de Terceiro - PIT - F1 Representações LTDA		
SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA:	SIRGAS 2000	FUSO(S): 24	SISTEMA DE COORDENADAS:	UTM
VÉRTICE				
PONTO	COORDENADAS			
	E		N	
01	310.943,00		8.364.041,00	

PORTARIA Nº 143, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Encerra o comitê de transição do contrato de concessão nº PG-156/95-00, celebrado com a CRT - Concessionária Rio Teresópolis S/A, instituído pela Portaria nº 119 de 03 de maio de 2021.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso da atribuição, tendo em vista o disposto na Resolução 5.976, de 7 de abril de 2022, Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e em face do que dispõe o Anexo III do quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº PG-156/95-00, celebrado entre a União, por meio da ANTT, e a Concessionária Rio Teresópolis S/A - CRT, e tendo em vista o que consta do Processo 50500.127994/2020-08, resolve:

Art. 1º Encerrar o comitê de transição previsto no item 3 do Anexo III do quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº PG-156/95-00, celebrado com a Concessionária Rio Teresópolis S/A - CRT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 331, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.053935/2015-12.
Interessada: LURDES FELIZARDO CHAMBINGO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 84/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (17980258), de 09/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a LURDES FELIZARDO CHAMBINGO, nascida no dia 18/08/1989, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 333, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505016140201604.
Interessada: LUISA DIAMUANGANA MAKELE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 239/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16715127), de 05/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a LUISA DIAMUANGANA MAKELE, nascida no dia 25/12/1985, nacional de Angola, bem como de seus filhos R. M. T, nascido em 14/09/2006, M. M. T, nascida em 02/02/2009, D. M. T, nascida em 18/09/2011, e S. M. T, nascida em 15/03/2013, todos nacionais de Angola, por não se enquadrarem nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 334, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.030494/2015-72.
Interessado: ISSAM EL FELLAH.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 232/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (16639069), de 07/12/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a ISSAM EL FELLAH, nascido no dia 19/01/1985, nacional de Marrocos, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 335, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.059006/2015-17.
Interessado: MALAM SANHA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 30/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (17157225), de 07/02/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a MALAM SANHA, nascido no dia 05/03/1974, nacional de Cabo Verde, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 336, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.042287/2016-41.
Interessado: ERICK JUMA OGONE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 88/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (18077016), de 03/06/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a ERICK JUMA OGONE, nascido no dia 09/01/1993, nacional do Quênia, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 338, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505.004343/2017-21.
Interessado: MARIANO CELESTINO KIANGA FRANCISCO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 80/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (17953001), de 06/05/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiado a MARIANO CELESTINO KIANGA FRANCISCO, nascido em 28/01/1988, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

DECISÃO Nº 339, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08505024455201617.
Interessado: LUISA GASPAR NGOLA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.

Acolho as razões exaradas no Parecer nº 105/2022/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (18893543), de 10/08/2022, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para reconhecimento da condição de refugiada a LUISA GASPAR NGOLA, nascida no dia 01/03/1997, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MJSP Nº 2, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Revoga a Portaria SE nº 499, de 26 de abril de 2013, que define os serviços que se enquadram como atividades de natureza contínua, no âmbito do Ministério da Justiça.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 67 do Anexo I do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e no art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 443, de 24 de novembro de 2021, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 499, de 26 de abril de 2013, da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, que define os serviços que se enquadram como atividades de natureza contínua, no âmbito deste Ministério.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 6.560, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/50853 - DPF/CZO/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GAPE MINAS SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 07.061.340/0002-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1731/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.561, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/51737 - DPF/IPN/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A SENTINELA ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.216.131/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2415/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.562, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60003 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Tocantins com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2153/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0052-85); nº 2421/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0053-66) e nº 2039/2022 (CNPJ nº 17.428.731/0188-59).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.563, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64341 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TERCERIZA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 43.794.969/0002-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2472/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.564, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67495 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALCATRAZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 05.039.083/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2539/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.565, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/67712 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA ISRAELENSE DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 17.168.228/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2163/2022 (CNPJ nº 17.168.228/0001-98); nº 2562/2022 (CNPJ nº 17.168.228/0004-30) e nº 2164/2022 (CNPJ nº 17.168.228/0005-11).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.566, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/71999 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0029-36, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 2436/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.567, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/73842 - DPF/CXA/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAJUBARA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL, CNPJ nº 06.110.605/0001-11 para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 2556/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.568, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/74288 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GUARDED PLACE SEGURANÇA & VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 25.197.584/0003-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2431/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.569, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75365 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0199-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2489/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.570, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75418 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEN IN BLACK VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 07.276.997/0002-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2563/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.571, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75802 - DPF/JFA/MG, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 00.809.803/0002-72, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2466/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.572, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76495 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CSN MINERACAO S.A., CNPJ nº 08.902.291/0003-87, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

80 (oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.573, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/77639 - DPF/IJI/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STV - SEGURANÇA, TECNOLOGIA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0012-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2555/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.574, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78432 - DPF/BRU/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IF3 SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 18.201.725/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2526/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.575, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78560 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA - LTDA, CNPJ nº 02.250.366/0005-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2544/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.576, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78596 - DPF/MOS/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa M E COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 32.614.805/0001-11, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.577, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/79438 - DPF/ILS/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERVIG INTERNACIONAL SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 04.054.692/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2439/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.578, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/80694 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0019-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2549/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.579, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81407 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DISTRITAL SECURITY LTDA, CNPJ nº 35.705.047/0002-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2554/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.582, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/81583 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMIKRON SEMICONDUTORES LTDA, CNPJ nº 33.020.355/0001-00 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.583, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/82863 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa G&S GARRA ESCOLA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 92.875.558/0001-39, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1200 (uma mil e duzentas) Munições calibre .380
1200 (uma mil e duzentas) Munições calibre 12
2000 (duas mil) Munições calibre 38
8000 (oito mil) Espoletas calibre 38
2500 (dois mil e quinhentos) Gramas de pólvora
8000 (oito mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.584, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83036 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTOWER SEGURANCA E VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.808.276/0001-61, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente SOLDIER SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ nº 00.658.132/0001-05:
4 (quatro) Pistolas calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
180 (cento e oitenta) Munições calibre .380
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.585, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/83568 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 17.433.496/0002-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 2513/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.586, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/84625 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa GLOCK ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA-ME, CNPJ nº 24.818.988/0001-69, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Espoletas calibre 38
1113 (um mil e cento e treze) Gramas de pólvora
2000 (dois mil) Projéteis calibre 38
2000 (duas mil) Espoletas calibre .380
2000 (dois mil) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.587, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/85613 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 10.385.850/0003-70, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5115 (cinco mil e cento e quinze) Munições calibre 12
200000 (duzentas mil) Espoletas calibre 38
50000 (cinquenta mil) Estojos calibre 38
58600 (cinquenta e oito mil e seiscentos) Gramas de pólvora
200000 (duzentos mil) Projéteis calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
20000 (vinte mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.588, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/86090 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa INTEX VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 37.629.940/0001-54, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
8 (oito) Pistolas calibre .380
240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380
64 (sessenta e quatro) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.589, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/86298 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa SANVIG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 45.296.214/0001-95, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.590, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/86365 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa UNIPAZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.831.569/0001-79, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente BAWMA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 37.994.334/0001-38:
4 (quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente BAWMA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 37.994.334/0001-38:
48 (quarenta e oito) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.591, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/86840 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa NORDESTE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 09.461.393/0001-05, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
37000 (trinta e sete mil) Espoletas calibre 38
11000 (onze mil) Gramas de pólvora
37000 (trinta e sete mil) Projéteis calibre 38
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
2500 (dois mil e quinhentos) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
25 (vinte e cinco) Quilos de chumbo calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 6.592, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/87313 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CYGNUS PATRIMONIO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 09.584.898/0001-67:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.271/2022

Processo Administrativo n 08012.000141/2012-47Interessado(a): CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A Ementa: Suposta venda casada de seguros de garantia estendida. Fornecedor que apresenta baixo índice de reclamações nos últimos cinco anos envolvendo a temática.

Temas que foram objeto de autuação pela SUSEP há cerca de dez anos. Suficiência de adoção das providências. Pelo arquivamento. Acolhendo as razões expressas na NOTA TÉCNICA Nº 57/2021/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (SEI 14476742), as quais passam a fazer parte da presente decisão, determino: a) o arquivamento do presente feito, nos termos do artigo 33-A, § 2º , inciso II, do Decreto 2.181/1997; b) encaminhamento dos autos ao Gabinete do Secretário Nacional do Consumidor, para ciência da decisão, nos termos do artigo 33-B do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997; c) encaminhamento dos autos para a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas, para intimação da interessada, nos termos do artigo 42-A, inciso I, do Decreto 2.181, de 20 de março de 1997.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretora

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 485/2022 de 07/10/2022, 486/2022 de 07/10/2022, 487/2022 de 10/10/2022, 488/2022 de 10/10/2022, 489/2022 de 11/10/2022 e 490/2022 de 11/10/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.014202/2022-16 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ARIF HUSSAIN Data Nascimento: 15/02/1995 Passaporte: CM6906282 País: BRASIL Mãe: RIFFAT BEGUM Pai: FAZAL MUHAMMAD.

Processo: 08228.014235/2022-41 Requerente: A.S VESTUARIO E PRESENTES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: PING CHEN Data Nascimento: 11/01/1985 Passaporte: E06626783 País: CHINA Mãe: SHIYING YE Pai: WENFAN CHEN.

Processo: 08228.014249/2022-63 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HAMZA ALI Data Nascimento: 19/10/1999 Passaporte: WZ1827061 País: PAQUISTÃO Mãe: NAZIA ALI Pai: ALI REHMAN.

Processo: 08228.014250/2022-98 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: IBNE AMIN Data Nascimento: 23/03/1988 Passaporte: DM1206092 País: PAQUISTÃO Mãe: GUL MINA BEGUM Pai: MOHIB ULLAH.

Processo: 08228.014254/2022-76 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: NIQASH UR REHMAN Data Nascimento: 28/01/1995 Passaporte: JN9151592 País: PAQUISTÃO Mãe: BAKHSHEDA Pai: ZAR REHMAN.

Processo: 08228.014325/2022-31 Requerente: YANHUA SUN - PRESENTES Prazo: 02 Anos Imigrante: RUNLING CHEN Data Nascimento: 31/08/2000 Passaporte: EC2312268 País: CHINA Mãe: Xuexue Li Pai: Xingyu Chen.

Processo: 08228.014528/2022-27 Requerente: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: EUGEN-SILVIU STANCULESCU Data Nascimento: 10/06/1986 Passaporte: 062141010 País: ROMÊNIA Mãe: LUDMILA STANCULESCU Pai: PETRE STANCULESCU.

Processo: 08228.014656/2022-71 Requerente: FUTURO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Mohammad Mahdi Issa, que também assina Mohammad Mahdi Ihsan Issa ou Mohammad Mahdi Data Nascimento: 16/01/1995 Passaporte: LR 1904409 País: LÍBANO Mãe: Zahra Chaitou Pai: Ihsan Issa.

Processo: 08228.014685/2022-32 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: PENGYU ZHOU Data Nascimento: 23/01/1982 Passaporte: E91860433 País: CHINA Mãe: FENGHUA WANG Pai: ZHIFENG ZHOU.

Processo: 08228.014637/2022-44 Requerente: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Anos Imigrante: FRANCIS PATRICE JÉRÔME ROGER Data Nascimento: 22/01/1995 Passaporte: 17AK45454 País: FRANÇA Mãe: Nathalie Françoise Martin Pai: Jérôme Daniel Gérard Roger.

Processo: 08228.014673/2022-16 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: XIAOZHONG CHEN Data Nascimento: 15/04/1969 Passaporte: E33932374 País: CHINA Mãe: QINYUN ZHOU Pai: PEILAN CHEN.

Processo: 08228.014701/2022-97 Requerente: GUOHAO YANG Prazo: 02 Anos Imigrante: CHANGPING LIU Data Nascimento: 14/04/1970 Passaporte: EJ3774988 País: CHINA Mãe: Guilan Lu Pai: Baocheng Liu.

Processo: 08228.014708/2022-17 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ekaterina Mironova Data Nascimento: 23/07/1991 Passaporte: 725529491 País: RÚSSIA Mãe: Tatiana Anatolievna Mironova Pai: Yuri Alekseevich Mironov.

Processo: 08228.014784/2022-14 Requerente: OBLATOS DE MARIA IMACULADA Prazo: 2 Anos Imigrante: Carolyn Diane Fox Data Nascimento: 11/07/1972 Passaporte: 567562026 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Wanda Lou Corzine Pai: Michael Louis Fox.

Processo: 08228.014814/2022-92 Requerente: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: RICARDO ENRIQUE GOMEZ VELARDE Data Nascimento: 17/04/1984 Passaporte: G16946521 País: MÉXICO Mãe: Ana Lilia Velarde Saizar Pai: Ricardo Enrique Gomez Arias.

Processo: 08228.014821/2022-94 Requerente: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ARDA UNLUER Data Nascimento: 01/03/1985 Passaporte: U28117563 País: TURQUIA Mãe: Kiymet Unluer Pai: Osman Nuri Unluer.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.010316/2022-71 Requerente: FITESA NAOTECIDOS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Jean Luc Olejniczak Data Nascimento: 14/02/1967 Passaporte: 21FV04493 País: FRANÇA.

Processo: 08228.011282/2022-31 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Xu Zhao Data Nascimento: 20/03/1998 Passaporte: EB5299802 País: CHINA.

Processo: 08228.011943/2022-29 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Siddharth Sharma Data Nascimento: 23/11/1989 Passaporte: S4510404 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.011985/2022-61 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: IGOR SAVELEV Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: 75 9594455 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.012077/2022-93 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JAE HYEONG PARK Data Nascimento: 19/10/1975 Passaporte: 678634656 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012802/2022-23 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: ATSUSHI AKITA Data Nascimento: 02/12/1983 Passaporte: TR1447235 País: JAPÃO.

Processo: 08228.013158/2022-19 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Ignacio Alejandro Villalobos Benítez Data Nascimento: 13/09/1992 Passaporte: F47472018 País: CHILE.

Processo: 08228.013167/2022-18 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Stig Lennart Gustafsson Data Nascimento: 30/07/1963 Passaporte: 95450293 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.013161/2022-24 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Leandro Mauricio Torres Brito Data Nascimento: 11/02/1991 Passaporte: F22134223 País: CHILE.

Processo: 08228.013210/2022-29 Requerente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ARNAUD STEPHANE CASALIS Data Nascimento: 03/04/1974 Passaporte: 22DI26311 País: FRANÇA.

Processo: 08228.013229/2022-75 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CAZIM KUNIC Data Nascimento: 16/12/1982 Passaporte: B3085164 País: BÓSNIA-HERZEGOVINA.

Processo: 08228.013270/2022-41 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano Imigrante: Weitao Duan Data Nascimento: 25/02/1987 Passaporte: PE2013245 País: CHINA Imigrante: Shengqiang Wang Data Nascimento: 05/08/1981 Passaporte: PE2013243 País: CHINA Imigrante: ZENG WANG Data Nascimento: 23/10/1982 Passaporte: PE2205379 País: CHINA Imigrante: Mingtao Li Data Nascimento: 03/11/1981 Passaporte: PE2077089 País: CHINA Imigrante: Qingwu Song Data Nascimento: 02/10/1986 Passaporte: PE2013246 País: CHINA Imigrante: XIAOXUAN WANG Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: PE2205380 País: CHINA Imigrante: Zhiyu Wang Data Nascimento: 07/10/1983 Passaporte: PE1692918 País: CHINA Imigrante: Xiaoling Wu Data Nascimento: 17/12/1969 Passaporte: PE2013252 País: CHINA.

Processo: 08228.013301/2022-64 Requerente: CIMC-TIANDA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: IRVING MANUEL VILLARREAL GONZALEZ Data Nascimento: 18/08/1987 Passaporte: PA0819030 País: EQUADOR.

Processo: 08228.013309/2022-21 Requerente: CIMC-TIANDA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jose Delfin Calva Galarza Data Nascimento: 12/05/1985 Passaporte: A4463009 País: EQUADOR.

Processo: 08228.013469/2022-71 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Arjun Sathya Prakash Data Nascimento: 09/03/1991 Passaporte: T3895975 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014674/2022-52 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 30/06/2023 Imigrante: RODOLFO CERON JR Data Nascimento: 14/05/1980 Passaporte: 535653306 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014670/2022-74 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 30/06/2023 Imigrante: KELLY JEAN KEIL Data Nascimento: 31/08/1990 Passaporte: 657128923 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014271/2022-11 Requerente: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Adrien Stanislas Cedric Leroux Data Nascimento: 28/11/1985 Passaporte: 16CE69993 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014167/2022-19 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DIOGO FERREIRA DOS SANTOS FARIA Data Nascimento: 07/12/1990 Passaporte: CA588797 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014184/2022-56 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CHRISTOPHER GEOVANI LUIS BLAS Data Nascimento: 22/06/1994 Passaporte: G40331655 País: MÉXICO Imigrante: JUAN MANUEL SASTRE VICENTE Data Nascimento: 28/10/1984 Passaporte: G37739236 País: MÉXICO Imigrante: JUSTINO ORDAZ GARCIA Data Nascimento: 14/04/1977 Passaporte: N03586742 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014208/2022-77 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WADE CHARLES BEATTY Data Nascimento: 29/01/1959 Passaporte: 545379774 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014267/2022-45 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANCESCO GIARDINO Data Nascimento: 29/09/1994 Passaporte: YA9113487 País: ITÁLIA Imigrante: ERNESTO FRAILE PEREZ Data Nascimento: 13/07/1980 Passaporte: AAG497325 País: ESPANHA.

Processo: 08228.014314/2022-51 Requerente: GMX CORR MARKETING E PROMOCOES LTDA Prazo: 23/07/2023 Imigrante: JUAN RAMON CORDOVA CARDENAS Data Nascimento: 26/09/1962 Passaporte: N00871524 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014286/2022-71 Requerente: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Dorian Anthony Nicolas Barreteau Data Nascimento: 18/11/1997 Passaporte: 20AK48599 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014335/2022-76 Requerente: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: BAOWEN CAO Data Nascimento: 28/12/1964 Passaporte: PE2011368 País: CHINA.

Processo: 08228.014318/2022-39 Requerente: MEISTER S/A. Prazo: 1 Ano Imigrante: JENS SCHIPPERT Data Nascimento: 17/04/1977 Passaporte: C8GPN9X4H País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014330/2022-43 Requerente: MEISTER S/A. Prazo: 1 Ano Imigrante: CHRISTOPH PÖNITZ Data Nascimento: 01/08/1989 Passaporte: CCM0FVV55 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014363/2022-93 Requerente: PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: DANIEL ROTHLANDER Data Nascimento: 10/06/1985 Passaporte: U0424027 País: ÁUSTRIA Imigrante: MARIO HIRTH Data Nascimento: 07/07/1977 Passaporte: U4690659 País: ÁUSTRIA Imigrante: SIMON PFEIL Data Nascimento: 21/01/1982 Passaporte: U1434476 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.014845/2022-43 Requerente: VOLLERT DO BRASIL REPRESENTACAO, COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BERND WALTER Data Nascimento: 18/09/1974 Passaporte: C8X3K1X8G País: ALEMANHA Imigrante: LOTHAR PLAPPERT Data Nascimento: 06/01/1963 Passaporte: C8L4H5RVN País: ALEMANHA Imigrante: ALEXANDER MAMAJEW Data Nascimento: 17/04/1977 Passaporte: C86HG43JJ País: ALEMANHA Imigrante: Moritz Frederik Beck Data Nascimento: 24/08/2000 Passaporte: C8KLWNVTL País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014456/2022-18 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: FABIAN ALEXANDER SCHLEIER Data Nascimento: 21/06/1992 Passaporte: C8HNXW8LP País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014558/2022-33 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: WEI ZHU Data Nascimento: 29/07/1980 Passaporte: E06555397 País: CHINA.

Processo: 08228.014463/2022-11 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: DIRK SCHWAN Data Nascimento: 29/10/1967 Passaporte: C6MXRL63H País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014498/2022-59 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Gerardus Jacobus Nielen Data Nascimento: 21/02/1960 Passaporte: NPCCR41B7 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014484/2022-35 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Erika Jose Gutierrez Morales Data Nascimento: 23/11/1981 Passaporte: PAL634093 País: ESPANHA.

Processo: 08228.014481/2022-18 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: GABRIEL NIETO GALINDO Data Nascimento: 05/11/1986 Passaporte: N00573773 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014492/2022-81 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Brian Ferguson Cruickshank Data Nascimento: 02/12/1979 Passaporte: 577461872 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014489/2022-68 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Parasaran Patkunam Data Nascimento: 07/07/1963 Passaporte: AA1006653 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014497/2022-12 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDRÉ FILIPE RAIMUNDO MORENO Data Nascimento: 06/04/1984 Passaporte: CC669187 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014501/2022-34 Requerente: UNICOBA DA AMAZONIA S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: TIANWEI LIANG Data Nascimento: 28/02/1993 Passaporte: EF4239249 País: CHINA.

Processo: 08228.014500/2022-91 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MANUEL CARLOS NEVES DUARTE Data Nascimento: 21/10/1966 Passaporte: CC344951 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014503/2022-23 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA SILVESTRE Data Nascimento: 30/08/1966 Passaporte: CC657451 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014506/2022-67 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CARLOS MANUEL DA SILVA FERREIRA Data Nascimento: 02/04/1978 Passaporte: CA230131 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014548/2022-14 Requerente: RAYTHEON ANSCHUTZ DO BRASIL SISTEMAS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: NATHAN ANDREW BLINDER Data Nascimento: 21/02/1981 Passaporte: AE904166 País: CANADÁ.

Processo: 08228.014564/2022-91 Requerente: JRC DO BRASIL EMPREENDIMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KENICHI KONO Data Nascimento: 04/06/1963 Passaporte: TR9019314 País: JAPÃO.

Processo: 08228.014531/2022-41 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JULIEN LE PENNEC Data Nascimento: 16/04/1997 Passaporte: 19CC42997 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014536/2022-73 Requerente: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Wei Liu Data Nascimento: 26/03/1982 Passaporte: EH9963260 País: CHINA.

Processo: 08228.014567/2022-24 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDERS LOFTEROED Data Nascimento: 29/04/1981 Passaporte: 30838431 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014556/2022-44 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: NG TEIK LEE Data Nascimento: 05/07/1955 Passaporte: A52520799 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.014540/2022-31 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDRE VORWERK Data Nascimento: 23/08/1985 Passaporte: C2GMMTWKL País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014543/2022-75 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: SERGEJ BRODT Data Nascimento: 30/09/1982 Passaporte: C2237TRJN País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014545/2022-64 Requerente: GUARARAPES PAINEIS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: SANDRO SAUERBREY Data Nascimento: 05/01/1996 Passaporte: CH912GR55 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014547/2022-53 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: TIM SCHLIECKER Data Nascimento: 30/12/1983 Passaporte: C2KX8T92G País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014551/2022-11 Requerente: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SANTIAGO MAYA FLOREZ Data Nascimento: 23/08/1988 Passaporte: 800810432 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.014570/2022-48 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FELIPE CERVANTES CERVANTES Data Nascimento: 28/09/1979 Passaporte: G30314381 País: MÉXICO Imigrante: FRANCISCO ALFREDO FUENTES MORALES Data Nascimento: 28/11/1971 Passaporte: G40438598 País: MÉXICO Imigrante: HUMBERTO MARTINEZ CARRILLO Data Nascimento: 13/10/1987 Passaporte: G42622969 País: MÉXICO Imigrante: JESUS ESCOBAR SALINAS Data Nascimento: 22/05/1977 Passaporte: G38235946 País: MÉXICO Imigrante: EPIFANIO ANGELES MENDIOLA Data Nascimento: 07/04/1977 Passaporte: G40472624 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014557/2022-99 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Jordan Iain Smith Data Nascimento: 27/05/1993 Passaporte: 558906873 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014573/2022-81 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID VALLEJO MARTINEZ Data Nascimento: 21/04/1985 Passaporte: N03139639 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014574/2022-26 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Jason Arron Macgregor Whyte Data Nascimento: 07/06/1979 Passaporte: 528338281 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014586/2022-51 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CELESTINO AGUIRRE GALLEGOS Data Nascimento: 24/08/1990 Passaporte: G41037806 País: MÉXICO Imigrante: ABRAHAM VILLARREAL GUAJARDO Data Nascimento: 08/05/1993 Passaporte: G26901831 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014583/2022-17 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Simone Torrisi Data Nascimento: 10/03/1971 Passaporte: YA4453028 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014593/2022-52 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANGEL EDUARDO GONZALEZ GUERRA Data Nascimento: 03/05/1986 Passaporte: G38350487 País: MÉXICO Imigrante: ALEJANDRO MONTES TADEO Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: N02965273 País: MÉXICO Imigrante: ABRAHAM MAYO GUZMAN Data Nascimento: 03/10/1983 Passaporte: G38104805 País: MÉXICO Imigrante: ANDRES VAZQUEZ MARTINEZ Data Nascimento: 10/11/1991 Passaporte: G42688994 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014595/2022-41 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DINIS GAMEIRO DE ALMEIDA Data Nascimento: 24/06/1993 Passaporte: CB854780 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014596/2022-96 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID REIS FERNANDES Data Nascimento: 20/05/1993 Passaporte: CC671710 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014597/2022-31 Requerente: FERBECK DO BRASIL TERMICA INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YURIY VLAD Data Nascimento: 17/11/1991 Passaporte: CB307887 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014612/2022-41 Requerente: PRYSMIAN CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: JAVIER ARROLLO SOLANO Data Nascimento: 04/06/1981 Passaporte: G13767429 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014697/2022-67 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Samarasekara Ayyappandi Mudiyanselage Isuru Dananjaya Samarasekara Data Nascimento: 16/05/1996 Passaporte: N5586100 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.014638/2022-99 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MIGUEL ANGEL RODRIGUEZ GOMEZ Data Nascimento: 09/11/1995 Passaporte: G40667982 País: MÉXICO Imigrante: MISAEL VERA MATUS Data Nascimento: 15/05/1993 Passaporte: N01303589 País: MÉXICO Imigrante: PABLO MORENO BACA Data Nascimento: 22/03/1990 Passaporte: N01103335 País: MÉXICO Imigrante: MATIAS SOLIS SANCHEZ Data Nascimento: 28/04/1985 Passaporte: N03139674 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014794/2022-51 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: RAJARAM GOPALAKRISHNASAMY Data Nascimento: 19/05/1973 Passaporte: T8981275 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014636/2022-16 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Jan Aslander Data Nascimento: 18/09/1985 Passaporte: NS4RK2314 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014642/2022-57 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hogne Chul Jakobsen Data Nascimento: 06/08/1979 Passaporte: 32571822 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014648/2022-24 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Andre Blom Mykland Data Nascimento: 27/08/1978 Passaporte: CCF231660 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014679/2022-85 Requerente: ROMI S.A. Prazo: 12/01/2023 Imigrante: Dieter Rabus Data Nascimento: 03/05/1941 Passaporte: U4713113 País: ÁUSTRIA Imigrante: Konrad Schmid-Schmidsfelden Data Nascimento: 02/12/1961 Passaporte: U3691093 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.014669/2022-41 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANTJE MAYER Data Nascimento: 14/07/1979 Passaporte: CH2P90G56 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014714/2022-66 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 30/11/2022 Imigrante: JOHN CHADWELL LAYTON Data Nascimento: 09/03/1966 Passaporte: 548579688 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014716/2022-55 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Ruben Stammeleer Data Nascimento: 01/09/1998 Passaporte: GA1855533 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.014735/2022-81 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: RICARDO LIMAS RIVERA Data Nascimento: 05/03/1991 Passaporte: G35680187 País: MÉXICO Imigrante: ROLANDO ZALETA HERRERA Data Nascimento: 14/12/1977 Passaporte: N01207113 País: MÉXICO Imigrante: LUIS ENRIQUE SILVA HERRERA Data Nascimento: 11/08/1982 Passaporte: G39119024 País: MÉXICO Imigrante: WILBER SANCHEZ PINEDA Data Nascimento: 27/04/1976 Passaporte: N03139643 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014730/2022-59 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 16/07/2023 Imigrante: Robert William Clarke Data Nascimento: 14/03/1973 Passaporte: 520612007 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014741/2022-39 Requerente: VP FLEXGEN (BRAZIL) SPE LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ZHANG SHICHEN Data Nascimento: 18/11/1973 Passaporte: EJ4136292 País: CHINA.

Processo: 08228.014742/2022-83 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MARCO ANTONIO MOLINA AVILA Data Nascimento: 20/04/1996 Passaporte: G40331058 País: MÉXICO Imigrante: LUIS ALBERTO HERNANDEZ HERNANDEZ Data Nascimento: 07/01/1990 Passaporte: N02675467 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014743/2022-28 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 30/06/2023 Imigrante: ALEC JAMES SCHWACHA Data Nascimento: 11/12/1998 Passaporte: 577087179 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014745/2022-17 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 30/06/2023 Imigrante: BRAD DANIEL PFEUFFER Data Nascimento: 08/07/1978 Passaporte: 651438185 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014761/2022-18 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: THIRUMALAISAMY JAKKAIYAN Data Nascimento: 25/05/1989 Passaporte: L9870760 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014765/2022-98 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARIE ANNIKI MARGARETA LARSSON Data Nascimento: 06/05/1965 Passaporte: AA1636015 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.015265/2022-73 Requerente: MELITTA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: RALF TREPTOW Data Nascimento: 06/07/1969 Passaporte: C1MJJHP65 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014775/2022-23 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MARCEL POPP Data Nascimento: 18/09/1979 Passaporte: C3FNC9P8R País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014779/2022-11 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: AGOSTINHO SOARES DE ALMEIDA Data Nascimento: 01/04/1964 Passaporte: CB253363 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014781/2022-81 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ANTÓNIO CARLOS SOARES Data Nascimento: 18/07/1970 Passaporte: CA159198 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014783/2022-71 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSÉ DE SOUSA PINTO Data Nascimento: 25/05/1950 Passaporte: CB780663 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014787/2022-58 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ALF RUNE UNDHEIM Data Nascimento: 08/05/1967 Passaporte: 32685006 País: NORUEGA.

Processo: 08228.015222/2022-98 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: KRATIK CHAURASIA Data Nascimento: 06/09/2000 Passaporte: V0797604 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014788/2022-19 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Abhimanyu Singh Bhadoria Data Nascimento: 05/01/1974 Passaporte: Z6422769, País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014817/2022-26 Requerente: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: STEFANO FRANCESCON Data Nascimento: 16/08/1988 Passaporte: YB0667233 País: ITÁLIA Imigrante: SALVATORE BASSO Data Nascimento: 27/03/1968 Passaporte: YB9659507 País: ITÁLIA Imigrante: CHRISTIAN MARTUZZI Data Nascimento: 18/09/1974 Passaporte: YA6923712 País: ITÁLIA Imigrante: ALESSANDRO CAMPICE Data Nascimento: 18/12/1995 Passaporte: YB7674627 País: ITÁLIA Imigrante: ALESSIO SPANO Data Nascimento: 06/10/1977 Passaporte: YA6725083 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014790/2022-71 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANOOP BHARTI Data Nascimento: 12/12/1983 Passaporte: W0867950 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014801/2022-13 Requerente: POWERCHINA BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: TAO HE Data Nascimento: 03/03/1983 Passaporte: PE2185444 País: CHINA.

Processo: 08228.014891/2022-42 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: FLAVIO MIGUEL FONTE SANTA ROCHA Data Nascimento: 31/05/1994 Passaporte: CC826748 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014838/2022-41 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 180 Meses Imigrante: JACQUES THOMAS TOMASELLI Data Nascimento: 17/09/1961 Passaporte: 14FV06600 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014839/2022-96 Requerente: ALCOA ALUMINIO S/A Prazo: 30/06/2023 Imigrante: CHRISTOPHER ELLSWORTH CHAPA Data Nascimento: 22/01/1984 Passaporte: 507348905 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014841/2022-65 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YU ZHANG Data Nascimento: 21/07/1996 Passaporte: EJ4111462 País: CHINA Imigrante: JIAYI LI Data Nascimento: 05/11/1984 Passaporte: ED8219706 País: CHINA.

Processo: 08228.014858/2022-12 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: SUNWOONG RYU Data Nascimento: 08/10/1984 Passaporte: M96466225 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.014925/2022-15 Requerente: PASCHOALIN CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JAMES WILLIAM NAPIER Data Nascimento: 08/10/1972 Passaporte: 530475512 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014870/2022-27 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: David Olof Martin Joneken Data Nascimento: 01/11/1989 Passaporte: 97571826 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014893/2022-31 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: FAUSTINE MARIE SYLVIANE DURAND Data Nascimento: 04/07/1989 Passaporte: 13AP62916 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014933/2022-45 Requerente: THYSSENKRUPP UHDE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: KRZYSZTOF TADEUSZ Data Nascimento: 20/11/1979 Passaporte: EG6468527 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014899/2022-17 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RITHIN KUMAR Data Nascimento: 02/04/1978 Passaporte: V1764431 País: CHINA.

Processo: 08228.014903/2022-39 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RAJESH KUMAR GUPTA Data Nascimento: 08/07/1994 Passaporte: Z6667201 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014911/2022-85 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SHIV RAJ Data Nascimento: 14/03/1982 Passaporte: V6216985 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014914/2022-19 Requerente: AMBIENSYS GESTAO AMBIENTAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PHILIP KARCHER Data Nascimento: 09/02/1989 Passaporte: C935C845L País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014915/2022-63 Requerente: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDREI VOROBEV Data Nascimento: 01/04/1973 Passaporte: 755224826 País: BELARUS.

Processo: 08228.014919/2022-41 Requerente: AMBIENSYS GESTAO AMBIENTAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MATHIAS THORSTEN MEIER Data Nascimento: 16/03/1987 Passaporte: C94TFL5RW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014922/2022-65 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ROLANDO JOSE CHINCHILLA GRACIEL Data Nascimento: 20/11/1971 Passaporte: 032147570 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.014931/2022-56 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Sachith Srimal Bandara Manchanayaka Manchanayaka Gedara Data Nascimento: 15/07/1995 Passaporte: N8373620 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.014937/2022-23 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Devoshish Mani Tripathi Data Nascimento: 17/11/1990 Passaporte: N6551563 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014939/2022-12 Requerente: MCPACK EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: GERT-JAN VAN KOOTEN Data Nascimento: 20/06/1968 Passaporte: NW61675J7 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014997/2022-46 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ARMAND MARIN CLEMENT BEURON Data Nascimento: 05/11/2001 Passaporte: 22AA54095 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014949/2022-58 Requerente: VALE S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Amado Ventura Fernandez Silva Data Nascimento: 12/07/1960 Passaporte: 146103063 País: VENEZUELA Imigrante: Richard CHOUINARD Data Nascimento: 15/08/1963 Passaporte: HM693355 País: CANADÁ Imigrante: Jonathan Mercier Gingras

Data Nascimento: 11/06/1992 Passaporte: GI177040 País: CANADÁ Imigrante: IRVING ALEXANDER MORALES PÉREZ Data Nascimento: 12/11/1988 Passaporte: N00850052 País: MÉXICO Imigrante: Hugo Fortin Blanchette Data Nascimento: 11/01/1974 Passaporte: HD038298 País: CANADÁ Imigrante: Jean-Rene Gagnon Data Nascimento: 31/07/1982 Passaporte: GJ901069 País: CANADÁ.

Processo: 08228.014947/2022-69 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Markku Tapani Kiuru Data Nascimento: 09/04/1962 Passaporte: FP4736240 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.014951/2022-27 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Valtteri Patrik Juntunen Data Nascimento: 20/09/1982 Passaporte: FP4362401 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.014953/2022-16 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Shukla Ambesh Rakeshkumar Data Nascimento: 01/05/1998 Passaporte: W3279657 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014965/2022-41 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RAJAT PANDIR Data Nascimento: 05/01/1992 Passaporte: N4265800 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014966/2022-95 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DEEPAK KUMAR MAHARANA Data Nascimento: 16/01/1989 Passaporte: N3448685 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.015024/2022-24 Requerente: SEA BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDREA PITZANTI Data Nascimento: 03/12/1979 Passaporte: YB7158622 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014970/2022-53 Requerente: BAJAJ DO BRASIL COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SANDIP SHRAVAN CHOUGALE Data Nascimento: 18/03/1985 Passaporte: P6229376 País: ÍNDIA Imigrante: JAFAR IQBAL KUROLE Data Nascimento: 29/01/1990 Passaporte: P3003379 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014968/2022-84 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BALARAMAN ARUMUGAM Data Nascimento: 10/06/1977 Passaporte: V6543633 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014969/2022-29 Requerente: EPL BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: VAIRAPRAKASH SETHU RAMALINGAM ASAIMANI Data Nascimento: 20/12/1987 Passaporte: R1491520 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014979/2022-64 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: GABRIELE GORI Data Nascimento: 23/10/1974 Passaporte: YB7477663 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014978/2022-11 Requerente: BAJAJ DO BRASIL COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RAJENDRA GOPAL PALANGE Data Nascimento: 01/06/1976 Passaporte: V6919117 País: ÍNDIA Imigrante: RAVINATH HAUSHIRAM PABAL Data Nascimento: 17/11/1991 Passaporte: M6967590 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014977/2022-75 Requerente: TEC SERVICE 1515 SERVICOS ELETROMECANICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MASAHIRO KONO Data Nascimento: 14/09/1969 Passaporte: TT2055963 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.016012/2022-17 Requerente: HYDAC TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 30 Dias Imigrante: KARL DILL Data Nascimento: 18/12/1986 Passaporte: CGKJ1NMTH País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016014/2022-14 Requerente: HYDAC TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 30 Dias Imigrante: NICOLAS WOLFGANG BREUNER Data Nascimento: 30/06/1990 Passaporte: C8NJ5M5LN País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016136/2022-19 Requerente: PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDREAS SCHATZ Data Nascimento: 12/11/1983 Passaporte: U5175756 País: ÁUSTRIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.015459/2022-79 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Timothy Mark Bartel Data Nascimento: 03/01/1966 Passaporte: 673913239 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015466/2022-71 Requerente: HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Paul James Eagle Data Nascimento: 31/08/1973 Passaporte: LB002946 País: NOVA ZELÂNDIA.

Processo: 08228.016329/2022-53 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Christopher Ryan Field Data Nascimento: 19/03/1985 Passaporte: 675289064 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016139/2022-36 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: BOZE UDOVICIC Data Nascimento: 12/08/1996 Passaporte: 152380312 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.016141/2022-13 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Roldan Ortiz Leyva Data Nascimento: 01/09/1987 Passaporte: N04143037 País: MÉXICO.

Processo: 08228.016158/2022-62 Requerente: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: VOLKER MOLL Data Nascimento: 05/10/1962 Passaporte: C7VGVY519 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016176/2022-44 Requerente: TRUMPF MAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARCO MILADINOVIC Data Nascimento: 05/02/1999 Passaporte: C952VXP6Y País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016181/2022-57 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: Ashleigh Nicole Porter Data Nascimento: 13/06/1974 Passaporte: 125146069 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.016210/2022-81 Requerente: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: THANAPHUPHAN THAMANANCHOTIKUN Data Nascimento: 21/12/1986 Passaporte: AD0073007 País: TAILÂNDIA.

Processo: 08228.016214/2022-69 Requerente: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: RACHIN PAINGPIMAI Data Nascimento: 18/09/1988 Passaporte: AD0056158 País: TAILÂNDIA.

Processo: 08228.016362/2022-83 Requerente: ABB AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ARUN VENKATESH Data Nascimento: 01/10/1995 Passaporte: S5628802 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016389/2022-76 Requerente: GEA EQUIPAMENTOS E SOLUCOES LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARCO BOTTERO Data Nascimento: 16/07/1991 Passaporte: YB0163402 País: ITÁLIA Imigrante: MAURA MESSORI Data Nascimento: 21/11/1989 Passaporte: YB2111235 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.013282/2022-76 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano Imigrante: NATHAN HOLBROOK BURGOYNE Data Nascimento: 20/05/1985 Passaporte: 556705888 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014046/2022-77 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano Imigrante: ALBERTO MENDEZ VINCENTI Data Nascimento: 12/11/1971 Passaporte: 561439010 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014154/2022-41 Requerente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Luke A Pope Data Nascimento: 09/02/1993 Passaporte: 673332561 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014443/2022-49 Requerente: ORESEARCH HOLDINGS BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: FRANCISCO KRISTOPHER GONZÁLEZ GATICA Data Nascimento: 10/09/1986 Passaporte: F22066133 País: CHILE.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 05/2017

Processo: 08228.016015/2022-51 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: LIDIA EVELYN RAMOS PINTO Data Nascimento: 12/10/1969 Passaporte: 120360124 País: PERU Imigrante: GIUDITTA GEREVINI Data Nascimento: 11/03/1997 Passaporte: YB8657508 País: ITÁLIA Imigrante: FRANZISCA LERBS Data Nascimento: 28/01/2002 Passaporte: C4N2W1H5C País: ALEMANHA Imigrante: MARTINA SLITTI Data Nascimento: 10/07/1995 Passaporte: YB2846183 País: ITÁLIA Imigrante: CIRO DEL PRETE Data Nascimento: 06/05/1991 Passaporte: YB2896359 País: ITÁLIA Imigrante: AGNESE MESSINA Data Nascimento: 28/02/1997 Passaporte: YB0484530 País: ITÁLIA Imigrante: CARLOTTA CONTI Data Nascimento: 29/12/1995 Passaporte: YB6356925 País: ITÁLIA Imigrante: ANDREA BALDINI Data Nascimento: 09/06/1996 Passaporte: YB8991844 País: ITÁLIA Imigrante: PIETRO NOTARI Data Nascimento: 26/06/2003 Passaporte: YB9692353 País: ITÁLIA Imigrante: ADELAIDE SANNINO Data Nascimento: 25/01/1988 Passaporte: YB8401166 País: ITÁLIA Imigrante: ARMANDINA CHINCHAY HERRERA Data Nascimento: 01/01/1989 Passaporte: 118519853 País: PERU Imigrante: TERESA ISABEL CUEVA CANO Data Nascimento: 25/08/1975 Passaporte: 120455582 País: PERU Imigrante: JOSEPH ANTHONY HUGHES Data Nascimento: 16/02/2000 Passaporte: 536097130 País: INGLATERRA Imigrante: MATTIA D'ANTIMI Data Nascimento: 09/05/1998 Passaporte: YB9415259 País: ITÁLIA Imigrante: SOPHIE CONNELY Data Nascimento: 02/12/1995 Passaporte: 538604325 País: INGLATERRA Imigrante: RITA INES GROSSO Data Nascimento: 12/08/1993 Passaporte: YA9117867 País: ITÁLIA Imigrante: LUCIA BINI Data Nascimento: 08/08/1998 Passaporte: YB1322384 País: ITÁLIA Imigrante: ALIN SEBASTIAN PANTEA Data Nascimento: 12/01/1983 Passaporte: 060848271 País: ROMÊNIA Imigrante: MARCO ANTONIO PRIETO APOLINAR Data Nascimento: 28/05/1994 Passaporte: 122302379 País: PERU Imigrante: EDOARDO BOLZONI Data Nascimento: 21/11/1993 Passaporte: YA9391186 País: ITÁLIA Imigrante: DANIELE CORNALBA Data Nascimento: 14/05/1994 Passaporte: YA9058902 País: ITÁLIA Imigrante: MARIAN SEKAC Data Nascimento: 01/09/1969 Passaporte: BA1167686 País: ESLOVÁQUIA Imigrante: LUCY ANNE HURST Data Nascimento: 04/03/1997 Passaporte: 533377664 País: INGLATERRA Imigrante: BEN ADAM MANSFIELD Data Nascimento: 22/09/2002 Passaporte: 554827039 País: INGLATERRA Imigrante: ANNA TESTA Data Nascimento: 09/01/2000 Passaporte: YB9562931 País: ITÁLIA Imigrante: STELLARIO MINUTOLO Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: YB1594148 País: ITÁLIA Imigrante: NICOLO' GUMINA Data Nascimento: 08/11/1996 Passaporte: YA8468002 País: ITÁLIA Imigrante: MARIO DE PASQUALE Data Nascimento: 15/01/1981 Passaporte: YB8522156 País: ITÁLIA Imigrante: ADRIANA DENNIS VEIZAN LOPEZ Data Nascimento: 21/07/1993 Passaporte: 7267901 País: BOLÍVIA Imigrante: ANTONIO GROSSO Data Nascimento: 09/02/1995 Passaporte: YB2844430 País: ITÁLIA Imigrante: EUGENIO MARIA BERNARDI Data Nascimento: 09/04/1986 Passaporte: YB0734586 País: ITÁLIA Imigrante: IVANO COCCO Data Nascimento: 28/04/1998 Passaporte: YB7263941 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016321/2022-97 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARIA ALVARES DE CARVALHO IZQUIERDO Data Nascimento: 10/09/1997 Passaporte: PA0209703 País: ESPANHA Imigrante: SAMUELE BRACCINI Data Nascimento: 17/05/1985 Passaporte: YB4730163 País: ITÁLIA Imigrante: FROILAN ALBERTO DARCE RAMIREZ Data Nascimento: 21/05/1976 Passaporte: B00057467 País: COSTA RICA Imigrante: ALBERTO CALI' Data Nascimento: 08/06/1996 Passaporte: YB4573646 País: ITÁLIA Imigrante: SANDEEP GAUTAM Data Nascimento: 16/04/1990 Passaporte: 09828166 País: NEPAL Imigrante: WILLIAM PASTOR GALINDO CASTRO Data Nascimento: 27/04/1992 Passaporte: AR512644 País: COLÔMBIA Imigrante: EMANUELE CASULE Data Nascimento: 02/03/1995 Passaporte: YB2698686 País: ITÁLIA Imigrante: CARMEN ENE Data Nascimento: 28/01/1982 Passaporte: 056533430 País: ROMÊNIA Imigrante: MARIA D'ATRIA Data Nascimento: 18/08/1996 Passaporte: YB5070453 País: ITÁLIA Imigrante: MARINA CAVALLO Data Nascimento: 21/07/1995 Passaporte: YB7063564 País: ITÁLIA Imigrante: VALENTINA FONTANA Data Nascimento: 04/03/2001 Passaporte: AR512644 País: COLÔMBIA Imigrante: GIOVANNIA NANCY CASH JOSEPH Data Nascimento: 25/08/1971 Passaporte: C1051959 País: NICARÁGUA Imigrante: MARIA CRISTINA HUAYTA APAZA Data Nascimento: 13/10/1991 Passaporte: 120189302 País: PERU Imigrante: ZACCARIAH DALE RESUELLO ANDAL Data Nascimento: 23/12/1997 Passaporte: 531476320 País: INGLATERRA Imigrante: GIULIA COCCHIERI Data Nascimento: 21/08/2001 Passaporte: YB7975698 País: ITÁLIA Imigrante: ALBERTO BATTISTATA Data Nascimento: 24/05/1999 Passaporte: YB3335867 País: ITÁLIA Imigrante: GINA LUDOVICA DE PAOLIS Data Nascimento: 01/03/1997 Passaporte: YB0971324 País: ITÁLIA Imigrante: INES FILIPA DOS SANTOS FARIA Data Nascimento: 25/07/1994 Passaporte: CA625316 País: PORTUGAL Imigrante: MARIA ANTONIETTA GINALDI Data Nascimento: 23/12/2000 Passaporte: YB6930892 País: ITÁLIA Imigrante: MATTEO DE COLA Data Nascimento: 26/06/1987 Passaporte: YA5773056 País: ITÁLIA Imigrante: ARMANDO LUIS ALVARADO HORNA Data Nascimento: 22/04/1968 Passaporte: 120112646 País: PERU Imigrante: ERNESTO GOMEZ BAILEY Data Nascimento: 03/09/1977 Passaporte: C03063728 País: NICARÁGUA Imigrante: MARCO INNAO Data Nascimento: 24/01/1995 Passaporte: YA7514841 País: ITÁLIA Imigrante: DENISE BURESTA Data Nascimento: 03/08/1998 Passaporte: YB0600686 País: ITÁLIA Imigrante: SIAN GRIFFITHS Data Nascimento: 30/10/1990 Passaporte: YB1810072 País: ITÁLIA Imigrante: ALESSIA CIREDDU Data Nascimento: 30/01/1997 Passaporte: YB4702252 País: ITÁLIA Imigrante: EMANUELE COLOMBO Data Nascimento: 06/11/1959 Passaporte: YB0481614 País: ITÁLIA Imigrante: PAOLO FERRIERI Data Nascimento: 08/07/1996 Passaporte: YA8191791 País: ITÁLIA Imigrante: MARIA DELGADO PEREZ Data Nascimento: 09/01/1994 Passaporte: PAK715644 País: ESPANHA Imigrante: JACOPO CORTESE Data Nascimento: 23/10/1984 Passaporte: YB8340447 País: ITÁLIA Imigrante: PRZEMYSLAW JARMOLOWICZ Data Nascimento: 13/04/1964 Passaporte: ES8660040 País: POLÔNIA Imigrante: MARIA ANGELES BRAVO MUNOZ Data Nascimento: 21/05/1994 Passaporte: PA0475353 País: ESPANHA Imigrante: MASSIMILIANO CESARIO Data Nascimento: 23/04/1991 Passaporte: YB6115965 País: ITÁLIA Imigrante: LUCIA CRISTINA DUMA Data Nascimento: 16/11/1969 Passaporte: YC0226150 País: ITÁLIA Imigrante: VALENTINA MARIA LUCE BALENA Data Nascimento: 03/02/1990 Passaporte: YC0285327 País: ITÁLIA Imigrante: JESUS RAFAEL HURTADO SOLLER Data Nascimento: 08/10/1971 Passaporte: 122375910 País: PERU.

Processo: 08228.016323/2022-86 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GIOACCHINO PALADINO Data Nascimento: 28/04/1983 Passaporte: YA7512896 País: ITÁLIA Imigrante: SIMONA TOLOMEO Data Nascimento: 24/07/1989 Passaporte: YB8402573 País: ITÁLIA Imigrante: ALICE GIORDANO Data Nascimento: 16/05/1998 Passaporte: YB8935642 País: ITÁLIA Imigrante: JOSE EBER PAVA ORDONEZ Data Nascimento: 28/10/1976 Passaporte: AT826654 País: COLÔMBIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.011511/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: VITALY KHLOPOTOV Data Nascimento: 24/06/1976 Passaporte: 76 2034208 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.011741/2022-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: DAVIT ASAMBADZE Data Nascimento: 22/02/1990 Passaporte: 15AB37048 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.011742/2022-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: MIKHAIL KUZOV Data Nascimento: 10/11/1967 Passaporte: 72 5005062 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.011744/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: RICKY ALCALA TABIGUE Data Nascimento: 24/09/1968 Passaporte: P5333376B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.011747/2022-54 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: MIKHAIL SHVED Data Nascimento: 01/10/1975 Passaporte: 72 6468925 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.012151/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: Alejandro Payabyab Sunga Data Nascimento: 02/10/1979 Passaporte: PO857714B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012153/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: EMMANUEL SOLOMON CANSECO ESTONILO Data Nascimento: 19/09/1982 Passaporte: P7238219B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012984/2022-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: SARAVANAN SAMIRAJ Data Nascimento: 23/05/1970 Passaporte: Z5899019 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.013124/2022-16 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Mukhtar Data Nascimento: 20/09/1974 Passaporte: C6582922 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.013233/2022-33 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ahmad Razizi Fikri Bin Abdul Razak Data Nascimento: 06/03/1997 Passaporte: A54974685 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.013332/2022-15 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2023 Imigrante: Protacio Prado Casimero Data Nascimento: 02/02/1976 Passaporte: P4797866A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013665/2022-44 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/08/2023 Imigrante: NARCIS PREZERET Data Nascimento: 04/03/1993 Passaporte: 057643720 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.013674/2022-35 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: JENIFER AZCARRAGA POSTIGO Data Nascimento: 12/12/1996 Passaporte: P5644813B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013677/2022-79 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: ROSEMARIE MARIANO FERNANDEZ Data Nascimento: 26/09/1991 Passaporte: P6922316A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013678/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: BOGDAN VASILE Data Nascimento: 02/10/1987 Passaporte: 060277329 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.013817/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/08/2023 Imigrante: STEFAN VASILE DARABAN Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: 059305701 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.013937/2022-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: CASPER HOUGAARD SCHJELDER Data Nascimento: 28/12/1995 Passaporte: 212152475 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014161/2022-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: JIMMY BALLA MENDOZA Data Nascimento: 03/12/1969 Passaporte: P0383722B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014165/2022-21 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Dmitrij Djackov Data Nascimento: 30/10/1982 Passaporte: 24063994 País: LITUÂNIA.

Processo: 08228.014164/2022-85 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Froilan Dollison Lagatao Data Nascimento: 15/09/1982 Passaporte: P6652647A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014166/2022-74 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/07/2023 Imigrante: DEMIAN ERMOLENKO Data Nascimento: 26/05/1982 Passaporte: 73 3675829 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014171/2022-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/05/2023 Imigrante: ARTURO JR. REGANON BALINGIT Data Nascimento: 17/06/1978 Passaporte: P9078799A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014177/2022-54 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: HERMAN JUDAYA WATIN Data Nascimento: 09/10/1963 Passaporte: P5942260B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014179/2022-43 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: VLAD-ADRIAN PANAITESCU Data Nascimento: 31/12/1989 Passaporte: 57110519 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.014183/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: ANDERS MIKAEL LARSSON Data Nascimento: 12/01/1976 Passaporte: 94967238 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014209/2022-11 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: MAGNUS BOECKMAN Data Nascimento: 13/05/1980 Passaporte: 29820324 País: NORUEGA.

Processo: 08228.014215/2022-79 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: KEVIN JOHN HARDING Data Nascimento: 11/07/1960 Passaporte: 554360978 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014210/2022-46 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 11/12/2022 Imigrante: JEFFREY ROLDAN SOFIA Data Nascimento: 05/05/1982 Passaporte: P7071026B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014211/2022-91 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 26/07/2023 Imigrante: CHRISTOPHER TARCENA PAGLICAWAN Data Nascimento: 03/05/1975 Passaporte: P7696441B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014231/2022-61 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 05/01/2024 Imigrante: DOMINGO CONEDERA Data Nascimento: 04/06/1976 Passaporte: YA5154087 País: ITÁLIA Imigrante: JOSE ARMANDO LEYVA Data Nascimento: 14/08/1991 Passaporte: 642401877 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014309/2022-48 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ROSS CHRISTIE GUNN Data Nascimento: 03/09/1985 Passaporte: 560797557 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014296/2022-15 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Steven Sangerman Data Nascimento: 25/11/1985 Passaporte: 130179335 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.014306/2022-12 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Lamberto Boongaling Eleda Data Nascimento: 16/04/1980 Passaporte: P9623448A País: FILIPINAS Imigrante: Halil Tekin Aydin Data Nascimento: 22/01/1977 Passaporte: U23307543 País: TURQUIA Imigrante: Jagadeeshan Neelakrishnan Data Nascimento: 13/04/1988 Passaporte: T2156255 País: ÍNDIA Imigrante: Nicanor Jamias Macatangay Data Nascimento: 27/01/1975 Passaporte: P7106469B País: FILIPINAS Imigrante: Nino Car Data Nascimento: 08/04/1984 Passaporte: 229939809 País: CROÁCIA Imigrante: Bevan Sadaine Paton Data Nascimento: 24/12/1985 Passaporte: M00340960 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: Stefanica Radu Otelea Data Nascimento: 11/07/1967 Passaporte: 061907614 País: ROMÊNIA Imigrante: Francois Antonio Estandarte Ramos Data Nascimento: 30/06/1989 Passaporte: P6988993B País: FILIPINAS Imigrante: Teodie Boongaling Eleda Data Nascimento: 03/07/1978 Passaporte: P9726834A País: FILIPINAS Imigrante: Leonard A Dotulung Data Nascimento: 09/08/1976 Passaporte: C3458446 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.014382/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: JAKOB AARRE Data Nascimento: 09/12/1970 Passaporte: 210453689 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014315/2022-11 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Denis Michael Sherrington Data Nascimento: 25/08/1964 Passaporte: 128658702 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Scott Alexander Data Nascimento: 03/12/1988 Passaporte: 123846550 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Michael David Blampied Data Nascimento: 24/03/1966 Passaporte: 510888345 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Alistar John Brebner Data Nascimento: 21/02/1989 Passaporte: 510964672 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014384/2022-17 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: CASPER MADSEN WIESNECK Data Nascimento: 16/06/1982 Passaporte: 210296089 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014324/2022-96 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: BJARNE PER HAAKAN BRATTLUND Data Nascimento: 02/12/1968 Passaporte: 94652883 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.014332/2022-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/07/2023 Imigrante: JORGE RAFAEL NUÑEZ CAMPOS Data Nascimento: 13/02/1976 Passaporte: 140645671 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.014347/2022-17 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 01/05/2023 Imigrante: Graham Robert Stables Data Nascimento: 02/04/1969 Passaporte: 575028275 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014336/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/07/2023 Imigrante: JORGE LUIS DE FARIA GOMEZ Data Nascimento: 07/12/1998 Passaporte: 158600950 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.014343/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/06/2023 Imigrante: JESUS RAYMUNDO PEÑALVER SALAZAR Data Nascimento: 07/08/1973 Passaporte: 128938577 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.014358/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: CARLOS JUANITO JR LUCEÑO SALVATIERRA Data Nascimento: 19/09/1973 Passaporte: P8270782B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014369/2022-61 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: STANKO TRBOJEVIC Data Nascimento: 29/11/1973 Passaporte: 249955030 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.014389/2022-31 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: MARCUS PETERSEN HEDEMAND Data Nascimento: 24/02/2001 Passaporte: 213346271 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014391/2022-19 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: MIROSLAW STANISLAW GRINHOLC Data Nascimento: 04/11/1971 Passaporte: ET3693480 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014393/2022-16 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: MAREK SZCZEPAN BACZEWSKI Data Nascimento: 26/12/1969 Passaporte: FB8081878 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014400/2022-63 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ZBIGNIEW MILCZEWSKI Data Nascimento: 20/11/1969 Passaporte: ET1606417 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014407/2022-85 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JONATHAN FAUSTINO RIVERA Data Nascimento: 02/08/1977 Passaporte: P1461984B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014410/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: WARREN TAN SALIMBOT Data Nascimento: 15/03/1986 Passaporte: P3834334B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014409/2022-74 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: TÓRÁLVUR HOLM Í TRØÐINI Data Nascimento: 07/07/1973 Passaporte: 350020515 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014412/2022-98 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/03/2023 Imigrante: GEVAERT PAUL PADIRAYON PAPA Data Nascimento: 07/01/1991 Passaporte: P7951941A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014420/2022-34 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: NEIL HENDERSON Data Nascimento: 05/04/1967 Passaporte: 124096561 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: PAWEL GRZEGORZ KAWA Data Nascimento: 04/06/1986 Passaporte: EU6058830 País: POLÔNIA Imigrante: CRISFER CURA TORRES Data Nascimento: 27/11/1977 Passaporte: P1936746B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014430/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: GRIGORY VATALINSKY Data Nascimento: 30/03/1972 Passaporte: 11BA52585 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.014432/2022-69 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: KARI SUNNLEIF NILSSEN Data Nascimento: 27/02/1972 Passaporte: 210746742 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.014434/2022-58 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/07/2023 Imigrante: ROMAN OLEKSIYOVYCH MOCHALIN Data Nascimento: 02/04/1977 Passaporte: FJ953841 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.014447/2022-27 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Fabien Patrice Pellizzari Data Nascimento: 12/11/1974 Passaporte: 13FV18455 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014442/2022-11 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 31/05/2024 Imigrante: Sergey Kharitonov Data Nascimento: 27/03/1970 Passaporte: 733761287 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014441/2022-51 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Pawel Stanislaw Pokrywa Data Nascimento: 16/10/1980 Passaporte: ET5255224 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014444/2022-93 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Rustam Safarov Data Nascimento: 05/09/1969 Passaporte: FG585407 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.014448/2022-71 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Sergii Rozkuliak Data Nascimento: 01/03/1976 Passaporte: FB592434 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.014485/2022-81 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 24/01/2024 Imigrante: Federico Carlini Data Nascimento: 24/04/1992 Passaporte: YA8784680 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014450/2022-41 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: PAWEL RYLKO Data Nascimento: 09/04/1978 Passaporte: FA3701707 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014459/2022-51 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 14/12/2022 Imigrante: EGORSHIN NIKITA Data Nascimento: 13/05/1989 Passaporte: 76 3520746 País: UNIÃO SOVIÉTICA.

Processo: 08228.014457/2022-62 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/01/2024 Imigrante: KEVIN LYNX HALLADOR PESTAÑO Data Nascimento: 23/05/1993 Passaporte: P5589266A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014488/2022-13 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Nelson Memorial Entero Data Nascimento: 09/07/1961 Passaporte: P4255779B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014494/2022-71 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Amirul Bahari Bin Yacob Data Nascimento: 06/12/1983 Passaporte: A54339676 País: MALÁSIA Imigrante: Sajeevkumar Chemboori Subrahmanian Data Nascimento: 07/12/1982 Passaporte: N1065081 País: ÍNDIA Imigrante: Faruk Citlak Data Nascimento: 25/11/1976 Passaporte: U23942105 País: TURQUIA Imigrante: Vedran Jovanovic Data Nascimento: 16/01/1980 Passaporte: 104632305 País: CROÁCIA Imigrante: Suleyman Sepetci Data Nascimento: 20/10/1976 Passaporte: U26117224 País: TURQUIA Imigrante: Anuj Trikkandiyur Data Nascimento: 19/03/1982 Passaporte: Z5800299 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014529/2022-71 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Bertrand Douy Data Nascimento: 12/06/1976 Passaporte: 16AD13917 País: FRANÇA Imigrante: Jose Dennis Marasigan Marasigan Data Nascimento: 06/10/1981 Passaporte: P1263335B País: FILIPINAS Imigrante: Yann Marcel Alexandre Largenton Data Nascimento: 08/07/1976 Passaporte: 15FV21490 País: FRANÇA Imigrante: Yavor Vladimirov Kamberov Data Nascimento: 21/08/1980 Passaporte: 388535848 País: BULGÁRIA Imigrante: Arshad Ayoob Chaluparambil Data Nascimento: 07/09/1991 Passaporte: Z3683497 País: ÍNDIA Imigrante: Marven Buena Mata Data Nascimento: 26/04/1989 Passaporte: P7914642B País: FILIPINAS Imigrante: Pierre Buisson Data Nascimento: 16/07/1987 Passaporte: 17FV21890 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014559/2022-88 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ADEDAPO ISIAKA FASHINA Data Nascimento: 13/04/1982 Passaporte: B50009785 País: NIGÉRIA Imigrante: CONSTANTIN-BOGDAN PAUN Data Nascimento: 29/01/1992 Passaporte: 060831687 País: ROMÊNIA Imigrante: JOSEPH FERRER DALIDA Data Nascimento: 24/05/1978 Passaporte: P8370524A País: FILIPINAS Imigrante: PAQUITO DALISAY PALSARIO Data Nascimento: 05/12/1972 Passaporte: P6881839B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014613/2022-95 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 24/01/2024 Imigrante: Maciej Jerzy Misztal Data Nascimento: 15/01/1978 Passaporte: EM9088164 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014611/2022-12 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Dennis Estrada Maquiñana Data Nascimento: 10/03/1979 Passaporte: P8151994A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014633/2022-66 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jacinto Uytiepo Conejero Data Nascimento: 20/10/1974 Passaporte: P1141119B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014550/2022-77 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: DAMIR LJUBIC Data Nascimento: 14/08/1974 Passaporte: 081096917 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.014667/2022-51 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Gaoyong Deng Data Nascimento: 15/05/1987 Passaporte: E55338614 País: CHINA Imigrante: Meng Yan Data Nascimento: 20/11/1987 Passaporte: EC7749723 País: CHINA Imigrante: Jiaqiu Gao Data Nascimento: 25/02/1997 Passaporte: ED8096683 País: CHINA Imigrante: Xiao Cao Data Nascimento: 14/05/1997 Passaporte: EJ3306525 País: CHINA.

Processo: 08228.014590/2022-19 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jan Gerold Roldan Gepana Data Nascimento: 28/10/1983 Passaporte: P7114893A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014579/2022-59 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Wilson Tradio Demate Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: P5345822B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014587/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Josemari Untalasco Domingo Data Nascimento: 29/05/1981 Passaporte: P6139264B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014582/2022-72 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Tomasz Ptaszek Data Nascimento: 03/04/1983 Passaporte: EH7607797 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014584/2022-61 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Garry Ibarbia Marcelo Data Nascimento: 09/08/1978 Passaporte: P2020591B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014588/2022-41 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Reynaldo Veneracion Estucado Data Nascimento: 15/04/1970 Passaporte: P1013716B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014621/2022-31 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: DAVID MANUEL SERRANO MAIA PITA Data Nascimento: 11/02/1984 Passaporte: CA419430 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014623/2022-21 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Patrick Vista Gerona Data Nascimento: 24/12/1992 Passaporte: P0623585B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014626/2022-64 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Steven Alexander Ross Data Nascimento: 16/12/1983 Passaporte: 128977717 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014635/2022-55 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Joel Franck René Freby Data Nascimento: 03/06/1965 Passaporte: 21FV02845 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014647/2022-81 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: RUSDI BAHARI BIN CHE ALI Data Nascimento: 01/04/1971 Passaporte: A50966233 País: MALÁSIA Imigrante: Febian Philemon Anak Deris Data Nascimento: 22/06/1996 Passaporte: K52590520 País: MALÁSIA Imigrante: WILLIAM SCOTT LITTLE Data Nascimento: 03/03/1975 Passaporte: 534647422 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014645/2022-91 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Rodel Aguilar Razalan Data Nascimento: 23/10/1965 Passaporte: P7014915A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014654/2022-81 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Mark Morales Tidalgo Data Nascimento: 06/06/1995 Passaporte: P9982137A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014659/2022-12 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 08/05/2023 Imigrante: MICHAL KAZIMIERZ DROZD Data Nascimento: 25/12/1970 Passaporte: EK0931232 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014664/2022-17 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 08/05/2023 Imigrante: Michal Dominik Zocholl Data Nascimento: 24/11/1979 Passaporte: EH9627793 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014676/2022-41 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 31/05/2024 Imigrante: Geofre Bello Palanog Data Nascimento: 03/08/1975 Passaporte: P6001699B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014683/2022-43 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Loreto Obusa Pepe Data Nascimento: 13/03/1973 Passaporte: P6029762A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014702/2022-31 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 25/01/2023 Imigrante: MARK WEIGT Data Nascimento: 03/11/1966 Passaporte: 510774053 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014705/2022-75 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: WOJCIECH PIOTR SZYSZKA Data Nascimento: 30/12/1989 Passaporte: ER8398405 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014722/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Leo Cañon Namoc Data Nascimento: 12/08/1988 Passaporte: P5588257A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014724/2022-18 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Marvin Penaloza Ramos Data Nascimento: 21/10/1973 Passaporte: P4733174B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014725/2022-46 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Vicente Mercedes Gatilogo Data Nascimento: 19/07/1965 Passaporte: P6419877B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014728/2022-81 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Blifel Jr Ande Tumabini Data Nascimento: 02/04/1997 Passaporte: P6668736B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014715/2022-19 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Rey Descartin Batiancila Data Nascimento: 07/03/1975 Passaporte: P8900198A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014717/2022-16 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jurence Manlukot Duran Data Nascimento: 25/05/1989 Passaporte: P9181575B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014719/2022-99 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: David Yakubov Data Nascimento: 07/08/1997 Passaporte: C02888152 País: AZERBAIJÃO.

Processo: 08228.014720/2022-13 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Gines Rosil Cambronero Data Nascimento: 25/08/1978 Passaporte: P6826152B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014726/2022-91 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Graham James Green Data Nascimento: 09/12/1967 Passaporte: 519894812 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014729/2022-24 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Owen John Birnie Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: 524936861 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014756/2022-13 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: BABY VINCENT AQUIDADO PEREZ Data Nascimento: 01/12/1969 Passaporte: P8249535A País: FILIPINAS Imigrante: ALBERT OLANGO REDIRA Data Nascimento: 12/02/1970 Passaporte: P7890075B País: FILIPINAS Imigrante: LEO ALEJANDRO PEREZ UY Data Nascimento: 19/08/1994 Passaporte: P8831060B País: FILIPINAS Imigrante: EDWAR DOMEDIEGO ABRECE Data Nascimento: 20/11/1982 Passaporte: P2074580B País: FILIPINAS Imigrante: GREG II CARVELIDA REYES Data Nascimento: 14/10/1985 Passaporte: P7453425B País: FILIPINAS Imigrante: DENNIS GONZALES CUEVO Data Nascimento: 01/11/1977 Passaporte: P7241054A País: FILIPINAS Imigrante: EDIMER DUMAPIT ESPINOSA Data Nascimento: 08/05/1981 Passaporte: P7090247B País: FILIPINAS Imigrante: EDWIN LABADAN ROMOROSA Data Nascimento: 23/03/1962 Passaporte: P6313803B País: FILIPINAS Imigrante: KIRBY IAN CONCEPION CARAAN Data Nascimento: 05/02/1987 Passaporte: P6228992A País: FILIPINAS Imigrante: AILEEN CABINTOY ESCALA Data Nascimento: 08/06/1989 Passaporte: P6573159B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014757/2022-41 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: NARCISO NARCISO BAGAYAN Data Nascimento: 12/07/1982 Passaporte: P9786836A País: FILIPINAS Imigrante: RYAN ROSACAY ENRIQUEZ Data Nascimento: 20/11/1978 Passaporte: P7502280B País: FILIPINAS Imigrante: STEPHEN BENDIJO BENTULAN Data Nascimento: 23/05/1976 Passaporte: P9112487B País: FILIPINAS Imigrante: NOEL CASTRO GUEVARRA Data Nascimento: 26/09/1964 Passaporte: P3958499B País: FILIPINAS Imigrante: LLOYD REINGOLD CORDERO FROLINO Data Nascimento: 16/06/1984 Passaporte: P2069373B País: FILIPINAS Imigrante: MAYBELLE MARIE DECENA TRIAS Data Nascimento: 16/10/1984 Passaporte: P6320076B País: FILIPINAS Imigrante: NEIL DOLLETE TABAY Data Nascimento: 07/06/1975 Passaporte: P6186644B País: FILIPINAS Imigrante: WILSON BOJADOR ALZAGA Data Nascimento: 07/03/1977 Passaporte: P3960982B País: FILIPINAS Imigrante: RALPH STEPHEN BALUGA GENOVEZA Data Nascimento: 05/09/1986 Passaporte: P8802786B País: FILIPINAS Imigrante: LORLYN TRINCHERA EPINO Data Nascimento: 22/02/1970 Passaporte: P6573159B País: FILIPINAS Imigrante: NOLI ABELLA RIVERA Data Nascimento: 24/04/1968 Passaporte: P6098336B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014782/2022-25 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Artur Larionov Data Nascimento: 08/08/1986 Passaporte: 24982621 País: LITUÂNIA.

Processo: 08228.014820/2022-41 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Salvador Guanco Lumampao Data Nascimento: 11/04/1964 Passaporte: P2634454B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014785/2022-69 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Baldeep Singh Sidhu Data Nascimento: 06/01/1975 Passaporte: Z4431829 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014816/2022-81 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: RIKKI LEE HORNBY Data Nascimento: 01/09/1982 Passaporte: 128357511 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014789/2022-47 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: SCOTT ERIC HENSLEY Data Nascimento: 05/02/1981 Passaporte: 545798801 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014832/2022-74 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: DENYS KOLOMOYETS Data Nascimento: 22/05/1982 Passaporte: FJ494277 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.014796/2022-49 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: MAREK KRYSTIAN KOHNKE Data Nascimento: 13/03/1975 Passaporte: ET4369364 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.014800/2022-79 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: ANDRII KORENEVYCH Data Nascimento: 15/05/1980 Passaporte: FB329033 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.014818/2022-71 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: JULIAN BALURAN YANGA Data Nascimento: 04/06/1981 Passaporte: P4082057B País: FILIPINAS Imigrante: DEUN HANS GARCIA SACUDIT Data Nascimento: 24/10/1992 Passaporte: P1463929B País: FILIPINAS Imigrante: ENRIQUE JR ALFARO ISMAEL Data Nascimento: 05/02/1980 Passaporte: P7457985B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014806/2022-46 Requerente: MAERSK DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 05/02/2023 Imigrante: BERYLE DEAN BRISTER JR Data Nascimento: 04/03/1974 Passaporte: 567476020 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014807/2022-91 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: LIBERIUS FERNANDO CANSIUS FERNANDO Data Nascimento: 09/09/1965 Passaporte: M9333725 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014808/2022-35 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: PUSHPDEEP SINGH SODHI Data Nascimento: 25/08/1979 Passaporte: Z5712741 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014810/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ALEXANDROS NIKOLAOS TSALDARIS Data Nascimento: 22/06/1991 Passaporte: AP5694117 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.014823/2022-83 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Mohamed Ali Mohamed Soliman Data Nascimento: 22/09/1990 Passaporte: A28796259 País: EGITO.

Processo: 08228.014826/2022-17 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Warren Delos Santos Aytona Data Nascimento: 25/08/1989 Passaporte: P6536573B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014827/2022-61 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ian Uy Cordero Data Nascimento: 12/04/1986 Passaporte: P8775563B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014834/2022-63 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Nolan Williams Data Nascimento: 30/03/1982 Passaporte: M00296467 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: MUHAMMAD LUTFI BAFADHAL Data Nascimento: 20/02/1975 Passaporte: C9095469 País: INDONÉSIA Imigrante: OTHMAN GALAL TAWFIK ALY Data Nascimento: 10/08/1984 Passaporte: A29775977 País: EGITO Imigrante: CRACIUN CIPRIAN FLORIAN Data Nascimento: 17/06/1986 Passaporte: 056475584 País: ROMÊNIA Imigrante: TOMASZ PIOTR POGORZELEC Data Nascimento: 08/02/1978 Passaporte: EK1808018 País: POLÔNIA Imigrante: AHMAD FAHMI BIN SUDIN Data Nascimento: 11/03/1989 Passaporte: A53517049 País: MALÁSIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.014263/2022-67 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MINORU SATO Data Nascimento: 10/05/1973 Passaporte: TR 8475901 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 12/2017

Processo: 08228.014170/2022-32 Requerente: ITINERA CONSTRUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Alberto Pernigotti Data Nascimento: 22/04/1965 Passaporte: YB0595726 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014193/2022-47 Requerente: ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGISTICA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Beniamino Gavio Data Nascimento: 13/10/1965 Passaporte: YB4900992 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.013808/2022-18 Requerente: JULOGUEST INVESTIMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: JULIE MARIE SOPHIE COMBARIEU REVIRIAUD Data Nascimento: 12/07/1967 Passaporte: 14DK18542 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 16/2017

Processo: 08228.014774/2022-89 Requerente: GFG PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: OLIVIER JOSÉ G. GRÉGOIRE (OLIVIER JOSÉ GUSTAVE GHISLAIN GRÉGOIRE) Data Nascimento: 03/09/1974 Passaporte: EP569744 País: BÉLGICA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.014829/2022-51 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JINGWEN ZHAI Data Nascimento: 28/08/2000 Passaporte: EJ1237559 País: CHINA.

Processo: 08228.014686/2022-87 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 24 Meses Imigrante: HAO CHENG Data Nascimento: 15/07/1994 Passaporte: EJ5052225 País: CHINA.

Processo: 08228.014632/2022-11 Requerente: WASION DA AMAZONIA INDUSTRIA DE INSTRUMENTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JUN LI Data Nascimento: 28/06/1984 Passaporte: ED6344537 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2018 (Art. 2º)

Processo: 08228.012661/2022-49 Requerente: PANTOS DO BRASIL LOGISTICA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SOYOUNG LEE Data Nascimento: 21/09/1997 Passaporte: M54924811 País: COREIA DO SUL.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea a)

Processo: 08228.011739/2022-16 Requerente: GONCALO CASTRO PIRES AMARO DAS NEVES Prazo: 2 Anos Imigrante: GONÇALO CASTRO PIRES AMARO DAS NEVES Data Nascimento: 16/11/1985 Passaporte: CB691135 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ISABEL DE CASTRO PIRES NEVES Pai: JOÃO MANUEL AMARO DAS NEVES.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022

Processo: 08228.014604/2022-11 Requerente: Canoinhas Atlético Clube Ltda. Prazo: 04 Anos Imigrante: ELIER POZO BALLONA Data Nascimento: 28/01/1995 Passaporte: M085866 País: CUBA Mãe: MAGALY BALLONA SÁNCHEZ Pai: JOSE ELÍAS POZO ARMENTERO.

Processo: 08228.014605/2022-49 Requerente: Canoinhas Atlético Clube Ltda. Prazo: 03 Anos Imigrante: SANDRO CUTIÑO CASTELLANOS Data Nascimento: 03/03/1995 Passaporte: K411298 País: CUBA Mãe: BLANCA NIEVE CASTELLANOS CABREJA Pai: BIENVENIDO CUTIÑO CUTIÑO.

Processo: 08228.016160/2022-31 Requerente: SOCIEDADE ESPORTIVA PENHAROL ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: ATABONG NOELLA NZOBELLA Data Nascimento: 07/01/1997 Passaporte: 0880408 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.016168/2022-14 Requerente: SOCIEDADE ESPORTIVA PENHAROL ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: ATEM FAITH ANYINGO Data Nascimento: 06/12/2000 Passaporte: 1016667 País: CAMARÕES.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.009539/2022-95 Requerente: ELODIE ELISABETH GISELE KORNHEISER Prazo: 1 Ano Imigrante: ARNAUD ARMAND BERNARD KORNHEISER Data Nascimento: 09/07/1972 Passaporte: 19FC50283 País: FRANÇA Mãe: DANIELLE JEANNE MARIE-JOSé GAUDRON Pai: JEAN-PIERRE ROGER KORNHEISER.

Processo: 08228.011533/2022-88 Requerente: TSA TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMACAO SA Prazo: 2 Anos Imigrante: EZIO DAVID DE ALMEIDA DE SANTANA AFONSO Data Nascimento: 13/03/1995 Passaporte: CB898892 País: PORTUGAL Mãe: Estácia Anastácia Xavier de Almeida Pai: António Jorge de Santana Afonso.

Processo: 08228.011050/2022-83 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DANIEL MORA Data Nascimento: 03/11/1970 Passaporte: 17EC68569 País: FRANÇA Mãe: ADELA QUIROS Pai: GUY EMILE ANDRE MORA.

Processo: 08228.012540/2022-13 Requerente: AMAZON VALLEY ACADEMY Prazo: 2 Anos Imigrante: Tina Kaipolani Queenie Bostian Data Nascimento: 26/03/1966 Passaporte: 661024763 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Gertrude Leimomi Wong Pai: Robert Lanier Conlee.

Processo: 08228.013396/2022-16 Requerente: ASSOCIACAO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: DORTHE PIA JENSEN Data Nascimento: 09/01/1957 Passaporte: 212472985 País: DINAMARCA Mãe: Mary Lucie Jensen Pai: Karl Ejgil Jensen.

Processo: 08228.013541/2022-69 Requerente: CAMPUS BRASIL TURISMO E INTERCAMBIO EDUCACIONAL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JARET WILLIAM WATERS Data Nascimento: 18/10/1997 Passaporte: 556007410 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Marilyn Richards Waters Pai: Christopher Charles Waters.

Processo: 08228.013877/2022-21 Requerente: BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: ÁLVARO PEREZ DELSO Data Nascimento: 11/02/1986 Passaporte: PAK284715 País: ESPANHA Mãe: MARIA EUGENIA DELSO MARTINEZ-TREVIJANO Pai: IGNACIO PEREZ CORDERO.

Processo: 08228.013890/2022-81 Requerente: CREC8 BRASIL XINCHUAN LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SEN ZHANG Data Nascimento: 27/01/1987 Passaporte: EH7424007 País: CHINA Mãe: XIUQIONG CHEN Pai: MINGGUI ZHANG.

Processo: 08228.014112/2022-17 Requerente: CHINA RAILWAY NO. 10 ENGINEERING CONSTRUTORA DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: LI JUN FU Data Nascimento: 04/11/1972 Passaporte: E45396030 País: CHINA Mãe: RUILIAN CUI Pai: YOUZHI FU.

Processo: 08228.014219/2022-57 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: WEI XU Data Nascimento: 12/09/1997 Passaporte: EJ3274438 País: CHINA Mãe: LIJUN LI Pai: TIANBAO XU.

Processo: 08228.014220/2022-81 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JINGJING DING Data Nascimento: 12/02/1995 Passaporte: E47352314 País: CHINA Mãe: CUILING WAN Pai: YONGGUO DING.

Processo: 08228.014221/2022-26 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MING GAO Data Nascimento: 12/05/1992 Passaporte: EJ5054136 País: CHINA Mãe: SHAOFEN XIE Pai: ZILAN GAO.

Processo: 08228.014224/2022-61 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: LIN HUANG Data Nascimento: 07/10/1993 Passaporte: E34800860 País: CHINA Mãe: YUANFANG PAN Pai: HANYOU HUANG .

Processo: 08228.014227/2022-11 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: LING JIANG Data Nascimento: 20/03/1997 Passaporte: EF2531235 País: CHINA Mãe: XIAOHUI DENG Pai: YANYUN JIANG .

Processo: 08228.014230/2022-17 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CHUNXIU ZENG Data Nascimento: 12/12/1995 Passaporte: EJ2056246 País: CHINA Mãe: YUJIN LI Pai: QIYANG ZENG .

Processo: 08228.014232/2022-14 Requerente: IEST TECNOLOGIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: QIDA ZHENG Data Nascimento: 10/09/1991 Passaporte: E95180312 País: CHINA Mãe: JINDIAN SUN Pai: YONGBIN ZHENG .

Processo: 08228.014365/2022-82 Requerente: A YANG COMERCIO Prazo: 2 Anos Imigrante: JIANDUAN LIU Data Nascimento: 02/07/1979 Passaporte: EH5377653 País: CHINA Mãe: AIJIN WANG Pai: YONGQING LIU.

Processo: 08228.014837/2022-13 Requerente: YAPP BRASIL FABRICACAO DE TANQUES E RESERVATORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: RUI ZHANG Data Nascimento: 15/07/1992 Passaporte: E45389143 País: CHINA Mãe: YUHONG ZHOU Pai: CHUNYANG ZHANG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.014530/2022-12 Requerente: BRASIL BIO FUELS REFLORESTAMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: LUIS FERNANDO ARANGO PEREZ Data Nascimento: 28/05/1978 Passaporte: AX465776 País: COLÔMBIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.006477/2022-61 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 16/03/2024 Imigrante: Jose Jr. Almeron Asuncion Data Nascimento: 06/01/1987 Passaporte: P6694905A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013221/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: RAGIEBS TABOBO FERNANDEZ Data Nascimento: 22/06/1994 Passaporte: P3509654B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013225/2022-97 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: FRANCIS LLOYD LOPEZ GINISERAN Data Nascimento: 01/05/1984 Passaporte: P2643916B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013230/2022-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: ROBERT RENZ PASCUA BUENAOBRA Data Nascimento: 14/10/1993 Passaporte: P5671449A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013485/2022-62 Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 26/08/2024 Imigrante: Alexey Shkonda Data Nascimento: 13/12/1987 Passaporte: 727856745 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.013709/2022-36 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: NAVEEN KUMAR Data Nascimento: 15/05/1985 Passaporte: Z4611257 País: ÍNDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.014059/2022-46 Requerente: HYUNDAI ENGINEERING BRASIL CONSTRUTORA E GESTAO DE PROJETOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHURLKYU MAENG Data Nascimento: 16/01/1974 Passaporte: M03747714 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.013882/2022-34 Requerente: SAMJUNG TECH DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JEMIN PARK Data Nascimento: 15/09/1963 Passaporte: M00596104 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.014280/2022-11 Requerente: NISSHINBO DO BRASIL INDUSTRIA TEXTIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHINICHI WASHINO Data Nascimento: 04/07/1963 Passaporte: TZ1330419 País: JAPÃO.

Processo: 08228.014515/2022-58 Requerente: KINOSHITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: NAOYA KINOSHITA Data Nascimento: 16/11/1965 Passaporte: TR3473899 País: JAPÃO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.014294/2022-18 Requerente: FINALLY PAINFREE COMPRA, VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: ANGELIKA BEATE HOLZSCHUH Data Nascimento: 26/10/1968 Passaporte: C8J9L6PHT País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.009875/2022-38 Requerente: HEEJEONG SONG Prazo: 2 Anos Imigrante: Heejeong Song Data Nascimento: 01/10/1970 Passaporte: M74122489 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.012436/2022-11 Requerente: FATIMA FELICIANO Prazo: 02 Anos Imigrante: FATIMA FELICIANO Data Nascimento: 17/04/1978 Passaporte: PASSAPORTE País: MOÇAMBIQUE.

Processo: 08228.012860/2022-57 Instituição: MITRA DIOCESANA DE OSASCO Prazo: 2 Anos Imigrante: ALONSO PRIETO LANGARICA Data Nascimento: 21/12/1984 Passaporte: G25679983 País: MÉXICO.

Processo: 08228.012869/2022-68 Instituição: MITRA DIOCESANA DE OSASCO Prazo: 2 Anos Imigrante: IGNACIO ZAPATA GARCIA Data Nascimento: 05/08/1988 Passaporte: G21486419 País: MÉXICO.

Processo: 08228.013810/2022-97 Instituição: CONGREGACAO DAS IRMAS MISSIONARIAS DO IMAC COR DE MARIA Prazo: 2 Anos Imigrante: SHEEBA RAJA PANDIAN Data Nascimento: 21/04/1985 Passaporte: U0893116 País: ÍNDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.013526/2022-11 Requerente: UNIAO NOROESTE BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SETIMO DIA Prazo: 1 Ano Imigrante: MONICA SELENE VADILLO CRUZ Data Nascimento: 04/05/1993 Passaporte: G38174000 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 17/2017

Processo: 08228.014535/2022-29 Requerente: JOSE JOAO VINHAS DA SILVA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSE JOÃO VINHAS DA SILVA Data Nascimento: 06/02/1972 Passaporte: CB985551 País: PORTUGAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.016065/2022-38 Requerente: Christian Olaf Helmut Ernst Prazo: 16/02/2023 Imigrante: Christian Olaf Helmut Ernst Data Nascimento: 27/11/1979 Passaporte: C3JN1TTZ País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2018

Processo: 08228.013731/2022-86 Requerente: PUMA SPORTS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JULIEN OLIVIER MATTEO FATNA Data Nascimento: 26/04/1999 Passaporte: 20AD48301 País: FRANÇA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.013663/2022-55 Requerente: ENEL BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: MILENA DI FILIPPO Data Nascimento: 27/03/1983 Passaporte: YB0728074 País: ITÁLIA Mãe: MARIA PALAZZOLO Pai: ANTONINO DI FILIPPO.

Processo: 08228.014323/2022-41 Requerente: OPTIMATECH LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ROYMEL RODRIGUEZ CARPIO Data Nascimento: 21/04/1979 Passaporte: K793216 País: CUBA Mãe: ROSARIO CARPIO ALVAREZ Pai: ISMAEL DE JESUS RODRIGUEZ MILIAN.

Processo: 08228.014321/2022-52 Requerente: AUDI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MANUEL SIEBLER Data Nascimento: 20/04/1980 Passaporte: CCZ8RWKL9 País: ALEMANHA Mãe: Margit Lisa Siebler Pai: Elmhorst Albrecht Siebler.

Processo: 08228.014320/2022-16 Requerente: GALLO BRASIL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: FILIPE ALEXANDRE HENRIQUES GONÇALVES Data Nascimento: 27/06/1971 Passaporte: CB474324 País: PORTUGAL Mãe: MARIA HELENA SANTOS F H B GONÇALVES Pai: FRANCISCO BAPTISTA GONÇALVES.

Processo: 08228.014470/2022-11 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LIWEN LIN Data Nascimento: 10/01/1990 Passaporte: E45011758 País: CHINA Mãe: MEIYING YAO Pai: CHENGJIN LIN.

Processo: 08228.014472/2022-19 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUNYUAN WANG Data Nascimento: 10/07/1987 Passaporte: EJ5062786 País: CHINA Mãe: YUQIN WANG Pai: HEMING WANG.

Processo: 08228.014477/2022-33 Requerente: NISSIN FOODS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Yu Hasegawa Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: TS2847646 País: JAPÃO Mãe: Keiko Hasegawa Pai: Masaru Hasegawa.

Processo: 08228.014525/2022-93 Requerente: BRASLIVE ENTRETENIMENTO - AGENCIAMENTO DE SERVICOS ARTISTICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LUIS ERNESTO DELGADO REYES Data Nascimento: 12/01/1969 Passaporte: G23002430 País: MÉXICO Mãe: MA DE LOS ANGELES REYES Pai: LUIS ADOLFO DELGADO FIMBRES.

Processo: 08228.014607/2022-38 Requerente: RIO PARANA ENERGIA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: QINGQING DONG Data Nascimento: 09/10/1992 Passaporte: PE1831651 País: CHINA Mãe: YINPING CHEN Pai: YINLIANG DONG .

Processo: 08228.014662/2022-28 Requerente: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LESLIE JENNIFER GAUTHIER Data Nascimento: 05/05/1987 Passaporte: 17AA25350 País: FRANÇA Mãe: Marylene Marie Therese Denis Pai: Patrick Bernard Gauthier.

Processo: 08228.014696/2022-12 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JIE FENG Data Nascimento: 17/05/1983 Passaporte: EJ3773127 País: CHINA Mãe: YING XUE Pai: GUOXIANG FENG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.014517/2022-47 Requerente: JESUS GONZALEZ GARCIA Prazo: Indeterminado Imigrante: JESÚS GONZÁLEZ GARCÍA Data Nascimento: 01/03/1971 Passaporte: N00305924 País: MÉXICO Mãe: ADELA GARCIA MARTINEZ Pai: JESUS GONZALES SANTANA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.013045/2022-13 Requerente: SACYR CONSTRUCCION S/A DO BRASIL Prazo: 01 Ano Imigrante: Javier Hidalgo López Data Nascimento: 19/06/1977 Passaporte: XDB015323 País: ESPANHA Mãe: EUFEMIA LÓPEZ PASTOR Pai: JUAN FRANCISCO HIDALGO GOMEZ.

Processo: 08228.013953/2022-15 Requerente: LEONARDO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: GIUSEPPE MIGNOLI Data Nascimento: 24/04/1983 Passaporte: YB0898847 País: ITÁLIA Mãe: FRANCA PUCCIARELLI Pai: TOMMASO MIGNOLI.

Processo: 08228.014008/2022-14 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 14/10/2023 Imigrante: ROBERTO COSTALES POLADURA Data Nascimento: 22/10/1995 Passaporte: PAG233456 País: ESPANHA Mãe: MARIA PILAR POLADURA TAVILA Pai: ANTONIO JESUS COSTALES RIESTRA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.014124/2022-33 Requerente: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KUI WANG Data Nascimento: 09/04/1989 Passaporte: EF8570730 País: CHINA Mãe: YONG RONG TAN Pai: CHUN HUI WANG.

Processo: 08228.014295/2022-62 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 150 Dias Imigrante: ANTONIO PASQUA Data Nascimento: 14/02/1961 Passaporte: YB1003647 País: ITÁLIA Mãe: ANNUNZIATA VERDOLIVA Pai: SALVATORE PASQUA.

Processo: 08228.014298/2022-12 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: VINCENT FRANÇOIS PERNOT Data Nascimento: 25/01/1974 Passaporte: 546158692 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: ANNE MARIE SOBOUL Pai: MICHEL PERNO.

Processo: 08228.014300/2022-37 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 150 Dias Imigrante: GERARDO MAGLIONE Data Nascimento: 13/11/1960 Passaporte: YB1001852 País: ITÁLIA Mãe: GIUSEPPE MAGLIONE Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.014307/2022-59 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 16/07/2023 Imigrante: Diego Martin Mansilla Cabrera Data Nascimento: 19/07/1989 Passaporte: D227596 País: URUGUAI Mãe: Julia Marisa Cabrera Pai: Alberto Mansilla.

Processo: 08228.014473/2022-55 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 16/07/2023 Imigrante: Gen Baterbonia De La Cruz Data Nascimento: 12/08/1959 Passaporte: 566119287 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: LYDIA B DE LA CRUZ Pai: GERARDO DE LA CRUZ.

Processo: 08228.014496/2022-61 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hisyam Bin Mohamad Zaini Data Nascimento: 19/09/1980 Passaporte: K50723458 País: MALÁSIA Mãe: Ipon Binti Tasit Pai: Mohd Zaini Bin Sulaiman .

Processo: 08228.014580/2022-83 Requerente: NIC PRODUCTS BRASIL EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: ANGEL ELOY LANDGRAVE REZA Data Nascimento: 19/11/1994 Passaporte: G40159129 País: MÉXICO Mãe: Maria Yolanda Reza Armenta Pai: Jesus Eloy Landgrave Rios.

Processo: 08228.014690/2022-45 Requerente: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG Prazo: 1 Ano Imigrante: Dirk Brockers Data Nascimento: 21/03/1978 Passaporte: C71VL1LMT País: ALEMANHA Mãe: Gerda Elisabeth Brockers Pai: Josef Brockers.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.013956/2022-32 Requerente: PEOPLE 2.0 BRASIL GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA. Prazo: 11/11/2023 Imigrante: Song Luo Data Nascimento: 11/11/1993 Passaporte: EJ4031932 País: CHINA Mãe: Wang Yong Xian Pai: Luo Yan.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.013950/2022-65 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Olli Tapio Junttila Data Nascimento: 13/10/1956 Passaporte: FP3790610 País: FINLÂNDIA Mãe: Kaino Kyllikki Junttila Pai: Erkki Junttila.

Processo: 08228.013951/2022-18 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 11/12/2022 Imigrante: KRZYSZTOF TOMCZYK Data Nascimento: 05/03/1986 Passaporte: EL9569123 País: POLÔNIA Mãe: BARBARA BORKOWSKA Pai: JERZY LESZEK TOMCZYK.

Processo: 08228.013955/2022-98 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 11/12/2022 Imigrante: EDGARDO GALO BOCO Data Nascimento: 14/08/1982 Passaporte: P9059973A País: FILIPINAS Mãe: LORENZA GALO BOCO Pai: GORGONIO ASID BOCO.

Processo: 08228.013957/2022-87 Requerente: CORCOVADO CONSULTORIA E SOLUCOES OFFSHORE EIRELI Prazo: 11/12/2022 Imigrante: STEPHEN CONDA MEJILLANO Data Nascimento: 04/07/1980 Passaporte: P6635039B País: FILIPINAS Mãe: NILA MEJILLANO Pai: BASIL MEJILLANO.

Processo: 08228.013987/2022-93 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DANIEL KORTELEY KORLEY Data Nascimento: 24/03/1972 Passaporte: G3173887 País: GANA Mãe: JULIANA SORTI Pai: TEYE KORLEY.

Processo: 08228.014316/2022-41 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Michael Vinoth Stephen Data Nascimento: 03/04/1978 Passaporte: Z2656358 País: ÍNDIA Mãe: Suguna Bai Stephen Pai: Stephen Malayappa Nadar.

Processo: 08228.014378/2022-51 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 27/12/2022 Imigrante: Fernando Yap Quong Data Nascimento: 18/01/1967 Passaporte: P6268925A País: FILIPINAS Mãe: Rosita Mendiola Yap Pai: Antonio Chan Quong.

Processo: 08228.014499/2022-11 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Knut Arne Oestvik Data Nascimento: 31/03/1969 Passaporte: 32940596 País: NORUEGA Mãe: Ellen Ostvik Pai: Harald Ostvik.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.013483/2022-73 Instituição: ASSOCIACAO INTERNACIONAL BUDISTA PROGRESSO Prazo: 01 Ano Imigrante: LI LING CHANG Data Nascimento: 06/08/1982 Passaporte: 350266717 País: TAIWAN Mãe: HSIU-MEI HUNG Pai: CHAO MEI CHANG.

Processo: 08228.014630/2022-22 Instituição: ORGANIZACAO RELIGIOSA SAO JOAO CALABRIA Prazo: 2 Anos Imigrante: ARÃO TCHITALI CACHUCO Data Nascimento: 11/11/1993 Passaporte: N2486301 País: ANGOLA Mãe: NATALIA MARIO Pai: BERNARDO FALECIDO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 17/2017)

Processo: 08228.012846/2022-53 Requerente: AGENCE FRANCE PRESSE Prazo: 02 Anos Imigrante: FLORIAN CHRISTIAN PIERRE PLAUCHEUR Data Nascimento: 30/03/1984 Passaporte: 17FV04691 País: FRANÇA Mãe: BRIGITTE JEANNE MARIE PLAUCHEUR Pai: CHRISTIAN MARCEL RAYMOND PLAUCHEUR.

Processo: 08228.014196/2022-81 Requerente: ERIC GILLES FROSIO Prazo: 2 Anos Imigrante: Eric Gilles Frosio Data Nascimento: 03/12/1977 Passaporte: 14DL36673 País: FRANÇA Mãe: Ghislaine Anahid Darkanian Pai: Daniel Claude Frosio.

Processo: 08228.014945/2022-71 Requerente: FINANCIAL TIMES DO BRASIL CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Michael Pooler Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: PI0106361 País: IRLANDA Mãe: Jacqueline Frances Pooler Pai: James Edward Pooler.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 40/2019)

Processo: 08228.014603/2022-51 Requerente: INGER MARGARETA LARSSON Prazo: 1 Ano Imigrante: Inger Margareta Larsson Data Nascimento: 21/12/1939 Passaporte: 96681767 País: SUÉCIA Mãe: Ingrid Margareta Larsson Pai: Erik Gunnar Larsson.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.014241/2022-13 Requerente: JEFFERY DUANE SMITH Prazo: 1 Ano Imigrante: JEFFERY DUANE SMITH Data Nascimento: 24/09/1969 Passaporte: 658825460 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Lynne Leone Merrifield Pai: Leonard Duane Smith.

Processo: 08228.010206/2022-17 Requerente: LAURA DAINESE Prazo: 02 Anos Imigrante: LAURA DAINESE Data Nascimento: 05/09/1945 Passaporte: YA5019708 País: ITÁLIA Mãe: TEMIDE PAGANELLA Pai: GILDO DAINESE.

Processo: 08228.014424/2022-12 Requerente: Stefan Andreas Hänisch Prazo: 1 Ano Imigrante: Stefan Andreas Hänisch Data Nascimento: 29/11/1962 Passaporte: C241G6L6W País: ALEMANHA Mãe: Hanna Erika Hänisch Pai: Richard Paul Hänisch.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.007695/2022-11 Requerente: ALICE HELENE AULANIER Prazo: 1 Ano Imigrante: AULANIER ALICE Data Nascimento: 20/02/1996 Passaporte: 17CC37707 País: FRANÇA.

CONCOMITÂNCIA

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MAZAKAZU OBAYASHI a exercer concomitantemente o cargo de Administrador Financeiro na COSMOS IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO LTDA. Processo: 08228.014387/2022-42, anteriormente autorizado através do Processo 47039004343/2021-11.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MINORU SATO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YAMAHA MOTOR DO BRASIL LTDA. Processo: 08228.014268/2022-91, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.014263/2022-67.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MINORU SATO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA. Processo: 08228.014269/2022-34, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.014263/2022-67.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MINORU SATO a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YAMAHA MOTOR ELECTRONICS DO BRASIL LTDA. Processo: 08228.014270/2022-69, anteriormente autorizado através do Processo: 08228.014263/2022-67.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante ALAIN LEON HENRI DIÉVAL a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Gerente na SAF DO BRASIL PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Processo: 08228.014740/2022-94, anteriormente autorizado através do Processo 08228.006025/2022-88.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante XINJIAN CHEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na SANTA CLARA IV ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Processo: 08228.014773/2022-34, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009835/2019-70.

INDEFERIDO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.013772/2022-72 Requerente: NATALIA DEGTEREVA Prazo: 1 Ano Imigrante: Natalia Degtereva Data Nascimento: 23/02/1992 Passaporte: 762022325 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.011971/2022-46 Requerente: Maurice Walter Roger Glaser Prazo: Indeterminado Imigrante: Maurice Walter Roger Glaser Data Nascimento: 24/03/1955 Passaporte: Passport X9114088 País: SUÍÇA Mãe: Silvana Glaser-Giupponi Pai: Roger Walter Robert Glaser.

Processo: 08228.011937/2022-71 Requerente: BLAKE FARBER Prazo: 2 Anos Imigrante: BLAKE FARBER Data Nascimento: 26/06/1985 Passaporte: A03567023 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: JUDITH LLYN SCHARF Pai: ROBERT JON FARBER.

Processo: 08228.011745/2022-65 Requerente: Sebastian Calabria Romera Prazo: Indeterminado Imigrante: Sebastian Romera Calabria Data Nascimento: 16/09/1951 Passaporte: pah647760 País: ESPANHA Mãe: Herminia Calabria Vellon Pai: Pedro Romera Patino.

Processo: 08228.012460/2022-41 Requerente: Giger Alois Johann Prazo: Indeterminado Imigrante: Alois Johann Giger Data Nascimento: 07/02/1950 Passaporte: X4239171 País: SUÍÇA Mãe: Frieda Giger Pai: Anton Giger.

Processo: 08228.013913/2022-57 Requerente: MARIA TERESA CONDE Prazo: 5 Mêses Imigrante: Maria Teresa Conde Data Nascimento: 24/06/1971 Passaporte: 123906311 País: REINO UNIDO Mãe: Mercedes Conde Otero Pai: Marcelino Conde Santos.

Processo: 08228.012022/2022-83 Requerente: S.A.F BOTAFOGO Prazo: 1 Ano Imigrante: ESTEBAN ESPINOSA Data Nascimento: 19/09/2002 Passaporte: 592469573 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: YENNIFER RAMIREZ Pai: EDWARD ESPINOSA.

Processo: 08228.016224/2022-11 Requerente: SETONDJI COCOU MODESTE ALEXANDRE YAHOUEDEHOU Prazo: 25/07/2023 Imigrante: SETONDJI COCOU MODESTE ALEXANDRE YAHOUEDEHOU Data Nascimento: 20/10/1988 Passaporte: B0640059 País: BENIN.

Processo: 08228.011617/2022-11 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: 2 Anos Imigrante: ciriaco goddi Data Nascimento: 20/06/1975 Passaporte: YA5130272 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.011978/2022-68 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Anos Imigrante: Luis Fernando Barros Narvaez Data Nascimento: 15/12/1979 Passaporte: AX030524 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.010918/2022-28 Requerente: FRANCISCO EDUARDO FONTENELE Prazo: 2 Anos Imigrante: Laurinda Luis Nemba Data Nascimento: 26/02/1983 Passaporte: Passaporte País: MOÇAMBIQUE.

Processo: 08228.011561/2022-11 Requerente: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: GEORGE KINDO Data Nascimento: 23/09/1988 Passaporte: PASSAPORTE País: ÍNDIA.

Processo: 08228.014110/2022-11 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Damien Jacques Andre Carre Data Nascimento: 13/07/1978 Passaporte: 20FV07917 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014014/2022-71 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: Tamara Afanasievna Nissen Data Nascimento: 01/03/1967 Passaporte: 213804497 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.016068/2022-71 Requerente: VOLLERT DO BRASIL REPRESENTACAO, COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Thomas Georg Ziert Data Nascimento: 23/09/1966 Passaporte: CCX2CR9FG País: ALEMANHA.

Processo: 08228.009311/2022-11 Requerente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO Prazo: 1 Ano Imigrante: Serge Lellbach Data Nascimento: 16/08/1965 Passaporte: CGNXV5PWZ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014894/2022-86 Requerente: PIOLHOLESS SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS PARA REMOCAO DE PIOLHOS E LENDEAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: cynthia montiel gutierrez Data Nascimento: 09/07/1986 Passaporte: G34419891 País: MÉXICO Mãe: alma rosa gutierrez ferraez Pai: carlos montiel lopez.

Processo: 08228.014401/2022-16 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO GROSSI Data Nascimento: 15/11/1971 Passaporte: PASSAPORTE País: ITÁLIA Mãe: LUCIA PALMIERI Pai: ANTONIO GROSSI.

Processo: 08228.012677/2022-51 Requerente: JORGE LUTUIMA MUECARIA TAVARES Prazo: Indeterminado Imigrante: Jorge Lutuima Muecaria Tavares Data Nascimento: 09/08/1998 Passaporte: N2703732 País: ANGOLA Mãe: Luzia De Assunçao Alves Muecaria Tavares Pai: Rui Jorge De Meireles Tavares.

Processo: 08228.011736/2022-74 Requerente: ADUNEL FERNANDO ABAIBA DA SILVA Prazo: 2 Anos Imigrante: ADUNEL FERNANDO ABAIBA DA SILVA Data Nascimento: 05/02/1984 Passaporte: C00226223 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: ALINDA TCHUCHA Pai: FERNANDO ABAIBA DA SILVA.

Processo: 08228.010401/2022-39 Requerente: ELDER COSTA SANTOS Prazo: 2 Anos Imigrante: Augusto Dinzeia Pedro Data Nascimento: 16/04/1985 Passaporte: Passaporte País: ANGOLA Mãe: Sofia Pedro Pai: Domingos Pedro.

Processo: 08228.011760/2022-11 Requerente: MD TARIFUL ISLAM Prazo: 02 Anos Imigrante: MOHAMMAD ELIASH AHMED Data Nascimento: 15/08/1988 Passaporte: A01292878 País: BANGLADESH Mãe: ULFOT NESHA Pai: SAMSUL HUQ.

Processo: 08228.013281/2022-21 Requerente: CRIMET CRICIUMA MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: SUELI CUSTÓDIO CRUZ POMBO Data Nascimento: 13/12/1999 Passaporte: N2722731 País: ANGOLA Mãe: TÂNIA SUZANA CARLOS CRUZ Pai: ERNESTO POMBO.

Processo: 08228.008703/2022-47 Requerente: DEMO DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Alexis Israel Martinez Cruz Data Nascimento: 06/12/1992 Passaporte: N00195997 País: MÉXICO Mãe: Maria de la Cruz Romero Pai: Perfecto Martinez Cesareo.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇOES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 168, de 02/09/2022, Seção 1, Pág. 132, Processo: 08228.009751/2022-52, onde se lê: Mãe: LYDIE, FLORENCE, GERMAINE PALMADE; Pai: ALAIN, GEORGES, MARCEL BEUREL, leia-se: Mãe: LYDIE FLORENCE GERMAINE PALMADE; Pai: ALAIN GEORGES MARCEL BEUREL.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 165, de 30/08/2022, Seção 1, Pág. 213, Processo: 08228.010598/2022-14, onde se lê: Mãe: MIRIAM CASTELLANOS CONDE, leia-se: Mãe: MIRIAM URSINA CASTELLANOS CONDE.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 193, de 10/10/2022, Seção 1, Pág. 61, Processo: 08228.012835/2022-73, onde se lê: Passaporte: R9487884, leia-se: Passaporte: TS4978865.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 193, de 10/10/2022, Seção 1, Pág. 61, Processo: 08228.012851/2022-66, onde se lê: Imigrante: TAKAHITO MATSUOKA, leia-se: Imigrante: TAKAHIRO MATSUOKA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 193, de 10/10/2022, Seção 1, Pág. 65, Processo: 08228.013012/2022-65, onde se lê: Mãe: ELENA IVANOVNA LEVKINA; Pai: VLADIMIR VASILYEVICH LEVKIN, leia-se: Mãe: ELENA LEVKINA; Pai: VLADIMIR LEVKIN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 117, de 23/06/2022, Seção 1, Pág. 87, Processo: 08228.005442/2022-11, onde se lê: Prazo: 06/12/2024, leia-se: Prazo: 12/06/2024.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 187, de 30/09/2022, Seção 1, Pág. 61, Processo: 08228.012627/2022-74, onde se lê: País: FILIPINAS, leia-se: País: ÍNDIA.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0058668/2021
Código: 058.767
Interessada: LILIANA ROCHA NEVES
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no art.67 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0040239/2021
Código: 040.315
Interessado: ADIB MOKHALLALTI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0088172/2021
Código: 089.975
Interessado: OLGA SHAMRAY
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que a naturalizanda não possui Certificado Provisório de Naturalização.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086729/2021
Código: 088.483
Interessado: LIGIA EUGENIA PINEDA RUIZ
Despacho do Coordenador - Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, todos os outros documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 , dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0085063/2021
Código: 086.733
Interessado: BODELIE YVONNE ALEXIS
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0067733/2021
Código: 068.387
Interessado: JUNIOR PIERRE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0067307/2021.
Código: 067.928
Interessado: LUZIA IMACULADA ANTONIO.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado certidão emitida pela Justiça Estadual.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0061584/2021
Código: 061.760
Interessado: MAME DIARA NDIAYE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0060237/2021
Código: 060.379
Interessada: DAMARYS CONSUEGRA RAEZ ALMEIDA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade e não apresentou certidão emitida pela Justiça Estadual.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0058390/2021
Código: 058.481
Interessado: MERCINOR SIMON
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa que não atende aos preceitos previstos na Portaria nº 623, de 2020.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0054633/2021
Código: 054.705
Interessado: YOSDAN MARTINEZ CAMEJO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0038410/2021
Código: 038.486
Interessada: KSENIIA SMIRNOVA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0036167/2021
Código: 036.243
Interessado: KATIZA HELENA DOS REIS
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso II do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221 e inciso I do art. 237 do Decreto nº 9.199, de 2017, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0035539/2021
Código: 035.615
Interessado: BERNO LOGIS
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.181, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, em cumprimento ao Despacho proferido pelo MM. Juiz Titular da 4ª Vara Federal do Rio Grande do Norte, Janilson Bezerra de Siqueira, em 27 de setembro de 2022, resolve:

RECONHECER a condição de apátrida, nos termos do art. 26 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, à pessoa abaixo relacionada:

ANDRIMANA BUYOYA HABIZIMANA, nascido em 06 de outubro de 1980, filho de Buyoya Habizimana e de Shegeleni Habyarimana, residente no estado do Rio Grande do Norte (Processo judicial nº 0006570-31.2009.4.05.8400).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.182, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANWAR SAFDAR - G296836-H, natural do Paquistão, nascido em 15 de novembro de 1971, filho de Ali Safdar Malik e de Bibi Amna, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0068670/2021);

EIAD SALEEM - G218044-E, natural da Síria, nascido em 08 de março de 1978, filho de Issa Saleem e de Janit Saleem, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0269868/2022);

ELIZABETH MAKUNTINA - G317390-U, natural da Angola, nascida em 13 de maio de 1977, filha de Miranda Mbabu e de Nseca Mafuta, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0101135/2021);

FRANCIS OWUSU - G340712-E, natural de Gana, nascido em 06 de março de 1978, filho de Yaw Owusu e de Comfort Yeboah, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0069058/2021);

ISAI OMAR ORONA CASTANEDA - G186628-0, natural do México, nascido em 14 de agosto de 1986, filho de Isaias Orona Varela e de Argelia Castaneda Alvarado, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0095210/2021);

INES HUNGERBUHLER - V788898-L, natural da Suíça, nascida em 09 de abril de 1982, filha de Stephan Hungerbuhler e de Regula Burri Hungerbuhler, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0100698/2021);

JIGIRISU ALADE ALLI - V851654-L, natural da Nigéria, nascido em 02 de abril de 1964, filho de Sudan Akanbi Alli e de Risikatu Ayoka Alli, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0092758/2021);

KWAME DEMETRIO MENSAH - G190586-E, natural de Gana, nascido em 09 de julho de 1982, filho de Anthony Mensah e de Charllote Ayorkor, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0073069/2021);

LUKEKA LINA - G279404-6, natural da Angola, nascida em 25 de abril de 1982, filha de Alfredo Muguel e de Nzuzi Mayi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0098786/2021);

MAME MOR NDIAYE - G339227-J, natural do Senegal, nascido em 13 de outubro de 1972, filho de Mor Fall Ndiaye e de Fatou Gaye Diop, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0068427/2021);

MANOR MASSON - G238525-N, natural do Haiti, nascido em 22 de setembro de 1987, filho de Augusnor Masson e de Valide Plaisimond, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0271104/2022);

MUZAMIL ZEESHAN - G015169-N, natural do Paquistão, nascido em 01 de dezembro de 2002, filho de Kaleem Masood e de Aqila Yasmin, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0100855/2021);

MURIELLE ESTHER HADAD - V695681-P, natural da França, nascida em 24 de fevereiro de 1988, filha de Hubert Auguste Hadad e de Chantal Rahil Guez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0101049/2021);

MOHAMAD NEHME - G144935-P, natural do Líbano, nascido em 15 de fevereiro de 1988, filho de Moussa Nehme e de Sabah Daoui, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0103920/2021);

NSIMBA KONDI SEBASTIÃO - G465716-0, natural da Angola, nascido em 07 de março de 1995, filho de Nsanza Sebastião e de Kondi Helena, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0096799/2021);

SÉBASTIEN ROLAND MARIE JOSEPH RONDINEAU - V550875-V, natural da França, nascido em 09 de janeiro de 1975, filho de Joseph Rondineau e de Marie Paule Rondineau, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0100849/2021) e

YURELKIS RAMOS HERNÁNDEZ - F189280-7, natural de Cuba, nascida em 06 de novembro de 1983, filha de Osvaldo Ramos Pérez e de Aisa Hernández Rodríguez, residente no Estado do Amapá (Processo nº 235881.0065853/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.183, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08200.005798/2022-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANGELICA DEL CARMEN, de nacionalidade colombiana, filha de Nefer Diaz e de Iris Cogollo, nascida na República da Colômbia, em 31 de julho de 1979, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.184, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.004162/2019-66, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANA SOFIA GOMES DAS DORES AFONSO, de nacionalidade portuguesa, filha de Joaquim Manuel Vinagre das Dores e de Anabela Gomes França das Dores, nascida em Lisboa, República Portuguesa, em 8 de agosto de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.185, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.017521/2021-51, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JULDEH BAH, de nacionalidade serra-leonesa, filho de Mamadu Bah e de Maria M. Bah, nascido em Freetown, República de Serra Leoa, em 15 de junho de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.186, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.014062/2021-54, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, HENRY CHIJIOKE ONYEJIJI, de nacionalidade nigeriana, filho de Viginus Onyejiji e de Francisca Onyejiji, nascido na República Federal da Nigéria, em 3 de dezembro de 1988, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses e 2 (dois) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.187, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08270.013976/2019-92, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NEIVER CASTRO OCHOA, de nacionalidade colombiana, filho de Arcenio Castro e de Rosalia Ochoa, nascido em Tarqui, República da Colômbia, em 2 de julho de 1975, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.188, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art.1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.009832/2021-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS NUNEZ PINTO, de nacionalidade peruana, filho de Jorge Nunez Maria Pinto e de Maria Pinto, nascido na República do Peru, em 18 de abril de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.189, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.007900/2015-95, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADRIANO GONÇALVES GOES, de nacionalidade paraguaia, filho de Patrício Fernandes Gonçalo e de Floriana Gonçalves Goes, nascido na República do Paraguai, em 23 de junho de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 28 (vinte e oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.190, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta

do Processo nº 08505.007678/2019-62, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FERAS AL SHALET, de nacionalidade síria, filho de Ghassan Alshalet e de Nadia Alshaik, nascido em Damasco, na República Árabe Síria, em 10 de julho de 1992, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.191, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.302405/2016-30, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMMANUEL CHUKWUMA UDEH, de nacionalidade nigeriana, filho de Sylvester Udeh e de Theresa Udeh, nascido em Enugo, na República Federal da Nigéria, em 1º de janeiro de 1985, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 6 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.192, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

DECLARAR a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 e 251 do Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017:

DIEGO GUIMARÃES DE BRITO COSTA, nascido em 09 de julho de 1985, filho de Raimundo de Brito Costa Filho e de Pedrina Guimarães Brito, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.052844/2022-72);

FLÁVIA LUÍSA DE FARIA FONSECA MACEDO, nascida em 24 de janeiro de 1992, filha de Nilson Flávio Fonseca Macedo e de Maria Fátima de Faria Fonseca Macedo, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.050416/2022-13);

GISELE DA SILVA CHAVES que passou assinar GISELE CHAVES HARTMANN, nascida em 01 de janeiro de 1982, filha de Luiz Rodrigues Chaves e de Margarida da Silva Chaves, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08018.036206/2022-12);

JUSCELINO FERNANDES CARNEIRO, nascido em 14 de março de 1975, filho de Antônio Carneiro e de Anália Fernandes de Moraes, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.050277/2022-10);

LUCAS FERRAZ SALIBA, nascido em 24 de abril de 1989, filho de Mauricio Saliba Junior e de Maria do Carmo Ferraz Saliba, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.050411/2022-82);

MARTINS PAULO DOS SANTOS NETO, nascido em 20 de julho de 1986, filha de Francisco de Morais Santos e de Benedita Machado Vieira Santos, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.053997/2022-37);

MONICA JI A HAM, nascida em 24 de agosto de 1988, filha de Young Il Ham e de Myeong Hee Choi, adquirindo a nacionalidade Sul-Coreana (Processo nº 08018.053619/2022-53);

NAYSA BRASIL TEODORO, nascida em 10 de novembro de 1985, filha de Dorivaldo Teodoro dos Santos e de Neusa Maria Brasil Teodoro dos Santos, adquirindo a nacionalidade Australiana (Processo nº 08018.050767/2022-16);

TALITHA COLCERNIANI GONÇALVES, nascida em 06 de novembro de 1984, filha de Bernardo Sampaio Gonçalves e de Alba Leone Duarte Colcerniani Gonçalves, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.052841/2022-39);

DAVID TION TAO, nascido em 23 de abril de 1989, filho de Tao Jian e de Tion Tao Marisa Shei Pem, adquirindo a nacionalidade Holandesa (Processo nº 08018.048022/2022-97) e;

VALENTINA MATOSCHITZ DA SILVA, nascida em 11 de junho de 1997, filha de Heinz Matoschitz e de Elisangela da Silva, adquirindo a nacionalidade Austríaca (Processo nº 08000.027199/2022-49).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083475/2021.
Código: 085.010
Interessado: FRANGEL CASTELLANO PERDOMO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução indicando que a original está fora do prazo de validade), e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0069129/2021.
Código: 069.859
Interessado: AHMAD HAJIR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, foi agendado uma entrevista no dia 01/08/2022 às 09:45 para avaliar sua comunicação, porém o requerente não compareceu, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0068730/2021.
Código: 069.438
Interessado: Omar DIONGUE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual de SP, MG e RJ, bem como o Certificado de conclusão de curso de língua portuguesa não menciona se o requerente foi submetido a pelo menos uma avaliação presencial e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0068312/2021.
Código: 068.961
Interessado: RUBIANA EFIGENIA ESCALONA HERNANDEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoa Física - CPF; certidão de antecedentes penais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos cinco anos e cópia do documento de viagem internacional, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0049628/2021.
Código: 049.699
Interessado: Pedro Manuel Gonçalves Taborda.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou cópia do documento de viagem internacional; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e declaração conjunta de ambos os cônjuges, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Marino Alexandre Calheiros Aguiar, incluído na Portaria nº 397, de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2022, é natural de Moçambique, e não como constou. Processo nº 235881.0018445/2020

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Caroline Chantal Canelle Fesson de Souza Lemos, incluída na Portaria nº 477, de 19 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2022, voltou a assinar Caroline Chantal Canelle Fesson, em virtude de Divórcio Consensual, com sentença proferida aos 05 de agosto de 2022, pelo Oficial Substituto do 15° Oficio do Rio de Janeiro/RJ, autos n°281772, averbada no 5° Registro Civil de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro-RJ, Livro 4620, fls. 031/032, ato nº 008, conforme certidão passada pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Copacabana - RJ, Matrícula 089250 01 2014 00170 279 0035657 85. Processo nº 235881.0149786/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a exata data de nascimento de Josemar Salvador Nicolau Muacabalo, incluído na Portaria nº 920, de ,09 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 10 de agosto de 2022, é 22 de julho de 2012, e não como constou. Processo nº 08084.006396/2022-41

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: GUSTAVO FREDDY PATIÑO TAPIA
Processo: 08018.036092/2022-01

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08018.036092/2022-01

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ANA CAROLINA SIMÕES VIEIRA
Processo: 08018.038020/2022-90

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08018.038020/2022-90

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: PEIYI LIANG
Processo: 08084.003834/2022-10

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08084.003834/2022-10

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: NAJAT HALIM MOUSSA
Processo: 08018.036901/2022-76

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08018.036901/2022-76

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: CLARA DIAS TURRA
Processo: 08018.030150/2022-84

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08018.030150/2022-84

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JAILDA MARIA DA SILVA
Processo: 08084.003650/2022-50

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08084.003650/2022-50

Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: ISABEL DA COSTA
Processo: 08000.016302/2022-25

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99. Processo nº 08000.016302/2022-25

MARTHA PACHECO BRAZ

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 1.485 - Processo Administrativo nº 08700.004558/2019-05 (Apartado de Acesso aos Representados nº 08700.004559/2019-41)
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ex officio
Representados: Bernd Brünig, Faustino Luigi Minchella e José Angel Viani Barroyeta

Com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões da Nota Técnica nº 131/2022/CGAA6/SGA2/SG/CADE (SEI 1132193) à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na referida Nota Técnica e com base nos art. 13, inciso VI, alíneas seguintes e art. 72 da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela(o): (i) decretação da revelia dos Representados Bernd Brünig, Faustino Luigi Minchella e José Angel Viani Barroyeta, já que, devidamente notificados quanto à instauração do presente Processo Administrativo, deixaram de apresentar defesa nos autos, nos termos do art. 71 da Lei nº 12.529/2011, correndo contra eles os demais prazos, sem prejuízo de poderem intervir em qualquer fase do processo, sem direito à repetição de qualquer ato já praticado.

Nº 1.499 - Ato de Concentração nº 08700.007516/2022-13. Requerentes: Itaú Unibanco S.A., Sertões Holding S.A. e Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. Advogados: Ana Paula Paschoalini, Sérgio Varella Bruna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.500 - Ato de Concentração nº 08700.007416/2022-97. Requerentes: CNP Assurances S.A. e Caixa Seguridade Participações S.A. Advogados: Renata Zuccolo, Jéssica Gusman Gomes, Maria Eugênia Novis de Oliveira e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.502 - Ato de Concentração nº 08700.007419/2022-21. Requerentes: AMERRA Agri Fund II, LP e Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - Em Recuperação Judicial. Advogados: Daniel Costa Rebello e José Alexandre Buaiz Neto. Decido pelo não conhecimento da operação.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Nº 1.487 - Ato de Concentração nº 08700.002559/2022-11. Requerentes: TOTVS S.A. E ITAÚ Unibanco S.A.. Advogados: José Carlos Berardo, Juliana Maia Daniel Pinheiro e outros. Terceira interessada: Linx S.A. Advogados: Mariana Tavares Araújo, Marcos Drummond Malvar e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer Nº 20/2022/CGAA2/SGA1/SG (SEI 1132274) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Nº 1.495 - Ato de Concentração nº 08700.003437/2022-33.Requerentes: Emise Supermercados Ltda e Companhia Brasileira de Distribuição. Advogados: Eduardo Caminati Anders e outros. Com fulcro no art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/1999, integro as razões do Parecer Nº 21/2022/CGAA2/SGA1/SG à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

RETIFICAÇÃO

No Despacho Nº 19/2022, publicado no DOU nº 195, de 13 de outubro de 2022, Seção 1, página 50, onde se lê: "Processo nº 08700.000341/202-75 de Processo: Inquérito Administrativo", leia-se: "Inquérito Administrativo nº 08700.003341/2022-75"."

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 123, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PDP 2023

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA), nomeado por Decreto de 09 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ibama nº 92, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de setembro de 2022, visando o atendimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, embasada pelas informações constantes do processo como as informações 02001.025152/2022-54, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PDP 2023, na forma do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. O PDP 2023 do Ibama tem como finalidade elencar as necessidades de desenvolvimento para cumprimento de seus objetivos institucionais. Fazem parte do PDP 2023 do Ibama, as necessidades de desenvolvimento e suas respectivas especificações constantes no Anexo I desta Portaria, o qual poderá ser revisado periodicamente pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP com o auxílio da Coordenação de Educação Corporativa - Ceduc, sob o acompanhamento do Comitê Gestor de Capacitação - CGCAP, para promover o alinhamento dos esforços de desenvolvimento e formação do quadro funcional do Ibama, com as diretrizes do Órgão, em conformidade com os normativos legais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 01 de outubro de 2022.

EDUARDO FORTUNATO BIM

ANEXO I

Nº	Necessidade de Desenvolvimento	Público Alvo	Estados	Total de Agentes Públicos
1	Utilização correta dos sistemas na organização do trabalho individual e em equipe, incluindo SISREF e SIAPENET, para desenvolver as atividades na área	Técnicos e Analistas Administrativos	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO,	78
2	Conhecer métodos e técnicas informacionais para o desenvolvimento de sistemas de dados e informações da DIQUA	Analistas Ambientais, Analistas Administrativos, Técnicos Ambientais, Técnicos Administrativos	DF	46
3	Aprimorar conhecimentos para levantamento e análise de relatórios sobre Ecologia de Paisagem e Fauna.	Analistas Ambientais- Núcleo de Licenciamento Ambiental	SP	10
4	Capacitar servidores que ingressaram no último concurso em planejamento e gestão de contratações de TI	Servidores da CGTI	DF	10
5	Capacitação em Biorremediação.	Servidores que atuam em Programas Ambientais aplicados ao LAF.	RS	3
6	Ampliar os conhecimentos sobre segurança de barragens de diversos tipos (rejeitos, múltiplos usos, geração de energia, resíduos).	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	27
7	Conhecer e aprimorar o conhecimento sobre métodos de monitoramento e remediação ambiental.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	56
8	Adquirir competências e desenvolver habilidades para atuação como Agente de Emergências Ambientais - AEA.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	95
9	Ampliar o conhecimento em Sistema de Comando de Incidentes - SCI (Básico, Intermediário e Avançado), para melhorar a organização de eventos.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	85
10	Aprimorar e conhecer novas técnicas para atuação em resposta a acidentes envolvendo produtos químicos.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	70
11	Desenvolver, ampliar e conhecer novas técnicas para o acompanhamento do programa de gestão de riscos da Estação Antártica Comandante Ferraz.	Servidores da área de Emergências Ambientais que participam das Operações Antárticas e Militares da Marinha do Brasil que compõem o Grupo Base.	DF , RJ	67
12	Conhecer e aprimorar as ações de resposta à vazamento de óleo no âmbito do Plano Nacional de Contingência.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais, na Coordenação Geral de Emergências Ambientais e ainda, servidores membros do GAA e Rede de Atuação Integrada.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	56
13	Ampliar e conhecer técnicas geoprocessamento e sensoriamento remoto para o monitoramento ambiental relacionado a derramamentos de óleo e acidentes.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	94
14	Análise de impactos sobre espécies ameaçadas Mata Atlântica	Servidores da DITEC	RJ	30
15	Aprimorar o conhecimento e desenvolver habilidades para gestão do tema emergências nucleares, incluindo ações de primeira resposta a acidentes.	Servidores do Ibama que atuam na área de Emergências Ambientais vinculado à área Nuclear.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	145
16	Aprimorar o conhecimento sobre métodos para realizar análise de documentos apresentados para autorização de operações *Ship-To-Ship*.	Servidores do Ibama com atuação nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	BA , DF , ES , RJ , SP	19
17	Conduzir embarcação oficial.	Servidores lotados na Ditec que desempenham atividades finalistas ou de apoio.	SC	12
18	Atuar com segurança e habilidade em técnicas verticais, incluindo sua realização em helicópteros.	Servidores que atuam na área de proteção e incêndios florestais e brigadistas de prevenção e combate a incêndios florestais.	DF	30
19	Preparar servidores para atuarem como Pilotos Remotos (operadores de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas/Drones)	Servidores que realizam operação com drones.	DF , MT	81
20	Pilotar aeronaves dos modelos (AW 119, EC 130 e AS350 B2) com a proficiência necessária para uma operação segura.	Servidores públicos que desempenham atividades como piloto nas aeronaves operadas pelo Ibama.	DF	2
21	Pilotar aeronaves dos modelos operados pelo Ibama com treinamento de acordo com a previsão do Programa de Treinamento Operacional (PTO)	Servidores públicos habilitados como pilotos de helicóptero autorizados as tripular as aeronaves operadas pelo Ibama.	DF , RJ	33

22	Habilitar servidores estatutários e temporários ao uso de aeronaves remotamente pilotadas em apoio à prevenção e combate aos incêndios florestais	Servidores envolvidos nas atividades de prevenção e combate a incêndios florestais	DF	120
23	Adquirir e atualizar conhecimentos relacionados a equipamentos, instrumentos e técnicas operacionais em combates aéreos a incêndios florestais.	Agentes que atuam na temática do fogo e operações aéreas.	DF	15
24	Não há conhecimento aprofundado sobre o mercado de créditos de carbono.	Analistas ambientais que trabalham com a execução do Proconve/Promot no Ibama.	DF	3
25	Conhecer e reconhecer os tipos de solo dos biomas brasileiros: necessitam dominar os conceitos e os métodos em nível básico.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF	152
26	Avaliação de perigo e risco ambiental de agrotóxicos de forma harmonizada para organismos do solo, aquáticos, aves e mamíferos, répteis e anfíbios.	Técnicos e Analistas Ambientais	DF , MT	78
27	Aprimorar conhecimentos sobre aplicações de agrotóxicos para aperfeiçoar a orientação técnica de uso em campo.	Técnicos e Analistas Ambientais	DF , RJ	104
28	Aprimorar conhecimentos em ecotoxicologia para análise de agrotóxicos e outras substâncias perigosas.	Aprimorar conhecimentos em ecotoxicologia para análise de agrotóxicos e outras substâncias perigosas.	DF	48
29	Aprimorar conhecimentos sobre polinização para as avaliações de agrotóxicos e outras substâncias/produtos perigosos.	Técnicos e Analistas Ambientais	DF	48
30	Aprimorar conhecimentos sobre a modelagem de dados ambientais para diferentes matrizes ambientais.	Técnicos e Analistas Ambientais	DF	48
31	Atuar no manejo e resgate da fauna silvestre atingida por incêndios florestais e eventos climáticos extremos.	Servidores que atuam nas ações de incêndios florestais, gestão da fauna e proteção ambiental; brigadistas de prevenção e combate a incêndios florestais.	DF , RJ	150
32	Possuir conhecimentos em ferramentas de gerenciamento de incidentes para aplicação em operações de combate a incêndios florestais e outras situações.	Servidores que atuam nas ações de incêndios florestais, fiscalização e emergências ambientais e brigadistas de prevenção e combate .	DF	60
33	Utilizar Sistemas de Informações Geográficas, sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento no manejo integrado do fogo e prevenção de incêndios	Agentes públicos que atuam na temática de gestão ambiental e incêndios florestais.	DF	180
34	Promoção de Capacitação interna em sistemas Agroflorestais biodiversos sintrópicos. Conhecer as técnicas capazes de reordenar, restaurar o ambiente.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos da DITEC	MS	20
35	Aprofundamento em conhecimentos sobre Manejo Florestal Sustentável	Servidores da DITEC	PB , RJ , RR	55
36	Desenvolvimento de conhecimentos e habilidades de manejo, identificação e enriquecimento ambiental dos recintos, segundo boas práticas identificadas.	Servidores da DITEC	RJ	15
37	Operar equipamentos motorizados utilizados nas atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais, buscando aumentar o conhecimento técnico.	Agentes públicos que atuam na temática do fogo e brigadistas de prevenção e combate a incêndios florestais.	DF	120
38	Inserir servidores que ainda não tiveram contato com temas do manejo florestal: dendrologia; identificação anatômica de madeira; sensoriamento remoto.	Servidores interessados, dos OEMAs, das Supes envolvidas e do Ibama Sede	DF	50
39	Competências técnicas e instrumentais necessárias às atividades de verificação, interpretação e manipulação de dados de geoprocessamento.	Servidores que trabalham com análise de sistemas de informação geográficas.	RS	5
40	Instalação e medição de parcelas permanentes, avaliação de danos da exploração, aferição de equações de volume.	Servidores interessados, dos OEMA's, das Supes envolvidas e do Ibama Sede	DF	30
41	Aprimorar conhecimentos sobre métodos para identificação, avaliação e monitoramento de impactos ambientais relacionados.	Servidor que atue no NLA-SP	SP	1
42	Aprimorar o conhecimento sobre métodos para análise de risco ambiental e sobre emergências ambientais.	Servidor que atue no NLA- SP	SP	1
43	Necessidade de padronização de entendimento dos servidores do SISNAMA sobre gestão florestal e mudanças climáticas.	Servidores da CGFLO, servidores interessados dos OEMA's e das unidades descentralizadas do Ibama.	DF	30
44	Uniformização de parâmetros técnicos mínimos, a fim de se estabelecer critérios para a normatização da exploração florestal sustentável nos biomas.	Todas as partes envolvidas na gestão florestal das unidades descentralizadas dos biomas Pampas, Caatinga e Cerrado. Prevê ainda rodadas de reuniões técnicas com academia (pesquisadores) e outros entes (ex: Embrapa).	DF	30
45	Executar atividades de manejo integrado do fogo, prevenção e combate a incêndios florestais.	Servidores e brigadistas que atuam ou venham a atuar na temática do manejo integrado do fogo, prevenção e combate aos incêndios florestais.	DF , RJ	2030
46	Inserir servidores que ainda não tiveram contato com outras técnicas e conhecimentos de manejo da flora, incluindo produtos não madeireiros.	Servidores da CGFLO, dos OEMA's e das unidades descentralizadas do Ibama.	DF , SP	50
47	Determinar as causas e origens dos incêndios florestais como meio de subsídio para a atuação no combate a esse crime ambiental.	Agentes que atuam na temática de incêndios florestais e segurança pública.	DF	60
48	Atualização em Controle de Incêndios Florestais. Participação no Wildfire 2023 -VIII International Wildland Fire Conference- Portugal, 16-19 Maio 2023	Servidores e brigadistas que atuam ou venham a atuar na temática do manejo integrado do fogo, prevenção e combate aos incêndios florestais.	MS	1
49	Identificar madeira serrada em ações fiscalizatórias do Ibama RN e nacional.	Agentes Ambientais Federais, AAF's	RN	20
50	Capacitação em sistemas de tratamento de águas e efluentes sanitários e industriais.	Servidores que atuam no LAF.	RS	3
51	Análise ambiental sobre temas relacionados ao RAPP	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos ambientais, técnicos administrativos	DF	46
52	Oferecer atendimento veterinário dos animais recebidos pelos CETAS do IBAMA utilizando conhecimentos e habilidades atualizados/aperfeiçoados.	Servidor de CETAS que lida com gestão, manejo e clínica de animais silvestres recebidos pelo IBAMA	RN	1
53	Aprimorar conhecimentos para análise de relatórios e avaliação do impacto sobre a Ictiofauna.	Analistas Ambientais- Núcleo de Licenciamento Ambiental	SP	10
54	Aprender identificação de peixes, compensação florestal (projetos de reflorestamento, recuperação/restauração, plantio compensatório, ASV)	Analistas ambientais do licenciamento ambiental federal	SP	1
55	Compreender e atualizar os servidores na nova lei de licitação e contratos, Lei 14.133/21, para uma efetiva transição entre as normas antigas e novas.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	100
56	Ampliação e aprimoramento dos conhecimentos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	Servidores SUPES-RJ	RJ	73
57	Aprimorar conhecimentos sobre a Lei de Crimes Ambientais	Servidores da DITEC	RJ , TO	35
58	Direitos Especiais	Especialistas em Meio Ambiente	SP	10
59	Aprimorar conhecimentos sobre direto tributário e código tributário nacional.	Servidores lotados no EARRE.	PR	5
60	Aprofundar os conhecimentos em legislação de Gestão de Bens Apreendidos.	Servidores da área meio e fim que atuam na gestão de bens apreendidos.	PB , TO	10
61	Aprimorar o conhecimento sobre aspectos jurídicos e processuais relacionados ao licenciamento ambiental federal e legislação ambiental pertinente.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLAs	DF , MT , PR , RJ , SC , SP	179
62	Devido a variedade de normas e mudança em procedimentos, há necessidade de constante atualização de servidores quanto ao regramento ambiental vigente.	Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, entre técnicos e analistas ambientais que atuam no âmbito da conciliação ambiental do Processo Sancionador Administrativo Ambiental do Ibama.	DF	15
63	Relatório de análise preliminar, relatório de análise instrutória, circunstanciado, recursal, revisional e demais relacionados ao processo sancionador	Membros da Equipe Nacional de Instrução - Enins e dos Núcleos de Conciliação Ambiental - Nucam's	DF , TO	305
64	Emitir decisão como autoridade julgadora no caso de novos indicados, e falta o aprimoramento daqueles que já executa essas atividades.	Autoridades Julgadoras do Processo Sancionador Ambiental	DF	30
65	Conduzir uma audiência de conciliação e dar os encaminhamentos necessários após a sessão.	Membros do NUCAM - Núcleo de Conciliação nos Estados e no DF e aqueles que tenham interesse em trabalhar na conciliação ambiental.	DF	150
66	Relatório de Preparação para adesão, que é aquele que análise a conformidade da autuação e consolida o débito decorrente de autuação ambiental.	Integrantes do NUCAM-DF e ENINS	DF	100
67	Curso de elaboração do relatório de análise preliminar da autuação para a conciliação ambiental	Conciliadores dos NUCAMs, equipe do Serviço de Apoio à Análise Preliminar e Adesão (SACA)	DF	100
68	Capacitar os servidores na atualização da legislação de pessoal vigente.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	125
69	Avaliação sobre controles corporativos que se relacionam à regularidade de instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos ambientais, técnicos administrativos	DF	46
70	Capacitar os servidores nos procedimentos e atualizações sistêmicas no desenvolvimento do processo de folha de pagamento.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	61
71	Capacitação para organização de cerimonial e eventos.	Servidores da SUPES-RJ	RJ	10
72	Capacitar sobre os procedimentos de gestão patrimonial. Depreciação de bens móveis e/ou imóveis.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	70
73	Atualizar os procedimentos relativos às atividades de orçamento e finanças, contabilidade e cobrança administrativa.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	94
74	Qualificar a gestão para atendimento ao usuário e relacionamento com o público externo.	Servidores que atuem na equipe de apoio à Gestão Documental e à Gestão de Pessoas.	PE	4
75	Fortalecer a compreensão dos normativos éticos que regem a conduta do Servidor Público do Ibama	Agentes Públicos com exercício no Ibama.	DF , RJ , TO	583
76	Aprimorar a avaliação e apuração da gestão ética no contexto do serviço público	Membros da Comissão de Ética do Ibama e pontos focais da ética nas superintendências	DF	35
77	Instruir os integrantes da Comissão de Ética em procedimentos e ritos de apuração ética, em nível básico e avançado.	Servidores Públicos designados para integrar a comissão de ética do Ibama	DF	7

78	Desenvolver competências técnicas para análise em Prevenção e Resolução de Conflito de Interesses	Membros da Comissão de Ética do Ibama	DF	7
79	Capacitação sobre Pregão Eletrônico	Servidores da DIAFI	RJ	10
80	Apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.	Servidores que atuam na realização de auditorias no Ibama e servidores que atuam no gabinete da Auditoria Interna.	DF	6
81	Reconhecer a repercussão de suas ações para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.	Servidores que atuam na realização de auditorias no Ibama e servidores que atuam no Gabinete da Auditoria Interna.	DF	6
82	Desempenhar as atividades com qualidade e alinhadas ao cumprimento de metas e objetivos da organização.	Servidores que atuam na realização de auditorias no Ibama e servidores que atuam no Gabinete da Auditoria Interna	DF	6
83	Aprimoramento da integração entre Ibama e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente	Servidores da administração pública ambiental	DF	1000
84	Enquadramento de atividades no CTF/APP	Servidores da administração pública ambiental e sociedade em geral	DF , MT	1030
85	Dominar o uso da ferramenta MS Project	Assistentes, Assessores, Coordenadores, Gerentes de Projeto	DF	43
86	Capacitar servidores nas áreas de administração e gestão pública voltadas à melhoria dos procedimentos e atendimento às demandas.	Servidores- SUPES	PR	20
87	Desenvolver ou aprimorar habilidade básica de segurança de plataforma - CBSP (salvatagem) e escape de aeronaves submersas.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	56
88	Capacitar sobre gestão de riscos, planejamento estratégico e captação de recursos.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	53
89	Operar aeronaves (desde a gestão a aplicação de conhecimentos diretos) com necessária proficiência a fim de atender requisitos mínimos de segurança.	Servidores que executam tarefas finalísticas nas operações aéreas.	DF	10
90	Aprimorar o conhecimento sobre métodos para análise de riscos ambientais, para melhor desempenho das análises dos estudos de gestão de riscos.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais e na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	147
91	Avaliação de aspectos econômicos relacionados ao meio ambiente	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos ambientais, técnicos administrativos	DF	46
92	Valorar danos ambientais, algo que tem sido cada vez mais solicitado pelo Ministério Público Federal.	Agentes ambientais federais e analistas ambientais que atuam com licenciamento ambiental de atividades potencialmente poluidoras e cujos empreendimentos acabem causando danos ambientais à revelia do processo de licenciamento.	SP	6
93	Aplicar técnicas e uso de ferramentas de geotecnologias, que viabilizam a análise e monitoramento geoespacial das informações.	Analistas Ambientais que atuam no CENIMA, devem estar aptos a supervisionar, coordenar e executar atividades por meio do sensoriamento remoto, além de gerenciar o tratamento, a análise e a interpretação desses dados.	DF	15
94	Aplicar técnicas e uso de ferramentas de geotecnologias para análise e monitoramento geoespacial das informações ambientais.	Analistas Ambientais que atuam no CENIMA/COAPI	DF	10
95	Dar continuidade no portal de gestão da biblioteca digital e física do Ibama.	Analista Ambiental lotados no CENIMA	DF	2
96	Colaborar com ideias e soluções para melhorar a comunicação interna e externa da Diqua utilizando novas ferramentas de comunicação e novas mídias.	NQA/SP - 2	SP	2
97	Servidores que trabalham com análise que incluem mapas georrefenciados e dados geo.	Servidores que trabalham com análise que incluem mapas georrefenciados e dados geo.	MS	10
98	Atuar na gestão de conflitos ambientais relacionadas ao uso dos recursos naturais e ocupação territorial.	Servidores do Ibama que atuam na Educação Ambiental e/ou nas ações relacionadas ao Manejo Integrado do Fogo - MIF.	PR	3
99	Atendimento às comunidades indígenas e tradicionais em sistemas Agroflorestais biodiversos sintrópicos- capacitação sobre os temas relacionados.	Servidores do Ibama que atuam nos Núcleos da DITEC	MS	10
100	Desenvolver aptidões para analisar imagens ambientais específicas usando o QGIS	Analista Ambientais lotados no CENIMA que trabalham com monitoramento	DF , MS , RJ	42
101	Habilitar servidores a realizar mapeamento com Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (drones)	Servidores públicos do IBAMA habilitados em pilotagem remota e/ou com conhecimento de básico a intermediário em geoprocessamento	DF , RJ	66
102	Aprimorar capacidade de análise de dados ambientais de monitoramento (meio biótico e físico - ecotoxicologia, dragagem, pesca)	Analistas ambientais do licenciamento ambiental federal	SP	1
103	Gestão de projetos de Educação Ambiental, com treinamento contínuo para os servidores.	Analistas Ambientais lotados na COGIA	DF	5
104	Aplicar conceitos sobre planejamento, gestão e elaboração dos projetos educacionais de Educação Ambiental em atividades do PANGEA.	Analistas Ambientais e Técnicos lotados no CENIMA/COGIA	DF	5
105	Pós-Graduação de administração de recursos humanos no setor público a fim de capacitar o servidor para enfrentar as mudanças na legislação e de gestão	Servidor que atue na chefia de Gestão de Pessoas.	PE	1
106	Capacitação de mediadores ou intérpretes de Libras	Servidores da Supes/RJ	RJ	30
107	Capacitar sobre como implementar Trilhas de Aprendizagem na Administração Pública.	Servidores e colaboradores do IBAMA.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	52
108	Capacitar sobre metodologia de ensino e nos procedimentos pedagógicos.	Servidores e colaboradores.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	52
109	Executar ações de educação ambiental junto às áreas de atuação do Prevfogo.	Servidores que atuam na temática do manejo integrado do fogo e brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais.	DF	60
110	Aprimorar a elaboração de cursos de capacitação para o público interno (servidores) e externo (sociedade).	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos administrativos, técnicos ambientais	DF	20
111	Utilizar técnicas e estratégias para o desenvolvimento de planos, projetos e ações educacionais a serem implementadas na unidade.	Servidores público efetivos e temporários que atuam na área de formação educacional e treinamentos.	DF	10
112	Regimento interno da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional	Servidor da carreira ambiental com conhecimento básico nos regimentos internos legislativos federais.	DF	20
113	Planejamento organizacional e aprimorar competências técnicas para atividades executadas na Instituição, em especial na UT Viracopos e no GN-I.	Agente Ambiental Federal e membro da Equipe Nacional de Instrução	SP	12
114	Capacitação em geologia costeira	Servidores que atuam no LAF.	RS	3
115	Redação Oficial, com enfoque em pareceres técnicos.	Servidores do Ibama da Sede e das demais unidades.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	140
116	Desenvolver ou aprimorar a habilidade de comunicação em língua estrangeira para melhorar a comunicação e possibilitar o intercâmbio técnico-científico	Servidores do Ibama que atuam na Coordenação Geral de Emergências Ambientais.	DF , PR , RJ	96
117	Entregar textos e documentos oficiais de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa	Servidores que tratam manifestações de Ouvidoria e Pedidos de Acesso à Informação	DF	3
118	Realizar gestão da informação e do conhecimento	Servidores que atuam no tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	DF	4
119	Competência de comunicação/escrita/leitura em idioma estrangeiro.	Agentes que atuam em áreas onde é necessária a interlocução com agentes estrangeiros e/ou onde é necessário o conhecimento de língua estrangeira pra atuar com métodos e sistemas adotados no ambiente de trabalho.	DF , SP	12
120	Necessidade de apropriação de conhecimentos sobre a forma como outros países atuam na proteção da fauna silvestre, com rodadas diversas de Workshop.	Servidores do Ibama Sede, das Supes e dos Cetas.	DF , SP	61
121	Conhecimentos avançados de gestão ambiental da biodiversidade aquática. Padronizar procedimentos sobre biossegurança em piscicultura.	Servidores do Ibama Sede (Cobio/Comex/Cofap), dos Cetas, das Supes do Ibama (Ditecs) e parceiros (instrumentos de cooperação).	DF , SP	81
122	Treinamento no Protocolo Nacional em monitoria de praias - manejo quelônios (eclosão de ninhos, translocação de ninhos, monitoramento. Ed. Ambiental	Servidores do Ibama das Supes e UTs nos estados onde ocorrem ações do PQA, comunidades tradicionais, monitores de praia.	DF	120
123	Conhecer e aplicar boas práticas manejo de javali.	Servidores do Ibama: pontos focais CETAS e NUBIOs	DF , SP	61
124	Necessidade de treinamento dos servidores, especialmente dos Cetas, nas técnicas de marcação de animais silvestres; padronização dos procedimentos.	Servidores do Ibama Sede (Cobio/Cofap), dos Cetas, das Supes do Ibama (Ditecs) e parceiros (instrumentos de cooperação)	DF , SP	81
125	Necessidade de melhor compreensão das atribuições e competências do Ibama frente à legislação e normativas afetas à pesca e organismos aquáticos.	Servidores do Ibama Sede (Cobio), das Superintendências e algumas UTs que trabalham com o tema	DF , SP	61
126	Necessidade de treinamento de pessoal para a identificação, o monitoramento, o controle de espécies exóticas	Servidores do Ibama Sede, das Supes, parceiros, setor pesqueiro, entidades que também tratam de espécies invasoras, universidades, ONGs, prefeituras, colônias de pesca	DF , SP	61
127	Implementação de "selos ambientais" que indiquem certificação ambiental - exemplo: cultivos de espécies, garantias de uso sustentável das espécies.	Servidores do Ibama Sede, das Supes	DF	60
128	Equipes técnicas do Ibama necessitam de ter treinamento para análise de planos de recuperação de espécies em ambientes naturais.	Servidores do Ibama Sede, das Supes (NUBIOs e UTs).	DF	60
129	Disseminar conhecimentos sobre técnicas de monitoramento e registro das informações, levantamento de informações sobre soltura de animais silvestres.	Servidores do Ibama Sede, das Supes e dos Cetas	DF , SP	61
130	Capacitar os servidores sobre o novo regime previdenciário.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	119
131	Desenvolver as habilidades para gestão de recursos humanos, melhoria das relações interpessoais no trabalho em equipe, Gestão Pública e Inovação.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	45

132	Conhecer e saber aplicar métodos e técnicas de melhoria continua da qualidade e produtividade das equipes técnicas da DIQUA.	Analistas Ambientais, Analistas Administrativos, Técnicos Ambientais e Técnicos Administrativos	DF	20
133	Implementar técnicas de comunicação, gestão de conflitos, inteligência emocional e liderança em equipes multidisciplinares.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	63
134	Conhecimentos sobre conceitos e técnicas de relação interpessoal, mediante comunicação não violenta, frente à gestão de equipes e público externo.	Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo	DF	96
135	Desenvolver as habilidades necessária para resolução de problemas, melhoria das relações interpessoais trabalho em equipe.	Servidores que atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF	60
136	Promover curso sobre Saúde e Qualidade de Vida No Trabalho.	Servidores e colaboradores	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	31
137	Realizar procedimentos corretos e seguros quanto à função de operador aerotático.	Servidores e colaboradores externos que realizem as funções de operadores aerotáticos nos helicópteros do Ibama.	DF	100
138	Desenvolver ou aprimorar competência para liderança, gestão organizacional e de pessoas.	Coordenadores, chefes e substitutos dos NUPAEMs e da CGEMA.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	36
139	Necessidade de fortalecer a segurança pessoal de servidores do IBAMA que realizam atividades de campo e se expõem a diversas situações de risco.	Servidores do IBAMA que desenvolvem atividades de campo, de inteligência / investigação.	SC	40
140	Executar corretamente a ferramenta do Sistema de Comando de Incidentes - SCI, garantindo a integração de esforços e resposta em grandes situações.	Agentes públicos que atuam nas temáticas de incêndios florestais, emergências ambientais e fiscalização ambiental.	DF	60
141	Capacitação sobre Gestão de Prioridades e Gestão do Tempo	Servidores da SUPES/RJ	RJ	73
142	Conhecer métodos e técnicas para elaboração de trilhas de aprendizagem e de procedimentos operacionais padrão -POPs	Analistas e técnicos ambientais da DIQUA	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	100
143	Ampliação do conhecimento sobre a utilização de Cartão Corporativo.	Servidores da SUPES/RJ	RJ	20
144	Elaboração e julgamento de planilhas de custo e formação de preços.	Servidores lotados na ELIC-RN que atuam na instrução processual visando a aquisição de bens e contratação de serviços, além de aditamentos e apostilamentos aos contratos em andamento.	RN , RR	4
145	Instruir servidores e colaboradores sobre a gestão e a fiscalização de contratos administrativos - fiscalizar os contratos sob gestão do setor.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	201
146	Capacitar os servidores sobre Pregão Eletrônico.	Analistas Administrativos e Técnicos Administrativos lotados na DIAFI-PA.	PA , RJ	24
147	Utilização de planilhas no controle da fiscalização de contratos, principalmente em relação ao controle das informações trabalhistas de terceirização.	Servidores da DIAFI e ELIC que trabalham com licitação e gestão de contratos	PA , SP	19
148	Avaliação da regularidade ambiental em compras públicas	Servidores dos poderes judiciário, legislativo e executivo envolvidos em compras públicas	DF	300
149	Estamos com dificuldade de definir os níveis de acesso (Sigiloso ou Restrito) nos documentos do SEI.	Servidores que fazem a triagem da nossa caixa SEI e que elaboram documentos no SEI.	AM , DF	16
150	Utilizar as regras de tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	Atuam no tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	DF	4
151	Aprimorar conhecimentos sobre a Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) e Avaliação de Resultado Regulatório (ARR)	Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo	DF	71
152	Aprimorar conhecimentos sobre legislação e normas inerentes às atividades do serviço público, com ênfase em Direito Administrativo e LAI	Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo	DF , MS , TO	106
153	Aperfeiçoar o conhecimento sobre teoria e direito regulatório, técnicas de auditoria ambiental.	Analistas Ambientais que atuam no licenciamento ambiental federal em exercício na DILIC e nos Núcleos de Licenciamento Ambiental (NLA's) nos estados	DF , RJ , SC	125
154	Elaboração de atos normativos. Técnicas de Redação.	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos ambientais, técnicos administrativos	DF	96
155	Fiscalizar, licitações e contrato, controle de logística	Técnicos administrativos, técnicos ambientais, analista ambientais e analistas administrativos	DF	16
156	Aprimorar a compreensão sobre o processo de Avaliação de Impacto Ambiental e aderir às boas práticas.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , PR , RJ , TO	169
157	Curso de Atualização da Fiscalização Ambiental	Técnicos Ambientais e Analistas Ambientais	DF , RJ , RN , SC , SP , TO	574
158	Há Agentes Ambientais Federais em atividade sem o devido porte de arma de fogo.	Técnicos Ambientais e Analistas Ambientais que são Agentes Ambientais Federais	DF	200
159	Métodos para identificação, avaliação e monitoramento de impactos ambientais relacionados aos meios físico, biótico e socioeconômico.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , PR , RJ , SP	95
160	Aperfeiçoar o conhecimento sobre procedimentos construtivos e operacionais das atividades e tipologias licenciadas	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , PR , RJ	94
161	Procedimentos para execução de vistorias e o acompanhamento de licenças ambientais.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , RJ	90
162	Aprimorar o conhecimento sobre métodos para análise de risco ambiental e sobre emergências ambientais.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , RJ , SP	61
163	Instrutores de Armamento e Tiro	Agentes Ambientais Federais (Analistas Ambientais)	DF , SC	52
164	Habilitação de Espingarda calibre 12	Agentes Ambientais Federais (Analistas e Técnicos Ambientais)	DF	80
165	Aprimorar competências técnicas e instrumentais necessárias ao melhor desempenho das atividades executadas pelos servidores que atuam no GEF	Agentes Ambientais Federais portariados no Grupo Especializado de Fiscalização - GEF	DF	10
166	Desenvolver competências técnicas e instrumentais necessárias às atividades dos servidores na fiscalização ambiental de agrotóxicos.	Agentes Ambientais Federais	DF	50
167	Desenvolver competências técnicas e instrumentais necessárias às atividades executadas pelos servidores na fiscalização ambiental da fauna.	Agentes Ambientais Federais	DF , MT	63
168	Desenvolver competências técnicas e instrumentais e uniformização de procedimentos necessários ao melhor desempenho das atividades pesqueiras.	Agentes Ambientais Federais	DF	50
169	Aprimorar competências técnicas necessárias às atividades executadas pelos servidores que atuam na fiscalização do licenciamento ambiental.	Agente Ambiental Federal	DF , SC	56
170	Aprimorar conhecimentos relacionados à fiscalização de atividades de comércio exterior da biodiversidade e de produtos perigosos.	Agente Ambiental Federal	DF	50
171	Desenvolver competências técnicas e instrumentais para a aplicação da Lei n.º 13.123/2015 no âmbito das atividades de fiscalização ambiental.	Servidores do Ibama (Agentes ambientais federais e servidores que atuam na instrução e julgamento de autos de infração); Servidores de órgãos parceiros (MPF, PF, FUNAI)	DF	50
172	Desenvolver competências necessárias às atividades dos servidores na fiscalização ambiental no uso de instrumentos de menor potencial ofensivo.	Agente Ambiental Federal	DF	50
173	Conhecimentos e competências em relação aos procedimentos legais, técnicos e administrativos sobre gestão das brigadas de prevenção e combate ao fogo.	Servidores temporários (brigadistas de prevenção e combate).	DF , RJ	210
174	Organizar e disponibilizar informações ambientais de maneira simples ao cidadão, utilizando-se de infográficos ou painéis.	Analistas e técnicos ambientais que trabalham com a organização e disponibilização de dados na COREM.	DF	29
175	Conhecer e saber aplicar métodos e técnicas para a gestão de dados e do conhecimento das áreas de atuação da DIQUA.	Analistas Ambientais, Analistas Administrativos, Técnicos Ambientais, Técnicos Administrativos	DF	46
176	Compreender o processo de prestação de contas de projetos destinados à melhoria da qualidade do ambiente, relativos à conversão de multas ambientais.	Servidores- EAF/SC	SC	15
177	Aprimoramento de conhecimentos sobre monitoramento e avaliação das ações governamentais	Analistas ambientais, analistas administrativos, técnicos ambientais, técnicos administrativos	DF	20
178	Avaliação do impacto das decisões judiciais sobre o CTF/APP	Servidores dos poderes judiciário e executivo	DF , RJ	180
179	Atuar de acordo com as normas de Transparência Ativa e Passiva	Servidores que atuam no tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	DF	3
180	Mapeamento de processos da organização	Servidores que atuam na área de gestão organizacional	DF	7
181	Capacitar sobre Escritório de Projetos.	Servidores e colaboradores do IBAMA.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	52
182	Capacitar os servidores para o trabalho em Mapeamentos de Processos.	Servidores e colaboradores do IBAMA.	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	52
183	Gerenciar, classificar, gerir e organizar demandas administrativas e andamentos processuais.	Servidores para atuarem nos trabalhos processuais demandados.	MT	18
184	Análise de projetos de infraestrutura relacionados às políticas públicas de desenvolvimento e meio ambiente. .	Servidor da carreira de Analista de Infraestrutura que atua no NLA/PE	PE	1
185	Conhecer e saber aplicar métodos e técnicas de gerenciamento de projetos executados pela DIQUA.	Assistentes, Assessores, Coordenadores, Gerentes de Projeto	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	70
186	Atuar no tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação com foco na cidadania	Servidores que realizam o tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	DF	3

187	Educação financeira para todos os servidores - Organizar as finanças pessoais.	Técnicos administrativos, técnicos ambientais, analistas ambientais e analistas administrativos.	MS	30
188	Ampliação do conhecimento sobre a utilização e liquidação correta da Conta Vinculada de pagamento	Servidores- DIAFI	RJ	10
189	Compreender os principais conceitos normativos sobre a execução financeira; retenção de impostos pela Administração Pública. SIAFI.	Técnicos e Analistas Administrativos	AC , AL , AM , AP , BA , CE , DF , ES , GO , MA , MG , MS , MT , PA , PB , PE , PI , PR , RJ , RN , RO , RR , RS , SC , SE , SP , TO	74
190	Conhecimento no que tange à Educomunicação- Comunicação no contexto de ensino e aprendizagem e a educação para as mídias.	Servidores do Ibama que atuam na Educação Ambiental, nas ações relacionadas ao Manejo Integrado do Fogo - MIF e/ou na Comunicação Social e Institucional.	PR	2
191	Desenvolver competências para a aplicação da Lei n.º 13.123/2015 nas atividades de fiscalização ambiental envolvendo patrimônio genético nacional.	Servidores da SUPES-AM	AM	20
192	Aprimorar a segurança da informação visando a proteção em todo o ciclo de dados para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade.	Servidores que atuem na equipe de apoio à Tecnologia da Informação.	PE	2
193	Curso de Aperfeiçoamento do pacote Microsoft Office 365 (recursos avançados do Excel, Teams e demais recursos).	Técnicos administrativos, técnicos ambientais, analista ambientais e analistas administrativos	MS , PE , RJ , RR , TO	70
194	Aprimorar o conhecimento em Infraestrutura de Redes para promover a reciclagem sobre infraestrutura de rede local com e sem fio.	Servidores que atuem na equipe de apoio à Tecnologia da Informação	PE	2
195	Aprimorar conhecimentos em relatórios gerenciais B.I. (Business Intelligence).	Analista Ambiental, Analista Administrativo, Técnico Ambiental e Técnico Administrativo	DF , RJ , SC	143
196	Ter noções de Economia Ambiental / Economia Ecológica	Analistas e técnicos ambientais	DF	70
197	Desenvolver habilidades de Análise de dados (Mineração de dados/Data mining)	Analistas e técnicos ambientais	DF	70
198	Desenvolver a Gestão de Documentos Públicos buscando o gerenciamento eficaz da documentação, desde o seu recebimento até seu arquivamento final.	Servidores que atuam na equipe de apoio à Gestão Documental, à Gestão de Pessoas e na equipe de apoio à gestão de Material e Patrimônio.	PE	5
199	Realizar gestão e segurança da Informação Digital quanto ao acesso, guarda, transmissão e desfazimento de dados digitais.	Servidores que lidam com informações e dados sensíveis e/ou pessoais.	RN , RR	22
200	Aprimoramento do uso de dados em planilhas eletrônicas para otimização do atendimento relacionado às emergências ambientais.	Servidores da SUPES-RJ	RJ	30
201	Comunicação efetiva que propicie uma dinâmica produtiva das interações internas e externas.	Servidores que atuam na realização de auditorias no Ibama e servidores que atuam no Gabinete da Auditoria Interna	DF , SP	15
202	Implantação da gestão do conhecimento no serviço público.Apoiar a geração de novos conhecimentos que resultem em capital intelectual dentro do órgão.	Agentes Ambientais Federais e Membros do NUFIS-RR	RR , RS	24
203	Aprimorar conhecimentos na área de Direito Ambiental, Crimes Contra a Natureza, Constituição Federal e outras normas correlatas.	Servidores que atuam nas áreas de Educação Ambiental, atendimento ao público, fiscalização, qualidade ambiental, DITEC''s e interessados.	SP	10
204	Empregar técnicas operacionais de inteligência	Agentes de inteligência do Ibama	DF , MT	24
205	Empregar os fundamentos doutrinários da Atividade de Inteligência com proficiência, nas atividades relacionadas à proteção ambiental.	Servidores do Ibama e de outras instituições envolvidas com o controle de atividades lesivas ao meio ambiente.	DF , SP	81
206	Utilizar o ambiente cibernético no combate às infrações ambientais.	Agentes de inteligência e Agentes ambientais federais	DF , MT	47
207	Utilizar o Sistema de Produção e Análise de Inteligência do Ibama.	Agentes de Inteligência	DF	40
208	Utilizar ferramentas de BI - Bussiness Intelligence na produção de conhecimentos de inteligência ambiental.	Agentes de Inteligência	DF	40
209	Utilizar ferramenta de pesquisa em fontes abertas na produção de conhecimento de inteligência ambiental.	Agentes de Inteligência	DF	40
210	Apurar fraudes nos sistemas de controle florestal	Agentes de inteligência e Agentes Ambientais Federais	DF , MT	67
211	Planejar, executar, monitorar e avaliar politicas públicas de educação ambiental, a partir do intercâmbio científico e a partilha de informações.	Servidores do Ibama que atuam na Educação Ambiental e/ou nas ações relacionadas ao Manejo Integrado do Fogo - MIF.	PR	2
212	Apresentar soluções, ideias para as revisões normativas ligados à Diqua conforme definido no PlanaQuali 2022-2023	Analistas ambientais do NQA com interesse nas áreas temáticas de Qualidade Ambiental	SP	2
213	Entender o contexto finalístico do Ibama	Servidores que atuam no tratamento de manifestações de Ouvidoria e pedidos de acesso à informação	DF	4
214	Conhecimentos na área de Educação Ambiental, gestão de conflitos, políticas públicas, controle social, gestão pública, participação, governança.	Analistas Ambientais e Técnicos Ambientais com atuação direta ou transversal na área de Educação Ambiental (servidores lotados em outros setores ou diretorias).	SP	60
215	Aprimorar conhecimentos e habilidades para atuar na área de Mudanças Climáticas, Recursos Hídricos e Conservação em Zona Costeira e Marinha	Analistas Ambientais e Técnicos Ambientais das Equipes de EA dos Estados e do CIPEA Sede.	SP	3
216	Aprender POWERBI	Analistas ambientais do licenciamento ambiental federal	SP	1
217	Aprimorar conhecimentos no uso do CASV para mata atlântica: Necessitam dominar o uso da ferramenta.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , RJ	182
218	Operar sistemas corporativos relacionados ao Licenciamento Ambiental: SISGLAF, SINAFLOR e outros	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , SP , TO	60
219	Nivelar competências intermediárias em geoprocessamento. Compreender o uso do geoprocessamento nos cenários de recuperação ambiental.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , SP	162
220	Capacitar os servidores do Cenima para atuarem como integrantes requisitantes, técnicos e administrativos na contratação de serviços de TIC.	Analistas Ambientais lotados no CENIMA	DF	10
221	Capacitação em procedimentos administrativos- Introdução aos uso dos sistema informatizados de anuências do SISCOMEX; SISCITES e Plataforma PAU Brasil	Capacitação em procedimentos administrativos - Introdução aos uso dos sistema informatizados de anuências do SISCOMEX; SISCITES e Plataforma PAU Brasil - Teoria e Prática.	DF	180
222	Uso de novas tecnologias para soluções de informações e dados geoespaciais. Analisar imagens ambientais específicas usando o Google Earth Engine	Analistas Ambientais lotados no CENIMA	DF , SP	12
223	Atualização no uso de linguagem de programação para geração de scripts e rotinas específicas relacionadas ao SOFTWARE Phyton	Analistas Ambientais lotados no CENIMA	DF , SP	12
224	Atualização dos servidores para atuarem junto às demandas relacionadas à temática de Tecnologia da Informação	Analistas Ambiental lotados no CENIMA	DF	10
225	Capacitação para utilização do SINAFLOR e DOF pelos órgãos ambientais, bem como pelos usuários externos	Servidores públicos federais (Ibama e outros), estaduais e municipais. Empreendedores e responsáveis técnicos	DF , RJ	1530
226	Entendimento divergente de competências em relação a anuência prévia para ASV e o próprio licenciamento; análise normativa; impactos sobre a flora.	Servidores interessados, dos OEMA's, das Supes envolvidas e do Ibama Sede	DF	40
227	Ampliar os conhecimentos de análise e Ciência de Dados estruturados e espaciais	Analistas Ambientais lotados no CENIMA	DF	10
228	Formulação de BIs, possibilitando a obtenção de informações no banco de dados dos sistemas, essa funcionalidade viabiliza a organização de dados.	COFLO, COUSF, COMEX e pontos focais de DOF nos NUBIOs.	DF	20
229	Conhecimento mínimo para verificação, interpretação e manipulação de dados de geoprocessamento em procedimentos e sistemas da flora.	Servidores que trabalham com análise que incluem mapas georrefenciados e dados geo.	DF	90
230	Desenvolver habilidades de Processamento de dados voltado a formulação de BI. Sistemas sob atribuição da DBFLO em fauna: SisPass, SisFauna e Bem-te-vi	Servidores do Ibama (sede e superintendências).	DF , RJ , SP	331
231	Utilizar, elaborar e desenvolver planilhas, com produção de gráficos e construção de tabelas para análise de dados, por meio de softwares específicos.	Servidores da DITEC-PB.	PB	4
232	Desenvolver ou aprimorar a habilidade de análise de dados com a utilização de softwares específicos (Excel e outros).	Servidores que atuam na Coordenação Geral de Emergências Ambientais	DF	20
233	Identificação de espécies arbóreas da vegetação nos diferentes estágios sucessionais na Floresta Ombrófila Densa, Mista e Estacional Deducional	Analistas ambientais que atuam em vistorias de desmatamento e recuperação de áreas degradadas.	SC	15
234	Desenvolvimento de competências básicas em nutrição de animais silvestres	Servidores da DITEC	RJ	15
235	Análise de Estudos Ambientais nos tópicos sobre ecologia da paisagem e geoprocessamento.	Analistas Ambientais lotados no licenciamento ambiental.	SP	1
236	Estratégias de integração de dados ambientais (análise ecológica integrada, ferramentas estatísticas, *weight of evidences*, e matrizes decisórias)	Analistas ambientais do licenciamento ambiental federal	SP	1
237	Capacitação em anuência em Mata Atlântica, em temas relacionados à Fauna, conforme necessidade 124 do Anexo I da Portaria Normativa 18, de 06/05/2022.	Servidores da SUPES-SP que analisam estudos de fauna em Processos de Anuência à Supressão de Vegetação de Mata Atlântica e Licenciamento Ambiental.	SP	15
238	Analisar estudos de fauna que tenham utilizado metodologias mais recentes, desenvolvidas nos últimos 5 anos que envolvem novas tecnologias.	Analistas e Técnicos Ambientais que analisam estudos de fauna, no âmbito do licenciamento ambiental quanto em anuências de supressão de mata Atlântica.	SP	20
239	Conhecer e aplicar elementos de Gestão de projetos de recuperação ambiental.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , PE	154
240	Compreender a restauração ecológica como parte da recuperação ambiental: necessitam dominar os conceitos e os métodos em nível básico	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF	152
241	Conhecer e saber aplicar as normas de valoração ambiental: necessitam dominar os procedimentos em nível básico e alguns estudos de caso intermediário.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , MT	182
242	Conhecimentos em tecnologias de recuperação ambiental. Atualizar conceitos e processos de recuperação ambiental incluindo a remediação de ambientes.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , RJ , TO	187
243	Conhecer e reconhecer os Indicadores ambientais no acompanhamento da recuperação ambiental.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , RR , SP	173
244	Aprimorar conhecimentos em conversão de multas: necessitam dominar os procedimentos em nível básico e alguns estudos de caso intermediário a avançado.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , RJ	182

245	Aprimorar conhecimentos técnicos em comércio exterior da biodiversidade. Dominar procedimentos em nível básico, intermediário e avançado.	Servidores que atuam com o tema comércio exterior no Ibama sede e nas unidades estaduais.	DF , RJ	210
246	Aprimorar conhecimentos técnicos nos servidores para análise de projetos de recuperação ambiental.	Servidores que realizam análise e acompanhamento de projetos de recuperação ambiental	DF , RJ , RS , SC	192
247	Conhecer a Teoria e Legislação em dano ambiental; dominando conceitos e condução dos processos.	Servidores do Ibama, com ênfase nos integrantes do Comitê Especializado em Recuperação Ambiental - CERAM	DF , SP	154
248	Conhecimentos atualizados nas temáticas ecologia e manejo do fogo; conservação de ecossistemas e da biodiversidade; impactos ambientais dos incêndios	Agentes públicos que atuam na temática da gestão ambiental e manejo integrado do fogo.	DF , MT	127
249	Possuir o conhecimento sobre as normas legais e métodos de aplicação de queimas controladas e queimas prescritas, assim como das técnicas alternativas	Agentes envolvidos com a temática do manejo do fogo e conservação ambiental.	DF	60
250	Capacitação sobre técnicas de controle/erradicação de espécies da flora exóticas invasoras.	Servidores que atuam em Programas Ambientais de controle de espécies invasoras, no âmbito do LAF.	RS	3
251	Analisar características do solo, dos microorganismos e dos contaminantes	Técnicos e analistas em meio ambiente	DF	4
252	Ampliar o conhecimento e habilidades das equipes em ferramentas de geoprocessamento.	Servidores de atuam no licenciamento ambiental federal em exercício nas unidades da DILIC e NLA's	DF , MT , RR , TO	115
253	Servidores do IBAMA não são capacitados conforme preconiza a legislação de trânsito para a condução de veículos de emergência.	Todos os servidores que dirigem viaturas para a realização de atividades de campo	SC	40
254	Constata-se grande incapacidade dos Agentes Ambientais Federais em operar máquinas pesadas e caminhões.	Agentes Ambientais Federais. Especialmente aqueles que executam rotineiramente atividades de fiscalização na Amazônia Legal.	SC	10
255	Aprimorar as habilidades de direção com veículos 4x4.	SERVIDORES- SUPES/PR	PR	20

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 1.020, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece normas, procedimentos e orientações para o planejamento da gestão da segurança da visitação nas unidades de conservação federais. (Processo nº 02070.003238/2022-11).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 15 do Decreto nº. 11.193, de 08 de setembro de 2022, designado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01;

CONSIDERANDO o objetivo de propiciar condições favoráveis a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico e promover a educação e interpretação ambiental, conforme o inciso XII, do art. 4º, da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior segurança, com medidas preventivas e mitigação de riscos, na realização das atividades de visitação nas unidades de conservação federais;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar e normatizar os procedimentos inerentes à gestão da segurança da visitação nas unidades de conservação federais;

CONSIDERANDO as disposições previstas na norma ABNT NBR ISO 21101 - Turismo de Aventura - Sistemas de Gestão da Segurança;

CONSIDERANDO a Portaria ICMBio nº 1.148 de 19 de dezembro de 2018, que estabelece o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC);

CONSIDERANDO as definições da Portaria nº 289, de 03 de maio de 2021 e que o Protocolo de Gestão de Segurança (PGS) é um dos instrumentos de gestão que compõe o portfólio do planejamento de uso público, conforme o inciso V, do art. 7º;

CONSIDERANDO a Portaria no 271/2013, que "Estabelece normas para elaboração, estruturação, configuração e publicação de atos administrativos no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio ";

CONSIDERANDO a Portaria no 129/2020, que "Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio";

CONSIDERANDO o teor do processo administrativo nº 02070.003238/2022-11, resolve:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS E PRINCÍPIOS

Art. 1º Estabelece normas, procedimentos e orientações para planejamento e implementação da gestão da segurança da visitação em unidades de conservação federais.

Art. 2° São princípios para a gestão de segurança na visitação:

I- A gestão da segurança deve ser considerada no planejamento e desenvolvimento da visitação em todas as unidades de conservação federais, independentemente da existência de delegação de serviços de apoio à visitação.

II- Os riscos e perigos são inerentes às atividades de visitação em ambiente natural, não sendo possível extingui-los.

III- Os riscos e perigos nas atividades de visitação em ambientes naturais devem ser comunicados aos visitantes pelo órgão gestor e prestadores de serviço.

IV- O grau de exposição ao risco constitui elemento variável na diversidade de atividades de visitação e esportes de aventura praticados em ambientes naturais, devendo ser restringido somente em casos excepcionais, mediante fundamentada justificativa.

V- O visitante deve reconhecer o risco inerente às atividades realizadas em ambientes naturais e possuir conhecimentos, habilidades e condicionamento físico para participar das atividades demandadas, estando ciente de que é o principal responsável pela própria segurança.

VI- O visitante, uma vez informado dos riscos e perigos, assume a responsabilidade por se expor ao risco e de possuir as habilidades, conhecimentos técnicos, condicionamento físico e equipamentos necessários à sua própria segurança.

VII- Os prestadores de serviço são corresponsáveis pela gestão de segurança e resposta a acidentes e incidentes.

VIII- O Protocolo será desenvolvido, preferencialmente, de maneira participativa, com os atores relevantes para a visitação no contexto da UC, o conselho da unidade de conservação, especialistas em gestão de riscos e outras instâncias de governança pertinentes.

IX- O protocolo de gestão de segurança da visitação é um documento dinâmico, que deve incorporar o aprendizado institucional em gestão de segurança da visitação.

Art. 3º Para os fins previstos nesta Portaria entende-se:

I- Perigo: uma ou mais fontes (materiais, condições ou situações) que têm o perfil de causar ou contribuir para que uma ameaça aconteça, com potencial ocorrência de lesões ou danos ao visitante.

II- Risco: combinação da probabilidade de ocorrência de eventos ou exposições perigosas em atividades de visitação e da gravidade das lesões ou danos decorrentes desses eventos ou exposições.

III- Gestão de Segurança: estabelecimento de diretrizes, estratégias, atribuições, procedimentos e condições de forma a tratar os riscos para propiciar a realização de atividades de visitação em unidades de conservação.

IV- Sistema de Comando de Incidentes (SCI): ferramenta gerencial que proporciona a combinação de instalações, equipamentos, pessoal, procedimentos, protocolos e comunicações, operando em uma estrutura organizacional hierárquica comum, com a responsabilidade de administrar os recursos destinados a atingir efetivamente os objetivos pertinentes a um evento, incidente ou operação.

V- Protocolo de Gestão de Segurança da Visitação (PGSV): documento que define o conjunto de diretrizes, estratégias, atribuições, procedimentos/tratamentos e condições para a gestão de segurança de atividades e serviços de visitação na unidade de conservação, conforme normativas e orientações institucionais.

CAPÍTULO II

DO PROTOCOLO DE GESTÃO DA SEGURANÇA DA VISITAÇÃO

Art. 4º O Protocolo de Gestão de Segurança da Visitação (PGSV) é um dos instrumentos de gestão que compõe o portfólio do planejamento de uso público e tem como objetivo melhorar a segurança no desenvolvimento das atividades de visitação e na prestação de serviços de apoio à visitação.

Art.5º O PGSV é de competência da UC e será elaborado em consonância com os instrumentos de gestão da unidade de conservação, considerando as especificidades e o contexto local do espaço protegido.

§1º O PGSV deverá ser instruído em processo administrativo próprio pela unidade de conservação, Núcleo de Gestão Integrada ou Unidade Especial Avançada - UNA.

§2º As unidades de conservação pertencentes a Núcleos de Gestão Integrada - NGI podem elaborar o Protocolo de Gestão de Segurança - PGS em documento único, desde que observem as especificidades de categoria, particularidades normativas e contexto ambiental, cultural e social das unidades de conservação relacionadas.

§3º A coordenação e supervisão do instrumento do caput será da Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

Art. 6º A gestão de segurança da visitação em áreas de imóveis particulares que se encontram no interior das unidades de conservação, será realizada pelo proprietário do imóvel, até a devida desapropriação.

§ 1º O acordo celebrado com o proprietário de imóvel no interior da unidade de conservação, para regrar os usos da área, e a autorização direta emitida em favor da exploração da atividade turística no imóvel privado estabelecerão a obrigação do proprietário pela gestão de segurança da visitação e a elaboração do PGSV, conforme estabelecido nesta Portaria.

Forma§ 2º Nas categorias de Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva de Desenvolvimento Sustentável aplica-se o previsto no caput deste artigo apenas, nos casos previstos no plano de manejo, outros instrumentos de gestão e quando houver a gestão da visitação pelo ICMBio.

Art. 7° No caso de RESEX e RDS a aprovação do PGSV será realizada pelo Conselho Deliberativo, conforme estabelecido na Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021.

Art. 8º O escopo do PGSV poderá abranger toda(s) a(s) área(s) da unidade de conservação, apenas uma parte, um atrativo ou atividade, atendendo ao formato que melhor se adequar ao contexto da UC.

Art. 9º O Protocolo de Gestão de Segurança da Visitação (PGSV) deverá apresentar, minimamente, a seguinte estrutura:

I - Contextualização da unidade de conservação com foco na visitação e atrativos envolvidos no escopo;

II - Levantamento dos perigos e riscos relacionados à visitação;

III- Plano de Ação Emergencial (PAE) da unidade de conservação;

IV- Plano de comunicação do protocolo de gestão da segurança da visitação.

§ 1º A unidade poderá adotar o Sistema de Comando de Incidentes como modelo gerencial na execução do PAE.

§ 2º O PGSV deverá, obrigatoriamente, ser revisto a cada 3 anos ou antes a partir do registro de acidentes e incidentes pela UC ou se as circunstâncias assim exigirem.

§ 3º Considerando o aprimoramento contínuo do PGSV, poderá ser elaborada matriz de avaliação e tratamento de riscos em complementação à estrutura proposta no caput.

Art. 10 A CGEUP disponibilizará os modelos do PGSV, assim como suas eventuais atualizações, na rede interna do ICMBio.

Art. 11 O PGSV deverá ser amplamente divulgado para todos os servidores da unidade de conservação, prestadores de serviços, visitantes, parceiros e demais envolvidos nas atividades de visitação, bem como no sítio eletrônico do ICMBio.

CAPÍTULO III

DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 12 Os prestadores de serviços de apoio à visitação nas unidades de conservação por meio de autorização ou permissão deverão atender o PGSV.

Parágrafo único: A elaboração do PGSV pode ser um dos critérios para emissão de autorização e permissão para prestação de serviços de apoio à visitação.

Art. 13 Nas unidades de conservação federais que possuem contrato de concessão para serviços de apoio à visitação, compete à Concessionária elaborar e apresentar, para aprovação do ICMBio, um Sistema de Gestão de Segurança - SGS, em conformidade com a ABNT NBR ISO 21101 e suas atualizações, abrangendo todas as atividades e serviços concessionados.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Esta portaria e instrumentos decorrentes são parte integrante dos regulamentos das unidades de conservação, se aplicam aos visitantes, prestadores de serviços e demais atores relacionados ao uso público e no caso de descumprimento das normas e orientações estabelecidas, os infratores estarão sujeitos às penalidades

previstas no art. 90 do Decreto 6.514/2008, sem prejuízo das demais sanções penais, cíveis e administrativas aplicáveis.

Art. 15 Este ato normativo não se aplica à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, servindo apenas como referência orientativa para a visitação.

Art. 16 A UC deverá fazer o registro e sistematização das ocorrências de acidentes anual para envio e consolidação e acompanhamento pela CGEUP.

Art. 17 Situações não previstas serão tratadas pela Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.

Art. 18 A unidade de conservação federal com atividade de visitação, prestadores de serviço e os concessionários devem se adequar a esta norma em até 2 anos após entrada em vigor desta Portaria, prorrogáveis por igual período, pela CGEUP, mediante justificativa.

§ 1º A inexistência de PGSV estabelecido para a unidade de conservação federal não será considerado impeditivo para a continuidade da visitação até sua elaboração.

§2º O PGSV deve ser incorporado às autorizações e permissões já emitidas, mediante aditivo ou declaração expressa de ciência e observância por parte dos prestadores e concessionários já autorizados.

Art. 19 Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente à sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.724/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria nº 692/GM/MME, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria nº 245/GM/MME, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003652/2022-95. Interessada: Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.095.183/0001-40. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2023) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2022, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.725/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004825/2022-11. Interessada: Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.606.317/0001-62. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jequitinhonha 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049817-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.664, de 19 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.726/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004826/2022-57. Interessada: Usina Energia Fotovoltaica Jequitinhonha Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.606.317/0001-62. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Jequitinhonha 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049816-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.663, de 19 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.727/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004830/2022-15. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Ponto Chique Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.608/0001-24. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ponto Chique 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049814-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.607, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.728/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004828/2022-46. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Ponto Chique Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.608/0001-24. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Ponto Chique 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.049815-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.608, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.729/SPE/MME, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005576/2022-72. Interessada: UFV Pitombeira S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.382.073/0001-13. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Central Geradora Fotovoltaica - UFV Pitombeira , cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.034037-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.471, de 24 de novembro de 2020, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.730/SPE/MME, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005245/2022-32. Interessada: Kroma Gestao e Servicos em Energia Eletrica LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.621.576/0001-64. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Arapuá 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.051015-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.665, de 19 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.731/SPE/MME, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005246/2022-87. Interessada: Kroma Gestao e Servicos em Energia Eletrica LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.621.576/0001-64. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Arapuá 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.CE.051016-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.666, de 19 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 6.780, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso de suas atribuições, de acordo com deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e o que consta dos autos do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Efetivar as seguintes alterações na estrutura de cargos em comissão do Gabinete do Diretor-Geral (GDG):

I - Extinguir 1 Cargo Comissionado de Gerência Executiva CGE IV;

II - Extinguir 2 Cargos Comissionados Técnicos CCT V;

III - Extinguir 1 Cargo Comissionado Técnico CCT III; e

IV - Criar 1 Cargo Comissionado de Assessoria CA II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

PORTARIA Nº 6.781, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, de acordo com deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	19 03 19 13
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	05 05 14
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	21 92 01 46 52

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.369.515,11 (um milhão, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quinze reais e onze centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.816, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria nº 237, de 12 de agosto de 2022, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta do processo nº 48500.000452/2022-09 e nº 48500.000453/2022-45, decide (i) determinar à Equatorial Transmissora I SPE S.A cadastrada sob o CNPJ N° 26.845.650/0001-21, Contrato de Concessão nº 07/2017, a implantação dos equipamentos reserva associados aos reatores de linha nas subestações Barreiras II e Rio das Éguas, conforme minuta anexa, estabelecidas por meio do Despacho Decisório do MME nº 34/2021/SPE/MME, de 28 de dezembro de 2021, no âmbito do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE 2021; e (ii) negar provimento ao pedido de estabelecimento de receita adicional referente à implantação das instalações referidas em (i).

HÉLVIO NEVES GUERRA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo da Resolução Autorizativa nº 12.728, de 20 de setembro de 2022, constante do Processo nº 48500.003800/2017-24, disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br , publicada no D.O. de 27.09.2022, seção 1, p. 67, v. 160, n. 184,

Onde se lê: "(...) Mendubim II Geração de Energia Ltda. (...)";

Leia-se: "(...) Mendubim II Energia Ltda. (...)".

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo da Resolução Autorizativa nº 12.729, de 20 de setembro de 2022, constante do Processo nº 48500.003803/2017-68, disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br, publicada no D.O. de 27.09.2022, seção 1, p. 67, v. 160, n. 184,

Onde se lê: "(...) Mendubim V Geração de Energia Ltda. (...)";

Leia-se "(...) Mendubim V Energia Ltda. (...)".

RETIFICAÇÃO

No resumo da Resolução Autorizativa nº 12.764, de 27 de setembro de 2022, cujo resumo foi publicado no D.O.U. de 05 de outubro de 2022, seção 1, página 85, no art. 1º,

Onde se lê: "Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel XVIII, CEG UFV.RS.MG.046917-3.01..."

Leia-se: "Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel XVIII, CEG UFV.RS.RN.049709-6.01...".

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 2.957, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 286, de 19 de setembro de 2022, considerando o que consta do Processo nº 48500.000218/2022-73 resolve registrar que os documentos de constituição das Sociedades de Propósito Específico descritas na tabela deste Despacho foram analisados e estão em conformidade com o Edital do Leilão nº 3/2022-ANEEL (A-4 de 2022):

SEQ	PROCESSO	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	Empreendimento
1	48500.007708/2022-09	Hidroelétrica Braço Sul Ltda CNPJ: 47.946.172/0001-16	PCH Braço Sul
2	48500.003513/2020-10	Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A. CNPJ: 47.918.228/0001-29	Luiz Gonzaga I
3	48500.002086/2020-52	Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. CNPJ: 47.918.226/0001-30	Luiz Gonzaga III

ANDRÉ LUIZ TIBURTINO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.936, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.005311/2017-15 Interessado: Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. CNPJ nº 35.831.799/0001-42. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Serra do Seridó II, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.PB.035225-0.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.937, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 48500.000265/2018-31 Interessado: Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., CNPJ nº 35.882.365/0001-71. Decisão: alterar as características técnicas da EOL Serra do Seridó VI, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.PB.038304-0.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.952, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando as atribuições da Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, o que consta do Processo abaixo elencado e em atenção à solicitação contida na carta s/nº, de 2 de setembro de 2022, protocolada na ANEEL sob o nº 48513.023696/2022-00, decide registrar a alteração da razão social da Bahia Etanol Holding S.A., para Bahia Etanol Holding Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 24.870.441/0002-93, titular do empreendimento abaixo listado:

Processo	Empreendimento	CEG(*)	ATO
48500.000511/2019-35	UTE Bahia Etanol Energia Renovável	UTE.AI.BA.043202-4.01	REA nº 11.389, de 22 de março de 2022

(*) Código Único de Empreendimentos de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 14 de outubro de 2022.

Nº 2.960 - Processo nº: 48500.002371/2012-63. Interessados: Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Santo Cristo. Unidades Geradoras: UG2, de 3.465,00 kW. Localização: Município de Touros, no estado de Rio Grande do Norte.

Nº 2.961 - Processo nº: 48500.005870/2020-12. Interessados: Ventos De São Vítor 04 Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Vitor 4. Unidades Geradoras: UG1 a UG5, de 6.200,00 kW cada. Localização: Município de Xique-Xique, no estado da Bahia.

Nº 2.962 - Processo nº: 48500.004400/2014-93. Interessados: Central Geradora Solar Nótuz S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Caldeirão Grande VI. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Caldeirão Grande do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2.963 - Processo nº: 48500.001656/2017-91. Interessados: PCH Mantovilis SPE S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: PCH Mantovilis. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.600,00 kW cada. Localização: Município de Santo Antônio do Leverger, no estado do Mato Grosso.

Nº 2.964 - Processo nº: 48500.005875/2020-45. Interessados: Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de São Crispim. Unidades Geradoras: UG1 a UG4, de 4.400,00 kW cada. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 62/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
844.034/2014-INTERCEMENT BRASIL S.A.-OF. N°47580/2022/SEOUFI-AL/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
844.054/2022-ALEXANDRE MARCAL DE BARROS COSTA MINERACAO-OF. N°45708/2022/SEOUFI-AL/ANM

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 18/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
880.022/2022-ICEROL - INDÚSTRIA CERÂMICA RONDÔNIA LTDA-Registro de Licença N° 18/2022 - Vencimento em 25/01/2023
880.073/2022-COOPERATIVA IRODAK AGROEXTRATIVISTA SUSTENTAVEL DO AMAZONAS-Registro de Licença N° 19/2022 - Vencimento em 22/03/2023

EDUARDO PONTES E PONTES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 372/2022

Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
850.468/2008-A.F.PINHEIRO E TRIANI LTDA.
850.956/2010-VALE S.A.
850.241/2008-CLAUDIO EUGENIO VANZOLINI
850.141/2011-VALE S.A.
851.038/2011-MINERAÇÃO E COM. DE CALCÁRIO E BRITA DA AMAZ. LTDA
850.877/2007-JOSE RIBAMAR GOMES DE ABRANTES
850.080/2008-TALON IRON MINERAÇÃO LTDA.
851.260/2008-LUX EMPREEDIMENTOS EM NEGÓCIOS MINERARIOS
850.043/2009-CONSTRUTORA E MINERADORA MAMURU LTDA ME
850.065/2010-RODRIGO MILANI
850.123/2010-MORINAKA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
850.069/2011-MINERACAO IRAJA S/A.
850.296/2011-MIRERACAO RIO DEZOITO LTDA
850.722/2011-JOÃO JORGE GONÇALVES ABDON
851.156/2011-ANNE CARVALHO MENDONÇA
851.782/2011-GL PARTICIPACOES E SERVICOS EIRELI
850.782/2012-LARA DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.035/2013-ERIVALDO FRANCELINO VIANA
850.700/2016-ANTONIO MIGUEL SIRUGE
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.264/2022-ELVIS RUBRESSON BENTES GUIMARAES
850.035/2022-COOPERATIVA GARIMPEIRA MINERADORA NACIONAL
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.102/2021-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA-OF. N°47232/2022/DIOUT-PA/ANM
851.009/2021-ANTONIO ORESTE DE AGUIAR-OF. N°47237/2022/DIOUT-PA/ANM
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.241/2020-MARIA MARLI FIRMINO DE FARIAS FIGUEIRA
850.080/2021-MARIO GOMES DA SILVA
851.312/2020-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES DE OURILANDIA E REGIAO - COOPEROURI
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.256/2022-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.574/2022-DBENS ADMINISTRADORA DE BENS E ATIVOS LTDA-OF. N°Ofício nº 47067/2022/DIOUT-PA/ANM
850.574/2022-DBENS ADMINISTRADORA DE BENS E ATIVOS LTDA-OF. N°Ofício nº 47472/2022/DIOUT-PA/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
850.304/2011-JOSÉ ISAIAS LISBOA MACHADO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
855.778/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
850.242/2005-SOUTH32 MINERALS SA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.645/2019-WALDEMIR FIALHO DE BRITO

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 373/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 03 anos, com vigência a partir dessa publicação:(323)
8001/2022-850.513/2022-FENRIR DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO LTDA-
8000/2022-850.412/2022-CLAUDIO CARVALHO LIMA-
7998/2022-850.638/2019-GEISEL FERREIRA BORGES-
7999/2022-850.639/2019-GEISEL FERREIRA BORGES-
8002/2022-850.518/2022-FENRIR DO BRASIL COMERCIO E EXPORTACAO LTDA-
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
7997/2022-850.520/2022-MINERADORA DE CALCARIO E DERIVADOS EIRELI-

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 111/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.115/2020-CARAMURU MINERACAO LTDA-OF. N°46118/2022/NUFIS-RN/ANM
848.102/2016-MONT GRANITOS S A-OF. N°47113/2022/NUFIS-RN/ANM
848.287/2018-VERMONT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°47365/2022/NUFIS-RN/ANM
848.203/2018-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-OF. N°47644/2022/NUFIS-RN/ANM
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.249/2013-JONHNATH MOTA RICARDO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.221/2018-ELIZABETH PRODUTOS CERAMICOS LTDA- Área de 455,58 ha para 42,66 ha-Argila-São José de Campestre/RN
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
848.129/2011-HELIO ROBERTO SALES LIMA- Cessionário:CARLOS ALBERTO CANTARIN- CNPJ 062.278.288-66- PLG n°6/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.174/2022-DAM SERVICOS E MANUTENCOES INDUSTRIAIS LTDA-OF. N°46928/2022/NUOUT-RN/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
848.213/2022-BOSS CONSULTORIA MINERAL LTDA

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 574/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Angelo Jair Ferreira da Costa - 810630/20 - Not.193/2022 - R$ 22,93
Sidinei Martiniacki - 810079/14 - Not.191/2022 - R$ 4.726,59

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 575/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Angelo Jair Ferreira da Costa - 810630/20 - Not.194/2022 - R$ 4.361,70
Getulio Vargas Empreendimentos Turisticos Ltda - 810662/20 - Not.190/2022 - R$ 4.283,20
Maria Rita Dos Santos Gowert Duquia - 811340/13 - Not.189/2022 - R$ 3.803,01
Sidinei Martiniacki - 810079/14 - Not.192/2022 - R$ 5.271,19
Wilibaldo Isquierdo Tomaz - 810034/21 - Not.188/2022 - R$ 0,0

DANIEL POLLACK
Superintendente

DIVISÃO NACIONAL DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 573/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Jose Vilson Klimick - 810685/20 Mineração Nizoli LTDA. -810584/21

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Chefe da Divisão

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 1 (MG)

DESPACHO
Relação nº 570/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Altogran Mineracao Ltda 831279/20
Britagem Sao Lucas Ltda 832203/21, 831120/21, 832167/21
bz Mineracao Ltda 830674/21
c r Mineracao 318 Comercio, Importacao e Exportacao Ltda - 830651/21
Clcampos Trading America Importacao e Exportacao Ltda - 832525/21, 832523/21, 832522/21, 832521/21, 832520/21
Cristais Sena Ltda - 831510/20, 831511/20, 831512/20
Diovani Noronha de Faria me - 830663/19
Dragagem Carvalho Ltda - 830097/21
Dragagem e Comercio de Areia Rafamig Ltda - 832415/21
Eber Jesiel Tavares - 832194/21
Espirito Santo Mineração e Exportação LTDA. - 832193/21
gm Minerais Eireli - 830657/21
Gmcs Consultoria e Sondagem Eireli - 831330/20
Gomes e Filhos Pedras LTDA. me - 831697/20
Helcio Carneiro Pinto - 830975/21
Helio Carlos Costalonga Eireli - 830618/21
Ideal Empreendimentos Imobiliarios e Construcoes Ltda - 830721/21
Jadergudson Gomes Paula - 830568/21
Janderson Benevides Rodrigues Gonçalves - 830250/21
José Silva Lapa - 830923/21
Katia Regina de Lima Silva - 830909/20
Lsk Mineracao e Comercio Eireli - 830745/21
Magno Lavorato - 832212/21
Marcos Antônio Dos Santos - 831095/20
Milton Ribeiro da Silva - 832663/21
Minas Areias Ltda - 831249/20
Mineracao Serra Grande Ltda - 832494/21, 832492/21
Mineracao Uba Minas Ltda - 832222/21
Mineradora Barao Eireli - 830085/21
Mlc Conrado Intermediacao de Negocios Ltda - 830175/21
Monte Siao Mineracao Eireli - 832266/21
Pedreira Rolim LTDA. - 832296/21
Prospectar Consultoria Minero Ambiental Ltda me - 830278/21
Regina Célia Silva de Paula - 831739/20
Renata Antonia Soares Mendes Pinto - 830918/20
Ricardo Serrano Piconi da Costa - 832210/21
Robson Rogerio de Oliveira - 830347/21
Rodrigo de Brito Mello - 830026/21
rp Mineração Ltda - 830323/21
sx Engenharia Incorporacao e Comercio Ltda - 832255/21
Thomaz Augusto de Souza Leao Filho - 830514/21
Thyago Germano Palhares - 831634/20
Uriacy Marcus de Souza - 832143/21
Viol Materiais de Construção Ltda - 831186/20
W.j.ribeiro Comercio Ltda me - 832493/21

HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (GO, DF, MS, MT, TO)

DESPACHO
Relação nº 571/2022

Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH (6.43)
864.060/2018-AMAN2 MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA AI N° 172/2019 multa publicada em 24.12.19, na Rel. 49/2019 Determina arquivamento Auto Infração TAH (6.37)864.060/2018-AMAN2 MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N 172/2019.

JANDUCI DUTRA FERNANDES
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 566/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Agropecuária r g Ind Importação e Exportação Ltda me - 870495/19 - Not.2339/2022 - R$ 2.047,22
Andre Luiz Gueudeville Silveira - 870820/20 - Not.2429/2022 - R$ 3.629,30, 870811/20 - Not.2427/2022 - R$ 6.152,31
Ary José Teles Valiense - 870963/19 - Not.2381/2022 - R$ 232,84
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870704/19 - Not.2344/2022 - R$ 9.094,91
c c a Mineracao Geologia e Meio Ambiente Ltda - 871598/18 - Not.2304/2022 - R$ 8.652,32, 871599/18 - Not.2306/2022 - R$ 9.158,17
Cava Mineracao e Beneficiamento de Minerio Ltda - 870596/20 - Not.2420/2022 - R$ 7.047,27
Claudio Cunha Silva - 871132/19 - Not.2361/2022 - R$ 4.058,50
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 870267/19 - Not.2331/2022 - R$ 9.105,60
Diamonds Bethel Transportes e Comercio de Minerais - Eireli - 870289/19 - Not.2333/2022 - R$ 4.513,96, 870290/19 - Not.2335/2022 - R$ 7.562,23, 870291/19 - Not.2337/2022 - R$ 4.776,44, 871691/19 - Not.2375/2022 - R$ 7.933,78, 871690/19 - Not.2373/2022 - R$ 3.189,27, 871689/19 - Not.2371/2022 - R$ 2.063,27
Eduardo Cristóvão Cunha de Azevedo - 870519/19 - Not.2342/2022 - R$ 6.307,21
Eldorado Mineração Eireli - 870327/20 - Not.2390/2022 - R$ 9.406,86
Esa Cuttecnology Diamantes Eireli - 870203/20 - Not.2377/2022 - R$ 1.904,19
Everaldo Bispo Dos Santos - 871934/18 - Not.2326/2022 - R$ 5.798,24
Fibra Mineração Eireli - 870887/19 - Not.2354/2022 - R$ 3.794,79
Francisco de Assis de Oliveira - 870473/20 - Not.2406/2022 - R$ 6,28, 870472/20 - Not.2404/2022 - R$ 6.725,06, 870471/20 - Not.2402/2022 - R$ 9.399,75, 870470/20 - Not.2400/2022 - R$ 8.353,39, 870469/20 - Not.2398/2022 - R$ 9.313,75, 870468/20 - Not.2396/2022 - R$ 9.233,12, 870467/20 - Not.2394/2022 - R$ 8.834,21
Frederico Geraldo Medrado Freire - 872970/15 - Not.2281/2022 - R$ 1.327,24
Hong Kong Top Regent Comercio e Serviços de Mineração Ltda - 871594/19 - Not.2367/2022 - R$ 9.378,15, 871611/19 - Not.2369/2022 - R$ 4.742,24
Ildefonso Marques de Oliveira - 870576/20 - Not.2416/2022 - R$ 5.651,64, 870522/20 - Not.2412/2022 - R$ 2.985,79
Jose de Souza Barros - 870255/19 - Not.2328/2022 - R$ 1.242,87
Leonardo de Matos Araujo Eireli - 870757/19 - Not.2348/2022 - R$ 951,66, 870756/19 - Not.2346/2022 - R$ 37,57
Luiz Carlos Bibiano Pereira - 870642/20 - Not.2422/2022 - R$ 4.511,20
Manoelito Soares Ferraz - 870357/20 - Not.2392/2022 - R$ 3.132,82
Marcos Jose Bomfim Dos Santos - 871942/13 - Not.2279/2022 - R$ 34,62
Marcos Marcelo Goes da Silva - 870325/20 - Not.2388/2022 - R$ 438,51

Mg3 Granitos Ltda - 871769/17 - Not.2283/2022 - R$ 9.337,80
Mineração do Brasil Importação e Exportação Ltda me - 870517/19 - Not.2341/2022 - R$ 9.481,00
Mineracao Eco Brasil Granitos Ltda - 870567/20 - Not.2414/2022 - R$ 497,35
Nicanor Martinez Espinedo Neto - 870287/20 - Not.2384/2022 - R$ 3.914,94
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870418/18 - Not.2285/2022 - R$ 9.010,44
Pmx Comercio Atacadista de Minerais Ltda - 871141/19 - Not.2363/2022 - R$ 1.764,18
Ricardo Martins Gomes - 871142/19 - Not.2365/2022 - R$ 9.470,59
Rogerio Tadeu da Luz - 870491/20 - Not.2408/2022 - R$ 8.978,72
Sebastiao Ferreira de Souza - 870241/20 - Not.2386/2022 - R$ 5.813,96
Silva & Junqueira Ltda - 870579/20 - Not.2418/2022 - R$ 9.497,67
Sm5 Participações LTDA. - 870950/18 - Not.2302/2022 - R$ 9.420,31, 870949/18 - Not.2300/2022 - R$ 8.740,00, 870947/18 - Not.2298/2022 - R$ 6.566,08, 870946/18 - Not.2296/2022 - R$ 8.159,08
Sudamerica Ltda - 870821/18 - Not.2294/2022 - R$ 8.558,96, 870748/18 - Not.2290/2022 - R$ 8.026,29
Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870779/19 - Not.2352/2022 - R$ 7.261,44, 870778/19 - Not.2350/2022 - R$ 1.352,19
Turismar Viagens e Turismo Ltda - 870900/19 - Not.2356/2022 - R$ 4.712,04

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 567/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Agropecuária r g Ind Importação e Exportação Ltda me - 870495/19 - Not.2340/2022 - R$ 9.422,30
Andre Luiz Gueudeville Silveira - 870820/20 - Not.2430/2022 - R$ 4.711,15, 870811/20 - Not.2428/2022 - R$ 4.711,15
Ary José Teles Valiense - 870963/19 - Not.2382/2022 - R$ 4.711,15
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870704/19 - Not.2345/2022 - R$ 9.422,30
c c a Mineracao Geologia e Meio Ambiente Ltda - 871598/18 - Not.2305/2022 - R$ 9.422,30, 871599/18 - Not.2307/2022 - R$ 9.422,30
Cava Mineracao e Beneficiamento de Minerio Ltda - 870596/20 - Not.2421/2022 - R$ 4.711,15
Claudio Cunha Silva - 871132/19 - Not.2362/2022 - R$ 9.422,30
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 870267/19 - Not.2332/2022 - R$ 4.711,15
Diamonds Bethel Transportes e Comercio de Minerais - Eireli - 871691/19 - Not.2376/2022 - R$ 4.711,15, 871690/19 - Not.2374/2022 - R$ 4.711,15, 871689/19 - Not.2372/2022 - R$ 4.711,15, 870291/19 - Not.2338/2022 - R$ 4.711,15, 870290/19 - Not.2336/2022 - R$ 9.422,30, 870289/19 - Not.2334/2022 - R$ 9.422,30
Eduardo Cristóvão Cunha de Azevedo - 870519/19 - Not.2343/2022 - R$ 9.208,88
Eldorado Mineração Eireli - 870327/20 - Not.2391/2022 - R$ 4.711,15
Esa Cuttecnology Diamantes Eireli - 870203/20 - Not.2378/2022 - R$ 4.711,15
Everaldo Bispo Dos Santos - 871934/18 - Not.2327/2022 - R$ 9.208,88
Fibra Mineração Eireli - 870887/19 - Not.2355/2022 - R$ 4.711,15
Francisco de Assis de Oliveira - 870473/20 - Not.2407/2022 - R$ 4.711,15, 870472/20 - Not.2405/2022 - R$ 4.711,15, 870471/20 - Not.2403/2022 - R$ 4.711,15, 870470/20 - Not.2401/2022 - R$ 4.711,15, 870469/20 - Not.2399/2022 - R$ 4.711,15, 870468/20 - Not.2397/2022 - R$ 4.711,15, 870467/20 - Not.2395/2022 - R$ 4.711,15
Frederico Geraldo Medrado Freire - 872970/15 - Not.2282/2022 - R$ 9.422,30
Hong Kong Top Regent Comercio e Serviços de Mineração Ltda - 871611/19 - Not.2370/2022 - R$ 4.711,15, 871594/19 - Not.2368/2022 - R$ 4.711,15
Ildefonso Marques de Oliveira - 870576/20 - Not.2417/2022 - R$ 4.711,15, 870522/20 - Not.2413/2022 - R$ 4.711,15
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 870518/20 - Not.2411/2022 - R$ 4.711,15, 871112/19 - Not.2360/2022 - R$ 4.711,15
Joamar Comercial Importadora & Exportadora Ltda - 870262/20 - Not.2383/2022 - R$ 4.711,15
Jose de Souza Barros - 870255/19 - Not.2329/2022 - R$ 4.711,15
José Rosa Machado - 871743/17 - Not.2278/2022 - R$ 4.222,05
Leonardo de Matos Araujo Eireli - 870756/19 - Not.2347/2022 - R$ 4.711,15, 870757/19 - Not.2349/2022 - R$ 4.711,15
Luiz Carlos Bibiano Pereira - 870642/20 - Not.2423/2022 - R$ 4.711,15
Manoelito Soares Ferraz - 870357/20 - Not.2393/2022 - R$ 4.711,15
Marcos Jose Bomfim Dos Santos - 871942/13 - Not.2280/2022 - R$ 9.422,30
Marcos Marcelo Goes da Silva - 870325/20 - Not.2389/2022 - R$ 4.711,15
Mg3 Granitos Ltda - 871769/17 - Not.2284/2022 - R$ 4.711,15
Mineracao Eco Brasil Granitos Ltda - 870567/20 - Not.2415/2022 - R$ 4.711,15
Mineracao Serra Grande Ltda - 870648/20 - Not.2426/2022 - R$ 4.711,15, 870647/20 - Not.2425/2022 - R$ 4.711,15, 870646/20 - Not.2424/2022 - R$ 4.711,15, 870517/20 - Not.2410/2022 - R$ 4.711,15
Nicanor Martinez Espinedo Neto - 870287/20 - Not.2385/2022 - R$ 4.711,15
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870418/18 - Not.2286/2022 - R$ 8.835,15
Pmx Comercio Atacadista de Minerais Ltda - 871141/19 - Not.2364/2022 - R$ 4.711,15
Ricardo Martins Gomes - 871142/19 - Not.2366/2022 - R$ 4.711,15
Rmb Manganes Ltda - 870496/18 - Not.2287/2022 - R$ 4.604,44
Rogerio Tadeu da Luz - 870491/20 - Not.2409/2022 - R$ 4.604,44
Sebastiao Ferreira de Souza - 870241/20 - Not.2387/2022 - R$ 4.711,15
Silva & Junqueira Ltda - 870579/20 - Not.2419/2022 - R$ 4.711,15
Sm5 Participações LTDA. - 870946/18 - Not.2297/2022 - R$ 9.208,88, 870947/18 - Not.2299/2022 - R$ 9.208,88, 870949/18 - Not.2301/2022 - R$ 9.208,88, 870950/18 - Not.2303/2022 - R$ 9.208,88, 871895/18 - Not.2308/2022 - R$ 9.208,88, 871896/18 - Not.2309/2022 - R$ 9.208,88, 871897/18 - Not.2310/2022 - R$ 9.208,88, 871898/18 - Not.2311/2022 - R$ 9.208,88, 871899/18 - Not.2312/2022 - R$ 9.208,88, 871900/18 - Not.2313/2022 - R$ 9.208,88, 871901/18 - Not.2314/2022 - R$ 9.208,88, 871902/18 - Not.2315/2022 - R$ 9.208,88, 871903/18 - Not.2316/2022 - R$ 9.208,88, 871904/18 - Not.2317/2022 - R$ 9.208,88, 871905/18 - Not.2318/2022 - R$ 9.208,88, 871906/18 - Not.2319/2022 - R$ 9.208,88, 871907/18 - Not.2320/2022 - R$ 9.208,88, 871926/18 - Not.2325/2022 - R$ 9.208,88, 871925/18 - Not.2324/2022 - R$ 9.208,88, 871924/18 - Not.2323/2022 - R$ 9.208,88
Sudamerica Ltda - 870821/18 - Not.2295/2022 - R$ 9.208,88, 870750/18 - Not.2293/2022 - R$ 9.208,88, 870749/18 - Not.2292/2022 - R$ 9.208,88, 870748/18 - Not.2291/2022 - R$ 9.208,88, 870744/18 - Not.2289/2022 - R$ 4.604,44, 870743/18 - Not.2288/2022 - R$ 4.604,44, 871923/18 - Not.2322/2022 - R$ 9.208,88, 871922/18 - Not.2321/2022 - R$ 9.208,88
Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870779/19 - Not.2353/2022 - R$ 9.422,30, 870778/19 - Not.2351/2022 - R$ 9.422,30
Turismar Viagens e Turismo Ltda - 870900/19 - Not.2357/2022 - R$ 9.208,88
Twa Areia e Cascalho Ltda - 870265/19 - Not.2330/2022 - R$ 9.422,30

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 576/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Juraci Carvalho Silva - 871159/17 - Not.2431/2022 - R$ 4.591,70

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 577/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Nelson Araújo Dos Santos - 878083/19 - Not.2/2022 - R$ 1.634,21

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 578/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Nelson Araujo Dos Santos - 878083/19 - Not.3/2022 - R$ 5.084,22

JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS JÚNIOR
Chefe de Serviço

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 6 (SC, RS, PR)

DESPACHO
Relação nº 572/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Rafael Andreazza - 810236/05 - A.I. 1032/20, 810238/05 - A.I. 1036/20

WALNEY DE MEDEIROS MARIANO
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 7.979, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831908/2022-82-AMAZONAS METAIS MINERAIS BAHIA LTDA (Documento SEI: 5201993)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.980, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831903/2022-50-AMAZONAS METAIS MINERAIS BAHIA LTDA (Documento SEI: 5202070)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.981, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810647/2022-87-ENCOPAV ENGENHARIA LTDA (Documento SEI: 5202110)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.982, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820429/2022-41-ISADORA MACIEL GOBBI (Documento SEI: 5202508)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.983, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820430/2022-75-V. QUIROGA PENAPOLIS (Documento SEI: 5202788)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.984, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831901/2022-61-BRITAGEM MEGA EIRELI (Documento SEI: 5202834)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.985, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831905/2022-49-GRANTAURO MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5204578)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.986, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.831910/2022-51-PATRICIA MURTA PINTO (Documento SEI: 5204890)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.987, DE 12 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840160/2022-79-ALTA FLORESTA GOLD MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5204933)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.988, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846177/2022-61-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 5205075)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.989, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871454/2022-83-ROBSON HERMINIO MENDES (Documento SEI: 5205084)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.990, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871458/2022-61-MARCIO CLEBER SILVA SANTOS (Documento SEI: 5205091)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.991, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871455/2022-28-CEFAS MINERACAO EIRELI (Documento SEI: 5205097)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.992, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846178/2022-14-D B M - DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA (Documento SEI: 5205353)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.993, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831918/2022-18-AMAZONAS METAIS MINERAIS BAHIA LTDA (Documento SEI: 5205354)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.994, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803204/2022-51-AVANT GEOTECNOLOGIAS E ENGENHARIA MINERAL LTDA (Documento SEI: 5207212)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.995, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803205/2022-04-AVANT GEOTECNOLOGIAS E ENGENHARIA MINERAL LTDA (Documento SEI: 5207289)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 7.996, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860853/2022-29-WOLNEY LUIZ MICHIELIN DIAS (Documento SEI: 5207498)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.871652/2022-47-PEDRA CINZA MINERACAO LTDA. (Documento SEI: 5200993)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 247/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Da provimento ao recurso interposto(2615)
831.926/2016-ALEX DA CUNHA PIMENTA FILHO
890.133/2017-AREAL ANINHA LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(2612)
800.269/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.270/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.271/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.274/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.275/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.276/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.
800.277/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 248/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
831.926/2016-ALEX DA CUNHA PIMENTA FILHO- DOU de 02/08/2022
890.133/2017-AREAL ANINHA LTDA- DOU de 09/09/2019
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
800.269/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.270/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.271/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.274/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.275/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.276/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018
800.277/2017-MINERIOS NACIONAL S.A.- DOU de 26/09/2018

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 249/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
867.182/2017-A R WEBER-ALVARÁ N° 2790, Publicado DOU de 16/04/2018-
Onde se lê: "... numa área de 1814,9 ha...";
Leia-se: "... numa área de 1163,63 ha..."

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM DIQUE PDE PERMANENTE I-VALE S.A.-930.016/1995-OF. N°45225/2022/SEFBM-C/ANM
BARRAGENS: CALCINADOS, COCURUTO, RAPAUNHA e BARRAGEM COCURUTO-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-000.322/1973-OF. N°47790/2022/SEFBM-C/ANM e 47920/2022/SEFBM-C/ANM
BARRAGEM CDS I, BARRAGEM CDS II-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-930.556/2000-OF. N°47322/2022/SEFBM-C/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência -- Prazos estabelecidos em ofício:(2368)
BARRAGEM COCURUTO - ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-000.322/1973-OF. N°47920/2022/SEFBM-C/ANM

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 147, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Declara a revogação expressa de atos normativos, para fins de racionalização do arcabouço regulatório da ANP.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.216241/2022-31 e com base na Resolução de Diretoria nº 518, de 11 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os seguintes atos:

I. Portaria ANP nº 5, de 13 de fevereiro de 1998;
II. Portaria ANP nº 7, de 13 de fevereiro de 1998;
III. Portaria ANP nº 34, de 31 de março de 1998;
IV. Portaria ANP nº 69, de 20 de maio de 1998;
V. Portaria ANP nº 87, de 9 de junho de 1998;
VI. Portaria ANP nº 97, de 30 de junho de 1998;
VII. Portaria ANP nº 99, de 9 de julho de 1998;
VIII. Portaria ANP nº 100, de 9 de julho de 1998;
IX. Portaria ANP nº 107, de 23 de julho de 1998;
X. Portaria ANP nº 144, de 25 de setembro de 1998;
XI. Portaria ANP nº 153, de 15 de outubro de 1998;
XII. Portaria ANP nº 165, de 18 de novembro de 1998;
XIII. Portaria ANP nº 186, de 16 de dezembro de 1998;
XIV. Portaria ANP nº 9, de 13 de janeiro de 1999;
XV. Portaria ANP nº 30, de 11 de fevereiro de 1999;
XVI. Portaria ANP nº 33, de 25 de fevereiro de 1999;
XVII. Portaria ANP nº 65, de 9 de abril de 1999;
XVIII. Portaria ANP nº 70-A, de 22 de abril de 1999;
XIX. Portaria ANP nº 91, de 14 de maio de 1999;
XX. Portaria ANP nº 92, de 18 de maio de 1999;
XXI. Portaria ANP nº 99, de 2 de junho de 1999;
XXII. Portaria ANP nº 108, de 24 de junho de 1999;
XXIII. Portaria ANP nº 112, de 6 de julho de 1999;
XXIV. Portaria ANP nº 117, de 14 de julho de 1999;
XXV. Portaria ANP nº 118, de 14 de julho de 1999;
XXVI. Portaria ANP nº 124, de 30 de julho de 1999;
XXVII. Portaria ANP nº 134, de 2 de agosto de 1999;
XXVIII. Portaria ANP nº 159, de 23 de setembro de 1999;
XXIX. Portaria ANP nº 161, de 28 de setembro de 1999;
XXX. Portaria ANP nº 185, de 30 de novembro de 1999;
XXXI. Portaria ANP nº 186, de 30 de novembro de 1999;
XXXII. Portaria ANP nº 8, de 19 de janeiro de 2000;
XXXIII. Portaria ANP nº 15, de 2 de fevereiro de 2000;
XXXIV. Portaria ANP nº 20, de 8 de fevereiro de 2000;
XXXV. Portaria ANP nº 35, de 23 de fevereiro de 2000;
XXXVI. Portaria ANP nº 37, de 29 de fevereiro de 2000;
XXXVII. Portaria ANP nº 39, de 29 de fevereiro de 2000;
XXXVIII. Portaria ANP nº 60, de 5 de abril de 2000;
XXXIX. Portaria ANP nº 67, de 19 de abril de 2000;
XL. Portaria ANP nº 77, de 3 de maio de 2000;
XLI. Portaria ANP nº 103, de 20 de junho de 2000;
XLII. Portaria ANP nº 130, de 25 de julho de 2000;
XLIII. Portaria ANP nº 209, de 29 de agosto de 2000;
XLIV. Portaria ANP nº 223, de 5 de setembro de 2000;
XLV. Portaria ANP nº 228, de 13 de setembro de 2000;
XLVI. Portaria ANP nº 232, de 15 de setembro de 2000;
XLVII. Portaria ANP nº 241, de 18 de outubro de 2000;
XLVIII. Portaria ANP nº 252, de 13 de novembro de 2000;
XLIX. Portaria ANP nº 254, de 16 de novembro de 2000;
L. Portaria ANP nº 263, de 20 de dezembro de 2000;
LI. Portaria ANP nº 273, de 28 de dezembro de 2000;
LII. Portaria ANP nº 15, de 23 de janeiro de 2001;
LIII. Portaria ANP nº 16, de 26 de janeiro de 2001;
LIV. Portaria ANP nº 17, de 26 de janeiro de 2001;
LV. Portaria ANP nº 25, de 7 de fevereiro de 2001;
LVI. Portaria ANP nº 47, de 19 de março de 2001;
LVII. Portaria ANP nº 48, de 19 de março de 2001;
LVIII. Portaria ANP nº 64, de 18 de abril de 2001;
LIX. Portaria ANP nº 69, de 2 de maio de 2001;
LX. Portaria ANP nº 265, de 28 de setembro de 2001;
LXI. Portaria ANP nº 279, de 13 de novembro de 2001;
LXII. Portaria ANP nº 280, de 13 de novembro de 2001;
LXIII. Portaria ANP nº 299, de 18 de dezembro de 2001;
LXIV. Portaria ANP nº 4, de 16 de janeiro de 2002;
LXV. Portaria ANP nº 49, de 17 de abril de 2002;
LXVI. Portaria ANP nº 51, de 24 de abril de 2002;
LXVII. Portaria ANP nº 69, de 24 de maio de 2002;
LXVIII. Portaria ANP nº 124, de 2 de agosto de 2002;
LXIX. Portaria ANP nº 127, de 8 de agosto de 2002;
LXX. Portaria ANP nº 129, de 9 de agosto de 2002;
LXXI. Portaria ANP nº 135, de 16 de agosto de 2002;
LXXII. Portaria ANP nº 136, de 16 de agosto de 2002;
LXXIII. Portaria ANP nº 173, de 4 de outubro de 2002;
LXXIV. Portaria ANP nº 181, de 17 de outubro de 2002;
LXXV. Portaria ANP nº 189, de 30 de outubro de 2002;
LXXVI. Portaria ANP nº 192, de 30 de outubro de 2002;
LXXVII. Portaria ANP nº 196, de 30 de outubro de 2002;
LXXVIII. Portaria ANP nº 206, de 7 de novembro de 2002;
LXXIX. Portaria ANP nº 208, de 13 de novembro de 2002;
LXXX. Portaria ANP nº 215, de 19 de novembro de 2002;
LXXXI. Portaria ANP nº 218, de 27 de novembro de 2002;
LXXXII. Portaria ANP nº 247, de 27 de dezembro de 2002;
LXXXIII. Portaria ANP nº 28, de 24 de fevereiro de 2003;
LXXXIV. Portaria ANP nº 35, de 26 de fevereiro de 2003;
LXXXV. Portaria ANP nº 49, de 19 de março de 2003;
LXXXVI. Portaria ANP nº 109, de 17 de abril de 2003;
LXXXVII. Portaria ANP nº 138, de 5 de maio de 2003;
LXXXVIII. Portaria ANP nº 141, de 5 de maio de 2003;
LXXXIX. Portaria ANP nº 198, de 23 de junho de 2003;
XC. Portaria ANP nº 272, de 13 de outubro de 2003;
XCI. Portaria ANP nº 274, de 23 de novembro de 2003;
XCII. Portaria ANP nº 280, de 31 de outubro de 2003;
XCIII. Portaria ANP nº 303, de 26 de novembro de 2003;
XCIV. Portaria ANP nº 319, de 18 de dezembro de 2003;
XCV. Portaria ANP nº 59, de 14 de abril de 2004;
XCVI. Portaria ANP nº 71, de 28 de abril de 2004;
XCVII. Portaria ANP nº 96, de 31 de maio de 2004;
XCVIII. Portaria ANP nº 102, de 9 de junho de 2004;
XCIX. Portaria ANP nº 103, de 9 de junho de 2004;
C. Portaria ANP nº 107, de 11 de junho de 2004;
CI. Portaria ANP nº 112, de 17 de junho de 2004;
CII. Portaria ANP nº 129, de 7 de julho de 2004;
CIII. Portaria ANP nº 139, de 14 de julho de 2004;
CIV. Portaria ANP nº 140, de 16 de julho de 2004;
CV. Portaria ANP nº 142, de 16 de julho de 2004;
CVI. Portaria ANP nº 143, de 16 de julho de 2004;
CVII. Portaria ANP nº 144, de 16 de julho de 2004;
CVIII. Portaria ANP nº 145, de 16 de julho de 2004;
CIX. Portaria ANP nº 146, de 16 de julho de 2004;
CX. Portaria ANP nº 147, de 16 de julho de 2004;
CXI. Portaria ANP nº 149, de 16 de julho de 2004;
CXII. Portaria ANP nº 150, de 16 de julho de 2004;
CXIII. Portaria ANP nº 151, de 16 de julho de 2004;
CXIV. Portaria ANP nº 152, de 16 de julho de 2004;
CXV. Portaria ANP nº 153, de 16 de julho de 2004;
CXVI. Portaria ANP nº 161, de 3 de agosto de 2004;
CXVII. Portaria ANP nº 168, de 12 de agosto de 2004;
CXVIII. Portaria ANP nº 173, de 26 de agosto de 2004;
CXIX. Portaria ANP nº 205, de 3 de setembro de 2004;
CXX. Portaria ANP nº 213, de 21 de setembro de 2004;
CXXI. Portaria ANP nº 224, de 14 de outubro de 2004;
CXXII. Portaria ANP nº 231, de 5 de novembro de 2004;
CXXIII. Portaria ANP nº 232, de 5 de outubro de 2004;
CXXIV. Portaria ANP nº 234, de 5 de novembro de 2004;
CXXV. Portaria ANP nº 260, de 16 de dezembro de 2004;
CXXVI. Portaria ANP nº 60, de 29 de março de 2005;
CXXVII. Portaria ANP nº 65 de 8 de abril de 2005;
CXXVIII. Portaria ANP nº 157, de 12 de setembro de 2005;
CXXIX. Portaria ANP nº 162, de 16 de setembro de 2005;
CXXX. Portaria ANP nº 234, de 2 de dezembro de 2005;
CXXXI. Portaria ANP nº 235, de 2 de dezembro de 2005;
CXXXII. Portaria ANP nº 30, de 10 de fevereiro de 2006;
CXXXIII. Portaria ANP nº 38, de 22 de fevereiro de 2006;
CXXXIV. Portaria ANP nº 46, de 10 de março de 2006;
CXXXV. Portaria ANP nº 100, de 1º de junho de 2006;
CXXXVI. Portaria ANP nº 105, de 21 de junho de 2006;
CXXXVII. Portaria ANP nº 136, de 17 de julho de 2006;
CXXXVIII. Portaria ANP nº 155, de 27 de julho de 2006;
CXXXIX. Portaria ANP nº 170, de 10 de agosto de 2006;
CXL. Portaria ANP nº 180, de 22 de agosto de 2006;
CXLI. Portaria ANP nº 192, de 13 de setembro de 2006;
CXLII. Portaria ANP nº 225, de 10 de outubro de 2006;
CXLIII. Portaria ANP nº 228, de 10 de outubro de 2006;
CXLIV. Portaria ANP nº 237, de 26 de outubro de 2006;
CXLV. Portaria ANP nº 261, de 4 de dezembro de 2006;
CXLVI. Portaria ANP nº 262, de 7 de dezembro de 2006;
CXLVII. Portaria ANP nº 263, de 7 de dezembro de 2006;
CXLVIII. Portaria ANP nº 11, de 17 de janeiro de 2007;
CXLIX. Portaria ANP nº 23, de 24 de janeiro de 2007;
CL. Portaria ANP nº 27, de 8 de fevereiro de 2007;
CLI. Portaria ANP nº 42, de 7 de março de 2007;
CLII. Portaria ANP nº 52, de 9 de abril de 2007;
CLIII. Portaria ANP nº 75, de 19 de abril de 2007;
CLIV. Portaria ANP nº 83, de 14 de maio de 2007;
CLV. Portaria ANP nº 90, de 18 de maio de 2007;
CLVI. Portaria ANP nº 96, de 25 de maio de 2007;
CLVII. Portaria ANP nº 104, de 6 de junho de 2007;
CLVIII. Portaria ANP nº 105, de 6 de junho de 2007;
CLIX. Portaria ANP nº 145, de 1 de agosto de 2007;
CLX. Portaria ANP nº 149, de 9 de agosto de 2007;
CLXI. Portaria ANP nº 154, de 14 de agosto de 2007;
CLXII. Portaria ANP nº 162, de 24 de agosto de 2007;
CLXIII. Portaria ANP nº 164, de 28 de agosto de 2007;
CLXIV. Portaria ANP nº 166, de 31 de agosto de 2007;
CLXV. Portaria ANP nº 170, de 5 de setembro de 2007;
CLXVI. Portaria ANP nº 178, de 26 de setembro de 2007;
CLXVII. Portaria ANP nº 187, de 28 de setembro de 2007;
CLXVIII. Portaria ANP nº 190, de 10 de outubro de 2007;
CLXIX. Portaria ANP nº 191, de 10 de outubro de 2007;
CLXX. Portaria ANP nº 194, de 16 de outubro de 2007;
CLXXI. Portaria ANP nº 195, de 16 de outubro de 2007;
CLXXII. Portaria ANP nº 198, de 25 de outubro de 2007;
CLXXIII. Portaria ANP nº 204, de 31 de outubro de 2007;
CLXXIV. Portaria ANP nº 209, de 13 de novembro de 2007;
CLXXV. Portaria ANP nº 216, de 30 de novembro de 2007;
CLXXVI. Portaria ANP nº 226, de 18 de dezembro de 2007;
CLXXVII. Portaria ANP nº 228, de 21 de dezembro de 2007;
CLXXVIII. Portaria ANP nº 111, de 27 de fevereiro de 2008;
CLXXIX. Portaria ANP nº 112, de 28 de fevereiro de 2008;
CLXXX. Portaria ANP nº 117, de 4 de março de 2008;
CLXXXI. Portaria ANP nº 123, de 12 de março de 2008;
CLXXXII. Portaria ANP nº 138, de 2 de abril de 2008;
CLXXXIII. Portaria ANP nº 139, de 8 de abril de 2008;
CLXXXIV. Portaria ANP nº 157, de 5 de maio de 2008;
CLXXXV. Portaria ANP nº 158, de 9 de maio de 2008;
CLXXXVI. Portaria ANP nº 159, de 9 de maio de 2008;
CLXXXVII. Portaria ANP nº 174, de 2 de junho de 2008;
CLXXXVIII. Portaria ANP nº 213, de 31 de julho de 2008;
CLXXXIX. Portaria ANP nº 223, de 5 de agosto de 2008;
CXC. Portaria ANP nº 253, de 26 de agosto de 2008;
CXCI. Portaria ANP nº 281, de 7 de outubro de 2008;
CXCII. Portaria ANP nº 347, de 14 de novembro de 2008;
CXCIII. Portaria ANP nº 348, de 17 de novembro de 2008;
CXCIV. Portaria ANP nº 349, de 19 de novembro de 2008;
CXCV. Portaria ANP nº 351, de 18 de novembro de 2008;
CXCVI. Portaria ANP nº 370, de 4 de dezembro de 2008;
CXCVII. Portaria ANP nº 380, de 15 de dezembro de 2008;
CXCVIII. Portaria ANP nº 390, de 22 de dezembro de 2008;
CXCIX. Portaria ANP nº 391, de 22 de dezembro de 2008;
CC. Portaria ANP nº 393, de 26 de dezembro de 2008;
CCI. Portaria ANP nº 394, de 29 de dezembro de 2008;
CCII. Portaria ANP nº 19, de 11 de fevereiro de 2009;
CCIII. Portaria ANP nº 28, de 19 de fevereiro de 2009;
CCIV. Portaria ANP nº 29, de 20 de fevereiro de 2009;
CCV. Portaria ANP nº 33, de 2 de março de 2009;
CCVI. Portaria ANP nº 46, de 17 de março de 2009;
CCVII. Portaria ANP nº 50, de 25 de março de 2009;
CCVIII. Portaria ANP nº 54, de 27 de março de 2009;
CCIX. Portaria ANP nº 60, de 7 de abril de 2009;
CCX. Portaria ANP nº 61, de 7 de abril de 2009;
CCXI. Portaria ANP nº 85, de 5 de maio de 2009;
CCXII. Portaria ANP nº 86, de 5 de maio de 2009;
CCXIII. Portaria ANP nº 97, de 13 de maio 2009;
CCXIV. Portaria ANP nº 102, de 21 de maio de 2009;
CCXV. Portaria ANP nº 122, de 19 de junho de 2009;
CCXVI. Portaria ANP nº 145, de 24 de julho de 2009;
CCXVII. Portaria ANP nº 159, de 4 de agosto de 2009;
CCXVIII. Portaria ANP nº 183, de 21 de agosto de 2009;

CCXIX. Portaria ANP nº 191, de 9 de setembro de 2009;
CCXX. Portaria ANP nº 197, de 14 de setembro de 2009;
CCXXI. Portaria ANP nº 198, de 14 de setembro de 2009;
CCXXII. Portaria ANP nº 200, de 14 de setembro de 2009;
CCXXIII. Portaria ANP nº 241, de 3 de dezembro de 2009;
CCXXIV. Portaria ANP nº 246, de 8 de dezembro de 2009;
CCXXV. Portaria ANP nº 249, de 21 de dezembro de 2009;
CCXXVI. Portaria ANP nº 250, de 22 de dezembro de 2009;
CCXXVII. Portaria ANP nº 251, de 22 de dezembro de 2009;
CCXXVIII. Portaria ANP nº 1, de 11 de janeiro de 2010;
CCXXIX. Portaria ANP nº 5, de 22 de janeiro de 2010;
CCXXX. Portaria ANP nº 23, de 12 de fevereiro de 2010;
CCXXXI. Portaria ANP nº 39, de 24 de fevereiro de 2010;
CCXXXII. Portaria ANP nº 43, de 4 de março de 2010;
CCXXXIII. Portaria ANP nº 54, de 11 de março de 2010;
CCXXXIV. Portaria ANP nº 79, de 1º de abril de 2010;
CCXXXV. Portaria ANP nº 182, de 28 de julho de 2010;
CCXXXVI. Portaria ANP nº 191, de 3 de agosto de 2010;
CCXXXVII. Portaria ANP nº 204, de 19 de agosto de 2010;
CCXXXVIII. Portaria ANP nº 205, de 23 de agosto de 2010;
CCXXXIX. Portaria ANP nº 236, de 6 de outubro de 2010;
CCXL. Portaria ANP nº 237, de 6 de outubro de 2010;
CCXLI. Portaria ANP nº 264, de 23 de novembro de 2010;
CCXLII. Portaria ANP nº 281, de 29 de novembro de 2010;
CCXLIII. Portaria ANP nº 305, de 21 de dezembro de 2010;
CCXLIV. Portaria ANP nº 308, de 23 de dezembro de 2010;
CCXLV. Portaria ANP nº 17, de 31 de janeiro de 2011;
CCXLVI. Portaria ANP nº 18, 2 de fevereiro de 2011;
CCXLVII. Portaria ANP nº 49, de 1º de março de 2011;
CCXLVIII. Portaria ANP nº 120, de 6 de maio de 2011;
CCXLIX. Portaria ANP nº 123, de 12 de maio de 2011;
CCL. Portaria ANP nº 127, de 19 de maio de 2011;
CCLI. Portaria ANP nº 143, de 17 de junho de 2011;
CCLII. Portaria ANP nº 144, de 17 de junho de 2011;
CCLIII. Portaria ANP nº 145, de 17 de junho de 2011;
CCLIV. Portaria ANP nº 146, de 17 de junho de 2011;
CCLV. Portaria ANP nº 147, de 17 de junho de 2011;
CCLVI. Portaria ANP nº 148, de 17 de junho de 2011;
CCLVII. Portaria ANP nº 149, de 17 de junho de 2011;
CCLVIII. Portaria ANP nº 150, de 17 de junho de 2011;
CCLIX. Portaria ANP nº 151, de 17 de junho de 2011;
CCLX. Portaria ANP nº 152, de 17 de junho de 2011;
CCLXI. Portaria ANP nº 153, de 17 de junho de 2011;
CCLXII. Portaria ANP nº 154, de 17 de junho de 2011;
CCLXIII. Portaria ANP nº 155, de 17 de junho de 2011;
CCLXIV. Portaria ANP nº 157, de 22 de junho de 2011;
CCLXV. Portaria ANP nº 170, de 6 de julho de 2011;
CCLXVI. Portaria ANP nº 177, de 18 de julho de 2011;
CCLXVII. Portaria ANP nº 191, de 5 de agosto de 2011;
CCLXVIII. Portaria ANP nº 193, de 10 de agosto de 2011;
CCLXIX. Portaria ANP nº 195, de 11 de agosto de 2011;
CCLXX. Portaria ANP nº 200, de 26 de agosto de 2011;
CCLXXI. Portaria ANP nº 225, de 27 de outubro de 2011;
CCLXXII. Portaria ANP nº 226, de 31 de outubro de 2011;
CCLXXIII. Portaria ANP nº 227, de 31 de outubro de 2011;
CCLXXIV. Portaria ANP nº 236, de 31 de outubro de 2011;
CCLXXV. Portaria ANP nº 242, de 4 de novembro de 2011;
CCLXXVI. Portaria ANP nº 243, de 4 de novembro de 2011;
CCLXXVII. Portaria ANP nº 248, de 11 de novembro de 2011;
CCLXXVIII. Portaria ANP nº 250, de 17 de novembro de 2011;
CCLXXIX. Portaria ANP nº 283, de 9 de dezembro de 2011;
CCLXXX. Portaria ANP nº 291, de 22 de dezembro de 2011;
CCLXXXI. Portaria ANP nº 2, de 5 de janeiro de 2012;
CCLXXXII. Portaria ANP nº 5, de 5 de janeiro de 2012;
CCLXXXIII. Portaria ANP nº 14, de 17 de janeiro de 2012;
CCLXXXIV. Portaria ANP nº 44, de 13 de fevereiro de 2012;
CCLXXXV. Portaria ANP nº 63, de 29 de fevereiro de 2012;
CCLXXXVI. Portaria ANP nº 65, de 1º de março de 2012;
CCLXXXVII. Portaria ANP nº 71, de 8 de março de 2012;
CCLXXXVIII. Portaria ANP nº 78, de 16 de março de 2012;
CCLXXXIX. Portaria ANP nº 91, de 29 de março de 2012;
CCXC. Portaria ANP nº 96, de 5 de abril de 2012;
CCXCI. Portaria ANP nº 97, de 5 de abril de 2012;
CCXCII. Portaria ANP nº 111, de 26 de abril de 2012;
CCXCIII. Portaria ANP nº 127, de 27 de abril de 2012;
CCXCIV. Portaria ANP nº 128, de 27 de abril de 2012;
CCXCV. Portaria ANP nº 130, de 27 de abril de 2012;
CCXCVI. Portaria ANP nº 140, de 17 de maio de 2012;
CCXCVII. Portaria ANP nº 142, de 24 de maio de 2012;
CCXCVIII. Portaria ANP nº 148, de 30 de maio de 2012;
CCXCIX. Portaria ANP nº 149, de 30 de maio de 2012;
CCC. Portaria ANP nº 182, de 28 de junho de 2012;
CCCI. Portaria ANP nº 238, de 25 de julho de 2012;
CCCII. Portaria ANP nº 254, de 20 de agosto de 2012;
CCCIII. Portaria ANP nº 255, de 23 de agosto de 2012;
CCCIV. Portaria ANP nº 262, de 5 de setembro de 2012;
CCCV. Portaria ANP nº 302, de 15 de outubro de 2012;
CCCVI. Portaria ANP nº 303, de 15 de outubro de 2012;
CCCVII. Portaria ANP nº 304, de 15 de outubro de 2012;
CCCVIII. Portaria ANP nº 318, de 30 de outubro de 2012;
CCCIX. Portaria ANP nº 319, de 31 de outubro de 2012;
CCCX. Portaria ANP nº 324, de 6 de novembro de 2012;
CCCXI. Portaria ANP nº 346, de 30 de novembro de 2012;
CCCXII. Portaria ANP nº 349, de 5 de dezembro de 2012;
CCCXIII. Portaria ANP nº 360, de 10 de dezembro de 2012;
CCCXIV. Portaria ANP nº 368, de 19 de dezembro de 2012;
CCCXV. Portaria ANP nº 369, de 19 de dezembro de 2012;
CCCXVI. Portaria ANP nº 372, de 21 de dezembro de 2012;
CCCXVII. Portaria ANP nº 376, de 21 de dezembro de 2012;
CCCXVIII. Portaria ANP nº 2, de 9 de janeiro de 2013;
CCCXIX. Portaria ANP nº 9, de 18 de janeiro de 2013;
CCCXX. Portaria ANP nº 15, de 24 de janeiro de 2013;
CCCXXI. Portaria ANP nº 16, de 24 de janeiro de 2013;
CCCXXII. Portaria ANP nº 20, de 25 de janeiro de 2013;
CCCXXIII. Portaria ANP nº 33, de 21 de fevereiro de 2013;
CCCXXIV. Portaria ANP nº 34, de 21 de fevereiro de 2013;
CCCXXV. Portaria ANP nº 42, de 26 de fevereiro de 2013;
CCCXXVI. Portaria ANP nº 62, de 20 de março de 2013;
CCCXXVII. Portaria ANP nº 65 de 27 de março de 2013;
CCCXXVIII. Portaria ANP nº 76, de 11 de abril de 2013;
CCCXXIX. Portaria ANP nº 79, de 15 de abril de 2013;
CCCXXX. Portaria ANP nº 80, de 15 de abril de 2013;
CCCXXXI. Portaria ANP nº 81, de 16 de abril de 2013;
CCCXXXII. Portaria ANP nº 82, de 25 de abril de 2013;
CCCXXXIII. Portaria ANP nº 87, de 3 de maio de 2013;
CCCXXXIV. Portaria ANP nº 89, de 3 de maio de 2013;
CCCXXXV. Portaria ANP nº 90, de 3 de maio de 2013;
CCCXXXVI. Portaria ANP nº 92, 7 de maio de 2013;
CCCXXXVII. Portaria ANP nº 93, de 10 de maio de 2013;
CCCXXXVIII. Portaria ANP nº 119, de 14 de junho de 2013;
CCCXXXIX. Portaria ANP nº 124, de 19 de junho de 2013;
CCCXL. Portaria ANP nº 129, de 26 de junho de 2013;
CCCXLI. Portaria ANP nº 178, de 21 de agosto de 2013;
CCCXLII. Portaria ANP nº 179, de 21 de agosto de 2013;
CCCXLIII. Portaria ANP nº 185, de 29 de agosto de 2013;
CCCXLIV. Portaria ANP nº 198, de 16 de setembro de 2013;
CCCXLV. Portaria ANP nº 228, de 25 de outubro de 2013;
CCCXLVI. Portaria ANP nº 251, de 18 de novembro de 2013;
CCCXLVII. Portaria ANP nº 256, de 22 de novembro de 2013;
CCCXLVIII. Portaria ANP nº 260, de 27 de novembro de 2013;
CCCXLIX. Portaria ANP nº 261, de 27 de novembro de 2013;
CCCL. Portaria ANP nº 268, de 3 de dezembro de 2013;
CCCLI. Portaria ANP nº 3, de 8 de janeiro de 2014;
CCCLII. Portaria ANP nº 36, de 16 de janeiro de 2014;
CCCLIII. Portaria ANP nº 41, de 22 de janeiro de 2014;
CCCLIV. Portaria ANP nº 54, de 24 de janeiro de 2014;
CCCLV. Portaria ANP nº 56, de 5 de fevereiro de 2014;
CCCLVI. Portaria ANP nº 57, de 5 de fevereiro de 2014;
CCCLVII. Portaria ANP nº 62, de 10 de fevereiro de 2014;
CCCLVIII. Portaria ANP nº 84, de 28 de fevereiro de 2014;
CCCLIX. Portaria ANP nº 90, de 11 de março de 2014;
CCCLX. Portaria ANP nº 91, de 11 de março de 2014;
CCCLXI. Portaria ANP nº 105, de 27 de março de 2014;
CCCLXII. Portaria ANP nº 126, de 31 de março de 2014;
CCCLXIII. Portaria ANP nº 138, de 2 de abril de 2014;
CCCLXIV. Portaria ANP nº 143, de 11 de abril de 2014;
CCCLXV. Portaria ANP nº 149, de 15 de abril de 2014;
CCCLXVI. Portaria ANP nº 150, de 15 de abril de 2014;
CCCLXVII. Portaria ANP nº 158, de 24 de abril de 2014;
CCCLXVIII. Portaria ANP nº 163, de 29 de abril de 2014;
CCCLXIX. Portaria ANP nº 170, de 8 de maio de 2014;
CCCLXX. Portaria ANP nº 198, de 19 de maio de 2014;
CCCLXXI. Portaria ANP nº 203, de 21 de maio de 2014;
CCCLXXII. Portaria ANP nº 219, de 4 de junho de 2014;
CCCLXXIII. Portaria ANP nº 225, de 10 de junho de 2014;
CCCLXXIV. Portaria ANP nº 232, de 20 de junho de 2014;
CCCLXXV. Portaria ANP nº 278, de 28 de julho de 2014;
CCCLXXVI. Portaria ANP nº 300, de 14 de agosto de 2014;
CCCLXXVII. Portaria ANP nº 325, de 25 de agosto de 2014;
CCCLXXVIII. Portaria ANP nº 326, de 26 de agosto de 2014;
CCCLXXIX. Portaria ANP nº 327, de 26 de agosto de 2014;
CCCLXXX. Portaria ANP nº 450, de 24 de setembro de 2014;
CCCLXXXI. Portaria ANP nº 464, de 9 de outubro de 2014;
CCCLXXXII. Portaria ANP nº 482, de 5 de novembro de 2014;
CCCLXXXIII. Portaria ANP nº 529, de 28 de novembro de 2014;
CCCLXXXIV. Portaria ANP nº 534, de 5 de dezembro de 2014;
CCCLXXXV. Portaria ANP nº 535, de 5 de dezembro de 2014;
CCCLXXXVI. Portaria ANP nº 546, de 23 de dezembro de 2014;
CCCLXXXVII. Portaria ANP nº 555, de 31 de dezembro de 2014;
CCCLXXXVIII. Portaria ANP nº 556, de 31 de dezembro de 2014;
CCCLXXXIX. Portaria ANP nº 557, de 31 de dezembro de 2014;
CCCXC. Portaria ANP nº 5, de 23 de janeiro de 2015;
CCCXCI. Portaria ANP nº 6, de 23 de janeiro de 2015;
CCCXCII. Portaria ANP nº 18, de 5 de fevereiro de 2015;
CCCXCIII. Portaria ANP nº 50, de 9 de março de 2015;
CCCXCIV. Portaria ANP nº 54, de 10 de março de 2015;
CCCXCV. Portaria ANP nº 58, de 17 de março de 2015;
CCCXCVI. Portaria ANP nº 66, de 25 de março de 2015;
CCCXCVII. Portaria ANP nº 72, de 26 de março de 2015;
CCCXCVIII. Portaria ANP nº 77, de 31 de março de 2015;
CCCXCIX. Portaria ANP nº 111, de 27 de abril de 2015;
CD. Portaria ANP nº 112, de 28 de abril de 2015;
CDI. Portaria ANP nº 138, de 27 de maio de 2015;
CDII. Portaria ANP nº 146, de 2 de junho de 2015;
CDIII. Portaria ANP nº 147, de 2 de junho de 2015;
CDIV. Portaria ANP nº 156, de 12 de junho de 2015;
CDV. Portaria ANP nº 164, de 15 de junho de 2015;
CDVI. Portaria ANP nº 184, de 25 de junho de 2015;
CDVII. Portaria ANP nº 196, de 8 de julho de 2015;
CDVIII. Portaria ANP nº 204, de 16 de julho de 2015;
CDIX. Portaria ANP nº 207, de 21 de julho de 2015;
CDX. Portaria ANP nº 208, de 22 de julho de 2015;
CDXI. Portaria ANP nº 214, de 24 de julho de 2015;
CDXII. Portaria ANP nº 216, de 30 de julho de 2015;
CDXIII. Portaria ANP nº 249, de 10 de setembro de 2015;
CDXIV. Portaria ANP nº 255, de 16 de setembro de 2015;
CDXV. Portaria ANP nº 256, de 16 de setembro de 2015;
CDXVI. Portaria ANP nº 261, de 18 de setembro de 2015;
CDXVII. Portaria ANP nº 265, de 29 de setembro de 2015;
CDXVIII. Portaria ANP nº 290, de 19 de outubro de 2015;
CDXIX. Portaria ANP nº 291, de 19 de outubro de 2015;
CDXX. Portaria ANP nº 292, de 21 de outubro de 2015;
CDXXI. Portaria ANP nº 316, de 16 de novembro de 2015;
CDXXII. Portaria ANP nº 317, de 16 de novembro de 2015;
CDXXIII. Portaria ANP nº 318, de 16 de novembro de 2015;
CDXXIV. Portaria ANP nº 319, de 16 de novembro de 2015;
CDXXV. Portaria ANP nº 349, de 14 de dezembro de 2015;
CDXXVI. Portaria ANP nº 12, de 15 de janeiro de 2016;
CDXXVII. Portaria ANP nº 33, de 4 de fevereiro de 2016;
CDXXVIII. Portaria ANP nº 58, de 24 de fevereiro de 2016;
CDXXIX. Portaria ANP nº 84, de 16 de março de 2016;
CDXXX. Portaria ANP nº 88, de 17 de março de 2016;
CDXXXI. Portaria ANP nº 97, de 1º de abril de 2016;
CDXXXII. Portaria ANP nº 109, de 6 de abril de 2016;
CDXXXIII. Portaria ANP nº 128, de 28 de abril de 2016;
CDXXXIV. Portaria ANP nº 129, de 29 de abril de 2016;
CDXXXV. Portaria ANP nº 130, de 29 de abril de 2016;
CDXXXVI. Portaria ANP nº 137, de 4 de maio de 2016;
CDXXXVII. Portaria ANP nº 149, de 11 de maio de 2016;
CDXXXVIII. Portaria ANP nº 156, de 19 de maio de 2016;
CDXXXIX. Portaria ANP nº 161, de 27 de maio de 2016;
CDXL. Portaria ANP nº 162, de 27 de maio de 2016;
CDXLI. Portaria ANP nº 180, de 16 de junho de 2016;
CDXLII. Portaria ANP nº 193, de 23 de junho de 2016;
CDXLIII. Portaria ANP nº 197, de 27 de junho de 2016;
CDXLIV. Portaria ANP nº 198, de 30 de junho de 2016;
CDXLV. Portaria ANP nº 235, de 25 de julho de 2016;
CDXLVI. Portaria ANP nº 250, de 28 de julho de 2016;
CDXLVII. Portaria ANP nº 264, de 2 de agosto de 2016;
CDXLVIII. Portaria ANP nº 274, de 26 de agosto de 2016;
CDXLIX. Portaria ANP nº 278, de 31 de agosto de 2016;
CDL. Portaria ANP nº 279, de 31 de agosto de 2016;
CDLI. Portaria ANP nº 280, de 31 de agosto de 2016;
CDLII. Portaria ANP nº 293, de 15 de setembro de 2016;

CDLIII. Portaria ANP nº 299, de 21 de setembro de 2016;
CDLIV. Portaria ANP nº 300, de 21 de setembro de 2016;
CDLV. Portaria ANP nº 301, de 21 de setembro de 2016;
CDLVI. Portaria ANP nº 302, de 21 de setembro de 2016;
CDLVII. Portaria ANP nº 303, de 21 de setembro de 2016;
CDLVIII. Portaria ANP nº 305, de 21 de setembro de 2016;
CDLIX. Portaria ANP nº 324, de 7 de outubro de 2016;
CDLX. Portaria ANP nº 328, de 14 de outubro de 2016;
CDLXI. Portaria ANP nº 368, de 3 de novembro de 2016;
CDLXII. Portaria ANP nº 369, de 3 de novembro de 2016;
CDLXIII. Portaria ANP nº 370, de 3 de novembro de 2016;
CDLXIV. Portaria ANP nº 374, de 4 de novembro de 2016;
CDLXV. Portaria ANP nº 375, de 4 de novembro de 2016;
CDLXVI. Portaria ANP nº 377, de 4 de novembro de 2016;
CDLXVII. Portaria ANP nº 379, de 10 de novembro de 2016;
CDLXVIII. Portaria ANP nº 387, de 23 de novembro de 2016;
CDLXIX. Portaria ANP nº 388, de 25 de novembro de 2016;
CDLXX. Portaria ANP nº 389, de 25 de novembro de 2016;
CDLXXI. Portaria ANP nº 414, de 6 de dezembro de 2016;
CDLXXII. Portaria ANP nº 431, de 6 de dezembro de 2016;
CDLXXIII. Portaria ANP nº 432, de 6 de dezembro de 2016;
CDLXXIV. Portaria ANP nº 433, de 6 de dezembro de 2016;
CDLXXV. Portaria ANP nº 441, de 12 de dezembro de 2016;
CDLXXVI. Portaria ANP nº 443, de 15 de dezembro de 2016;
CDLXXVII. Portaria ANP nº 445, de 19 de dezembro de 2016;
CDLXXVIII. Portaria ANP nº 465, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXIX. Portaria ANP nº 468, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXX. Portaria ANP nº 472, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXI. Portaria ANP nº 473, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXII. Portaria ANP nº 474, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXIII. Portaria ANP nº 475, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXIV. Portaria ANP nº 476, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXV. Portaria ANP nº 477, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXVI. Portaria ANP nº 478, de 22 de dezembro de 2016;
CDLXXXVII. Portaria ANP nº 481, de 29 de dezembro de 2016;
CDLXXXVIII. Portaria ANP nº 1, de 5 de janeiro de 2017;
CDLXXXIX. Portaria ANP nº 14, de 12 de janeiro de 2017;
CDXC. Portaria ANP nº 30, de 23 de janeiro de 2017;
CDXCI. Portaria ANP nº 34, de 25 de janeiro de 2017;
CDXCII. Portaria ANP nº 36, de 27 de janeiro de 2017;
CDXCIII. Portaria ANP nº 62, de 9 de fevereiro de 2017;
CDXCIV. Portaria ANP nº 78, de 13 de fevereiro de 2017;
CDXCV. Portaria ANP nº 87, de 17 de fevereiro de 2017;
CDXCVI. Portaria ANP nº 118, de 23 de fevereiro de 2017;
CDXCVII. Portaria ANP nº 121, de 2 de março de 2017;
CDXCVIII. Portaria ANP nº 124, de 8 de março de 2017;
CDXCIX. Portaria ANP nº 161, de 3 de abril de 2017;
D. Portaria ANP nº 171, de 11 de abril de 2017;
DI. Portaria ANP nº 197, de 28 de abril de 2017;
DII. Portaria ANP nº 200, de 28 de abril de 2017;
DIII. Portaria ANP nº 203, de 3 de maio de 2017;
DIV. Portaria ANP nº 215, de 12 de maio de 2017;
DV. Portaria ANP nº 218, de 17 de maio de 2017;
DVI. Portaria ANP nº 220, de 17 de maio de 2017;
DVII. Portaria ANP nº 222, de 17 de maio de 2017;
DVIII. Portaria ANP nº 234, de 24 de maio de 2017;
DIX. Portaria ANP nº 239, de 26 de maio de 2017;
DX. Portaria ANP nº 247, de 5 de junho de 2017;
DXI. Portaria ANP nº 249, de 5 de junho de 2017;
DXII. Portaria ANP nº 258, de 7 de junho de 2017;
DXIII. Portaria ANP nº 286, de 30 de junho de 2017;
DXIV. Portaria ANP nº 318, de 17 de julho de 2017;
DXV. Portaria ANP nº 320, de 17 de julho de 2017;
DXVI. Portaria ANP nº 341, de 25 de julho de 2017;
DXVII. Portaria ANP nº 347, de 27 de julho de 2017;
DXVIII. Portaria ANP nº 366, de 31 de julho de 2017;
DXIX. Portaria ANP nº 370, de 3 de agosto de 2017;
DXX. Portaria ANP nº 383, de 18 de julho de 2017;
DXXI. Portaria ANP nº 393, de 6 de setembro de 2017;
DXXII. Portaria ANP nº 446, de 31 de outubro de 2017;
DXXIII. Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017;
DXXIV. Portaria ANP nº 497, de 7 de dezembro de 2017;
DXXV. Portaria ANP nº 498, de 7 de dezembro de 2017;
DXXVI. Portaria ANP nº 504, de 21 de dezembro de 2017;
DXXVII. Portaria ANP nº 505, de 21 de dezembro de 2017;
DXXVIII. Portaria ANP nº 7, de 8 de janeiro de 2018;
DXXIX. Portaria ANP nº 12, de 17 de janeiro de 2018;
DXXX. Portaria ANP nº 30, de 22 de janeiro de 2018;
DXXXI. Portaria ANP nº 31, de 22 de janeiro de 2018;
DXXXII. Portaria ANP nº 61, de 8 de fevereiro de 2018;
DXXXIII. Portaria ANP nº 74, de 1º de março de 2018;
DXXXIV. Portaria ANP nº 98, de 8 de março de 2018;
DXXXV. Portaria ANP nº 103, de 14 de março de 2018;
DXXXVI. Portaria ANP nº 104, de 14 de março de 2018;
DXXXVII. Portaria ANP nº 149, de 19 de abril de 2018;
DXXXVIII. Portaria ANP nº 172, de 26 de abril de 2018;
DXXXIX. Portaria ANP nº 192, de 14 de maio de 2018;
DXL. Portaria ANP nº 195, de 17 de maio de 2018;
DXLI. Portaria ANP nº 208, de 5 de junho de 2018;
DXLII. Portaria ANP nº 247, de 11 de junho de 2018;
DXLIII. Portaria ANP nº 255, de 21 de junho de 2018;
DXLIV. Portaria ANP nº 261, de 22 de junho de 2018;
DXLV. Portaria ANP nº 263, de 27 de junho de 2018;
DXLVI. Portaria ANP nº 272, de 29 de junho de 2018;
DXLVII. Portaria ANP nº 276, de 6 de julho de 2018;
DXLVIII. Portaria ANP nº 286, de 17 de julho de 2018;
DXLIX. Portaria ANP nº 292, de 19 de julho de 2018;
DL. Portaria ANP nº 293, de 19 de julho de 2018;
DLI. Portaria ANP nº 299, de 26 de julho de 2018;
DLII. Portaria ANP nº 320, de 24 de agosto de 2018;
DLIII. Portaria ANP nº 325, de 29 de agosto de 2018;
DLIV. Portaria ANP nº 349, de 10 de setembro de 2018;
DLV. Portaria ANP nº 398, de 10 de outubro de 2018;
DLVI. Portaria ANP nº 408, de 16 de outubro de 2018;
DLVII. Portaria ANP nº 409, de 19 de outubro de 2018;
DLVIII. Portaria ANP nº 410, de 19 de outubro de 2018;
DLIX. Portaria ANP nº 444, de 22 de novembro de 2018;
DLX. Portaria ANP nº 446, de 26 de novembro de 2018;
DLXI. Portaria ANP nº 485, de 6 de dezembro de 2018;
DLXII. Portaria ANP nº 494, de 21 de dezembro de 2018;
DLXIII. Portaria ANP nº 495, de 21 de dezembro de 2018;
DLXIV. Portaria ANP nº 498, de 27 de dezembro de 2018;
DLXV. Portaria ANP nº 5, de 7 de janeiro de 2019;
DLXVI. Portaria ANP nº 6, de 7 de janeiro de 2019;
DLXVII. Portaria ANP nº 11, de 9 de janeiro de 2019;
DLXVIII. Portaria ANP nº 48, de 1 de fevereiro de 2019;
DLXIX. Portaria ANP nº 51, de 5 de fevereiro de 2019;
DLXX. Portaria ANP nº 52, de 6 de fevereiro de 2019;
DLXXI. Portaria ANP nº 54, de 12 de fevereiro de 2019;
DLXXII. Portaria ANP nº 55, de 12 de fevereiro de 2019;
DLXXIII. Portaria ANP nº 56, de 12 de fevereiro de 2019;
DLXXIV. Portaria ANP nº 61, de 12 de fevereiro de 2019;
DLXXV. Portaria ANP nº 68, de 12 de fevereiro de 2019;
DLXXVI. Portaria ANP nº 74, de 14 de fevereiro de 2019;
DLXXVII. Portaria ANP nº 83, de 22 de fevereiro de 2019;
DLXXVIII. Portaria ANP nº 84, de 22 de fevereiro de 2019;
DLXXIX. Portaria ANP nº 86, de 22 de fevereiro de 2019;
DLXXX. Portaria ANP nº 87, de 22 de fevereiro de 2019;
DLXXXI. Portaria ANP nº 93, de 26 de fevereiro de 2019;
DLXXXII. Portaria ANP nº 99, de 28 de fevereiro de 2019;
DLXXXIII. Portaria ANP nº 101, de 28 de fevereiro de 2019;
DLXXXIV. Portaria ANP nº 105, de 28 de fevereiro de 2019;
DLXXXV. Portaria ANP nº 106, de 28 de fevereiro de 2019;
DLXXXVI. Portaria ANP nº 114, de 13 de março de 2019;
DLXXXVII. Portaria ANP nº 115, de 13 de março de 2019;
DLXXXVIII. Portaria ANP nº 116, de 13 de março de 2019;
DLXXXIX. Portaria ANP nº 126, de 25 de março de 2019;
DXC. Portaria ANP nº 130, de 26 de março de 2019;
DXCI. Portaria ANP nº 141, de 3 de abril de 2019;
DXCII. Portaria ANP nº 142, de 3 de abril de 2019;
DXCIII. Portaria ANP nº 151, de 5 de abril de 2019;
DXCIV. Portaria ANP nº 153, de 8 de abril de 2019;
DXCV. Portaria ANP nº 155, de 11 de abril de 2019;
DXCVI. Portaria ANP nº 156, de 11 de abril de 2019;
DXCVII. Portaria ANP nº 174, de 26 de abril de 2019;
DXCVIII. Portaria ANP nº 176, de 26 de abril de 2019;
DXCIX. Portaria ANP nº 198, de 6 de maio de 2019;
DC. Portaria ANP nº 200, de 3 de maio de 2019;
DCI. Portaria ANP nº 207, de 9 de maio de 2019;
DCII. Portaria ANP nº 211, de 9 de maio de 2019;
DCIII. Portaria ANP nº 213, de 14 de maio de 2019;
DCIV. Portaria ANP nº 220, de 20 de maio de 2019;
DCV. Portaria ANP nº 236, de 21 de maio de 2019;
DCVI. Portaria ANP nº 237, de 21 de maio de 2019;
DCVII. Portaria ANP nº 240, de 29 de maio de 2019;
DCVIII. Portaria ANP nº 243, de 30 de maio de 2019;
DCIX. Portaria ANP nº 269, de 19 de junho de 2019;
DCX. Portaria ANP nº 279, de 28 de junho de 2019;
DCXI. Portaria ANP nº 283, de 2 de julho de 2019;
DCXII. Portaria ANP nº 295, de 8 de julho de 2019;
DCXIII. Portaria ANP nº 298, de 12 de julho de 2019;
DCXIV. Portaria ANP nº 300, de 12 de julho de 2019;
DCXV. Portaria ANP nº 301, de 12 de julho de 2019;
DCXVI. Portaria ANP nº 314, de 16 de julho de 2019;
DCXVII. Portaria ANP nº 316, de 18 de julho de 2019;
DCXVIII. Portaria ANP nº 317, de 19 de julho de 2019;
DCXIX. Portaria ANP nº 326, de 25 de julho de 2019;
DCXX. Portaria ANP nº 330, de 26 de julho de 2019;
DCXXI. Portaria ANP nº 343, de 31 de julho de 2019;
DCXXII. Portaria ANP nº 351, de 2 de agosto de 2019;
DCXXIII. Portaria ANP nº 352, de 2 de agosto de 2019;
DCXXIV. Portaria ANP nº 357, de 7 de agosto de 2019;
DCXXV. Portaria ANP nº 370, de 16 de agosto de 2019;
DCXXVI. Portaria ANP nº 386, de 27 de agosto de 2019;
DCXXVII. Portaria ANP nº 391, de 2 de setembro de 2019;
DCXXVIII. Portaria ANP nº 401, de 6 de setembro de 2019;
DCXXIX. Portaria ANP nº 402, de 6 de setembro de 2019;
DCXXX. Portaria ANP nº 417, de 20 de setembro de 2019;
DCXXXI. Portaria ANP nº 433, de 2 de outubro de 2019;
DCXXXII. Portaria ANP nº 435, de 4 de outubro de 2019;
DCXXXIII. Portaria ANP nº 437, de 8 de outubro de 2019;
DCXXXIV. Portaria ANP nº 454, de 11 de outubro de 2019;
DCXXXV. Portaria ANP nº 461, de 21 de outubro de 2019;
DCXXXVI. Portaria ANP nº 476, de 8 de novembro de 2019;
DCXXXVII. Portaria ANP nº 477, de 8 de novembro de 2019;
DCXXXVIII. Portaria ANP nº 478, de 8 de novembro de 2019;
DCXXXIX. Portaria ANP nº 479, de 8 de novembro de 2019;
DCXL. Portaria ANP nº 480, de 11 de novembro de 2019;
DCXLI. Portaria ANP nº 496, de 14 de novembro de 2019;
DCXLII. Portaria ANP nº 506, de 25 de novembro de 2019;
DCXLIII. Portaria ANP nº 507, de 25 de novembro de 2019;
DCXLIV. Portaria ANP nº 508, de 25 de novembro de 2019;
DCXLV. Portaria ANP nº 520, de 3 de dezembro de 2019;
DCXLVI. Portaria ANP nº 529, de 5 de dezembro de 2019;
DCXLVII. Portaria ANP nº 530, de 6 de dezembro de
DCXLVIII. Portaria ANP nº 538, de 12 de dezembro de 2019;
DCXLIX. Portaria ANP nº 539, de 13 de dezembro de 2019;
DCL. Portaria ANP nº 541, de 13 de dezembro de 2019;
DCLI. Portaria ANP nº 545, de 13 de dezembro de 2019;
DCLII. Portaria ANP nº 546, de 16 de dezembro de 2019;
DCLIII. Portaria ANP nº 555, de 19 de dezembro de 2019;
DCLIV. Portaria ANP nº 560, de 20 de dezembro de 2019;
DCLV. Portaria ANP nº 1, de 2 de janeiro de 2020;
DCLVI. Portaria ANP nº 6, de 15 de janeiro de 2020;
DCLVII. Portaria ANP nº 8, de 17 de janeiro de 2020;
DCLVIII. Portaria ANP nº 38, de 20 de fevereiro de 2020;
DCLIX. Portaria ANP nº 47, de 3 de março de 2020;
DCLX. Portaria ANP nº 55, de 11 de março de 2020;
DCLXI. Portaria ANP nº 66, de 13 de março de 2020;
DCLXII. Portaria ANP nº 129, de 22 de abril de 2020;
DCLXIII. Portaria ANP nº 137, de 12 de maio de 2020;
DCLXIV. Portaria ANP nº 147, de 22 de maio de 2020;
DCLXV. Portaria ANP nº 191, de 16 de junho de 2020;
DCLXVI. Portaria ANP nº 208, de 2 de junho de 2020;
DCLXVII. Portaria ANP nº 224, de 30 de julho de 2020;
DCLXVIII. Portaria ANP nº 6, de 16 de março de 2021;
DCLXIX. Portaria ANP nº 121, de 28 de abril de 2022;

DCLXX. Instrução Normativa nº 01/2015 - Investigação de incidentes operacionais;

DCLXXI. Instrução Normativa nº 11/2016 - Atuação da Auditoria e outras providências; e

DCLXXII. Instrução Normativa nº 2/2016 - Leilão de Biodiesel.

Art. 2º Permanecem revogados todos os dispositivos e atos anteriormente revogados pelas normas relacionadas nos incisos I a DCLXXII do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 753, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019 e o que consta no processo 48610.224074/2022-00. resolve: Autorizar a empresa CELENA ALIMENTOS S/A, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior no(s) CNPJ(s) listado(s) abaixo.

CNPJ
06.159.809/0001-47
06.159.809/0005-70
06.159.809/0004-90

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 754, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.224489/2022-75, resolve: autorizar a empresa AMERICANOIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - CNPJ nº 01.973.067/0008-41, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação. Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 1.002, de 20 de outubro de 2015.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 755, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de Outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.221413/2022-98, resolve: autorizar a filial da empresa FEDERAL ENERGIA S/A - CNPJ nº 02.909.530/0021-26, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.269, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0246555	AGROPECUARIA PLATINA LTDA	44.796.292/0001-96	48610.218958/2022-17
GLP/DF0246556	CRATEUS COMERCIAL DE GAS LTDA	47.426.129/0001-20	48610.222217/2022-31
GLPSC0406474	DISK GAS SANTA CRUZ LTDA	45.780.825/0001-04	48610.215052/2022-41
GLP/PA0246557	G S COMERCIO VAREJISTA DE GAS GLP LTDA	27.116.991/0006-33	48610.223126/2022-12
GLPSP0406439	GISLAYNE CORDEIRO BENEDITO COMERCIO DE AGUA E GAS	47.020.389/0001-09	48610.224587/2022-11
GLP/SP0246558	JUAREZ COMERCIO DE GAS LTDA	32.626.248/0001-59	48610.222610/2022-24
GLP/CE0246559	LIQUIGAS HIDROLANDIA LTDA	39.676.870/0001-10	48610.223147/2022-38
GLP/AM0246560	MUCURIPE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	84.110.394/0022-55	48610.222613/2022-68
GLP/PE0246561	N M A CARVALHO COMERCIO DE GAS	47.561.252/0001-53	48610.222786/2022-86
GLP/CE0246562	NOSSO GAS LTDA	23.977.624/0001-69	48610.223149/2022-27

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.270, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PR0230557	AGUIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	47.127.778/0001-20	48610.219208/2022-62
PR/SC0230536	AUTO POSTO PORTAL DE CAMBORIU EIRELI	34.049.406/0001-80	48610.220302/2022-64
PR/MA0230517	E L DA CRUZ COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	45.600.214/0001-37	48610.222434/2022-21
PR/RJ0230581	ITAPERUNA AUTO SERVICE LTDA	39.382.364/0001-19	48610.219087/2022-59
PR/RN0230556	JMIC COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	22.216.720/0005-55	48610.220281/2022-87
PR/CE0230559	LM PETROLEO LTDA	47.171.143/0001-20	48610.222520/2022-33
PR/RS0230596	MP POSTOS E LOGISTICA LTDA	23.448.964/0031-18	48610.223465/2022-07
PR/AM0230576	NATAL MARTINS DE OLIVEIRA	22.074.634/0001-21	48610.222866/2022-31
PR/MT0230558	ZANETE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.731.521/0001-10	48610.222681/2022-27
PR/GO0230516	3 VIAS COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI - ME	11.430.412/0005-01	48610.222531/2022-13

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.271, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando a previsão legal inscrita no Art. 17, inciso II e Art. 8º parágrafo único da Resolução ANP nº 784/2019 c/c Art. 25, II, alínea 'e' da RANP nº 08/2007, torna pública a revogação da Autorização de Operação ANP nº 348/2011, outorgada à TRANSDIQUE TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA DE ÓLEO DIESEL, ÓLEO COMBUSTÍVEL E QUEROSENE LTDA, sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 96.369.293/0002-39, situada na Rodovia BR 262, km 10 sentido Uberaba - Campo Florido, Fazenda Raio de Sol - Zona Rural, CEP: 38.036-180 - Uberaba/MG.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 748, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.213014/2022-53 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Direcional Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda., cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 06.536.758/0001-25, autorizada a construir 2 (dois) dutos para transferência de óleo diesel S 500 e gasolina A, no Município de Duque de Caxias/RJ, com as seguintes características:

Identificação	Origem	Destino	Material	Diâmetro Nominal(pol)	Extensão (m)	Produtos	Pressão de operação (kgf/cm²)	Vazão de operação (m³/h)
RE - 8'' - O - 3701673 - A_DIRECIONAL	Ponto "B" da J.R.L	Ponto "B" da Direcional	AC API 5L Gr.B PSL 1	8	352,00	Gasolina A	4,2	380
RE - 8'' - O - 3701674 - A_DIRECIONAL	Ponto "B" da J.R.L	Ponto "B" da Direcional	AC API 5L Gr.B PSL 1	8	352,00	Diesel S 500	7,2	480

Art.2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 749, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista os documentos que constam do processo ANP nº 48610.214068/2022-36 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0002-30, autorizada a operar o duto OCER 16, para o transporte de claros entre o Terminal de Campos Elísios (TECAM) e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), ambos localizados no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, com as seguintes características:

Identificação ("Tag")	Ponto de Origem	Ponto de Destino	Material	Diâmetro (polegadas)	Extensão (m)	Produtos	Pressão Máxima (kgf/cm²)
OCER 16"	Ponto A - Terminal de Campos Elísios (TECAM)	Ponto B- Refinaria REDUC	API 51 Gr B	16	1.442	Etanol e derivados claros	20,1

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 750, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.210730/2020-17, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, CNPJ 02.709.449/0032-55, autorizada a operar o novo trecho do duto OSVAT III 16" com extensão de aproximadamente 2,3km, partindo do km 63 em Morro das Pedras até a Refinaria de Capuava (RECAP), trecho este integrante do Plano Diretor de Dutos do Estado de São Paulo, Fase 2A (PDD 2A), no Estado de São Paulo, com as características descritas na Tabela abaixo:

Tabela1: Características do duto

Tag	OSVAT III 16"
Origem	Estação de Válvulas de Suzano / XV-4703.43007E
Destino	Scraper - RECAP / XV-4703.45101
Diâmetro	16"
Extensão	2.300 metros
Produtos Movimentados	Claros - Gasolina / Nafta
Material	API 5L X70 - 0,312"
Pressão Máxima de Operação	33,3 kgf/cm^2
Temperatura Máxima de Operação	30 ºC
Vazão	691 a 1.120 m^3/h

Art. 2º Esta Autorização será cancelada caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Fica revogada a Autorização SIM-ANP nº 273, de 06 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 09 de maio de 2022.
Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 751, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.212988/2022-10, e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Atem's Distribuidora de Petróleo S/A, CNPJ 03.987.364/0011-77, autorizada a operar 7 (sete) dutos de interligação entre sua Base de Distribuição de Combustíveis e o Cais Flutuante no município de Santarém, Estado do Pará, com as características descritas na Tabela abaixo:

TAG	Produto	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Material	Temperatura (°C)	Vazão máxima sentido exportação (m^3/h)	Vazão máxima sentido importação (m^3/h)
14"-S500-001-Bba	Diesel S-500	14	830	API 5L Gr.B SC	30	450	1.200
14"-S10-001-Bba	Diesel S-10	14	830	API 5L Gr.B SC	30	450	1.200
14"-GA-001-Bba	Gasolina A	14	830	API 5L Gr.B SC	30	450	1.200
10"-AA-001-Bba	Etanol Anidro	10	830	API 5L Gr.B SC	30	450	600
10"-DM-001-Bba	Diesel Marítimo	10	830	API 5L Gr.B SC	30	450	600
8"-AH-001-Bba	Etanol Hidratado	8	830	API 5L Gr.B SC	30	240	450
8"-B100-001-Bba	Biodiesel B100	8	830	API 5L Gr.B SC	30	450	450

Art. 2º Esta Autorização será cancelada caso não sejam mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 752, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.201157/2021-31 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Auto Posto Casaca Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 28.837.938/0001-80, autorizada a operar uma Unidade de Compressão de Gás Natural (GNC), composta de um compressor de 4 estágios, armazenamento com 1.125L de capacidade hidráulica e dois pontos de abastecimento, em área contígua ao posto revendedor de sua propriedade, situado na Rodovia Santos Dumont, BR-116, Bairro Santa Eugênia - Guapimirim - RJ.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

PETRÓLEO BRASILEIRO S/A
COMITÊ DE INTEGRIDADE

DECISÃO

PAR-PB.002.03427/2022
Pauta CI 160-2022, de 6 de outubro de 2022

O MEMBRO do COMITÊ DE INTEGRIDADE DA PETROBRAS (CI), no exercício das atribuições que lhe confere o art. 8º, §1º da Lei nº 12.846/2013, o DOU nº 68, Seção 3, pág. 110, de 08/04/2022, o item 3.1.6 do Regimento Interno do CI, decide, de acordo com o que consta do Processo Administrativo de Responsabilização PAR-PB. 002.03427/2022, pelo arquivamento do processo sem aplicação de qualquer sanção às pessoas jurídicas.

JOSÉ AFONSO STEFANELLI

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.315, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça nos autos da Execução em Mandado de Segurança nº 24508/DF (2022/0207304-9), nos termos do Parecer de Força Executória nº 01607/2022/PGU/AGU, e da Nota Técnica nº 51/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69038, em nome de JOSÉ MARCOS DE ALMEIDA FORMIGHIERI, CPF nº 097.626.399-87, resolve:

Complementar a Portaria nº 3.656, de 22 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2021, a fim de fixar o valor da prestação mensal, permanente e continuada em R$ 30.303,62 (trinta mil, trezentos e três reais e sessenta e dois centavos), com efeitos financeiros retroativos perfazendo um total de R$ 4.455.642,26 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), devendo ser descontados os valores já percebidos.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

PORTARIA Nº 2.316, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Judicial nº 5022431-91.2010.404.7000, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 01060/2022/CORESPNE/PRU4R/PGU/AGU, além da Nota Técnica nº 54/2022/AE.CA/GM.MMFDH/MMFDH, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.33120 em nome de ANTONIO BERNARDINO PEIXOTO, portador do CPF nº 963.284.798-91, resolve:

Revisar a Portaria nº 3.791, de 29 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2010, no que se refere ao valor de prestação mensal, permanente e continuada, com o percentual de 100% como se estivesse no serviço ativo, perfazendo um total de R$ 5.821,43 (cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), nos termos da decisão judicial.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.303, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16983, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 507, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de DULCE LUCY BENTES MOURA, filha de LUCIONILIA BENTES DE SOUZA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.304, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65147, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 508, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por MARIA DE LOURDES CARVALHO, inscrita no CPF sob o nº 246.004.746-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.305, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.65213, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 509, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por EDILENE DE ASSIS PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 596.162.706-30.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.306, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.09409, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 510, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por TEREZA CRISTINA COLLIER, inscrita no CPF sob o nº 825.007.704-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.307, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.60416, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 511, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por ECLISON TITO SILVA, inscrito no CPF sob o nº 098.165.931-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.308, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.63040, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 512, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por MARCOS JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 363.765.077-00.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.309, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.59581, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 513, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por WALTER MOTTA FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 531.684.457-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.310, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2012.01.70980, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 514, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ, inscrito no CPF sob o nº 520.946.508-04.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.311, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.62835, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 515, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por JOSÉ BITTENCOURT BARRETO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 048.723.418-99.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.312, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63616, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 516, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de FRANCISCO DE SALES GADELHA DE OLIVEIRA, filho de FRANCISCA GADELHA DE OLIVEIRA.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.313, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2012.01.70505, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 517, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por SEBASTIÃO LOPES DE OLIVEIRA NETO, inscrito no CPF sob o nº 549.419.628-34.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 2.314, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.51666, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 518, de 13 de outubro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por EDSON CHICARONI VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 456.027.948-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.782, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria GM/MS nº 3.605, de 23 de setembro de 2022, que dispõe sobre a delegação e subdelegação de competência para a prática de atos administrativo-disciplinares.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto nos incisos I e II do art. 141 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 3º Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º A Portaria GM/MS nº 3.605, de 23 de setembro de 2022, que dispõe sobre a delegação e subdelegação de competência para a prática de atos administrativo-disciplinares, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º-A O disposto nesta Portaria aplica-se aos processos administrativos disciplinares em andamento, considerados assim aqueles em que ainda não tenha sido proferido o respectivo julgamento.

Parágrafo único. Eventuais pedidos de reconsideração em face de decisões já proferidas até a entrada em vigor desta Portaria serão julgados pela autoridade que as proferiu.

Art. 5º-B O exercício das funções delegadas e subdelegadas por esta Portaria dependerá de prévia e indispensável manifestação dos respectivos órgãos de assessoramento jurídico das autarquias e fundações vinculadas." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.271, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

Razão Social: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer

CNPJ: 08.428.765/0001-39

Município/UF: Natal/RN.

Título do projeto: "Capacitação e Qualificação dos Profissionais da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.077847/2015-06

Período analisado: Exercício 2016.

Embasamento: Parecer Técnico nº 69/2022-CGATES/DEGES/SGTES/MS (0026434423) e Despacho GAB/SGTES (0027438742).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.272, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

CNPJ: 76.591.569/0001-30

Município/UF: Curitiba/PR.

Título do projeto: "Deficiência intelectual e autismo - caracterização clínica e genética de uma população no sul do Brasil"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.161705/2014-37

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer Técnico nº 76/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028730010).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.273, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTARÉM

CNPJ: 05.407.390/0001-32

Município/UF: Santarém/PA.

Título do projeto: "Ampliação do Atendimento Interdisciplinar da APAE de Santarém".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.017096/2018-11

Período analisado: Exercício 2019.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 222/2021-CGSPD/DAET/SAES/MS (0020793323).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.274, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON

CNPJ: 07.088.017/0001-91

Município/UF: Campina Grande Sul/PR

Título do projeto: "Centro de Reabilitação de Pacientes Amputados"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.007822/2018-80

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 470/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029486819).

Resultado: APROVADA COM RESSALVAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.275, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Reprova projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto n.º 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do PRONON e do PRONAS/PCD; e considerando o pedido de desistência de execução do projeto abaixo identificado, nos termos do Ofício nº 36/2022, de 3 de maio de 2022, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, resolve:

Art. 1º Reprovar o projeto abaixo, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), nos seguintes termos:

NUP: 25000.028042/2021-79

Instituição: SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

CNPJ: 55.990.451/0001-05

Município/UF: Ribeirão Preto/SP

Título do projeto: "Implementação de Procedimentos de Diagnóstico em Oncologia".

Art. 2º Fica revogado o inciso IV do art. 1º da Portaria nº 540, de 16 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 218, na data de 22 de novembro de 2021, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO HOSPITALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 564, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria MS Nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve: Aplicar a empresa POINT SUTURE DO BRASIL IND DE FIOS CIRURGICOS LTDA, CNPJ Nº 12.340.717/0001-61, Objeto do Processo 33433.197338/2018-71, a sanção de ADVERTÊNCIA e MULTA de 05% (Cinco Por cento) sobre o valor total estimado do(s) item(s) 10, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/2002, Lei nº 8666/1993 e no art. 29 e subitens 29.1.3, 29.1.5, 29.3.1, e 29.4 do edital, pelo fato de não ter encaminhado a(s) amostra(s) referentes ao(s) item(s) 10, solicitada(s) no Pregão nº 16/2018.

(Processo nº 33433.197338/2018-71)

MARCO AURELIO POTENGY DE MELLO

PORTARIA/HFSE/MS/Nº 565, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado, nomeado na forma da Portaria MS Nº 1.407 de 28/06/2022, publicada no DOU/Nº 121, de 29/06/2022, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve: Aplicar a empresa MEDMACH SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 09.608.095/0001-03, Objeto do Processo 33433.075796/2019-31, a sanção MULTA DE 02% (Dois Por cento) sobre o valor total estimado do(s) item(s) 17, conforme previsto no art. 7º da Lei 10.520/2002, Lei nº 8666/1993 e nos termos do art. 29, subitem 29.1.4 do edital, pelo fato de ter intencionalmente protelado sem justificar o seu ato, o certame após ter sido prontamente concedido seu pedido de recurso, referente ao Pregão nº 22/2018.

(Processo nº 33433.075796/2019-31.)

MARCO AURELIO POTENGY DE MELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa ANS nº 547, de 13 de outubro de 2022, publicada em 13 de outubro de 2022 na página 78, da Seção 1 do Diário Oficial da União nº 195, onde se lê: "Art. 12. Revoga-se a Instrução de Serviço nº 4, de 5 de junho de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras. Art. 13. Esta Resolução Normativa entra em vigor em 1º de novembro de 2022.", leia-se: "Art. 12. Revoga-se a Instrução de Serviço nº 4, de 5 de junho de 2013, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras. ".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO N° 109, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 172, IV, aliado ao art. 187, III e X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve, ad referendum, prorrogar por 30 dias, a contar de 15 de outubro de 2022, o prazo para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa, que estabelece as modalidades e os critérios aplicados para o procedimento otimizado de análise, em que se utiliza das avaliações conduzidas por Autoridade Regulatória Estrangeira Equivalente (AREE) para análise das petições de registro e pós-registro de medicamentos e produtos biológicos, e de carta de adequação de insumo farmacêutico ativo (CADIFA), em território nacional, objeto da Consulta Pública nº 1.108, de 18 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 161 de 24 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 72

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.367, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: HRT DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - CNPJ: 25533284000102
Produto - (Lote): JAPINHA COSMÉTICOS(que trazem na rotulagem a palavra "II PROGRESSIVA");
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4809966/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a exposição à venda de produtos sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: REAL PRIME IMPORT-COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA EPP - CNPJ: 13018340000191
Produto - (Lote): SHAMPOO EXTRA CLEAN- SHAMPOO PARA ÓCULOS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4812902/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Risco 2 indevidamente notificado nesta Agência e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219008579/1998-65	038369	Belmar Transportes Ltda.	SP
2	46219.033053/2002-22	505.114.283	Casa São Nicolau Magazine Ltda.	SP
3	46219.037640/2002-91	505.124.106	Casa São Nicolau Magazine Ltda.	SP
4	46219..008001/2003-07	100.024.327	Centro Novo Comércio de Alimentos Ltda.	SP
5	46219.025795/2002-84	505.090.309	Colégio Saint Hilaire S/C Ltda	SP
6	46219.007261/1999-82	53637	Comercial de Papéis Lágrimas Ltda	SP
7	46219.017390/2000-67	53794	Comércio de Equipamentos Norte Sul Ltda.	SP
8	46219.000377/2003-65	505.132.150	Confecçoes Patti Blue Ltda	SP
9	46219.015948/2002-85	505.046.369	Consórcio Velloso Telar Tejofran	SP
10	46219.023404/2002-97	178938	Empresa de Transporte São Luiz S.A.	SP
11	46219.031695/1997-87	180475	Endesp Endereços de São Paulo Ltda.	SP
12	46473.007457/2006-83	505.771-195	Escola Domus Sapentiae Ltda.	SP
13	46219.001022/95-11	174409	Fibra S.A.	SP
14	46219.004371/2003-67	505.139.014	Freitmove Mudanças e Transportes Ltda.	SP
15	46219.006208/2007-62	505.846.543	Gastro Obeso Center S/C Ltda.	SP
16	46219.006193/97-27	181040	Getec Produção e Videocomunicação Ltda.	SP
17	46219.063324/1997-55	146392	Herdilles Indústria e Comércio Ltda.	SP
18	46219.060473/98-80	189560	Lindoiano Fontes Radioativas Ltda.	SP
19	46219.060471/98-54	189561	Lindoiano Fontes Radioativas Ltda.	SP
20	46219.09409/2003-98	505.164.574	Operator Serviços e Sistemas de Cobranças Ltda.	SP
21	46219.054688/93-57	145827	Otavio & Perocco S/C Ltda.	SP
22	46219.010505/1997-51	181072	Pagliaricci Consultoria S/C Ltda. Me	SP
23	46219.020528/1997-57	181074	Paguaricci Consultoria S/C Ltda. ME	SP
24	46219.003957/2001-42	003935	Serpel - Serviços de Publicações Ltda.	SP
25	46219.017602/2001-31	000217	Serviços de Medicina do Trabalho - Righi e Righi S/C ltda.	SP
26	46219.001176/2002-02	505.000.253	Telar Comércio e Engenharia Ltda.	SP
27	46219.020460/2002-70	505.067.382	Vhms Comércio e Serviços Ltda.	SP
28	46219.035425/2000-38	178996	WRJ Assistência Odontológica S/C Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.005397/2002-41	505.006.235	Capital Center Hoteis	SP
2	46219.035016/2001-78	190039	Celac - Centro de Especialidade Laboratorial e Análise Clínica S/C Ltda	SP
3	46473.001987/2003-75	505.162.628	Cl &M Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional S/C Ltda.	SP
4	46219.052702/1993-13	142547	Equipamentos Industriais Cocco Ltda.	SP
5	46219.021769/2003-68	505.217.198	Fundação Progressp de Cirurgia - Hospital S. Lucas Ltda.	SP
6	46219.031880/2001-09	2700127	Galicia - Diversões Eletrônicos Ltda.	SP
7	46219.003215/2003-89	505.137.674	Hotel Comodoro Ltda.	SP
8	46473.004001/2003-19	505.199.254	Ncom Tecomunicações e Informá´Tica Ltda.	SP

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela improcedência da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.014653/1996-18	174283	Bloch Editores S.A.	SP
2	46219.009716/1997-80	040286	Droga Rudge Drogaria Ltda.	SP
3	46219.057042/1998-08	180500	Fibronsi Filtros de Bronze Sinterizados Ltda.	SP
4	46219.064028/96-27	173295	Moldesa - Indústria e Comércio Ltda.	SP
5	46219.019982/94-67	173538	Protelco Industria e Comércio Ltda.	SP
6	46219.050599/93-87	144997	Remoto Comércio e Reoncionamento de Peças de Moto Ltda.	SP
7	46219.026240/1994-15	143287	Senio Combustão Controlada Ltda.	SP
8	46219.026905/2000-56	017326	Sestini Mercantil Ltda.	SP
9	46219.042503/1998-67	012241	Solube Beneficiamento de Alumínio Ltda.	SP

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.018830/97-26	30273200466	Fivelbela Indústria de Fivelas Ltda.	SP

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2002 (27617739), constante nos autos do processo nº 19964.110895/2022-43, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.113205/2022-16, de interesse do Sindicato dos Aeroviários do Estado do Rio Grande do Norte - SAERN, CNPJ: 19.367.997/0001-40, em razão da não caracterização de categoria, com respaldo no art. 64, da Lei nº 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2022 (27705050), constante nos autos do processo nº 14022.168888/2022-57, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.113429/2022-10, de interesse do ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ 00.676.296/0001-65, tendo em vista que as anotações no cadastro da entidade recorrente atenderam os requisitos legais conforme arts. 243, 246 e 255 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2026 (27765571), constante nos autos do processo nº 19964.110586/2022-73, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.113775/2022-06, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICIPIO DE CANARANA-BAHIA, CNPJ: 30.781.281/0001-28, considerando que na Ata de Assembleia Geral não foi descrita a categoria representada e sua base territorial, tal como consta no estatuto social, conforme exigido pelo inciso II e III do art. 235 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2094 (27885274), constante nos autos do processo nº 19964.112997/2022-01, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.114248/2022-19, de interesse do STIABVALE - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação Bebidas do Vale do Ribeira e Santos, CNPJ 58.255.811/0001-13, tendo em vista que a publicação da convocação da categoria no Diário Oficial da União - DOU, não obedeceu a antecedência mínima de vinte dias para realização da Assembleia Geral, conforme exigido na alínea "a", inciso I, §1º do art. 236 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2035 (27781304), constante nos autos do processo nº 19964.112367/2022-29, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.113356/2022-66, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Itumbiara, inscrição no CNPJ n° 97.329.346/0001-70, tendo em vista que o estatuto social da entidade e os editais de convocação da categoria não atenderam os requisitos legais conforme art. 236 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2128 (27974419), constante nos autos do processo nº 19964.108990/2022-87, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.114347/2022-92, de interesse da FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará, CNPJ: 07.340.961/0001-94, tendo em vista que o instrumento da impugnação não se aplica aos pedidos de entidades de grau superior (federação e confederação), conforme disposto no Parágrafo Único do art. 245 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2158 (28045615), constante nos autos do processo nº 19964.112927/2022-45, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.114527/2022-74, de interesse da FITTEL - FEDERAÇÂO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇOES, CNPJ 21.948.195/0001-76, tendo em vista a constatação de irregularidades não sanáveis na Ata da Assembleia Geral e no Estatuto Social da entidade, nos termos do inciso I, art. 253, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2163 (28057428), constante nos autos do processo nº 19964.111287/2022-56, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.114469/2022-89, de interesse do Sindicato dos Guardas Municipais do Estado do Rio Grande do Sul - SINDIGUARDAS - RS, CNPJ: 10.503.383/0001-74, tendo em vista a não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2186 (28119211), constante nos autos do processo nº 19964.108692/2022-97, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.115081/2022-03, de interesse do ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ 00.676.296/0001-65, tendo em vista que as anotações no cadastro da entidade recorrente atenderam os requisitos legais conforme arts. 243, 246 e 255 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2219 (28219208), constante nos autos do processo nº 19964.110886/2022-52, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.115504/2022-87, de interesse do SINDICATO DOS PRÁTICOS DE FARMÁCIA E DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE DROGAS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE SÃO PAULO, CNPJ: 62.653.431/0001-04, tendo em vista que não há conflito de categoria entre a entidade impugnada e o recorrente, conforme inciso III, art. 249 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 2307 (28454620), constante nos autos do processo nº 19964.111698/2022-41, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.116081/2022-12, de interesse do Sindicato dos Fisioterapeutas Servidores Públicos do Amazonas - SINFISIO/AM, CNPJ: 4.233.739/0001-19, tendo em vista a não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2078 (SEI 27859611), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS MOTORISTAS E TRABALHADORES EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS CARGAS E LOGÍSTICA DE PARANAÍBA E REGIÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ 07.034.031/0001-02, Processo 19964.109293/2022-43, para representar a Categoria Profissional dos Motoristas e Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos, dos Trabalhadores nas empresas de transporte de cargas: secas, vivas, próprias e molhadas, motoristas nas usinas, motoristas de ônibus coletivos urbano, fretamento, motorista rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual, motorista de depósito de materiais de construção, ajudantes, cobradores de ônibus, borracheiros, eletricistas, abastecedores, fiscais, conferentes, mecânicos, manobristas, inspetores, faxineiros, funileiros, pintores, despachantes, copeiros e copeiras, das empresas de transportes, motoristas de micro-ônibus, motorista de carro leve, tratorista, operador de empilhadeira e operadores de máquinas pesadas , com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Paranaíba, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Paraíso das Águas e Figueirão, no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) STTRTLR - SIND TRAB TRANSP ROD TRÊS LAGOAS E REGIÃO, CNPJ nº 05.257.616/0001-66, Processo 46000.012223/2001-18; excluindo os municípios Paranaíba, Camapuã, Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica, do Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e na Analise Técnica SEI nº 373/2022 (28235016), resolve: 1) INDEFERIR a impugnação nº 19964.115308/2022-11 (28142110) de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS URBANO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO, TURISMO, ESCOLAR, CARGAS, LOGÍSTICAS E DIFERENCIADOS, CNPJ:10.635.706/0001-83 (28228108), nos termos do art. 249, inciso VIII, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, e 2) DEFERIR o Registro Sindical ao SIMCAERJ - SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIMCAERJ, Processo nº 19964.103640/2022-24, CNPJ: 21.010.744/0001-67, para representar a categoria Profissional de Condutor de Ambulância da rede privada, contratado ou concursado da rede pública Municipal e Estadual do Estado do Rio de Janeiro, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 252, inciso II, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: 1) SEESSNIT - Sindicato Empregados Estab. de Serviços de Saúde Niterói, CNPJ: 29.541.596/0001-19, Processo nº 46000.009970/98-12; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município de Niterói, do Estado Rio de Janeiro 2) Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Volta Redonda - SERVRE - RJ, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24000.000466/91-10; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município de Volta Redonda, do Estado Rio de Janeiro , 3) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Saquarema - RJ, CNPJ não informado, Processo 24000.005794/91-68; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município de Saquarema, do Estado Rio de Janeiro, 4) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Arraial do Cabo", RJ, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24000.006318/92-18; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Arraial do Cabo, do Estado Rio de Janeiro, 5) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis - RJ, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24000.007473/92-14; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Angra dos Reis, do Estado Rio de Janeiro, 6) Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos do Município de Itaperuna-SINFUNSERMI", RJ, CNPJ:31.272.685/0001-59, Processo nº24370.010899/90-68; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município de Itaperuna, do Estado Rio de Janeiro, 7) Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Nilópolis - SISMUNIL - RJ, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24370.022929/90-24; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Nilópolis, do Estado Rio de Janeiro, 8) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cabo Frio-SINDICAF-RJ, CNPJ: 02.923.635/0001-96, Processo nº 46000.003724/99-74; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Cabo Frio, do Estado Rio de Janeiro, 9) SISMA - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MAGE, CNPJ: 32.527.616/0001-01, Processo nº 24370.032658/90-15; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Magé, do Estado Rio de Janeiro, 10) SINSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Duque de Caxias, CNPJ: 10.766.834/0001-66, Processo nº 46215.472915/2009-45; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Duque de Caxias, do Estado Rio de Janeiro, 11) SINDSEPPA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Paty do Alferes, CNPJ: 39.756.325/0001-34, Processo nº 46232.003218/2009-30; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, do Estado Rio de Janeiro, 12) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ: 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11; ; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância no Estado Rio de Janeiro, 13) SSPMBP - SINDICATO DOS SERV PUBLICOS MUNICIPAIS DE BARRA DO PIRAI, CNPJ: 39.558.721/0001-57, Processo nº 46232.000008/93-06; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Barra do Piraí, do Estado Rio de Janeiro, 14) SIPROSEP - SIPROSEP, CNPJ: 31.505.381/0001-94, Processo nº 24000.001817/92-09; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Campo do Goytacazes, do Estado Rio de Janeiro, 15) SINTRASEF - SIND DOS TRAB DO SERV PUBLICO NO ESTADO DO RJ, CNPJ: 35.791.326/0001-69, Processo 24370.006971/90-80; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância do Estado Rio de Janeiro, 16) SSEPSFI - SINDICATO DOS SERV. PÚB. MUN. DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPO, CNPJ: 04.357.013/0001-73, Processo nº 46000.013376/2001-74; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município São Francisco de Itabapoana, do Estado Rio de Janeiro, 17) SINSPMUQ - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Queimado, CNPJ: 02.855.733/0001-33, Processo nº 46000.005916/00-11; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Queimados do Estado Rio de Janeiro, 18) SINFESMUP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pádua, CNPJ: 31.501.588/0001-90, Processo nº 24000.003681/90-10; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Santo Antônio de Pádua, do Estado Rio de Janeiro, 19) SINDFESP - LM - Sind. dos Func. e Ser. Pub do Mun de Laje do Muriaé, CNPJ: 31.272.875/0001-76, Processo nº 24000.003448/91-36; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Laje do Muriaé, do Estado Rio de Janeiro, 20) SSPMTR - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Três Rios, CNPJ: 31.845.662/0001-96, Processo nº 24000.002015/91-63; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Três Rios, do Estado Rio de Janeiro, 21) SINSENF - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA FRIB, CNPJ: 01.104.792/0001-07, Processo nº 46000.005879/96-39; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios Bom Jardim, Carmo e Nova Friburgo, do Estado Rio de Janeiro, 22) SindServ-RO - Sindicato dos Serv Púb Mun de Rio das Ostras, CNPJ: 04.668.359/0001-92, Processo nº 46000.017545/2001-45; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Rio das Ostras, do Estado Rio de Janeiro, 23) SISP-MUM-RJ - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Mangaratiba, CNPJ: 36.438.174/0001-88, Processo nº 46000.005382/2003-10; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Mangaratiba, do Estado Rio de Janeiro, 24) SISEP-Rio - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ: 32.325.169/0001-08, Processo nº 24000.001256/90-13; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Rio de Janeiro, do Estado Rio de Janeiro, 25) SINDSERVI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Macaé, CNPJ: 02.340.623/0001-39, Processo nº 46000.006089/98-23; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Macaé, do Estado Rio de Janeiro, 26) SINSEP - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JARDIM, CNPJ: 02.745.170/0001-20, Processo nº 46000.007584/99-59; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Bom Jardim, do Estado Rio de Janeiro, 27) SindSMUNI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Iguaçu e Mesquita, CNPJ: 32.009.540/0001-22, Processo nº 46215.470091/2009-79; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios Mesquita e Nova Iguaçu, do Estado Rio de Janeiro, 28) SISEP- PETRÓPOLIS - RJ - Sindicato dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores nas Entidades Paraestatais do Município de Petrópolis, CNPJ: 31.153.588/0001-47, Processo nº 24000.002037/90-15; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Petrópolis, do Estado Rio de Janeiro, 29) SINDSPMM - Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Miracema-RJ, CNPJ: 07.718.603/0001-72, Processo nº 24000.003535/90-58; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Miracema, do Estado Rio de Janeiro, 30) sfpmp - SINDICATO DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE PIRAI, CNPJ: 39.210.554/0001-59, Processo nº 46000.011267/95-86; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Piraí, do Estado Rio de Janeiro, 31) SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ: 10.015.107/0001-67, Processo nº 46215.040224/2008-03; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no Estado Rio de Janeiro, 32) SISPUMUSF - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Fidelis, CNPJ: 31.505.449/0001-35, Processo nº 24372.002092/90-13; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município São Fidélis, do Estado Rio de Janeiro, 33) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São João da Barra, CNPJ: 31.506.439/0001-14, Processo nº 46228.000537/2010-96; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município São João da Barra, do Estado Rio de Janeiro, 34)Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Bonito- RJ, CNPJ 35.528.101/0001-26, Processo 24370.002822/90-88; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Rio Bonito, do Estado Rio de Janeiro, 35) Sindicato Municipal dos Servidores do Município de Casimiro de Abreu - RJ, CNPJ: 03.081.152/0001-54, Processo nº 46010.005519/93-20; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Casimiro de Abreu, do Estado Rio de Janeiro, 36) SEFP-BM - SINDICATO DOS EMPREGADOS E FUNCIONARIOS PUBLICOS DE BARRA MANSA, CNPJ: 32.501.892/0001-09, Processo nº 46000.000370/93-10; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Barra Mansa, do Estado Rio de Janeiro, 37) SISERMI - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITALVA, CNPJ: 02.704.485/0001-20, Processo nº 46000.015230/99-41; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Italva, do Estado Rio de Janeiro, 38) SSPMBR-RJ - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BELFORD ROXO, CNPJ: 04.211.573/0001-15, Processo nº 46000.004725/2001-67; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Belford Roxo, do Estado Rio de Janeiro, 39) SINSERV - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAGUAÍ, CNPJ: 32.004.483/0001-99, Processo nº 24370.018063/90-48; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Itaguaí, do Estado Rio de Janeiro, 40) SISEP-CARMO - Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais de Carmo - RJ, CNPJ: 13.987.017/0001-26, Processo nº 46215.034862/2011-82; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Carmo, do Estado Rio de Janeiro, 41) SINDCOR - SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CORDEIRO NO SERVIÇO PÚBLICO, CNPJ: 04.422.631/0001-50, Processo nº 46000.000426/2002-34; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Cordeiro, do Estado Rio de Janeiro, 42) SINDICAR - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Carapebus, CNPJ: 14.726.237/0001-69, Processo nº 46670.000667/2012-62; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Carapebus, do Estado Rio de Janeiro, 43) SPSPMQ - Sindicato dos Profissionais Servidores Pùblicos Municipais de Quissamã-RJ, CNPJ: 01.964.925/0001-15, Processo nº 46000.004092/98-67; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Quissamã, do Estado Rio de Janeiro, 44) SINDSERV - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ, CNPJ: 04.259.860/0001-03, Processo nº 46000.004852/2001-66; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Bom Jesus Itabapoana, do Estado Rio de Janeiro, 45) SFPMQ - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE QUATIS RJ, CNPJ: 07.017.861/0001-21, Processo 46215.088403/2016-23; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Quatis, do Estado Rio de Janeiro, 46) SINDSPEF-SG - Sindicato dos Servidores Públicos Efetivos do Município de São Gonçalo, CNPJ: 05.208.698/0001-59, Processo nº 46215.006522/2017-57; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município São Gonçalo, do Estado Rio de Janeiro, 47) SINDASA - SINDASA - Sindicato dos Emp. Est .Serv. Saúde Itaperuna, CNPJ: 31.508.625/0001-92, Processo nº 24370.015184/90-56; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e São Fidélis, do Estado Rio de Janeiro, 48) SESF - SINDICATO EMP ESTB DE SERVIÇOS DE SAÚDE SUL FLUMINENSE, CNPJ: 31.846.611/0001-89, Processo nº 24370.010621/90-81; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mendes, Miguel Pereira, Paraty, Piraí, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda, do Estado Rio de Janeiro , 49) SINSEP-DB - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE DUAS BARRAS, CNPJ: 08.647.837/0001-39, Processo nº 46231.002127/2017-05; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Duas Barras, 50) SES - SINDICATO EMPREG ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS SAUDE DE CAMPO, CNPJ: 29.250.875/0001-23, Processo/Carta Sindical nº L070 P053 A1972; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; nos municípios de Campos de Goytacazes e Macaé, 51) "Sindicato dos Servidores Públicos do Munícipio de Niterói", RJ, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24370.014013/90-28; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Niterói, 52) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis - RJ,CNPJ: Não Informado, Processo nº 24370.100234/90-36; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; no município Angra dos Reis, 53) Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Rio de Janeiro - SINTSERJ -RJ , CNPJ: Não Informado, Processo nº 24370.008537/90-34; excluindo a Categoria Profissional de Condutor de Ambulância; do Estado Rio de Janeiro, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2360 (SEI 28681504), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE MATO GROSSO - SINPOL - MT, CNPJ 36.910.339/0001-72, Processo 19964.112873/2022-18, para representar a categoria dos Policiais Civis, com exceção dos Delegados de Polícia e Escrivães de Polícia, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Mato Grosso, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ: 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a categoria dos Policiais Civis, com exceção dos Delegados de Polícia e Escrivães de Polícia, do Estado do Mato Grosso, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2311 (SEI 28474359), resolve: INDEFERIR o pedido de Registro Sindical n° 19964.112683/2022-09, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ 10.221.190/0001-20, visto a coincidência total de categoria e base territorial do sindicato postulante com sindicato registrado no CNES, nos termos do inciso III do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHO DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do processo judicial n. 0000055-91.2021.5.10.0007, PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00008/2022/CORETRABNG/PRU1R/PGU/AGU, encaminhada através do OFÍCIO n. 03222/2022/CORETRABAP/PRU1R/PGU/AGU e NOTA n. 00915/2022/CONJUR-MTP/CGU/AGU e considerando a irregularidade processual, com fundamento na Análise Técnica nº 2359 (28680193), resolve: DESARQUIVAR o processo nº 08000.026388/2019-07 e em ato contínuo, INDEFERIR o pedido de Registro Sindical nº 08000.026388/2019-07, de interesse do SINTEFFA - Sindicato Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária, CNPJ 33.341.837/0001-53, tendo em vista a irregularidade documental não passível de saneamento, nos termos do inciso I do art. 235, Portaria nº 671/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 568, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220934 - Arte e Cultura 2024
GRUPO PRIMAVERA
CNPJ/CPF: 67.995.969/0001-10
Processo: 01400000934202215
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 711.379,68
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de oficinas artísticas para crianças e adolescentes e montagem e apresentações de um espetáculo musical para compartilhamento dos conteúdos absorvidos e promoção de acesso à arte para a população em geral.

220906 - ARTE PARA TODOS 7
Comunhão Martim Lutero
CNPJ/CPF: 81.144.065/0001-02
Processo: 01400000906202206
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 537.900,00
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O referido projeto prevê a oferta de oficinas artísticas(teatro, artes plásticas, música instrumental, dança, literatura dramatizada, etc) para jovens e crianças em vulnerabilidade social.

220985 - ECOARTE
LOA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.803.185/0001-26
Processo: 01400000985202247
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.262,40
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a partir do espetáculo teatral "Causos da Fazenda Boa Esperança", bem como de sua veiculação pelos espaços culturais e pelas escolas públicas do Brasil, contribuir, por meio das artes cênicas, no processo de educação e conscientização ambiental, dos alunos, dos professores, dos colaboradores das escolas e pessoas da comunidade. E abordar a relação do homem com o meio ambiente que ele ajuda a compor, buscando a integralidade em suas ações.

220913 - IV TERTULHÃO CULTURAL, E XVII ENCONTRO DE GAITEIROS
ASSOCIACAO LAPIDANDO TALENTOS
CNPJ/CPF: 43.163.545/0001-21
Processo: 01400000913202208
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado: R$ 119.373,75
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa divulgar a arte, a história, e a cultura do sul do Brasil através de mostra de danças tradicionalistas e da música instrumental preservando, promovendo e divulgando o tradicionalismo e suas manifestações artísticas. Será realizado mostra de danças com apresentações de grupos de danças tradicionalistas da região representando diversas culturas como: gaúcha, italiana e polonesa. Além disso, a apresentação da Orquestra Sanfoclássica de Campos Novos e a realização de um encontro de Gaiteiros, qual reúne gaiteiros da região sul do país qual evidenciam em palco a arte da música instrumental. O projeto contará com palestras de formação cultural para alunos e professores de escolas públicas.

220882 - O Mundo Mágico de Pedrinho
WALKMAR PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 46.180.616/0001-92
Processo: 01400000882202287
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.928,00
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e circulação da peça teatral infantil "O Mundo Mágico de Pedrinho", que por meio da cultura, com textos adequados ao público infantil, abordará sobre a preservação e respeito pela natureza, através do reaproveitamento de materiais, com apresentações teatrais inteiramente gratuitas e de classificação livre, abertas ao público em geral, em escolas da rede pública, instituições sem fins lucrativos e/ou centros culturais.

220937 - PRIMEIRA CENA - 2 edição
ERICK GALLANI
CNPJ/CPF: 272.483.758-45
Processo: 01400000937202259
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 167.046,00
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto artístico-pedagógico "PRIMEIRA CENA - 2 edição" propõe a realização de oficinas teatrais para alunos a partir de 18 anos, por um período de seis meses no total do projeto entre seu inicio e fim. O projeto tem sede na cidade de São Paulo mas com abrangencia para todo o Brasil DE MODO REMOTO E ON LINE. Ao final do projeto será realizada uma mostra teatral ON LINE - VIA PLATAFORMA DIGITAL com a apresentação das cenas criadas pelos jovens durante as oficinas.

220988 - Terra Encantada do Natal
LEVE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.497.496/0001-04
Processo: 01400000988202281
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 234.761,06
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Viabilizar a realização do Projeto "Terra Encantada do Natal" que tem como proposta a realização de performances cênicas em espaço público alternativo, permeado com shows de luzes e iluminação natalina, tendo como tema principal o "Natal".

220993 - Zabumbada
C DE O M BRITO PRODUÇÕES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 18.948.892/0001-12
Processo: 01400000993202293
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 2.664.050,00
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Zabumbada é um projeto de continuidade e difusão da principal festa popular para o Maranhão: O São João. Será realizado em São Luís com apresentações de grupos tradicionais de danças: Bumba Meu Boi, tambor de crioula, cacuriá, quadrilhas e outras.O projeto propõe contemplar 05 dias de apresentações gratuitas e como contrapartida social o projeto oferecerá oficinas práticas de dança e percussão do bumba meu boi para alunos de escolas públicas e comunidades.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220905 - Arte nas Escolas
ASSOCIACAO ARTE NAS ESCOLAS
CNPJ/CPF: 34.639.796/0001-49
Processo: 01400000905202253
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.915.196,15
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Promover a continuação no ano de 2023 do projeto, de ação continua, arte nas escolasno ensino gratuito de música, teatro e desenho em escolas da rede pública de ensino. A proposta prevê também a implantação de um novo núcleo. Como atividades complemetares, em todos os núcleos, serão realizadas gincana artistica, apresentações temáticas internas, Semana Cultural(com realização de master class, apresentações de artistas profissionais e whork shops) e espetáculos anuais em teatros ou espaços alternativos(nas cidades que nào possuem teatro).

221014 - ORQUESTRA CCSD - Atividades 2023
Associação Cultural Special Dog
CNPJ/CPF: 22.666.698/0001-11
Processo: 01400001014202214
Cidade: Santa Cruz do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 372.773,70
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto para ampliação das atividades da Orquestra do CCSD. Contempla a realização de recitais e concertos da orquestra a título de formação de plateia e a manutenção das aulas de teoria musical, técnica instrumental e prática musical coletiva, oferecidas gratuitamente para crianças e jovens do município.

220909 - Orquestrando Chapecó
ASSOCIACAO CULTURAL DE MUSICA E CANTO
CNPJ/CPF: 08.902.081/0001-27
Processo: 01400000909202231
Cidade: Chapecó - SC;
Valor Aprovado: R$ 233.241,97
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Comprar instrumentos e oferecer cursos e oficinas de música gratuitos a crianças e adolescentes de Chapecó, com o objetivo de formar uma Orquestra de Câmara com os alunos e realizar a primeira apresentação da Orquestra;'

220910 - Violão para Todos
MARCO ANTONIO GONCALVES JUNIOR
CNPJ/CPF: 080.430.509-96
Processo: 01400000910202266
Cidade: Joinville - SC;
Valor Aprovado: R$ 100.042,80
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Oferecer aulas semanais gratuitas de iniciação ao violão e realizar 2 apresentações didáticas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220922 - Alfabetização do Olhar
ANDREZA PORTELA GOMES
CNPJ/CPF: 366.912.098-00
Processo: 01400000922202291
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 490.102,80
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Alfabetização do Olhar tem como objetivo realizar exposições fotográficas para compartilhar a diversidade na nossa cultura, resgatando histórias reais de brasileiros, garantindo acesso e inclusão, compartilhando e valorizando a diversidade cultural. O projeto ainda contará com ações de contação de histórias e oficinas de fotografia e escrita nos mesmos locais das exposições

221017 - Museu nas Nuvens
ELAINE CRISTINA ALMEIDA HIGA
CNPJ/CPF: 270.102.988-07
Processo: 01400001017202258
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 488.675,00
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto visa a organização de mostra por meio de impressão de obras em tecido de balão que estará presente em diferentes locais. Objetivando levar as obras de artistas brasileiros a muitos espectadores, fomentando assim a produção artística e o reconhecimento dos artistas e nosso país no meio cultural.

221016 - Olhares da Floresta II
ImageMagica
CNPJ/CPF: 04.159.753/0001-03
Processo: 01400001016202211
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 392.356,25
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Olhares da Floresta II tem como objetivo a realização de 03 grandes exposições fotográficas com imagens produzidas por moradores de comunidades próximas ao Rio Anaipurus, região Norte do Brasil, que participarão da expedição do projeto. Além disso, serão realizadas palestras nas aberturas de cada exposição sobre a arte da fotografia (1 palestra de 60 min em cada abertura de exposição)

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220989 - LIVRO: A Samaritana
RUBENS SERGIO DUARTE
CNPJ/CPF: 205.734.566-15
Processo: 01400000989202225
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 78.787,50
Prazo de Captação: 14/10/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta constitui em despertar e incentivar o interesse a leitura por meio publicação de um livro intitulado "A Samaritana", o qual o tema a ser abordado relaciona-se à cultura popular, apontando a realidade da natureza humana e suas nuances. Além do livro, estão previstas palestras para estudantes da rede pública de ensino, atinentes as contrapartidas sociais.

PORTARIA Nº 569, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022, o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021 e a Portaria MTur n° 19 de 14 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve (tiveram) sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 58 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve(tiveram) sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 58 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, conforme anexo II.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
1410815	Plano Anual de Atividades ACER Brasil	ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANCA EM RISCO - ACER	Objetiva 1) viabilizar a manutenção do programa Raízes do Brasil, que realiza atividades de incentivo a leitura e oficinas gratuitas para 410 crianças e adolescentes com a temáticas da cultura africana e indígena, e 2) qualificar a difusão dos produtos culturais das Oficinas e das atividades de incentivo à leitura prioritariamente na comunidade e em escolas públicas parceiras, dos Bairros Eldorado e Jardim Inamar, em Diadema, abrangendo diretamente nesta ação 8.000 mil pessoas.	109.201,11
172060	Oficinas Semeando Arte Circense	AH SETE PRODUCOES CULTURAIS EIRELI - ME	Implantação de oficina cultural de artes circense para crianças e jovens de escola da rede pública, com apresentação de artes cirsenses.	257.636,16
177257	Risorama	PARNAXX LTDA - ME	Risorama é um dos principais projetos de humor do Brasil. Com textos sempre originais, construídos a partir de observações do dia a dia e do cotidiano, sem acessórios e adereços, criando um monologo teatral, apenas um microfone na mão e uma (ou várias) ideias na cabeça; esta é a fórmula do evento que há 14 anos reúne os melhores artistas da comédia stand-up do Brasil. O Risorama comemorará sua 15ª edição de celebração cômica se tornando um projeto itinerário, acontecendo pela primeira vez fora de Curitiba-PR.	787.000,00
177844	NASCER DO SOM	Ednelson da Silva	O objetivo principal do NASCER DO SOM é a realização de oficinas musicais (flauta, coral e violão) para crianças e jovens (na faixa de 07 aos 14 anos) e idosos em situação de risco social. As aulas acontecerão nas dependências da Estação Fepasa, em Porto Ferreira, e os cursos serão oferecidos de forma gratuita. Pretende-se formar 9 turmas, com 2 horas de aula por semana, por turma, beneficiando-se pelo menos 120 alunos. Serão abertas as seguintes vagas: ¸30 vagas para coral e 30 vagas para flauta doce (crianças na faixa dos 07 aos 11 anos) ¸30 vagas para coral (idosos) ¸30 vagas para violão (adolescentes na faixa dos 12 aos 14 anos). As aulas, assim como as horas de estudo, serão oferecidas de modo totalmente gratuito. Haverá 04 apresentações pedagógicas e 01 apresentação da Orquestra Pé de Moleque, projeto social do Maestro Ednelson que existe em Araras há 20 anos, ensinando música de Orquestra para pessoas em situação de risco social.	158.000,00
164647	O MARTELO	TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA	O MARTELO é uma comédia policial escrita por Renato Modesto, com enredo intrigante e original. Uma trama envolvente, que mistura suspense e humor. Três atores se alternam nas personagens, através da loucura do personagem central, injustamente acusado de ser um assassino em série, de ter matado mulheres recém-casadas e com filhos pequenos a marteladas. Pedro se torna o principal suspeito na investigação de um policial disposto a desvendar os crimes, e começa a viver uma divertida crise de identidade, onde vê a si mesmo e aos outros com a aparência alterada. Nesse processo de loucura e alucinações, ele começa a duvidar de sua própria inocência. O projeto realizará temporada de 2 meses, em teatro a definir, com capacidade mínima de 200 lugares.	171.034,41
178118	Atividades Culturais na Expoval	Marca Produções Artísticas Ltda	Este projeto visa à realização das atividades culturais que serão realizadas em paralelo à Expoval, sendo um espetáculo teatral, um desfile temático e três espetáculos de danças folclóricas, além de apresentações de artistas locais.	37.500,00
179522	Salvando risos - 3a. edição	Organização Doutores Palhaços SOS Alegria	O projeto Salvando Risos - 3ª. edição leva intervenções cênicas da Organização Doutores Palhaços - SOS Alegria aos hospitais de Ponta Grossa/PR com a proposta de ressignificar o ambiente hospitalar através da arte, bem como a apresentação em teatro dos espetáculos "Contos de Páscoa" e "O papai Noel sumiu".	169.125,52
182357	A PONTE	SUPER NORMAL COMUNICAÇÕES LTDA	"A PONTE" montagem teatral que fala da vida e destinos diferentes de 3 irmãs.	1.020.000,00
182491	Conexão Sustentável - Cultura e Sustentabilidade	MAGMA - CULTURA, TURISMO E EVENTOS LTDA	Oferecer apresentações multiculturais gratuitas para comunidades carentes de 18 cidades de oito estados brasileiros, com sessões de cinema e espetáculos teatrais relacionados ao tema sustentabilidade.	3.276.000,00
183434	16ª FEIRA DO LIVRO DE JOINVILLE 2019	INSTITUTO DA CULTURA E EDUCACAO	Realizar a 16ª edição da Feira do Livro de Joinville, considerado o melhor evento cultural do estado de Santa Catarina. Durante 10 dias, com duração de 12 horas diárias de rica programação ao redor do livro e da leitura. Para a edição 2019, pretendemos insistir na importância da conquista do leitor pelos sentimentos e valores, com o tema "Literatura: Aproximando Corações". Obviamente, continuaremos a buscar e apoiar a aproximação com as demais artes, que também atingem seu público pelo mesmo princípio. Por outro lado, nas discussões e debates, daremos ênfase à literatura para adolescentes e jovens, dado que, saindo da infância, costumam se afastar da leitura.	503.000,00
184927	RECEITE CULTURA	NOSSA SENHORA DAS PRODUCOES EIRELI	O projeto RECEITE CULTURA objetiva a realização de espetáculos teatrais de grande sucesso em cidades do interior do estado de Minas Gerais, possibilitando a democratização de acesso ao público do interior do estado.	198.407,24
192974	3º Festival Musicando Talentos	CASA DA CULTURA DE TRÊS LAGOAS	O Projeto prevê a realização de um Festival de "Rock em todos os Tempos" , em apresentações de ritmos instrumentais e coral no município de Três Lagoas - MS; promovendo a valorização do estilo musical e a formação cultural da comunidade com total gratuidade.	354.177,25
193049	Plano Anual de Atividades 2020 - Centro Cultural Castrolanda	Associação Cultural Castrolanda	O Plano Anual de Atividades 2020 - Centro Cultural Castrolanda (CCC) representa o conjunto de elementos de custeio e atividades culturais, infra-estruturais e técnicas da instituição, como a monitoria aos grupos visitantes, ações de tratamento técnico do acervo (higienização, conservação preventiva, catalogação, digitalização e acondicionamento), elaboração e montagem de exposições temporárias e realização de eventos culturais em parceria com grupos culturais comunitários (Oranjefeest, Agroleite, Molenfeest, SinterKlaas e Natal Encantado). Está prevista a reformulação da exposição de longa duração no produto Exposição de artes. No âmbito da Contraparida social, na condição de ação cultural formativa serão realizadas palestras no município de Castro sobre o segmento cultural da proposta, como forma de difundir este conhecimento e formar público para os museus e espaços de memória do município.	513.700,00
193567	Quem prospera sempre alcança (continuidade)	KAVANTAN & ASSOCIADOS - PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME	Temporada e circulação gratuita online do espetáculo teatral "Quem Prospera Sempre Alcança", escrito e dirigido por Leonardo Cortez, transmitido pela internet com apresentações gravadas e ao vivo, além da realização de oficinas virtuais a título de contrapartida social.	830.000,00
203390	Acordes de Compaixão	GAIA	No Projeto "Acordes de Compaixão", crianças em vulnerabilidade social irão desenvolver habilidades musicais em Oficinas semanais, com expressão corporal, desenvolvimento de ritmos musicais, dança e estudos sobre música popular brasileira. O pano de fundo será o desenvolvimento de habilidades para a vida, com enfoque na compaixão. Disponibilizaremos gratuitamente vídeos sobre as atividades desenvolvidas. As crianças receberão formação musical em horários complementares ao escolar. Realizaremos uma apresentação musical no final do projeto. Ofereceremos contrapartida social em escolas públicas.	501.249,46
176840	100 anos de Athos	Daiana Castilho Dias ME	Para celebrar o século de nascimento de Athos Bulcão será realizada no Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília, uma exposição de suas obras de arte criadas entre os anos 1940 a 2005, que consistirá em um profundo mapeamento e imersão na variedade de seus trabalhos e técnicas. De caráter inédito, apresentará ao público um amplo panorama de seu trabalho, contextualizando sua obra e atualizando o pensamento sobre o artista. O ponto de partida da mostra é a formação de Athos como artista, apresentando obras de outros mestres que o influenciaram até chegar às novas gerações que são influenciadas e dialogam com ele. A programação incluí, além da exposição, a realização demesas-redondas com os curadores e convidados especiais que tratarão avida e obra de Athos. A mostra "100 anos de Athos" pretende oferecer ao público um apanhado completo do conjunto da obra do artista, sua produção, seu legado singular, sua história e sua contribuição inestimável para a cultura brasileira.	700.000,00
165055	PRÊMIO ONÇA PINTADA 2017 - 4ª Mostra de Dança - Estímulo a Criação	SANTOS & STEIMER LTDA - ME	O Projeto propõe realizar o festival de dança denominado "Prêmio Onça Pintada 4ª Mostra de Dança Clássica, Danças Populares, Jazz Dance do MS e Mostra de Novos Coreógrafos - Estímulo a Criação", que irá reconhecer e estimular a dança clássica, as danças populares e o jazz dance, promovendo a dança e suas principais vertentes dentro do Estado de Mato Grosso do Sul. Os gêneros a serem contemplados nesta edição do festival são: ballet clássico de repertório	135.000,00

			e ballet clássico livre, danças populares em todos seus segmentos étnicos e folclóricos. Contempla, também, o surgimento de novos coreógrafos estimulando a criação.	
171994	Parques Nacionais	MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME	Imagens e textos destacarão a diversidade cultural brasileira por meio de ampla pesquisa histórica que terá como norte os parques nacionais brasileiros. Os patrimônios materiais e imateriais estarão presentes com ênfase na formação da identidade nacional.	64.900,00
183328	Mamãe e Eu (TÍTULO PROVISÓRIO)	Centro Judaico Educacional e Beneficente Novo Horizonte	Realização de duas (02) Oficinas Musicais por semana, destinadas a crianças de 06 a 36 meses, acompanhadas de suas mães e/ou outros parentes (oficinas externas e/ou virtuais). Capacitação de professores de música voluntários duas (02) vezes ao ano, de forma presencial e/ou virtual, seguindo as determinações sanitárias, se o caso, e réplica das Oficinas na sede da Proponente quinzenalmente, quer presencialmente, quer de forma virtual.	817.529,63
184570	Ear Parade SP 2019	ARTTERIA PRODUCOES LTDA	O presente projeto tem por pretensão realizar a exposição artística "Ear Parade".	302.000,00
193238	Plano Anual Observatório de Favelas 2020	OBSERVATORIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO-OF/RJ	Plano Anual de Atividades dos programas de cultura do Observatório de Favelas. Contempla a realização de exposições de artes visuais; residências artísticas de artes cênicas, artes visuais e música; programa de formação artística e oficinas culturais; palestras, debates, pesquisas para mapeamento de práticas artísticas, e publicações.	1.624.800,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
185334	Escola Livre de Artes 2019 - Plano Anual de Atividades	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes	Aulas práticas e teóricas nos cursos de Teatro, Dança, Música, Artes Visuais, Literatura e Humanidades e Cultura de Tradição. A Escola Livre de Artes terá sua sede em espaço cedido pelo Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Florianópolis/Secretaria de Cultura/Fundação Franklin Cascaes e 4 núcleos externos, conforme demanda, realizando os cursos em espaços públicos selecionados através de edital.	120.000,00
191565	Orquestra Sua Majestade o Violão Ano 2	Luci Jose da Costa Kirinus	Promover encontros de estudantes de violão para prática em conjunto no formato de uma Orquestra de violões; oferecer aulas individuais para os membros da Orquestra para aperfeiçoamento técnico; realizar apresentações didáticas para a comunidade.	30.748,97
191637	Plano Anual Atividades e Manutenção 2020- Fábrica de Gaiteiros (Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música-IRB)	Instituto Renato Borghetti e Cultura e Música (IRB)	Plano Anual Atividades e Manutenção para o ano 2020 da Fábrica de Gaiteiros projeto do Instituto Renato Borghetti de Cultura e Música (IRB). A Fábrica de Gaiteiros é um projeto gratuito voltado à sociedade que forma construtores e alunos de acordeão diatônico, instrumento conhecido popularmente na região sul do Brasil como gaita de oito baixos. O projeto é realizado na cidade de Barra do Ribeiro onde se encontra a sede do projeto com uma fábrica de acordeons, 3 salas de aula, um espaço para exposições, uma rádio web e um auditório para 85 pessoas, e em dez cidades do estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Guaíba, Bagé, Tapes, Butiá, São Gabriel, Lagoa Vermelha, Arambaré, Piratini e duas em Santa Catarina: Lages e Blumenau, que recebem as gaitas gratuitamente fabricadas pela Fábrica, toda metodologia (método, material didatico) de ensino e manutenção das gaitas.	841.092,26
191873	Plano Anual de Atividades Midrash 2020	Centro de Estudos e Cultura Midrash	O Projeto visa à manutenção durante o ano de 2020, do Centro de Estudos e Cultura Midrash, que têm entre seus objetivos: fomentar a Cultura, promover o debate, a discussão e a apreensão de temas que digam respeito ao cidadão carioca, brasileiro, do mundo, enfim, que estejam diretamente ligados ao Homem e sua existência.	1.100.957,86
192320	PLANO ANUAL OJG 2020 - No Compasso da Cidadania	ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS	Manter o espaço e as atividades regulares da Orquestra Jovem das Gerais (antiga Orquestra Jovem de Contagem) com crianças e adolescentes, através do conjunto das seguintes ações: a) Funcionamento regular da estrutura e equipe, b) Programação de atividades artísticas, de formação, de acompanhamento, c) qualificação institucional; d) compartilhamento de experiências com outras instituições, durante um ano; Os participantes são selecionados entre estudantes de escolas públicas decidades da região central de Minas Gerais e que pertencem a famílias em situação de vulnerabilidade social e, para 2019, a consolidação prevê o atendimento de crianças e adolescentes na própria OJG e outros nos cursos de musicalização nas escolas.	886.662,50
192350	Cia de Dança Deborah Colker - 2020	J E PRODUCOES LTDA ME	O Projeto prevê a Turnê nacional e internacional dos espetáculos de dança Cão sem plumas, rota e Vero e a criação e pré estreia do novo espetáculo CURA. CÃO SEM PLUMAS é baseado no poema homônimo de João Cabral de Melo Neto e mostra a pobreza da população ribeirinha, o descaso das elites e a vida no mangue.ROTA são linhas, círculos, mapas, possibilidades de caminhos, descobrimentos. A exploração de vários planos e níveis, ocupação integral do espaço. VERO coloca em cena a eletrizante combinação de vitalidade e perigo, compilando no palco as marcas características do trabalho de Deborah Colker que propõe uma ocupação radical do espaço cênico, expondo com proeza os questionamentos de sua coreógrafa sobre a física dos movimentos.O espetáculo CURA nasce a partir da indignação do que não tem Cura.Entendendo o indivíduo a partir de 4 planos ou 4 dimensões: físico, emocional, intelectual e espiritual, a busca deste inteiro é a busca da Vida.	850.500,00
192435	HACKTUDO - Festival de Cultura Digital	Ovo Produções Artísticas e Culturais LTDA	O HACKTUDO - Festival de Cultura Digital é um festival que incentiva o encontro entre a produção das artes visuais históricas padrões com as artes digitais disruptivas através de inovações artísticas aliadas à tecnologia no campo principal de exposições interativas e estáticas. Além disso, o projeto também visa proporcionar capacitações, oficinas, desafios e performances privilegiando a arte eletrônica através da conexão dos ambientes físico e virtual. Esta proposta cultural se trata de uma continuidade para realização no ano de 2020 do festival já realizado com excelência nos anos de 2018 (novembro de 2018) e 2019 (lançamento em outubro de 2019), através do mecanismo da Lei de Incentivo à Cultura.	1.485.663,63
192844	VIRADA SUSTENTÁVEL POA 2020	Virada Sustentavel Eventos ltda	Realizar a 5a. edição do FESTIVAL VIRADA SUSTENTÁVEL PORTO ALEGRE 2020, tendo como produto principal ações de artes visuais e intervenções de arte urbana, além de concertos e espetáculos musicais, apresentações diversas de artes cênicas e manifestações artístico-literárias.	1.000.000,00
193017	Plano Anual de Atividades Museu Hering 2020	Fundação Hermann Hering	O Plano Anual de Atividades do Museu Hering de 2020 tem como objetivo manter e potencializar seus programas e as suas atividades culturais de caráter permanente e continuado, e outros projetos com ações planejadas com objetivo do alcance de suas finalidades e do seu papel social, promovendo gratuitamente aos diversos públicos a fruição do patrimônio cultural (tangível e intangível) e do território, e assim contribuindo para o desenvolvimento cultural e socioeconômico.	529.750,00
193058	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES# Vocação Cultural 2020	ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO	O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES#VocaçãoCultural2020 tem por objetivo geral proporcionar a democratização de diferentes linguagens conectadas à cultura artística para as crianças, os adolescentes e os jovens atendidos anualmente pela VOCAÇÃO; promovendo formação cultural contínua em musicalização, dança, artes plásticas, sarau e teatro por meio de dois polos culturais de fomento e acesso à cultura que abranjam as camadas sociais de vulnerabilidade e risco social.	1.160.300,00
164957	Orquestra Sinfônica Jovem do Rio de Janeiro	ACAO SOCIAL PELA MÚSICA - A.S.M.	O projeto "Concertos da Orquestra Sinfônica Jovem do Rio de Janeiro" Consolidara uma temporada de concertos num total de 30 apresentações. A orquestra é composta por 60 jovens músicos, alunos do Programa Ação Social pela Música do Brasil, e todos selecionados por meritocracia, ou seja, dedicação e talento. A estruturação permanente da OSJRJ permitirá a manutenção em seus quadros de esses jovens, que, por receberem bolsas mensais, não serão obrigados a abdicar de um projeto de vida - tornarem-se músicos profissionais no futuro	507.883,00
1310459	Festival Comédia EnCena	BARRACAO ENCENA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	Realização de festival de teatro com peças 08 convidadas, a serem realizadas no Teatro Barracão EnCena e no espaço "Serra verde express.	60.450,00
100210	Espetáculos em comemoração aos 45 anos da Banda Marcial Cristóvão de Mendoza	BANDA MARCIAL CRISTOVAO DE MENDOZA	Propiciar a produção artística de 10 espetáculos da Banda Marcial do Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza em bairros de Caxias do Sul com entrada franca, valorizando a comunidade de Caxias com a apresentação de espetáculos de grande qualidade. Desenvolver a formação musical de crianças, jovens, adolescentes e adultos através de atividades em aulas de musicalização, música instrumental e compra de novos instrumentos musicais.	117.248,00
1112571	Concertos Fundação Maria Luisa e Oscar Americano 2012	Fundação Maria Luisa e Oscar Americano	Em 2012 a Fundação Maria Luisa e Oscar Americano em São Paulo apresentará uma série de 14 concertos voltada para celebrar os 150 anos de Claude Debussy, considerado um marco na história da música francesa e da música clássica universal.	220.000,00
095814	Temporada OFRC 2010	Orquestra Filarmônica de Rio Claro	Realização da Temporada 2010 da Orquestra Filarmônica de Rio Claro (OFRC), que consiste numa série de concertos, com ingressos a R$ 10,00 e R$ 5,00.	236.000,00
055162	Terra Sem Sombras	LUANA ROMÃO BORGES DE QUEIROZ	O projeto decorre da necessidade de criação de novos pólos culturais descentralizados, em territórios e espaços do interior do estado de Minas Gerais, carentes de propostas culturais de âmbito nacional, estimulando a democratização buscando novos públicos, associando-se ao turismo cultural. Realização de 10 concertos de música de câmara. Oferecer espetáculos de alta qualidade de forma gratuita.	134.600,00
0610084	Música em Comunidades	Associação Arte Despertar	Contribuir para a inclusão sociocultural de crianças e jovens de baixa renda da cidade de São Paulo, no período do ano de 2007, por meio de realização de oficinas e apresentações de música.	58.984,50
114835	Festival Flamenco	Dell'Arte São Paulo Eventos e Serviços Ltda.	O Festival de Dança Flamenca contará com a participação de 03 renomadas companhias internacionais, de Dança Flamenca: a inovadora Companhia Rafaela Carrasco, a tradicional e ícone da dança espanhola, a Compañia Antônio Gades, Companhia de Dança Israel Galván e 01 Solo de guitarras, com o músico Vicente Amigo. O Festival Flamenco será realizado em São Paulo, no mês de outubro de 2011. O projeto prevê a realização de 04 apresentações no Theatro Municipal de São Paulo.	215.000,00
1413205	Histórias encantadas - o caso da menina que perdeu a voz	ELIZANGELA GRANADEIRO GOMES 12145911758	"Histórias encantadas - o caso da menina que perdeu a voz" é um espetáculo de contação de histórias que narra as aventuras de uma menina e seus amigos à procura de uma voz perdida. Com recursos de acessibilidade, tais como: audiodescrição, intérprete de libras e uma cota de materiais gráficos (programas/folders) produzidos em braille e letras ampliadas, o projeto visa permitir a inclusão de todos os públicos de forma igualitária. Serão realizadas quatro sessões de contação de histórias no período de 15 a 17 de maio de 2015 no Centro Cultural Cariri - Banco do Nordeste.	52.000,00
127364	CAMERATA DE VIOLÕES DE BARRO ALTO	Associação dos Amigos da Cultura de Barro Alto	Dar continuidade e ampliar o projeto que existe desde 2005, aperfeiçoando as atividades através de aulas de violão em ritmo de orquestra, canto e percussão para acompanhamento, buscar formação e capacitação dos professores, alunos e bolsa aprendiz por intermédio da música instrumental, canto e oficinas, focando o desenvolvimento social e cultural da comunidade através das apresentações da orquestra. O projeto atenderá 200 crianças e adolescentes de 05 a 18 anos.	400.000,00
0610553	CTAV Reserva Técnica e Preservação	Fundação Ormeo Junqueira Botelho	Restauração e produção de matrizes digitais, prioritariamente dos títulos com risco de desaparecimento pelo atual estado de conservação.	5.498.396,22
146039	José Julião: A Crônica das Artes Plásticas no Ceará 1969/1978	SOCIEDADE CEARENSE DE PRODUCAO CULTURAL E ARTISTICA	Publicação com artigos, matérias jornalísticas e registros fotográficos de obras e eventos do movimento das artes plásticas registrados há 30 anos pelo crítico de artes José Julião na imprensa cearense. O material, que conta ainda com depoimentos de artistas, críticos e marchand, se constitui numa fonte de pesquisa sobre o cenário das artes plásticas na década de 70 com seus salões e movimentos.	50.000,00
184039	Projeto Onça Pintada SP 2019	ARTTERIA PRODUCOES LTDA	Realização de exposições de artes visuais na cidade de São Paulo.	1.039.494,31

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 135-E, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a seguinte Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 1787-E/2022:

Art. 1º Credenciar o projeto "MODERNIZAÇÃO - KINOPLEX - LEBLON E TIJUCA", apresentado pela SR RIO DE JANEIRO CINEMAS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.262.566/0001-01, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE n.º 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-se na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à 02 (dois) complexos cinematográficos:

I- Complexo cinematográfico KINOPLEX TIJUCA, localizado à Av. Maracanã, 987, Piso L10, SUC 100001, Tijuca, CEP 20.511-000, Rio de Janeiro, RJ; e

II- Complexo cinematográfico KINOPLEX LEBLON, localizado à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, Loja 401, Leblon, CEP 22.430-060, Rio de Janeiro, RJ.

Art. 3º A responsabilidade pela adoção das medidas necessárias à habilitação do projeto junto à RFB é da credenciada, nos termos da Instrução Normativa n.º 1.446, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º A Deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 136-E, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto n.º 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a seguinte Deliberação de Diretoria Colegiada n.º 1788-E/2022:

Art. 1º Credenciar o projeto "MODERNIZAÇÃO - KINOPLEX - 7 COMPLEXOS", apresentado pela EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.497.660/0001-89, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE n.º 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-se na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à 07 (sete) complexos cinematográficos:

I- Complexo cinematográfico KINOPLEX BOULEVARD, localizado à ST Setor Terminal Norte, Conjunto J, Loja T83, Asa Norte, CEP 70.770-100, Brasília, DF;

II- Complexo cinematográfico KINOPLEX DOM PEDRO, localizado à Av. Guilherme Campos, 500, Loja A-18, Jardim Santa Genebra, CEP 13.087-901, São Paulo, SP;

III- Complexo cinematográfico KINOPLEX GRANDE RIO, localizado à Est. Municipal São João de Meriti, 111, Loja 412, Centro, CEP 25.586-140, São João de Meriti, RJ;

IV- Complexo cinematográfico KINOPLEX NOVA AMÉRICA, localizado à Av. Pastor Martin Luther King Junior, 126, Loja E225, CEP 20.765-000, Rio de Janeiro, RJ;

V- Complexo cinematográfico KINOPLEX WEST SHOPPING, localizado à Est. do Mendanha, 550, Loja 401 e Mezanino, Campo Grande, CEP 23.087-284, Rio de Janeiro, RJ;

VI- Complexo cinematográfico KINOPLEX MACEIÓ, localizado à Av. Comendador Gustavo Paiva, 2990, Loja E, 2º Piso, 3ª Etapa da Expansão, Mangabeiras, CEP 57.032-901, Maceio, AL; e

VII- Complexo cinematográfico KINOPLEX VILA OLÍMPIA, localizado à Rua Olimpiadas, 360, 603/604, Vila Olímpia, CEP 04.551-000, São Paulo, SP;

Art. 3º A responsabilidade pela adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à RFB é da credenciada, nos termos da Instrução Normativa n.º 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º A Deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 137-E, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº 8.283, de 3 de julho de 2014, torna pública a seguinte Deliberação de Diretoria Colegiada nº 1789-E/2022:

Art. 1º Credenciar o projeto "CONSTRUÇÃO - CINEMARK - URUPEMA (MOGI DAS CRUZES/SP)", apresentado pela CINEMARK BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.779.721/0001-41, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE n.º 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-se na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS CINEMATOGRÁFICOS.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se ao complexo cinematográfico Cinemark Urupema, localizado à Av. Voluntário Fernando Pinheiro Franco, 515, Shopping Patteo Urupema, 6º andar, LUC 61, Centro, CEP 08.710-500, Mogi das Cruzes, SP.

Art. 3º A responsabilidade pela adoção das medidas necessárias à habilitação do projeto junto à RFB é da credenciada, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º A Deliberação produz efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório SFO nº 38-E de 20/12/2021, publicada no DOU nº. 240 de 22/12/2021, Seção 1, página 311, em relação ao projeto " AMOR, LIVRE AMOR ", para considerar o seguinte:

Onde se lê: Prazo de captação: até 31/12/2022

Leia-se: Prazo de captação: até 31/12/2023

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Diretor-Presidente nº 132-E de 30/09/2022, publicada no DOU nº. 188 de 01/10/2022, Seção 1, página 130, em relação ao Artigo 2º , para considerar o seguinte:

Onde se lê: Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/20 25.

Leia-se: Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/20 26.

No Despacho do Diretor-Presidente nº 138-E de 05/10/2020, publicada no DOU nº. 192 de 07/10/2022, Seção 1, página 69, em relação ao Artigo 2º para considerar o seguinte:

Onde se lê: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/20 25.

Leia-se: Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/20 26.

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 32-E, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

22-0146 ROOTS
Processo: 01416.004614/2020-01
Proponente: SOTAQUE FILMES LTDA - ME
Cidade/UF: SÃO LUÍS / MA
CNPJ: 26.066.060/0001-09
Valor total aprovado: R$ 744.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 706.800,00
Banco: 001 - agência: 3649-8 conta corrente: 53477-3
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 706.800,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2025

21-0369 NORDESTE DE RITMOS
Processo: 01416.008691/2021-11
Proponente: SIC SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA
Cidade/UF: SÃO LUÍS / MA
CNPJ: 11.496.603/0001-42
Valor total aprovado: R$ 320.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 304.000,00
Banco: 001 - agência: 1638-1 conta corrente: 91531-9
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 304.000,00 para R$0,00
Prazo de captação: até 31/12/2025

17-0512 RODEIO ROCK
Processo: 01416.024290/2017-14
Proponente: LIGHTHOUSE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 11.280.934/0001-40Valor total aprovado: R$ 8.899.331,50
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.658.000,00 para R$ 3.508.000,00
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 52325-9
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 60878-5
Prazo de captação: até 31/12/2023

12-0533 NOSSO LAR 2 - OS MENSAGEIROS
Processo: 01580.030151/2012-13
Proponente: CINÉTICA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 01.946.155/0001-88
Valor total aprovado: R$ 10.811.789,60
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.919.896,00 para R$ 1.989.896,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 39445-9
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 48115-7
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.792.633,74 para R$ 1.792.634,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 58035-X
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.207.365,07 para R$ 1.207.366,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 58036-8
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 1.717.096,15 para 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 56968-2
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 2º Tornar sem efeito os termos do Despacho Decisório SFO nº. 29-E, de 25/08/2022, publicada no DOU nº 165, de 30/08/2022 na pág. 288, seção 01, no que se refere ao remanejamento de fontes do projeto audiovisual "RELATO DE UM CERTO ORIENTE", da proponente MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Art. 3º Tornar sem efeito os termos do Despacho Decisório SFO nº. 27-E, de 10/08/2022, publicada no DOU nº 152, de 11/08/2022 na pág. 115/116, seção 01, no que se refere ao remanejamento de fontes do projeto audiovisual "NAÇÃO ONÇA-PINTADA", da proponente WCP - WILDLIFE CONSERVATION PRODUÇÕES LTDA

Art. 4º Tornar sem efeito os termos do Despacho Decisório SFO nº. 29-E, de 25/08/2022, publicada no DOU nº 165, de 30/08/2022 na pág. 288, seção 01, no que se refere ao remanejamento de fontes do projeto audiovisual "MEDUSA", da proponente BANANEIRA FILMES LTDA.

Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 251, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017, que estabelece procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Processo Interno Simplificado de Avaliação da Adequação de Capital ($Icaap_{Simp}$), e a Circular nº 3.979, de 30 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a constituição e a atualização da base de dados de risco operacional e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas a eventos de risco operacional.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 11 de outubro de 2022, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 11, inciso VII, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tendo em vista o disposto nos arts. 34 e 40, §§ 2º e 3º, da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.846, de 13 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

II - .....

.....

b) risco de reputação, decorrente de percepção negativa sobre a instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou supervisores;

c) risco social, conforme definido no art. 38-A da Resolução nº 4.557, de 2017;
d) risco ambiental, conforme definido no art. 38-B da Resolução nº 4.557, de 2017; e
e) risco climático, conforme definido no art. 38-C da Resolução nº 4.557, de 2017;
....." (NR)

Art. 2º A Circular nº 3.979, de 30 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....
§ 2º .....
I - as perdas operacionais associadas:
a) ao risco cibernético, conforme definido no inciso III do art. 3º desta Circular; e
b) ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, de que trata a Resolução nº 4.557, de 2017; e
....." (NR)

"Art. 5º .....
.....
IX - .....
.....
c) risco social, conforme definido no art. 38-A da Resolução nº 4.557, de 2017;
d) risco ambiental, conforme definido no art. 38-B da Resolução nº 4.557, de 2017;
e) risco climático, conforme definido no art. 38-C da Resolução nº 4.557, de 2017; e
f) risco cibernético, conforme definido no inciso III do art. 3º desta Circular;
....." (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, com fundamento no inciso XIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.102, de 23 de junho de 2022, e no inciso I do art. 6º da Portaria CGU nº 1.973, de 31 de agosto de 2021, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º, incisos I e II, 8º e 10 do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, no art. 14 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 2º, caput e parágrafo único, incisos VI, VIII e IX, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o que consta no processo nº 00190.100572/2021-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

TÍTULO I
DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA

Art. 2º Integram o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - Siscor:

I - como Órgão Central, a Controladoria-Geral da União - CGU, por meio da Corregedoria-Geral da União - CRG; e

II - como unidades setoriais, as unidades de correição dos órgãos e das entidades que sejam responsáveis pelas atividades de correição.

Parágrafo único. As unidades setoriais de correição ficam sujeitas à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO SISTEMA

Art. 3º São objetivos do Siscor:
I - prevenir a prática de ilícitos administrativos;
II - combater a corrupção;
III - contribuir para a melhoria da gestão da Administração Pública;
IV - atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades; e
V - participar ativamente do sistema de integridade pública.

Art. 4º São diretrizes do Siscor:

I - plena observação dos princípios constitucionais, em especial os do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da proporcionalidade;
II - célere e efetiva responsabilização administrativa das infrações;
III - atuação técnica especializada, com ênfase na prevenção;
IV - uso dos dados e informações correcionais para a melhoria da gestão; e
V - uso do planejamento como ferramenta de gestão.

CAPÍTULO III
DA UNIDADE SETORIAL DE CORREIÇÃO

Art. 5º São atividades típicas das unidades setoriais de correição:
I - instaurar e conduzir procedimentos investigativos;
II - realizar o juízo de admissibilidade das denúncias, das representações e dos demais meios de notícias de infrações disciplinares e de atos lesivos à Administração Pública;
III - propor a celebração e celebrar Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;
IV - instaurar e conduzir processos correcionais;
V - julgar processos correcionais, respeitadas as competências legais;
VI - instruir os procedimentos investigativos e os processos correcionais, emitindo manifestação técnica prévia ao julgamento da autoridade competente;
VII - propor ao Órgão Central medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos investigativos e processos correcionais atinentes à atividade de correição;
VIII - participar de atividades que exijam ações conjuntas das unidades integrantes do Siscor, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;
IX - utilizar os resultados da autoavaliação do Modelo de Maturidade Correcional - CRG-MM de que trata o art. 25 desta Portaria Normativa como base para a elaboração de planos de ação destinados à elevação do nível de maturidade;
X - manter registro atualizado, gerir, tramitar procedimentos investigativos e processos correcionais e realizar a comunicação e a transmissão de atos processuais por meio de sistema informatizado, de uso obrigatório, mantido e regulamentado pelo Órgão Central;
XI - promover ações educativas e de prevenção de ilícitos;
XII - promover a divulgação e transparência de dados acerca das atividades de correição, de modo a propiciar o controle social, com resguardo das informações restritas ou sigilosas;
XIII - efetuar a prospecção, análise e estudo das informações correcionais para subsidiar a formulação de estratégias visando à prevenção e mitigação de riscos organizacionais;
XIV - exercer função de integridade no âmbito das atividades correcionais da organização;
XV - manter registro atualizado dos cadastros de sanções relativas às atividades de correição, conforme regulamentação editada pelo Órgão Central; e
XVI - atender às demandas oriundas do Órgão Central acerca de procedimentos investigativos e processos correcionais, documentos, dados e informações sobre as atividades de correição, dentro do prazo estabelecido.

Parágrafo único. Para o exercício das atividades previstas no caput, as unidades setoriais de correição poderão, junto às demais áreas do órgão ou entidade a que se vincula, requisitar informações necessárias para a instrução de procedimentos investigativos e processos correcionais, as quais deverão ser prestadas no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data de recebimento do pedido pela área competente, prorrogável uma vez por igual período, mediante justificativa expressa.

Art. 6º A unidade setorial de correição deve estar preferencialmente vinculada à autoridade ou instância máxima do órgão ou entidade.

CAPÍTULO IV
DO TITULAR DE UNIDADE SETORIAL DE CORREIÇÃO

Art. 7º Os cargos em comissão e as funções de confiança dos titulares das unidades setoriais de correição são privativos daqueles que atendam aos requisitos previstos no caput do art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e que cumpram os critérios previstos nos artigos 1º a 5º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, de acordo com o nível do cargo ou função.

Art. 8º As indicações para nomeação e recondução do titular da unidade setorial do Siscor serão encaminhadas, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, para avaliação da CRG, nos termos do § 1º do art. 8º do Decreto nº 5.480, de 2005.

Art. 9º A unidade setorial de correição dos órgãos e entidades integrantes do Siscor não poderá permanecer sem indicação de titular por prazo superior a 90 (noventa) dias, a contar do término ou interrupção do mandato.

Art. 10. A discricionariedade na escolha do indicado não impede a realização de processo seletivo pelo órgão ou entidade, com o objetivo de identificar interessados que atendam aos requisitos estabelecidos nesse normativo.

Art. 11. As indicações serão instruídas com a apresentação dos seguintes documentos:

I - ofício com a indicação formal, para nomeação e recondução do titular da unidade setorial de correição, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade;
II - currículo, no qual deverá constar, além da formação acadêmica, a discriminação dos cargos efetivos e cargos ou funções em comissão eventualmente exercidos na Administração Pública;
III - comprovante de vínculo jurídico de servidor ou empregado público federal ou aposentado;
IV - comprovante do nível de escolaridade superior; e
V - declaração preenchida e assinada pelo indicado, conforme modelo constante do Anexo Único a esta Portaria Normativa.

Art. 12. Nos casos de aprovação obrigatória do indicado pelo colegiado competente, em conformidade com seus regulamentos internos, a aprovação deverá ser encaminhada com a indicação formal de que trata o inciso I do caput do art. 11.

Art. 13. É de responsabilidade do órgão ou entidade verificar, previamente à submissão da indicação à CRG, o cumprimento das condições previstas nesta Portaria Normativa e na legislação para o exercício de cargo ou função, bem como aquelas relacionadas a conflito de interesses e nepotismo, sem prejuízo da assunção de responsabilidade do indicado pela veracidade das informações prestadas.

Parágrafo único. Não será aprovada a indicação daquele servidor ou empregado público que não atenda aos requisitos previstos no caput do art. 8º do Decreto nº 5.480, de 2005, ou que não cumpra os critérios previstos nos artigos 1º a 5º do Decreto nº 9.727, de 2019, em especial se ele estiver enquadrado em alguma das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 14. Compete à CRG a avaliação do cumprimento dos requisitos previstos para a nomeação do titular da unidade setorial de correição do órgão ou entidade do Siscor.

§ 1º A avaliação referida no caput deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contados da submissão da indicação pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, por intermédio de formulário disponibilizado pela CRG, acompanhado dos documentos e informações referidos no art. 11.

§ 2º No decorrer da análise, a CRG poderá requerer documentos e informações adicionais ao indicado, ao órgão ou à entidade.

§ 3º Em caso de necessidade de complementação de informações, o prazo de avaliação será prorrogado por igual período.

§ 4° A falta de qualquer dos documentos mencionados no art. 11 ou de documentos ou informações adicionais solicitadas poderá constituir fato impeditivo à nomeação.

§ 5º A aprovação da indicação pela CRG terá validade de 90 (noventa) dias contados da data da sua manifestação formal.

§ 6º Caso o ato de nomeação não seja encaminhado à CRG dentro do prazo de validade indicado no § 5º, o dirigente máximo do órgão ou entidade deverá apresentar à CRG nova indicação.

Art. 15. A titularidade de unidade setorial de correição poderá exigir dedicação exclusiva, conforme disposição em ato normativo interno.

Art. 16. O titular da unidade setorial de correição será investido em mandato de 2 (dois) anos, salvo disposição em contrário prevista em legislação.

§ 1º Compete ao titular de unidade setorial de correição:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de correição;
II - zelar pela adequada, tempestiva e completa apuração correcional;
III - proceder ao juízo de admissibilidade das denúncias, representações e demais meios de notícias de infrações disciplinares e de atos lesivos à Administração Pública;
IV - instaurar e julgar os procedimentos investigativos e processos correcionais, nos limites de sua competência;
V - propor e celebrar TAC, respeitadas as competência normativas; e
VI - realizar a gestão administrativa, de recursos, de pessoas, de informações e de conhecimentos.

§ 2º Havendo unidade setorial de correição no órgão ou entidade, as competências previstas nos incisos III e V serão exclusivamente desempenhadas por seu titular ou responsável.

Art. 17. A permanência no cargo ou função de titular de unidade setorial de correição será de acordo com o período do mandato, podendo ser reconduzido pelo mesmo período, não excedendo o limite de 6 (seis) anos.

§ 1º A proposta de recondução deverá ser submetida à avaliação da CRG pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, antes do término do mandato, acompanhada dos seguintes documentos:

I - relatório de gestão correcional do último exercício de que trata o art. 34; e
II - balanço da implementação das providências e compromissos decorrentes das ações de supervisão pelo Órgão Central do Siscor, quando houver.

§ 2º A avaliação da proposta de recondução deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, contado da submissão da proposta pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, por intermédio de formulário disponibilizado pela CRG, acompanhado dos documentos e informações referidos no § 1º, acrescidos daqueles indicados nos incisos I e V do caput do art. 11.

§ 3º No decorrer da análise, a CRG poderá requerer documentos e informações adicionais ao indicado, ao órgão ou à entidade.

§ 4º Em caso de necessidade de complementação de informações, o prazo da avaliação de que trata o § 2º será prorrogado por igual período.

§ 5º A não apresentação de qualquer dos documentos ou informações adicionais solicitadas, assim como a avaliação insatisfatória, pela CRG, do desempenho da gestão do titular da unidade setorial de correição em face da qualidade dos trabalhos, atingimento de metas, tempestividade e atendimento das providências e compromissos previstos nos itens I e II do § 1º, poderão ser consideradas como obstáculo à recondução.

§ 6º No caso de recondução, o prazo do novo mandato será contado a partir da data de encerramento do mandato anterior.

Art. 18. Caso a proposta de indicação ou recondução não seja aprovada, o dirigente máximo do órgão ou entidade deverá submeter nova indicação, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência do resultado da avaliação da CRG.

Parágrafo único. São nulos os atos de nomeação e a recondução de titular de unidade setorial de correição do Siscor sem a prévia aprovação da CRG.

Art. 19. A CRG poderá recomendar à autoridade máxima do órgão ou entidade a perda do mandato e a exoneração do titular da unidade setorial de correição quando ocorrer:

I - ao menos uma das hipóteses mencionadas no parágrafo único do art. 13;

II - omissão ou recusa injustificada quanto ao atendimento de solicitações do Órgão Central, incluindo a utilização indevida ou o uso deficiente de sistemas informatizados de responsabilidade e gestão da CRG, aos quais lhe forem concedidos acessos de uso; ou

III - avaliação de desempenho insatisfatória, pela CRG, do período de gestão do titular da unidade setorial de correição em face da qualidade dos trabalhos, atingimento de metas, tempestividade e atendimento das providências e compromissos previstos nos incisos I e II do § 1º do art. 17.

§ 1º A ocorrência de fato impeditivo à continuidade das condições a que se refere o art. 13 ensejará o encaminhamento de comunicação formal à CRG pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, em até 15 (quinze) dias, contados da sua ciência do fato.

§ 2º A avaliação de desempenho tratada no inciso III do caput considerará, dentre outros, a evolução da maturidade correcional, os resultados da avaliação e acompanhamento da gestão correcional e a alimentação tempestiva e fidedigna dos sistemas correcionais, que subsidiarão as análises realizadas pela CRG.

Art. 20. A proposta de exoneração de ofício do titular da unidade setorial de correição do Siscor, antes do término do mandato, deverá ser motivada e a justificativa encaminhada à CRG.

§ 1º As exonerações a pedido deverão ser informadas à CRG em até 15 (quinze) dias, contados do protocolo do referido pedido.

§ 2º A CRG se manifestará motivadamente por meio da emissão de expediente encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade em até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da proposta a que se refere o caput ou do pedido a que se refere o § 1º.

§ 3º São nulas as exonerações, antes do término do mandato, de titulares de unidades setoriais de correição do SisCor sem a manifestação da CRG.

§ 4º O titular que for exonerado, inclusive a pedido, só poderá ser novamente indicado no mesmo órgão ou entidade após o interstício de 1 (um) ano.

Art. 21. Ao término de cada mandato, o titular da unidade setorial de correição deverá encaminhar à CRG o relatório de gestão correcional do último exercício, que será considerado para fins da análise de sua eventual indicação para ocupar cargo ou função de titular de unidade setorial de correição de outro órgão ou entidade.

Art. 22. No caso em que ocorrer reestruturação administrativa, inexistindo previsão legal em contrário, os mandatos dos titulares das unidades setoriais de correição do Siscor submeter-se-ão às seguintes disposições:I - nos órgãos e entidades em que não houver alteração da estrutura básica, não desfigurando a estrutura que originalmente já existia, os mandatos em curso deverão ser preservados; e

II - nos órgãos e entidades que, em decorrência da transformação, a estrutura original for praticamente extinta ou fundida com outra, os mandatos oriundos das estruturas absorvidas serão extintos.

TÍTULO II

DA GESTÃO CORRECIONAL

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE GESTÃO CORRECIONAL

Art. 23. A Política de Gestão Correcional tem por objetivo promover a melhoria das atividades correcionais e contribuir para o fortalecimento da integridade pública dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Art. 24. São instrumentos prioritários da Política de Gestão Correcional:

I - o Modelo de Maturidade Correcional - CRG-MM;

II - a avaliação e acompanhamento da gestão correcional dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal;

III - os sistemas correcionais;

IV - a transparência ativa dos dados e informações da gestão correcional; e

V - o relatório de gestão correcional.

Parágrafo único. Os instrumentos da Política de Gestão Correcional apoiam e integram a supervisão técnica da Corregedoria-Geral da União.

Seção I

Do Modelo de Maturidade Correcional

Art. 25. O CRG-MM tem por objetivo orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

§ 1º As autoavaliações do CRG-MM, de caráter obrigatório, serão periódicas e realizadas de acordo com calendário estabelecido pela Corregedoria-Geral da União.

§ 2º Os relatórios produzidos a partir dos resultados do CRG-MM serão considerados para fins de tomada de decisão e avaliação do desempenho do titular da unidade setorial de correição, inclusive para iniciativas de capacitação.

Seção II

Da Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional

Art. 26. A Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional é procedimento ordinário, realizado pela CRG nas unidades setoriais de correição.

Art. 27. A Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional tem por objetivos:

I - promover a melhoria da gestão e contribuir para o fortalecimento da integridade pública;

II - monitorar os resultados e demais dados referentes às atividades de correição;

III - propor aprimoramentos na gestão correcional; e

IV - identificar e disseminar boas práticas e inovações.

Art. 28. A Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional poderá contar com a realização de inspeções e visitas técnicas.

§ 1º A Inspeção é procedimento administrativo de verificação da gestão correcional de órgão ou entidade do Poder Executivo federal, destinado a avaliar aspectos previamente determinados, bem como colher e validar informações e documentos relativos à matéria correcional.

§ 2º A Visita Técnica Correcional é procedimento administrativo que tem como objetivo prestar orientações e coletar informações acerca da atividade correcional.

Art. 29. A Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional contempla:

I - a coleta e a análise de informações relativas às atividades correcionais;

II - a identificação das causas de desempenho insatisfatório;

III - a interação com o gestor para a busca conjunta de soluções; e

IV - o monitoramento do atendimento às propostas de aprimoramento.

Seção III

Dos Sistemas Correcionais

Art. 30. A CRG disponibilizará sistemas correcionais que visem auxiliar:

I - a gestão das unidades setoriais de correição;

II - a condução de procedimentos investigativos e processos correcionais;

III - a realização da autoavaliação de maturidade da unidade setorial de correição;

IV - a supervisão correcional; e

V - o registro das penalidades decorrentes de processos correcionais, bem como aquelas impeditivas do direito de licitar e contratar com o poder público e outros acordos congêneres.

Parágrafo único. Os sistemas correcionais a que se refere o caput serão disponibilizados no Portal de Corregedorias e mantidos pela CRG.

Art. 31. Os sistemas correcionais a que se refere o caput do art. 30 são de uso obrigatório para todos os órgãos e entidades do Siscor, cabendo ao titular da unidade setorial de correição:

I - designar, junto ao Órgão Central, os gestores dos sistemas no âmbito de sua unidade;

II - criar, administrar, atualizar e inativar, quando necessário, usuários dos sistemas correcionais;

III - assegurar o provimento da infraestrutura tecnológica interna necessária à adequada utilização dos sistemas correcionais;

IV - preencher adequadamente os dados parametrizados e informações;

V - adotar medidas que visem garantir o sigilo das informações contidas nos sistemas correcionais; e

VI - estabelecer fluxo de informações com a unidade de licitações e contratos, de modo a assegurar o adequado registro das sanções impeditivas de licitar e

contratar com o poder público, para fins de sua publicização no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

Art. 32. Os dados contidos nos sistemas correcionais disponibilizados pela CRG serão utilizados na formação dos indicadores divulgados em painel de dados disponibilizado em portal administrado pela CRG.

Seção IV

Da Transparência Ativa

Art. 33. As unidades setoriais de correição adotarão as providências necessárias para disponibilizar e manter atualizada, no portal do órgão ou entidade a que estejam vinculadas, em local de fácil acesso, seção específica na qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

I - formas de contato com a unidade setorial de correição, com e-mail e telefone;

II - o nome, o currículo e o período do mandato no cargo do titular da unidade setorial de correição;

III - normas vigentes inerentes à atividade correcional; e

IV - banner de acesso direto ao painel de corregedorias da CRG.

Seção V

Do Relatório de Gestão Correcional

Art. 34. As unidades setoriais de correição deverão elaborar relatório de gestão correcional, abrangendo de forma objetiva e sucinta as seguintes informações referentes ao ano anterior:

I - as informações decorrentes da autoavaliação do CRG-MM do art. 25 desta Portaria Normativa, indicando o nível em que se encontra a unidade setorial de correição, o nível alvo e as medidas necessárias para alcançá-lo;

II - as informações sobre a força de trabalho e estrutura administrativa da unidade setorial de correição;

III - o número de procedimentos investigativos e processos correcionais instaurados no ano anterior;

IV - a análise gerencial quanto aos principais motivos das apurações;

V - a análise dos problemas recorrentes e das soluções adotadas;

VI - as ações consideradas exitosas;

VII - os riscos de corrupção identificados; e

VIII - as principais dificuldades enfrentadas e propostas de ações para superá-las, com indicação dos responsáveis pela implementação destas e respectivos prazos.

Parágrafo único. O relatório de gestão correcional deverá ser encaminhado anualmente à autoridade máxima do órgão ou entidade a que esteja vinculada a unidade setorial de correição, sendo o prazo máximo para entrega até cada data de um ano de mandato do seu titular.

TÍTULO III

DA ATIVIDADE CORRECIONAL

CAPÍTULO I

DA ADMISSIBILIDADE

Seção I

Do Recebimento de Denúncias

Art. 35. O tratamento estabelecido no Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, será dado às denúncias ou aos relatos de irregularidade recebidos, observadas as orientações contidas em normas complementares.

Art. 36. Os relatos de irregularidades e as denúncias recebidas pela unidade setorial de correição do órgão ou entidade deverão ser imediatamente encaminhadas à respectiva unidade de ouvidoria competente, sem que seja dada a terceiros publicidade quanto ao seu conteúdo e a qualquer elemento de identificação do denunciante.

Parágrafo único. As unidades setoriais de correição devem orientar o denunciante acerca do canal competente para o recebimento de relatos de irregularidades e denúncias, nos termos do que dispõe o art. 4º do Decreto nº 10.153, de 2019.

Seção II

Do Juízo de Admissibilidade

Art. 37. O juízo de admissibilidade é o ato administrativo por meio do qual o titular de unidade setorial de correição decide, de forma fundamentada:

I - pelo arquivamento de denúncia, representação ou relato de irregularidade;

II - pela celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;

III - pela instauração de procedimento investigativo, no caso de falta de informações ou impossibilidade de obtê-las; ou

IV - pela instauração de processo correcional.

Parágrafo único. Caso sejam identificados indícios de irregularidade cuja competência para apuração não seja da unidade setorial de correição, a matéria deverá ser encaminhada à autoridade competente para a instauração da respectiva apuração.

Art. 38. As denúncias, as representações ou os relatos que noticiem a ocorrência de suposta infração disciplinar ou de ato lesivo contra a Administração Pública praticado por pessoa jurídica, inclusive anônimos, deverão ser objeto de juízo de admissibilidade que avalie a existência de indícios que justifiquem a sua apuração, bem como a espécie de procedimento investigativo ou processo correcional cabível.

§ 1º Para subsidiar o juízo de admissibilidade, o titular da unidade setorial de correição poderá se valer dos procedimentos investigativos previstos neste Capítulo.

§ 2º A denúncia ou representação que não contiver os indícios mínimos que possibilitem sua apuração será motivadamente arquivada.

§ 3º A autoridade competente pode, motivadamente, deixar de deflagrar processo correcional, caso verifique a ocorrência de prescrição antes da sua instauração.

§ 4º No caso de infração disciplinar de menor potencial ofensivo a que se refere o caput do art. 62 desta Portaria Normativa, deverá ser proposta a celebração de TAC.

Art. 39. Se presentes indícios de autoria e materialidade, será determinada a instauração de processo correcional, sendo desnecessária a existência de procedimento investigativo prévio.

Parágrafo único. As informações que constituírem comunicação de ocorrência de suposta infração disciplinar ou de ato lesivo contra a Administração Pública praticado por pessoa jurídica poderá deflagrar a instauração de processo correcional, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação prévia.

Seção III

Dos Procedimentos Investigativos

Subseção I

Da Investigação Preliminar Sumária

Art. 40. A Investigação Preliminar Sumária - IPS constitui procedimento investigativo de caráter preparatório no âmbito correcional, não contraditório e não punitivo, de acesso restrito, que objetiva a coleta de elementos de informação para a análise acerca da existência dos elementos de autoria e materialidade relevantes para a instauração de processo correcional.

Parágrafo único. No âmbito da IPS podem ser apurados atos lesivos cometidos por pessoa jurídica contra a Administração Pública e falta disciplinar praticada por servidor ou empregado público federal.

Art. 41. A IPS será instaurada de ofício ou com base em representação ou denúncia recebida pelo titular da unidade setorial de correição, inclusive denúncia anônima, podendo a instauração ser objeto de delegação.

§ 1º A autoridade instauradora supervisionará a instrução da IPS e aprovará as diligências na sua esfera de competência, zelando pela completa apuração dos fatos, observância ao cronograma de trabalho estabelecido e utilização dos meios probatórios adequados.

§ 2º A instauração da IPS será realizada por despacho, dispensada a sua publicação.

Art. 42. A IPS será processada diretamente pela unidade setorial de correição, devendo ser adotados atos de instrução que compreendam:

I - exame inicial das informações e provas existentes no momento da ciência dos fatos pela autoridade instauradora;

II - realização de diligências e oitivas;

III - produção de informações necessárias para averiguar a procedência da representação ou denúncia a que se refere o caput do art. 41; e

IV - manifestação conclusiva e fundamentada que indique o cabimento de instauração de processo correcional, a possibilidade de celebração de TAC ou o arquivamento da representação ou denúncia a que se refere o caput do art. 41.

§ 1º A autoridade instauradora poderá solicitar a participação de servidores ou empregados públicos não lotados na unidade setorial de correição para fins de instrução da IPS.

§ 2º Os atos no âmbito da IPS poderão ser praticados individualmente por servidor ou empregado público designado, observado o disposto no § 1º do art. 41.

Art. 43. O prazo para a conclusão da IPS não excederá 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput poderá ser suspenso quando houver necessidade de aguardar a obtenção de informações ou a realização de diligências necessárias ao desfecho da apuração.

Art. 44. Ao final da IPS, o responsável pela condução deverá recomendar:

I - o arquivamento, caso ausentes indícios de autoria e indícios da materialidade da infração e não sejam aplicáveis penalidades administrativas;

II - a instauração de processo correcional cabível, caso conclua pela existência de indícios de autoria, prova de materialidade e viabilidade da aplicação de penalidades administrativas; ou

III - a celebração de TAC.

Art. 45. No âmbito da Corregedoria-Geral da União, a instauração da IPS e a decisão quanto ao seu arquivamento competem aos titulares das unidades da Diretoria de Responsabilização de Agentes Públicos e da Diretoria de Responsabilização de Entes Privados.

Subseção II

Da Sindicância Investigativa

Art. 46. A Sindicância Investigativa - SINVE constitui procedimento investigativo de caráter preparatório, não contraditório e não punitivo, de acesso restrito, destinado a investigar falta disciplinar praticada por servidor ou empregado público federal, quando a complexidade ou os indícios de autoria e materialidade não justificarem a instauração imediata de processo correcional.

Art. 47. A SINVE poderá ser conduzida por um único servidor efetivo ou empregado público, ou por comissão composta por dois ou mais servidores efetivos ou empregados públicos, atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador.

§ 1º A instauração da SINVE será realizada por despacho, dispensada a sua publicação.

§ 2º Não se exige o requisito da estabilidade para o sindicante ou para os membros da comissão de SINVE.§ 3º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 48. O prazo para a conclusão da SINVE não excederá 60 (sessenta) dias

e poderá ser prorrogado por iguais períodos sucessivamente.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser suspenso quando houver necessidade de aguardar a obtenção de informações ou realização de diligências necessárias ao desfecho da apuração.Art. 49. O relatório final da SINVE deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de autoria e materialidade de infração disciplinar, e recomendar:

I - o arquivamento, caso ausentes indícios de autoria e materialidade da infração e não sejam aplicáveis penalidades administrativas;

II - a instauração de processo correcional cabível, caso conclua pela existência de indícios de autoria e materialidade e de viabilidade da aplicação de penalidades administrativas; ou

III - a celebração de TAC.

Subseção III

Da Sindicância Patrimonial

Art. 50. A Sindicância Patrimonial - SINPA constitui procedimento investigativo de caráter preparatório, não contraditório e não punitivo, de acesso restrito, destinado a avaliar indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor ou empregado público federal.

Art. 51. A SINPA será instaurada e conduzida nos termos desta Portaria Normativa.

§ 1º A comissão de SINPA será composta por, no mínimo, dois servidores efetivos ou empregados públicos designados pela titular da unidade setorial de correição, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º Não se exige o requisito da estabilidade para qualquer dos membros da comissão de SINPA.

§ 3º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 52. O prazo para a conclusão da SINPA não excederá 30 (trinta) dias e poderá ser prorrogado por iguais períodos sucessivamente.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser suspenso quando houver necessidade de aguardar a obtenção de informações ou realização de diligências necessárias ao desfecho da apuração.

Art. 53. A comissão de SINPA poderá solicitar a quaisquer órgãos e entidades detentoras de dados, tais como cartórios, departamentos estaduais de trânsito e juntas comerciais, informações relativas ao patrimônio do servidor ou empregado público sob investigação, e de outras pessoas físicas e jurídicas que possam guardar relação com o fato sob apuração.

Art. 54. A apresentação de informações e documentos fiscais ou bancários pelo sindicado ou pelas demais pessoas que possam guardar relação com o fato sob apuração, independentemente de solicitação da comissão, implicará renúncia dos sigilos fiscal e bancário das informações apresentadas para fins da apuração disciplinar.

Art. 55. O relatório final da SINPA deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de enriquecimento ilícito, devendo recomendar:

I - o arquivamento, caso ausentes indícios de autoria e de materialidade da infração e não sejam aplicáveis penalidades administrativas; ou

II - a instauração de processo correcional cabível, caso conclua pela existência de indícios de autoria, prova de materialidade e viabilidade da aplicação de penalidades administrativas.

Art. 56. Confirmados os indícios de enriquecimento ilícito, a autoridade julgadora dará imediato conhecimento do fato ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, à CGU, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e à Advocacia-Geral da União.

Subseção IV

Da Investigação Preliminar

Art. 57. A Investigação Preliminar - IP constitui procedimento investigativo de caráter preparatório, não contraditório e não punitivo, de acesso restrito, com a finalidade de investigar cometimento de ato lesivo contra a Administração Pública por pessoa jurídica, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Parágrafo único. No âmbito da IP, também podem ser apurados ilícitos disciplinares correlatos aos atos lesivos objeto da investigação.

Art. 58. A IP será instaurada e conduzida nos termos da regulamentação da Lei nº 12.846, de 2013, e seus atos normativos complementares.

§ 1º A instauração da IP será realizada por despacho, dispensada a sua publicação.

§ 2º A IP deverá ser conduzida por comissão composta, no mínimo, por dois servidores efetivos ou empregados públicos, atribuindo-se a presidência a um de seus membros no ato instaurador.

§ 3º Não se exige o requisito da estabilidade para qualquer dos membros da comissão de IP.

§ 4º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 59. O prazo para conclusão da IP não excederá 60 (sessenta) dias e poderá ser prorrogado por iguais períodos sucessivamente.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser suspenso quando houver necessidade de aguardar a obtenção de informações ou realização de diligências necessárias ao desfecho da apuração.

Art. 60. O relatório final da IP deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos contra a Administração Pública, devendo recomendar a instauração do PAR ou o arquivamento, conforme o caso.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 61. O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC consiste em procedimento administrativo voltado à resolução consensual de conflitos em casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão optar pela celebração do TAC, visando à eficiência, à efetividade e à racionalização de recursos públicos, desde que atendidos os requisitos previstos nesta Portaria Normativa.

Art. 62. Considera-se infração disciplinar de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias, nos termos do inciso II do art. 145 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ou com penalidade similar, prevista em lei ou regulamento interno.

Parágrafo único. No caso de servidor público não ocupante de cargo efetivo e de empregado público, o TAC somente poderá ser celebrado nas infrações puníveis com a penalidade de advertência.

Art. 63. O TAC somente será celebrado quando o investigado:

I - não tenha registro vigente de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;

II - não tenha firmado TAC nos últimos 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do instrumento; e

III - tenha ressarcido, ou se comprometido a ressarcir, eventual dano causado à Administração Pública.

§ 1º Não incide a restrição do inciso II quando a infração de menor potencial ofensivo tiver sido cometida em momento prévio ao TAC anteriormente celebrado.

§ 2º O eventual ressarcimento ou compromisso de ressarcimento de dano causado à Administração Pública deve ser comunicado à área de gestão de pessoas do órgão ou entidade para aplicação, se for o caso, do disposto no art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 64. Por meio do TAC o agente público interessado se compromete a ajustar sua conduta e observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, bem como cumprir eventuais outros compromissos propostos pelo órgão ou entidade e com os quais o agente público voluntariamente tenha concordado.

Art. 65. A celebração do TAC será realizada preferencialmente pelo titular da unidade setorial de correição ou, na inexistência deste, pela autoridade competente para instauração do respectivo processo correcional de responsabilização de agentes públicos.

Art. 66. A proposta de TAC poderá:

I - ser oferecida de ofício pelo titular da unidade setorial de correição ou, na inexistência deste, pela autoridade competente para instauração do respectivo processo correcional de responsabilização de agentes públicos;II - ser sugerida pela comissão responsável pela condução do processo correcional de responsabilização de agentes públicos; ou

III - ser apresentada pelo agente público interessado.

§ 1º Em processos correcionais de responsabilização de agentes públicos em curso, a proposta de TAC poderá ser apresentada pelo interessado à autoridade instauradora em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação de sua condição de acusado.

§ 2º A proposta de TAC poderá ser sugerida pela comissão antes da apresentação do relatório final, nos casos em que as provas produzidas durante a fase de inquérito indicarem a necessidade de reenquadramento da conduta do acusado, passando esta a ser considerada de menor potencial ofensivo, nos termos do art. 62 desta Portaria Normativa.

§ 3º A proposta de TAC sugerida por comissão responsável pela condução de processo correcional de responsabilização de agentes públicos ou apresentada pelo interessado poderá ser indeferida quando ausente alguma das condições para sua celebração.

§ 4º O prazo estabelecido no § 1º aplica-se às hipóteses de oferecimento de ofício de proposta de TAC pelo titular da unidade setorial de correição ou pela autoridade competente para instauração do respectivo processo correcional de responsabilização de agentes públicos, que fixará no mesmo ato o prazo para a manifestação do investigado.

Art. 67. O TAC deverá conter:

I - a qualificação do agente público envolvido;

II - os fundamentos de fato e de direito para sua celebração;

III - a descrição das obrigações assumidas;

IV - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações; e

V - a forma de fiscalização das obrigações assumidas.

Art. 68. As obrigações estabelecidas pela Administração devem ser proporcionais e adequadas à conduta praticada, visando mitigar a ocorrência de nova infração e compensar eventual dano.

§ 1º As obrigações estabelecidas no TAC poderão compreender, dentre outras:

I - a reparação do dano causado;

II- a retratação do interessado;

III - a participação em cursos visando à correta compreensão dos seus deveres e proibições ou à melhoria da qualidade do serviço desempenhado;

IV - o acordo relativo ao cumprimento de horário de trabalho e compensação de horas não trabalhadas;

V - o cumprimento de metas de desempenho; e

VI - a sujeição a controles específicos relativos à conduta irregular praticada.

§ 2º O prazo de cumprimento das obrigações previstas no TAC não poderá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 3º A inobservância das obrigações estabelecidas no TAC caracteriza o descumprimento do dever previsto no inciso III do art. 116 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 69. Após a celebração do TAC, será publicado extrato do termo em boletim interno ou no Diário Oficial da União, contendo:

I - o número do processo;

II - o nome do servidor celebrante; e

III - a descrição genérica do fato.

§ 1º O disposto no inciso II deste artigo não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 2º A celebração do TAC será comunicada à chefia imediata do agente público, com o envio de cópia do termo para acompanhamento do seu efetivo cumprimento.

§ 3º O acompanhamento de que trata o § 2º poderá ser realizado pela unidade correcional do órgão nos casos em que o agente público não esteja submetido à subordinação hierárquica.

Art. 70. O TAC será registrado nos assentamentos funcionais do agente público.

§ 1º Declarado o cumprimento das condições do TAC pela chefia imediata do agente público, não será instaurado processo correcional de responsabilização de agentes públicos pelos mesmos fatos objeto do ajuste.

§ 2º No caso de descumprimento do TAC, a chefia adotará imediatamente as providências necessárias à instauração ou continuidade do respectivo processo correcional de responsabilização de agentes públicos, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no ajustamento de conduta.

§ 3º A celebração do TAC suspende a prescrição até o recebimento pela autoridade celebrante da declaração a que se refere o § 1º deste artigo, nos termos do inciso I do art. 199 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Art. 71. Compete aos órgãos e entidades, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, manter registro atualizado sobre o cumprimento das condições estabelecidas no TAC.

Art. 72. É nulo o TAC firmado sem a observância do disposto nesta Portaria Normativa.

CAPÍTULO III

DOS PROCESSOS CORRECIONAIS

Seção I

Dos Processos de Responsabilização de Agentes Públicos

Subseção I

Da Sindicância Acusatória

Art. 73. A Sindicância Acusatória - SINAC constitui processo destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal por infração disciplinar de menor potencial ofensivo a que se refere o art. 62 desta Portaria Normativa, quando não for o caso de TAC, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Da SINAC poderá resultar a aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.

§ 2º Quando houver dúvida acerca da gravidade da infração a ser apurada, a autoridade competente deverá decidir pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

Art. 74. A SINAC será instaurada e conduzida nos termos da Lei nº 8.112, de 1990, observando, no que couber, as disposições aplicáveis ao PAD.

§ 1º A comissão de SINAC será composta por pelo menos dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente, por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.

§ 2º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

§ 3º O prazo para conclusão da SINAC não excederá 30 (trinta) dias e poderá ser prorrogado por igual período.

§ 4º A comissão de SINAC poderá ser reconduzida após o encerramento de seu prazo de prorrogação, quando necessário à conclusão dos trabalhos.

Subseção II

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 75. O Processo Administrativo Disciplinar - PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Poderão ser aplicadas por meio do PAD as penalidades de advertência, suspensão de até 90 (noventa) dias, demissão, destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 76. O PAD será instaurado e conduzido nos termos da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º A comissão de PAD será composta por três servidores estáveis, designados pela autoridade competente por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.

§ 2º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

§ 3º O prazo para conclusão do PAD não excederá 60 (sessenta) dias e poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão fundamentada.

§ 4º A comissão de PAD poderá ser reconduzida após o encerramento de seu prazo de prorrogação, quando necessário à conclusão dos trabalhos.

Art. 77. O acusado deverá ser notificado pela comissão sobre a instauração do PAD, sendo-lhe facultado o direito de acompanhar todos os atos instrutórios, pessoalmente ou por meio de procurador.

§ 1º O acusado que se encontrar em local incerto e não sabido deverá ser notificado da instauração do PAD por edital publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido.

§ 2º A comissão de PAD deverá comunicar a unidade de recursos humanos tão logo realize a notificação prévia do acusado, a fim de que seja observado o disposto no art. 172 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 78. Em quaisquer atos de comunicação processual, no caso de recusa de seu recebimento, deverá ser lavrado termo próprio por membro ou secretário da comissão de PAD, com assinatura de duas testemunhas, o que implicará a presunção de ciência do destinatário.

Subseção III

Do Processo Administrativo Disciplinar Sumário

Art. 79. O processo administrativo disciplinar sumário destina-se a apurar responsabilidade de servidor público federal no caso das infrações de acúmulo ilegal de cargos públicos, de inassiduidade habitual ou de abandono de cargo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Poderão ser aplicadas por meio do processo administrativo disciplinar sumário as penalidades de demissão, destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

§ 2º Quando houver dúvida acerca da natureza da infração disciplinar a ser apurada, a autoridade competente deverá decidir pela instauração de PAD.

Art. 80. O processo administrativo disciplinar sumário será instaurado e conduzido nos termos da Lei nº 8.112, de 1990, observando-se, no que couber, as disposições aplicáveis ao PAD.

§ 1º O processo administrativo disciplinar sumário deverá ser instruído previamente à instauração com as provas que caracterizem a autoria e a materialidade da falta disciplinar sob apuração.

§ 2º O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar sumário não excederá 30 (trinta) dias e poderá ser prorrogado por 15 (quinze) dias.

§ 3º A notificação prévia do acusado não é cabível no processo administrativo disciplinar sumário.

§ 4º Quando houver necessidade justificada de produção de atos instrutórios não consubstanciados em prova documental, deverá, preferencialmente, ocorrer a conversão do rito sumário em ordinário.

Art. 81. A comissão de processo administrativo disciplinar sumário será composta por dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente por meio da publicação de ato instaurador.

§ 1º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

§ 2º O ato instaurador que designar a comissão de processo administrativo disciplinar sumário descreverá os fatos que caracterizam a autoria e a materialidade da suposta infração disciplinar.

§ 3º A comissão de processo administrativo disciplinar sumário poderá ser reconduzida após o encerramento de seu prazo de prorrogação, quando necessário à conclusão dos trabalhos.

Subseção IV

Da Sindicância Disciplinar para Servidores Temporários

Art. 82. As infrações disciplinares atribuídas aos contratados nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, serão apuradas mediante sindicância, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Poderão ser aplicadas por meio de sindicância as penalidades de advertência, suspensão de até 90 (noventa) dias ou demissão.

Art. 83. A sindicância disciplinar de que trata esta Subseção será instaurada e conduzida nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, observando, no que couber, as disposições contidas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 84. A sindicância poderá ser conduzida por um agente público, por comissão composta por dois ou mais agentes públicos ou pela unidade setorial de correição, conforme designação da autoridade competente por meio de publicação de ato instaurador.

§ 1º A sindicância será concluída no prazo de 30 (trinta) dias, admitidas prorrogações sucessivas quando necessárias à conclusão da instrução probatória.

§ 2º Não se exige o requisito da estabilidade para o agente público designado para atuar na sindicância.

§ 3º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 85. Para os casos de acumulação ilícita previstos nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, poderá ser aplicado, por analogia, o rito processual previsto no art. 133, caput, da Lei nº 8.112, de 1990.

Subseção V

Do Processo Disciplinar para Empregados Públicos regidos pela Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000

Art. 86. A apuração de infração disciplinar cometida por empregado público regido pela Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, se dará por intermédio de processo disciplinar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Poderão ser aplicadas por meio de processo disciplinar as penalidades de advertência, suspensão de até 30 (trinta) dias ou rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Art. 87. O processo disciplinar de que trata esta Subseção será instaurado e conduzido nos termos da Lei nº 9.962, de 2000, observando, no que couber, as disposições da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º O processo disciplinar de que trata esta Subseção será conduzido por comissão composta por pelo menos dois servidores efetivos ou empregados públicos regidos pela Lei nº 9.962, de 2000, designados pelo titular da unidade setorial de correição por meio de publicação de ato instaurador.

§ 2º O processo disciplinar será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, admitidas prorrogações sucessivas quando necessárias à conclusão da instrução probatória.

§ 3º Não se exige o requisito da estabilidade para os servidores designados para atuar na comissão do processo disciplinar para empregados públicos regidos pela Lei nº 9.962, de 2000.

§ 4º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 88. O perdão tácito não é aplicável no âmbito da atividade correcional exercida pela Administração Pública.

Art. 89. Para os casos de acumulação ilícita previstos nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, poderá ser aplicado, por analogia, o rito processual previsto no caput do art. 133 da Lei nº 8.112, de 1990.

Subseção VI

Do Processo Administrativo Sancionador relativo aos Empregados Públicos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Art. 90. A apuração da infração disciplinar cometida por empregado público de empresa pública ou de sociedade de economia mista se dará por processo previsto em regulamento interno, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. Inexistindo regulamento interno que estabeleça o rito processual, admite-se a adoção, no que couber, dos procedimentos previstos na Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 91. São admitidas como penalidades aplicáveis aos empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista a advertência, a suspensão de até 30 (trinta) dias, a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, bem como outras penalidades previstas em regulamento interno.

Art. 92. O perdão tácito não é aplicável no âmbito da atividade correcional exercida pela Administração Pública.

Art. 93. Para os casos de acumulação ilícita previstos nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, poderá ser aplicado, por analogia, o rito processual previsto no caput do art. 133 da Lei nº 8.112, de 1990.

Seção II

Do Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados

Art. 94. O Processo Administrativo de Responsabilização - PAR constitui processo destinado à responsabilização administrativa de pessoa jurídica em decorrência de atos lesivos contra a Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras normas de licitações e contratos da Administração Pública nas quais também sejam tipificados como atos lesivos, serão apurados, conjuntamente, no PAR.

§ 2º Poderão ser aplicadas por meio do PAR a penalidade de multa e de publicação extraordinária de decisão condenatória, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.846, de 2013, e de penalidade que implique restrição ao direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

Art. 95. O PAR será instaurado e conduzido nos termos da regulamentação da Lei nº 12.846, de 2013, e dos atos normativos complementares que venham a ser editados.

§ 1º A comissão de PAR será composta por, no mínimo, dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente, por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º Em entidades da Administração Pública cujos quadros funcionais não sejam formados por servidores estatutários, a comissão a que se refere o § 1º deste artigo será composta por dois ou mais empregados públicos.

§ 3º Admite-se a designação de suplente para substituir membro da comissão durante os afastamentos legais deste, devendo o substituto atuar exclusivamente nestes períodos.

Art. 96. O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias e poderá ser prorrogado por igual período.

Parágrafo único. A comissão de PAR poderá ser reconduzida após o encerramento de seu prazo de prorrogação, quando necessário à conclusão dos trabalhos.

CAPÍTULO IV

DAS COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS, DA REALIZAÇÃO DE ATOS DO PROCESSO COM UTILIZAÇÃO DE RECURSO TECNOLÓGICO E DO TRATAMENTO DE DADOS

Seção I

Das Comunicações Processuais

Art. 97. As comunicações referentes aos procedimentos investigativos e processos correcionais que tramitam nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal devem ser realizadas por escrito e, preferencialmente, por meio de correio eletrônico institucional, aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares, observadas as diretrizes e as condições estabelecidas nesta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Os recursos tecnológicos podem ser utilizados para a realização de qualquer ato de comunicação processual, inclusive:

I - notificação prévia;

II - intimação de testemunha ou declarante;

III - intimação de investigado ou acusado;

IV - intimação para apresentação de alegações escritas e alegações finais; e

V - citação para apresentação de defesa escrita.

Art. 98. O encaminhamento de comunicações processuais por meio de recursos tecnológicos pode ocorrer mediante mensagem para o endereço de correio eletrônico ou para o número de telefone móvel, funcional ou pessoal.

§ 1º As comunicações processuais direcionadas a entes privados podem ser encaminhadas para o endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel institucional.

§ 2º O interessado, o representante legal e o seu procurador constituído devem informar e manter atualizados o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel para os fins previstos no caput, sob pena de incorrer na conduta prevista no inciso XIX do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 3º Quando não identificado endereço de correio eletrônico ou número de telefone móvel, funcional ou pessoal, devem ser utilizados os meios convencionais de comunicação dos atos processuais que assegurem a certeza de ciência da comunicação dos atos processuais.

§ 4º O interessado, o representante legal e o procurador constituído devem indicar o nome completo, a profissão ou função pública exercida, o endereço de correio eletrônico e o número de telefone móvel das testemunhas por ele indicadas.

Art. 99. A comunicação feita com o interessado, seu representante legal ou procurador, por meio de correio eletrônico ou aplicativo de mensagem instantânea deve ocorrer na forma de mensagem escrita acompanhada de arquivo de imagem do ato administrativo.

§ 1º O arquivo deve estar preferencialmente em formato não editável.

§ 2º Tratando-se de comunicação com mais de uma página e que demande fragmentação em mais de um arquivo, as mídias devem ser devidamente identificadas, de modo a permitir sua leitura com observância da ordem cronológica da produção do documento original.

§ 3º Os anexos dos atos de comunicação poderão ser disponibilizados mediante indicação do endereço de acesso ou link ao documento armazenado em servidor online.

Art. 100. Os aplicativos de mensagem instantânea utilizados para comunicações processuais devem possuir as seguintes funcionalidades:

I - troca de mensagem de texto; e

II - troca de arquivos de imagem.

Art. 101. Enviada a mensagem pelo correio eletrônico ou pelo aplicativo de mensagem instantânea, a confirmação do recebimento da comunicação se dará mediante:

I - a manifestação do destinatário;

II - a notificação de confirmação automática de leitura;

III - o sinal gráfico característico do respectivo aplicativo que demonstre, de maneira inequívoca, a leitura por parte do destinatário;

IV - a ciência ficta, quando encaminhada para o correio eletrônico ou número de telefone móvel informados ou confirmados pelo interessado; ou

V - o atendimento da finalidade da comunicação.

Parágrafo único. A contagem de prazos terá início no primeiro dia útil seguinte à data da primeira ocorrência de confirmação de recebimento da comunicação dentre aquelas previstas neste artigo.

Art. 102. Não ocorrendo alguma das hipóteses do art. 101, no prazo de 5 (cinco) dias o procedimento de comunicação deve ser cancelado e repetido por qualquer meio.

Parágrafo único. Para a realização dos atos de comunicação, admite-se a utilização da citação por hora certa, nos termos da legislação processual civil, quando o acusado ou indiciado encontrar-se em local certo e sabido e houver suspeita de que se oculta para se esquivar do recebimento do respectivo mandado.

Art. 103. A comunicação processual deve ser incorporada aos autos, mediante a juntada da mensagem de correio eletrônico, de aplicativo de mensagem instantânea ou de termo nos quais constem o dia, o horário e o número de telefone para o qual se enviou a comunicação, bem como o dia e o horário em que ocorreu a confirmação do recebimento da mensagem pelo destinatário, com imagem do ato.

Art. 104. O comparecimento espontâneo do acusado em ato processual supre eventuais vícios formais relativos à comunicação de sua realização.

Art. 105. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal podem editar atos normativos complementares a respeito da matéria desta Seção, a fim de adequar e especificar a comunicação dos atos processuais às suas necessidades.

Seção II

Dos Depoimentos, Audiências e Reuniões com Utilização de Recurso Tecnológico

Art. 106. A tomada de depoimentos será realizada, preferencialmente, por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

§ 1º Nos procedimentos investigativos e processos correcionais, audiências e reuniões destinadas a garantir a adequada produção da informação ou prova também poderão ser realizadas por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, assegurado o caráter reservado daquelas.

§ 2º A utilização de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, o registro audiovisual e o seu armazenamento devem observar os princípios e diretrizes relacionados à segurança da informação para o tratamento de dados.

Art. 107. Nos procedimentos investigativos e processos correcionais, a realização de audiência por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real deverá:

I - assegurar a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação; e

II - viabilizar a participação do investigado, acusado, testemunha, técnico ou perito quando residirem em local diverso da sede dos trabalhos da comissão disciplinar.

Parágrafo único. Havendo receio de que o investigado possa causar temor ou constrangimento à pessoa que será ouvida, poderá ser solicitado que ele desligue a câmera ou que o ato seja realizado sem a sua participação.

Art. 108. O presidente da comissão deverá intimar a pessoa a ser ouvida com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, informando data, horário e local em que será realizada a audiência ou reunião por meio de videoconferência,

§ 1º Em qualquer caso, a defesa será notificada, nos termos do caput, para acompanhar a realização do ato.

§ 2º A comissão atentará para eventual diferença de fuso horário entre as localidades envolvidas ao deliberar pelo horário da realização da audiência ou reunião por meio de recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

§ 3º A necessidade de utilização de equipamento com câmera e microfone para a participação na audiência ou reunião deverá ser informada na intimação.

Art. 109. Ao investigado ou acusado e seu procurador é facultado acompanhar a audiência ou reunião realizada por recurso tecnológico de transmissão de som e imagem em tempo real na sala da repartição pública designada ou em local diverso, conforme decidido pela comissão.

§ 1º A comissão poderá solicitar ao responsável pela repartição pública envolvida a designação de servidor para o exercício da função de secretário ad hoc.

§ 2º O secretário ad hoc desempenhará atividades de apoio aos trabalhos da comissão disciplinar, tais como identificação dos participantes do ato, encaminhamento e recebimento de documentos, extração de cópias, colheita de assinaturas, dentre outras determinadas pelo presidente da comissão disciplinar.

§ 3º Cabe ainda ao secretário ad hoc acompanhar os testes de equipamento e conexões antes da realização do ato, devendo comunicar imediatamente à comissão acerca de eventual circunstância que impossibilite seu uso.

Art. 110. O registro audiovisual gerado em audiência deverá ser juntado aos autos, sem necessidade de transcrição em ata, sendo disponibilizado à defesa o acesso ao seu conteúdo ou à respectiva cópia.

§ 1º O presidente da comissão assinará a ata de audiência lavrada, na qual serão registrados, pelo menos, a data, os locais e os participantes do ato.

§ 2º O registro nominal e individualizado da presença de cada um dos participantes na gravação dispensa as suas assinaturas na ata de audiência.

Art. 111. Não sendo possível o registro audiovisual e o seu armazenamento, o depoimento será reduzido a termo com elaboração do termo de depoimento.

Parágrafo único. O termo de depoimento deve ser redigido de forma clara, concisa e objetiva, sem rasuras ou emendas, sendo ao final assinado pelos depoentes, pelo procuradores e pelos membros da comissão e rubricado em todas as suas folhas.

Art. 112. Todas as formalidades necessárias para a concretização dos atos instrutórios devem observar, no que couber, o disposto na Lei nº 8.112, de 1990, na Lei nº 12.846, de 2013, e na Lei nº 9.784, de 1999, devendo as questões de ordem ser dirimidas pelo presidente da comissão ou responsável pela condução do procedimento investigativo ou processo correcional.

Seção III

Do Tratamento de Dados

Art. 113. A organização dos autos dos procedimentos investigativos e processos correcionais observará as normas gerais sobre o tratamento de dados e acesso à informação no setor público, bem como demais normas editadas pela CGU ou outros órgãos competentes atendendo as seguintes recomendações:

I - as informações e documentos recebidos no curso do procedimento investigativo ou processo correcional que estejam resguardadas por sigilo legal comporão autos apartados, que serão apensados ou vinculados aos principais;

II - os documentos dos quais constem informação sigilosa ou restrita, produzidos no curso do procedimento investigativo ou processo correcional, receberão indicativo apropriado; e

III - os relatórios e os termos produzidos no curso da investigação farão apenas referência aos documentos que possuam natureza sigilosa ou restrita, sem a reprodução da informação de acesso restrito, a fim de resguardar a informação.

Art. 114. As unidades setoriais de correição do Poder Executivo Federal manterão, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e sua regulamentação, independentemente de classificação, acesso restrito às informações e aos documentos sob seu controle, relacionados a:

I - dados pessoais;

II - informações e documentos caracterizados em lei como de natureza sigilosa, tais como sigilo bancário, fiscal, telefônico e patrimonial;

III - processos e inquéritos sob segredo de justiça, bem como apurações correcionais a estes relacionados;

IV - identificação do denunciante, observada a legislação e regulamentação específicas; e

V - procedimentos investigativos e processos correcionais que ainda não estejam concluídos.

§ 1º A restrição de acesso de que tratam os incisos I, II, III e V não poderá ser utilizada para impedir o acesso do investigado, acusado ou indiciado às informações juntadas aos autos que lhe sejam necessárias para o exercício da ampla defesa.

§ 2º O denunciante não terá acesso às informações de que trata este artigo.

§ 3º A restrição de acesso às informações e documentos não se aplica ao Órgão Central do Siscor, nem às unidades setoriais de correição e aos seus servidores no exercício de suas respectivas atribuições.

Art. 115. Para efeitos do inciso V do art. 114, consideram-se concluídos:

I - os processos correcionais com a decisão definitiva pela autoridade competente; e

II - os procedimentos investigativos:

a) com o encerramento por meio da decisão definitiva da autoridade competente que decidir pela não instauração de respectivo processo correcional; e

b) com a decisão definitiva do processo correcional decorrente da investigação.

Parágrafo único. Independente da conclusão do procedimento investigativo, do TAC ou do processo correcional, a restrição de acesso às informações e documentos de que tratam os incisos I a IV do art. 114 deverá ser mantida.

Art. 116. Nos procedimentos investigativos, no TAC e nos processos correcionais, os dados pessoais necessários à devida instrução probatória serão tratados em consonância com os princípios estabelecidos no art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo único. O tratamento de dados a que se refere o caput independe do consentimento do titular.

Art. 117. O acusado, seu procurador e demais intervenientes no processo correcional serão informados sobre a utilização dos seus dados pessoais para instrumentalização de procedimentos e processos de responsabilização administrativa, podendo ser compartilhados, nas hipóteses legais, com órgãos e instituições públicas responsáveis pelas atividades de persecução civil ou criminal.

Art. 118. O acesso à informação classificada nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011, será dado em conformidade com o disposto no Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012.

CAPÍTULO V

DOS MEIOS DE PROVA

Art. 119. Nos procedimentos investigativos e processos correcionais poderão ser utilizados quaisquer dos meios probatórios admitidos em lei, tais como prova documental, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos.

§ 1º A comissão deverá produzir as provas necessárias à elucidação dos fatos, excetuando-se as:

I - ilícitas;

II - desnecessárias;

III - que versarem sobre fatos já provados;

IV - que não tiverem pertinência com o objeto da causa;

V - que forem de produção impossível; ou

VI - relacionadas com fato sobre o qual a lei exige forma própria de provar.

§ 2º Será possível a utilização de prova emprestada, respeitados o contraditório e a ampla defesa, devendo ser autorizadas pelo juízo competente quando oriundas de processos judiciais.

§ 3º Quando houver utilização de provas ou documentos produzidos em outros processos, a respectiva cópia deverá ser juntada aos autos por meio de certidão onde conste a identificação do processo do qual foi extraída a cópia.

§ 4º Para fins de efetivação do contraditório, o acusado deverá ser intimado para a ciência da produção de quaisquer provas, podendo participar da produção probatória, inclusive por meio da apresentação de quesitos ou perguntas.

Art. 120. Para a elucidação de fatos específicos e mediante decisão fundamentada, poderá ser acessado e monitorado, independentemente de notificação do investigado ou do acusado, o conteúdo dos instrumentos disponibilizados pelo órgão ou entidade para uso funcional de servidor ou empregado público, tais como equipamentos e aplicações de tecnologia da informação e comunicação, dados de sistemas, correios eletrônicos, agendas de compromissos, mobiliários e registros de ligações.

Art. 121. O acesso às informações fiscais de investigado, acusado ou indiciado poderá ser solicitado com fundamento no inciso II do § 1º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, ficando o órgão solicitante obrigado a observar os requisitos ali e a preservar o sigilo fiscal das informações recebidas.

Parágrafo único. As solicitações de informações fiscais direcionadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos de administração tributária serão expedidas pela autoridade instauradora ou por aquela que tenha competência nos termos de regulamentação interna, devendo estar acompanhadas dos elementos comprobatórios para o atendimento dos requisitos previstos no inciso II do § 1º do art. 198 da Lei nº 5.172, de 1966.

Art. 122. Será realizada no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis de antecedência:

I - a intimação para atos do processo que dependam da participação do interessado ou que possam ser realizados em prejuízo da defesa; e

II - a comunicação à chefia imediata do servidor ou empregado público que seja convocado na condição de testemunha, perito ou informante.

CAPÍTULO VI

DA PRESCRIÇÃO

Art. 123. O prazo prescricional dos processos disciplinares regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, observará o disposto no seu art. 142.

Art. 124. O prazo prescricional de processos disciplinares no âmbito de empresas públicas e sociedades de economia mista observará o que for estabelecido nos respectivos regulamentos internos.

Parágrafo único. Inexistindo o regulamento interno a que refere o caput, admite-se a adoção dos prazos previstos no art. 142 da Lei n° 8.112, de 1990.

Art. 125. O prazo de prescrição começa a correr da data da ciência do fato pela autoridade competente para a instauração do processo no âmbito disciplinar.

Art. 126. O prazo prescricional é interrompido com a instauração dos processos correcionais previstos na Lei nº 8.112, de 1990, na Lei nº 8.745, de 1993, e na Lei nº 12.846, de 2013.

Parágrafo único. A interrupção e a suspensão dos processos de responsabilização de agentes públicos no âmbito de empresas públicas e sociedades de economia mista somente são aplicáveis caso haja previsão expressa nos respectivos regulamentos internos.

Art. 127. Transcorrido o prazo prescricional da sanção administrativa a ser aplicada em perspectiva, a autoridade competente poderá deixar de realizar a instauração do processo correcional, mediante decisão fundamentada.

Parágrafo único. Verificado o transcurso do prazo prescricional:

I - entre a instauração do processo e a realização do interrogatório, caberá a comissão processante relatar a situação, podendo a autoridade instauradora decidir pelo arquivamento do processo; ou

II - após a realização do interrogatório, o processo deve prosseguir até o julgamento.

Art. 128. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime nos termos do § 2º do art. 142 da Lei nº 8.112, de 1990, independentemente da existência de persecução penal, e serão calculados:

I - pela pena cominada em abstrato, nos termos do art. 109 do Código Penal, enquanto não houver sentença penal condenatória; e

II - pela pena aplicada em concreto, após o trânsito em julgado ou o não provimento do recurso da acusação nos termos do § 1° do art. 110 e do art. 109 do Código Penal.

Parágrafo único. O prazo prescricional previsto na lei penal apenas será aplicável às infrações disciplinares no âmbito de empresas públicas e sociedades de economia mista quando houver previsão nos respectivos regulamentos internos.

Art. 129. A sanção prescrita não será considerada para fins de reincidência.

CAPÍTULO VII

DO JULGAMENTO, DOS RECURSOS E DA REVISÃO

Art. 130. O julgamento, os recursos e a revisão dos processos correcionais são regulados pela legislação específica aplicável.

Parágrafo único. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 131. A proposta de sanção contida no relatório final da comissão definirá a autoridade julgadora do processo correcional.

§ 1º A autoridade poderá discordar das conclusões da comissão processante, desde que mediante decisão devidamente fundamentada.

§ 2º A autoridade julgadora determinará a recondução da comissão ou a instauração de novo processo quando se fizer necessário o aprofundamento da instrução probatória, ainda que a instauração tenha ocorrido em órgão não vinculado.

Art. 132. O investigado, o acusado, o indiciado ou seu procurador tem direito de acesso integral aos autos de procedimentos investigativos e processos correcionais, incluindo pareceres jurídicos, ainda quando conclusos para julgamento.

TÍTULO IV

DA INSTAURAÇÃO, AVOCAÇÃO E REQUISIÇÃO PELO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Art. 133. No âmbito do Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a instauração de procedimentos investigativos e processos correcionais caberá ao Ministro de Estado da CGU, ao Secretário-Executivo, ao Corregedor-Geral da União e aos Diretores da Corregedoria-Geral da União, conforme ato normativo complementar do Ministro de Estado da CGU.

Art. 134. A Controladoria-Geral da União tem competência concorrente para instaurar e julgar procedimentos investigativos e processos correcionais.

§ 1º O Ministro de Estado da CGU e o Corregedor-Geral da União poderão, de ofício ou mediante provocação, a qualquer tempo, avocar procedimentos investigativos e processos correcionais em curso no Poder Executivo federal, para exame de sua regularidade, podendo propor providências ou corrigir falhas.

§ 2º O procedimento ou processo avocado poderá ter continuidade a partir da fase em que se encontra, com aproveitamento de todas as provas já carreadas aos autos, podendo ser designada nova comissão.

Art. 135. Os procedimentos investigativos e processos disciplinares poderão ser diretamente instaurados ou avocados, a qualquer tempo, em razão de:

I - omissão da autoridade responsável;

II - inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem;

III - complexidade e relevância da matéria;

IV - autoridade envolvida;

V - envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade; ou

VI - ocorrência de fatos conexos em mais de um órgão ou entidade.

Art. 136. O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e o Corregedor-Geral da União poderão, de ofício ou mediante provocação, requisitar os procedimentos investigativos e processos disciplinares julgados há menos de 5 (cinco) anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, para reexame.

Art. 137. No âmbito do Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a instauração, avocação e reexame de PAR e IP observará o disposto na Lei nº 12.846, de 2013, no seu decreto regulamentador e em ato normativo complementar do Ministro de Estado da CGU.

Art. 138. O procedimento investigativo ou processo correcional avocado poderá ter continuidade a partir da fase em que se encontra, facultada a designação de nova comissão.

§ 1º Poderão ser aproveitadas todas as provas já produzidas nos autos;

§ 2º O acusado ou seu procurador deverão ser notificados da decisão de avocação do procedimento investigativo ou do processo correcional.

Art. 139. Do reexame de procedimento ou processo correcional poderá decorrer a determinação ou declaração de nulidade dos atos viciados.

Parágrafo único. Se a decisão do reexame da matéria agravar situação do interessado, este será intimado para, querendo, formular suas alegações.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 140. Na dosimetria da sanção disciplinar serão considerados os critérios estabelecidos no art. 128 da Lei nº 8.112, de 1990, e no § 2º do art. 22 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 141. A sanção disciplinar a ser aplicada ao agente público será calculada com o auxílio da Calculadora de Penalidade Administrativa, disponibilizada no Portal de Corregedorias.

Art. 142. A multa administrativa a ser aplicada ao ente privado deverá ser calculada conforme as orientações contidas nos manuais técnicos da Corregedoria-Geral da União.

Art. 143. Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor-Geral da União.

Art. 144. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 12, de 1º de novembro de 2011;

II - a Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018;

III - a Instrução Normativa nº 4, de 21 de fevereiro de 2020;

IV - a Instrução Normativa nº 8, de 19 de março de 2020;

V - a Instrução Normativa nº 9, de 24 de março de 2020;

VI - a Portaria nº 1.182, de 10 de junho de 2020; e

VII - a Portaria nº 3.108, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 145. Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de novembro de 2022.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO DO INDICADO PARA TITULAR DA UNIDADE SETORIAL DE CORREIÇÃO

Nome:

CPF nº:

CPF nº:

Matrícula / SIAPE:

Ocupação atual:

Órgão ou entidade da unidade setorial de correição para a qual está sendo indicado:

DECLARO cumprir os requisitos previstos na legislação para a ocupação do cargo/função de titular de unidade setorial de correição do Sistema de Correição do Poder Executivo federal.

DECLARO não ter sido responsabilizado por ato julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, ou Tribunais de Contas dos Municípios, nos últimos 4 (quatro) anos.

DECLARO não ter sido responsabilizado por contas certificadas como irregulares pela CGU ou pelos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal nos últimos 4 (quatro) anos.

DECLARO não ter sido condenado pela prática de ato de improbidade administrativa ou por crime doloso.

DECLARO não ter praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral.

DECLARO que as informações curriculares estão completas e são verdadeiras;

ASSUMO, ainda, o compromisso de comunicar à autoridade que me nomeou/designou eventual impedimento superveniente à data desta declaração.

ASSEGURO que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

Local e data

Assinatura do indicado

PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 29, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a medalha da Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União, instituída pelo Decreto nº 11.181, de 23 de agosto de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 11.181, de 23 de agosto de 2022, e no inciso I do art. 6º da Portaria CGU nº 1.973, de 31 de agosto de 2021, e tendo em vista o que consta no processo nº 00190.106383/2022-52, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre a medalha Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União, instituída pelo Decreto nº 11.181, de 23 de agosto de 2022.

Art. 2º A medalha destina-se a pessoas naturais ou jurídicas, civis ou militares, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado notáveis serviços à Controladoria-Geral da União ou aos órgãos que a integram, em âmbito nacional ou internacional, na forma estabelecida pelo regulamento constante do Anexo I a esta Portaria Normativa.

Art. 3º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO

ANEXO I

REGULAMENTO DA ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DA ORDEM

Art. 1º A Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União, criada pelo Decreto nº 11.181, de 23 de agosto de 2022, destina-se a reconhecer e condecorar pessoas naturais, agentes públicos, órgãos, entidades e organizações da Administração Pública e instituições, brasileiros ou estrangeiros, que tenham prestado notáveis serviços à Controladoria-Geral da União, em âmbito nacional ou internacional.

CAPÍTULO II

DOS GRAUS E DAS CONDECORAÇÕES

Art. 2º A Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União é composta pelos seguintes graus:

I - Grã-Cruz;

II - Grande-Oficial; e

III - Comendador.

Art. 3º Entre graus e condecorados, deve ser observada a seguinte correspondência:

I - Grã-Cruz - Chefes de Estado e de Governo; Vice-Presidente da República e Ministros de Estado; membros do Congresso Nacional; Ministros do Supremo Tribunal Federal e Ministros dos Tribunais Superiores; Procurador-Geral da República e Subprocuradores-Gerais da República; Consultor-Geral da União, Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Procurador-Geral Federal e Procurador-Geral do Banco Central; Corregedor-Geral da Advocacia da União; Secretários-Gerais de Consultoria e de Contencioso da Advocacia-Geral da União; Procurador-Geral do Trabalho e Subprocuradores-Gerais do Trabalho; Procurador-Geral da Justiça Militar e Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar; Procuradores-Gerais de Justiça estaduais e do Distrito Federal; membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; Defensor Público-Geral Federal; Ministros de 1ª Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministros do Tribunal de Contas da União; Comandantes das Forças Armadas; e Oficiais Generais;

II - Grande-Oficial - Governadores, Vice-Governadores e Secretários de Estado; membros das Assembleias Legislativas estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal; Procuradores-Regionais da República, Procuradores-Regionais do Trabalho, Procuradores de Justiça Militar e Procuradores de Justiça estaduais e do Distrito Federal; Consultores Jurídicos dos Ministérios e Consultores da União; Procuradores-Regionais da União, Procuradores-Regionais da Fazenda Nacional, Procuradores-Regionais Federais; Procuradores-Chefes das Regionais do Banco Central; Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Ministros de 2ª Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; Dirigentes e Procuradores-Chefes de Autarquias e Fundações Públicas federais; Diretor-Geral da Polícia Federal e Chefes de Polícia das Polícias Civis estaduais e do Distrito Federal; Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares estaduais e do Distrito Federal; Presidentes das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil nos Estados e no Distrito Federal; ocupantes de Cargo em Comissão Executivos - CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE de níveis 15 a 18, ou de outros cargos ou funções equivalentes; e Oficiais Superiores das Forças Armadas; e

III - Comendador - Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais; membros das Câmaras Municipais; Magistrados da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar e da Justiça Estadual e do Distrito Federal; Procuradores da República, Procuradores do Trabalho, Promotores de Justiça Militar e Promotores de Justiça estaduais e do Distrito Federal; Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central; Defensores Públicos Federais; Conselheiro, Primeiro, Segundo e Terceiro Secretários da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores; Delegados de Polícia Federais, Estaduais e do Distrito Federal; Auditores Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União; Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; servidores públicos civis e militares, incluídos os ocupantes de Cargo em Comissão Executivos - CCE ou Função Comissionada Executiva - FCE de nível igual ou inferior a 14, ou de outros cargos e funções equivalentes; e cidadãos.

§ 1º A correspondência poderá ser excepcionada por decisão do Grão-Mestre da Ordem ou do Chanceler da Ordem.

§ 2º O condecorado à Ordem do Mérito poderá ser posicionado em grau equivalente a cargo ou função que tenha desempenhado anteriormente.

Art. 4º O conjunto condecorativo, conforme o caso, compreende medalha, passador, fita, placa, barreta, roseta, miniatura, colar, insígnia, insígnia de bandeira, estandarte ou corporação, diploma e histórico, de acordo com as especificações do Anexo XIV a esta Portaria Normativa.

§ 1º A insígnia de bandeira, estandarte ou corporação será conferida, sem atribuição de grau, aos órgãos e entidades da Administração Pública e às instituições e organizações militares, brasileiras ou estrangeiras.

§ 2º A Ordem e seus complementos em seus diferentes graus terão as características dos modelos constantes dos Anexos II a XIV a esta Portaria Normativa, que estão assim organizados:

I - Anexos II a VI - Desenhos dos elementos componentes do conjunto condecorativo, conforme graus e insígnia de bandeira;

II - Anexo VII - Histórico;

III - Anexos VIII a XIII - Diplomas, Estojo da Ordem do Mérito e Porta Diploma; e

IV - Anexo XIV - Especificações das condecorações.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DA ORDEM

Art. 5º Compõem a estrutura da Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União:

I - como Grão-Mestre, o Presidente da República; e

II - como Chanceler, o Ministro da Controladoria-Geral da União.

Art. 6º O Ministro da Controladoria-Geral da União e o Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União definirão as admissões, as promoções e as exclusões da Ordem.

Art. 7º As funções de secretariado da Ordem serão exercidas por dois servidores indicados pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete ao Ministro da Controladoria-Geral da União e ao Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União deliberar sobre:

I - propostas que lhe forem apresentadas;

II - indicações, admissões, promoções e exclusões; e

III - demais assuntos de interesse da Ordem.

Art. 9º Compete ao secretariado da Ordem as seguintes atribuições:

I - o assessoramento ao Chanceler e ao Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União;

II - o preparo, a expedição, o recebimento e o arquivamento dos expedientes e documentos relacionados à Ordem;

III - a escrituração e a guarda do Livro da Ordem;

IV - o registro e controle dos nomes e qualificações dos admitidos e promovidos na Ordem;

V - a elaboração do relatório anual dos trabalhos desenvolvidos, a ser apreciado e aprovado pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União;

VI - a organização do evento para a entrega das condecorações;

VII - a lavratura das atas das sessões da Ordem; e

VIII - o exercício de outras atividades determinadas pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. Para o exercício da competência prevista no inciso VI do caput, o secretariado da Ordem contará com o apoio dos diversos órgãos da Controladoria-Geral da União, em especial da Assessoria Especial de Comunicação Social, da Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas da Secretaria de Combate à Corrupção e da Diretoria de Gestão Corporativa da Secretaria-Executiva.

CAPÍTULO V

DAS ADMISSÕES AUTOMÁTICAS NA ORDEM

Art. 10. O Grão-Mestre e o Chanceler são condecorados com a Grã-Cruz, que conservarão.

Art. 11. O Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União será admitido automaticamente na Ordem do Mérito e condecorado com o grau de Grã-Cruz, ou a ele promovido, caso já pertença à Ordem do Mérito.

CAPÍTULO VI

DAS INDICAÇÕES

Art. 12. Poderão ser indicados, a qualquer grau:

I - até 6 (seis) candidatos pelo Grão-Mestre;

II - até 10 (dez) candidatos pelo Chanceler;

III - até 8 (oito) candidatos pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União;

IV - até 4 (quatro) candidatos por cada ocupante de CCE ou FCE 1.17 da Controladoria-Geral da União; e

V - 1 (um) candidato por cada Superintendente de Controladoria Regional da União nos Estados.

§ 1º As indicações promovidas pelo Grão-Mestre e pelo Chanceler são automáticas.

§ 2º Dos candidatos indicados por força do inciso IV, pelo menos 2 (dois) dentre os 4 (quatro) candidatos deverão ser necessariamente servidores da Controladoria-Geral da União.

§ 3º Admite-se, por parte das autoridades especificadas no caput, a indicação à Ordem do Mérito post mortem.

§ 4º A condecoração dos indicados na hipótese do § 3º será entregue, preferencialmente:

I - ao cônjuge; ou

II - a pessoa ou parente em linha reta ou colateral indicado:

a) preferencialmente, pelo cônjuge; ou

b) pelos parentes em linha reta ou colateral.

§ 5º O Chanceler possui a prerrogativa de alterar os quantitativos máximos previstos no incisos IV e V do caput.

Art. 13. As indicações devem ser fundamentadas quanto à demonstração de prestação de notáveis serviços à Controladoria-Geral da União e quanto à observância das condições de admissão na Ordem do Mérito.

Art. 14. As indicações serão entregues, sob sigilo, ao secretariado da Ordem, respeitando-se as regras eventualmente estabelecidas pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO VII

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 15. O Chanceler terá o voto de qualidade em caso de empate, além da prerrogativa de veto, total ou parcial, de deliberações.

Art. 16. Incumbe ao Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União definir, mediante deliberação sob sigilo, acerca do acolhimento ou recusa das indicações previstas nos incisos IV e V do art. 12, a fim de reduzi-las ao somatório dos quantitativos máximos de candidatos ali previstos.

Art. 17. Incumbe ao Chanceler, mediante deliberação sob sigilo:

I - confirmar as indicações acolhidas; e

II - definir acerca das promoções na Ordem do Mérito.

CAPÍTULO VIII

DAS ADMISSÕES E PROMOÇÕES

Art. 18. Ao término das deliberações, será lavrada a ata, constando os nomes dos admitidos à Ordem do Mérito.

Art. 19. As admissões e as promoções na Ordem do Mérito serão feitas:

I - por Decreto do Presidente da República, mediante proposta encaminhada pelo Chanceler da Ordem, no caso de admissão ou promoção ao grau Grã-Cruz; e

II - por portaria do Ministro da Controladoria-Geral da União publicada no Diário Oficial da União, nas demais hipóteses.

Art. 20. A admissão à Ordem do Mérito poderá ocorrer quando o candidato atender às seguintes condições:

I - ter no mínimo 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo ocupado, em se tratando de servidor efetivo;

II - não ter sofrido penalidade administrativa de advertência nos últimos 3 (três) anos ou de suspensão nos últimos 5 (cinco) anos, conforme art. 131 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

III - não ter sido demitido ou destituído de cargo em comissão em processo administrativo disciplinar; e

IV - não ter sido condenado em ação penal, ação de improbidade administrativa ou pela prática de crime de responsabilidade.

Art. 21. A promoção de admitido à Ordem do Mérito poderá ocorrer se o candidato tiver:

I - cumprido interstício superior a 5 (cinco) anos; e

II - prestado notáveis serviços à atuação da Controladoria-Geral da União, desconsiderando aqueles que serviram de justificativa para a admissão à Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União.

Art. 22. O secretariado da Ordem deverá contar com o apoio dos diversos órgãos da Controladoria-Geral da União, em especial da Corregedoria-Geral da União e da Diretoria de Pesquisa e Informações Estratégicas da Secretaria de Combate à Corrupção, a fim de verificar o atendimento das condições exigidas para admissão e promoção na Ordem do Mérito.

CAPÍTULO IX

DAS EXCLUSÕES

Art. 23. Serão excluídos da Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União aqueles que:

I - forem condenados, por órgão colegiado, desde que tenham sofrido condenação anterior:

a) por infrações penais comuns;

b) por crimes de responsabilidade; ou

c) por atos de improbidade administrativa;

II - tiverem seus direitos políticos suspensos ou perdidos;

III - forem:

a) declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis;

b) excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário; ou

c) demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

IV - recusarem receber ou devolverem as condecorações que lhe tenham sido conferidas;

V - não comparecerem à solenidade oficial para receber as condecorações, salvo motivo justificado; e

VI - não retirarem as condecorações no secretariado da Ordem no prazo máximo de 3 (três) meses, contados da data da condecoração.

§ 1º As exclusões previstas no caput não serão automáticas, ocorrendo mediante a instauração de processo administrativo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa, excetuada a situação de revelia.

§ 2º A instauração de processo administrativo visando à exclusão de admitido na Ordem do Mérito dependerá da deliberação do Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

§ 3º Caberá ao Chanceler decidir, em deliberação sob sigilo, pela exclusão do admitido na Ordem do Mérito.

§ 4º Quando se tratar de exclusão do grau Grã Cruz, as exclusões dos admitidos na Ordem do Mérito serão feitas por Decreto do Presidente da República, mediante proposta encaminhada pelo Chanceler.

§ 5º Nas demais hipóteses, as exclusões dos admitidos na Ordem do Mérito serão feitas por portaria do Ministro da Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A entrega do conjunto condecorativo referente à admissão ou à promoção na Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União e a entrega da insígnia de bandeira ou estandarte serão feitas em ato solene, presidido pelo Grão-Mestre ou pelo Chanceler, preferencialmente no dia 9 de dezembro de cada ano, quando se comemora o Dia Internacional contra a Corrupção, instituído em 9 de dezembro de 2003, na cidade de Mérida, no México, pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, por proposta da delegação brasileira feita na Convenção de Mérida.

§ 1º A data da solenidade de premiação poderá ser alterada, conforme juízo de conveniência e oportunidade, mediante decisão do Chanceler.

§ 2º A entrega poderá ser realizada em data ou local diferente, a critério do Chanceler.

Art. 25. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Regulamento serão solucionados pelo Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

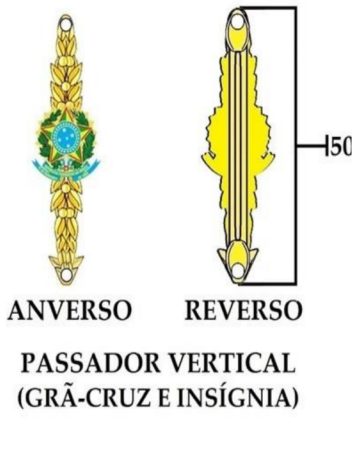
Art. 26. As deliberações sob sigilo, mencionadas no presente Regulamento, são fundamentadas no inciso X do art. 5º da Constituição, no art. 6º, inciso III, 2ª parte, e art. 31, § 1º, incisos I e II, ambos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e nas disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

ANEXO II

ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (ANEXOS)

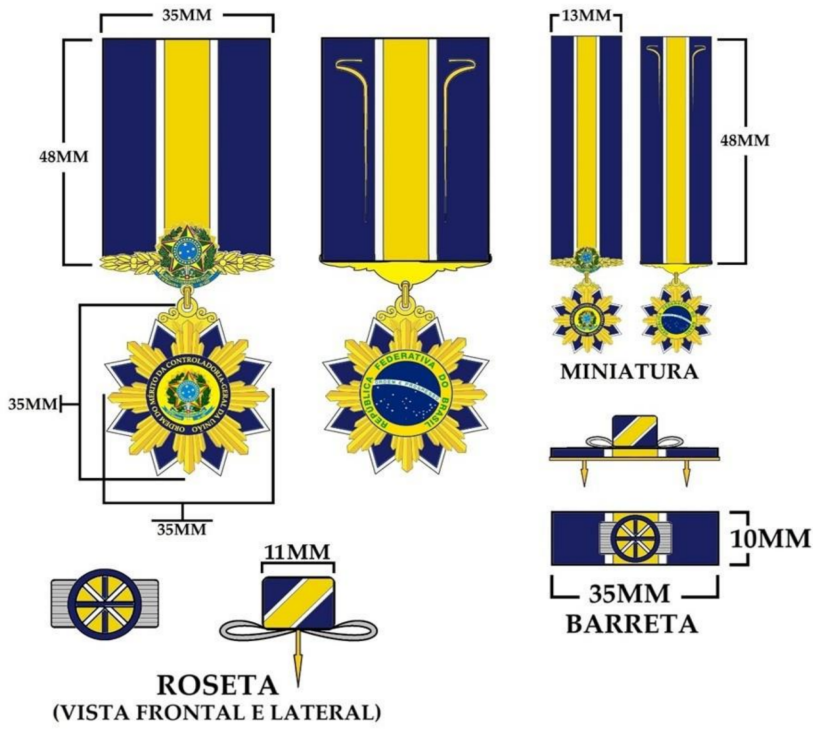


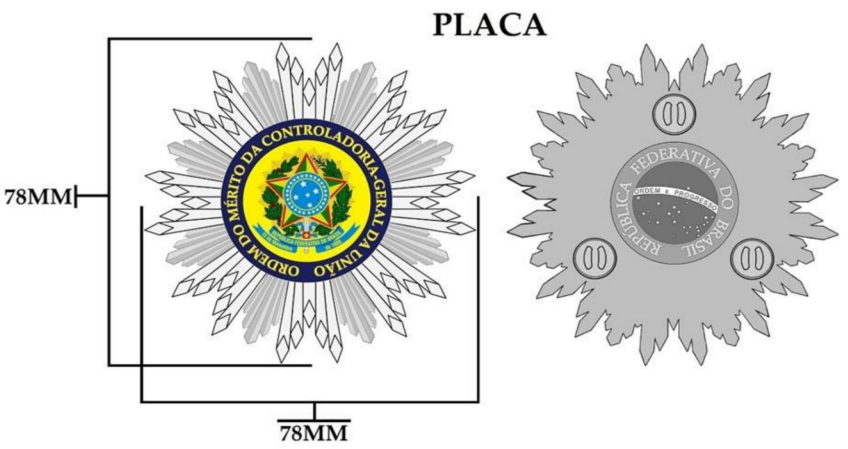




ANEXO III

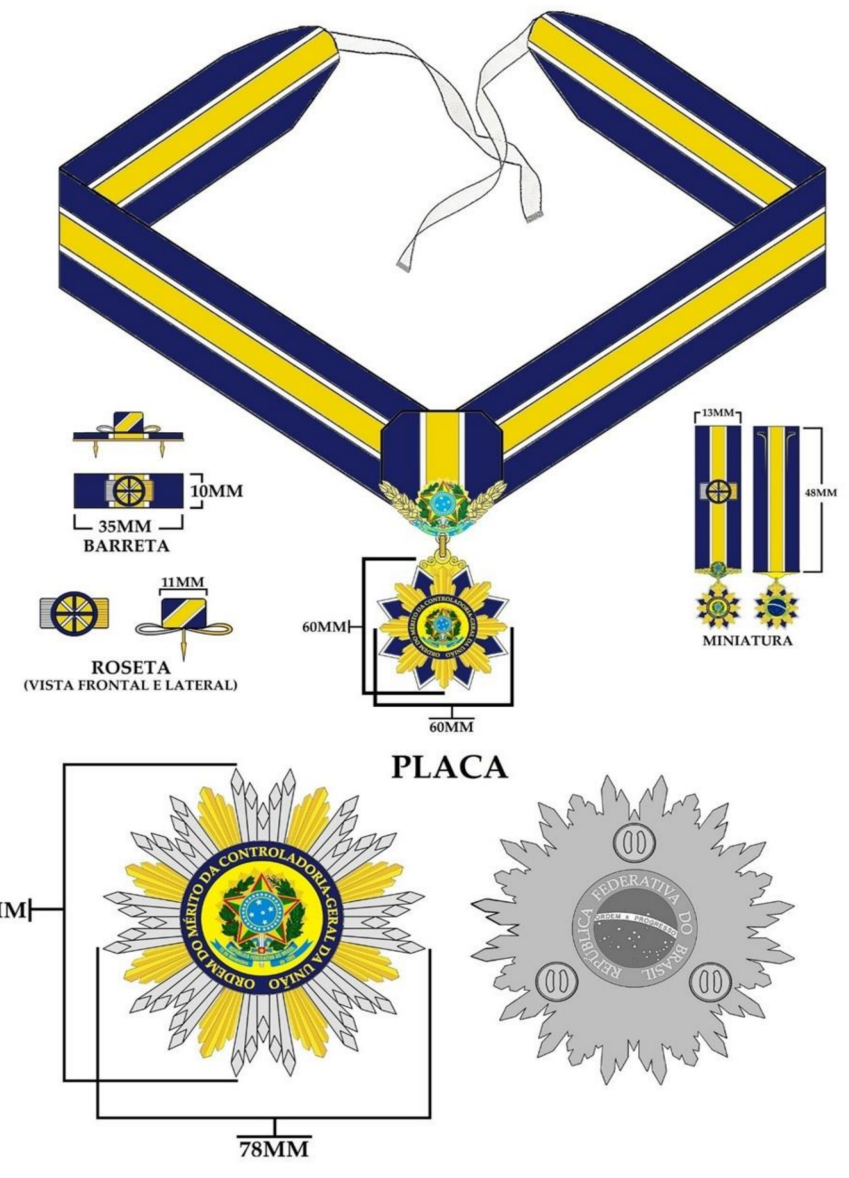
ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (GRAU COMENDADOR)





ANEXO IV

ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (GRAU GRANDE OFICIAL)



ANEXO V

ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (GRAU GRÃ-CRUZ)



ANEXO VI

ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (INSÍGNIA DE BANDEIRA, ESTANDARTE OU CORPORAÇÃO)



ANEXO VII

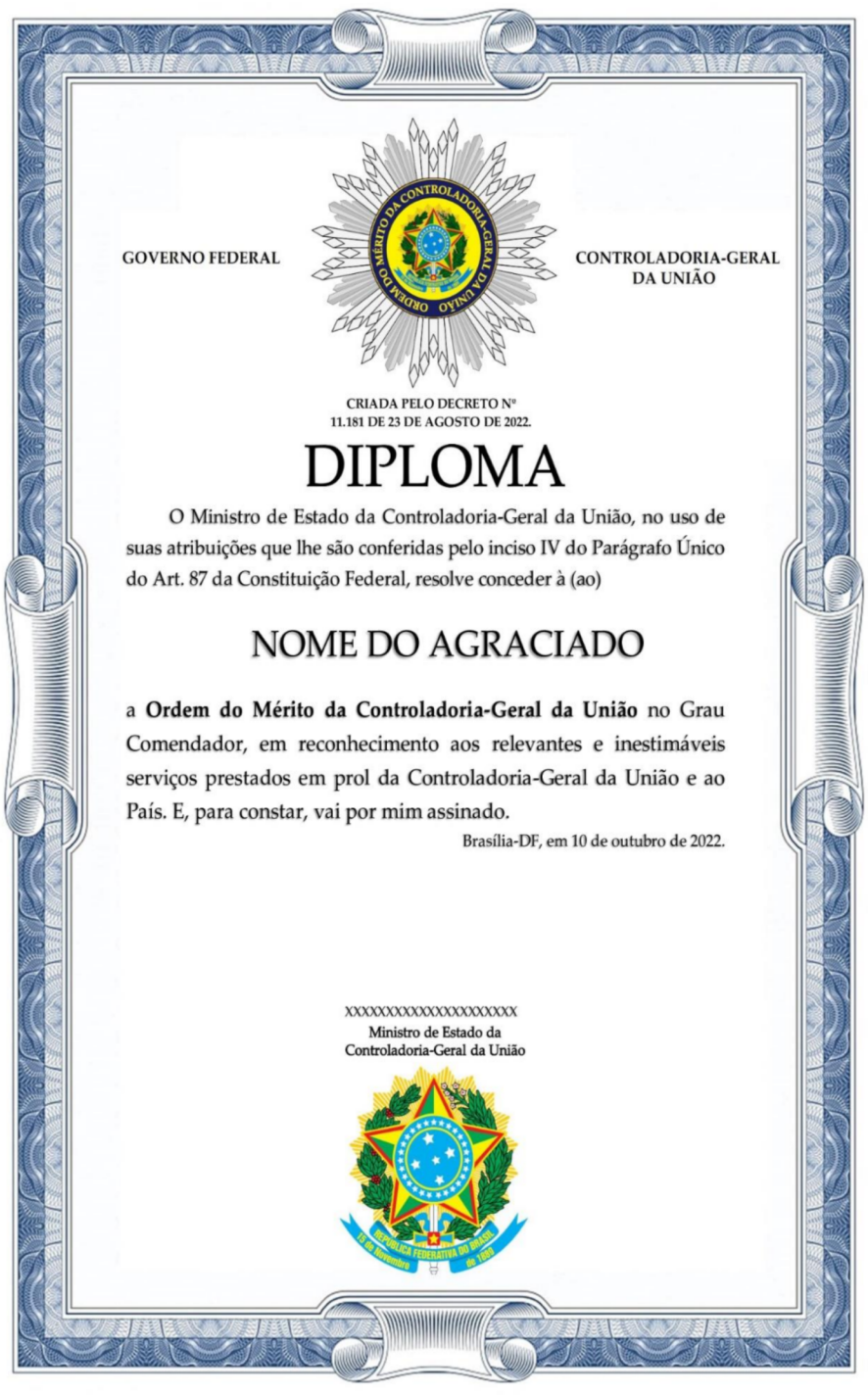


HISTÓRICO

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A CGU também deve exercer, como órgão central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, o Sistema de Correição, o Sistema de Ouvidoria e o Sistema de Integridade do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária. Como reconhecimento institucional mais relevante, foi criada a Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União, destinada a galardoar os cidadãos que houverem prestado relevantes e inestimáveis serviços à CGU ou ao País, se distinguido sobremaneira no exercício de sua profissão, tornando-se merecedores de reconhecimento especial da classe. Igualmente poderá ser concedida a pessoas jurídicas, corporações militares, instituições civis, nacionais ou estrangeiras que, de forma objetiva, houverem prestado relevantes e inestimáveis serviços, contribuindo para o crescimento e fortalecimento institucional da Controladoria-Geral da União, de modo a se tornarem merecedores de tão significativa condecoração.

ANEXO VIII



GOVERNO FEDERAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CRIADA PELO DECRETO Nº 11.181 DE 23 DE AGOSTO DE 2022.

DIPLOMA

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, resolve conceder à (ao)

NOME DO AGRACIADO

a **Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União** no Grau Comendador, em reconhecimento aos relevantes e inestimáveis serviços prestados em prol da Controladoria-Geral da União e ao País. E, para constar, vai por mim assinado.

Brasília-DF, em 10 de outubro de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Ministro de Estado da
Controladoria-Geral da União

ANEXO IX

GOVERNO FEDERAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CRIADA PELO DECRETO Nº 11.181 DE 23 DE AGOSTO DE 2022.

DIPLOMA

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, resolve conceder à (ao)

NOME DO AGRACIADO

a **Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União** no Grau Grande Oficial, em reconhecimento aos relevantes e inestimáveis serviços prestados em prol da Controladoria-Geral da União e ao País. E, para constar, vai por mim assinado.

Brasília-DF, em 10 de outubro de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

ANEXO X

GOVERNO FEDERAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CRIADA PELO DECRETO Nº 11.181 DE 23 DE AGOSTO DE 2022.

DIPLOMA

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, resolve conceder à (ao)

NOME DO AGRACIADO

a **Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União** no Grau Grã-Cruz, em reconhecimento aos relevantes e inestimáveis serviços prestados em prol da Controladoria-Geral da União e ao País. E, para constar, vai por mim assinado.

Brasília-DF, em 10 de outubro de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

ANEXO XI

GOVERNO FEDERAL

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CRIADA PELO DECRETO Nº 11.181 DE 23 DE AGOSTO DE 2022.

DIPLOMA

O Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do Parágrafo Único do Art. 87 da Constituição Federal, resolve conceder à (ao)

NOME DA INSTITUIÇÃO AGRACIADA

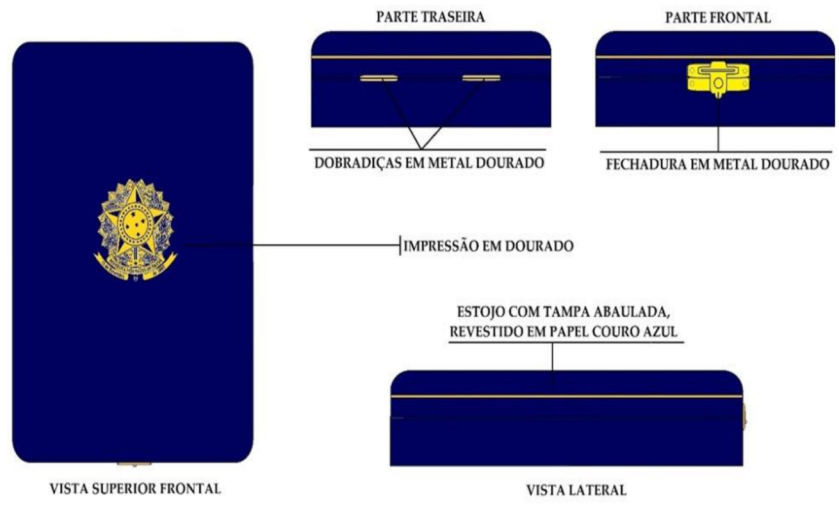
A Insígnia da **Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União**, em reconhecimento aos relevantes e inestimáveis serviços prestados em prol da Controladoria-Geral da União e ao País. E, para constar, vai por mim assinado.

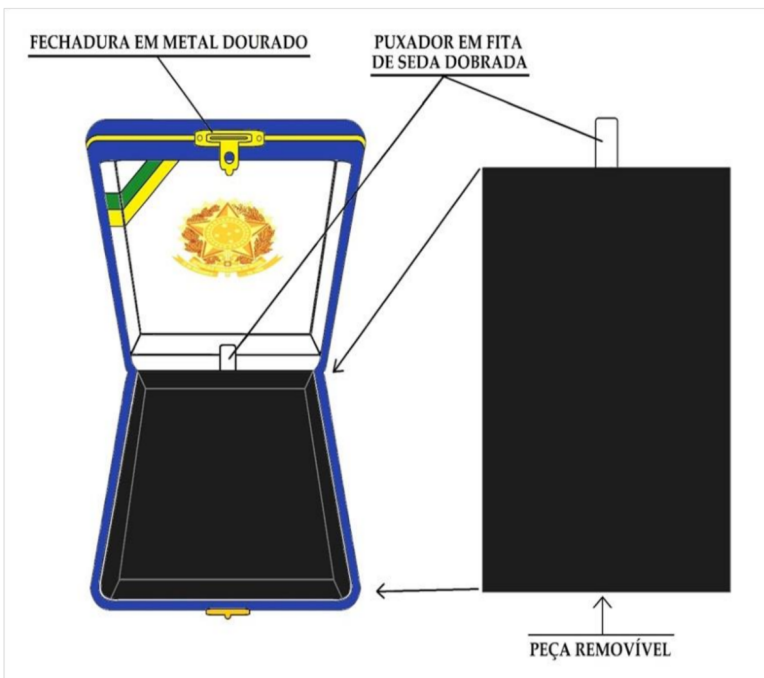
Brasília-DF, em 10 de outubro de 2022.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

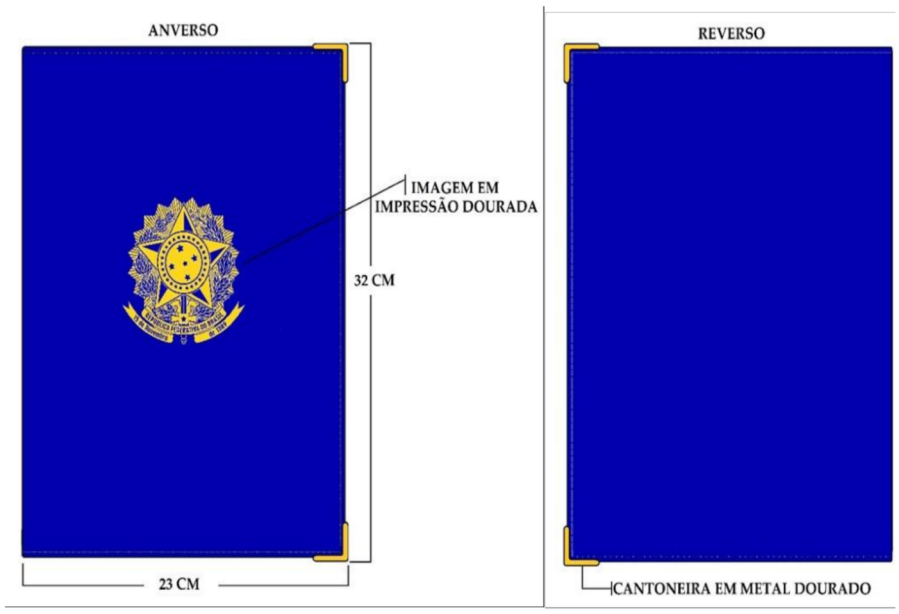
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

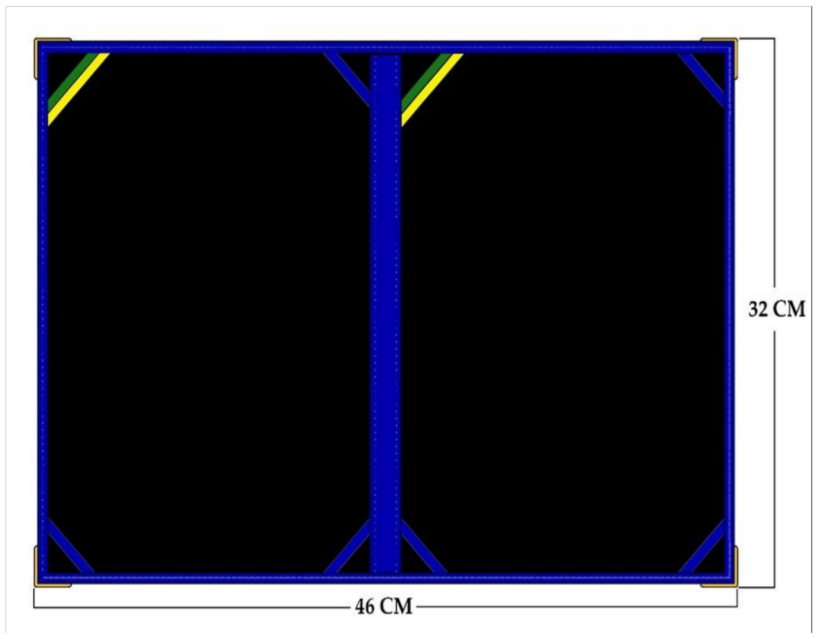
ANEXO XII





ANEXO XIII





ANEXO XIV

ESPECIFICAÇÃO DAS CONDECORAÇÕES

Grã-Cruz - é composto por:

a) Placa côncava com 78 mm de diâmetro composta por um resplendor dourado polido alternado entre conjuntos de quatro raios lisos e quatro canelados sotoposto a uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado tendo ao centro o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e no reverso, uma peça metálica fixa reproduzindo o Selo Nacional em suas características originais e três pinos de fixação em metal dourado.

b) Faixa: no anverso consta de uma venera de 60 mm de diâmetro por 5,5 mm de espessura no plano de maior relevo, composta por uma estrela com oito pontas em esmalte azul e contornada de esmalte branco sotoposta a um resplendor canelado com oito pontas em dourado polido e sobreposto ao centro por uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado tendo ao centro o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e, no reverso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" em verde e em fonte "ARIAL", contornando um círculo esmaltado em amarelo, carregando ao centro com a reprodução do Selo Nacional em azul e branco, que vai pendente abaixo da escarapela e que une as duas extremidades na parte inferior da faixa de gorgorão chamalotado, composto por 100% de poliéster acetinado com 90 mm de largura, composta por cinco listras, sendo as das extremidades na cor azul marinho com 28,5 mm de largura ladeadas internamente por duas na cor branca com 02,25 mm de largura e ao centro uma na cor amarela com 28,5 mm de largura com corte serrilhado e revestido de proteção selante para evitar desfiar, a ser utilizada transversalmente do ombro direito ao quadril esquerdo, com as proporções apresentadas conforme modelos anexos.

c) Barreta: conjunto retangular composto por duas partes em metal, sendo a primeira recoberta com uma fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado, medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura, composta por cinco listras, sendo as das extremidades na cor azul marinho com 10 mm de largura, ladeadas internamente por duas na cor branca com 0,25 mm de largura e, ao centro, uma na cor amarela com 10 mm de largura, possuindo, fixa ao centro, uma fita em fio de ouro dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e possuindo fixa, ao centro, uma fita em fio de ouro dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e, sobreposta a esta, uma roseta forrada com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo, e a segunda em formato de trilho com dois pinos e fecho pega-ladrão em metal dourado na parte posterior e que se encaixa internamente na primeira peça, propiciando acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo, ainda, segurança e praticidade no uso, conforme modelos anexos.

d) Roseta: botão circular com 11 mm de diâmetro e 05 mm de altura, forrado com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca, sobre fundo amarelo e sobreposta a uma fita em fio de ouro dobrada, com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura, com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado no verso, que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo, ainda, segurança e praticidade no uso.

e) Miniatura: peça com as mesmas características da venera da ordem, confeccionada em peça única de liga metálica tombac com 18 mm de diâmetro e pendente em fita de gorgorão chamalotado, composto por 100% de poliéster acetinado, nas cores azul marinho, branca e amarela, medindo 48 mm de comprimento por 13 mm de largura, possuindo fixa ao centro uma fita em fio de ouro dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e sobreposta a esta uma roseta forrada com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e com um prendedor "dente de foca" em metal dourado na parte posterior, conforme modelos anexos.

f) Estojo: em material "MDF" quadrangular com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 32 cm de comprimento por 18,5 cm de largura por 7 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor azul, com fecho externo composto por duas peças em metal dourado e com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. A parte interna da tampa será revestida em cetim na cor branca com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado com 3,5 cm de circunferência e, sobreposta ao canto superior esquerdo, uma fita nas cores verde e amarela e a parte interna do estojo sendo em veludo na cor preta e acabamento perfeito, sem rebarbas, marcas de colagem aparentes, outros adesivos ou quaisquer outras imperfeições, sem o cetim da tampa encostando-se nas peças quando fechado, sem escoriações e contendo uma peça quadrangular removível com puxador em fita de seda branca na parte superior, sendo em veludo preto no anverso e em papel couro preto no reverso e com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender as peças com perfeição e sem folgas conforme modelos anexos.

Grande Oficial - é composto por:

a) Colar: venera de 60 mm de diâmetro por 5,5 mm de espessura no plano de maior relevo composta por uma estrela com oito pontas em esmalte azul e contornada de esmalte branco sotoposta a um resplendor canelado com oito pontas em dourado polido e sobreposto ao centro por uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado tendo ao centro o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e no reverso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" em verde e em fonte "ARIAL" contornando um círculo esmaltado em amarelo carregando ao centro com a reprodução do Selo Nacional em azul e branco e pendente em fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado com 40 mm de largura e 450 mm de comprimento composta por cinco listras sendo as das extremidades na cor azul marinho com 12 mm de largura, ladeadas internamente por duas na cor branca com 02 mm de largura e, ao centro, uma na cor amarela com 12 mm de largura, com as extremidades abainhadas, em cuja ponta será fixado um cordão de seda branca e, para garantir melhor adaptação do colar no uso, o meio da fita terá costura em forma triangular e, neste ponto, será preso o passador em metal dourado, composto por folhas e frutos de louro (laurus nobilis) que acompanham a inclinação da fita e carregado ao centro pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais e que vai fixa por meio de quatro rebites a uma peça em liga metálica "tombac" com formato octogonal e com três alças metálicas no reverso por onde passa a fita do colar e forrada com a mesma fita de gorgorão de seda achamalotada do colar, com as proporções apresentadas conforme modelos anexos.

b) Placa côncava com 78 mm de diâmetro composta por um resplendor polido alternado entre conjuntos de quatro raios prateados lisos e quatro raios dourados canelados sotoposto a uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado, tendo, ao centro, o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO", em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e no reverso, uma peça metálica fixa reproduzindo o Selo Nacional em suas características originais e três pinos de fixação em metal prateado.

c) Barreta: conjunto retangular composto por duas partes em metal, sendo a primeira recoberta com uma fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado, medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura e 06 mm de altura, possuindo, fixa ao centro, uma fita em fio de ouro e prata dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e, sobreposta a esta, uma roseta forrada com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e a segunda em formato de trilho com dois pinos e fecho pega-ladrão em metal dourado na parte posterior e que se encaixa internamente na primeira peça, propiciando acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo ainda segurança e praticidade no uso, conforme modelos anexos.

d) Roseta: botão circular com 11 mm de diâmetro e 05 mm de altura, forrado com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e sobreposta a uma fita em fio de ouro e prata dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura, com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado no verso que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo ainda segurança e praticidade no uso.

e) Miniatura: peça com as mesmas características da venera da ordem, confeccionada em peça única de liga metálica tombac com 18 mm de diâmetro e pendente em fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado nas cores azul marinho, branca e amarela, medindo 48 mm de comprimento por 13 mm de largura, possuindo, fixa ao centro, uma fita em fio de ouro e prata dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e sobreposta a esta uma roseta forrada com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e com um prendedor "dente de foca" em metal dourado na parte posterior, conforme modelos anexos.

f) Estojo: em material "MDF" quadrangular com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado medindo 26,5 cm de comprimento por 14,5 cm de largura e 5,5 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor azul, com fecho externo composto por duas peças em metal dourado e com a gravação da placa do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência sobre o centro da tampa, que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. A parte interna da tampa será revestida em cetim na cor branca com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado com 3,5 cm de circunferência e sobreposto ao canto superior esquerdo uma fita nas cores verde e amarela e a parte interna do estojo sendo em veludo na cor preta e acabamento perfeito, sem rebarbas, marcas de colagem aparentes, outros adesivos ou quaisquer outras imperfeições, sem o cetim da tampa encostando-se nas peças quando fechado, sem escoriações e contendo uma peça quadrangular removível com puxador em fita de seda branca na parte superior, sendo em veludo preto no anverso e em papel couro preto no reverso e com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender as peças com perfeição e sem folgas conforme modelos anexos.

Comendador - é composto por:

a) No anverso, venera de 35 mm de diâmetro por 4,5 mm de espessura no plano de maior relevo, composta por uma estrela com oito pontas em esmalte azul e contornada de esmalte branco sotoposta a um resplendor canelado com oito pontas em dourado polido e sobreposto, ao centro, por uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado tendo ao centro o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais, contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e, no reverso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada contendo gravado a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" em verde e em fonte "ARIAL" contornando um círculo esmaltado em amarelo, carregando, ao centro, com a reprodução do Selo Nacional em azul e branco, conforme os desenhos anexos.

b) Placa côncava com 78 mm de diâmetro composta por um resplendor polido alternado entre conjuntos de quatro raios prateados lisos e quatro raios prateados canelados sotoposto a uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado, tendo, ao centro, o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e, no reverso, uma peça metálica fixa reproduzindo o Selo Nacional em suas características originais e três pinos de fixação em metal prateado.

c) Passador: em liga metálica tombac dourada composta, ao centro, pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil esmaltado em suas cores originais, com 05 mm de diâmetro e ladeado por dois ramos dourados compostos por folhas e frutos de louro (laurus nobilis), cada um com 15 mm de comprimento, conforme modelos anexos.

d) Fita: de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado medindo 35mm de comprimento por 10mm de largura, composta por cinco listras, sendo as das extremidades na cor branca com 04 mm de largura cada uma, ladeando duas em azul com 12,5 mm de largura cada uma e, ao centro, uma na cor amarela com 02 mm de largura, carregando, sobreposta e centralizada a esta, uma roseta de fita pregueada com 24 mm de diâmetro, com as versões masculina e feminina, apresentando as proporções e características descritas conforme desenhos anexos.

e) Barreta: conjunto retangular composto por duas partes em metal, sendo, a primeira, recoberta com uma fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado, medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura e 06 mm de altura, possuindo fixa, ao centro, uma fita em fio de prata dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e, sobreposta a esta, uma roseta forrada com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e, a segunda, em formato de trilho com dois pinos e fecho pega-ladrão em metal dourado na parte posterior e que se encaixa internamente na primeira peça, propiciando acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo, ainda, segurança e praticidade no uso, conforme modelos anexos.

f) Roseta: botão circular com 11 mm de diâmetro e 05 mm de altura, forrado com a mesma fita da barreta, com interior raiado, distribuído de igual modo em oito raios nas cores azul marinho e branca sobre fundo amarelo e sobreposta a uma fita em fio de prata dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura com um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado no verso, que deverá propiciar acabamento perfeito, sem rebarbas e garantindo, ainda, segurança e praticidade no uso.

g) Miniatura: peça com as mesmas características da venera da ordem, confeccionada em peça única de liga metálica tombac com 18 mm de diâmetro e pendente em fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado nas cores branca, azul e amarela, medindo 48 mm de comprimento por 13 mm de largura e com um prendedor "dente de foca" em metal dourado na parte posterior, conforme modelos anexos.

h) Estojo: em material "MDF" quadrangular com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 26,5 cm de comprimento por 14,5 cm de largura e 5,5 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor azul, com fecho externo composto por duas peças em metal dourado e com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência sobre o centro da tampa, que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. A parte interna da tampa será revestida em cetim na cor branca, com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência e, sobreposta ao canto superior esquerdo, uma fita nas cores verde e amarela, e a parte interna do estojo sendo em veludo na cor preta e acabamento perfeito, sem rebarbas, marcas de colagem aparentes, outros adesivos ou quaisquer outras imperfeições, sem o cetim da tampa encostando-se nas peças quando fechado, sem escoriações e contendo uma peça quadrangular removível com puxador em fita de seda branca na parte superior, sendo em veludo preto no anverso e em papel couro preto no reverso e com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender as peças com perfeição e sem folgas, conforme modelos anexos.

Insígnia de Bandeira ou Estandarte:

a) Um laço de quatro pontas com uma escarapela ao centro e, abaixo desta, uma venera com 35 mm de diâmetro por 4,5 de espessura no plano de maior relevo, composta por uma estrela com oito pontas em esmalte azul e contornada de esmalte branco sotoposta a um resplendor canelado com oito pontas em dourado polido e sobreposto, ao centro, por uma peça circular abaulada em esmalte amarelo contornado de dourado, tendo, ao centro, o Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em seus esmaltes originais, contornado pela inscrição "ORDEM DO MÉRITO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO" em dourado sobre um círculo azul marinho e em fonte "PALATINO LINOTYPE" e, no reverso, as mesmas características, com exceção da parte central, que é composta por uma peça circular abaulada esmaltada contendo gravada, a inscrição "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" em verde e em fonte "ARIAL", contornando um círculo esmaltado em amarelo, carregando, ao centro, com a reprodução do Selo Nacional em azul e branco, unida a um passador vertical metálico na cor dourada, composto, ao centro, pelo Brasão de Armas da República Federativa do Brasil esmaltado em suas cores originais, com 15 mm de diâmetro e encimado e sotoposto por dois ramos dourados compostos por folhas e frutos de louro (laurus nobilis), cada um com 17,5 mm de comprimento. A escarapela é de 90 mm de diâmetro, tendo, ao centro, um botão de 28 mm de diâmetro na cor amarela. O laço é confeccionado em fita de gorgorão chamalotado composto por 100% de poliéster acetinado com 90 mm de largura, composta por cinco listras, sendo as das extremidades na cor azul marinho, com 28,5 mm de largura, ladeadas internamente por duas na cor branca com 02,25 mm de largura e, ao centro, uma na cor amarela com 28,5 mm de largura, e é constituído por duas alças que medem 100 mm de comprimento, e possui quatro pontas assimétricas, medindo, cada uma, 140 mm, 150 mm, 250 mm e 400 mm de comprimento, sendo todas as medidas contadas a partir da circunferência externa da escarapela e com corte serrilhado e revestido de proteção selante, para evitar desfiar, conforme desenho anexo.

b) Estojo: em material "MDF" quadrangular com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 32 cm de comprimento por 18,5 cm de largura por 7 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor azul, com fecho externo, composto por duas peças em metal dourado e com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. A parte interna da tampa será revestida em cetim na cor branca com a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 3,5 cm de circunferência e, sobreposta ao canto superior esquerdo, uma fita nas cores verde e amarela, e a parte interna do estojo sendo em veludo na cor preta e acabamento perfeito, sem rebarbas, marcas de colagem aparentes, outros adesivos ou quaisquer outras imperfeições, sem o cetim da tampa encostando-se na insígnia quando fechado, sem escoriações e contendo uma peça quadrangular removível com puxador em fita de seda branca na parte superior, sendo em veludo preto no anverso e em papel couro preto no reverso e com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender as peças com perfeição e sem folgas, conforme modelos anexos.

DOS HISTÓRICOS

Os históricos da Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União serão confeccionados em papel cartão 210 gramas, na cor branca, com 21x29,7 cm.

DOS DIPLOMAS

Os diplomas da Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União serão confeccionados em papel cartão 210 gramas, na cor branca, com 21x29,7 cm, que serão assinados pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e receberão a chancela em alto relevo do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil por meio de impressão por esmagamento direto com ferramenta própria a ser aplicada por sobre a assinatura que vai na parte inferior do diploma.

DAS LIGAS METÁLICAS

A Ordem do Mérito da Controladoria-Geral da União, sua insígnia e seus complementos metálicos serão cunhados em liga metálica "tombac" (composta por aproximadamente 15% de zinco e 85% de cobre, podendo esta liga ser variável em sua proporção devido a presença de traços de outros metais, porém sem exceder 3% em sua composição total) e, com exceção das peças prateadas, com tonalidade dourada por meio de processo galvanoplástico de banho eletrolítico de cobre alcalino, banho eletrolítico de cobre ácido, banho eletrolítico de níquel e banho eletrolítico de ouro 24K de alta resistência e durabilidade, com acabamento polido de alta qualidade e altamente resistente a oxidações por ação química ou ambiental, sendo as peças coloridas por processo de esmaltação com polimento espelhado.

DO PORTA DIPLOMA

O porta diploma será em capa dura com cantoneira fina em metal dourado revestida em couro azul levemente acolchoada com uso de laminado de espuma de 0,04mm de espessura, para receber, no centro da capa frontal, a gravação do Brasão de Armas da República Federativa do Brasil em dourado, com 60 mm x 60 mm, em baixo relevo, preenchido por impressão em dourado, sendo as margens do porta diploma costuradas com linha azul marinho e sendo internamente em camurça preta, com 23x31,5 cm fechado e 46x31,4 cm aberto e com fitas de cetim azul royal com 10,01 mm de largura nos quatro cantos das duas faces internas a servir de cantoneiras para fixar o histórico e o diploma, conforme modelos anexos.

DECISÃO Nº 187, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº00190.102169/2020-65

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos artigos 51 e 52 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, adoto, como fundamento parcial deste atoo Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização, bem como o Parecer nº 00123/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU, de 20 de abril de 2022, aprovado pelo Despacho nº 00189/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº00466/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União. Considerando que não há provas suficientes que permitam a imputação à acusada da tipificação de atos por ela praticados no inciso I do artigo 5º, da Lei nº 12.846, de 2013, restando apenas o enquadramento no inciso IV deste artigo, também deixo de considerar na dosimetria da sanção respectiva a agravante de continuidade dos atos lesivos no tempo aplicável à imputação desconsiderada. Dessa forma, com fundamento no artigo 6º,incisos I e II, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, c/c os artigos 15, incisos I e II, 17 e 18, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, assim como no artigo 87, inciso IV, c/c o artigo 88, inciso III, da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, aplico à EBE - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S/A,CNPJ nº 33.247.271/0001-03,pela prática do ato lesivo descrito no inciso IV do artigo 5º, da Lei nº 12.846,de 2013, as seguintes penalidades

a) multa, no valor de R$ (trinta e dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos);

b) publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora, a ser cumprida da seguinte forma: i)em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, pelo prazo de 1 dia; ii)em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo de 75dias; e iii)em seu sítio eletrônico, em destaque na página principal do referido sítio, pelo prazo de 30 dias; e

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, devendo a empresa ficar impossibilitada de licitar ou contratar até que passe por um processo de reabilitação. Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no artigo 11 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o correspondente julgamento.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro

DECISÃO Nº 247, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº: 00190.025825/2014-51

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos arts. 51 e 52 de Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, adoto como fundamento desta decisão o Parecer nº00065/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº. 00478/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº. 00600/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para conhecer e indeferir o Pedido de Reconsideração apresentado pela pessoa jurídica GALVÃO ENGENHARIA S.A., CNPJ nº 01.340.937/0001-79.

À Corregedoria-Geral da União para proceder aos demais encaminhamentos decorrentes desta decisão e para acompanhamento do cumprimento das sanções.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro

DECISÃO Nº 258, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Processo n°: 00190.107230/2019-27

No exercício das atribuições a mim conferidas pelos arts. 51 e 52 de Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pela Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, adoto como fundamento desta decisão o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.107230/2019-27, bem como o Parecer nº 00151/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº. 00604/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU e pelo Despacho nº. 00613/2022/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para, nos termos dos artigos 5º, incisos I e II, e 6º, incisos I e II, da Lei n° 12.846/2013 c/c os artigos 87, inciso IV, e 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993:

J & RR ASSESSORIA TÉCNICA E COMERCIAL - EIRELI , CNPJ nº03.529.509/0001-14a) Aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública à pessoa jurídica , com fundamento no art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993;

b) Aplicar a penalidade de multa à pessoa jurídica JJ & RR ASSESSORIA TÉCNICA E COMERCIAL - EIRELI , CNPJ nº 03.529.509/0001-14 no valor de R$ 3.166,54 (três mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), com fundamento no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013;

c) Aplicar a penalidade de publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora à pessoa jurídica JJ & RR ASSESSORIA TÉCNICA E COMERCIAL - EIRELI , CNPJ nº 03.529.509/0001-14, com fundamento no art. 6°, inciso II, da Lei n° 12.846/2013, nos seguintes termos: i) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, pelo prazo de 1 (um) dia; ii) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo de 30 (trinta) dias; e iii) em seu sítio eletrônico, em destaque na página principal do referido sítio, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

À Corregedoria-Geral da União para proceder aos demais encaminhamentos decorrentesdesta decisão e para acompanhamento do cumprimento das sanções.

Os efeitos desta decisão ficam suspensos até o decurso do prazo previsto no art. 11 do Decreto nº8.420, de 18 de março de 2015, e, caso haja apresentação de pedido de reconsideração, até o seu julgamento.

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2022

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-000790.2021.01.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PAX SUPERMERCADOS LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-000961.2021.15.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CENTRO INTEGRADO DE DIAGNOSE LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO 15ª REGIÃO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo PP-001060.2022.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: RESTAURANTE E PIZZARIA PONTO A LTDA ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-002965.2022.02.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A., NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. (HOSPITAL CARLOS CHAGAS), NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A, NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A, NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A (AMÉRICAS MEDICINA E SAÚDE), NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A (HOSPITAL MADRE THEODORA CAMPINAS), NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A (HOSPITAL PAULISTANO), NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S/A (ONCOLOGIA VITÓRIA / HOSPITAL VITÓRIA DE SANTOS), NOTICIADO: ESHO EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES SA (HOSPITAL E MATERNIDADE VITORIA), NOTICIANTE: SINTTARESP SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-001512.2022.10.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CEPEL - CENTRO DE PESQUISAS DA ELETROBRÁS, NOTICIANTE: EUZINIO VIEIRA GUIMARÃES, NOTICIADO: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS, NOTICIADO: PREVIC - SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-000034.2017.04.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ITAU UNIBANCO S.A., NOTICIANTE: PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PASSO FUNDO E REGIÃO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo IC-000520.2020.04.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: MARIA DE LOURDES VIEIRA DA SILVA EIRELI, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-003377.2022.01.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INNOLAB DO BRASIL LTDA, NOTICIANTE: THIAGO DE OLIVEIRA KUSTER - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo PP-001092.2022.04.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DO SUL LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-000233.2022.15.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: CTA - ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, NOTICIADO: PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S A - UTGCA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE GAS CARAGUATATUBA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-000400.2022.23.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-000389.2022.15.003/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE RESGUARDADA, NOTICIADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (PENITENCIÁRIA DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA DE ARARAQUARA) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000055.2022.14.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE RONDÔNIA - COREN/RO., NOTICIADO: HOSPITAL CENTRAL LTDA. - Relatora: Dra. Juliane Mombelli.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-005588.2018.01.000/0, IC-006277.2019.01.000/6, IC-000380.2019.01.004/8, IC-000358.2019.01.007/0, IC-008338.2020.01.000/6, IC-002030.2021.01.000/3, PP-004485.2021.01.000/8, PP-000315.2021.01.001/8, IC-000378.2021.01.001/0, IC-000194.2021.01.007/9, IC-000262.2021.01.007/2, IC-003103.2014.01.000/9, IC-001434.2015.01.000/0, IC-005386.2016.01.000/0, IC-000984.2017.01.000/3, IC-000312.2018.01.004/7, IC-000230.2018.01.005/1, IC-000034.2019.01.000/7, IC-001213.2019.01.000/5, IC-002587.2019.01.000/1, IC-000972.2019.01.004/2, IC-000235.2019.01.007/8, IC-000184.2019.01.008/0, IC-001205.2020.01.000/6, IC-001456.2020.01.000/8, IC-003979.2020.01.000/0, IC-007184.2020.01.000/3, IC-008299.2020.01.000/2, IC-008768.2020.01.000/4, IC-000363.2020.01.001/9, IC-000308.2020.01.004/0, IC-000084.2020.01.006/0, IC-001024.2020.01.006/8, IC-001202.2020.01.006/9, IC-000278.2021.01.000/1, IC-001011.2021.01.000/8, IC-001025.2021.01.000/6, IC-003310.2021.01.000/0, IC-004347.2021.01.000/6, IC-000088.2021.01.001/4, IC-000768.2021.01.004/9, IC-000526.2021.01.006/2, IC-000212.2022.01.000/2, IC-000564.2022.01.000/6, IC-000605.2022.01.000/7, NF-000771.2022.01.000/0, NF-000999.2022.01.000/2, PP-001538.2022.01.000/7, NF-002184.2022.01.000/6, NF-002643.2022.01.000/1, NF-002964.2022.01.000/1, NF-003139.2022.01.000/0, NF-003298.2022.01.000/0, NF-003327.2022.01.000/7, NF-000362.2022.01.001/8, IC-000035.2022.01.005/2, IC-000568.2014.01.004/7, IC-005679.2017.01.000/4, IC-002019.2020.01.000/8, IC-006526.2020.01.000/7, IC-008165.2020.01.000/4, IC-000146.2020.01.006/1, IC-001069.2020.01.006/0, IC-002193.2021.01.000/5, IC-004525.2021.01.000/7, NF-000944.2022.01.000/4, NF-001713.2022.01.000/1, NF-001824.2022.01.000/0, IC-000048.2022.01.002/7, NF-000215.2022.01.002/3, NF-000057.2022.01.003/0, IC-000045.2022.01.008/6 - PRT 2ª Região-SP - IC-007915.2018.02.000/5, IC-000452.2020.02.000/4, IC-001394.2020.02.000/6, IC-002619.2020.02.000/2, IC-005746.2020.02.000/7, IC-000442.2020.02.002/9, IC-000999.2020.02.002/0, IC-000347.2020.02.004/4, PP-005683.2021.02.000/0, IC-006203.2021.02.000/9, NF-000443.2021.02.002/8, IC-000861.2021.02.002/2, IC-000128.2021.02.004/2, PP-000412.2021.02.005/2, PP-000466.2022.02.000/2, PP-001367.2022.02.000/7, PP-002261.2022.02.000/5, NF-002832.2022.02.000/5, NF-002925.2022.02.000/2, NF-004102.2022.02.000/1, NF-004251.2022.02.000/5, NF-004303.2022.02.000/1, NF-004887.2022.02.000/0, NF-005124.2022.02.000/3, PP-000002.2022.02.001/1, NF-000392.2022.02.001/1, IC-008617.2016.02.000/9, IC-002469.2017.02.000/0, IC-000268.2018.02.004/5, IC-000289.2018.02.004/6, IC-000471.2018.02.005/5, IC-002712.2019.02.000/5, IC-005946.2019.02.000/5, IC-000163.2019.02.002/6, IC-000849.2019.02.002/7, IC-000228.2019.02.005/0, IC-004900.2020.02.000/5, IC-000351.2020.02.003/2, IC-004691.2021.02.000/8, PP-005914.2021.02.000/3, IC-000752.2021.02.002/3, IC-000422.2021.02.004/9, IC-000227.2021.02.005/5, PP-001053.2022.02.000/7, PP-001166.2022.02.000/7, PP-001714.2022.02.000/8, NF-001773.2022.02.000/0, NF-002443.2022.02.000/8, IC-002454.2022.02.000/0, PP-002548.2022.02.000/2, NF-002691.2022.02.000/3, NF-003118.2022.02.000/2, NF-003205.2022.02.000/7, PP-003354.2022.02.000/0, NF-004368.2022.02.000/7, NF-004489.2022.02.000/2, NF-004602.2022.02.000/8, IC-000015.2022.02.001/1, IC-000038.2022.02.001/0, IC-000205.2022.02.001/7, NF-000518.2022.02.001/8, IC-000107.2022.02.002/2, PP-000204.2022.02.003/2, NF-000331.2022.02.003/3, NF-000363.2022.02.003/8, NF-000071.2022.02.004/7, IC-000222.2022.02.005/6, NF-000297.2022.02.005/9, IC-000027.2014.02.004/2, IC-000198.2017.02.005/7, IC-005820.2018.02.000/0, IC-006401.2018.02.000/2, IC-004266.2019.02.000/9, IC-001434.2020.02.000/5, IC-001667.2020.02.000/5, IC-005104.2021.02.000/9, PP-006679.2021.02.000/5, PP-000369.2022.02.000/3, PP-001048.2022.02.000/8, PP-001382.2022.02.000/2, PP-001444.2022.02.000/5, NF-001637.2022.02.000/0, IC-002495.2022.02.000/0, PP-002515.2022.02.000/7, PP-002738.2022.02.000/0, IC-003420.2022.02.000/7, NF-004048.2022.02.000/2, NF-004284.2022.02.000/0, NF-004483.2022.02.000/0, IC-000017.2022.02.002/8, IC-000311.2022.02.002/8, PP-000236.2022.02.003/7 - PRT 3ª Região-MG - IC-004180.2019.03.000/2, IC-003035.2020.03.000/9, IC-000263.2020.03.002/5, IC-000609.2020.03.002/2, IC-000362.2020.03.005/0, IC-000089.2020.03.009/8, IC-000363.2020.03.010/2, IC-001717.2021.03.000/3, IC-003924.2021.03.000/4, NF-004037.2021.03.000/0, IC-000722.2022.03.000/4, NF-000412.2022.03.001/3, NF-000121.2022.03.002/0, IC-000418.2016.03.002/2, IC-000099.2016.03.010/9, IC-000382.2017.03.002/7, IC-000577.2017.03.002/8, IC-000197.2017.03.003/0, IC-001813.2018.03.000/9, IC-000555.2018.03.002/3, IC-000785.2018.03.002/1, IC-000030.2019.03.002/7, IC-000264.2019.03.002/2, IC-000079.2019.03.003/7, IC-000163.2019.03.003/9, IC-000456.2019.03.003/5, IC-000635.2019.03.007/4, IC-003316.2020.03.000/3, IC-004867.2020.03.000/5, IC-000101.2020.03.000/5, IC-000104.2020.03.002/0, IC-000241.2020.03.003/9, IC-000071.2020.03.009/1, IC-000066.2020.03.010/5, IC-000152.2021.03.000/4, IC-000758.2021.03.000/1, IC-001076.2021.03.000/5, IC-000324.2021.03.001/2, IC-000668.2021.03.001/1, IC-000016.2021.03.004/3, IC-000424.2022.03.000/2, IC-000812.2022.03.000/5, IC-001231.2022.03.000/9, PP-001367.2022.03.000/8, IC-002497.2022.03.000/2, NF-000341.2022.03.002/1, PP-000044.2022.03.005/9, NF-000106.2022.03.008/3, NF-000168.2022.03.009/0, IC-000012.2022.03.010/2, NF-000149.2022.03.010/5, NF-000292.2022.03.010/5, IC-000042.2017.03.002/2, IC-000116.2017.03.008/0, IC-000312.2018.03.002/9, IC-001441.2019.03.000/0, IC-004628.2019.03.000/4, IC-000295.2019.03.010/0, IC-000325.2020.03.005/0, IC-000193.2020.03.009/5, IC-000289.2020.03.010/7, IC-001571.2021.03.000/4, IC-001773.2021.03.000/0, IC-003275.2021.03.000/0, IC-003504.2021.03.000/2, IC-003633.2021.03.000/3, IC-000019.2021.03.001/0, IC-000205.2021.03.002/7, NF-000241.2021.03.003/1, PP-000381.2022.03.000/9, IC-001137.2022.03.000/4, IC-001154.2022.03.000/0, IC-001172.2022.03.000/2, NF-001946.2022.03.000/3, IC-001969.2022.03.000/2, NF-002058.2022.03.000/3, NF-002075.2022.03.000/0, NF-002744.2022.03.000/6, IC-000295.2022.03.001/4, NF-000442.2022.03.001/5, NF-000102.2022.03.003/3, NF-000263.2022.03.010/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-000363.2015.04.006/9, IC-001886.2018.04.000/0, IC-004263.2018.04.000/1, IC-002634.2019.04.000/2, IC-000142.2019.04.008/9, IC-000773.2020.04.000/0, IC-000787.2020.04.000/2, IC-001740.2020.04.000/3, IC-002573.2020.04.000/1, IC-000300.2020.04.004/4, IC-002345.2021.04.000/0, IC-002686.2021.04.000/4, IC-000269.2021.04.001/0, IC-000382.2021.04.001/9, IC-000220.2021.04.008/1, PP-000035.2022.04.000/8, PP-000933.2022.04.000/2, PP-001256.2022.04.000/9, PP-001322.2022.04.000/6, NF-001606.2022.04.000/7, NF-000042.2022.04.006/0, NF-000255.2022.04.008/3, IC-001585.2012.04.000/2, IC-000258.2016.04.004/6, IC-000328.2016.04.008/0, IC-000405.2017.04.001/0, IC-003020.2018.04.000/7, IC-004039.2018.04.000/0, IC-000499.2018.04.006/5, IC-000328.2018.04.007/8, IC-000103.2019.04.000/4, IC-002974.2019.04.000/0, IC-003376.2019.04.000/6, IC-003524.2019.04.000/7, IC-000426.2019.04.004/1, IC-000184.2019.04.006/4, IC-000416.2019.04.006/0, IC-000368.2020.04.000/1, IC-002248.2020.04.000/9, IC-003122.2020.04.000/4, IC-003412.2020.04.000/9, IC-003451.2020.04.000/0, IC-000383.2020.04.001/2, IC-000471.2020.04.001/0, IC-000364.2020.04.004/9, IC-000054.2020.04.006/5, IC-000133.2020.04.006/0, IC-000567.2020.04.006/0, IC-000598.2020.04.006/9, IC-000193.2020.04.007/2, IC-000162.2021.04.000/0, IC-000293.2021.04.000/0, IC-001058.2021.04.000/4, IC-001413.2021.04.000/0, IC-001597.2021.04.000/0, PP-002734.2021.04.000/8, IC-000110.2021.04.004/8, IC-000195.2021.04.004/3, IC-000201.2021.04.007/8, PP-000203.2022.04.000/3, PP-000229.2022.04.000/6, IC-000369.2022.04.000/3, PP-000408.2022.04.000/5, PP-000502.2022.04.000/5, PP-000660.2022.04.000/4, PP-000717.2022.04.000/0, IC-001368.2022.04.000/3, PP-001418.2022.04.000/9, NF-001576.2022.04.000/3, NF-001964.2022.04.000/5, NF-002015.2022.04.000/1, NF-002045.2022.04.000/0, PP-000071.2022.04.002/3, NF-000189.2022.04.002/8, PP-000138.2022.04.004/1, NF-000072.2022.04.005/1, IC-002530.2009.04.000/1, IC-000166.2018.04.001/9, IC-000337.2018.04.004/4, IC-000238.2019.04.003/7, IC-000307.2019.04.006/1, IC-002171.2020.04.000/1, IC-000033.2020.04.001/7, IC-000435.2020.04.008/0, IC-000173.2021.04.001/8, IC-000202.2021.04.001/2, IC-000059.2021.04.006/5, IC-000144.2021.04.006/7, NF-000253.2021.04.008/2, NF-001014.2022.04.000/9, PP-001085.2022.04.000/8, PP-001214.2022.04.000/3, PP-001351.2022.04.000/0, PP-001427.2022.04.000/0, NF-001511.2022.04.000/9, PP-001857.2022.04.000/9, NF-001894.2022.04.000/8, NF-002021.2022.04.000/7, NF-002028.2022.04.000/4, IC-000115.2022.04.001/3, NF-000228.2022.04.004/2, IC-000025.2022.04.006/5, IC-000238.2022.04.006/6 - PRT 5ª Região-BA - IC-000154.2018.05.007/2, IC-000026.2019.05.005/3, IC-000119.2021.05.003/6, NF-000871.2022.05.000/6, NF-000066.2022.05.005/5, IC-000336.2014.05.000/0, IC-001850.2014.05.000/2, IC-001501.2019.05.000/3, IC-000393.2019.05.004/1, IC-000102.2019.05.005/4, IC-000605.2020.05.000/9, IC-000617.2020.05.000/9, IC-000137.2020.05.007/9, IC-000228.2020.05.007/6, IC-000060.2021.05.000/9, IC-001062.2021.05.000/9, IC-001132.2021.05.000/7, NF-001759.2021.05.000/1, NF-002034.2021.05.000/9, NF-002184.2021.05.000/8, NF-002305.2021.05.000/7, NF-002324.2021.05.000/4, NF-000212.2021.05.003/0, IC-000510.2021.05.006/4, NF-000573.2022.05.000/4, NF-001681.2022.05.000/1, IC-001751.2017.05.000/6, IC-000204.2017.05.004/9, IC-000034.2018.05.003/0, IC-001277.2019.05.000/9, IC-000468.2019.05.004/0, IC-000595.2019.05.006/2, IC-000057.2019.05.007/9, IC-001553.2020.05.000/2, IC-001940.2020.05.000/9, IC-000604.2021.05.000/5, IC-001403.2021.05.000/5, IC-001607.2021.05.000/1, NF-002185.2021.05.000/3, IC-000159.2021.05.003/5, NF-000011.2022.05.000/9, IC-000254.2022.05.000/1, NF-000638.2022.05.000/5, NF-001603.2022.05.000/1 - PRT 6ª Região-PE - IC-000267.2021.06.002/9, PP-001104.2022.06.000/1, IC-000255.2019.06.001/6, IC-001019.2020.06.000/4, IC-003278.2020.06.000/8, IC-000074.2020.06.002/9, IC-000022.2021.06.000/3, IC-001140.2021.06.000/3, IC-002075.2021.06.000/0, IC-000265.2021.06.002/6, IC-000037.2022.06.000/1, NF-001082.2022.06.000/4, NF-001635.2022.06.000/2, IC-001101.2021.06.000/3, IC-001122.2021.06.000/1, IC-001435.2021.06.000/6, IC-000096.2021.06.002/3 - PRT 7ª Região-CE - IC-000593.2019.07.000/1, IC-000853.2019.07.000/7, IC-000656.2020.07.000/5, IC-000892.2020.07.000/9, IC-000956.2020.07.000/3, IC-001093.2020.07.000/3, IC-001146.2020.07.000/5, PP-001290.2021.07.000/4, PP-000752.2022.07.000/3, PP-001184.2022.07.000/3, NF-000055.2022.07.002/1, IC-000723.2015.07.000/2, IC-001935.2017.07.000/2, IC-002551.2017.07.000/2, IC-000273.2017.07.001/5, IC-001994.2019.07.000/8, IC-000981.2020.07.000/0, IC-001192.2020.07.000/6, IC-001683.2020.07.000/0, IC-000275.2021.07.000/7, IC-000411.2021.07.000/4, NF-001242.2021.07.000/3, IC-001385.2021.07.000/1, PP-001702.2021.07.000/4, IC-001758.2021.07.000/9, IC-000130.2021.07.002/4, PP-000182.2022.07.000/0, PP-000186.2022.07.000/1, PP-000554.2022.07.000/3, NF-000629.2022.07.000/8, PP-000811.2022.07.000/0, PP-000817.2022.07.000/4, NF-000881.2022.07.000/0, PP-001128.2022.07.000/7, NF-001246.2022.07.000/6, NF-001794.2022.07.000/4, IC-001137.2016.07.000/2, IC-000073.2017.07.001/6, IC-000009.2018.07.000/0, IC-001457.2018.07.000/1, IC-

000921.2019.07.000/0, IC-001789.2019.07.000/5, IC-000385.2020.07.000/0, IC-000399.2020.07.000/9, IC-000417.2020.07.000/6, IC-000846.2020.07.000/8, IC-001298.2020.07.000/6, IC-001782.2020.07.000/2, PP-000362.2021.07.000/9, IC-001184.2021.07.000/1, IC-001976.2021.07.000/4, IC-000383.2022.07.000/2, PP-000982.2022.07.000/5 - PRT 8ª Região-PA - IC-001239.2020.08.000/3, IC-001457.2021.08.000/1, IC-000058.2021.08.003/2, IC-000144.2022.08.000/1, IC-000337.2018.08.003/5, IC-000289.2021.08.000/8, IC-000377.2021.08.000/6, IC-000554.2021.08.000/9, IC-000803.2021.08.000/0, IC-000227.2022.08.000/4, IC-000607.2022.08.000/2, NF-000882.2022.08.000/5, PP-000931.2022.08.000/0, NF-000994.2022.08.000/3, NF-001025.2022.08.000/4, IC-000147.2022.08.001/1, IC-000936.2020.08.000/7, IC-000095.2022.08.000/1, IC-000176.2022.08.000/6 - PRT 9ª Região-PR - IC-001044.2019.09.000/2, IC-003166.2020.09.000/6, IC-000160.2020.09.009/5, IC-000187.2021.09.003/1, IC-000461.2021.09.003/3, IC-000211.2021.09.005/2, IC-000004.2021.09.006/2, IC-000229.2021.09.006/1, IC-000262.2022.09.000/3, IC-000411.2022.09.000/7, PP-000921.2022.09.000/5, NF-001248.2022.09.000/9, NF-001647.2022.09.000/2, PP-000068.2022.09.004/9, NF-000154.2022.09.005/5, NF-000186.2022.09.007/1, IC-001897.2018.09.000/7, IC-000638.2019.09.000/8, IC-000455.2019.09.003/0, IC-000307.2020.09.000/4, IC-000100.2020.09.005/8, IC-000316.2021.09.000/8, IC-000753.2021.09.000/0, IC-001112.2021.09.000/8, IC-001190.2021.09.000/8, IC-001379.2021.09.000/9, IC-000235.2021.09.004/1, PP-000284.2021.09.004/1, IC-000342.2021.09.004/8, IC-000147.2021.09.008/7, PP-000895.2022.09.000/3, NF-001442.2022.09.000/0, NF-001680.2022.09.000/0, NF-001886.2022.09.000/7, IC-000112.2022.09.001/0, IC-000035.2022.09.003/0, PP-000021.2022.09.004/5, PP-000067.2022.09.004/1, IC-000009.2022.09.006/8, PP-000079.2022.09.006/8, IC-000063.2022.09.007/8, IC-002172.2017.09.000/2, IC-000009.2018.09.003/1, IC-000650.2019.09.001/2, IC-000125.2019.09.007/7, IC-002846.2020.09.000/6, IC-000739.2021.09.000/4, NF-001349.2021.09.000/0, IC-001411.2021.09.000/4, IC-001910.2021.09.000/5, IC-000196.2021.09.004/3, IC-000097.2021.09.006/6, PP-000247.2021.09.008/5, IC-000031.2021.09.010/4, PP-000320.2022.09.000/0, NF-001035.2022.09.000/1, PP-001329.2022.09.000/9, IC-000154.2022.09.001/1, PP-000122.2022.09.004/0, IC-000044.2022.09.007/9, IC-000071.2022.09.007/1, IC-000044.2022.09.009/2, NF-000150.2022.09.010/6 - PRT 10ª Região-DF - IC-000128.2022.10.000/0, IC-000528.2022.10.000/2, NF-001071.2022.10.000/8, PP-000045.2022.10.001/2, NF-000131.2022.10.002/9, IC-000281.2019.10.000/2, IC-000697.2019.10.000/0, IC-001548.2020.10.000/0, IC-000201.2021.10.000/6, IC-000824.2021.10.000/9, IC-000985.2021.10.000/7, IC-002002.2021.10.000/5, PP-002170.2021.10.000/6, IC-000186.2022.10.000/0, NF-001108.2022.10.000/9, NF-001530.2022.10.000/3, IC-001113.2019.10.000/8, IC-000286.2021.10.001/4, IC-000667.2022.10.000/3, IC-000030.2022.10.002/9 - PRT 11ª Região-AM - IC-001088.2015.11.000/3, IC-000514.2021.11.000/8, IC-001122.2016.11.000/1, IC-001154.2017.11.000/3, IC-001028.2018.11.000/0, IC-001111.2018.11.000/3, NF-000097.2022.11.000/9, NF-000215.2022.11.000/2, IC-000591.2015.11.000/4, IC-000295.2022.11.000/0, NF-000740.2022.11.000/3 - PRT 12ª Região-SC - IC-000343.2015.12.005/7, IC-000029.2019.12.005/3, IC-000433.2019.12.005/8, IC-000776.2020.12.000/9, IC-000644.2021.12.000/9, NF-000024.2022.12.000/1, NF-000246.2022.12.001/0, IC-000246.2015.12.005/7, IC-001154.2018.12.000/3, IC-001453.2018.12.000/0, IC-000059.2019.12.006/9, IC-000101.2019.12.006/7, IC-000781.2020.12.000/4, IC-001177.2020.12.000/0, IC-000234.2020.12.002/2, IC-000178.2020.12.003/7, IC-000274.2021.12.000/8, IC-000293.2021.12.000/6, IC-000592.2021.12.000/4, PP-000981.2021.12.000/3, IC-000285.2021.12.005/2, NF-000172.2022.12.003/4, IC-000094.2019.12.006/5, IC-001382.2020.12.000/4, IC-000229.2021.12.000/3, IC-000147.2021.12.005/8, NF-000120.2022.12.003/5, NF-000207.2022.12.003/3 - PRT 13ª Região-PB - IC-000036.2016.13.000/6, NF-000806.2022.13.000/2, IC-000744.2015.13.000/5, PP-001597.2020.13.000/0, IC-001638.2020.13.000/5, IC-000526.2020.13.001/5, IC-000985.2021.13.000/0, IC-000996.2021.13.000/3, IC-000454.2019.13.001/7, IC-000597.2020.13.000/4, IC-000506.2021.13.000/5, NF-000454.2021.13.001/9, IC-000004.2022.13.000/0, NF-000812.2022.13.000/4 - PRT 14ª Região-RO - IC-000106.2021.14.002/0, IC-000171.2022.14.000/5, IC-000318.2015.14.002/3, IC-000043.2021.14.002/2, IC-000168.2019.14.002/4, IC-000265.2019.14.002/3, IC-000287.2022.14.000/9, NF-000112.2022.14.001/6 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000078.2018.15.000/4, IC-000459.2020.15.006/0, IC-000690.2021.15.000/2, PP-004013.2021.15.000/4, PP-004114.2021.15.000/7, PP-001030.2021.15.001/3, IC-000219.2021.15.002/5, IC-000662.2021.15.006/2, IC-000555.2021.15.007/4, PP-000355.2022.15.000/3, PP-001697.2022.15.000/8, NF-000420.2022.15.002/4, IC-000001.2022.15.003/6, PP-000264.2022.15.003/0, PP-000266.2022.15.003/3, PP-000310.2022.15.003/7, IC-000806.2018.15.002/3, IC-000565.2018.15.006/9, IC-002370.2019.15.000/3, IC-001088.2019.15.002/8, IC-000727.2019.15.006/1, IC-000542.2020.15.008/3, IC-002285.2021.15.000/8, IC-002740.2021.15.000/1, PP-003937.2021.15.000/6, IC-003939.2021.15.000/7, IC-000249.2021.15.001/9, IC-000808.2021.15.001/2, IC-000095.2021.15.002/0, IC-000337.2021.15.002/5, IC-000550.2021.15.002/1, IC-000233.2021.15.004/8, IC-000159.2021.15.006/9, IC-000207.2021.15.006/8, IC-000508.2021.15.006/9, IC-000617.2021.15.006/8, IC-000586.2021.15.008/0, PP-000416.2022.15.000/9, IC-000637.2022.15.000/6, PP-001014.2022.15.000/7, PP-001594.2022.15.000/4, IC-001965.2022.15.000/0, NF-002472.2022.15.000/1, IC-002611.2022.15.000/2, NF-000621.2022.15.001/9, NF-000631.2022.15.001/6, NF-000011.2022.15.002/9, IC-000162.2022.15.002/1, NF-000244.2022.15.002/8, PP-000247.2022.15.003/5, PP-000284.2022.15.003/5, NF-000357.2022.15.003/0, IC-000086.2022.15.006/6, NF-000317.2022.15.007/4, IC-000970.2014.15.000/7, IC-000521.2017.15.007/0, IC-002534.2018.15.000/2, IC-001013.2018.15.001/7, IC-000013.2018.15.007/5, IC-000084.2019.15.002/9, IC-000531.2020.15.000/4, IC-000172.2021.15.000/0, IC-002206.2021.15.000/2, PP-004246.2021.15.000/4, IC-000651.2021.15.001/8, IC-000384.2021.15.003/0, IC-000266.2021.15.006/5, NF-000153.2022.15.000/4, PP-000904.2022.15.000/0, PP-001424.2022.15.000/2, PP-001499.2022.15.000/4, NF-002299.2022.15.000/8, PP-000046.2022.15.002/0, NF-000298.2022.15.005/4, PP-000014.2022.15.006/4, NF-000465.2022.15.006/8 - PRT 16ª Região-MA - IC-001500.2017.16.000/0, IC-000109.2020.16.001/0, IC-000190.2020.16.001/8, IC-000287.2021.16.000/8, NF-000852.2022.16.000/6, IC-000263.2017.16.001/9, IC-000277.2019.16.001/7, NF-000550.2022.16.000/9, NF-000674.2022.16.000/7, PP-000876.2022.16.000/6, PP-000441.2010.16.000/0, IC-000442.2022.16.000/6, NF-000832.2022.16.000/1 - PRT 17ª Região-ES - IC-000920.2020.17.000/5, PP-000026.2022.17.001/6, NF-000142.2022.17.003/7, IC-000056.2018.17.000/7, IC-000128.2021.17.000/3, IC-000398.2021.17.000/0, IC-000532.2021.17.000/5, PP-001473.2021.17.000/3, PP-000278.2022.17.000/0, PP-000387.2022.17.000/0, NF-000574.2022.17.000/0, PP-000575.2022.17.000/6, PP-000117.2022.17.003/7, IC-001155.2019.17.000/1, IC-000630.2020.17.000/8, IC-000021.2020.17.002/3, PP-001311.2021.17.000/7, NF-000513.2022.17.000/0, PP-000034.2022.17.002/0 - PRT 18ª Região-GO - NF-000939.2022.18.000/6, NF-001221.2022.18.000/6, PP-000004.2001.18.000/8, IC-000158.2018.18.001/0, IC-000200.2020.18.002/0, IC-000054.2021.18.002/5, IC-000339.2021.18.002/0, NF-001103.2022.18.000/7, NF-001252.2022.18.000/0, IC-000015.2022.18.001/2, NF-000124.2022.18.002/8, IC-000178.2019.18.002/5, IC-001122.2020.18.000/0, IC-001220.2021.18.000/9, IC-001270.2021.18.000/0, IC-000117.2021.18.001/9, NF-000392.2022.18.000/6, NF-001053.2022.18.000/1, IC-001101.2022.18.000/6, NF-001170.2022.18.000/5 - PRT 19ª Região-AL - PP-000082.2022.19.000/9, IC-000378.2022.19.000/0, PP-000084.2022.19.001/4, IC-000632.2019.19.000/3, IC-001028.2019.19.000/8, IC-001712.2021.19.000/8, IC-000271.2021.19.001/3, IC-000295.2022.19.000/8, IC-000329.2022.19.000/0, IC-000583.2022.19.000/2, IC-000340.2021.19.000/5, IC-000096.2019.19.000/7, IC-001896.2019.19.000/0, IC-000189.2020.19.000/2, IC-000318.2021.19.001/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000668.2021.20.000/9, NF-000101.2022.20.001/0, IC-001467.2015.20.000/7, IC-001758.2017.20.000/1, IC-000037.2021.20.001/8, PP-000226.2022.20.000/7, PP-000639.2022.20.000/6, NF-000924.2022.20.000/1, IC-000838.2020.20.000/0, IC-000030.2021.20.000/6, IC-001571.2021.20.000/3, IC-001726.2021.20.000/3, PP-000153.2022.20.000/1, PP-000196.2022.20.000/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-000857.2020.21.000/0, IC-000043.2020.21.001/5, IC-000201.2020.21.001/4, IC-000220.2020.21.001/2, IC-001028.2021.21.000/1, IC-001212.2021.21.000/7, IC-001282.2021.21.000/1, IC-000008.2021.21.001/8, NF-000205.2022.21.001/5, IC-001007.2019.21.000/5, IC-000191.2019.21.001/2, IC-000262.2019.21.001/5, IC-001591.2020.21.000/2, IC-000211.2020.21.001/1, IC-000249.2021.21.000/9, IC-000184.2022.21.000/0, IC-000045.2022.21.001/7, IC-000021.2022.21.002/2, IC-000374.2017.21.001/8, IC-001035.2020.21.000/0, IC-001234.2021.21.000/0 - PRT 22ª Região-PI - NF-000271.2022.22.000/3, IC-000087.2021.22.001/2, IC-000782.2020.22.000/2 - PRT 23ª Região-MT - IC-000659.2021.23.000/0, IC-000007.2022.23.000/8, IC-000041.2022.23.000/0, IC-000344.2022.23.000/0, NF-000307.2022.23.000/0, NF-000356.2022.23.000/0, IC-000131.2022.23.001/5, IC-000185.2022.23.001/7, IC-000008.2022.23.003/1, IC-000084.2022.23.004/9, IC-000384.2019.23.001/2, IC-000029.2022.23.004/6 - PRT 24ª Região-MS - IC-000071.2020.24.002/1, IC-000183.2020.24.002/8, IC-000598.2021.24.000/6, IC-000205.2022.24.000/0, NF-000522.2022.24.000/0, NF-000543.2022.24.000/0, PP-000160.2022.24.001/1, IC-000032.2017.24.002/7, IC-000235.2019.24.001/5, IC-000072.2021.24.001/1, IC-000086.2022.24.000/1, PP-000394.2022.24.000/7, NF-000597.2022.24.000/2, PP-000043.2022.24.001/8, NF-000096.2022.24.001/0, IC-000533.2021.24.000/0, IC-000075.2021.24.001/3, IC-000047.2022.24.000/6, NF-000655.2022.24.000/9, PP-000061.2022.24.001/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ILEANA NEIVA MOUSINHO
Coordenadora da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão
Em exercício

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 38, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente no exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo); e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Augusto Nardes, em missão oficial, e Vital do Rêgo, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 37, referente à sessão realizada em 28 de setembro de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das Atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Registro da presença, nesta sessão plenária, de candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público para provimento do cargo de Auditor Federal de Controle Externo - Área Controle Externo, que iniciaram, na última segunda-feira, o programa de formação no Instituto Serzedello Corrêa. A Presidência desejou-lhes êxito no curso de formação e deu boas-vindas aos futuros servidores do TCU.

Apresentação ao Colegiado das listas de atos de admissão de nºs 13 a 24/2022, disponíveis no sistema e-Pessoal, para serem submetidas ao procedimento de apreciação sumária.

Informação acerca da aplicação dos procedimentos de auditoria relacionada à preparação e à execução do primeiro turno das Eleições 2022 e breve relato das atividades desempenhadas pelo corpo técnico desta Corte.

HOMOLOGAÇÃO DE ATO NORMATIVO AD REFERENDUM (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

O Plenário homologou, nos termos do art. 29 e 31, inciso I, do Regimento Interno, a Resolução-TCU nº 343, de 5 de outubro de 2022, a qual altera a Resolução-TCU nº 225, de 13 de maio de 2009, que estabelece critérios para a emissão e utilização de passagens aéreas.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-000.379/2018-2, TC-010.915/2015-0, TC-017.040/2022-1, TC-020.923/2021-0 e TC-021.500/2013-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-015.621/2018-9, TC-029.158/2020-6 e TC-045.458/2021-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-000.964/2022-0, TC-010.112/2022-7, TC-015.125/2021-1, TC-018.942/2022-9, TC-018.944/2022-1 e TC-033.944/2020-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-016.052/2020-0, TC-027.291/2018-9 e TC-036.417/2016-5, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

TC-015.655/2022-9, TC-033.359/2020-2 e TC-038.295/2012-1, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia; e

TC-038.826/2021-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2194 a 2243.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2158 a 2170 e 2172 a 2193, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-020.973/2020-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 10 de agosto de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo (Ata nº 31/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.427/2015-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da realização da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 22 de junho de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo (Ata nº 23/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista. O processo está sob pedido de vista formulado em 31 de agosto de 2022 pelo Ministro Aroldo Cedraz (Ata nº 34/2022-PL).

Por deliberação do Colegiado, com base nos §§ 11 e 12 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-027.291/2018-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 13 de julho de 2022 pelo Ministro Vital do Rêgo, 1º revisor, e pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, 2º revisor (Ata nº 27/2022).

Por deliberação do Colegiado, com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-008.702/2022-5, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, foi transferida para a sessão extraordinária do Plenário de 11 de outubro de 2022. O processo está sob pedido de vista formulado em 31 de agosto de 2022 pelo Ministro Benjamin Zymler (Ata nº 34/2022-PL).

SUSTENTAÇÃO ORAL

A sustentação oral solicitada pela Dra. Marcelise de Miranda Azevedo em nome da Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, referente ao processo TC-020.973/2020-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. John Anderson Lucena de Queiroz em nome de Carlos José Castro Marques, referente ao processo TC-026.427/2015-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Fernando Alves Filgueiras da Silva em nome de Carlos Moisés da Silva, referente ao processo TC-001.722/2022-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, não foi realizada, em vista da transferência do processo para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022.

Na apreciação do processo TC-007.807/2022-8, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Fábio Santos Macedo realizou sustentação oral em nome de Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda. Acórdão nº 2162.

Na apreciação do processo TC-042.955/2021-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira realizou sustentação oral em nome da empresa Intermodal Brasil Logistica Ltda. Acórdão nº 2163.

Na apreciação do processo TC-007.362/2022-6, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Vitor Oliveira Dias realizou sustentação oral em nome da empresa Inovação Distribuição e Comércio Ltda. Acórdão nº 2165.

Na apreciação do processo TC-006.195/2019-9, cujo relator é o Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, a Dra. Thaís Aroca Datcho e o Dr. Guilherme Carvalho realizaram sustentações orais em nome das empresas LINKCON Ltda. e Sistematech Informática Eireli, respectivamente. O Ministro Benjamin Zymler usou da palavra para discutir a matéria e apresentou sugestão que foi acolhida pelo relator. Acórdão nº 2166.

Na apreciação do processo TC-032.829/2016-7, cujo relator é o Ministro Weder Oliveira, a Dra. Paola Aires Corrêa Lima realizou sustentação oral em nome da empresa Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Na oportunidade, a Dra. Paola Aires Corrêa Lima usou da palavra para estrito esclarecimento de matéria de fato, nos termos do § 8º do artigo 168 do Regimento Interno. Acórdão nº 2168.

REEXAME DE PROCESSO COM PEDIDO DE VISTA

Nos termos do artigo 129 do Regimento Interno, o Ministro Aroldo Cedraz, pediu o reexame do processo TC-002.036/2019-3, que havia sido julgado nesta sessão plenária, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues. A nova apreciação foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 16 de novembro de 2022, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz, com base no artigo 112 do Regimento Interno.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-018.874/2009-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e o revisor é o Ministro Walton Alencar Rodrigues (Ata nº 28/2022). O Tribunal aprovou o Acórdão nº 2169, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

APRECIAÇÃO DO PROCESSO TC-005.291/2121-6

Na apreciação do processo TC-005.291/2121-6, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Ministro Walton Alencar Rodrigues usou da palavra para discutir a matéria e fez sugestão adicional de realização de auditoria na folha de pagamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Considerando a existência de processo com escopo correlato, a Presidência solicitou à Segecex a elaboração de proposta que não seja redundante com outras já adotadas. Acórdão nº 2175.

APRECIAÇÃO DO PROCESSO TC-012.730/2022-0

Na apreciação do processo TC-012.730/2022-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usou da palavra para discutir a matéria e apresentou sugestão no sentido de determinar à Segecex o monitoramento completo das obras. O relator acolheu e informou que a determinação será feita mediante despacho. Acórdão nº 2178.

NÚMERO DE ACÓRDÃO NÃO UTILIZADO

Não foi utilizado na numeração dos Acórdãos o n° 2171.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2158/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.938/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidades Jurisdicionadas: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério da Infraestrutura.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Deputada Federal Greyce Elias, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e no Ministério da Infraestrutura no que concerne à doação de trechos da rodovia BR-365/MG ao estado de Minas Gerais,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Ministério da Infraestrutura e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, caso decidam pela continuidade da doação de trechos da BR-365/MG ao estado de Minas Gerais, adotem providências de suas respectivas alçadas para convalidar o Termo de Transferência 127/2021, antes da assinatura pelo estado de Minas Gerais do contrato de concessão decorrente da Concorrência Internacional 2/2021, de modo a sanear a falha relativa à ausência de manifestação quanto ao eventual não enquadramento dos trechos doados da BR-365/MG aos requisitos da Rede de Integração Nacional, em observância ao art. 18, inciso II, da Lei 12.379/2011, e ao art. 4º, inciso I, alínea "b", do Decreto 8.376/2014;

9.3. recomendar ao Ministério da Infraestrutura e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar, caso seja de seu interesse e como alternativa ao disposto no subitem 9.2, a delegação do trecho da BR-365/MG, km 474,6 ao km 605,5, ao estado de Minas Gerais, conforme previsto na Lei 9.277/1996 e nos arts. 6º, § 2º, e 18, parágrafo único, da Lei 12.379/2011;

9.4. dar ciência ao Ministério da Infraestrutura e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020, que a não elaboração das relações descritivas das rodovias integrantes da Rede de Integração Nacional por ato do Poder Executivo está em desacordo com o art. 41-A da Lei 12.379/2011;

9.5. fazer constar na ata desta sessão, nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 315/2020, comunicação do relator ao colegiado no sentido de ordenar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil o monitoramento da determinação contida no subitem 9.2 desta deliberação;

9.6. informar a representante, Deputada Federal Greyce Elias, e o Governo do Estado de Minas Gerais a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2158-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2159/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.967/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII - Monitoramento.
3. Responsável: Leonardo Barbosa Cardoso (019.544.175-35).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Gandu/BA.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam do monitoramento do subitem 1.7.1 do Acórdão 2.759/2021-TCU-Plenário, prolatado no âmbito de representação formulada pela empresa Lveny Construtora e Distribuidora de Materiais de Construção Eireli a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em processos licitatórios realizados pelo Município de Gandu/BA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Com fundamento no art. 17, §3º, da Resolução-TCU 315/2020, dispensar o monitoramento do subitem 1.7.1 do Acórdão 2.759/2021-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência ao município de Gandu de que a revisão do valor dos contratos, nos termos prescritos pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, deve ser formalizada em processo administrativo próprio, de modo que reste devidamente comprovada a necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro das avenças (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal);

9.3. encaminhar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE cópia do Acórdão 2.759/2021-TCU-Plenário, da peça 104 do TC 000.012/2021-1 e do presente acórdão;

9.4. apensar o presente processo ao TC 000.012/2021-1.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2159-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2160/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.020/2020-5.
1.1. Apenso: 009.083/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva - MD/CE (09.573.215/0001-76); Rio Negro Distribuidora de Petróleo Ltda. (32.682.326/0001-32), antiga Ecali Distribuidora de Petróleo Ltda.; Empreendimentos Fortaleza Eireli (11.793.272/0001-02); Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (00.394.452/0573-93).
3.2. Responsáveis: Adailton Calderaro Bortolucci (201.718.218-40); Rio Negro Distribuidora de Petróleo Ltda. (32.682.326/0001-32), antiga Ecali Distribuidora de Petróleo Ltda.; José de Oliveira Melo Filho (762.422.932-34).
4. Unidade Jurisdicionada: 21ª Companhia de Engenharia de Construção.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Yolanda Corrêa Pereira (1.779/OAB-AM), representando Atem's Distribuidora de Petroleo S.A.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta Representação acerca de supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 12/2019 por parte da 21ª Companhia de Engenharia de Construção do Comando Militar da Amazônia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, considerar revel a empresa Rio Negro Distribuidora de Petróleo Ltda. (32.682.326/0001-32), antiga Ecali Distribuidora de Petróleo Ltda.;

9.2. nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, declarar inidoneidade da empresa Rio Negro Distribuidora de Petróleo Ltda. (32.682.326/0001-32), anteriormente denominada Ecali Distribuidora de Petróleo Ltda., pelo prazo de 6 (seis) meses, para participar de licitações na Administração Pública Federal, bem como nos certames promovidos nas esferas estadual e municipal cujos objetos sejam custeados com recursos federais repassados por força de convênios ou instrumentos congêneres;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por José de Oliveira Melo Filho em relação à audiência determinada nos itens 9.5.1 e 9.5.2 do Acórdão 136/2021-TCU-Plenário, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Adailton Calderaro Bortolucci, em relação à audiência determinada no item 9.6 do Acórdão 136/2021-TCU-Plenário, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.7. comunicar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa, responsável pelas contas anuais do órgão representado, quanto à existência do respectivo processo, a fim de que esta avalie a necessidade de sobrestamento das contas anuais correspondentes, nos termos do item 26.1 do Anexo I da Portaria - Segecex 12/2016;

9.8. dar ciência desta deliberação à 21ª Companhia de Engenharia de Construção do CMA (21ª CEC), aos responsáveis e à representante.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2160-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Bruno Dantas (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2161/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.176/2022-1
2. Grupo I - Classe VII - Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidade: não há.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Coinfra - Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase processual, da seleção preliminar das obras que devem compor o plano de fiscalização de obras de 2023 deste Tribunal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 3º da Resolução-TCU 280/2016, em:

9.1. autorizar a realização, no âmbito do Fiscobras 2023, das fiscalizações identificadas no Anexo I da instrução juntada à peça 3 destes autos; e

9.2. restituir os presentes autos à Coinfra para demais providências.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2161-38/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Bruno Dantas (na Presidência, relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2162/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.807/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda (22.528.133/0001-78)..
4. Entidades: Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, Laboratório Farmacêutico da Marinha e Centro de Aquisições Específicas da Aeronáutica/Ministério da Defesa; Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
8. Representação legal: Beatriz Dufflis Fernandes (206.281/OAB-RJ), representando Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada de forma apartada ao TC 022.765/2020-4, para apurar possíveis fraudes cometidas pela empresa Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda. ao participar de diversas licitações realizadas pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha/RJ, pelo Centro de Aquisições Específicas e pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos - MS,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação, com fulcro nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. declarar a inidoneidade da empresa Sulminas Suplementos e Nutrição Ltda., com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992, para participar de licitação e contratar com a Administração Pública Federal ou de certame no qual haja utilização de recursos federais, pelo prazo de 1 (um) ano;
9.3. dar ciência desta deliberação à referida empresa; e
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2162-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2163/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.955/2021-1.
1.1. Apenso: 002.379/2022-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Andreani Logística Ltda. (04.887.927/0001-46); Intermodal Brasil Logística Ltda. (03.558.055/0001-00).
3.2. Recorrentes: IBL Logística/Intermodal Brasil Logística Ltda. (03.558.055/0001-00) e Ministério da Saúde.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (MS).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Anna Carolina Miranda Dantas (41.793/OAB-DF), representando Andreani Logística Ltda.;
8.2. Gustavo Swain Kfouri (35.197/OAB-PR), representando Intermodal Brasil Logística Ltda.;
8.3. Márcio Chaves de Castro (Procurador Federal) e Cristiane Cardoso Avolio Gomes (Advogada da União).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interposto contra o Acórdão 552/2022-Plenário, proferido em representação,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame, nos termos do artigo 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial de forma a:
9.1.1. em substituição à determinação contida no subitem 9.2 do acórdão recorrido, determinar, com fulcro no art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Saúde, que não prorrogue os Contratos 321/2021 (serviços de transporte) e 323/2021 (serviços de armazenagem) firmados com a IBL Logística/Intermodal Brasil Logística Ltda.;
9.1.2. em substituição à determinação contida no subitem 9.3 do acórdão recorrido, determinar, com fulcro no art. 251 do Regimento Interno do TCU, ao Ministério da Saúde, que adote imediatamente as medidas necessárias tendentes a iniciar e concluir regular procedimento licitatório, antes do encerramento da vigência dos Contratos 321/2021 (serviços de transporte) e 323/2021 (serviços de armazenagem) firmados com a IBL Logística/Intermodal Brasil Logística Ltda., caso considere necessário dar continuidade aos referidos serviços após 22/12/2022;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2163-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2164/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.351/2015-1.
1.1. Apenso: 015.119/2018-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).
3.2. Responsável: Egberto Martins Farias (048.904.773-49).
3.3. Recorrente: Egberto Martins Farias (048.904.773-49).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Guaraciaba do Norte - CE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Catarina Fernandes Freitas (28.844/OAB-CE), Carlos Celso Castro Monteiro (10.566/OAB-CE) e Frederico Landim de Carvalho Barbosa Teixeira (33.396/OAB-CE), representando Egberto Martins Farias.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 1.870/2018- 2ª Câmara, proferido em tomada de contas especial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de revisão, nos termos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a:
9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 1.870/2018-2ª Câmara;
9.1.2. julgar irregulares as contas do Sr. Egberto Martins Farias, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.1.3. aplicar ao responsável abaixo arrolado a pena de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
Egberto Martins Farias	20.000,00

9.1.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Ceará.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2164-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2165/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.362/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados: BR Prime Comercial e Serviços Ltda. (19.180.210/0001-37); Horus Comercial e Serviços Ltda. (20.306.945/0001-43); Inovação Distribuição e Comércio Ltda. (36.374.273/0001-43)
4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
8. Representação legal: Demóstenes Lázaro Xavier Torres (OAB/GO 7.148) e outros, representando Inovação Distribuição e Comércio Ltda

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida representação acerca de possíveis irregularidades nos Pregões Eletrônicos 74/2021 e 103/2021, conduzidos pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, cujo objeto é o "fornecimento, transporte, carga e descarga de caminhonetes pick-up 4x4, por SRP, destinados ao atendimento de diversos municípios" nas áreas de atuação da 9ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado de Goiás (Pregão Eletrônico 74/2021) e na área de atuação da Codevasf no Estado do Tocantins e no Distrito Federal (Pregão Eletrônico 103/2021).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 45 e 46 da Lei 8.443/1992, 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. considerar revéis, em relação ao segundo chamamento que lhes foi dirigido, as empresas Horus Comercial e Serviços Ltda. e BR Prime Comercial e Serviços Ltda.;

9.3. rejeitar os argumentos trazidos pelas empresas Horus Comercial e Serviços Ltda. e BR Prime Comercial e Serviços Ltda. no que concerne à primeira oitiva que lhes foi dirigida, e os apresentados pela empresa Inovação Distribuição e Comércio Ltda. relativamente aos dois chamamentos em que compareceu aos autos;

9.4. declarar a inidoneidade das empresas Horus Comercial e Serviços Ltda., BR Prime Comercial e Serviços Ltda. e Inovação Distribuição e Comércio Ltda. para participar, por cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal e nos certames promovidos nas esferas estadual e municipal cujos objetos sejam custeados com recursos federais repassados por força de convênios ou instrumentos congêneres;

9.5. comunicar à Controladoria-Geral da União, após o trânsito em julgado, a deliberação adotada no item anterior, para que promova a inscrição das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Idôneas e Suspensas - Ceis;

9.6. dar ciência deste acórdão, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

9.6.1. aos autores da representação, Senador Alessandro Vieira e Deputada Federal Tabata Amaral;
9.6.2. às empresas BR Prime Comercial e Serviços Ltda., Horus Comercial e Serviços Ltda. e Inovação Distribuição e Comércio Ltda.;
9.6.3. à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;
9.6.4. ao Tribunal Superior Eleitoral;
9.6.5. à Câmara de Vereadores de Fazenda Nova/GO;
9.6.6. à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
9.6.7. à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2165-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2166/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.195/2019-9.
1.1. Apenso: 029.596/2020-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: ECG Tec Servicos de Informatica Ltda (13.665.064/0001-53); Linkcon Ltda - EPP (05.323.742/0001-71); Sistematech Informatica Eireli - Me (10.981.677/0001-01); Ziuleo Copy Comércio e Serviços Ltda (04.530.781/0001-87).
4. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: Jessica Monteiro Leite Pannocchia (414.996/OAB-SP), Tania Rodrigues Moreira Pannocchia (158.198/OAB-SP) e outros, representando Ecg Tec Servicos de Informatica Ltda; Bruno Loureiro de Oliveira (22091/OAB-PE), representando Sistematech Informatica Eireli - Me; Sara Jendiroba Paixao Correa (210.280-E/OAB-RJ), José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (106.810/OAB-RJ) e outros, representando Ziuleo Copy Comércio e Serviços Ltda; Marcelo Leal de Lima Oliveira (21.932/OAB-DF), representando Linkcon Ltda - Epp.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secretaria de Fiscalização em Tecnologia da Informação (Sefti) deste Tribunal, relatando haver indícios de irregularidades identificados no processo de trabalho de planejamento e gestão dos Contratos 63/2016, 76/2017 e 33/2018 firmados entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e a empresa Linkcon Eireli (CNPJ 05.323.742/0001-71),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a inidoneidade da empresa Linkcon Eireli EPP (CPNJ 05.323.742/0001-71) para participar de licitação na Administração Pública Federal nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, em virtude de prática fraudulenta no Pregão Eletrônico para Registro de Preços (PE SRP) 17/2016, promovido pela CDRJ, pelo prazo de 3 (três) anos;

9.2. declarar a inidoneidade das empresas ECG Tec Serviços de Informática Ltda (CNPJ 13.665.064/0001-53), Sistematech Desenvolvimento de Software Eireli (CNPJ 10.981.677/0001-01) e Ziuleo Copy Comércio e Serviços Ltda (CNPJ 04.530.781/0001-87) para participarem de licitação na Administração Pública Federal nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992, em virtude de prática fraudulenta no Pregão Eletrônico para Registro de Preços (PE SRP) 17/2016, promovido pela CDRJ, pelo prazo de 1 (um) ano;

9.3. converter, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c art. 252 do RITCU, o presente processo em tomada de contas especial;

9.4. autorizar, desde logo, as citações dos responsáveis a seguir identificados, no âmbito da tomada de contas especial, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RITCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham, solidariamente, aos cofres da CDRJ as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade os valores eventualmente ressarcidos, na forma da legislação em vigor, tendo em vista que as respectivas condutas propiciaram as irregularidades seguintes, destacando que o nexo de causalidade e a culpabilidade relacionados a cada uma das condutas encontram-se descritos na matriz de responsabilização, Apêndice II da instrução constante dos autos:

9.4.1. irregularidade: superfaturamento de quantitativo de pontos de função no âmbito da OS 1/2016 (Contrato 63/2016), contrariando o art. 7º, § 4º c/c art. 73, I, b, ambos da Lei 8.666/1993:

Responsáveis solidários	Data do Pagamento	Valor Original (R$)
Felipe Villarta Moreira Julio Cesar Saraiva Eduardo Moreira da Silva Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	27/9/2017	890.810,00

9.4.2. irregularidade: pagamento de atividades intermediárias no âmbito da OS 1/2016 e OS 2/2017 (Contrato 63/2016), contrariando a Súmula 269 do TCU:

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Felipe Villarta Moreira Marcos Barreto Fernandes Ana Maria Marinho e Silva Linkcon Eireli	19/12/2017	166.800,00
Felipe Villarta Moreira Marcos Barreto Fernandes Julio Cesar Saraiva Eduardo Moreira da Silva Linkcon Eireli	22/9/2017	86.180,00

9.4.3. irregularidade: superfaturamento dos serviços de digitalização no âmbito da OS 3/2017 (Contrato 63/2016), contrariando o art. 3º (princípio da seleção da proposta mais vantajosa) c/c art. 40, § 2º, II, ambos da Lei 8.666/1993:

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Felipe Villarta Moreira Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	22/12/2017	357.660,00

9.4.4. irregularidade: pagamento de consultoria em gestão processual e de mapa de processos, temas alheios ao objeto da contratação, no âmbito das OS 4/2017 e 5/2017 (Contrato 63/2016), contrariando o art. 3º da Lei 8.666/1993 (princípio da vinculação ao instrumento convocatório):

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Felipe Villarta Moreira Graice Magalhaes de Oliveira Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	12/12/2017	1.068.396,40

9.4.5. irregularidade: pagamento de atividades intermediárias (UST5 e UST8, Contrato 76/2017), contrariando a Súmula 269 do TCU:

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Luiz Carlos Miranda Barbuda Sergio Rodrigues Simões Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	NF 65 (OS 1, 2 e 3): 21/3/2018	478.857,60
	NF 112 (OS 5 e 6): 24/4/2018	140.531,60
	NF 543 (OS 7 e 12): 3/8/2018	140.531,60
	NF 155 (OS 17, 18, 19 e 20): 3/8/2018	363.492,80
	NF 552 (OS 23): 14/9/2018	29.051,00
	NF 550 (OS 25): 14/9/2018	29.051,00
	NF 616 (OS 27): 279/2018	29.051,00
	NF 617 (OS 28): 27/9/2018	183.202,00
	Total	1.393.768,60
Roque Antonio Perez Pizarroso Junior	NF 65 (OS 1, 2 e 3): 21/3/2018	478.857,60
	NF 112 (OS 5 e 6): 24/4/2018	140.531,60
	NF 550 (OS 25): 14/9/2018	29.051,00
	NF 616 (OS 27): 279/2018	29.051,00
	NF 617 (OS 28): 27/9/2018	183.202,00
	Total	860.693,20

9.4.6. irregularidade: pagamento de consultoria em gestão processual, tema alheio ao objeto da contratação (UST 3, Contrato 76/2017), contrariando o art. 3º da Lei 8.666/1993 (princípio da vinculação ao instrumento convocatório):

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Luiz Carlos Miranda Barbuda Sergio Rodrigues Simões Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	NF 552 (OS 21 e 22): 14/9/2019	223.104,00
	NF 550 (OS 24): 14/9/2018	111.552,00
	NF 616 (OS 26): 27/9/2018	279.664,00
	Total	614.320,00

9.4.7. irregularidade: superfaturamento de quantitativo de pontos de função (Contrato 76/2017), contrariando o art. 7º, § 4º c/c art. 73, I, b, ambos da Lei 8.666/1993:

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$) *
Marcos Barreto Fernandes Linkcon Eireli	NF 38: 8/1/2018	549.752,73
	NF 110 (OS 4): 29/5/2018	303.318,57
	NF 111 (OS 9 e 10): 29/5/2018	370.722,70
	Total	1.223.794,00
José Raul Franco Reis	NF 110 (OS 4): 29/5/2018	303.318,57
	NF 111 (OS 9 e 10): 29/5/2018	370.722,70
	Total	674.041,27

9.4.8. irregularidade: desnecessidade, inadequação ou ausência de utilidade da parcela do sistema desenvolvida e paga e direcionamento da contratação (Contrato 33/2018), contrariando os arts. 3º, caput, 66, 69 e 70 da Lei 8.666/1993, e dos arts. 73, § 2º, 76, 77, e 78 da Lei 8.666/1993:

Responsáveis solidários	Datas dos Pagamentos	Valor Original (R$)
Marcos Barreto Fernandes José Raul Franco Reis Rafael da Silva Mendes Vladimir Feitosa de Siqueira Linkcon Eireli	20/2/2019	153.779,48

9.5. dar ciência à CDRJ e às empresas ECG Tec Serviços de Informática Ltda, Sistematech Desenvolvimento de Software Eireli e Ziuleo Copy Comércio e Serviços Ltda desta deliberação;

9.6. dar ciência ao Ministro de Estado da Infraestrutura da adoção das medidas de conversão em tomada de contas especial relacionadas aos Contratos 63/2016, 76/2017 e 33/2018 da CDRJ, nos termos do art. 198, parágrafo único, do RI/TCU;

9.7. enviar cópia desta deliberação à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária, unidade técnica deste Tribunal responsável pela avaliação das contas da CDRJ, para ciência, em razão de possíveis impactos sobre as contas anuais;

9.8. apensar os presentes autos à TCE que vier a ser instaurada, com base no art. 41 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2166-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2167/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.756/2020-0.
2. Grupo I - Classe VII: Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (09.074.183/0001-64).
4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459) e outros, representando Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da unidade instrutiva do TCU contra indícios de irregularidades verificadas na Agência Nacional de Transportes Terrestres relativas a fraudes contratuais e prestação inadequada de serviço público por parte da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., no âmbito da execução do contrato de concessão da BR-153/SP;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, por atender aos requisitos dos arts. 234, §2º, 235, caput e parágrafo único, e 237 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento no art. 251 do RI/TCU, que, no prazo de 15 (quinze) dias, instaure procedimento administrativo específico para apurar as irregularidades relatadas nestes autos, relacionadas às fraudes nos relatórios de monitoração ao cumprimento das cláusulas do contrato de concessão da BR-153/SP, adotar as medidas contratuais e regulamentares cabíveis e avaliar a idoneidade da concessionária, nos termos dos arts. 87, caput, III e IV, e 88, caput, III, da Lei 8.666/1993, e informe ao Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o resultado das apurações;

9.3. determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres, com fundamento no art. 250, II, do RI/TCU, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da entrada em produção do Sistema de Informações Rodoviárias (SIR) e do Sistema de Gestão de Investimentos de Concessão Rodoviárias (SIGICOR), dê publicidade e ampla divulgação aos resultados das monitorações e das fiscalizações dos parâmetros de desempenho contratuais das concessões federais, em sítio da internet, em atenção ao disposto no art. 7º, II, da Lei 8.987/1995;

9.4. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil que:

9.4.1. monitore, com base no art. 243 do RI/TCU, os cumprimentos das determinações constantes dos itens 9.2 e 9.3;

9.4.2. com base nos arts. 241 e 242 do RI/TCU, acompanhe:
9.4.2.1. os desfechos dos processos SEI 50515.004497/2021-46, 50515.005703/2021-35, 50515.008868/2021-69, 50515.025996/2021-77, 50515.092446/2021-63, 50515.094325/2021-56, 50515.101579/2021-38 e 50515.102700/2021-49, com vistas a averiguar a efetividade dos autos de infração lavrados contra a concessionária em razão de desconformidades na conservação e manutenção da BR-153/SP;
9.4.2.2. o desfecho do processo SEI 50500.126712/2020-47, a fim de averiguar o saneamento dos descumprimentos contratuais pela concessionária, conforme prescritos na Portaria 199/2021/SUROD, de 28/6/2021;
9.4.2.3. a monitoração e a fiscalização direta dos parâmetros de desempenho contratuais das concessões federais exercidas pela ANTT com o auxílio da empresa contratado por meio do contrato 63/2021;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do São Paulo;
9.6. enviar cópia deste acórdão à Polícia Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em razão da existência do contrato de financiamento 10203421;
9.7. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2167-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2168/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.829/2016-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (09.074.183/0001-64).
4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Paulo Sérgio Bezerra dos Santos, Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Daniel Vieira Bogéa Soares (OAB/DF 34.311), Paola Aires Correa Lima (OAB/DF 13.907) e outros, representando Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da unidade instrutiva do Tribunal contra irregularidades identificadas na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relativamente à inclusão de novas obras de duplicação rodoviária no contrato de concessão da BR-153/SP, lotes 1 e 3;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da representação, por atender aos requisitos dos arts. 234, §2º, 235, caput e parágrafo único, e 237 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente, deixando de expedir, neste momento, as determinações corretivas propostas no relatório desta deliberação em razão da decisão da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no âmbito do processo 1007988-79.2017.4.01.3400, que determinou a execução das obras de duplicação dos lotes 1 e 3 da rodovia federal BR-153/SP, referente ao contrato da concessão decorrente do edital 005/2007;
9.2. informar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
9.2.1. as obras de terceiras vias e duplicações, previstas originalmente no programa de exploração da rodovia (PER), associadas aos lotes 1 e 3, são suficientes para o atendimento do nível de serviço adequado ao seu tráfego, conforme previsto no contrato da concessão decorrente do edital 005/2007;
9.2.2. os parâmetros de desempenho da rodovia federal BR-153/SP não estão sendo atendidos em razão da não execução das obras de terceiras vias e duplicação originalmente estabelecidas no programa de exploração da rodovia (PER) do contrato de concessão decorrente do edital 005/2007;
9.3. determinar à SeinfraRodoviaAviação que acompanhe o desfecho do processo 1007988-79.2017.4.01.3400, em tramitação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e a consequente repercussão na concessão da rodovia federal BR-153/SP;
9.4. autorizar a SeinfraRodoviaAviação a constituir processo apartado, com base na Resolução TCU 159/2014, para tratar das questões atinentes a supressões e postergações de investimentos obrigatórios previstos para a BR-153/SP, com destaque para a exclusão de 12,5 km de duplicação ocorrida na 9ª revisão ordinária, 9ª revisão extraordinária e reajuste da tarifa básica de pedágio - TBP - do contrato de concessão da BR-153/SP;
9.5. enviar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do São Paulo e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, instância em que tramitam os processos 1007988-79.2017.4.01.3400 e 1011453-72.2021.4.01.0000, e aos interessados;
9.6. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.7. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2168-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2169/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 018.874/2009-1.
1.1. Apensos: 023.327/2009-5; 003.079/2012-0; 014.482/2016-9; 033.907/2011-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Augusto Cesar Gadelha Vieira (261.871.407-53); Carlos Gastaldoni (403.180.877-15); Eduardo Moreira da Costa (201.075.956-72); Jairo Klepacz (419.216.238-53); Joao Carlos Fagundes Albernaz (296.837.937-20); Tito Cardoso de Oliveira Neto (000.479.612-87).
4. Órgão/Entidade: Funttel/Finep - MC.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal: Andre Lucas Neves Cardoso, representando Funttel/Finep - MC; Juliana Marcondes Matiello (245211/OAB-SP) e Flávio Prado Marcondes (106833/OAB-SP), representando Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Em Telecomunicações - CPqD.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria com o objetivo de avaliar a legalidade da aplicação de recursos oriundos do Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), com representação apensa tratando de irregularidades na aplicação de recursos de convênio do Funttel pela fundação CPqD de 2007 a 2012;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
9.1. dar ciência ao Conselho Gestor do Funttel, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, de que a omissão no exercício de suas competências previstas nos arts. 3º, incisos II, IV e VII, e 6º, § 4º, da Lei 10.052/2000, Lei do Funttel, e com os arts. 5º, incisos III, V e VI, 17, §§ 5º e 6º, 22 e 23 do Decreto 3.737/2001, como ocorrido em relação aos fatos atinentes aos repasses efetuados à Fundação CPqD nos exercícios de 2007 a 2012, pode configurar prática de improbidade administrativa;
9.2. encaminhar esta deliberação à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e aos demais interessados;
9.3. arquivar os presentes autos após as comunicações processuais, com base no inc. V do art. 169 do RITCU.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2169-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2170/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.103/2007-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Relatório de Levantamento
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
3.3. Recorrente: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Entidade: Petrobras Netherlands B.V. - Petrobras Int. - MME.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e Polyanna Ferreira Silva Vilanova (19.273/OAB-DF), representando Mario Nigri Klein; Márcio Monteiro Reis (93.815/OAB-RJ), Angela Burgos Moreira Garcia (20.598/OAB-DF) e outros, representando Almir Guilherme Barbassa; Polyanna Ferreira Silva Vilanova (19.273/OAB-DF) e Murillo Araújo Homem de Siqueira Freitas, representando Petrobras Transporte S/A - MME; Hélio Siqueira Júnior (62929/OAB-RJ), Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (140.611/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S/A; Mariana Dantas de Medeiros, Camila Mendes Vianna Cardoso (67677/OAB-RJ), Pedro Neiva de Santana Neto (28.332/OAF-DF) e outros, representando Jurong Shipyard Pte Ltd; Felipe Lima Araújo Romero (215.001/OAB-RJ), Pedro Lucas Ribeiro Rocha e outros, representando Fstp Brasil Ltda; Pedro Lucas Ribeiro Rocha, Luiza Salles Velloso Rocha Costa e outros, representando Daniele de Oliveira Nunes; Paula Roberta Caetano Lopes Rodrigues (141121/OAB-RJ) e outros, representando Jurong Shipyard Pte Ltd.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Jurong Shipyard Pte Ltd ao Acórdão 1706/2022-TCU-Plenário.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2170-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2172/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.489/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, de autoria da Senhora Deputada Federal Erika Kokay e do Senhor Deputado Federal Glauber Braga, aprovada pela Comissão de Fiscalização Financeira e de Controle da Câmara dos Deputados, propondo que seja realizada fiscalização na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. declarar integralmente atendida a presente solicitação do Congresso Nacional a partir das fiscalizações realizadas pelo TCU na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no âmbito dos seguintes processos: TC 032.519/2014-1; TC 021.195/2020-0; TC 016.064/2018-6; TC 038.992/2019-1; TC 027.505/2019-7; TC 024.000/2018-3; TC 018.709/2020-6; TC 016.080/2018-1; TC 025.723/2017-0; TC 015.971/2021-0; TC 020.568/2021-5; e TC 014.877/2017-1;
9.3. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e de Controle da Câmara dos Deputados, ao Senhor Deputado Federal Áureo Ribeiro, à Senhora Deputada Federal Erika Kokay e ao Senhor Deputado Federal Glauber Braga, que a adicional análise requerida na presente solicitação está sendo realizada pelo Tribunal por intermédio das ações de controle em curso nos seguintes processos: TC 004.648/2022-6; TC 024.269/2020-4; TC 019.998/2018-0; TC 044.789/2021-1; TC 000.037/2020-6; TC 014.927/2021-7; e TC 005.256/2022-4;
9.4. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução-TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º dessa resolução aos processos enumerados no item 9.3. deste Acórdão, em razão da reconhecida conexão dos respectivos objetos com o da presente solicitação;
9.5. juntar cópia deste Acórdão aos processos enumerados no supracitado item 9.3, nos termos do art. 14, inciso V, da Resolução-TCU 215/2008;
9.6. enviar cópia dos relatórios, votos e acórdãos proferidos nos processos enumerados no item 9.2 deste Acórdão à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;
9.7. dar ciência da presente deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, sem prejuízo de informar que, tão logo sejam concluídos os trabalhos de fiscalização enumerados no item 9.3 deste Acórdão, ser-lhe-á dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas por este Tribunal; e
9.8. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2172-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2173/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.194/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); Construtora Norberto Odebrecht S A (15.102.288/0008-59); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34).
3.2. Recorrentes: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição (129.546.244-34); José Antônio de Figueiredo (507.172.357-34).
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).
8. Representação legal: Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ), Rafael Zimmermann Santana (154.238/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Patrícia Guercio Teixeira Delage (90.459/OAB-MG), Alexandre Aroeira Salles (28.108/OAB-DF) e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S A; Thiago de Oliveira (122.683/OAB-RJ), Mauricio da Silva Santos (59548/OAB-DF) e outros, representando José Antônio de Figueiredo; Thiago de Oliveira (122.683/OAB-RJ), Eduardo Rodrigues Lopes (29283/OAB-DF) e outros, representando Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Carlos Eugenio Melro da Silva Resurreição, José Antônio de Figueiredo e Construtora Norberto Odebrecht S.A em face do Acórdão 1956/2022-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no artigo 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2173-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2174/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.667/2020-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Ecoplan Engenharia Ltda (92.930.643/0001-52).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Jonas Cecílio (14344/OAB-DF), Eduardo Han (11714/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Ecoplan Engenharia Ltda contra o Acórdão 1759/2022- Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência à embargante.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2174-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2175/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.291/2021-6
1.1. Apenso: 013.898/2021-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Acompanhamento
3. Embargantes: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (33.657.248/0001-89); Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91)
4. Unidade: Ministério da Economia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Pedro Jose de Almeida Ribeiro (163187/OAB-RJ), Marcelo Sampaio Vianna Rangel (90.412/OAB-RJ) e outros, representando BNDES; Raul Pereira Lisboa (35.180/OAB-DF), representando Secretaria do Tesouro Nacional; Caroline Scopel Cecatto (64878/OAB-RS), Rodrigo Sales da Rocha Abreu (155278/OAB-RJ), Vitor da Costa de Souza (17542/OAB-DF) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que, nesta fase, examinam-se embargos de declaração interpostos contra o Acórdão 2.041/2022-Plenário, que apreciou pedido de reexame oposto pelo Ministério da Economia contra o Acórdão 3162/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU avaliou os cronogramas de devolução, à União, dos valores recebidos por instituições financeiras federais sob a forma de emissão direta de títulos da dívida pública federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos art. 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração interpostos pelo BNDES e pelo Banco do Brasil e rejeitá-los;
9.2. ordenar à Segecex celeridade na instrução do processo autuado por força do subitem 9.4 do Acórdão 2.041/2022-Plenário, com vistas a possibilitar sua apreciação antes do encerramento do presente exercício;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão aos embargantes e ao Ministério da Economia, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2175-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2176/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.728/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessada: HL Terraplenagem Eireli (10.739.793/0001-19)
4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM)
8. Representação legal: João Luis Rocha Gomes (OAB/DF 20.622), representando HL Terraplenagem Eireli

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom, versando sobre possíveis irregularidades relacionadas a contratos decorrentes do Pregão SRP 25/2020, realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, que teve por objeto a "execução de serviço de pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ nas vias do DF, na área de atuação da Codevasf".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, incisos IV e IX, da Constituição Federal; 1º, inciso II; e 45; da Lei 8.443/1992; c/c arts. 1º, incisos II e XXI; 235; 237, inciso VI; 250, inciso II; e 251; do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer desta representação e considerá-la procedente;
9.2. assinar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei e declare a nulidade do Pregão SRP 25/2020, que teve por objeto a "execução de serviço de pavimentação em Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ nas vias do DF, na área de atuação da Codevasf", e dos atos dele decorrentes, uma vez que o objeto licitado, por suas características, não se enquadra na categoria de obras e serviços simples de engenharia, padronizáveis e replicáveis, constituindo-se em obras complexas que demandam a elaboração de projetos e a realização de estudos específicos, incompatíveis com a solução adotada;
9.3. admitir a subsistência da parcela do Contrato 0.116.00/2020 relacionada às obras de acesso à Escola Classe Sonhém de Cima, já concluída;
9.4. determinar à Codevasf que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, dê ciência ao Tribunal acerca da providência constante do item 9.2 desta deliberação;
9.5. dar ciência desta deliberação à Codevasf e à empresa HL Terraplenagem Eireli, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2176-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2177/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.920/2022-1
1.1. Apenso: 006.777/2022-8
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação (de equipe de fiscalização)
3. Responsáveis: não há
4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Ministério do Desenvolvimento Regional
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta representação formulada pela equipe de fiscalização encarregada de realizar acompanhamento na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba - Codevasf, aprovado no âmbito do TC 004.730/2022-4, com o objetivo de "identificar, tempestivamente, potenciais riscos de irregularidades e minimizar as consequências deles decorrentes, antes da contratação da execução dos serviços da obra".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VI, e 246 do Regimento Interno, em:
9.1. indeferir a concessão da medida cautelar pleiteada pela SeinfraUrbana;
9.2. determinar a constituição de processo apartado, do tipo representação, para que, sob a responsabilidade da SeinfraOperações, sejam aprofundados os exames relacionados à existência de conluios nas contratações realizadas pela Codevasf para pavimentação de vias mediante a utilização de sistemas de registro de preços, utilizando-se subsidiariamente, para aferição da capacidade das empresas e de seus possíveis vínculos, de dados armazenados em outras bases acessíveis ao Tribunal, a exemplo da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, CNPJ (Receita Federal) e outras;
9.3. determinar à SeinfraOperações que, no âmbito do referido apartado:
9.3.1. encaminhe previamente ao relator qualquer proposta que contemple a realização de oitivas, audiências ou citações;
9.3.2. tão logo conclua os estudos referidos no item 9.2, os submeta ao relator com proposta de remessa dos resultados relativos a cada empresa e certame específico à SeinfraUrbana, para que os utilize em análise específica de cada uma das licitações apontadas e contratações dela decorrentes, de forma a corroborar ou afastar a presença de irregularidades;
9.4. determinar à SeinfraUrbana que analise os indícios de condutas colusivas até aqui apontados, em conjunto e confronto com os demais exames por ela realizados em relação aos processos de contratação incluídos no escopo de seu acompanhamento;
9.5. restituir os autos à SeinfraUrbana para o prosseguimento do acompanhamento;
9.6. determinar à SeinfraOperações que encaminhe cópia da íntegra desta decisão e de outras peças que entender pertinentes à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, a fim de contribuir com apurações já em curso e/ou subsidiar novas linhas de investigação.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2177-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2178/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.730/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII - Representação
3. Interessados: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda. (10.563.802/0001-63)
4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCom)
8. Representação legal: Brenda Caroline dos Reis Santana (15.191/OAB-MA), representando Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração - SeinfraCom, versando sobre possíveis irregularidades relacionadas ao Contrato 0.187.00/2020, celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf e a empresa Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda., que tem por objeto a execução dos serviços de pavimentação em bloco intertravado de concreto (bloquete) de vias urbanas e rurais em municípios diversos localizados na área de atuação da Codevasf, no Estado do Amapá.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso II; e 43, inciso I; da Lei 8.443/1992; c/c arts. 1º, inciso XXIV; 235; 237, inciso VI; 250, inciso II; e 276, § 2º; do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade;

9.2. acolher as manifestações apresentadas pela Codevasf e pela empresa Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda. e afastar a existência de pressupostos para a concessão de medida cautelar;

9.3. determinar à Codevasf, relativamente ao Contrato 0.187.00/2020, que:

9.3.1. somente autorize a abertura de novas frentes de trabalho após a admissão dos respectivos projetos executivos, em conformidade com as disposições constantes do Procedimento - Enquadramento das Vias para Obras de Pavimentação, aprovado pela empresa por meio da AR 22/2021;

9.3.2. atente para a condicionante constante do item 9.4 do Acórdão 1.170/2022 - Plenário, que exige a obrigatoriedade de prévia elaboração de estudo de indicação do tipo de pavimento a ser aplicado em cada obra a ser executada e, nos casos em que o pavimento vier previamente indicado pelo beneficiário, exija dele a motivação técnica, econômica ou urbanística que justifique sua indicação;

9.3.3. intensifique e aprimore a fiscalização contratual para que não ocorram equívocos e retificações, como a verificada na 1ª medição do contrato, e adote providências administrativas tendentes:

9.3.3.1. a coibir práticas de deslealdade contratual, como a prestação de informações incorretas pela empresa contratada nos boletins de medição e a elaboração de laudos técnicos não fidedignos, pela empresa Qualictec - Qualidade e Controle Tecnológico;

9.3.3.2. a apurar a incorreta atestação de medições e a conduta do fiscal do contrato;

9.4. recomendar à Codevasf que verifique a conveniência de ajustar as disposições contidas no item 3, alínea "c", do Procedimento para Enquadramento das Vias para Obras de Pavimentação aprovado pela AR 22/2021, que, em sua redação atual, pode conduzir ao entendimento da impossibilidade de enquadramento de qualquer via caso seja necessária a realização de testes, ainda que simples e usuais, a exemplo do Índice de Suporte Califórnia e outros de menor complexidade;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Codevasf e à empresa Engefort Construtora e Empreendimentos Ltda., com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2178-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2179/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.138/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Unidades: Banco da Amazônia S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Ministério do Desenvolvimento Regional; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria integrada tendo por objeto as operações de crédito realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FCE e do Centro-Oeste - FCO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 230 e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, e nos arts. 4º, inciso I, 9º, inciso I, e 11 da Resolução TCU 315/2020, em:

9.1. determinar ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, tendo em vista as competências que lhe são atribuídas pelos arts. 13, inciso III, e 15 da Lei 7.827/1989, que apresente, no prazo de sessenta dias, plano de ação, contendo atividades, responsáveis e prazos de implementação, tendo por objetivo:

9.1.1. avaliar a documentação relativa às operações de crédito celebradas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE nas quais foram identificadas inconsistências nas taxas de juros aplicáveis, como resultado dos procedimentos de análise de dados realizados; e

9.1.2. adotar as medidas corretivas que se façam necessárias para regularizar as taxas de juros aplicáveis às referidas operações, quando for o caso;

9.2. recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR que coordene discussões com a participação das instituições envolvidas na administração dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e na regulamentação do cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos das operações de crédito não rural, conforme arts. 13, incisos II e III, 14-A, e 15 da Lei 7.827/1989, e art. 1º-A da Lei 10.177/2001, tendo por objetivo uniformizar entendimentos e propor ajustes na regulamentação, se necessário, acerca dos aspectos a seguir indicados, que afetam a definição do Fator de Programa - FP e o cálculo da TFC:

9.2.1. metodologia de cálculo do rendimento bruto das pessoas físicas que exercem atividades rurais, tendo por base a Declaração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas - DIRPF; e

9.2.2. aplicabilidade da utilização do conceito de grupo econômico na apuração da receita bruta dos empreendedores;

9.3. determinar ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), ao Banco da Amazonia S.A. - Basa e ao Banco do Brasil S/A, que promovam as adaptações operacionais necessárias, decorrentes da edição da Lei 14.227/2021 (alterou o art. 9º da Lei 7.827/1989) e da definição de novas diretrizes pela Portaria MDR 3.025/2021, de modo a viabilizar o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento às instituições financeiras habilitadas, com base no art. 9º da Lei 7.827/1989;

9.4. recomendar às Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, da Amazônia - Sudam e do Centro-Oeste - Sudeco, que realizem estudos técnicos, que podem ser contemplados nos projetos de avaliação previstos no § 6º do art. 20 da Lei 7.827/1989, c/c a Portaria Interministerial ME/MDR 4.905/2022, de forma a avaliar os seguintes aspectos relacionados ao mecanismo de repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as instituições financeiras habilitadas:

9.4.1. efetividade do mecanismo de repasse na promoção da maior pulverização dos financiamentos entre os micros e pequenos tomadores, bem como na sua universalização entre os entes federativos;

9.4.2. impacto do provável incremento dos custos para os Fundos Constitucionais de Financiamento, em decorrência da implementação da sistematização dos repasses com base na Portaria MDR 3.025/2021, visto que caberia aos bancos administradores o recebimento de remuneração por meio de taxa de administração;

9.4.3 custo-benefício de eventual proposição de inclusão do FNE no § 3º do art. 9º da Lei 7.827/1989, o qual assegura aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito o repasse de 10% (dez por cento) dos recursos previstos do FNO e do FCO para cada exercício ou do valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor.

9.5. ordenar à unidade técnica que monitore as recomendações e determinações contidas no presente acórdão;

9.6. dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que a ausência de avaliação acerca do cumprimento da "Prioridade 3.6 (Nordeste turístico)", constante das Diretrizes e Prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para o exercício de 2020, compromete o atendimento às disposições contidas no art. 14, inciso III, da Lei 7.827/1989;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC; à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara dos Deputados - Cindra; à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal - CDR; ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR; à Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste, da Amazônia - Sudam e do Centro-Oeste - Sudeco; ao BNB; ao Basa; e ao Banco do Brasil S.A., informando-lhes que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2179-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2180/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.408/2020-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Revisão de ofício (em Aposentadoria)
3. Interessada: Mariângela Macedo Alexandre (271.825.846-20)
4. Unidade: Universidade Federal de Alfenas
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de revisão de ofício de ato de alteração de aposentadoria de Mariângela Macedo Alexandre no cargo de professora da Universidade Federal de Alfenas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso II, 260, §§ 1º e 2, e 262, do Regimento Interno, e na Súmula TCU 106, em:

9.1. rever de ofício o Acórdão 8.702/2021-1ª Câmara para considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Mariângela Macedo Alexandre, cancelando o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta decisão pela Universidade Federal de Alfenas;

9.3. determinar à Universidade Federal de Alfenas que:

9.3.1. no prazo de quinze dias, a contar da ciência desta decisão, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena do ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a presente deliberação e a alerte que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.4. esclarecer à unidade de origem que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, livre da irregularidade apontada.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2180-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2181/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.568/2021-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército (09.576.937/0001-84)
3.2. Responsável: Bruno Cesar Moura e Silva (061.899.276-61)
4. Unidade: Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército, em desfavor de Bruno Cesar Moura e Silva, em razão da apropriação indevida de recursos de pensão, entre julho de 2011 e setembro de 2012, paga pelo Exército após cessação dos direitos remuneratórios em razão do óbito da beneficiária Maria Elza Pinto, ocorrido em julho de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. arquivar o processo, sem julgamento de mérito, em virtude da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

9.2. enviar cópia desta decisão ao Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército e ao responsável, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2181-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2182/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.356/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Prestação de Contas, exercício de 2017
3. Responsáveis: Alan Melo Marinho de Albuquerque (295.577.987-34); Alexandre Porto Gadelha (025.176.637-34); Alfonso Orlandi Neto (043.960.318-82); Augusto Akira Chiba (002.375.348-00); Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior (388.593.277-68); Bruno Ramos Mangualde (031.821.076-23); Carlos Henrique Silva Seixas (507.580.717-87); Celso Cunha (661.442.057-72); Eduardo Cunha Telles (374.043.187-34); Eduardo de Noronha Coutinho Marques (724.672.587-34); Fernando de Jesus Coutinho (533.620.987-20); Genildo Rodrigues de Araújo (491.885.187-87); Glaucia Menezes Salvador Valle (033.204.877-28); Isabela de Moura Braganca Lima (092.039.737-96); Jaime Wallwitz Cardoso (715.548.747-34); Jose Antonio Severo (003.780.540-15); Jose Mauro Esteves dos Santos (700.373.378-15); Josmar Teixeira de Resende (898.312.501-25); Liberal Enio Zanelatto (970.757.448-87); Lourdes Batista Lima (382.323.917-15); Luzenildes Sant Ana de Almeida (135.274.102-44); Paulo Roberto Pertusi (534.546.008-63); Paulo Roberto Trindade Braga (035.647.627-87); Renato Machado Cotta (572.212.867-87); Ricardo Antunes Corrêa (296.215.507-34); Rogerio Correa Borges (921.921.657-49); Simiao Estelita Sa de Oliveira (117.164.523-68); Tarcisio Bastos Cunha (720.111.735-15); Valdeir Cordeiro Azevedo (920.055.197-15); Viviana Simon (843.598.469-91)
4. Unidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle)
8. Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55.713/OAB-DF) e outros, representando Jaime Wallwitz Cardoso; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55.713/OAB-DF) e outros, representando Rogerio Correa Borges; Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF), Raquel de Souza Morais Oliveira (61.248/OAB-DF) e outros, representando Carlos Henrique Silva Seixas; Andre da Silva Teixeira (84.892/OAB-RJ), representando Lourdes Batista Lima; Yan Braga Mozer (230493/OAB-RJ) e Nathalia Azevedo do Nascimento (233222/OAB-RJ), representando Paulo Roberto Trindade Braga; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55.713/OAB-DF) e outros, representando Liberal Enio Zanelatto; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Augusto Cesar Nogueira de Souza (55.713/OAB-DF) e outros, representando Celso Cunha; Rodrigo Viana da Cunha (183.664/OAB-RJ) e Aguinaldo Balon (185.884/OAB-SP), representando Alan Melo Marinho de Albuquerque; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (51.623/OAB-DF) e outros, representando Isabela de Moura Braganca Lima; Luana Palmieri França Pagani (23.569/OAB-DF) e Gisela Pimenta Gadelha Dantas (111.202/OAB-RJ), representando Alexandre Porto Gadelha.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da prestação de contas Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - Nuclep, relativa ao exercício de 2017.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 18; 23, inciso II; 26; 28, inciso II; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992; nos arts. 207, 208, 214, incisos I e II, 217 e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, art. 9º da Resolução 315/2020 e diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. julgar regulares as contas dos responsáveis Genildo Rodrigues de Araújo, Eduardo Cunha Telles, Eduardo de Noronha Coutinho Marques, Ricardo Antunes Corrêa, Luzenildes Santana de Almeida, Fernando de Jesus Coutinho e José Mauro Esteves dos Santos, dando-lhes quitação plena;

9.2. acolher as alegações de defesa e razões de justificativa relativas à nomeação de motoristas e contratação por dispensa de licitação e julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis Jaime Wallwitz Cardoso, Carlos Henrique Silva Seixas, Liberal Enio Zanelatto, Celso Cunha e Rogério Correa Borges;

9.3. acolher as razões de justificativa de Isabela de Moura Bragança Lima, Diego Cunha Brum, Luciana Raybolt da Silva Campanatti Guerson, pela elaboração de pareceres relativos à nomeação de motoristas;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Jaime Wallwitz Cardoso, Liberal Enio Zanelatto, Alexandre Porto Gadelha, Paulo Roberto Trindade Braga, Lourdes Batista Lima e Alan Melo Marinho de Albuquerque no que diz respeito à correção da tabela salarial dos funcionários da Nuclep;

9.5. aplicar a Jaime Wallwitz Cardoso, Liberal Enio Zanelatto, Alexandre Porto Gadelha e Paulo Roberto Trindade Braga multas individuais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento;

9.6. aplicar a Lourdes Batista Lima e Alan Melo Marinho de Albuquerque multas individuais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.9. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.10. alertar os responsáveis que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.11. dar ciência à Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep que a falta de submissão prévia quanto ao reajuste linear das tabelas salariais infringiu a Portaria DEST/SE/MP nº 27/2012, cujos arts. 1º, inciso III e 3º, que estipula a análise prévia daquele departamento - atual Sest - sobre política de pessoal e salarial das empresas públicas;

9.12. encaminhar cópia da presente deliberação à Nuclep e aos responsáveis, com a informação de que o Relatório e o Voto que a fundamentam estão disponíveis para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2182-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2183/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.144/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Acompanhamento destinado a examinar aspectos fiscais e de conformidade constantes do texto e dos anexos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o exercício financeiro de 2023 (PLN 5/2022);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alertar ao Poder Executivo, com base no art. 59, § 1º, inciso I, da Lei Complementar 101/2000, e informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com base no art. 139, § 3º, da Lei 14.194/2021 (LDO 2022), c/c o art. 41, § 2º, da Lei 8.443/1992:

9.1.1. acerca da dificuldade crescente para o custeio da administração pública federal e para os investimentos necessários, em decorrência da redução do espaço orçamentário disponível para as despesas discricionárias;

9.1.2. sobre o risco de comprometimento da capacidade operacional dos órgãos federais para a prestação de serviços públicos essenciais aos cidadãos, tendo em conta a compressão do montante projetado para as despesas discricionárias no exercício de 2023 em relação aos valores executados nos exercícios anteriores, bem como relativamente à projeção de execução para 2022;

9.2. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU e os arts. 11 e 14, § 2º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020 e informar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos Fiscalização do Congresso Nacional, com fundamento no art. 139, § 3º, da Lei 14.194/2021 (LDO 2022), c/c o art. 41, § 2º, da Lei 8.443/1992:

9.2.1. que seja aperfeiçoado o processo de definição das metas operacionais da administração pública federal na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, considerando a ausência de tais metas nas prioridades elencadas nos incisos I, II e II do art. 4º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023;

9.2.2. que sejam priorizados os investimentos em andamento, mediante indução da alocação de emendas individuais (RP 6) nestes investimentos, a exemplo do que ocorre com as emendas de bancada estadual (RP 7), consoante o art. 81 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023, objetivando o cumprimento da proporção dos recursos para investimentos em andamento que serão alocados na lei orçamentária anual, conforme estatui o § 12 do art. 165 da Constituição Federal, também em respeito ao que dispõe o art. 45 da Lei Complementar 101/2000 e o inciso IV do art. 4º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023;

9.2.3. que, nos aportes da União em empresas públicas e em sociedades de economia mista não dependentes, permitidos pelos incisos III e IV do § 10 do art. 48 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para 2023, seja assegurada a não utilização dos recursos para despesas com pessoal ou de custeio em geral, tendo em vista a constatação, no Relatório que embasou o Acórdão 937/2019-TCU-Plenário, que empresas estatais não dependentes utilizaram aportes de capital da União para pagamento de despesas operacionais, em contradição com o inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 e com os dispositivos do Decreto 10.690/2021;

9.2.4. que, no curso da tramitação dos projetos de leis orçamentárias, as projeções para as despesas obrigatórias somente possam ser alteradas mediante comprovação, devidamente registrada em documentos ou pareceres técnicos, da existência de erros ou omissões de ordem técnica ou legal, em respeito ao disposto § 3º do art. 166 da Constituição Federal e em consonância com boas práticas legislativas orçamentárias; e

9.2.5. que os valores das programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares somente sejam empenhados em empreendimentos que não apresentem impedimentos de ordem técnica, a exemplo da ausência de projeto de engenharia e/ou de licença ambiental, em consonância com o disposto no § 13 do art. 166 da Constituição Federal e com a ação do Estado planejada e transparente, preconizada no § 1º do art. 1º da Lei Complementar 101/2000;

9.3. dar ciência ao Ministério da Economia, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 2º, inciso II, e 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, acerca da necessidade de indicar, nos Anexos de Riscos Fiscais que integrarem os futuros Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias da União a serem encaminhados ao Congresso Nacional, as providências a serem tomadas na hipótese de concretização dos passivos contingentes e outros riscos informados, em estrita conformidade com o disposto no § 3º do art. 4º da Lei Complementar 101/2000;

9.4. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Economia e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.5. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2183-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2184/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.229/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Brasil Equity Properties Fundo de Investimento Em Participacoes Multiestrategia (08.999.182/0001-68); Fundação de Assistência e Previdência Social do Bndes - Fapes (00.397.695/0001-97).
4. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
8. Representação legal: Ana Carolina Ribeiro de Oliveira Mendes (27413/OAB-DF), Lara Correa Sabino Bresciani (24162/OAB-DF) e outros, representando Fundação de Assistência e Previdência Social do Bndes - Fapes; Rodrigo Leitao Requena (188909/OAB-RJ), Renan Soares Cortazio (220226/OAB-RJ) e outros, representando Santander Caceis Brasil Distribuidora de Titulos e Valores Mobiliarios S.a; Gustavo Jose Mendes Tepedino (41.245/OAB-RJ), representando Brasil Equity Properties Fundo de Investimento Em Participacoes Multiestrategia.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia Representação com Medida Cautelar, cujo ponto de partida se deu por meio de pedido de Medida Cautelar no âmbito da TCE 005.395/2022-4 (Relator Ministro Antonio Anastasia), que versa sobre investimentos feitos pelo Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) no Fundo de Investimento em Participações Brasil Equity Properties (FIP BEP);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 276, §5º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do agravo interposto pelo FIP BEP, por preencher os requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, nos termos do art. 289 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, conceder provimento parcial para reformar a Medida Cautelar concedida pelo despacho do Relator à peça 12, referendada pelo Acórdão 1265/2022-TCU-Plenário, de modo a determinar que a Fapes se abstenha de realizar novos aportes no FIP BEP, exceto aqueles necessários para chamadas de capital destinadas às despesas ordinárias do fundo, bem como pagamento e repactuação de dívidas nas quais o Fundo FIP BEP seja comprovadamente integrante de seu polo passivo;

9.2. por força do item 9.2 do Acórdão 1260/2022-TCU-Plenário, apensar os presentes autos ao TC 009.228/2022-5;

9.3. juntar cópia da presente instrução ao TC 009.228/2022-5 de modo a subsidiar a reprodução do mesmo teor desta decisão ao agravo protocolado à peça 94 contra Medida Cautelar concedida por despacho do Ministro Relator à peça 11 do TC 009.228/2022-5 e referendada pelo acórdão 1247/2022-TCU-Plenário, por força do item 9.2 do Acórdão 1260/2022-TCU-Plenário;

9.4. dar ciência desta deliberação à Infraprev, à Fapes, à Funcef, ao FIP BEP e aos demais interessados.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2184-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2185/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.332/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Acompanhamento com o objetivo de avaliar a qualidade de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis) e o possível impacto de eventuais deficiências de tal cadastro sobre a concessão de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fulcro na Lei 8.443/1992, art. 43, inciso I, c/c os arts. 230, 241 e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Empresa de Processamento de dados da Previdencia Social (Dataprev) que:

9.1.1. implementem, no prazo de 180 dias, solução para garantir a persistência e a rastreabilidade dos dados da Extrato Cnis utilizados para a concessão de benefícios, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999;

9.1.2. procedam, no prazo de 90 dias, a restituição dos valores pagos indevidamente, estimados em R$ 1.850.099,16 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil noventa e nove reais e dezesseis centavos), a título de apurações especiais que foram cobradas apesar da previsão de gratuidade estabelecida nos Contratos 49/2018 e 20/2020;

9.2. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que:

9.2.1. estabeleça, no prazo de 180 dias, rotina de revisão da folha previdenciária após alteração de dados no Cnis que foram determinantes para a concessão do benefício, em observância aos arts. 29-A e 74 da Lei 8.213/1991;

9.2.2. implemente, no prazo de 180 dias, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999, solução para minimizar a emissão de novas inscrições para uma pessoa já cadastrada no ecossistema Cnis, avaliando a possibilidade de incluir a obrigatoriedade do registro do CPF para emissão de novas inscrições, aos moldes do disposto no art. 5º-A do Decreto 9.094/2017;

9.2.3. revise, no prazo de 360 dias, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999, os registros de Pessoas Físicas com os indícios abaixo elencados, providenciando, quando possível, a implementação de controles para evitar novas ocorrências e a qualificação do cadastro:

9.2.3.1. Pessoas Físicas com dados incompletos, inválidos ou inconsistentes;

9.2.3.2. Pessoas Físicas com CPF incorreto, ou inexistente na base da RFB, ou passível de correção ou enriquecimento;

9.2.3.3. Pessoas Físicas com título de eleitor incorreto, ou não identificado na base do TSE, ou passível de correção ou enriquecimento;

9.2.3.4. Ausência de registro de óbito em Pessoas Físicas;

9.2.3.5. Pessoas Físicas com NIT indeterminado que receberam benefício previdenciário;

9.2.3.6. Pessoas Físicas beneficiárias de aposentadoria por idade com data de nascimento divergente entre o Cnis e a Macica;
9.2.4. revise, no prazo de 180 dias, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999, os registros de Pessoas Jurídicas com os indícios abaixo elencados, providenciando, quando possível, a implementação de controles para evitar novas ocorrências e a qualificação do cadastro:
9.2.4.1. Pessoas Jurídicas com dados incompletos ou inválidos;
9.2.4.2. Estabelecimentos com CNPJ não identificados na base da RFB, ou com data de início de atividade divergente da data de abertura do estabelecimento na base da RFB;
9.2.5. revise, no prazo de 180 dias, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999, os registros de Elos com os indícios abaixo elencados, providenciando, quando possível, a implementação de controles para evitar novas ocorrências e a qualificação do cadastro:
9.2.5.1. Elos com dados incompletos ou inconsistentes;
9.2.5.2. Elos entre NITs de pessoas diferentes;
9.2.5.3. Ausência de Elos entre dois NITs da mesma pessoa;
9.2.6. revise, no prazo de 180 dias, em observância ao art. 29-A da Lei 8.213/1991, c/c art. 19 do Decreto 3.048/1999, os registros de Vínculos, Remunerações e Contribuições com os indícios abaixo elencados, providenciando, quando possível, a implementação de controles para evitar novas ocorrências e a qualificação do cadastro:
9.2.6.1. Relações previdenciárias vinculadas a outras pessoas;
9.2.6.2. Relações previdenciárias iniciadas ou que estiveram vigentes após o óbito do segurado;
9.2.6.3. Relações previdenciárias em que a data de início da relação é anterior a data de abertura da empresa;
9.3. encaminhar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os arquivos com indícios e scripts resultantes da avaliação do Cnis, acompanhados deste Acórdão, do Relatório e do Voto que o fundamentaram, bem como do inteiro teor da instrução à peça 118;
9.4. orientar a Secretaria-Geral de Controle Externo deste Tribunal a realizar fiscalização, na modalidade acompanhamento, tendo como objeto o contrato 30/2022, firmado entre o INSS e a Dataprev, em especial no que se refere ao estabelecimento de mecanismos adequados para consulta direta às bases cadastrais pelo INSS e ao uso efetivo de tais instrumentos, por aquela autarquia, para fins de gestão e controle das políticas previdenciárias sob sua responsabilidade.
9.5. arquivar os autos, nos termos do art. 169, II, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2185-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Aroldo Cedraz (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2186/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.936/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).
3.2. Responsável: Edson de Paula Rodrigues Mendes (384.726.942-91).
4. Órgãos/Entidades: Ministério do Desenvolvimento Regional; Prefeitura Municipal de Barcelos - AM.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria nos atos administrativos relativos ao Convênio 893854/2019, celebrado entre o município de Barcelos/AM e a União, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional - SNSH/MDR, voltado ao financiamento de obras de contenção para mitigar os efeitos da erosão fluvial ocasionada pelas cheias do Rio Negro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. referendar a medida cautelar concedida em 22/9/2022, por meio da decisão monocrática à peça 61;
9.2. notificar a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional - SNSH/MDR, a Prefeitura Municipal de Barcelos - AM e demais interessados a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2186-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2187/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.306/2009-8
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Embargantes: Sérgio Yoshio Nakamura (então Diretor-Geral do Deracre, CPF 004.641.628-58), Joselito José da Nóbrega (então Diretor de Obras do Deracre, CPF 439.495.334-00), Fernando Manuel Moutinho da Conceição (engenheiro fiscal, CPF 005.647.292-72), José Rafael da Silva (engenheiro fiscal, CPF 110.107.894-49), Ricardo Augusto Mello de Araújo (engenheiro fiscal, CPF 743.946.737-04) e Ricardo Luiz Carius Nogueira (engenheiro fiscal, CPF 774.697.717-00)
4. Unidades: Estado do Acre e Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária do Estado do Acre (Deracre)
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro-Substituto Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Elaine Barroso Vieira (168.818/OAB-RJ), Kleiton Silva Pereira e outros, representando Etenge-empresa de Engenharia Em Eletricidade e Com. Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se apreciam, nesta etapa, embargos de declaração opostos por Sérgio Yoshio Nakamura (então Diretor-Geral do Deracre), Joselito José da Nóbrega (então Diretor de Obras do Deracre), Fernando Manuel Moutinho da Conceição, José Rafael da Silva, Ricardo Augusto Mello de Araújo e Ricardo Luiz Carius Nogueira (engenheiros fiscais) ao Acórdão 1.840/2022-TCU-Plenário, de minha relatoria, mediante o qual o TCU deu provimento parcial (redução do montante do débito e da multa) aos recursos de reconsideração interpostos pelos ora embargantes contra o Acórdão 2.492/2020-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para acolhê-los parcialmente, por haver obscuridade quanto ao cálculo do novo valor do débito;
9.2. alterar, de ofício, o subitem 9.2 do Acórdão 1.840/2022-TCU-Plenário, que passa a apresentar a seguinte redação:
"9.2 alterar os subitens 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5, 9.3.6 e 9.4 do Acórdão 2.492/2020-TCU-Plenário, que passam a ostentar a seguinte redação:
9.3.1. Srs. Ricardo Augusto Mello Araújo, Fernando Manuel Moutinho da Conceição e Sérgio Yoshio Nakamura, bem como Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
8ª	20/02/2004	599,26	381,85	981,11
9ª	20/02/2004	3.373,60	1.069,77	4.443,37
	08/09/2004	77,71	24,64	102,35
	15/09/2004	1,30	0,41	1,71
	Total	4.051,87	1.476,67	5.528,54

9.3.2. Srs. Ricardo Augusto Mello Araújo e Sérgio Yoshio Nakamura, bem como Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
17ª	19/05/2005	4.380,11	1.312,30	5.692,41
	Total	4.380,11	1.312,30	5.692,41

9.3.3. Srs. Ricardo Augusto Mello Araújo e Joselito José da Nobrega, bem como Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
11ª	08/09/2004	7.592,60	1.886,76	9.479,36
	15/09/2004	127,37	31,65	159,02
14ª	14/10/2004	52.894,46	16.944,84	69.839,30
	18/10/2004	21,08	6,76	27,84

	21/11/2004	4.932,15	1.580,02	6.512,17
	22/11/2004	4.649,25	1.489,40	6.138,65
	25/11/2004	160,74	51,49	212,23
16ª	28/01/2005	10.716,52	3.580,15	14.296,67
	Total	81.094,17	25.571,07	106.665,24

9.3.4. Srs. Ricardo Augusto Mello Araújo, Joselito José da Nobrega e Sérgio Yoshio Nakamura, bem como Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data de Pagamento	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
12ª	08/09/2004	2.700,93	671,18	3.372,11
	15/09/2004	45,31	11,26	56,57
	14/10/2004	1.123,34	279,15	1.402,49
	18/10/2004	0,45	0,11	0,56
15ª	21/11/2004	32.625,32	10.790,19	43.415,51
	25/11/2004	547,34	181,02	728,36
	15/12/2004	40.097,08	13.261,33	53.358,41
	Total	77.139,77	25.194,24	102.334,01

9.3.5. Srs. José Rafael da Silva e Ricardo Luiz Carius Nogueira, bem como Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
19ª	13/07/2005	36.463,39	12.479,44	48.942,83
20ª	18/08/2005	10.775,45	5.848,94	16.624,39
21ª	22/09/2005	66.946,29	36.037,63	102.983,92
22ª	10/11/2005	4.015,98	2.179,88	6.195,86
	28/12/2005	2.931,31	1.591,12	4.522,43
23ª	28/12/2005	64.862,08	24.844,72	89.706,80
	Total	185.994,50	82.981,73	268.976,23

9.3.6. Sr. Joselito José da Nobrega e Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda. solidariamente pelas quantias a seguir especificadas:

Medição	Data	Superfaturamento		Total (R$, valores históricos)
		PI	Reajuste	
28ª	27/12/2006	62.086,70	26.191,75	88.278,45
	Total	62.086,70	26.191,75	88.278,45

9.4. aplicar aos responsáveis Srs. Ricardo Augusto Mello de Araújo, José Rafael da Silva, Ricardo Luiz Carius Nogueira, Fernando Manuel Moutinho da Conceição, Joselito José da Nobrega e Sérgio Yoshio Nakamura, bem como da empresa Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valores individuais indicados na tabela abaixo, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R$)
Ricardo Augusto Mello de Araújo	35.000,00
José Rafael da Silva	26.500,00
Ricardo Luiz Carius Nogueira	26.500,00
Fernando Manuel Moutinho da Conceição	3.800,00
Joselito José da Nobrega	29.000,00
Sérgio Yoshio Nakamura	25.000,00
Etenge - Empresa de Engenharia e Eletricidade e Comércio Ltda.	68.500,00

9.3. notificar os embargantes e demais interessados a respeito desta deliberação.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2187-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2188/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.413/2019-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).
4. Órgãos: Ministério da Economia; Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) contra o Acórdão 901/2021-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno/TCU, conhecer do pedido de reexame interposto pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência sobre o presente Acórdão ao Ministério do Desenvolvimento Regional, ao Ministério da Economia, à Caixa Econômica Federal e à Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2188-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2189/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.425/2022-2.
2. Grupo: II - Classe de assunto: VII - Representação.
3. Responsável: HLM Manutenção e Serviços Industriais Eireli (CNPJ 13.011.016/0001-41).
4. Unidade: Casa da Moeda do Brasil (CMB).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Selog.
8. Representação legal: Ricardo Zacharski Júnior, OAB/RJ 160.053, e outros, representando a Casa da Moeda do Brasil; Leonardo Henrique De Angelis, OAB/SP 409.864, representando AMG Serviços, Cursos e Comércio Ltda..

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa HLM Manutenção e Serviços Industriais Eireli, apontando supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 52/2021, realizado pela Casa da Moeda do Brasil (CMB), objetivando a contratação de serviços comuns de engenharia para inspeção de vasos de pressão instalados no seu Parque Industrial, conforme a Norma Regulamentadora NR-13 do Ministério do Trabalho e Previdência,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, e no art. 234 do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante;

9.3. dar ciência à Casa da Moeda do Brasil acerca das seguintes ocorrências no certame objeto da presente representação:

9.3.1. não realização de diligência para que a licitante vencedora comprovasse a exequibilidade dos itens com preços consideravelmente inferiores aos previamente estimados, identificada na análise de recurso administrativo no Pregão Eletrônico 52/2021, em detrimento ao art. 56, caput, inciso V e § 2º, da Lei 13.303/2016;

9.3.2. não realização da diligência à licitante vencedora para reenvio da Planilha de Custos e Formação de Preços com a devida alíquota de INSS e os ajustes nas remunerações em decorrência de correção nessa alíquota, identificada na análise de recurso administrativo no Pregão Eletrônico 52/2021, em detrimento ao art. 56, caput, inciso V e § 2º, da Lei 13.303/2016;

9.4. dar ciência deste Acórdão à Casa da Moeda do Brasil, à empresa AMG Serviços, Cursos e Comércio Ltda e à representante.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2189-38/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2190/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.853/2018-7

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Representante: não há.

4. Órgão/Entidade: Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República - Camex, Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig, Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: SecexFinanças.

8. Representação legal: Grazielle Fernandes Pettene, Denilson Ribeiro de Sena Nunes (OAB/RJ 96.320) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação instaurada em cumprimento ao item 9.7 do Acórdão 1031/2018-Plenário, no intuito de aprofundar o exame de possíveis irregularidades ocorridas na Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (Camex), no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre outros órgãos e agentes envolvidos, relacionadas à concessão de benefícios de equalização de taxas de juros no âmbito do Proex Equalização para operações de financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia sem adequada comprovação técnica de que tenha havido verificação da compatibilidade dos encargos financeiros com a realidade praticada no mercado internacional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. determinar a instauração de 3 (três) tomadas de contas especiais, apartadas dos presentes autos, em cujos âmbitos serão analisadas individualmente e separadamente os indícios de danos advindos das operações mencionadas, e autorizar, desde logo, com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, as citações dos responsáveis a serem definidos pelo relator entre os participantes das Reuniões Camex/Cofig indicadas e os dirigentes da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec), considerando o resultado da análise prevista no item 9.4 deste Acórdão:

9.2.1. Operações aprovadas nos exercícios de 2007-2009:

Pedido de Financiamento	Nº Operação Cofig	Aprovação pelo Colegiado	
		Camex	Cofig
2008/0042	240		34ª RO - 06/06/2007
2008/0056	305		44ª RO - 26/03/2008
2008/0174	340	Memorando Nº 485, de 17/12/2008	53ª RO - 17/12/2008
2009/0010	407	62ª Reunião - 05/02/2009	55ª RO - 18/02/2009
2009/0414	474	69ª Reunião - 15/12/2009	66ª RO - 29/01/2010
2009/0671	495		

9.2.2. Operações aprovadas nos exercícios de 2010-2011:

Pedido de Financiamento	Nº Operação Cofig	Aprovação pelo Colegiado	
		Camex	Cofig
2010/0026	521		69ª RO - 28/04/2010
2010/0088	533	72ª Reunião - 26/05/2010	71ª RO - 01/07/2010
2010/1092	540		
2010/0961	542		
2010/1087	543		
2010/1088	545		
2010/1090	541		72ª RO - 03/08/2010
2010/1089	544		
2010/1084	546		
2010/1083	547		
2010/1085	548		
2010/1082	549		
2010/1079	557		
2010/1078	558		
2010/1080	559		
2010/1081	560		
2010/0960	561		
2010/1086	567		
2010/1103	570	75ª Reunião - 14/09/2010	74ª RO - 29/09/2010
2010/1274	582		76ª RO - 30/11/2010
2010/1275	583		
2010/1277	584		
2010/1276	586		
2010/1280	596		77ª RO - 15/12/2010
2010/1278	587		78ª RO - 26/01/2011
2010/1279	588		
2011/0017	599		
2010/1097	606		80ª RO - 30/03/2011
2011/0214	613		83ª RO - 04/07/2011
2011/0247	614		
2011/0246	615		
2011/0194	616		
2011/0283	619		84ª RO - 01/08/2011

9.2.3. Operações aprovadas nos exercícios de 2012-2014:

Pedido de Financiamento	Nº Operação Cofig	Aprovação pelo Colegiado	
		Camex	Cofig
2011/0686	637	85ª Reunião - 25/01/2012	91ª RO - 27/02/2012
2012/0052	668	88ª Reunião - 11/06/2012	95ª RO - 27/06/2012
2012/0426	676	90ª Reunião - 04/09/2012	98ª RO - 20/09/2012
2012/0414	677	90ª Reunião -04/09/2012	98ª RO - 20/09/2012
2012/0540	688	85ª Reunião - 25/01/2012	101ª RO - 30/01/2013
2013/0004	693		
2013/0005	694		
2013/0008	695		
2013/0322	714		105ª RO - 29/05/2013
2014/0030	756		114ª RO - 30/04/2014

9.3. autorizar a audiência dos responsáveis a serem definidos pelo relator entre os participantes das Reuniões Camex/Cofig indicadas e os dirigentes da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional (Copec), considerando o resultado da análise prevista no item 9.4 deste Acórdão, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/91 e art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa acerca da concessão de benefícios de equalização de taxas de juros no âmbito do Proex Equalização para operações de financiamento à exportação de obras e serviços de engenharia sem adequada comprovação técnica, formal e detalhada, de que tenha havido verificação da compatibilidade dos encargos financeiros estabelecidos dos contratos de financiamento à exportação com a realidade praticada no mercado internacional, em afronta aos princípios constitucionais da moralidade e da eficiência, insculpidos no art. 37 da Carta Magna, e ao comando do art. 2º da Lei 10.184/2001 e do caput do art. 2º do Decreto 7.710/2012:

Pedido de Financiamento	Nº Operação Cofig	Aprovação pelo Colegiado Cofig
2009/0024	*	*
2009/0028	*	*
2011/0024	608	80ª RO - 30/03/2011
2011/0636	659	92ª RO - 28/03/2012
2013/0530	691	103ª RO - 27/03/2013

* a identificar

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças) que analise, no prazo de 60 (sessenta) dias, a documentação apresentada em resposta às diligências, com vistas à quantificação do dano, bem como reavalie as condutas a serem imputadas a cada um dos agentes, levando-se em conta os entendimentos expostos no voto e na presente deliberação, e encaminhe, no mesmo prazo, proposta detalhada das citações e audiências determinadas no presente acórdão, com a delimitação das responsabilidades individuais dos responsáveis;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Economia, à Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (Camex), ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2190-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2191/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.632/2022-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: Nilton Turismo Ltda. EPP (CNPJ 07.725.929/0001-27).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Edward Robert Lopes de Moura (OAB/PI 5262).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Nilton Turismo Ltda. EPP, noticiando a ocorrência de possíveis irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico 31/2022, conduzido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI), para contratação de serviços de transporte de policiais militares para cartórios eleitorais da capital e interior do Estado, visando à segurança nas eleições gerais 2022, com valor contratado de R$ 677.553.80,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar, tendo em vista a ausência de requisitos para sua adoção;

9.3. dar ciência da presente deliberação à representante e ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TER/PI);

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2191-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2192/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.736/2022-0.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC/CD.
4. Entidades: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - Ceasa/MG e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente - SecexAgroAmbiental.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional por meio da qual a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados - CFFC/CD requer deste Tribunal a realização de auditoria contábil, financeira, orçamentária e operacional em todos os atos administrativos, contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados com os órgãos do governo federal para a regularização fundiária e desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. - Ceasa/MG e da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - Casemg.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992; 232, inciso III, do Regimento Interno/TCU; e 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução/TCU 215/2008;

9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que os assuntos relacionados à presente Solicitação do Congresso Nacional estão sendo tratados nos autos do TC-042.705/2021-5 (relator Ministro Benjamin Zymler), que cuida do acompanhamento da Privatização da Ceasa/MG, e do TC-000.612/2022-7 (relator Ministro Jorge Oliveira), o qual versa sobre a Prestação de Contas Extraordinária da Liquidação da Casemg, sendo que o primeiro foi julgado no mérito por meio do Acórdão 2.097/2022 - Plenário e que as informações relativas ao segundo, necessárias ao integral atendimento desta solicitação, serão encaminhadas após o seu julgamento;

9.3. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Acórdão 2.097/2022 - Plenário, acompanhados dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentaram, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 19 da Resolução/TCU 215/2008;

9.4. informar ao relator do TC-000.612/2022-7, Ministro Jorge Oliveira, acerca da existência da presente Solicitação do Congresso Nacional e da necessidade de encaminhamento a este Relator, quando do julgamento do mérito do referido processo, de cópia do acórdão proferido, acompanhado do relatório e voto que o fundamentarem, bem como das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento da solicitação objeto deste processo, para que seja promovido o posterior envio desses documentos ao solicitante, conforme dispõe o parágrafo único do art. 13 da Resolução TCU 215/2008;

9.5. juntar cópia deste Acórdão ao TC-000.612/2022-7, nos termos do art. 14, incisos III e V, da Resolução/TCU 215/2008; e

9.6. sobrestar a apreciação do presente processo até que sejam encaminhadas as informações relativas ao TC 000.612/2022-7, necessárias ao integral atendimento desta solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução/TCU 259/2014.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2192-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2193/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-025.335/2020-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Eduardo Macedo Pinto de Abreu (504.956.905-20).
4. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. tendo por fundamento a movimentação financeira em contas correntes de clientes daquela entidade bancária sem o conhecimento e a anuência dos titulares, com evidências de locupletamento ilícito, ocorrido mediante desvio do montante correspondente às transações lesivas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Eduardo Macedo Pinto de Abreu e condená-lo ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Banco Nacional do Nordeste S. A., nos termos da legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
12/5/2016	22.925,67
29/6/2016	90.000,00
5/7/2016	180.000,00
31/8/2016	50.000,00
6/9/2016	40.000,00
21/9/2016	4.968,22
10/10/2016	10.000,00
11/11/2016	600,00
11/11/2016	40.000,00
24/11/2016	2.962,86
29/11/2016	6.368,15
1º/12/2016	2.000,00
06/12/2016	2.621,00
06/12/2016	180,00
15/12/2016	8.000,00
20/12/2016	8.275,00
28/12/2016	65.695,90
29/12/2016	235.000,00
5/1/2017	500,00
9/1/2017	4.100,00
10/1/2017	730,00
11/1/2017	5.659,00
16/1/2017	3.360,00
20/1/2017	326.027,87
1º/2/2017	15.000,00

9.2. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 ao Sr. José Eduardo Macedo Pinto de Abreu, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU) , o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.5. considerar graves as condutas praticadas pelo Sr. José Eduardo Macedo Pinto de Abreu, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992 e do art. 270, § 1º, do Regimento Interno/TCU;

9.6. inabilitar o Sr. José Eduardo Macedo Pinto de Abreu para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, por um prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "i", e 270 do Regimento Interno/TCU; e

9.7. dar ciência deste Acórdão ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., bem como à Procuradoria da República no Estado da Bahia, para adoção das medidas que entender cabíveis, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 38/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/10/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2193-38/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2194/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/92, e na forma do art. 218 do RI/TCU, em dar quitação aos responsáveis Jânio Lopes Miranda e Marconi Gonçalves Brasileiro de SantAnna, ante o recolhimento integral das multas que lhes foram aplicadas por este Tribunal, por meio do item 9.4 do Acórdão 248/2017-Plenário, modificado pelo Acórdão 60/2020-Plenário, e adotar a medida constante no item 1.9 deste Acórdão:

1. Processo TC-029.929/2015-6 (DENÚNCIA)
1.1. Apensos: 035.283/2015-7 (DENÚNCIA); 016.594/2019-3 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Humberto Miranda Cardoso (778.662.401-59); Jânio Lopes Miranda (908.736.881-04); Marconi Goncalves Brasileiro de Sant Anna (416.885.701-87); Álvaro da Costa Rondon Neto (769.806.001-25).
1.3. Interessados: Secretaria de Educação Básica (00.394.445/0124-52); Va & R Informatica Ltda (04.699.854/0001-69).
1.4. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Companhia Energética de Alagoas(privatizada); Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Ministério da Cultura (extinta); Ministério da Educação; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (extinta); Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério das Comunicações (extinto); Ministério de Minas e Energia; Ministério do Esporte (extinta); Secretaria de Direitos Humanos; Universidade Federal de São Paulo.
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.8. Representação legal: Gustavo Toniol Raguzzoni, Carolina Mendes de Carvalho (39637/OAB-GO) e outros, representando Va & R Informatica Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: após a publicação da presente decisão, encaminhar os presentes autos à Secretaria de Gestão de Processos, para que dê continuidade ao acompanhamento dos parcelamentos das multas aplicadas aos responsáveis Álvaro da Costa Rondon Neto e Humberto Miranda Cardoso.

ACÓRDÃO Nº 2195/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, relacionadas a aventadas ações e omissões da alta gestão da autarquia associadas com: perseguição de servidores, assédio moral, uso político-ideológico da instituição e falta de comando técnico no planejamento de seus principais exames, avaliações e censos educacionais.

Considerando que as análises da unidade técnica demonstram não ser procedente a tese de que a mudança de rito observada no processo de aprovação e seleção de artigos seria mero desempenho do poder de autotutela da Administração, no intuito de melhorá-lo;

Considerando os pareceres precedentes no sentido de que, a despeito da escolha equivocada, os elementos presentes nos autos não indicam a necessidade de realizar audiências aos gestores;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, III, inciso V, "a", 169, inciso III, 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la procedente, adotar as medidas descritas no item 1.8, remeter cópia deste acórdão e da instrução de peça 187 ao denunciante, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, bem como à Controladoria Geral da União, para, no caso desta, subsidiar o desenvolvimento de suas competências estabelecidas no art. 1º, incisos III a VIII, do Anexo I da Portaria-CGU 3553/2019, acostar cópia deste acórdão ao TC 045.649/2021-9 (Solicitação do Congresso Nacional) e determinar o arquivamento dos autos, como proposto pela SecexEduc.

1. Processo TC-043.323/2021-9 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: Madila Barros Severino (53531/OAB-DF), Fabio Monteiro Lima (43.463/OAB-DF) e outros.
1.8. dar ciência ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que:

1.8.1. para fins de escolha das publicações da linha editorial do Inep, a imposição de exigências novas em dissonância com as normas vigentes à época e/ou com as práticas administrativas reiteradas adotadas até então, após a conclusão do fluxo decisório do processo seletivo, nos moldes verificados no processo de escolha do artigo a ser publicado na série "Textos para discussão" de número TD 48, mais precisamente em relação ao estudo "Avaliação Econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" (SEI 0686724), produzido pelo servidor Alexandre André dos Santos, afronta os princípios da legalidade e da segurança jurídica, bem como o art. 2º, caput e inciso XIII, da Lei 9.784/1999;

1.8.2. a supressão de elementos de processos administrativos desprovida de razoável justificativa, nos moldes verificados no processo SEI 23036.004106/2021-11, que cuidou de pronunciamento do Inep acerca da proposição legislativa da Deputada Federal Paula Belmonte materializada pelo PLP 97/2021, afronta os princípios da publicidade e da motivação, bem como os artigos 3º, incisos IV e V, e 6º, incisos I e II, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o artigo 22, § 4º, da Lei 9.784/1999 e a Cartilha do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - 8ª Edição.

ACÓRDÃO Nº 2196/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de monitoramento do Acórdão 908/2022-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 027.736/2019-9, que tratou de representação formulada pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) contra possíveis irregularidades praticadas pela Fundação Norte-Rio Grandense de Pesquisa e Cultura (Funpec), entidade de apoio vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no âmbito da contratação, mediante a Seleção Pública Presencial 1/2018, da empresa Fields Comunicação Ltda. (Contrato 12.18.0017-00) para a prestação de serviços de publicidade, inseridos no contexto do programa de combate à sífilis, do Ministério da Saúde, com recursos ministeriais descentralizados à UFRN por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) 54/2017;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 143, inciso III, e 250, inciso III, do RI/TCU e art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020 e nos pareceres emitidos nos autos, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.3 do Acórdão 908/2022-TCU-Plenário, apensar estes autos ao originador (TC 027.736/2019-9) e dar ciência à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ao Ministério da Saúde deste acórdão:

1. Processo TC-007.887/2022-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2197/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de monitoramento do Acórdão 4039/2020-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC 020.397/2017-8, que tratou da auditoria realizada em sede da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) acerca da conformidade e governança em aquisições das Universidades e Institutos Federais, em 2017, e emitiu determinações e recomendações à Fundação Universidade do Amazonas (FUA/Ufam);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 143, inciso III, e 157 do RI/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em: (i) considerar cumpridos os subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.4; (ii) considerar implementadas as recomendações dos subitens 9.3 e 9.4; (iii) considerar em cumprimento o subitem 9.2.3; todos do Acórdão 4039/2020-TCU-Plenário; (iv) sobrestar o presente processo de monitoramento pelo prazo de 180 dias para que a Universidade Federal do Amazonas dê cumprimento integral à deliberação do subitem 9.2.3, alertando os gestores de que eventual descumprimento dos comandos expedidos pelo TCU pode ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992; e dar ciência à Universidade Federal do Amazonas deste acórdão:

1. Processo TC-013.478/2021-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade do Amazonas (04.378.626/0001-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2198/2022 - TCU - Plenário

Vistos e relacionados estes autos de relatório de auditoria em que se examina, neste momento, solicitação de prorrogação de prazo formulada pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do RI/TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar a prorrogação do prazo para cumprimento da medida contida no item 9.2. do Acórdão 1960/2022-TCU-Plenário, em 120 (cento e vinte) dias, a serem contados a partir do término do prazo anteriormente conferido, de acordo com o parecer emitido nos autos:

1. Processo TC-013.185/2021-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Evandro Aparecido Soares da Silva (570.508.131-68).
1.2. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Consórcio Jota Ele/MBM (39.904.147/0001-41).
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Hospital Universitário Júlio Muller da UFMT - Ebserh; Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso.
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.7. Representação legal: Rayanna Silva Carvalho (9.005/OAB-PI), Ingrid Carvalho de Oliveira (39.371/OAB-GO), Caio Augusto Nazario de Souza (89959/OAB-PR) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2199/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo
TC-046.794/2020-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)
1.1. Apensos: 001.760/2020-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Adriana de Fatima Rodrigues Lustosa da Costa (610.877.851-20); Adriano Santhiago de Oliveira (070.022.817-98); Ana Maria Pellini (183.807.940-87); Andre Luiz Felisberto Franca (099.085.127-30); Andre Pitaguari Germanos (150.927.598-36); Antonio Alberto Ferreira da Silva (279.536.291-00); Eduardo Serra Negra Camerini (032.939.578-54); Fernando Antonio Lyrio Silva (244.460.841-00); Gentil Venâncio Palmeira Filho (979.993.264-53); Gilson Machado Guimaraes Neto (686.726.674-68); Jair Vieira Tannús Júnior (221.767.301-78); Jose Carlos Nader Motta (415.392.657-49); Jose Domingos Gonzalez Miguez (438.814.917-91); Juliana Ferreira Simoes (022.105.677-77); Luis Gustavo Biagioni (141.056.418-59); Mariana Miranda Maia Lopes (083.692.207-70); Mauro Oliveira Pires (565.406.041-49); Mirella Vargas Soeiro Ubaldo (050.774.066-18); Miriam Jean Miller (339.804.971-00); Rafael Pereira Torino (732.074.460-00); Regis Pinto de Lima (368.477.470-72); Ricardo de Aquino Salles (252.980.008-19); Roberto Castelo Branco Coelho de Souza (332.874.737-00); Romeu Mendes do Carmo (244.255.161-68); Thiago Gil Barreto Barros (016.980.621-92); Thiago de Araújo Mendes (049.528.696-60).
1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. incluir no rol de responsáveis das presentes contas os Srs. Fábio Fernando Borges e José Carlos Nader Motta;
1.8.2. excluir do rol de responsáveis das presentes contas os Srs. Régis Pinto de Lima; Mauro Oliveira Pires; Rafael Pereira Torino; Miriam Jean Miller; Gentil Venâncio Palmeira Filho; José Carlos Nader Motta; Fernando Antônio Lyrio Silva; Mirella Vargas Soeiro Ubaldo; José Domingos Gonzalez Miguez; Adriana de Fátima Rodrigues Lustosa da Costa; Antônio Alberto Ferreira da Silva e Mariana Miranda Maia Lopes;
1.8.3. sobrestar o exame das presentes contas, no que se refere ao Sr. Ricardo de Aquino Salles, até o julgamento do TC-026.951/2020-7;
1.8.4. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos Srs. André Pitaguari Germanos; Eduardo Serra Negra Camerini; Fábio Fernando Borges; Gilson Machado Guimarães Neto; Jair Vieira Tannus Júnior; Roberto Castelo Branco Coelho de Souza; Romeu Mendes do Carmo; Thiago de Araújo Mendes e da Sra. Juliana Ferreira Simões, dando-lhes quitação plena;
1.8.5. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva, em face das falhas apontadas a seguir, as contas dos Srs. André Luiz Felisberto Franca; José Carlos Nader Motta; Luis Gustavo Biagioni e da Sra. Ana Maria Pellini, dando-lhes quitação;
1.8.6. dar ciência ao MMA, nos termos do art. 9º da Resolução 315/2020, sobre as seguintes falhas constatadas:
a) ausência de elaboração de plano anual com o estabelecimento de objetivo, metas e indicadores que pudessem servir de base para a avaliação da gestão, em colisão com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal e em descumprimento ao art. 3º, §1º, alínea "a" da Decisão Normativa TCU 178/2019 (itens 11-17 desta instrução);
b) baixa execução do Fundo Nacional de Mudança Climática, no que se refere aos recursos não-reembolsáveis, indo de encontro ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal (itens 18-21 desta instrução);
c) ausência de resolução integral dos problemas apontados pela CGU em 2018 e pelo TCU no Acórdão 2.512/2016-Plenário, no que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos (itens 24-26 desta instrução), comprometendo a execução da política, indo de encontro ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal;
d) ausência de resolução integral dos problemas apontados pela CGU em 2018 no que se refere à Governança de Tecnologia da Informação, em prejuízo ao adequado desempenho dessa área, em colisão com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal (itens 27-28 desta instrução);
e) omissão na adoção de providências para atribuir, formalmente, a alguma unidade do Ministério, a competência para tratar do controle do desmatamento, comprometendo a execução da respectiva política, em afronta ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal (itens 29-33 desta instrução);
f) demora na regulamentação do processo sancionador ambiental a partir da entrada em vigência do Decreto 9.760/2019, prejudicando seu adequado funcionamento, em colisão com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal (itens 38-42 desta instrução);
1.8.7. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2200/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não-conhecimento do presente recurso;

Considerando que que o recorrente foi notificado pelo poder concedente quanto às falhas em 24/1/2013, ou seja, há menos de dez anos dos fatos geradores;

Considerando que a jurisprudência dominante desta Corte vem defendendo a imprescritibilidade do débito, nos termos da Súmula 282 do TCU;

Considerando que constitui ônus do gestor a produção das evidências necessárias para comprovar o adequado uso dos recursos públicos, não cabendo ao Tribunal realizar diligência para a obtenção das provas;

Considerando que o gestor não traz provas novas para afastar as premissas que levaram à sua condenação, isto é, não busca demonstrar, por exemplo, como ocorreu a acomodação simultânea de 137 pessoas em um hotel com apenas 9 quartos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso de revisão e em determinar o seu arquivamento, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente, bem como do exame de admissibilidade de peça 85.

1. Processo TC-027.331/2017-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 010.095/2022-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).
1.3. Recorrente: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Arari - MA.
1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.9. Representação legal: Adriana Santos Matos (18101/OAB-MA), representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2201/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na execução dos Convênios 913.349/2021 e 918.413/2021, celebrados em 24/11/2021, entre a União, por meio do Ministério da Saúde, e a Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC), com vistas à aquisição de equipamento e material permanente para o Hospital Santa Isabel e para o Hospital São José, unidades de atenção especializada em saúde, vinculadas à ACSC, prestadoras de serviços no âmbito do SUS,

Considerando que, nos termos da manifestação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o equipamento ofertado pela empresa SisnacMed não atende aos pacientes neonatais, deixando de cumprir a descrição básica do objeto a ser contratado, que era a utilização em pacientes neonatais, mormente diante da previsão editalícia de que os registros dos equipamentos deveriam ser emitidos pela Anvisa ou sua publicação no DOU ou Certificado de Isenção;

Considerando que não se verificaram irregularidades na conduta da equipe encarregada de proceder ao julgamento das Cotações Eletrônicas 82 e 83/2021, nos termos da análise da Selog;

Considerando que a proposta vencedora dos referidos certames ficou abaixo do valor de referência, não existindo evidências de dano ao Erário;

Considerando a jurisprudência pacífica do TCU no sentido de que o denunciante não é reconhecido, automaticamente, como interessado no processo, devendo, para isso, demonstrar, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir nos autos, nos termos do art. 146, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que esse pressuposto não foi demonstrado pelo autor da denúncia;

Considerando que o julgamento a ser proferido neste processo não tem o potencial de acarretar lesão a direito subjetivo próprio da denunciante, uma vez que, independentemente de seu conteúdo, a decisão não implicará o agravamento de sua situação jurídica;

Considerando o pedido da autora da denúncia para realizar sustentação oral;

Considerando a competência do presidente do Colegiado para dispor sobre este requerimento; e

Considerando que o pedido deve ser indeferido, porquanto a denunciante não figura como parte interessada neste processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, II, e 43, I, ambos da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 143, 237, parágrafo único, e 250, todos do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c art. 103, § 1º, e 106 da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) revogar a medida cautelar referendada pelo Acórdão 678/2022-Plenário;

c) indeferir o pedido formulado pela autora da denúncia para que seja considerada como parte interessada no processo, haja vista o não atendimento dos pressupostos estabelecidos no art. 146, do Regimento Interno do TCU;

d) enviar cópia desta deliberação e da instrução de mérito da SecexSaúde ao autor da denúncia, à Associação Congregação de Santa Catarina (ACSC) e às empresas Primeira Opção Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. e Drager Indústria e Comércio Ltda.

e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014; e

f) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-003.542/2022-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Entidade: Ministério da Saúde.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.7. Representação legal: Fernanda Alves Andrade Guarido (61524/OAB-PR), Luiz Alberto Blanchet (6.761/OAB-PR) e outros; Rafael Younis Marques (222.621/OAB-SP), Renato Guilherme Machado Nunes (162694/OAB-SP) e outros, representando Associação Congregação de Santa Catarina.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2202/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143 e 235 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer a presente documentação como denúncia, por não existirem indícios suficientes de irregularidades, e em determinar o arquivamento, dando ciência ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.975/2022-4 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A.; Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.7. Representação legal: Márcia Aita Almeida (OAB/DF 13.539), Maximiliano Nagl Garcez (OAB/PR 20.792) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2203/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de acompanhamento da desestatização, por meio de arrendamento portuário, do terminal denominado PAR09, localizado dentro da poligonal do Complexo Portuário de Paranaguá/PR, sob administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), para movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais.

Considerando que o processo é regido pela Instrução Normativa IN-TCU 81/2018, e que o escopo da análise compreendeu os seguintes aspectos: i) viabilidade técnica do arrendamento; ii) viabilidade econômico-financeira; e iii) adequação das minutas jurídicas (edital, contrato e ato justificatório) e dos procedimentos da audiência pública ao ordenamento jurídico e ao estudo de viabilidade;

Considerando que não foram identificadas impropriedades ou irregularidades em relação aos aspectos acima, salvo quanto às inconsistências verificadas na estimativa dos investimentos a serem realizados no píer F e em seus equipamentos, identificados na análise do capex, as quais foram acatadas pelo poder concedente em sua totalidade ou justificadas;

Considerando que, dentro do escopo delimitado na presente análise, não foram detectadas outras irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo concessório do arrendamento do terminal portuário PAR09;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inc. XV, 143, inc. III, 169, inc. V, 250, inc. I, e 258, inc. II, do Regimento Interno, c/c as disposições da Instrução Normativa-TCU 81/2018, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em informar ao Ministério da Infraestrutura que, dentro do escopo delimitado na presente análise regulamentada pela IN-TCU 81/2018, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo concessório do arrendamento do terminal denominado PAR09, localizado dentro da poligonal do Complexo Portuário de Paranaguá/PR; em enviar cópia desta deliberação e da instrução da SeinfraPortoFerrovia ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e em arquivar o presente processo.

1. Processo TC-009.032/2022-3 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Entidade: Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina- APPA; Ministério da Infraestrutura.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2204/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno, em adotar as seguintes providências e em ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando-se ciência desta deliberação à Agência Nacional de Transportes Terrestres:

1. Processo TC-018.901/2020-4 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Ministério da Infraestrutura.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: José Geraldo de Sousa Júnior (1.614/OAB-DF), Johnatan Razen Ferreira Guimaraes (40.447/OAB-DF) e outros, representando Instituto Kabu; José Geraldo de Sousa Júnior (1.614/OAB-DF), Johnatan Razen Ferreira Guimaraes (40.447/OAB-DF) e outros, representando Instituto Socioambiental.
1.6. considerar cumpridas as determinações dos subitens 9.1.1., 9.1.3 a 9.1.27. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.7. considerar não cumprida a determinação do subitem 9.1.2. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.8. considerar em cumprimento as determinações dos subitens 9.2.1 e 9.2.2. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.9. considerar implementadas as recomendações dos subitens 9.3.1, 9.3.3., 9.3.4.2., 9.3.7., 9.3.8., 9.3.10., 9.3.13. e 9.3.15 a 9.3.20. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.10. considerar em implementação a recomendação do subitem 9.3.6. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.11. considerar não implementadas as recomendações dos subitens 9.3.2., 9.3.4.1., 9.3.4.3., 9.3.5., 9.3.9., 9.3.11, 9.3.12., 9.3.14. e 9.3.21. do Acórdão 4.037/2020-Plenário;
1.12. dispensar o monitoramento dos subitens 9.2.1, 9.2.2., 9.3.6. e 9.3.14. do Acórdão 4.037/2020-Plenário, com vistas a racionalidade administrativa, dado o que a unidade já monitora no âmbito do TC 016.936/2020-5 os subitens 9.3.1., 9.3.2., 9.4.6. e 9.4.9., respectivamente, do Acórdão 4.036/2020-Plenário, determinações/recomendações de similar teor;
1.13. dispensar o monitoramento dos subitens 9.3.2., 9.3.4.1., 9.3.4.3., 9.3.5., 9.3.9., 9.3.11, 9.3.12. e 9.3.21. do Acórdão 4.037/2020-Plenário, visto que já houve a opção do gestor de não implementar a recomendação, efetuando adequada justificativa;
1.14. dispensar o monitoramento do subitem 9.1.2 do Acórdão 4.037/2020-Plenário visto que já houve a opção do gestor de não cumprir a determinação, não se reputando adequado, impor a alteração do contrato de concessão, pela falha observada;
1.15. dar ciência, com base no art. 2º, II, da Resolução 315/2020, à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que, no contrato celebrado em decorrência do processo de desestatização da BR-163/MT/PA e BR-230/PA, não foram contemplados os ajustes previamente determinados pelo TCU, por ocasião do Acórdão 4.037/2020-Plenário, no que diz respeito à:
1.15.1. abster de incluir os segmentos de acesso aos portos de Santarenzinho/PA e Itapacurá/PA no escopo da concessão enquanto inaptos a compor a infraestrutura rodoviária federal por prazo suficiente para abranger todo o período de outorga, conforme subitem 9.1.2 do Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 2205/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o inciso III do art. 143 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em considerar cumpridas as deliberações constantes dos itens 9.7.2 e 9.9, e seus subitens, do Acórdão 9.398/2017-2ª Câmara, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.936/2020-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsáveis: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (26.474.056/0001-71); Larissa Rodrigues Peixoto Dutra (081.471.276-26); Regina Blois Duarte (028.601.048-87); Secretaria Especial da Cultura (01.264.142/0007-14).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Ministério do Turismo; Secretaria Especial da Cultura.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a continuidade do monitoramento em relação ao item 9.8, e seus subitens, do Acórdão 9.398/2017-2ª Câmara, convertendo-os em ciências preventiva e corretiva para que, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020, o Ministério do Turismo e a Secretaria Especial da Cultura abstenham-se de incorrer nas irregularidades mencionadas nos itens 9.8.1 a 9.8.10 da deliberação;
1.7.2. ajustar o conteúdo do item 9.7.1 do Acórdão 9.398/2017-2ª Câmara para determinar que, nos termos do art. 208, § 2º, do RITCU, da Instrução Normativa-TCU 71/2012 e da Portaria-TCU 122/2018, a Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que finalize a Tomada de Contas Especial objeto do processo 01400.12545/2010-07, encaminhando o procedimento ao TCU via sistema e-TCE em até 90 dias;
1.7.3. informar ao dirigente da referida unidade jurisdicionada que a falta de adequada finalização e encaminhamento da tomada de contas especial na forma prevista na IN-TCU 71/2012 pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 aos responsáveis, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

ACÓRDÃO Nº 2206/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235 e 237, do Regimento Interno e art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada, dar ciência desta decisão ao representante e à Fundação Joaquim Nabuco, encaminhando-lhes cópia da peça 12 destes autos, e arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-019.665/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Joaquim Nabuco.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Rodrigo Ribeiro Marinho (OAB: 385.843-SP), representando Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2207/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, determinar a adoção da medida a seguir e o arquivamento dos autos, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.888/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul - PR.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Vitor dos Santos Ribeiro, representando Vitor dos Santos Ribeiro 06270652952.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul/PR, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 50/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
a) A inabilitação da empresa Vitor dos Santos Ribeiro 06270652952, com base no item 7.1.1. do edital, por não possuir CNAE compatível com o objeto do certame, sem verificar se há compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social da empresa, vai de encontro a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 1203/2011-Plenário, e Acórdão de Relação 42/2014-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2208/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade exigidos; em dar ciência desta deliberação e da instrução da unidade técnica ao autor da representação; e em arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-020.228/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iraquara - BA.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Everton Felipe Miranda Machado (33105E/OAB-BA), representando Everton Felipe Miranda Machado Eireli.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2209/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.511/2021-5 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Controladoria-geral da União; Defensoria Pública da União; Diretoria Geral do Senado Federal; Justiça do Distrito Federal e Territórios (vinculador); Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cidadania; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; Ministério da Economia; Ministério da Educação; Ministério da Infraestrutura; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Saúde; Ministério das Comunicações; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Turismo; Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar; Órgãos e Entidades Estaduais (vinculador); Órgãos e Entidades Municipais (vinculador); Presidência da República; Secretaria-executiva da Secretaria-geral da Presidência da República; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Vice-presidência da República (vinculador).

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.6.1. considerar alcançados os objetivos do presente Acompanhamento de Aquisições Logísticas no âmbito da Administração Pública Federal no exercício de abril/2021 a março/2022;
1.6.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que dê continuidade ao acompanhamento sistemático de editais e contratos de órgãos, incluindo os citados no art. 15, I, alínea "j" do Regimento Interno do TCU, e entidades da Administração Pública que recebem recursos federais e paraestatais no âmbito de aquisições logísticas; e
1.6.3. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2210/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar integralmente cumprida a determinação à Caixa Econômica Federal constante do subitem 9.2 do Acórdão 716/2021-Plenário, e determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.828/2021-0 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
1.5. Representação legal: Andre Yokomizo Aceiro (175337/OAB-SP), representando Caixa Econômica Federal.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2211/2022 - TCU - Plenário

Trata-se do monitoramento das determinações e recomendações realizadas por meio do Acórdão 3.005/2020-TCU-Plenário, de minha relatoria, que teve por objeto a fiscalização dos atos e procedimentos preparatórios para a subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - EF 334 (FIOL) compreendido entre os municípios de Ilhéus/BA e Caetité/BA;
Considerando as respostas encaminhadas pelo Ministério da Infraestrutura (peças 259-267), pela Agência Nacional de Infraestrutura Terrestre (peças 268, 269, 273-283) e pela Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias em Investimentos (peças 271-272) foram analisadas pela SeinfraPortoFerrovia (peça 298);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, e 243 do Regimento Interno do TCU, e em conformidade com o parecer da unidade técnica (peças 298 e 299), em considerar cumpridas as determinações e ciências constantes dos subitens 9.1, 9.2, 9.2.1, 9.2.1, 9.3, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.4 e 9.6, do Acórdão TCU 3.005/2020-Plenário, registrar a não implementação das recomendações constantes dos subitens 9.5.1 e 9.5.2 do mesmo Acórdão, autorizar a fiscalização proposta nos termos do item 1.7.1. a seguir e encerrar o presente processo após encaminhar cópia da instrução contida à peça 298 e da presente deliberação à ANTT, ao Minfra e à Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias em Investimentos.

1. Processo TC-039.356/2019-1 (DESESTATIZAÇÃO)
1.1. Apensos: 015.088/2017-0 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério da Infraestrutura.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. ordenar à SeinfraPortoFerrovia que avalie a necessidade de realização de fiscalização sobre as alterações realizadas na modelagem econômico-financeira subconcessão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - EF 334 (FIOL) compreendido entre os municípios de Ilhéus/BA e Caetité/BA, após a prolação do Acórdão TCU 3.005/2020-Plenário, e sobre os efeitos da não implementação das recomendações constantes dos subitens 9.5.1 e 9.5.2, da citada Decisão.

ACÓRDÃO Nº 2212/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar implementadas as recomendações 1.8.1.1 e 1.8.1.2 do Acórdão 1.142/2020 - TCU - Plenário, e dar ciência da presente deliberação ao Ministério da Economia e à Controladoria-Geral da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.539/2022-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União; Ministério da Economia.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2213/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.4 do Acórdão 1.469/2022- TCU-Plenário, e determinar o apensamento do processo a seguir relacionado aos autos do TC-045.774/2021- 8, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.765/2022-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2214/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 1.015/2022-TCU-Plenário (relator min. Augusto Sherman), referente ao 7º Ciclo de Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento, promoveu o monitoramento dos itens 9.1.1., 9.1.3. e 9.1.4. do Acórdão 1.032/2019-TCU-Plenário (minha relatoria), relativo ao 4º Ciclo de Fiscalização Contínua das Folhas de Pagamento;
Considerando que, por meio do item 9.4. do Acórdão 1.015/2022 (relator min. Augusto Sherman), foi decidido que o monitoramento das deliberações do 7º Ciclo será objeto do 8º Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento, objeto do TC 007.802/2022-6;
Considerando que a unidade técnica (peças 377 e 378) propôs, com base na compatibilidade de objeto e na vantajosidade para o controle externo, que o monitoramento das determinações do Acórdão 1.032/2019-TCU-Plenário (minha relatoria) pode ser conduzido em conjunto com as ações de acompanhamento do Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento do TC 007.802/2022-6, que é o ciclo vigente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 157 e 169, todos do Regimento Interno do TCU, assim como no art. 4º, inciso IV, da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009, em realizar o monitoramento do Acórdão 1.032/2019-TCU-Plenário no âmbito do Ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento vigente, atualmente o TC 007.802/2022-6, apensando-os aos autos do referido processo.

1. Processo TC-024.000/2018-3 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Interessado: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas (00.394.460/0562-87).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-geral da União; Agência Brasileira de Inteligência; Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Agência Espacial Brasileira; Agência Especial de Financiamento Industrial; Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Agência Nacional de Aviação Civil; Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Mineração; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Telecomunicações; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional do Cinema; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (privatizada); Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.; Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.; Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Autoridade Portuária de Santos S.A; Banco Central do Brasil; Banco da Amazônia S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica; Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados; Casa da Moeda do Brasil; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A; Colégio Pedro II; Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha; Comando do Exército; Comissão de Valores Mobiliários; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia das Docas do Estado da Bahia; Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Companhia de Eletricidade do Acre (privatizada); Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo; Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Companhia Docas do Ceará; Companhia Docas do Espírito Santo; Companhia Docas do Maranhão; Companhia Docas do Pará; Companhia Docas do Rio de Janeiro; Companhia Docas do Rio Grande do Norte; Companhia Energética do Piauí (privatizada); Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Companhia Nacional de Abastecimento; Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Conselho da Justiça Federal; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Pernambuco; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Roraima; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Ceará; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Maranhão; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado Rio de Janeiro; Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Medicina Veterinária; Conselho Federal de Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Química; Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia; Conselho Nacional do Ministério Público; Conselho Nacional do Ministério Público (excluído); Conselho Regional de Administração da Bahia; Conselho Regional de Administração de Goiás; Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; Conselho Regional de Administração de Pernambuco; Conselho Regional de Administração de Rondônia; Conselho Regional de Administração de Roraima; Conselho Regional de Administração de Santa Catarina; Conselho Regional de Administração de São Paulo; Conselho Regional de Administração do Maranhão; Conselho Regional de Administração do Pará; Conselho Regional de Administração do Piauí; Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Administração do Tocantins; Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região (PB e RN); Conselho Regional de Biblioteconomia 2ª Região (PA, AP e TO); Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (MG e ES); Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região (PR); Conselho Regional de Biologia - 2ª Região (RJ e ES); Conselho Regional de Biologia - 3ª Região (RS e SC); Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (MG, DF, GO, TO); Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (ES, MS, RJ, SP); Conselho Regional de Biomedicina - 2ª Região (PE, BA, AL, SE, RN, CE, PI, PB, MA); Conselho Regional de Biomedicina - 4ª Região (PA, AM, AP, RR, AC, RO); Conselho Regional de Biomedicina - 5ª Região (RS e SC); Conselho Regional de Biomedicina - 6a Região (PR); Conselho Regional de Biomedicina -3ª Região (GO, DF, MG, MT, TO); Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Roraima; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Piauí; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 13ª Região (ES); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 16ª Região (se); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 20ª Região (MA); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 24ª Região (RO); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 4ª Região (MG); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região (BA); Conselho Regional de Economia 1ª Região (RJ); Conselho Regional de Economia 10ª Região (MG); Conselho Regional de Economia 15ª Região (MA); Conselho Regional de Economia 24ª Região (RO); Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região (PB); Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (PE); Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região (BA); Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região (GO, TO); Conselho Regional de Educação Física da 15ª Região (PI); Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (RN); Conselho Regional de Educação Física da 17ª Região (MT); Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (RS); Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região (SE); Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP); Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (MG); Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (DF); Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região (AM, AC, RO, RR); Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (PR); Conselho Regional de Enfermagem da Bahia; Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba; Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas; Conselho Regional de Enfermagem de Goiás; Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais; Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco; Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia; Conselho Regional de Enfermagem de Roraima; Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina; Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins; Conselho Regional de Enfermagem do Acre; Conselho Regional de Enfermagem do Ceará; Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal; Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo; Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Enfermagem do Pará; Conselho Regional de Enfermagem do Paraná; Conselho Regional de Enfermagem do Piauí; Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Minas Gerais; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Acre; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amapá; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Piauí; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná; Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal; Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Roraima; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina; Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Acre; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amapá; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região (PE, RN, AL, PB); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região (PA, MA, AM, TO, RR, AP); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região (MA); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (SP); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (MG); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (RS); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (BA); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (PR); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região (MT, AC, RO); Conselho Regional de Fonoaudiologia 1ª Região (RJ); Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região (SP); Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região (MG, ES); Conselho Regional de Fonoaudiologia 7ª Região (RS); Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal; Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia; Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba; Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas; Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás; Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Medicina do Estado de Tocantins; Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre; Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá; Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amapá; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Nutricionista 6ª Região (AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN); Conselho Regional de Nutricionistas 2ª Região (RS); Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (SP e MS); Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (ES e RJ); Conselho Regional de Nutricionistas 7ª Região (AC, AM, AP, PA, RO e RR); Conselho Regional de Odontologia da Bahia; Conselho Regional de Odontologia da Paraíba; Conselho Regional de Odontologia de Alagoas; Conselho Regional de Odontologia de Goiás; Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais; Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco; Conselho Regional de Odontologia de Roraima; Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina; Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; Conselho Regional de Odontologia do Amapá; Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal; Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo; Conselho Regional de Odontologia do Maranhão; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso; Conselho Regional de Odontologia do Paraná; Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Psicologia 10ª Região (PA e AP); Conselho Regional de Psicologia 11ª Região (CE); Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (SC); Conselho Regional de Psicologia 19ª Região (SE); Conselho Regional de Psicologia 20ª Região (AM e RR); Conselho Regional de Psicologia 22ª Região (MA); Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (RJ); Conselho Regional de Psicologia 6ª Região (SP); Conselho Regional de Psicologia 9ª Região (GO); Conselho Regional de Química II Região (MG); Conselho Regional de Química IV Região (SP); Conselho Regional de Química IX Região (PR); Conselho Regional de Química VII Região (BA); Conselho Regional de Química XI Região (MA); Conselho Regional de Química XII Região (GO, TO e DF); Conselho Regional de Química XIV Região (AM, AC, RO e RR); Conselho Regional de Química XIX Região (PB); Conselho Regional de Química XVII Região (AL); Conselho Regional de Química XVIII Região (PI); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Pará; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Piauí; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado São Paulo; Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (PA); Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (PR); Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC); Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região (PB); Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região (AL); Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região (MA); Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região (PI); Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região (RO); Conselho Regional de Serviço Social 4ª Região (PE); Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região (BA); Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região (MG); Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (SP); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 1ª Região (DF); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 13ª Região (ES); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 14ª Região (AP e PA); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 16ª Região (RN e PB); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 3ª Região (MG); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 4ª Região (RJ); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 6ª Região (RS); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 7ª Região (AL e SE); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 8ª Região (BA); Controladoria-geral da União; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Defensoria Pública da União; Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Departamento de Polícia Federal; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Departamento Nacional de Obras Contra As Secas; Departamento Nacional de Produção Mineral; Eletrobrás Distribuição Rondônia (privatizada); Eletrobrás Distribuição Roraima (privatizada); Eletrosul Centrais Elétricas S.A.; Empresa Brasil de Comunicação S.A.; Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-sal Petróleo S.A - PPSA; Empresa Brasileira de Corre

ios e Telégrafos - ECT; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Empresa de Navegação da Amazônia - MT (extinta); Empresa de Pesquisa Energética; Empresa de Planejamento e Logística S.A.; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.; Empresa Gerencial de Projetos Navais; Empresa Gestora de Ativos; Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal; Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação Alexandre de Gusmão; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares; Fundação Escola Nacional de Administração Pública; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho; Fundação Nacional de Artes; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional do Índio; Fundação Osório; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Fundação Universidade Federal do Abc; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Amapá; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do Pampa; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Rio Grande; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Furnas Centrais Elétricas S.A.; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Indústria de Material Bélico do Brasil; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Instituto Benjamim Constant; Instituto Brasileiro de Museus; Instituto Brasileiro de Turismo; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia Fluminense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Instituto Nacional do Seguro Social; Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cidadania; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto); Ministério da Cultura (extinta); Ministério da Defesa; Ministério da Economia; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda (extinta); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (extinta); Ministério da Infraestrutura; Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Justiça (extinta); Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Pesca e Aquicultura (extinta); Ministério da Saúde; Ministério das Cidades (extinta); Ministério das Comunicações (extinto); Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta); Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério do Desenvolvimento Social (extinta); Ministério do Esporte (extinta); Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta); Ministério do Trabalho (extinta); Ministério do Turismo; Ministério dos Direitos Humanos (extinta); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.; Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal; Petrobras Distribuidora S.A. - MME; Petrobras Transporte S.A. - MME; Petróleo Brasileiro S.A.; Petroquímica União S.A. - MME; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal; Presidência da República; Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal; Senado Federal; Serviço Federal de Processamento de Dados; Superintendência da Zona Franca de Manaus; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Superintendência de Seguros Privados; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Telecomunicações Brasileiras S.A.; Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO; Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI; Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo; Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe; Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal da Integração Latino-americana; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Cariri; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Semiárido; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ); Vice-presidência da República.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: Danielle Salviano Barbosa, representando Fundação Universidade de Brasília; Grazielle Fernandes Pettene, Andre de Castro Oliveira Pereira Braga (201971/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Débora Goelzer Fraga, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Hélio Siqueira Júnior (62.929/OAB-RJ), Patrícia Franco Bonfadini Mendes (152.991/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Grazielle Fernandes Pettene, Andre de Castro Oliveira Pereira Braga (201971/OAB-RJ) e outros, representando Agência Especial de Financiamento Industrial; Mario Renato Balardim Borges (50627/OAB-RS) e Edinei Silva Teixeira (185415/OAB-SP), representando Banco do Brasil S.A.; Marcio Antonio Freitas Paschoal, Sergio Luis Carvalho Rodrigues e outros, representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2215/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de se efetivar recomendações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como determinar o seu arquivamento, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-009.117/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações Minas Gerais.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Raphael Ribeiro Bertoni (259.898/OAB-SP), Rodrigo Barbosa de Azevedo (894/OAB-PA) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações Minas Gerais; Rafael Pinto de Moura Cajueiro (221278/OAB-SP), representando Rua Sistemas Ltda.

1.6. Recomendar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Superintendência Estadual de Operações Minas Gerais que promova a adequação dos seus modelos de editais de licitação, quando existir mais de um lote/item num mesmo certame, de modo a constar expressamente se a abertura dos lotes/itens será simultânea ou sucessiva, e, nos casos de disputa simultânea de lotes/itens, oriente ao licitante que, caso queira participar da disputa em mais de um lote/item, solicite ao ente operador do sistema eletrônico Licitacoes-e a disponibilização de tantas chaves de acesso quantas forem de seu interesse, de modo a ampliar a competitividade do certame, em obediência aos princípios da razoabilidade, transparência e isonomia, conforme previsto no art. 31 da Lei 13.303/2016.

1.7. Encaminhar cópia da Instrução da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), à peça 81, que fundamentou esse voto, e deste Acórdão à Rua Sistemas Ltda. e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Superintendência Estadual de Operações Minas Gerais.

ACÓRDÃO Nº 2216/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para que, no mérito, seja julgada improcedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Sólida Vigilância Ltda., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica, peça 9, que fundamentou este Acórdão, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e ao representante; e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.066/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Jasley Amorim Goncalo, representando Sólida Vigilância Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2217/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, uma vez que ocorreu alteração do item 9.12 do Edital do PE 44/2022 questionado pela representante, Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda (CNPJ: 05.340.639/0001-30), sendo republicado o instrumento convocatório, após análise dos pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital; encaminhar este Acórdão, bem como a instrução da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, peça 12, que fundamentou esta decisão; e, determinar o seu arquivamento.

1. Processo TC-019.027/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representante: Prime Consultoria E Assessoria Empresarial Ltda (CNPJ: 05.340.639/0001-30);
1.6. Representação legal: Rodrigo Antonio Urias Martins (474016/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2218/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, com fundamento no art. 17-B, § 3º, da Lei 8.429/1992 e no art. 143, inciso III, do Regimento Interno, em informar à autoridade solicitante que o valor a ser ressarcido à Caixa Econômica Federal, atualizado até a data de 22 de agosto de 2022, é de R$ 13.666,56, bem como determinar o arquivamento deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.613/2022-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: encaminhar à autoridade solicitante cópia do presente acórdão e da instrução à peça 6.

ACÓRDÃO Nº 2219/2022 - TCU - Plenário

Considerando que este Tribunal, por meio dos Acórdãos 1.085/2018, 2.678/2018 e 521/2021, todos do Plenário, decidiu pela necessidade de devolução das contribuições indevidamente efetuadas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em favor do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev) para financiamento de fundo de previdência complementar;

Considerando que, após a prolação dessas decisões, formou-se consenso sobre o montante a ser devolvido a partir de cálculos e manifestações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Fiocruz e do Fioprev, o qual somava, na data-base de dezembro de 2019, R$ 125.924.285,60 (peça 152, p. 3);

Considerando que o Fioprev demonstrou nos autos os esforços realizados para dar cumprimento à decisão desta Corte (peças 177-181), e que, em atenção ao item 9.1.3 do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário, apresentou comprovante de pagamento parcial no montante de R$ 124.612.597,24, alcançando a quase totalidade do valor devido;

Considerando que já houve prorrogação de prazo para atendimento do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário, até a data de 10/09/2022, por meio do Acórdão 1.295/2022-TCU-Plenário;

Considerando as justificativas e o novo pedido de prorrogação de prazo apresentados pela Fioprev (peça 212);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos com fundamento nos art. 143, inc. V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em prorrogar, por mais 120 dias, até 08/01/2023, o prazo para que o Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev) dê cumprimento ao disposto no item 9.1.3 do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário.

1. Processo TC-026.325/2016-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Nisia Veronica Trindade Lima (425.005.407-15); Paulo Ernani Gadelha Vieira (422.312.997-04).
1.2. Interessados: Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (28.954.717/0001-91); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (07.290.290/0001-02).
1.3. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).
1.7. Representação legal: Lucas Namorato Barros (109.015/OAB-MG), Thomas Vasconcellos da Silva (153.437/OAB-RJ) e outros, representando Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social; Eduardo Marcelo de Lima Sales (64.141/OAB-RJ), representando Fundação Oswaldo Cruz.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2220/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação autuada em razão de informações encaminhadas pela Subsecretaria de Governança e Integridade do Ministério da Infraestrutura a respeito de possíveis irregularidades na Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada;

Considerando que, em relação à ocorrência de nepotismo praticado por diretores e conselheiros, a unidade instrutora entendeu que as medidas adotadas pela Refer foram suficientes e adequadas para corrigir a situação, na medida em que o Conselho Deliberativo da Refer promoveu ajustes no código de ética da entidade e realizou a demissão de empregados cujo grau de parentesco com gestores era incompatível;

Considerando que, no tocante à suposta contratação desnecessária de escritório de advocacia, foram constatados indícios de que o serviço foi efetivamente prestado e que os valores mensais dos honorários eram razoáveis, não restando comprovadas evidências de irregularidades;

Considerando que, a respeito da celebração de acordo judicial por instância incompetente, as medidas adotadas pelo Conselho Deliberativo da Refer permitiram a apuração de responsabilidades que resultaram na demissão dos diretores que deram ensejo à falha administrativa e que não se questionou o mérito do acordo judicial e tampouco seus valores;

Considerando que, quanto à suposta recondução da diretoria da Refer em troca de indicação de conselheira da entidade a cargo público no Metrô do município de Recife/PE, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar teria tratado a questão como de baixa materialidade e que a diretoria teria sido destituída em 23/12/2019 pelo Conselho Deliberativo da Refer;

Considerando que, em relação à realização de investimentos ruinosos em fundos de investimentos em participações e à alienação de ativos com valor inferior ao valor real, a Refer informou ter contratado escritório de advocacia para ajuizamento de ações de responsabilidade de ex-dirigentes e de outros agentes e ter realizado apurações subsidiárias às atuações da Polícia Federal e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, porém não foram trazidas evidências de que tenham sido realizados procedimentos próprios de apuração que atendam aos requisitos da IN-TCU 71/2012;

Considerando que, conforme levantamento apreciado por meio do Acórdão 2.600/2021-TCU-Plenário, as entidades fechadas de previdência complementar, dentre as quais a Refer, necessitam de aprimoramento dos seus Programas de Integridade;

Considerando que, por meio do Acórdão 3.151/2019-TCU-Plenário, este Tribunal determinou aos fundos de previdência complementar Petros e Funcef a instauração de tomadas de contas especiais (TCEs);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer da representação e considerá-la procedente; adotar as medidas elencadas no subitem 1.7 a seguir; encaminhar cópia deste acordão e da instrução (peça 164) à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social e ao Ministério da Infraestrutura; e arquivar o processo.

1. Processo TC-000.431/2020-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: não há.
1.2. Unidade Jurisdicionada: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer) (30.277.685/0001-89).
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).
1.6. Representação legal: Deivis Marcon Antunes (168.583/OAB-RJ), André Luiz Lima Storni Rocha (95.707/OAB-RJ) e outros, representando Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social que, em relação aos seus investimentos nos FIPs: FIP Multiner; FIP Geração de Energia; FIDC Comanche; CCI POTY e CCI RENNO; CCI Stiebler e CCI S&G; CCI Conspar e FIDC BBIF; FDIC Italia; FDIC Master I; FIP Gamma; CCI Domus; FDIC Master III; FIP Patriarca; BVA MASTER I (FDIC MASTER I), no prazo de 180 dias, proceda à instauração de Tomadas de Contas Especiais, promovendo, se necessário, os ajustes em seus normativos internos, observando, necessariamente os seguintes aspectos:
1.7.1. individualização das condutas e normas descumpridas por cada responsável;
1.7.2. análise de nexo causal entre a conduta do agente e o dano ao erário;
1.7.3. quantificação do débito por responsável e possibilidade de aplicação do instituto de responsabilidade solidária;
1.7.4. notificação aos responsáveis, com os respectivos avisos de recebimento, e pareceres emitidos pela área técnica responsável onde esteja inclusa a análise das justificativas apresentadas pelos responsáveis, nos termos do art. 10, § 1º, b e c, da IN-TCU 71/2012;
1.7.5. observação dos demais documentos listados no art. 10 da IN-TCU 71/2012; e
1.7.6. encaminhamento dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União, para certificação e ateste.

ACÓRDÃO Nº 2221/2022 - TCU - Plenário

Considerando tratar-se de representação a respeito de possíveis irregularidades no Pregão - SRP 15/2022, promovido pela Força-Tarefa Logística Humanitária da Operação Acolhida, por intermédio de sua Unidade Gestora Executora (UASG 110794), vinculada à Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial do Ministério da Defesa, com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparação, fornecimento e distribuição de alimentação aos beneficiários da força tarefa logística humanitária, nos municípios de Boa Vista/RR, Pacaraima/RR e Manaus/AM;

Considerando que a representante aponta a ocorrência de irregularidade no parcelamento/critério de julgamento adotado para o certame (menor preço por item);

Considerando que, consoante análise empreendida na peça 12, as razões apresentadas pela representante não demonstraram a presença de irregularidade que atentasse contra o interesse público, princípio que norteia a atuação desta Corte;

Considerando que a unidade instrutora concluiu pela ausência de plausibilidade jurídica da ocorrência apontada na representação;

Considerando que não restaram caracterizados os pressupostos para concessão da medida cautelar solicitada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno do TCU, e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em conhecer a representação e considerá-la improcedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante; encaminhar cópia deste acordão e da instrução à peça 12 à Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial do Ministério da Defesa e à representante; e arquivar o processo.

1. Processo TC-019.786/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Meiodia Refeições Industriais Ltda. (10.328.834/0001-84)
1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Defesa.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Jair Jurandi Rodrigues (OAB/DF 56636), representando Meiodia Refeições Industriais Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2222/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no artigo 143, inciso V, "e", do RITCU, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Secretaria-Executiva do Ministério da Economia, por mais cento e vinte dias, contados da ciência desta deliberação, para atendimento das determinações constantes do item 9.2 do Acórdão 1.373/2022 - Plenário, e em dar ciência desta deliberação àquela Secretaria-Executiva, de acordo com os pareceres nos autos.

1. Processo TC-012.151/2022-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Ministério da Economia.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2223/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária ,neste processo de monitoramento, com fundamento nos artigos 243, 250, I, 143, V, "a", do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em relação ao Acórdão 1.111/2018-Plenário, ACORDAM em:
considerar em cumprimento a determinação constante do item 9.1;

implementadas as recomendações constantes dos itens 9.2 e 9.3;
dispensar a continuidade do monitoramento determinado pelo item 9.5, ante a perspectiva do cumprimento do item 9.1, do mesmo acórdão ora monitorado;
encaminhar cópia desta deliberação à Comissão Nacional de Energia Nuclear, à Indústrias Nucleares do Brasil e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; e
arquivar os autos.

1. Processo TC-031.129/2019-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgãos e Entidades: Comissão Nacional de Energia Nuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEletrica).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2224/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, neste processo de monitoramento, com fundamento nos artigos 243, 250, I, 143, V, "a", do RITCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em relação ao Acórdão 1.758/2021-Plenário, ACORDAM em:
a) considerar em cumprimento as deliberações constantes dos itens 9.1.1, 9.2.2, 9.5 e 9.6;
b) considerar parcialmente cumprida a deliberação constante do item 9.2.3;
c) considerar não cumpridas as deliberações constantes dos itens 9.1.2, 9.1.3, 9.2.1 e 9.3;
d) considerar não mais aplicável a deliberação constante do item 9.4;
e) apensar este processo ao TC-038.045/2019-2, nos termos do artigo 36 da Resolução -TCU 259/2014; e
f) autorizar a realização de novo monitoramento do Acórdão 1.758/2021-Plenário.

1. Processo TC-040.809/2021-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgãos e Entidades: Advocacia-Geral da União; Casa Civil da Presidência da República; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Defesa; Ministério do Meio Ambiente e Vice-Presidência da República.
1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2225/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se examina proposta de fiscalização na modalidade levantamento com objetivo de avaliar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP 2022), a transparência dos portais públicos da Presidência da República, das casas do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União, do próprio Tribunal de Contas da União, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;
Considerando que a unidade proponente evidenciou os critérios de risco, oportunidade e relevância da ação de controle, bem como registrou a previsão de 35 homens-dia para a realização da fiscalização, ao custo estimado total de R$ 59.500,00;
Considerando que estão incluídas no escopo da fiscalização unidades jurisdicionadas relacionadas no art. 15, inc. I, "j", do Regimento Interno/TCU;
Considerando que a proposta está em conformidade com as orientações contidas na Resolução TCU 308/2019;
Considerando, ainda, a conveniência e o enquadramento ao Plano Estratégico do TCU 2019-2025; e
Considerando os pareceres favoráveis da Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Social e de Governança e Gestão Pública (peças 9 e 11);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fulcro no § 5º, inciso III, art. 17, da Resolução TCU 308/2019, em autorizar a realização da fiscalização proposta.

1. Processo TC-019.814/2022-4 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Representação legal: não há.
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2226/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades na contratação do sistema Automated People Mover (APM), conduzido pela concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP (GRU Airport), em decorrência do Termo Aditivo 8/2021 ao Contrato de Concessão 2/ANAC/2012-SBGR, pactuado pela concessionária com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, por meio do qual foi incluído no objeto da concessão o investimento para "elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato people mover, entre a Estação Aeroporto, linha 13-Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP";
Considerando as evidências acostadas aos autos após realização de diligências acerca da contratação do consórcio AeroGRU não obstante as manifestações no sentido de que este não aceitaria assumir os riscos inerentes à contratação;
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil às peças 40 a 42, dos quais resta assente que a concessionária logrou êxito ao "negociar com a proponente vencedora a contratação de um seguro-garantia no qual a seguradora assume o risco tecnológico do projeto", o que "pavimentou o caminho para a assinatura do contrato de concessão";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:
a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
b) no mérito, considerar a denúncia improcedente;
c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela denunciante;
d) informar à Agência Nacional de Aviação Civil, à Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura e à denunciante a prolação do presente Acórdão;
e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e
f) arquivar o processo, nos termos do art. 107 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-007.151/2022-5 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2227/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 6/2022, promovido pelo Ministério das Comunicações - MCOM, que visou à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de suporte técnico "on site", 24 horas por dia e 7 dias por semana, inclusive feriados, com manutenção preventiva, corretiva e evolutiva para a sala-cofre, incluindo a substituição de componentes, no valor estimado de R$ 1.443.231,88;
Considerando que a denunciante se insurge contra a exigência da certificação ABNT NBR 15.247 de salas-cofre, conforme o PE 047;
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 12 e 13, nos quais restou assente que todas as questões apresentadas pela denunciante estão sendo tratadas no TC 011.557/2022-2 (Representação), relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, que foi autuado em 27/6/2022, portanto antes desta Denúncia, autuada em 12/7/2022;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em promover o apensamento definitivo deste TC 013.023/2022-5 ao TC 011.557/2022-2, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU n.º 259, de 2014, haja vista a relação de conexão entre ambos.

1. Processo TC-013.023/2022-5 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações.
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2228/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, em face de possíveis irregularidades ocorridas no contrato celebrado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe em 31/12/2020, com vigência de trinta e seis meses prorrogáveis até o limite de sessenta meses, cujo objeto é a prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e realização de concurso público para o provimento de mil e quinhentas vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Policial Rodoviário Federal;
Considerando que a denunciante informa suposto descumprimento contratual na medida em que a avença previu a correção de 1.200 redações de candidatos autodeclarados negros ao passo que teriam sido efetivamente corrigidas apenas 558;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 13 e 14, dos quais resta assente que o questionamento trazido na presente denúncia já foi apreciado por este Tribunal por meio do TC 042.148/2021-9, que resultou no Acórdão 340/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, por meio do qual o Colegiado verificou que foram corrigidas 1224 discursivas relativas a candidatos que não obtiveram nota para se classificar nas vagas de ampla concorrência, o que demonstra que foi superado, em 24 unidades, o valor estabelecido, no edital, de correção de 1200 provas discursivas de candidatos autodeclarados negros;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a denúncia improcedente;

c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela denunciante;

d) informar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e à representante a prolação do presente Acórdão;

e) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal da denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

f) apensar definitivamente, com fulcro no art. 36 da Resolução - TCU 259/2014, o presente processo ao TC 042.148/2021-9, porquanto há conexão entre seus objetos.

1. Processo TC-015.955/2022-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2229/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento das deliberações constantes do Acórdão 61/2022-TCU-Plenário, de 19/1/2022, relator Ministro Raimundo Carreiro, proferido nos autos do TC 019.112/2021-1, decorrente item 9.3 do acórdão, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.3 do Acórdão 61/2022-TCU-Plenário;

informar ao Banco do Brasil S.A. o presente acórdão, e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

determinar o apensamento do processo ao processo originador (TC 019.112/2021- 1), nos termos do art. 36 da Resolução - TCU 259/2014, alterada pela Resolução - TCU 321/2020.

1. Processo TC-000.911/2022-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2230/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento da deliberação constante do Acórdão 63/2022-TCU-Plenário, item 9.3, proferido nos autos do TC 042.403/2021-9, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.3, do Acórdão 63/2022-TCU-Plenário;

b) informar à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-EXE) o acórdão proferido e informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) determinar o apensamento do processo ao processo originador (TC 042.403/2021- 9), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 321/2020.

1. Processo TC-000.912/2022-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2231/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento das deliberações do Acórdão 2267/2018-TCU-Plenário da relatoria do Ministro José Múcio Monteiro, exarado no âmbito do TC 022.933/2015-8 que tratou de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Fundação Nacional do Índio - Coordenação Técnica Local em Porto Velho/RO (Funai/CTL/PVH/RO), com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) Considerar cumpridos os itens 1.7.1 e 1.7.2 do Acórdão 2267/2018-TCU-Plenário;

b) Considerar insubsistente o item 1.7.3 do Acórdão 2267/2018-TCU-Plenário;

c) Determinar, com fundamento no art. 250, II do RI/TCU e no art. 4º da Resolução/TCU 315/2020, à Corregedoria da Funai, para que informe, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas com vistas à reposição ao erário de eventuais valores indevidos pagos ao ex-servidor público João Francisco dos Anjos, decorrentes do recebimento de remuneração sem o devido comparecimento ao serviço;

d) Encaminhar cópia da presente deliberação à Coordenação Regional da Funai de JiParaná/RO e à Corregedoria da Funai;

e) Restituir os autos à SecexAgroAmbiental para que prossiga com o presente monitoramento; e

f) informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.141/2020-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Coordenação Regional da Funai de Ji Paraná; Fundação Nacional do Índio.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2232/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto por Marcio Alexandre da Silva (peças 94 a 103) contra o item 9.5 do Acórdão 2.306/2013-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o qual determinou aos tribunais regionais do trabalho que promovam o ressarcimento dos valores indevidamente pagos relativamente à parcela autônoma de equivalência (PAE), à unidade real de valor (URV) e ao adicional por tempo de serviço (ATS);

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peças 435 e 436), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (Procuradora-Geral, peça 443), mediante os quais a unidade técnica propôs não conhecer do pedido de reexame em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal do recorrente, porquanto a relação processual se estabeleceu, apenas entre os Tribunais Regionais do Trabalho (órgãos jurisdicionados) e esta Corte de Contas, que, no exercício de sua missão constitucional, limitou-se a expedir àqueles, objetivamente, comando de natureza mandamental;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, "b", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Marcio Alexandre da Silva, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, nos termos do artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 146 e 282 do Regimento Interno/TCU;

b) informar ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região a prolação do presente Acórdão; e

c) orientar a Secretaria das Sessões para que faça constar na capa dos autos processuais, no campo "interessados", apenas as pessoas habilitadas na forma do 146 do RITCU.

1. Processo TC-007.570/2012-0 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)
1.1. Responsável: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC (02.482.005/0001-23).
1.2. Recorrente: Marcio Alexandre da Silva (132.237.798-76).
1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.8. Representação legal: Jean Paulo Ruzzarin (21.006/OAB-DF), Marcos Joel dos Santos (21203/OAB-DF) e outros, representando Sind dos Trab do Poder Jud Federal No Estado de MG; Patricia Leite Pereira da Silva (20.695/OAB-DF), Thailine Maiara Lustosa da Cruz (34206/OAB-DF) e outros, representando Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra; Ibaneis Rocha Barros Junior (11555/OAB-DF), Patricia Leite Pereira da Silva (20.695/OAB-DF) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União No DF; Marluce Maria de Paula (187.877/OAB-SP), representando Assoc Juízes Classistas Na Justiça Trab Segunda Região; Melissa Dias de Oliveira Silva (107132/OAB-MG), Flávia Mello e Vargas (79517/OAB-MG) e outros, representando Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2233/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Protower Segurança e Vigilância Privada Ltda. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 1/2022, sob a responsabilidade da Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em Manaus, que visa à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial armada com valor estimado em R$ 568.540,92

Considerando a realização de oitiva prévia da CPRM acerca da recusa da proposta da representante de forma sumária, sem que tenha sido a ela oportunizada, em sede de diligência, e mantendo o valor global de suas propostas, a correção dos erros materiais e/ou omissões na planilha de custos, desde que sanáveis, em afronta ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993, ao art. 47 do Decreto 10.024/2019, ao disposto no subitem 9.3.1 do Edital do PE 1/2022, aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, e à jurisprudência deste TCU;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 32 e 33, dos quais são colhidas as seguintes conclusões:

i) a empresa representante, instada a apresentar sua proposta, enviou a documentação no prazo legal, mas faltou o Anexo II devidamente preenchido, motivo pelo qual fora desclassificada do certame, sem que lhe fosse permitido, em diligência, sanear o equívoco;

ii) a realização de diligências junto aos licitantes, para a correção de propostas e a juntada de documentos para esclarecer situação pré-existente, constitui um dever da Administração e não uma faculdade, uma vez que o propósito maior da licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não constituindo tal procedimento violação ao princípio da isonomia, desde que, obviamente, seja dado o mesmo tratamento a todos os licitantes, nem ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

iii) em cumprimento à decisão liminar proferida em 8/6/2022 no âmbito do Mandado de Segurança 1010568- 27.2022.4.01.3200, a CPRM promoveu o retorno do PE 1/2022 à fase de apresentação de propostas e convocou a empresa representante para novo envio de proposta, nos moldes do item 9.2 do edital do certame; e

iv) em consulta ao Portal de Compras do Governo Federal, verifica-se que os itens licitados já foram adjudicados à representante em 15/8/2022 após julgamento de recursos (peça 31), observando-se que a entidade adotou as medidas de sua alçada, com vistas à correção da irregularidade identificada ao longo do presente processo, ainda que por ordem do poder judiciário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) no mérito, considerar a representação procedente;

c) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, por perda do seu objeto;

d) dar ciência à Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em Manaus, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 1/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

d.1) desclassificação sumária da empresa Protower Segurança e Vigilância Privada Ltda. (CNPJ 30.808.276/0001-61), sem que lhe fosse oportunizada previamente a chance de retificar sua proposta, mediante diligência, sem que se alterasse o valor global proposto, em afronta ao subitem 9.3.1 do edital do PE 1/2022, ao art. 31, caput, da Lei 13.303/2016, ao art. 47 do Decreto 10.024/2019, aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, e à jurisprudência deste TCU (a exemplo do Acórdão 357/2015-Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas; Acórdão 3.340/2015-TCU-Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas; Acórdão 370/2020-TCU-Plenário, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer);

e) informar à Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) em Manaus e à representante a prolação do presente Acórdão; e

f) arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-009.600/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) - Manaus (AM) - MME.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Protower Segurança e Vigilância Privada Ltda.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Patrick de Souza Cruz (13259/OAB-AM), representando Protower Segurança e Vigilância Privada Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2234/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por By Information Technology Services Eirely EPP, em face de possíveis irregularidades ocorridas no SRP 376/2022 de responsabilidade do Serpro - Regional São Paulo/SP, destinado à aquisição de Mídias LTO-6 e LTO-7, a serem gerenciadas pelo Serpro, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados nos anexos I e IV do edital;

Considerando a realização de oitiva prévia do Serpro acerca da desclassificação da empresa representante para os itens 1 e 2 do certame, com base nos itens 2.3.8. e 2.4.8 do Anexo I do edital, uma vez que não são exigências para aceitabilidade de propostas, mas sim para aceitabilidade do produto no momento da entrega, na contratação, considerando o disposto no edital e no inciso III do art. 3º do Decreto 7.174/2010;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 60 a 62, dos quais são colhidas as seguintes conclusões:

i) os referidos itens 2.3.8. e 2.4.8 do Anexo I do edital, os quais motivaram a desclassificação da representante, exigem que todas as fitas magnéticas LTO-6 e LTO-7, objeto do certame, sejam fornecidas por distribuidores autorizados dos fabricantes;

ii) o Serpro logrou motivar devidamente as aludidas exigências com vistas a assegurar a confiabilidade das fitas a serem adquiridas;

iii) a representante "admite que não é distribuidora autorizada da marca (peça 38, p. 2)"; e

iv) independentemente do momento da verificação das exigências em análise, a representante não poderia ser contratada pelo Serpro, pois não teria como comprovar o atendimento aos itens 2.3.8 e 2.4.8 do Anexo I do edital;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno deste Tribunal;

b) no mérito, considerar a representação improcedente;

c) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;

d) informar ao Serpro - Regional São Paulo/SP e à representante a prolação do presente Acórdão; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-011.484/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Serpro - Regional São Paulo/SP.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: By Information Technology Services Eirely EPP
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Cintia Nuciene Sarti de Souza Pinheiro (339619/OAB-SP), representando By Information Technology Services Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2235/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em atuação do Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, por meio da qual requer que o Tribunal avalie se a futura implementação de ações governamentais com base na Proposta de Emenda à Constituição 1/2022 (PEC 1/2022) consistirá em violação às normas orçamentárias e de responsabilidade fiscal e em abuso de poder político e econômico; e que emita, com urgência, alerta ao Presidente da República acerca dos riscos afetos à adoção de atos de gestão pautados na PEC 1/2022;

Considerando que a PEC 1/2022 foi considerada prejudicada em razão da promulgação da Emenda à Constituição 123, de 14 de julho de 2022, que, dentre outras matérias, autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; e expande o Programa Auxílio Brasil;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado às peças 7-9, dos quais se extraem as seguintes conclusões:

i) não compete ao TCU exercer controle sobre Emenda à Constituição, sobretudo quando, no caso concreto, inexiste qualquer ato ou fato nos autos que devam ter seus efeitos suspensos; e

ii) a representação não está acompanhada de suficientes indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previsto no parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-013.106/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Presidência da República.
1.2. Relator: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.3. Representante: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2236/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação de autoria do Ministério Público da União (Ofício 8036/2018/MPF/PRDF/FT-GREENFIELD, peça 1, em cujo anexo, em seus itens não digitalizáveis, encontra-se o Procedimento Investigatório Criminal (PIC) 1.16.000.002897/2018-28), tratando de possíveis irregularidades relativas à Funcef, à Petros, à Previ, ao BB Banco de Investimentos, à Fapes e à Finep, relacionadas a investimentos realizados por essas entidades no Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa (FIP BGC),

Considerando que a SecexFinanças apurou que o valor de R$ 112,5 milhões investido pelo FIP BGC na Enesa Participações S.A. ocasionou dano quase integral dessa quantia aos cotistas, em virtude, sobretudo, de o investimento ter sido superavaliado no momento inicial de aporte e também em razão de falhas nos processos de acompanhamento e monitoramento desse investimento;

Considerando que há elementos suficientes para justificar a instauração de tomadas de contas especiais, provenientes das próprias entidades de previdência (conforme resumo da SecexFinanças, peça 32, p. 9-21), bem como do Ministério Público Federal, com informações obtidas no âmbito da Operação Greenfield;

Considerando que a análise da conduta dos gestores dos fundos deve restringir-se à forma como aplicaram seus conhecimentos técnicos, de acordo com as melhores práticas e a legislação pertinente, devendo ser responsabilizados por eventuais resultados negativos alcançados somente quando houver nexo causal entre as perdas verificadas e o seu comportamento doloso, negligente, imperito ou imprudente;

Considerando que a determinação para a instauração da TCE pelas próprias entidades lesadas poderá possibilitar que o futuro exame a ser efetuado pela SecexFinanças e pelo próprio Tribunal tenha como ponto de partida elementos mais consistentes tecnicamente;

Considerando que essa medida de determinar a criação de TCEs foi expedida em caso correlato por meio do Acórdão 3.151/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

Considerando que, como afirma a unidade técnica, em situações semelhantes à que se discute, quando a própria entidade instaura a TCE, na maioria dos casos, há um benefício adicional relativo à governança, pois costuma-se realizar a revisão de normativos internos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, I, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 6º, XVIII, "c", da Lei Complementar 75/1993, no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, bem como no art. 8º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 197 e 250, II, do RITCU, c/c o art. 4º, § 4º, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em conhecer da representação e adotar as medidas descritas no item 1.8 abaixo, dando ciência da presente deliberação às partes interessadas, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e à Força Tarefa da Operação Greenfield do Ministério Público Federal, possibilitando a todos o acesso à instrução da SecexFinanças e ao parecer do Ministério Público junto ao TCU, resguardando o sigilo das informações dos autos conforme os normativos penitentes:

1. Processo TC-013.701/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Unidades: Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros); Fundação dos Economiários Federais (Funcef); Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ); BB Banco de Investimentos S.A.; Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes); Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações: à Fundação dos Economiários Federais (Funcef), à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), à Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes) e ao BB Banco de Investimentos S.A. para que, individualmente, no prazo de 120 (noventa) dias, contados da respectiva ciência desta deliberação, instaurem, processem e enviem ao TCU tomadas de contas especiais com vistas a apurar as irregularidades ocorridas na aplicação de recursos financeiros da respectiva entidade fechada de previdência complementar pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa (FIP BGC), observando toda a documentação demandada pela Instrução Normativa TCU 71/2012, tratando/cuidando necessariamente dos seguintes aspectos:

1.8.1.1. individualização das condutas e normas descumpridas por cada responsável;

1.8.1.2. análise do nexo causal entre a conduta do agente e o dano ao erário;

1.8.1.3. quantificação do débito por responsável, acompanhada da metodologia utilizada para sua quantificação, e possibilidade de aplicação do instituto de responsabilidade solidária;

1.8.1.4. notificação aos responsáveis, com os respectivos avisos de recebimento, e pareceres emitidos pela área técnica responsável onde esteja inclusa a análise das justificativas apresentadas pelos responsáveis, nos termos do art. 10, § 1º, "b" e "c", da IN TCU 71/2012;

1.8.1.5. observação dos demais documentos listados no art. 10 da IN TCU 71/2012;

1.8.1.6. encaminhamento do processo de TCE à Controladoria-Geral da União, para certificação e ateste.

ACÓRDÃO Nº 2237/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação de autoria do Ministério Público da União (Ofício 8036/2018 - MPF/PRDF/FT-GREENFIELD, peça 1, em cujo anexo, em seus itens não digitalizáveis, encontra-se o Procedimento Investigatório Criminal (PIC) 1.16.000.002897/2018-28), tratando de possíveis irregularidades relativas à Funcef, na Petros, na Fachesf e no BNDESPar, relacionadas a investimentos realizados por essas entidades no FIP Caixa Modal Óleo e Gás Investimentos em Participações (FIP Óleo e Gás),

Considerando que, conforme apurado até o momento, houve perda quase integral dos valores aportados pelo FIP Óleo e Gás em empresas, sendo que, na Enesa, o aporte foi de R$ 88 milhões em 2010 (a venda da participação em 2018 foi feita por R$ 77 mil), na Brastec, foram R$ 70 milhões e na Georadar, cerca de R$ 110 milhões aportados;

Considerando que o dano aos cotistas decorreu, sobretudo, de os investimentos terem sido superavaliados no momento inicial de aporte e também em razão de falhas nos processos de acompanhamento e monitoramento desses investimentos;

Considerando que há elementos suficientes para justificar a instauração de tomadas de contas especiais, provenientes da Funcef (peças 4-9), bem como do Ministério Público Federal, com informações obtidas no âmbito da Operação Greenfield;

Considerando que a análise da conduta dos gestores dos fundos deve restringir-se à forma como aplicaram seus conhecimentos técnicos, de acordo com as melhores práticas e a legislação pertinente, devendo ser responsabilizados por eventuais resultados negativos alcançados somente quando houver nexo causal entre as perdas verificadas e o seu comportamento doloso, negligente, imperito ou imprudente;

Considerando que ainda não foi possível definir a responsabilidade dos gestores dos fundos de pensão, que deverá ser apurada no âmbito das TCEs a serem instauradas, quando será verificada a adequabilidade tanto dos investimentos quando do monitoramento realizado, nos termos do Regulamento do FIP Óleo e Gás e das Instruções CVM 391/2003 e 555/2014;

Considerando que a determinação para a instauração da TCE pelas próprias entidades lesadas poderá possibilitar que o futuro exame a ser efetuado pela SecexFinanças e pelo próprio Tribunal tenha como ponto de partida elementos mais consistentes tecnicamente;

Considerando que essa medida de determinar a criação de TCEs foi expedida em caso correlato por meio do Acórdão 3.151/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

Considerando que, como afirma a unidade técnica, em situações semelhantes à que se discute, quando a própria entidade instaura a TCE, na maioria dos casos, há um benefício adicional relativo à governança, pois costuma-se realizar a revisão de normativos internos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 143, III, 235 e 237, I, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 6º, XVIII, "c", da Lei Complementar 75/1993, no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, bem como no art. 8º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 197 e 250, II, do RITCU, c/c o art. 4º, § 4º, da Instrução Normativa TCU 71/2012, em conhecer da representação e adotar as medidas descritas no item 1.9 abaixo, dando ciência da presente deliberação às partes interessadas, à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e à Força Tarefa da Operação Greenfield do Ministério Público Federal, possibilitando a todos o acesso à instrução da SecexFinanças e ao parecer do Ministério Público junto ao TCU, resguardando o sigilo das informações dos autos conforme os normativos penitentes:

1. Processo TC-013.702/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 006.165/2019-2 (REPRESENTAÇÃO); 036.861/2020-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.4. Unidades: Fundação dos Economiários Federais (Funcef), Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), BNDES Participações S.A. (BNDESPar), Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, atuando provisoriamente em substituição ao senhor Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).

1.8. Representação legal: Paulo Roberto Galli Chuery (20.449/OAB-DF), representando Fundação dos Economiários Federais Funcef.

1.9. Determinações: à Fundação dos Economiários Federais (Funcef), à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), ao BNDES Participações S.A. (BNDESPar) e à Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf) para que, individualmente, no prazo de 120 (noventa) dias, contados da respectiva ciência desta deliberação, instaurem, processem e enviem ao TCU tomadas de contas especiais (TCEs) com vistas a apurar as irregularidades ocorridas na aplicação de recursos financeiros da respectiva entidade fechada de previdência complementar pelo Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Óleo e Gás Investimentos em Participações (FIP Óleo e Gás), contemplando os investimentos na Enesa, na Brastec e na Georadar em TCEs independentes, observando toda a documentação demandada pela Instrução Normativa TCU 71/2012, tratando/cuidando necessariamente dos seguintes aspectos:

1.9.1.1. individualização das condutas e normas descumpridas por cada responsável;

1.9.1.2. análise do nexo causal entre a conduta do agente e o dano ao erário;

1.9.1.3. quantificação do débito por responsável, acompanhada da metodologia utilizada para sua quantificação, e possibilidade de aplicação do instituto de responsabilidade solidária;

1.9.1.4. notificação aos responsáveis, com os respectivos avisos de recebimento, e pareceres emitidos pela área técnica responsável onde esteja inclusa a análise das justificativas apresentadas pelos responsáveis, nos termos do art. 10, § 1º, "b" e "c", da IN TCU 71/2012;

1.9.1.5. observação dos demais documentos listados no art. 10 da IN TCU 71/2012;

1.9.1.6. encaminhamento do processo de TCE à Controladoria-Geral da União, para certificação e ateste.

ACÓRDÃO Nº 2238/2022 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Arkus Propaganda Ltda. em face supostas irregularidades na Concorrência 3/2022, a cargo do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), vinculados ao Conselho Regional de São Paulo, que teve por objeto a contratação de agência de publicidade e propaganda, sob demanda, para atender as Unidades Operacionais do Sest/Senat naquela unidade da Federação.

Considerando que a representante se insurgiu contra a decisão da entidade promotora da licitação que a inabilitou por ter apresentado o Balanço Patrimonial de 2020, em vez do de 2021; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 15 e 16, nos quais a unidade deixa assente que, em 10/8/2022, a representante juntou nova petição aos autos para requer o arquivamento da representação, uma vez que o Sest/Senat teria admitido a correção dos documentos de habilitação por ela apresentados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada em virtude da perda do objeto;

b) considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, por perda do seu objeto;

c) comunicar à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-016.064/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Senat Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: Arkus Propaganda Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Maria Fernanda Gregio Ronchesel, representando Arkus Propaganda Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2239/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, com pedido de medida cautelar, formulada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, a respeito de possíveis irregularidades praticadas pela Aneel e pelo MME na condução do Leilão de Transmissão 2/2022-ANEEL, tendo em vista a inclusão do Lote 6 (SE Centro) no referido Leilão e as providências visando à redução unilateral do Contrato de Concessão 59/2001 para outorga de parte de seu objeto no âmbito do citado Leilão;

Considerando que a denunciante se insurge contra a eventual inclusão de lote no Leilão de Transmissão com base em atos administrativos possivelmente maculados por vícios e nulidades, bem como a tomada de decisão regulatória sem a efetiva demonstração da vantajosidade ou modicidade tarifária decorrente podendo, em tese, representar prejuízo ao interesse público;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica às peças 22 a 24, nos quais restou assente que:

i) não obstante a ilegitimidade da CTEEP para apresentar denúncias perante o Tribunal, a matéria vertida nos autos reveste-se de relevância e interesse público a autorizarem a apuração dos fatos narrados;

ii) o Leilão de Transmissão 2/2022 está em análise no âmbito deste Tribunal no TC 014.254/2022-0, relator Ministro Antonio Anastasia, autuado em 2/8/2022, a fim de dar cumprimento à Instrução Normativa TCU 81/2018, que trata do acompanhamento dos processos de desestatização;

iii) o Leilão está previsto para ocorrer em 16 de dezembro de 2022;

iv) as contribuições da CTEEP, bem como as de outros agentes no mesmo sentido (ABRATE, Eletrobras e Chesf), foram objeto de análise na Nota Técnica 35/2022-SELSCT/ANEEL e não foram acolhidas; e

v) as alegações deduzidas na denúncia devem ser mais bem apuradas no bojo do TC 014.254/2022-0, dada a relação de conexão entre ambos os processos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado na inicial, haja vista a inexistência dos pressupostos de perigo da demora e fumaça do bom direito necessários para sua implementação;

b) orientar a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica para que, por ocasião da instrução de mérito a ser exarada no bojo do TC 014.254/2022-0, examine as alegações apontadas nesta denúncia;

c) promover o apensamento definitivo do presente processo aos autos do TC 014.254/2022-0, nos termos do art. 36 da Resolução TCU 259/2014; e

d) comunicar a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista sobre a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-016.827/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
1.5. Representação legal: Gustavo Assis de Oliveira (18489/OAB-DF), representando CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2240/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de cautelar, formulada por Engibras Engenharia S.A., contra ato da Comissão Permanente de Licitação (CPL) e do Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), que determinou a anulação do RDC 3/2021, o qual tem por objetivo a contratação de empresa ou consórcio especializado para execução das obras civis, aquisições, montagens, comissionamento e pré-operação do Trecho III - Ramal do Salgado, referente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), com valor estimado de R$ 423.670.253,11;

Considerando que a representante se insurge em face da anulação do certame, alegando suposta inobservância do contraditório, possível ausência de fundamentação e prejuízo ao interesse público; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração às peças 21 a 23, nos quais a unidade deixa assente que:

i) a anulação do RDC 3/2021 se deu em razão do equívoco no cadastramento do edital de licitação e da impossibilidade de sua correção em razão do impedimento imposto pelo sistema Comprasnet. Na prática, segundo o edital, as empresas deveriam conseguir, na fase de lances, oferecer descontos de 0,01% pelo sistema, porém, devido ao erro de cadastro no Comprasnet, o desconto programado foi de 0,10%. O novo edital de licitação do Ramal do Salgado foi publicado em 16/8/2022, RDC Eletrônico 2/2022, com data de abertura das propostas em 6/9/2022;

ii) foi assegurado o devido procedimento de ampla defesa e contraditório, abrindo-se prazo para apresentação de recurso da anulação, tendo o recurso da representante sido analisado e desprovido pela CPL;

iii) a decisão pela anulação do certame restou fundamentada pelo MDR na medida em que o órgão, dentre outros argumentos, evidenciou que "o referido erro afetou diretamente a competitividade imposta pelo edital, prejudicando os descontos legais que eram legalmente previstos, fazendo com que as empresas se utilizassem de subterfúgio de última hora e readequasse para o que, no momento, o sistema permitisse" (peça 17, p.9); e

iv) não constam dos autos elementos de que a anulação do RDC tenha sido, de alguma forma, lesiva ao interesse público e/ou desvantajosa para a administração, mas ao contrário, buscou restabelecer a segurança jurídica e a competitividade da licitação;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, presentes os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no § 1º do art. 103 da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de cautelar;

c) comunicar à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-018.939/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Engibrás Engenharia S.A.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.6. Representação legal: Jose Roberto Figueiredo Santoro (05008/OAB-DF) e Raquel Botelho Santoro Cezar (28868/OAB-DF), representando Engibrás Engenharia S.A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2241/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia sobre possíveis irregularidades na contratação de serviços técnicos especializados para a realização de concurso público visando o preenchimento de vagas do quadro efetivo e formação de cadastro de reserva do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (CRM/CE),

Considerando que consta dos autos que o contrato em questão já se encontra encerrado, tendo em vista a realização do concurso com resultado divulgado em 20/12/2021,

Considerando que, apesar disso, foram apontados indícios de irregularidades envolvendo a contratação do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro - Idib, em face da (a) atividade econômica principal incompatível com ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, de maneira que não se poderia utilizar como fundamento para dispensa o art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, (b) não comprovação de inquestionável reputação ético-profissional exigida pela lei, (c) arrecadação de taxas de inscrição diretamente aos cofres da entidade, (d) ausência de valor global da contratação, (e) não comprovação da ausência de fins lucrativos por parte da contratada, situação confrontante com o art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, e (f) indevida concordância da assessoria jurídica da entidade com a contratação,

Considerando que após a realização de oitiva conduzida ao CRM/CE concluiu a Selog pela existência de falhas na contratação, alusivas ao recolhimento de taxa de inscrição de concurso diretamente na conta da instituição contratada para sua realização, contrariando jurisprudência mais recente deste Tribunal, bem assim, ausência de comprovação documental sobre a reputação ético-profissional da entidade contratada, para fins do disposto no art. 24, inciso XIII, da Lei de Licitações,

Considerando que, uma vez concluída a realização do objeto contratual, propõe referida unidade instrutiva, à peça 43 dos autos, considerar a representação parcialmente procedente, fazendo-se ciência das falhas verificadas com vistas à não repetição delas no futuro, nos termos da Resolução TCU 315/2020, além de medidas acessórias,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, por unanimidade, e de acordo com o pronunciamento da Selog às peças 43/45, em:

a) conhecer da denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) adotar as medidas indicadas no subitem 1.8 deste acórdão;

c) dar ciência desta deliberação ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará e ao denunciante;

d) levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014; e

e) arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-009.601/2022-8 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: Antônio de Pádua de Farias Moreira (6261/OAB-CE), representando Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Contrato 16/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.8.2. previsão de que os valores correspondentes às taxas de inscrição no concurso público realizado para preenchimento de vagas do quadro efetivo e formação de cadastro de reserva do Conselho fossem recolhidos diretamente à conta da empresa contratada, em contrariedade ao entendimento extraído do Acórdão 1.618/2018-Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo, e da Súmula TCU 214;

1.8.3. ausência de comprovação documental, por meio de averiguação quanto à existência ou não de processos administrativos ou judiciais, em curso ou com condenação definitiva, em demérito da instituição que se pretenda contratar nos autos do processo, de forma a demonstrar a inquestionável reputação ético-profissional da instituição contratada, quando da dispensa de licitação fundada no inciso XIII do artigo 24 da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 2242/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista que a matéria foi recentemente analisada no âmbito do TC 038.685/2021-3, de minha relatoria (Acórdão 1973/2022 - Plenário), promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e do referido acórdão ao membro-coordenador da 4ª Câmara - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - do Ministério Público Federal e ao representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-016.952/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1.aRepresentante: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, Ministério Público junto ao TCU.
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2243/2022 - TCU - Plenário

Considerando que restou parcialmente cumprida a determinação consignada no subitem 9.3 do acórdão 1726/2016-TCU-Plenário, por meio de substancial adoção dos procedimentos constantes do plano de ação apresentado pelo Conselho Federal de Odontologia para mudança de sede do Rio de Janeiro para Brasília;

Considerando que a não execução integral do referido plano de ação se deve pela pendência na adoção das providências previstas quanto ao eixo 5 do referido plano, relativo à destinação do patrimônio não utilizado;

Considerando o exame da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (peça 151), baseado no histórico de deliberações desta Corte em relação a essa questão e nas últimas informações apresentadas pelo CFO (peças 122, 128, 143 e 144), com a conclusão de que é necessária nova determinação para que a entidade apresente de plano de ação substitutivo do eixo 5, anteriormente apresentado;

Considerando que a nova determinação abrange a finalidade do subitem 1.7.1.2 do acórdão 2119/2017-TCU-Plenário.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar parcialmente cumprida a determinação consignada no subitem 9.3 do acórdão 1726/2016-TCU-Plenário, sem necessidade de novo monitoramento, bem como considerar insubsistente a determinação consignada no subitem 1.7.1.2 do acórdão 2119/2017-TCU-Plenário, fazendo-se as determinações abaixo e dando-se ciência desta decisão ao Conselho Federal de Odontologia.

1. Processo TC-014.513/2017-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Juliano do Vale (451.715.301-06).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Odontologia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.6. Representação legal: Andréa Damm da Silva Brum da Silveira (79208/OAB-RJ), Juan Reguengo Rodrigues (93496/OAB-RJ) e outros, representando Conselho Federal de Odontologia.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Conselho Federal de Odontologia que, no improrrogável prazo de 90 (noventa) dias, apresente a este Tribunal plano de ação substitutivo do Eixo 5 do anterior plano de ação apresentado em atendimento ao subitem 9.3 do acórdão 1726/2016-TCU-Plenário (peça 4), com as singularidades previstas na instrução da unidade técnica, peça 151, item 18, II;
1.7.2. determinar à SecexAdministração que monitore a determinação contida no item anterior e correlatos desdobramentos.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 50 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, a ser aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 11 de outubro de 2022.

Min. BRUNO DANTAS
Vice-Presidente
No exercício da Presidência

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº GPR 2.333, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022

Destina os Cargos em Comissão CJ-01 decorrentes da Resolução 7 de 17 de maio de 2022, distribuídos conforme Portaria GPR 1467 de 22 de agosto de 2022 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416 de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19 de dezembro de 2006, e tendo em vista a distribuição do quantitativo de cargos em comissão decorrentes da Resolução 7 de 17 de maio de 2022, conforme Portaria GPR 1467 de 22 de agosto de 2022, bem como em razão do contido no processo SEI 9870/2022, resolve:

Art. 1º Destinar os quantitativos de Cargos em Comissão, Nível CJ-01, constantes do Grupo Presidência, conforme Anexo I da Portaria GPR 1467 de 22 de agosto de 2022, nos termos do quadro abaixo:

item	código CJ	Origem (Nível/Descrição/Localização CJ)	Destino (Nível/Descrição/Localização CJ)
1	6939	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria de Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação-APROJ
2	6940	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria de Estudos Técnicos e Implantação de Soluções de Tecnologia da Informação-AESTI
3	6941	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador da Coordenadoria de Atendimento a Magistrados e Usuários-COAMU
4	6942	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador da Coordenadoria de Interoperabilidade do PJE-COIPJE
5	6943	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador da Coordenadoria de Produtos de Apoio ao Processo Judicial-COPROJ
6	6944	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador da Coordenadoria de Aquisições e Contratos de TI-COACTI
7	6945	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 da Assessoria da Secretaria-Geral do TJDFT-ASG
8	6946	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Secretário da Secretaria Administrativa do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial da Função Administrativa-SEPLE
9	6947	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 da Consultoria Jurídica Administrativa-CJA
10	6948	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP
11	6949	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria de Controle Interno e Normatização da Secretaria de Contratações e Gestão de Materiais-ACIN
12	6950	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria Técnica da Secretaria de Administração Predial-ATSEAP
13	6951	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria Técnica da Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros-ATSEOF
14	6952	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria Técnica da Secretaria de Relações Institucionais-ASRI
15	6953	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria Técnica da Secretaria de Assistência e Benefícios-ATSEAB
16	6954	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do DF-GMFDF
17	6955	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Coordenador do Laboratório de Inovação Aurora-AURORALAB
18	6956	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 de Assessor da Assessoria Técnica da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica-ATSEPG
19	6957	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 da Assessoria de Comunicação Social-ACS
20	6958	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 do Gabinete da Presidência-GPR
21	6959	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 do Gabinete da Presidência-GPR
22	6960	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 do Gabinete da Presidência-GPR
23	6961	CJ-01 da Presidência-PR	CJ-01 do Gabinete da Presidência-GPR

Art. 2º Agregar os valores abaixo relacionados, originários dos quantitativos de Cargos em Comissão, Nível CJ-01, constantes do Grupo Presidência, conforme Anexo I da Portaria GPR 1467 de 22 de agosto de 2022, nos termos do quadro abaixo:

item	código CJ	Nível/Descrição/Localização CJ	valor 100%	valor 65%
1	6962	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
2	6963	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
3	6964	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
4	6965	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
5	6966	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
6	6967	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
7	6968	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
8	6969	CJ-01 da Presidência-PR	R$ 9.216,74	R$ 5.990,88
total			R$ 73.733,92	R$ 47.927,04

Art. 3º Utilizar o valor total especificado no artigo 2º para criação dos Cargos em Comissão abaixo relacionados, destinando-os conforme quadro a seguir:

item	Nível/Descrição/Localização CJ	valor 100%	valor 65%
1	CJ-02 de Assessor da Assessoria de Ciência de Dados-ACID	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
2	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Assuntos Federativos-CAF	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
3	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Relacionamento com o Usuário-COREU	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
4	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão Administrativa e Contratual-COGAC	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
5	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão Contábil e de Contas Médicas-CGCONT	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
6	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Investigações Preliminares e Apuração de Fraudes Virtuais-COINV	R$ 11.382,88	R$ 7.398,87
total		R$ 68.297,28	R$ 44.393,22
saldo		5.436,64	R$ 3.533,82

Art. 4º Destinar os quantitativos de Cargos em Comissão, Nível CJ-01, constantes do Grupo Corregedoria, conforme Anexo I da Portaria GPR 1467 de 22 de agosto de 2022, nos termos do quadro abaixo:

item	código CJ	nível, descrição e origem CJ/FC	nível, descrição e destino CJ/FC
1	6848	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância-COSIST
2	6849	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância-COSIST
3	6850	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância-COSIST
4	6851	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Correição e Inspeção Judicial-COCIJU
5	6852	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Correição e Inspeção Judicial-COCIJU
6	6853	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Correição e Inspeção Extrajudicial-COCIEX
7	6854	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Assessoria de Assuntos Corporativos da Corregedoria-AACC
8	6855	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria Disciplinar do TJDFT-COD
9	6856	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Administração de Mandados-COAMA
10	6857	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Apoio Judicial-COPAJ
11	6858	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria Psicossocial Judiciária-COORPSI
12	6859	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Coordenadoria de Apoio Extraordinário-CAE
13	6860	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria de Atendimento ao Jurisdicionado-SEAJ
14	6861	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria de Atendimento ao Jurisdicionado-SEAJ
15	6862	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria de Contas Judiciais-SECOJ
16	6863	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria de Contas Judiciais-SECOJ
17	6864	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria-Geral da Corregedoria-SGC
18	6865	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 da Secretaria-Geral da Corregedoria-SGC
19	6866	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 do Gabinete da Corregedoria-GC
20	6867	CJ-01 da Corregedoria	CJ-01 do Gabinete da Corregedoria-GC

Art. 5º Remanejar as Funções Comissionadas e os Cargos em Comissão abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

item	código CJ/FC	nível, descrição e origem CJ/FC	nível, descrição e destino CJ/FC
1	6384	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Assistência ao Beneficiário-COABE	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Apoio ao Beneficiário e ao Prestador de Serviços de Saúde-COABE
2	6383	FC-04 da Coordenadoria de Assistência ao Beneficiário-COABE	FC-04 da Coordenadoria de Apoio ao Beneficiário e ao Prestador de Serviços de Saúde-COABE
3	6382	FC-02 da Coordenadoria de Assistência ao Beneficiário-COABE	FC-02 da Coordenadoria de Apoio ao Beneficiário e ao Prestador de Serviços de Saúde-COABE
4	6386	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Cadastro de Beneficiários-NUCAB	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Cadastro de Beneficiário e Prestador de Serviços de Saúde-NUCAB
5	6385	FC-02 do Núcleo de Cadastro de Beneficiários-NUCAB	FC-02 do Núcleo de Cadastro de Beneficiário e Prestador de Serviços de Saúde-NUCAB
6	6390	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Credenciamento de Estabelecimentos de Saúde-NUCRE	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Contratos de Prestação de Serviços de Saúde-NUCONP
7	6389	FC-02 do Núcleo de Credenciamento de Estabelecimentos de Saúde-NUCRE	FC-02 do Núcleo de Gestão de Contratos de Prestação de Serviços de Saúde-NUCONP
8	6395	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Administração Financeira e Contábil-COFIC	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão Financeira e Atuarial-COGEF
9	6394	FC-04 da Coordenadoria de Administração Financeira e Contábil-COFIC	FC-04 da Coordenadoria de Gestão Financeira e Atuarial-COGEF
10	6393	FC-02 da Coordenadoria de Administração Financeira e Contábil-COFIC	FC-02 da Coordenadoria de Gestão Financeira e Atuarial-COGEF
11	6401	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Finanças-NUFIP	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Execução Financeira do Pró-Saúde-NUFIP
12	6400	FC-02 do Núcleo de Finanças-NUFIP	FC-02 do Núcleo de Execução Financeira do Pró-Saúde-NUFIP
13	6397	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Recepção e Guarda de Faturas-NUFAT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão Documental de Contas Médicas-NUDOC
14	6396	FC-02 do Núcleo de Recepção e Guarda de Faturas-NUFAT	FC-02 do Núcleo de Gestão Documental de Contas Médicas-NUDOC
15	6399	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Controle e Análise de Faturas-NUCOF	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Processamento de Contas Médicas-NUPMED
16	6398	FC-02 do Núcleo de Controle e Análise de Faturas-NUCOF	FC-02 do Núcleo de Processamento de Contas Médicas-NUPMED
17	6403	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Contabilidade-NUCONT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão Contábil do Pró-Saúde-NUCONT
18	6402	FC-02 do Núcleo de Contabilidade-NUCONT	FC-02 do Núcleo de Gestão Contábil do Pró-Saúde-NUCONT
19	5934	CJ-03 de Assessor da Assessoria de Relações Institucionais-ARI	CJ-03 de Secretário da Secretaria de Relações Institucionais-SRI
20	5932	FC-05 da Assessoria de Relações Institucionais-ARI	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Apoio Institucional-NAI
21	5933	FC-05 da Assessoria de Relações Institucionais-ARI	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Apoio Legislativo-NAL
22	5931	FC-03 da Assessoria de Relações Institucionais-ARI	FC-03 da Secretaria de Relações Institucionais-SRI
23	6024	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Secretariado do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial na Função Administrativa-NUSECE	FC-05 da Secretaria Administrativa do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial da Função Administrativa-SEPLE
24	6546	FC-05 da Secretaria da Ouvidoria-Geral-SEOVG	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Teleinformação ao Cidadão-NUTIC
25	6550	FC-03 de Encarregado do Posto de Serviço de Teleinformação ao Cidadão-PSTIC	FC-03 do Núcleo de Teleinformação ao Cidadão-NUTIC
26	6549	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Informação da Ouvidoria-NUGINF/SEOVG	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Informação da Ouvidoria-NUGINF/COREU
27	6548	FC-03 do Núcleo de Gestão da Informação da Ouvidoria-NUGINF/SEOVG	FC-03 do Núcleo de Gestão da Informação da Ouvidoria-NUGINF/COREU
28	6552	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Tratamento de Manifestação e Atendimento de Ouvidoria-NUMOUV/SEOVG	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Tratamento de Manifestação e Atendimento de Ouvidoria-NUMOUV/COREU
29	6551	FC-03 do Núcleo de Tratamento de Manifestação e Atendimento de Ouvidoria-NUMOUV/SEOVG	FC-03 do Núcleo de Tratamento de Manifestação e Atendimento de Ouvidoria-NUMOUV/COREU
30	6348	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Registros e Controle de Acesso-NURCA/CORSEG	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Registros e Controle de Acesso-NURCA/COINV
31	6347	FC-02 do Núcleo de Registros e Controle de Acesso-NURCA/CORSEG	FC-02 do Núcleo de Registros e Controle de Acesso-NURCA/COINV
32	5960	CJ-02 da Assessoria da Secretaria Especial da Presidência-ASP	CJ-02 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP
33	6050	FC-03 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-03 do Núcleo de Legislação de Pensionista e Inativos-NULPI
34	6051	FC-03 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-03 do Núcleo Jurídico de Legislação de Pessoal-NUJULP
35	6052	FC-03 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-03 do Núcleo Jurídico de Legislação de Pessoal-NUJULP
36	6053	FC-04 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-04 do Núcleo de Legislação de Pensionista e Inativos-NULPI
37	6054	FC-04 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-04 do Núcleo de Legislação de Pensionista e Inativos-NULPI
38	6055	FC-04 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-04 do Núcleo Jurídico de Legislação de Pessoal-NUJULP
39	6057	FC-05 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Legislação de Pensionista e Inativos-NULPI
40	6058	FC-05 da Consultoria Jurídica de Pessoal-CJP	FC-05 de Supervisor do Núcleo Jurídico de Legislação de Pessoal-NUJULP
41	6194	CJ-01 de Assessor da Assessoria de Ciência de Dados-ACID	CJ-01 de Coordenador da Coordenadoria de Segurança Cibernética-COSEC
42	6586	FC-05 de Supervisor do Laboratório de Inovação Aurora-AURORALAB	FC-05 do Laboratório de Inovação Aurora-AURORALAB
43	6405	FC-05 da Secretaria de Tecnologia da Informação-SETI	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Atendimento a Magistrados-NUAMAG
44	6406	FC-05 da Secretaria de Tecnologia da Informação-SETI	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Segurança da Informação-NUGSI
45	6410	FC-03 da Subsecretaria de Sustentação e Operação de Tecnologia da Informação-SUSOT	FC-03 da Assessoria de Estudos Técnicos e Implantação de Soluções de Tecnologia da Informação-AESTI
46	6412	FC-05 da Coordenadoria de Relacionamento com Usuários-COREL	FC-05 da Coordenadoria de Gestão de Plataformas e Dispositivos de Usuários-COGEPU
47	6413	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Relacionamento com Usuários-COREL	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Plataformas e Dispositivos de Usuários-COGEPU
48	6423	FC-01 do Núcleo Central de Atendimento de Tecnologia da Informação-NUCATI	FC-01 do Núcleo de Gestão da Segurança da Informação-NUGSI
49	6422	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT
50	6606	FC-03 do Núcleo de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT	FC-03 do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT
51	6421	FC-02 do Núcleo de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT	FC-02 do Núcleo de Gestão de Dispositivos de Tecnologia da Informação para Usuários-NUDIT
52	6426	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Sistemas Institucionais-NUSSIN	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Softwares e Sistemas Institucionais-NUSSIN
53	6425	FC-02 do Núcleo de Suporte a Sistemas Institucionais-NUSSIN	FC-02 do Núcleo de Suporte a Softwares e Sistemas Institucionais-NUSSIN
54	6433	FC-02 do Núcleo de Apoio à Implantação de Serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação-NUATEC	FC-02 do Núcleo de Suporte a Plataformas de Virtualização-NUPLAV
55	6434	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Apoio à Implantação de Serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação-NUATEC	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Plataformas de Virtualização-NUPLAV
56	6432	FC-01 do Núcleo de Apoio à Implantação de Serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação-NUATEC	FC-01 da Coordenadoria de Atendimento a Magistrados e Usuários-COAMU
57	6431	FC-01 do Núcleo de Apoio à Implantação de Serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação-NUATEC	FC-01 da Assessoria de Estudos Técnicos e Implantação de Soluções de Tecnologia da Informação-AESTI
58	6429	FC-01 do Núcleo de Apoio à Implantação de Serviços de Infraestrutura de Tecnologia da Informação-NUATEC	FC-01 da Assessoria de Estudos Técnicos e Implantação de Soluções de Tecnologia da Informação-AESTI
59	6436	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Plataformas de Armazenamento e Virtualização-NUPAV	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Plataforma de Armazenamento e Backup-NUPAB
60	6435	FC-02 do Núcleo de Suporte a Plataformas de Armazenamento e Virtualização-NUPAV	FC-02 do Núcleo de Suporte a Plataforma de Armazenamento e Backup-NUPAB
61	6417	FC-01 do Núcleo de Gestão de Ferramentas para Usuários-NUGEF	FC-01 do Núcleo de Gestão de Plataformas para Usuários-NUGEPU
62	6419	FC-02 do Núcleo de Gestão de Ferramentas para Usuários-NUGEF	FC-02 do Núcleo de Gestão de Plataformas para Usuários-NUGEPU
63	6420	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Ferramentas para Usuários-NUGEF	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Plataformas para Usuários-NUGEPU
64	6477	CJ-03 de Subsecretário da Subsecretaria de Apoio à Governança e Gestão Integrada de Tecnologia da Informação-SUATI	CJ-03 de Subsecretário da Subsecretaria de Gestão Integrada de Tecnologia da Informação-SUGIT

65	6476	FC-03 da Subsecretaria de Apoio à Governança e Gestão Integrada de Tecnologia da Informação-SUATI	FC-03 da Subsecretaria de Gestão Integrada de Tecnologia da Informação-SUGIT
66	6479	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão Integrada de Serviços e Projetos de Tecnologia da Informação-COGISP	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Gestão da Inovação em Contratações e Serviços de Tecnologia da Informação-COGICS
67	6430	FC-01 da Coordenadoria de Gestão Integrada de Serviços e Projetos de Tecnologia da Informação-COGISP	FC-01 da Coordenadoria de Gestão da Inovação em Contratações e Serviços de Tecnologia da Informação-COGICS
68	6478	FC-05 da Coordenadoria de Gestão Integrada de Serviços e Projetos de Tecnologia da Informação-COGISP	FC-05 da Coordenadoria de Gestão da Inovação em Contratações e Serviços de Tecnologia da Informação-COGICS
69	6483	FC-02 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI	FC-02 do Núcleo de Atendimento a Magistrados-NUAMAG
70	6481	FC-01 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI	FC-01 do Núcleo de Planejamento de Aquisições e Capacitações de Tecnologia da Informação-NUPAC
71	6489	FC-02 do Núcleo de Gestão da Segurança da Informação-NUGSI	FC-02 do Núcleo de Segurança de Nuvem-NUSENU
72	6490	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Segurança da Informação-NUGSI	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Segurança de Nuvem-NUSENU
73	6492	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação-NUPROJ	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Planejamento de Aquisições e Capacitações de Tecnologia da Informação-NUPAC
74	6491	FC-02 do Núcleo de Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação-NUPROJ	FC-02 da Assessoria de Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação-APROJ
75	6415	FC-02 do Núcleo Central de Atendimento de Tecnologia da Informação-NUCATI/COREL	FC-02 do Núcleo Central de Atendimento de Tecnologia da Informação-NUCATI/COAMU
76	6416	FC-05 de Supervisor do Núcleo Central de Atendimento de Tecnologia da Informação-NUCATI/COREL	FC-05 de Supervisor do Núcleo Central de Atendimento de Tecnologia da Informação-NUCATI/COAMU
77	6414	FC-02 do Núcleo de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo-NUSSAV/COREL	FC-02 do Núcleo de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo-NUSSAV/COGEPU
78	6424	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo-NUSSAV/COREL	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Suporte a Sistemas de Áudio e Vídeo-NUSSAV/COGEPU
79	6451	FC-01 do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/CODPJE	FC-01 do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/COIPJE
80	6452	FC-02 do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/CODPJE	FC-02 do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/COIPJE
81	6453	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/CODPJE	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Integração do Processo Judicial Eletrônico-NUIPJE/COIPJE
82	6456	FC-02 do Núcleo de Prospecção e Integração Contínua-NUPROS/CODPJE	FC-02 do Núcleo de Prospecção e Integração Contínua-NUPROS/COIPJE
83	6457	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Prospecção e Integração Contínua-NUPROS/CODPJE	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Prospecção e Integração Contínua-NUPROS/COIPJE
84	6465	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software I-NUSOF1/COSOFT	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software I-NUSOF1/COPROJ
85	6466	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software I-NUSOF1/COSOFT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software I-NUSOF1/COPROJ
86	6469	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software III-NUSOF3/COSOFT	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software III-NUSOF3/COPROJ
87	6470	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software III-NUSOF3/COSOFT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software III-NUSOF3/COPROJ
88	6471	FC-01 do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COSOFT	FC-01 do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COPROJ
89	6472	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COSOFT	FC-02 do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COPROJ
90	6473	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COSOFT	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Produtos de Software IV-NUSOF4/COPROJ
91	6485	FC-02 do Núcleo de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação-NUSETI/COGISP	FC-02 do Núcleo de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação-NUSETI/COGICS
92	6486	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação-NUSETI/COGISP	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação-NUSETI/COGICS
93	6487	FC-02 do Núcleo de Gestão da Comunicação e Padronização de Tecnologia da Informação-NUGCOM/COGISP	FC-02 do Núcleo de Gestão da Comunicação e Padronização de Tecnologia da Informação-NUGCOM/COGICS
94	6488	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Comunicação e Padronização de Tecnologia da Informação-NUGCOM/COGISP	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão da Comunicação e Padronização de Tecnologia da Informação-NUGCOM/COGICS
95	6480	FC-01 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COGISP	FC-01 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COACTI
96	6482	FC-01 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COGISP	FC-01 do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COACTI
97	6484	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COGISP	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Gestão de Aquisições e Contratos de Tecnologia da Informação-NUACTI/COACTI

Art. 6º Agregar o valor abaixo relacionado, conforme quadro a seguir:

item	código FC	Nível/Descrição/Localização FC	valor 100%
1	6023	FC-05 do Núcleo de Secretariado do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial na Função Administrativa-NUSECE	R$ 2.232,38
total			R$ 2.232,38

Art. 7º Utilizar o valor total especificado no artigo 6º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-as conforme quadro a seguir:

item	Nível/Descrição/Localização FC	valor 100%
1	FC-01 da Secretaria Administrativa do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial da Função Administrativa-SEPLE	R$ 1.019,17
2	FC-02 da Secretaria Administrativa do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial da Função Administrativa-SEPLE	R$ 1.185,05
total		R$ 2.204,22
saldo		R$ 28,16

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 631, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a inscrição de débitos na Dívida Ativa nos Conselhos Regionais de Biologia e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, por seu Plenário, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, na conformidade com a competência prevista nos incisos II e IV do art. 10 da Lei nº 6.684, de 1979;

Considerando o disposto no Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 e nas Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 12.514, de 28 de outubro de 2011, o Código Tributário Nacional e a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964; e

Considerando o aprovado em sua 393ªª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 7 de outubro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I - DA INSCRIÇÃO DE DÉBITOS NA DÍVIDA ATIVA

Art. 1º O fato gerador das anuidades de pessoas físicas e pessoas jurídicas é a sua inscrição nos Conselhos Regionais de Biologia (Lei nº 12.514, de 2011), que constitui condição de legitimidade do exercício profissional (Lei nº 6.684, de 1979).

Art. 2º As anuidades e multas, bem como os outros débitos fixados pelo Conselho Federal de Biologia, quando não pagos até o vencimento, serão inscritos na Dívida Ativa do Conselho Regional de Biologia nos termos desta Resolução, e seu processo se inicia a partir do 1º dia útil após a data de vencimento do débito.

Art. 3º As Tesourarias de cada Conselho Regional de Biologia deverão avaliar periodicamente sua carteira de recebíveis, apurando todos os valores sujeitos à inscrição na Dívida Ativa, abrangendo:

I - valor originário do débito;

II - multa, calculada à razão de dois por cento do total atualizado do débito;

III - juros de mora, contados à razão de um por cento ao mês ou fração;

IV - atualização monetária, reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo (Lei nº 12.514, de 2011);

V - demais encargos previstos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. A consolidação do débito será apurada pela Tesouraria dos Conselhos Regionais de Biologia.

Art. 4º A inscrição na Dívida Ativa será precedida de processo administrativo.

§ 1º O processo administrativo deverá observar os princípios da celeridade, da economia processual, da concentração de atos, do formalismo moderado, da busca da verdade material, imparcialidade e da legalidade, resguardada a liberdade da busca da prova, a possibilidade da intervenção pelo próprio sujeito passivo e a revisão de ofício do débito.

§ 2º Ao Conselheiro Tesoureiro do Conselho Regional de Biologia competirá a condução e a solução do processo administrativo, podendo delegar a outros Conselheiros ou a funcionários os atos de ofício.

§ 3º O Processo Administrativo previsto no caput poderá ser realizado por processamento eletrônico.

Art. 5º O devedor deverá ser devidamente notificado da instauração do processo administrativo, para, querendo, apresentar defesa no prazo de quinze dias corridos.

§ 1º Toda notificação será feita por algum meio idôneo e eficaz, seja por correspondência com aviso de recebimento, por correspondência com comprovante de entrega, ou outro meio que provenha de prova inequívoca do recebimento, mesmo que eletrônico, sendo seus comprovantes juntados aos autos.

I - É dever profissional do Biólogo manter atualizado seus dados cadastrais, informando imediatamente quaisquer alterações tais como titulação, alteração do endereço residencial e comercial, entre outras, conforme Código de Ética do Profissional Biólogo e conforme o art. 24 da Lei nº 6.684, de 1979, onde, em seu inciso I do art. 24, afirma que a transgressão de preceito do Código de Ética Profissional constitui como infração disciplinar.

§ 2º Da notificação constará a advertência de que, findo o prazo de defesa sem manifestação do devedor ou sendo julgada, pelo Conselheiro Tesoureiro, improcedente a defesa, o débito será automaticamente inscrito na Dívida Ativa do Conselho Regional de Biologia.

§ 3º Considera-se notificado o recebimento do Aviso de Recebimento - "AR" ou o comprovante de entrega da notificação por parte dos Correios, no endereço do profissional constante do banco de dados do Conselho Regional de Biologia, por meio de outro banco de dados oficiais (Receita Federal, Junta Comercial e outros).

§ 4º Considera-se também comprovação de notificação o comprovante de entrega obtido por meio de e-mail ou aplicativos de mensagens.

§ 5º Resultando frustrada a comunicação na forma dos parágrafos terceiro e quarto, a mesma será feita por edital, para o que serão observadas as seguintes disposições:

I - o edital será publicado no Diário Oficial da União; havendo impedimento à publicação em razão de normas próprias do órgão de imprensa, o edital será publicado em jornal editado no local do domicílio do representado, assim considerado aquele declarado pelo próprio no Conselho Regional de Biologia onde tenha sua inscrição;

II - o edital será afixado na sede do Conselho processante e nas sedes de delegacias, quando houver;

III - o prazo do edital será de quinze dias contados do primeiro dia útil seguinte ao da publicação a que se refere o inciso I deste parágrafo.

§ 6º A contagem dos prazos processuais se dará de forma ininterrupta e inicia-se a partir do primeiro dia útil seguinte ao da juntada aos autos do comprovante de recebimento da comunicação. No caso de comunicação editalícia, a contagem inicia-se no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no edital.

§ 7º Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, prorrogando-se ao primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado, sábado ou domingo, ou ainda quando determinado o fechamento do Conselho ou o expediente do Conselho for encerrado antes do horário regular.

Art. 6º O devedor poderá apresentar defesa devidamente fundamentada e acompanhada de documentos, sendo garantidos todos os meios de prova em direito admitidos.

§ 1º Findo o prazo de defesa sem manifestação do devedor ou sendo julgada improcedente a defesa em decisão fundamentada, o débito será inscrito na Dívida Ativa, notificando-se o interessado nas formas previstas pelo art. 5º, §§ 3º, 4º e 5º, para, caso queira, apresentar recurso, ao Plenário do CRBio, no prazo de trinta dias corridos.

§ 2º Sendo julgada procedente a defesa ou o recurso ou havendo comprovação do pagamento, o processo administrativo será encerrado e as anotações do débito serão retificadas.

Art. 7º O termo de inscrição da Dívida Ativa, que poderá ser preparado e numerado por procedimento, manual, mecânico ou eletrônico, deverá conter:

I - o nome do devedor, sempre que conhecido, o domicílio ou residência;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em Resolução específica;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda, se pessoa física, ou o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, se pessoa jurídica;

IV - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

V - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

VI - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VII - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente, Presidente e Conselheiro Tesoureiro.

§ 2º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo físico ou eletrônico.

Art. 8º A inscrição na Dívida Ativa somente será cancelada quando constatada a quitação integral do débito, salvo regulamentação específica ou decisão judicial.

CAPÍTULO II - DO PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Art. 9º O débito apurado pela Tesouraria dos Conselhos Regionais de Biologia poderá ser objeto de parcelamento por solicitação do devedor.

§ 1º Será admitido parcelamento que englobar no mínimo os débitos apurados dos últimos cinco anos até a data da solicitação, acrescidos de juros, multas, atualização monetária e encargos ainda que não constantes de processo administrativo, sem prejuízo de cobrança de outros débitos existentes.

§ 2º O parcelamento implica em novação e será instrumentalizado via confissão irretratável e irrevogável da dívida e de seus acréscimos, devendo ser assinada pelo Biólogo, provocando a suspensão do processo administrativo e/ou judicial.

§ 3º O estrito cumprimento de todas as condições do parcelamento implica na consideração de regularidade da situação do Biólogo perante a Tesouraria dos Conselhos Regionais de Biologia.

§ 4º No caso de parcelamento de débito já inscrito na Dívida Ativa, o cancelamento do respectivo termo somente ocorrerá após a quitação integral do débito.

§ 5º A falta de pagamento de duas parcelas, consecutivas ou não, implicará na imediata rescisão do parcelamento e o envio dos débitos para inscrição na Dívida Ativa do Conselho Regional de Biologia.

§ 6º Caso a parcela não seja quitada na data de seu vencimento, haverá a incidência de juros e atualização monetária.

§ 7º O benefício do parcelamento será concedido uma vez ao Biólogo. O reparcelamento poderá ser avaliado pelo Presidente ou Conselheiro Tesoureiro.

Art. 10. É garantido ao devedor requerer licença ou cancelamento do registro profissional na forma da regulamentação própria, não obstante a existência de valores em atraso.

Art. 11. Os efeitos da licença ou do cancelamento contarão da data do protocolo ou do recebimento do respectivo requerimento adicionado de todos os documentos necessários, considerada como a data da efetiva interrupção do exercício profissional.

CAPÍTULO III - DAS MEDIDAS JUDICIAIS

Art. 12. Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas, de quaisquer das origens previstas no art. 4º desta Lei nº 12.514, de 2011, com valor total inferior ao definido no art. 8º da mesma lei.

Art. 13. Os Conselhos Regionais de Biologia poderão, nos termos e nos limites de norma do Conselho Federal, independentemente do disposto nesta Resolução e sem renunciar ao valor devido, deixar de cobrar:

I - administrativamente, os valores definidos como irrisórios; ou

II - judicialmente, os valores considerados irrecuperáveis, de difícil recuperação ou com custo de cobrança superior ao valor devido.

§ 1º O disposto no caput deste artigo não obsta ou limita a realização de medidas administrativas de cobrança, tais como a notificação extrajudicial, a inclusão em cadastros de inadimplentes e o protesto de certidões de dívida ativa. (Lei nº 14.195, de 2021).

§ 2º A título de racionalização e economicidade na ação administrativa, com base no inciso II, § 3º do art. 14 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e com vistas a evitar que o custo da cobrança dos créditos oriundos da dívida ativa seja superior ao valor da importância a ser recebida, fica facultado aos Conselhos Regionais de Biologia, após apresentação de estudos técnicos, jurídicos e econômicos, propor a extinção ou adiamento de processos que ainda estejam em andamento, referentes aos créditos inscritos e/ou executados na dívida ativa, ou quando o valor a ser recuperado for menor que o valor dos custos para a realização da cobrança, com a devida formalização e aprovação dos ordenadores de despesas, visando, principalmente, o interesse público e a eficiência na gestão orçamentária.

Art. 14. A Certidão de Dívida Ativa constitui o título executivo necessário à adoção das medidas judiciais visando o recebimento do débito.

CAPÍTULO IV - DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Art. 15. Os setores de contabilidade dos Conselhos Regionais de Biologia devem fazer a constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa de acordo com o que preconiza o item 5.5 do Pronunciamento Técnico CPC 48 e com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 48, devendo as mesmas estarem evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Aplicam-se subsidiariamente à presente Resolução, o disposto no Decreto nº 70.235, de 06 março de 1972 e nas Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1.980, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, o Código Tributário Nacional.

Art. 17. Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do Conselho Federal de Biologia - CFBio.

Art. 18. Revoga a Resolução nº 282, de 15 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19 de junho de 2012.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EDUARDA LACERDA DE LARRAZÁBAL DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO COFEN Nº 183, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova a realização da eleição do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins na data de realização das eleições do ano de 2023 dos demais Conselhos Regionais de Enfermagem para o triênio 2024/2026, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei nº 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 21, alínea ¿a¿ do parágrafo único, da Lei nº 5.905/1973, que remete competência ao Conselho Federal de Enfermagem, promover as primeiras eleições para composição dos Conselhos Regionais e instalá-los;

CONSIDERANDO o Memorando nº 121, de 26 de setembro de 2022, do Grupo Técnico de Acompanhamento Eleitoral-GTAE/Cofen, que conforme o termo de posse e da Decisão Coren-TO nº 184/2019 o mandato do atual Plenário é de 05 de dezembro de 2019 até 04 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO as peculiaridades do Coren-TO devido as diversas judicializações ocorridas em pleitos anteriores, que levaram a realização das eleições daquele Conselho Regional em períodos distintos dos demais 26 (vinte e seis) Conselhos Regionais de Enfermagem, quebrando assim a uniformização do processo eleitoral do sistema integrado pelos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, aumentando, inclusive, substancialmente, os gastos com a realização dos pleitos, em face da assimetria das datas;

CONSIDERANDO que não há tempo hábil para promover o processo eleitoral do Coren-TO ainda neste ano, eis que, nos termos do Código Eleitoral do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 695/2022, o edital eleitoral nº 1 deve ser publicado no período entre 15 a 30 de abril do ano das eleições (2023);

CONSIDERANDO o consenso de que o processo eleitoral do Coren-TO deverá ocorrer juntamente com todos os demais 26 (vinte e seis) Conselhos Regionais no ano de 2023, especialmente em obediência ao princípio da economicidade e ao princípio da uniformidade das eleições do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que não pode o Coren-TO ficar acéfalo após o término do atual mandato, devendo ser designada uma composição de Plenário para cumprir mandato de 05 de dezembro de 2022 até o dia 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 34 do Código Eleitoral do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, assumindo todas as responsabilidades e competências legais e regimentais;

CONSIDERANDO a decisão unânime do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem na 545ª Reunião Ordinária de Plenário ocorrida no dia 26 de setembro de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar a realização da eleição do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins na data de realização das eleições do ano de 2023 dos demais Conselhos Regionais de Enfermagem para o triênio 2024/2026.

Art. 2º Aprovar, nos termos do artigo 34 do Código Eleitoral do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 695/2022, a designação de um grupo de 7 (sete) Conselheiros Regionais para compor o Plenário do Coren-TO, sendo 5 (cinco) efetivos e 2 (dois) suplentes - 1 (um) de cada Quadro profissional, para cumprir mandato de 05 de dezembro de 2022 até o dia 31 de dezembro de 2023.

Parágrafo único. O Plenário do Coren-TO designado nos termos deste artigo, assumirá, integralmente, todas as funções, atribuições, competências e responsabilidades legais e regimentais inerentes à gestão e representação do Coren-TO, inclusive aquelas relacionadas à realização da eleição de 2023.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Dê ciência e cumpra-se.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

DECISÃO COFEN Nº 184, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

Fixa a data de realização das eleições do ano de 2023 dos Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, IV, da Lei nº 5.905/73, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art 21, alínea "a" do parágrafo único, da Lei nº 5.905/1973, que remete competência ao Conselho Federal de Enfermagem, promover as primeiras eleições para composição dos Conselhos Regionais e instalá-los;

CONSIDERANDO o art. 4º e o art. 8º, § 1º, inciso II, do Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 695/2022, que estabelecem que compete ao Conselho Federal de Enfermagem fixar a data de realização das eleições do sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem na 545ª Reunião Ordinária de Plenário ocorrida no dia 26 de setembro de 2022 que fixou a data das eleições do ano de 2023 dos Conselhos Regionais de Enfermagem, decide:

Art. 1º As eleições dos Conselhos Regionais de Enfermagem, para o exercício de mandatos de Conselheiros Regionais Efetivos e Suplentes para o triênio 2024/2026, ocorrerão das 08h00min do dia 1º de outubro de 2023 e se encerrarão às 08h00min do dia 02 de outubro de 2023.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Dê ciência e cumpra-se

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 75.066, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo Administrativo nº 424/2019. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DE RONDÔNIA - CRF/RO. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Reanálise de Prestação de Contas - exercício de 2018 - do Programa de Aprimoramento de Fiscalização. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, com abstenções dos Conselheiros Jardel Moura (RO) e Lenira da Silva Costa (RN), JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/RO DO PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - EXERCÍCIO 2018, conforme Ata da II Sessão da 520ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 75.067 - Processo Administrativo nº 880/2020. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DE SERGIPE - CRF/SE. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do exercício de 2019. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, com abstenção da Conselheira Maria de Fátima Aragão, JULGAR REGULARES AS CONTAS DO CRF/SE DO EXERCÍCIO 2019, conforme Ata da II Sessão da 521ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 75.068 - Processo Administrativo nº 779/2020. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DO AMAZONAS - CRF/AM. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do exercício de 2019. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, com abstenção do Conselheiro Marcos Aurélio Ferreira (AM), JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/AM DO EXERCÍCIO 2019, conforme Ata da II Sessão da 521ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

Nº 75.069 - Processo Administrativo nº 886/2020. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado DO MATO GROSSO DO SUL - CRF/MS. Requerido: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relator: COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Ementa: Prestação de Contas do exercício de 2019. Decisão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, JULGAR REGULARES COM RESSALVAS AS CONTAS DO CRF/MS DO EXERCÍCIO 2019, conforme Ata da II Sessão da 521ª Reunião Plenária Ordinária, que faz parte deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.321, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a obrigatoriedade de todo evento médico-científico ter um responsável técnico e a fiscalização desses eventos pelos Conselhos Regionais de Medicina.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM), no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021, Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, e Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015; e

CONSIDERANDO a Lei nº 12.842/2013, em seu artigo 6º, que determina ser obrigatório o uso da denominação "MÉDICO(A)" nos certificados de conclusão do curso de medicina, conjugado ao Parecer CFM nº 21/2018, que dispõe sobre a identificação dos profissionais da medicina como "MÉDICO(A)" nos eventos científicos de qualquer natureza;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.718/2004, que veda o ensino de atos médicos privativos, sob qualquer forma de transmissão de conhecimentos, a profissionais não médicos;

CONSIDERANDO a RDC ANVISA nº 96/2008, que determina a restrição de distribuição das propagandas de medicamentos somente aos participantes dos eventos que estiverem com a identificação de sua categoria profissional claramente visível nos crachás e que profissionais da área de saúde não habilitados a prescrever ou dispensar medicamentos, como enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, não podem receber propagandas de medicamentos de venda sob prescrição médica;

CONSIDERANDO como imperativo a rigorosa fiscalização de acesso de não médicos às salas nas quais se ministre capacitações e discussões sobre matéria privativa para médicos;

CONSIDERANDO o decidido na sessão plenária de 1º de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º - É obrigatória a indicação do Responsável Técnico Médico de todo evento médico-científico a ser realizado, publicizado no site oficial do evento e nas peças de divulgação.

Art. 2º - Todo evento médico-científico pode ser fiscalizado de ofício pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRM) ou na ocorrência de denúncias.

Art. 3º - Compete ao Responsável Técnico Médico cumprir e fazer cumprir as normas emanadas dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, a legislação vigente no país e as normas sanitárias durante a realização do evento.

Parágrafo único. Por ocasião da fiscalização, o Responsável Técnico Médico acompanhará o Conselho Regional de Medicina nas incursões aos espaços do evento científico.

Art. 4º - Os participantes do evento devem ser identificados com crachás, de acordo com a categoria profissional, conforme o preconizado pela ANVISA.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente do Conselho

DILZA TERESINHA AMBRÓS RIBEIRO
Secretária-Geral

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.324, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021, Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013 e Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015, e;

CONSIDERANDO que, nos termos do inciso II dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Médica, o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;

CONSIDERANDO o artigo 7º da Lei nº12.842, de 10 de julho de 2013, que confere ao Conselho Federal de Medicina a competência para editar normas para definir o caráter experimental de procedimentos em medicina no Brasil, autorizando ou vedando sua prática pelos médicos;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 1.982, de 27 de fevereiro de 2012, que normatiza a aprovação de novos procedimentos e terapias no Brasil pelo CFM;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Resolução CFM nº 2.113/2014: Esta resolução deverá ser revista no prazo de 2 (dois) anos a partir da data de sua publicação, quando deverá ser avaliada a literatura científica vigente à época;

CONSIDERANDO a RDC Anvisa nº 327/2019, que cria uma nova categoria de produtos derivados de Cannabis e dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a RDC Anvisa nº 660/2022, de 30 de março de 2022, que define os critérios e os procedimentos para a importação de produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO as disposições sanitárias publicadas pela RDC Anvisa nº 327/2019, que facultam aos médicos a prescrição do canabidiol para uso compassivo, segundo as normas para prescrição de produtos do Receituário azul Tipo B ou Receituário amarelo Tipo A, conforme composição percentual de Tetrahidrocanabidiol (THC);

CONSIDERANDO as revisões científicas sobre as aplicações terapêuticas e segurança do uso do canabidiol realizada em dezembro de 2020 e em agosto de 2022;

CONSIDERANDO a necessidade de controle tanto dos pacientes quanto dos médicos envolvidos com a terapêutica do uso do canabidiol;

CONSIDERANDO, finalmente, o que ficou decidido na Sessão Plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 11 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar a prescrição do canabidiol (CBD) como terapêutica médica, se indicadas para o tratamento de epilepsias na infância e adolescência refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.

Parágrafo único. Os pacientes submetidos ao tratamento com o canabidiol, ou seus responsáveis legais, deverão ser esclarecidos sobre os riscos e benefícios potenciais do tratamento por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I).

Art. 2º É vedado ao médico a prescrição da Cannabis in natura para uso medicinal, bem como quaisquer outros derivados que não o canabidiol.

Parágrafo único. O grau de pureza do canabidiol e sua forma de apresentação devem seguir as determinações da Anvisa.

Art. 3º É vedado ao médico:

I - a prescrição de canabidiol para indicação terapêutica diversa da prevista nesta Resolução, salvo em estudos clínicos autorizados pelo Sistema CEP/CONEP.

II - ministrar palestras e cursos sobre uso do canabidiol e/ou produtos derivados de Cannabis fora do ambiente científico, bem como fazer divulgação publicitária.

Art. 4º Esta resolução deverá ser revista no prazo de 3 (três) anos a partir da data de sua publicação, quando deverá ser avaliada a literatura científica.

Art. 5º Revoga-se a Resolução CFM nº 2113/2014, publicada no D.O.U. de 16 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 183.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO
Presidente do Conselho

DILZA TERESINHA AMBRÓS RIBEIRO
Secretária-Geral

ANEXOS:

ANEXO I: MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO II: GLOSSÁRIO

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Os dados abaixo visam orientá-lo(a), fornecendo-lhe informações importantes sobre o uso do canabidiol indicado pelo seu médico e os possíveis riscos associados.

DECLARAÇÃO DO PACIENTE

Eu, ...; portador da cédula de identidade n°....., ou meu representante legal, ..., portador(a) da cédula de identidade n° ....., declaro, para os devidos fins e efeitos de direito, que tomei conhecimento de que sou portador da enfermidade ..... .

Após a avaliação e investigação diagnóstica pelo médico ....., fui informado sobre as possíveis opções de tratamento dos sintomas em decorrência da minha enfermidade. De acordo com o médico acima, de minha escolha, as medidas terapêuticas adequadas foram adotadas anteriormente a esta proposta de tratamento medicamentoso que estou escolhendo, tendo sido caracterizada a condição de REFRATARIEDADE MEDICAMENTOSA às medicações habituais e aprovadas para o controle clínico de minha doença.

REFRATARIEDADE MEDICAMENTOSA é definida quando pelo menos dois medicamentos, escolhidos e utilizados de maneira apropriada e em doses terapêuticas, não melhoraram de forma significativa os sintomas de minha doença, mesmo sem produzir efeitos colaterais significativos.

O médico me informou que alguns estudos sugerem que essa substância extraída da maconha (planta Cannabis sativa), chamada canabidiol (ou CBD), não produz os efeitos típicos da maconha e pode melhorar os sintomas que venho apresentando.

Fui igualmente informado de que, a exemplo de quaisquer outros procedimentos médicos, o medicamento proposto (CANABIDIOL) não é isento de riscos ou agravos à minha saúde. Os efeitos indesejáveis mais conhecidos, até o momento, são: sonolência, fraqueza e alterações do apetite, no entanto, efeitos em prazo mais longo ainda não foram adequadamente estudados. Além disso, o canabidiol pode

interferir com a quantidade no sangue das medicações que estou utilizando, o que pode diminuir a eficiência delas ou aumentar seus efeitos colaterais indesejáveis.

Estou ciente que durante o tratamento podem surgir complicações de diferentes naturezas, como efeitos colaterais ainda não descritos ou reações alérgicas inesperadas.

Fui informado que o canabidiol ainda não é registrado como medicação, sendo sua prescrição indicada na situação de ausência de resposta de minha doença às outras medicações disponíveis. Também fui informado que o médico responsável poderá responder às minhas dúvidas quando necessário.

Sou igualmente sabedor que, apesar do empenho do meu médico, não existe garantia absoluta no resultado desta medicação com relação à melhora dos sintomas da minha doença.

Data Assinatura do Paciente

Assinatura do Representante Legal

Nome completo do médico

ANEXO II

GLOSSÁRIO

Ambiente científico: congresso nacional realizado por Sociedade de Especialidade vinculada à Associação Médica Brasileira (AMB).

Programa de Acesso Expandido: programa de disponibilização de medicamento novo, promissor, ainda sem registro na Anvisa ou não disponível comercialmente no país, que esteja em estudo de fase III em desenvolvimento ou concluído, destinado a um grupo de pacientes portadores de doenças debilitantes graves e/ou que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados.

Fases de desenvolvimento de medicamentos para uso medicinal em humanos:

Fase I (Primeiro Estudo em Seres Humanos): é o primeiro estudo universalmente aceito em seres humanos, embora em pequeno grupo de voluntários sadios. Objetiva estabelecer uma avaliação preliminar da segurança e do perfil farmacocinético do novo fármaco.

Fase II (Estudo Terapêutico Piloto): estudo realizado com número limitado (pequeno) de pacientes (pessoas afetadas pela doença). Objetiva demonstrar a atividade farmacodinâmica e estabelecer, em curto prazo, a segurança do princípio ativo e também estabelecer as relações dose-resposta, com o objetivo de obter dados sólidos para consubstanciar os estudos posteriores.

Fase III (Estudo Terapêutico Ampliado): estudo realizado com grandes e variados grupos de pacientes. Objetiva determinar o risco-benefício a curto e longo prazo das formulações do princípio ativo e seu valor terapêutico relativo, além de explorar o perfil das reações adversas e características especiais: interações farmacológicas e biodisponibilidade.

Fase IV (Estudo Pós-Comercialização): estudo realizado com base nas características que autorizaram o novo medicamento. Objetiva fazer uma vigilância pós-comercialização para estabelecer o valor terapêutico, o surgimento de novas reações adversas, suas frequências e as estratégias de tratamento.

O Ato de Droga Orfã (DO) do FDA: prevê a concessão de um estatuto especial a um medicamento ou produto biológico ("droga") para o tratamento de uma doença rara ou condição a pedido de um patrocinador. Para um medicamento se qualificar para designação de medicamento órfão, tanto a droga e a doença quanto a condição devem atender a certos critérios especificados do FDA previstos na "21 CFR § 316". Órfão qualifica o patrocinador da droga para vários incentivos de desenvolvimento da ODA, incluindo os créditos fiscais para testes clínicos qualificados. Um pedido de comercialização para um medicamento de prescrição que recebeu designação de medicamento órfão não o torna sujeito a taxas de utilização de drogas de prescrição, a menos que o aplicativo inclua uma indicação de que não seja a doença ou condição rara para a qual a droga foi também designada.

Síndrome de Dravet: a epilepsia mioclônica grave é caracterizada por crises febris do tipo clônica, generalizadas ou unilaterais, geralmente prolongadas durante o primeiro ano de vida, e crises mioclônicas entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de vida. A partir do início das crises mioclônicas, ocorre um atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, atraso de linguagem, ataxia em 80% dos casos e hiperreflexia. As crises epilépticas são de difícil controle medicamentoso. O EEG mostra no início do quadro atividade teta rítmica de 4 Hz a 5 Hz nas regiões centro-parietais; tardiamente o EEG mostra complexos ponta-onda e polipontas-onda, por vezes, multifocal.

Síndrome de Lennox-Gastaut: é uma forma grave de epilepsia, caracterizada por diferentes tipos de crises epilépticas recorrentes, frequentemente associadas a retardo mental e a um padrão eletroencefalográfico característico, constituído por alentecimento da atividade de base, presença de complexos lentos ponta-onda (1,5 Hz a 2,5 Hz) de projeção difusa e predomínio anterior, além de descargas por polipontas (trem de espículas) de projeção difusa no registro eletroencefalográfico realizado em sono. A Síndrome de Lennox-Gastaut é responsável por 2% a 3% das epilepsias da infância. Geralmente ocorre em crianças de 1 (um) a 7 (sete) anos, principalmente na idade pré-escolar.

Síndrome de Doose: é uma epilepsia com crises mioclônico-astática, ocorre em 0,2% das crianças com epilepsia, apresenta características semelhantes à Síndrome de Lennox-Gastaut, na qual o retardo mental pode ser evitado com o controle adequado das crises epilépticas. A epilepsia inicia entre 2 (dois) e 5 (cinco) anos de idade, caracterizada por crises epilépticas do tipo dropattacks, mas outros tipos de crises podem estar associados. O EEG mostra ondas do tipo teta em região parietal. As crises epilépticas geralmente estão associadas com o declínio do desenvolvimento neuropsicomotor, podendo levar ao retardo mental e ataxia.

Epilepsia resistente ao tratamento: as que se enquadram na definição proposta pela International League Against Epilepsy (ILAE). (Fisher RS et al. A practical clinical definition of epilepsy. Epilepsia. 2014; 55:475-82): falha de resposta a adequado ensaio clínico com dois anticonvulsivantes tolerados e apropriadamente usados (seja como monoterapia ou em combinação) para alcançar remissão de crises de modo sustentado.

Berg et al. (1996) consideram uma criança portadora de epilepsia de difícil controle medicamentoso quando apresenta pelo menos uma crise epiléptica por mês, por um período mínimo de 2 (dois) anos e que, durante esse período, três diferentes drogas antiepilépticas foram utilizadas em monoterapia ou politerapia. (9 - BERG AT; LEVY SR; NOVOTNY EJ; SHINNAR S. Predictors of intractable epilepsy in childhood: a case-control study. Epilepsia. 1996;37(1):24-30)

REFERÊNCIAS:

Ames FR, Cridland S. Anticonvulsant effect of cannabidiol. S Afr Med J. 1986;69(1):14.

Berg AT, Zelko FA, Levy SR, et al. Age at onset of epilepsy, pharmacoresistance, and cognitive outcome: a prospective cohort study. Neurology 2012;79:1384-1391.

Bergamaschi MM1, Queiroz RH, Zuardi AW, Crippa JA. Safety and side effects of cannabidiol, a Cannabis sativa constituent.Curr Drug Saf. 2011 Sep 1;6(4):237-49.

Beyenburg, S., Stavem, K. & Schmidt, D. Placebo-corrected efficacy of modern antiepileptic drugs for refractory epilepsy: systematic review and meta-analysis. Epilepsia 51, 7-26 (2010).

Bhattacharyya S, Morrison PD, Fusar-Poli P, et al. Opposite effects of delta-9-tetrahydrocannabinol and cannabidiol on human brain function and psychopathology. Neuropsychopharmacology 2010; 35: 764-74.

Bornheim LM, Everhart ET, Li J, Correia MA. Characterization of cannabidiol mediated cytochrome P450 inactivation. BiochemPharmacol 1993;45:1323-31.

Bornheim LM, Everhart ET, Li J, Correia MA. Induction and genetic regulation of mouse hepatic cytochrome P450 by cannabidiol. Biochem Pharmacol 1994; 48(1): 161-71.

Brodie, M. J., Barry, S. J., Bamagous, G. A., Norrie, J. D. & Kwan, P. Patterns of treatment response in newly diagnosed epilepsy. Neurology 78, 1548-1554 (2012).

Carlini EA & Cunha.Hypnotic and antiepileptic effects of cannabidiol.J. Clin. Pharmacol. 1981; 21: 417-427.

Carlini, E.A., Leite, J.R., Tannhauser, M., &Berardi, A.C. (1973). Cannabidiol and Cannabis sativa extract protect mice and rats against convulsive agents. Journal of Pharmacy and Pharmacology, 25 (8), 664-665.

Comelli F, Giagnoni G, Bettoni I, Colleoni M, Costa B. Antihyperalgesic effect of a Cannabis sativa extract in a rat model of neuropathic pain: mechanisms involved. Phytother Res 2008; 22(8): 1017-24.

Consroe P, Laguna J, Allender J, et al. Controlled clinical trial of cannabidiol in Huntington's disease. PharmacolBiochemBehav 1991; 40(3): 701-8.

Consroe, P., & Wolkin, A. (1977).Cannabidiol - antiepileptic drug comparisons and interactions in experimentally induced seizures in rats. Journal of Pharmacology and Experimental Therapeutics, 201 (1), 26-32.

Consroe, P., Benedito, M.A., Leite, J.R., Carlini, E.A., &Mechoulam, R. (1982).Effects of cannabidiol on behavioral seizures caused by convulsant drugs or current in mice. European Journal of Pharmacology, 83 (3-4), 293-298.

Cunha JM, Carlini EA, Pereira AE, Ramos OL, Pimentel G, Gagliardi R, Sanvito EL, Lander N, Mechoulam R. Chronic administration of cannabidiol to healthy volunteers and epileptic patients. Pharmacology. 1980;21(3):175-85.

Devinsky O, Cilio MR, Cross H, Fernandez-Ruiz J, French J, Hill C, Katz R, Di Marzo V, Jutras-Aswad D, Notcutt WG, Martinez-Orgado J, Robson PJ, Rohrback BG, Thiele E, Whalley B, Friedman D. Cannabidiol: pharmacology and potential therapeutic role in epilepsy and other neuropsychiatric disorders. Epilepsia. 2014 Jun;55(6):791-802.

Devinsky O, Vickrey BG, Cramer J, et al. Development of the quality of life in epilepsy inventory.Epilepsia 1995;36:1089-1104.

Fisher RS, Acevedo C, Arzimanoglou A, Bogacz A, Cross JH, Elger CE, Engel J Jr, Forsgren L, French JA, Glynn M, Hesdorffer DC, Lee BI, Mathern GW, Moshé SL, Perucca E, Scheffer IE, Tomson T, Watanabe M, Wiebe S. ILAE official report: a practical clinical definition of epilepsy. Epilepsia. 2014;55(4):475-82.

Garzon E. Rev. Neurociências 10(2): 66-82, 2002.

Giuffrida A, Leweke FM, Gerth CW, et al. Cerebrospinal anandamide levels are elevated in acute schizophrenia and are inversely correlated with psychotic symptoms. Neuropsychopharmacology 2004, 29:2108-14.

Gloss D, Vickrey B. Cannabinoids for epilepsy. Cochrane Database of Systematic Reviews 2012, Issue 6. Art. No.: CD009270.

Guimarães VM, Zuardi AW, Del Bel EA, Guimarães FS. Can- nabidiol increases Fos expression in the nucleus accumbens but not in the dorsal striatum. Life Sci 2004; 75: 633-8.

GW Pharmaceuticals Announces Physician Reports of Epidiolex® Treatment Effect in Children and Young Adults with Treatment-Resistant Epilepsy from Physician-Led Expanded Access Treatment. 2014 http://www.gwpharm.com

Hawksworth G, McArdle K. Metabolism and pharmacokinetics of cannabinoids. London, UK: Pharmaceutical Press; 2004.

Hayakawa K, Mishima K, Nozako M, Ogata A, Hazekawa M, Liu AX, Fujioka M, Abe K, Hasebe N, Egashira N, Iwasaki K, Fujiwara M. Repeated treatment with cannabidiol but not Delta9-tetrahydrocannabinol has a neuroprotective effect without the development of tolerance. Neuropharmacology.2007 Mar;52(4):1079-87.

Hollister LE. Cannabidiol and cannabinol in man.Experientia. 1973;29(7):825-6.

Izquierdo, I., Orsingher, O.A., &Berardi, A.C. (1973). Effect of cannabidiol and of other Cannabis sativa compounds on hippocampal seizure discharges.Psychopharmacologia, 28 (1), 95-102.

Izzo AA, Borrelli FH, Capasso R, Di Marzo V, Mechoulam R. Non-psychotropic plant cannabinoids: new therapeutic opportunities from an ancient herb. Trends Pharmacol Sci. 2009 Oct;30(10):515-27.

Jones, N.A., Glyn, S.E., Akiyama, S., Hill, T.D., Hill, A.J., Weston, S.E., Burnett, M.D., Yamasaki, Y., Stephens, G.J., Whalley, B.J., & Williams, C.M. (2012).Cannabidiol exerts anti-convulsant effects in animal models of temporal lobe and partial seizures. Seizure, 21 (5), 344-352.

Jones, N.A., Hill, A.J., Smith, I., Bevan, S.A., Williams, C.M., Whalley, B.J., & Stephens, G.J. (2010).Cannabidiol displays antiepileptiform and antiseizure properties in vitro and in vivo. Journal of Pharmacology and Experimental Therapeutics, 332 (2), 569-577.

LeightyEG.Metabolism and distribution of cannabinoids in rats after different methods of administration.BiochemPharmacol 1973;22:1613-21.

Leweke FM, Piomelli FM, Pahlisch F, Muhl D, Gerth CW, Hoyer C, Klosterkötter J, Hellmich M, Koethe D. Cannabidiol enhances anandamide signaling and alleviates psychotic symptoms of schizophrenia. Translational Psychiatry 2012, e94.

Löscher W, Klitgaard R, Twymana RE, Schmidt D.New avenues for anti-epileptic drug discovery and development.Nature Review 2013. 12: 757 - 776.

Löscher, W. & Schmidt, D. Modern antiepileptic drug development has failed to deliver: ways out of the current dilemma. Epilepsia 52, 657-678 (2011).

Martin-Santos R, Crippa JA, Batalla A, Bhattacharyya S, Atakan Z, Borgwardt S, Allen P, Seal M, Langohr K, Farré M, Zuardi AW, McGuire PK. Acute effects of a single, oral dose of d9-tetrahydrocannabinol (THC) and cannabidiol (CBD) administration in healthy volunteers.Curr Pharm Des. 2012;18(32):4966-79.

Mechoulam R and Shvo Y. Tetrahedron, The structure of cannabidiol.19, 2073-2078 (1963).

Perez-Reyes M, Timmons MC, Dauls KH, Wall ME. A comparison of the pharmacological activity in man of the intravenously administered delta9 - tetrahydrocannabinol, cannabinol and cannabidiol.Experientia. 1973;29(11):1368-9.

Porter, B.E., & Jacobson, C. (2013).Report of a parent survey of cannabidiol-enriched cannabis use in pediatric treatment-resistant epilepsy. Epilepsy and Behavior, 29 (3), 574-577.

Schmidt, D. & Sillanpää, M. Evidence-based review on the natural history of the epilepsies. Curr.Opin.Neurol. 25, 159-163 (2012).

Shirazi-zand, Z., Ahmad-Molaei, L., Motamedi, F., & Naderi, N. (2013). The role of potassium BK channels in anticonvulsant effect of cannabidiol in pentylenetetrazole and maximal electroshock models of seizure in mice. Epilepsy and Behavior, 28 (1), 1-7.

Sillanpää, M. & Schmidt, D. Natural history of treated childhood-onset epilepsy: prospective, long-term population-based study. Brain 129, 617-624 (2006).

Trembly B, Sherman M. Double-blind clinical study of cannabidiol as a secondary anticonvulsant.Marijuana '90 International Conference on Cannabis and Cannabinoids; 1990 July 8-11; Kolympari, Crete.

Turkanis, S.A., Cely, W., Olsen, D.M., &Karler, R. (1974).Anticonvulsant properties of cannabidiol. Research Communication in Chemical Pathology and Pharmacology, 8 (2), 231-246.

Yamaori S, Kushihara M, Yamamoto I, Watanabe K. Cannabidiol, a Major Phytocannabinoid, As a Potent Atypical Inhibitor for CYP2D6. Drug Metabolism And Disposition, 36 (1): 2049-2056.

Yamaori S, Kushihara M, Yamamoto I, Watanabe K. Characterization of major phytocannabinoids, cannabidiol and cannabinol, as isoform-selective and potent inhibitors of human CYP1 enzymes. Biochemical Pharmacology 79 (2010) 1691-1698.

Zuardi AW, Crippa J, Hallak J, et al. Cannabidiol for the treatment of psychosis in Parkinson's disease. J Psychopharmacol 2009; 23(8): 979-983.

Zuardi AW, Hallak JE, Dursun SM, et al. Cannabidiolmonotherapy for treatment-resistant schizophrenia. J Psychopharmacol. 2006; 20(5): 683-6.

Zuardi AW, Morais SL, Guimarães FS, Mechoulam R. Anti- psychotic effect of cannabidiol. J Clin Psychiatry 1995; 56(10): 485-6.

Zuardi AW. Cannabidiol: from an inactive cannabinoid to a drug with wide spectrum of action.RevBras Psiquiatr. 2008 Sep;30(3):271-80.

RIZZUTTI, S et al. Rev. Neurociências 8(3): 108-116, 2000

Dravet C, Bureau M, Guerrini R, Giraldi N, Roger P. Severe myoclonic epilepsy in infants. In: Roger P, Bureau M, Dravet C, Dreifuss FE, Perret A, Wolf P (eds.). Epileptic syndromes in infancy, childhood and adolescense, 2 ed. John Libbey, 1992, 75-88.

Dulac O & N' Guyen T.The Lennox-Gastaut syndrome.Epilepsia, 34(suppl. 7):S7-S17, 1993.

Sampaio, Letícia Pereira de Brito. Estudo da prevalência de epilepsia em crianças e adolescentes da comunidade de Paraisópolis / Letícia Pereira de Brito Sampaio. -- São Paulo, 2009. Tese(doutorado)--Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Bourgeois BF.General concepts of medical intra- ctability. In: Lüders HO, Comair YG, (eds.). Epilepsy surgery, 2nd ed. Philadelphia, Lippincott Williams & Wilkins, 2001, 63-8.

Schmidt D, Richter K. Alternative single anticonvulsant drug therapy for refractory epilepsy. Ann Neurol, 19:85- 7, 1986.

Kwan P. Epilepsia, 51(6):1069-1077, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 621, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e padrões para garantir um ambiente digital e não digital controlado, eficiente e seguro, de forma a oferecer todas as informações necessárias à classe contábil e à sociedade com integridade, confidencialidade e disponibilidade;

Considerando que o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul recebe e produz informações de caráter e procedência diversos, as quais devem permanecer íntegras, disponíveis e, nas situações em que a observância for obrigatória, com o sigilo resguardado;

Considerando que as informações no CRCRS são armazenadas em diferentes formas, veiculadas em diferentes meios físicos e eletrônicos, portanto vulneráveis a incidentes como casos fortuitos e de força maior, acessos não autorizados, mau uso, falhas de equipamentos, extravio e furto;

Considerando o número progressivo de incidentes cibernéticos no ambiente da rede mundial de computadores e a necessidade de processos de trabalho orientados para a boa gestão da segurança a informação;

Considerando a Lei Federal nº 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de 14 de agosto de 2018, que "dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural";

Considerando o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação, em especial o inciso II do Art. 15;

Considerando o Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

Considerando a Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

Considerando a Resolução Conarq nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar);

Considerando a Resolução Conarq nº 38, de 9 de julho de 2013, que dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações";

Considerando a Recomendação Técnica do Arquivo Nacional n.º 2, de junho de 2019, que dispõe sobre as Recomendações para Elaboração de Política de Preservação Digital;

Considerando a necessidade de estabelecer responsabilidade internas quanto ao armazenamento de dados, documentos e arquivos, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), nos termos do Anexo desta Resolução.

Paragrafo único. Todos os instrumentos normativos gerados a partir da Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) são partes integrantes desta e emanam dos princípios e diretrizes nela estabelecidos.

Art. 2º A Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul se aplica a todos os conselheiros, empregados, estagiários, prestadores de serviços e, quando aplicável, a terceiros e a quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRCRS e que tenham acesso a qualquer documento, arquivo e meio de informação e comunicação, obrigando-os ao cumprimento de suas diretrizes para manuseio, tratamento, controle, proteção das informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos pelos sistemas de informação ou por meio de outros recursos.

Art. 3º A íntegra da Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul será disponibilizada em seu Portal e em sua intranet.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO - POLÍTICA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, DOCUMENTOS E ARQUIVOS (PADDA) DO CRCRS

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

SEÇÃO I - Das Premissas

Art. 1º As normas desta política aplicam-se aos conselheiros, empregados, colaboradores, bem como a quaisquer pessoas que tenham acesso a dados, arquivos e documentos do CRCRS.

Art. 2º A Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) tem por objeto:

I - garantir condições para que os conselheiros, empregados, colaboradores e, quando aplicável, terceiros e quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRCRS sejam orientados sobre a existência e a utilização dos instrumentos normativos, procedimentos e controles de uso e armazenamento adotados pelo CRCRS.

Art. 3º As diretrizes desta política visam assegurar que dados, documentos e arquivos digitais e não digitais de uso sensível e/ou sigiloso sejam removidos do espaço de trabalho do usuário e guardados quando não estiverem em uso ou em períodos de ausência do usuário.

Art. 4º As diretrizes desta política visam assegurar que dados, documentos e arquivos de uso sensível e/ou sigiloso digitais sejam armazenados de modo a garantir a sua recuperação, integridade e autenticidade, para que possam servir de fonte de prova e informação.

SEÇÃO II - Dos Objetivos

Art. 5º Esta política tem o objetivo de estabelecer as melhores práticas para o manuseio e o armazenamento de documentos não digitais e arquivos digitais do CRCRS.

Parágrafo único. A PADDA está alinhada às estratégias instituticionais, com a política de governança, com a gestão de riscos e com os normativos que regem a matéria.

Art. 6º A PADDA trata do uso e do armazenamento de dados, arquivos e documentos no âmbito do CRCRS, em todo o seu ciclo de vida, objetivando à continuidade de seus processos, em conformidade com a legislação vigente, normas, requisitos regulamentares e contratuais, valores éticos e as melhores práticas de segurança da informação armazenadas no âmbito do CRCRS.

Art. 7º Para a segurança do uso e do armazenamento da informação no CRCRS, serão rigorosamente observados o compromisso institucional com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob sua guarda, a participação e o cumprimento por todos os colaboradores em todo o processo e o disposto neste normativo, nas disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes.

SEÇÃO III - Dos Princípios Básicos

Art. 8º A PADDA do CRCRS orienta-se pelos seguintes princípios básicos:

I - o CRCRS deve desempenhar o papel de um custodiador de confiança;

II - o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul é responsável pela custódia física e legal dos documentos digitais e não digitais a ele recolhidos e inseridos nos repositórios do CRCRS como um custodiador de confiança, a PADDA deve possibilitar que o CRCRS possa:

a) atuar com neutralidade, ou seja, demonstrar que não tem razões para alterar os documentos sob sua custódia e que não permitirá que outros alterem esses documentos, acidental ou propositalmente;

b) implantar um sistema de uso, armazenamento e preservação confiável, capaz de garantir autenticidade dos documentos.

III - garantir a preservação de todos os componentes digitais e não digitais dos documentos produzidos, recebidos e armazenados de modo a permitir a apresentação desses documentos no futuro;

IV - o grau de sigilo e a restrição de acesso à informação sensível relacionados aos documentos produzidos, recebidos e armazenados têm que ser identificados explicitamente e garantidos pelo CRCRS;

V - gerenciar, no repositório, a permissão de acesso de documentos com grau de sigilo e/ou que registrem informação sensível, de acordo com legislação vigente e as normas de controle de acesso definidas no âmbito do CRCRS. Essas restrições devem ser registradas em metadados e procedimentos de acesso às áreas de armazenamento de dados, documentos e arquivos do CRCRS.

SEÇÃO IV - Da Abrangência

Art. 9º O disposto neste instrumento aplicar-se-á a todos os conselheiros, empregados e colaboradores que prestem serviços ao CRCRS e que tenham acesso a qualquer informação ou comunicação, obrigando-os ao cumprimento de suas diretrizes para manuseio, tratamento, controle, proteção das informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos pelos sistemas de informação.

CAPÍTULO II - Dos Conceitos e da Classificação das Informações

SEÇÃO I - Dos Conceitos e das Definições

Art. 10. Para os efeitos desta Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos entende-se por:

I - Acessibilidade: facilidade no acesso ao conteúdo e ao significado de um objeto digital;

II - Armazenamento digital: guarda de documentos digitais em dispositivos de memória não volátil;

III - Armazenamento: guarda de documentos em local apropriado;

IV - Arquivamento: sequência de operações intelectuais e físicas que visam à guarda ordenada de documentos;

V - Arquivo Digital: conjunto de bits que formam uma unidade lógica interpretável por um programa de computador e armazenada em suporte apropriado;

VI - Ativo de informação: qualquer dispositivo de software ou hardware que agrega valor ao negócio e compõe a infraestrutura de rede de dados do CRCRS, assim como também os locais onde se encontram estes dispositivos, gestão do pessoal que a eles possuem acesso, além dos processos envolvidos na gestão e operacionalização dos ativos de informação;

VII - Banco de Dados: um sistema de armazenamento de dados, ou seja, um conjunto de registros que tem como objetivo organizar e guardar as informações;

VIII - Computação em nuvem: modelo computacional que permite acesso, por demanda e independente da localização, a conjunto compartilhado de recursos configuráveis de computação (rede de computadores, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços), provisionados com esforços mínimos de gestão ou interação com o provedor de serviços;

IX - Confidencialidade: propriedade de que a informação não será disponibilizada ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização;

X - Controle de acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso do usuário;

XI - Cópia de Segurança: guarda de dados em um meio separado do original, de forma a protegê-los de qualquer eventualidade;

XII - Custódia: responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade;

XIII - Custodiante da informação: usuário que atua em uma ou mais fases do tratamento da informação, recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, incluindo a sigilosa;

XIV - Disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por um usuário autorizado;

XV - Dispositivos móveis: equipamentos portáteis, dotados de capacidade computacional e dispositivos removíveis de memória para armazenamento, entre eles, notebooks, netbooks, smartphones, tablets, pen drives, USB drives, HD externos e cartões de memória;

XVI - Documento arquivístico: documento produzido ou recebido no curso de uma atividade prática como instrumento ou resultado dessa atividade, retido para ação ou referência;

XVII - Documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional;

XVIII - Documento não Digital: documento que se apresenta em suporte, formato e codificação diferente dos digitais, tais como: documentos em papel, documentos em películas e documentos eletrônicos analógicos;

XIX - Fidedignidade: credibilidade de um documento arquivístico como uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção;

XX - Gestão de Segurança da Informação: ações e métodos que visam à integração das atividades de gestão de riscos, gestão de continuidade do negócio, tratamento de incidentes, tratamento da informação, conformidade, credenciamento, segurança cibernética, segurança física, segurança lógica, segurança orgânica e segurança organizacional aos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos, não se limitando, portanto, à Tecnologia da Informação;

XXI - Incidente de segurança: evento ou conjunto de eventos de segurança da informação, indesejados ou inesperados, confirmados ou sob suspeita, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações e ameaçar a segurança da informação;

XXII - Informação: conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação dotadas de significado em determinado contexto, independentemente do meio em que resida ou da forma pela qual seja veiculado;

XXIII - Integridade: propriedade de salvaguarda da exatidão e completeza da informação contra alterações, intencionais ou acidentais, em seu estado e atividades;

XXIV - Metadados: dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

XXV - Política de Segurança da Informação: documento aprovado pela autoridade responsável pelo órgão, com objetivo de fornecer diretrizes, critérios e suporte administrativo suficientes à implementação da segurança da informação;

XXVI - Preservação: prevenção da deterioração e danos em documentos, documentos por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico;

XXVII - Preservação digital: conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário;

XXXVIII - Público-Alvo: conjunto de usuários internos e externos atendidos pela Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes;

XXIX - Recurso Criptográfico: sistemas, programas, processos e equipamento isolado ou em rede que utiliza algoritmo simétrico ou assimétrico para realizar a cifração ou decifração;

XXX - Repositório arquivístico digital: repositório digital que armazena e gerencia documentos arquivísticos, seja nas idades corrente e intermediária, seja na idade permanente;

XXXI - Repositório arquivístico digital confiável: é o repositório que deve ser capaz de atender aos procedimentos arquivísticos em suas diferentes fases e aos requisitos de um repositório digital confiável;

XXXII - Repositório digital: complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos;

XXXIII - Repositório digital confiável: é um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário;

XXXIV - Risco: possibilidade potencial de uma ameça comprometer a informação ou o sistema de informação pela exploração da vulnerabilidade;

XXXV - Segurança da Informação: ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;

XXXVI - Tratamento da informação: recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, inclusive as sigilosas;

XXXVII - Unidade Gestora de Segurança da Informação: é a unidade responsável pela gestão de segurança da informação no CRCRS;

XXXVIII - Unidade Organizacional: unidade em que está lotado o empregado, assessor, terceirizado, estagiário ou aprendiz;

XXXIX - Usuários: pessoa física ou jurídica que opera algum sistema informatizado do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul;

XL - Vulnerabilidade: fragilidade de um ativo ou grupo de ativos de informação que pode ser explorada negativamente por uma ou mais ameaças.

SEÇÃO II - Da Classificação das Informações

Art. 11. A classificação e o tratamento da informação, realizados por meio de procedimento definido, abrange informações provenientes dos serviços essenciais de Tecnologia da Informação do CRCRS.

Parágrafo único. As informações devem ser classificadas de forma a permitir tratamento diferenciado de acordo com o seu grau de importância, criticidade, sensibilidade e em conformidade com requisitos legais.

Art. 12. As informações devem ser classificadas e identificadas por rótulos, considerando os seguintes níveis:

I - Pública: são informações explicitamente aprovadas por seu responsável para consulta irrestrita e cuja divulgação externa não compromete o negócio e que, por isso, não necessitam de proteção efetiva ou tratamento específico. Exemplo: editais de licitação, agendas e rotinas;

II - Interna: são informações disponíveis aos colaboradores do CRCRS para a execução de suas tarefas rotineiras, não se destinando, portanto, ao uso do público externo, em especial, memorandos, portarias, procedimentos internos, avisos e campanhas internas;

III - Sigiloso: são informações de acesso restrito a um colaborador ou grupo de colaboradores. Sua revelação pode violar a privacidade de indivíduos, violar acordos de confidencialidade, dentre outros, em especial, processos judiciais e dados cadastrais de colaboradores;

IV - Sigiloso/Restrito: são informações de acesso restrito a um colaborador ou grupo de colaboradores que, obrigatoriamente, são destinatários. Em geral, informações associadas ao interesse estratégico do CRCRS estão restritas ao presidente, à diretoria, aos coordenadores, gerentes e colaboradores, cujas funções requeiram conhecê-las.

CAPÍTULO III - Das Competências, Atribuições e Responsabilidades

SEÇÃO I - Das Competências

Art. 13. À Seção de TI do CRCRS compete:

I - promover e estruturar a preservação e o armazenamento dos documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, que devem estar associadas a um repositório digital confiável. Os arquivos devem dispor de repositórios digitais confiáveis para a gestão, a preservação e o acesso de documentos digitais;

II - elaborar plano de ação para disponibilizar os repositórios digitais confiáveis para a gestão, a preservação e o acesso de documentos digitais, de acordo com as diretrizes previstas na Resolução n.º 39, de 29 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq);

III - implantar os parâmetros para repositórios arquivísticos digitais confiáveis, de forma a garantir a autenticidade, identidade, integridade, confidencialidade, disponibilidade, o acesso e a preservação, tendo em vista a perspectiva da necessidade de manutenção dos acervos documentais por longos períodos de tempo ou, até mesmo, permanentemente.

SEÇÃO II - Das Responsabilidades

SUBSEÇÃO I - Dos Usuários

Art. 14. Os usuários e quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRCRS e tenham acesso ao ambiente de uso e armazenamento de dados, documentos e arquivos digitais e não digitais do Conselho, têm as seguintes responsabilidades:

I - ter pleno conhecimento e cumprir fielmente esta política, as normas e os procedimentos de uso e armazenamento do CRCRS;

II - solicitar esclarecimentos ao Comitê Gestor de Implantação da LGPD, em caso de dúvidas relacionadas à esta Política;

III - gerenciar os dados, documentos e arquivos digitais e não digitais sob sua responsabilidade e garantir que os dados, documentos e arquivos não digitais ou digitais, equipamentos e recursos tecnológicos à sua disposição permaneça seguro;

IV - armazenar documentos não digitais em ambientes seguros, não devendo permanecer sobre a mesa de trabalho do usuário quando não estiver em uso, ou em locais onde pessoas, não autorizadas tenham acesso ao seu conteúdo;

V - remover do espaço de trabalho dados, informações, documentos e arquivos sensíveis e/ou sigilosas quando ausente e ao final do dia de trabalho;

VI - manter trancados armários com documentos sensíveis e/ou sigilosos quando não estiverem em uso;

VII - manter em sigilo as chaves/senhas/credenciais usadas para acesso a informações, documentos e arquivos sensíveis.

VIII - evitar a impressão de documentos que contenham informações sensíveis e/ou sigilosas. Em caso de impressão, remover imediatamente da impressora;

IX - restituir prontamente os documentos recebidos por empréstimo de outras unidades, quando não forem mais necessários;

X - utilizar recursos de criptografia e guardar em locais seguros de armazenamento documentos que contenham informações sensíveis e/ou sigilosas;

XI - salvar e armazenar dentro da pasta ou unidade lógica específicas, documentos que contenham dados pessoais.

XII - zelar pela custódia de dados e informações institucionais e evitar o salvamento de conteúdos e informações pessoais em máquinas e espaço físico do Conselho;

XIII - tratar terminais particulares como se institucionais fossem;

XIV - garantir que todas as informações não digitais e digitais, sejam mantidas e armazenadas em local seguro quando não estiverem em uso;

XV - armazenar os documentos que contenham dados pessoais somente pelo período necessário ao seu uso ou cumprimento do seu dever legal e prazos de guarda e locais indicados na Tabela de Temporalidade de Documentos utilizada no CRCRS;

XVI - seguir os procedimentos e a legislação vigente para a eliminação de documentos digitais e não-digitais do CRCRS;

XVII - estar ciente de que toda informação digital ou não digital armazenada, processada e transmitida no ambiente computacional ou físico do CRCRS pode ser auditada.

SUBSEÇÃO II - Do Custodiante

Art. 15. Ao Custodiante da Informação cabem as seguintes responsabilidades:

I - cumprir e zelar pela observância integral das diretrizes desta política e demais normas e procedimentos decorrentes;

II - zelar pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações e recursos em qualquer suporte sob sua custódia, conforme condições estabelecidas nesta política e demais normas e procedimentos referentes ao uso e armazenamento de dados, documentos e arquivos;

III - participar de capacitação e treinamento em procedimentos de uso e armazenamento de dados, documentos e arquivos, quando convocado;

IV - proteger as informações contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada;

V - comunicar prontamente ao seu gestor imediato e ao Comitê de Segurança da Informação qualquer incidente de que tenha conhecimento ou situações que comprometam a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações armazenadas.

SUBSEÇÃO III - Dos Gestores das Unidades Organizacionais

Art. 16. Os Gestores das Unidades Organizacionais são responsáveis por:

I - ter postura exemplar em relação ao uso e armazenamento de dados, documentos e arquivos para servir como modelo de conduta para os colaboradores sob sua gestão;

II - cumprir e fazer cumprir esta política;

III - adotar os procedimentos necessários sempre que identificar descumprimentos da política.

CAPÍTULO IV - Da Divulgação e Atualização

Art. 17. Esta política e suas atualizações, após publicação, deverão ser amplamente divulgadas aos usuários e disponibilizadas no portal do CRCRS e em sua intranet, sendo consideradas um documento de relevante interesse público.

Art. 18. Esta Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos deverá ser revisada sempre que se fizer necessário.

CAPÍTULO V - Das Disposições Finais

Art. 19. Os casos omissos desta política serão resolvidos pelo Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados do CRCRS.

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 622, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a Política de Controle de Acesso Lógico do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, em especial o inciso II do artigo 15;

Considerando o Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

Considerando as normas técnicas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Requisitos, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de prática para controles de segurança da informação e ABNT NBR ISO/IEC 27003:2020 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Orientações;

Considerando a Portaria CRCRS nº 071, de 03 de junho de 2022, que criou o Comitê Gestor de Segurança da Informação do CRCRS, resolve:

CAPÍTULO I - Definições e Competências

Art. 1º Fica estabelecida a Política de Controle de Acesso Lógico aos ativos e aos sistemas de informação, para possibilitar o controle de acesso à rede, aos sistemas e às informações produzidas pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

Art. 2º Esta Política de Controle de Acesso Lógico aplica-se aos conselheiros, empregados, assessores, terceirizados, estagiários, aprendizes, colaboradores, usuários da rede visitante (sem fio) do CRCRS, parceiros e empresas e/ou empresas contratadas pelo CRCRS.

Art. 3º Para o acesso a informações rotuladas como públicas, não são utilizados controles que discriminam o usuário.

Art. 4º O acesso às informações confidenciais e restritas será permitido apenas quando uma necessidade de trabalho tiver sido identificada e tal acesso for registrado e aprovado pela Matriz de Permissões de Acesso da Unidade Organizacional responsável.

Art. 5º O acesso a alguns equipamentos de hardware e/ou software especiais (tais como equipamentos e diagnóstico de rede) é restrito aos profissionais com uso registrado, baseado nas necessidades do CRCRS.

Art. 6º O acesso a serviços básicos, como correio eletrônico (e-mail), aplicações de produtividade e browser WEB, será concedido a todos os usuários do CRCRS mediante solicitação da Unidade Organizacional ou da Gerência Administrativa e Financeira (GEADF), responsável pela Gestão de Recursos Humanos.

Parágrafo único. Essas facilidades básicas irão variar de acordo com os cargos e serão determinados pela autoridade competente em cada Unidade Organizacional.

CAPÍTULO II - Termos e Definições

Art. 7º Os seguintes termos são utilizados nesta Política de Controle de Acesso Lógico com relação aos ativos e aos sistemas de informação do CRCRS, com os significados que se seguem:

I - Controle de acesso lógico: controle de acesso a locais ou sistemas por meio de login e senha, certificado digital ou biometria;

II - Arquivo: agrupamento de registros que, geralmente, seguem uma regra estrutural e que possuem informações (dados);

III - Autenticidade: garantia de que uma informação, produto ou documento é do autor a quem se atribui;

IV - Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados;

V - Credenciais de acesso: conjunto composto pelo nome de conta e respectiva senha, utilizado para o ingresso ou acesso (login) em equipamentos, rede ou sistema;

VI - Criptografia: arte e ciência de esconder o significado de uma informação de receptores não desejados;

VII - CGSI-CRCRS: Comitê Gestor de Segurança da Informação do CRCRS;

VIII - Disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por um usuário autorizado;

IX - Estações de trabalho: computador pessoal utilizado para trabalho nas Unidades Organizacionais;

X - Gestor de Sistema: empregado oficialmente designado como gestor de determinado sistema de informação;

XI - Integridade: propriedade de salvaguarda da exatidão e completeza da informação contra alterações, intencionais ou acidentais, em seu estado e atividades;

XII - Ponto de acesso sem fio: equipamento que compõe uma rede sem fio (wireless), concentrando as conexões de um ou mais equipamentos;

XIII - Privilégio mínimo: conceito que define que uma pessoa só precisa acessar os sistemas e recursos mínimos necessários para realizar suas atividades;

XVI - Programa: coleção de instruções que descrevem uma tarefa a ser realizada por um computador;

XV - Recursos de armazenamento de dados corporativos: armazenamento de massa projetado para ambientes de grande escala e alta tecnologia;

XVI - Recursos de TI: todo equipamento ou dispositivo que utiliza tecnologia da informação, bem como qualquer recurso ou informação que seja acessível por meio desses equipamentos ou dispositivos tecnológicos, tais como impressoras, sistemas, programas, softwares, acessos à rede local, internet, VPN (rede particular virtual), pendrives, smartcards, tokens, smartphones, modens sem fio, desktops, pastas compartilhadas em rede, entre outros;

XVII - Rede local do CRCRS: conjunto de recursos compartilhados por meio dos servidores de rede, switches e computadores clientes, por onde circulam as informações corporativas do CRCRS;

XVIII - Rede sem fio (wireless): sistema que interliga equipamentos utilizando o ar como via de transmissão por meio de ondas eletromagnéticas;

XIX - Sistema de informação: aplicação da tecnologia da informação que dá apoio às atividades de determinada área de conhecimento, visando otimizar as operações, o gerenciamento e a decisão, trabalhando os dados e transformando-os em informação;

XX - Sistemas de mensageria: sistemas que permitem o envio e a recepção de mensagens de correio eletrônico ou de mensagens instantâneas entre usuários, dentro e fora da instituição;

XXI - Storage: rede de área de armazenamento projetada para agrupar dispositivos de armazenamento de computador;

XXII - TI: Tecnologia da Informação;

XXIII - TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação. Trata-se de um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada com um objetivo comum;

XXIV - Unidade Organizacional: unidade em que está lotado o empregado, assessor, terceirizado, estagiário ou aprendiz;

XXV - Usuário: pessoa física ou jurídica que opera algum sistema informatizado do CRCRS;

XXVI - Web: Rede Mundial de Computadores;

XXVII - Webconferência: reunião ou encontro virtual realizado pela internet por meio de aplicativos ou serviço com possibilidade de compartilhamento de apresentações, voz, vídeos, textos e arquivos por meio da web.

CAPÍTULO III - Cadastramento de Usuários

Art. 8º A criação de novas contas de acesso à rede se dará da seguinte forma:

I - para empregados e assessores da presidência: após a abertura de chamado, no Help Desk, pela Unidade Organizacional na qual o funcionário será lotado, informando o nome completo e a matrícula e os sistemas e recursos aos quais ele terá acesso;

II - para estagiários e menores aprendizes: após a abertura de chamado, no Help Desk, pela Seção de RH, informando o nome completo, a Unidade Organizacional de lotação, matrícula do estagiário e a vigência do contrato;

III - para prestadores de serviço: após a abertura de chamado, no Help Desk, pelo gestor de contrato, informando o nome completo, a Unidade Organizacional de lotação, o número e a vigência do contrato, o nome e a matrícula (ou outro documento legalmente válido) da empresa contratada.

§ 1º Nas eventuais substituições, caberá ao responsável informar à Seção de TI o período para a configuração adequada da conta de acesso do empregado ou prestador de serviço.

§ 2º A Seção de RH deverá informar, por meio do Help Desk, o desligamento e a movimentação de lotação de empregados, assessores, estagiários e de menores aprendizes para as providências de bloqueio e posterior eliminação da conta, se for o caso.

Art. 9º As contas dos estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviço serão configuradas para a expiração automática, concomitantemente à vigência do contrato.

§ 1º Rescindido o contrato antes do fim de sua vigência, deverá ser aberto, no Help Desk, um chamado pelo superior hierárquico imediato do estagiário ou do menor aprendiz ou pelo gestor do contrato do prestador de serviços, com antecedência mínima de cinco dias úteis antes da expiração da conta.

§ 2º Para evitar a expiração automática da conta, em caso de renovação de contrato de estagiários, menores aprendizes ou de prestadores de serviços, deverá ser aberto, no Help Desk, um chamado pelo superior hierárquico imediato do estagiário ou do menor aprendiz ou pelo gestor do contrato do prestador de serviços, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes da expiração da conta.

§ 3º É de responsabilidade do gestor do contrato solicitar, via Help Desk, o cancelamento da conta de acesso quando do desligamento ou afastamento do prestador de serviço.

Art. 10. Caberá ao titular da Unidade Organizacional solicitar à Seção de TI, via Help Desk, a liberação ou restrição de privilégios de acesso aos documentos de sua Unidade.

Art. 11. Todos os usuários que utilizam aplicações e sistemas do CRCRS devem assinar o Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, conforme o Anexo I desta Resolução.

§ 1º A assinatura do documento de que trata o caput deste artigo indica que o usuário em questão entende e concorda com as políticas, padrões, normas e procedimentos do CRCRS relacionados ao ambiente de TI (incluindo as instruções contidas nesta Resolução), bem como as implicações legais decorrentes do não cumprimento do disposto no termo.

§ 2º A Seção de RH deverá recolher a assinatura do empregado, assessor, estagiário, menor aprendiz ou prestador de serviço no Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, conforme o Anexo I desta Resolução, e arquivá-la.

Art. 12. Em casos excepcionais, exceto nos sistemas desenvolvidos para este público, poderão ser criadas contas para conselheiros, membro de Grupo de Estudos Técnicos ou comissão que estejam desempenhando suas atribuições no CRCRS, após abertura de chamado via Help Desk pelo titular da Unidade Organizacional na qual este atuará.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, conforme o Anexo I desta Resolução, deverá ser assinado pelo conselheiro, membro de Grupo de Estudos Técnicos ou comissão a que se refere o caput deste artigo e ficará arquivado na Diretoria Executiva.

Art. 13. Não haverá identificação genérica e de uso compartilhado para acesso aos recursos de rede, excetuando-se os casos de necessidade, justificada e acompanhada de parecer da Seção de TI, acerca da possibilidade de aceitação dos riscos associados.

Art. 14. As novas contas de acesso à rede e/ou e-mail serão compostas por nome e sobrenome, sendo a forma padrão o nome e o último sobrenome, separados por ponto.

Parágrafo único. Caso a forma padrão incorra em homonímia com conta já existente, será escolhida forma alternativa do seguinte modo:

I - nome e o penúltimo sobrenome completo, separados por ponto;

II - letras iniciais do prenome e o último sobrenome completo, separados por ponto;

Art. 15. Na abertura da solicitação via Help Desk, deverá ser indicada a necessidade de criação de conta dos serviços de correio eletrônico (e-mail) e da intranet, bem como de outros serviços que utilizem a mesma base de dados para autenticação.

Art. 16. As informações sobre a conta e a senha de acesso inicial, juntamente com as instruções para a sua alteração, serão enviadas pela Seção de TI por meio de chamado a ser aberto no Help Desk.

Art. 17. Em nenhuma hipótese, será admitido o empréstimo ou o compartilhamento de credenciais de acesso.

Parágrafo único. No descumprimento dos casos tratados neste artigo, os atos praticados serão de responsabilidade de todos os envolvidos, estando sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis tanto o titular das credenciais quanto aquele que as utilizar indevidamente.

CAPÍTULO IV - Política de Senhas

Art. 18. A identificação de usuários que operam a rede local e utilizam as aplicações do CRCRS deve ser feita mediante a autenticação com usuário e senha.

Art. 19. A senha é pessoal, intransferível e confidencial.

Art. 20. A senha deverá observar as seguintes regras de formação:

I - não pode conter "CRCRS" ou nome e sobrenome do usuário;

II - deve conter, no mínimo, dez caracteres;

III - deve conter os quatro caracteres das quatro categorias seguintes, com no mínimo, um caractere:

a) alfabético maiúsculo;

b) alfabético minúsculo;

c) numérico;

d) especial, não alfabético (por exemplo: !, $, @, %, etc.).

Art. 21. Após cinco tentativas erradas, o usuário ficará bloqueado, necessitando recadastrar nova senha.

Parágrafo único. Para aplicativos web desenvolvidos pelo CRCRS, o usuário ficará bloqueado por um período de tempo pré-determinado, após exceder o limite de tentativas de login.

Art. 22. Em caso de suspeita de exposição indevida do ambiente de TI, todas as senhas de acesso devem ser imediatamente alteradas.

Art. 23. Em caso de comprometimento comprovado de segurança do ambiente de TI por algum evento não previsto, todas as senhas de acesso deverão ser modificadas.

Art. 24. Independentemente das circunstâncias, as senhas de acesso não devem ser compartilhadas ou reveladas, expostas ou desobstruídas ao acesso de terceiros, sendo o proprietário da senha o responsável legal por qualquer prática indevida cometida.

CAPÍTULO V - Acesso à Rede

Art. 25. Apenas microcomputadores e notebooks previamente fornecidos pela Seção de TI poderão ser conectados à rede cabeada do CRCRS.

§ 1º Exceções devem ser comunicadas à Seção de TI do CRCRS via Help Desk pelo responsável pela unidade demandante, justificando a necessidade e o prazo de utilização.

§ 2º As exceções autorizadas deverão, obrigatoriamente, adotar os padrões definidos pela Política de Segurança da Informação do CRCRS, sendo o proprietário do equipamento responsável pelo licenciamento dos produtos nele instalados.

Art. 26. Microcomputadores e dispositivos portáteis poderão acessar a rede sem fio específica para esse fim.

§ 1º Somente terão permissão ao serviço os conselheiros efetivos e suplentes do CRCRS, dispositivos corporativos do CRCRS, líderes do CRCRS e quem estes designarem por meio de solicitação feita no Help Desk.

§ 2º O usuário, antes de acessar a rede visitante, deverá concordar com o termo de uso da rede sem fio para ter acesso ao serviço.

Art. 27. A Seção de TI poderá desconectar das redes cabeadas e sem fio qualquer dispositivo que constitua ameaça à segurança da informação ou prejuízo à imagem do CRCRS e/ou aos recursos tecnológicos do CRCRS.

Art. 28. Computadores com acesso à rede deverão ser desligados ou bloqueados na ausência do usuário, ainda que de forma momentânea.

CAPÍTULO VI - Acesso à Intranet e à Internet

Art. 29. Os acessos a portais da internet e aos demais serviços disponíveis na intranet do CRCRS serão efetuados, preferencialmente, por meio da rede local e deverão ser identificados por usuário.

§ 1º Os rastros de acesso deverão, no mínimo, identificar usuários, endereço IP, URL acessada, data e hora.

§ 2º A Seção de TI deverá manter registros (logs) de acesso aos recursos de TI do CRCRS.

Art. 30. É proibido o acesso a sítios que tratem de pornografia, pedofilia, erotismo e correlatos; de racismo, de ferramentas para invasão e evasão de sistemas; de compartilhamento de arquivos; de apologia e incitação a crimes.

Parágrafo único. A Seção de TI poderá utilizar software específico que realizará o bloqueio automático desses sítios.

Art. 31. Os acessos a sites e serviços disponíveis na internet serão controlados por filtros de conteúdo e reguladores de tráfego implementados nos dispositivos de segurança da rede do CRCRS, cuja a operacionalização é de responsabilidade da Seção de TI.

Art. 32. Com base nas categorias de conteúdo padronizadas pelo CRCRS, os perfis de filtro de conteúdo são aplicados para todos os funcionários, que devem acessar somente conteúdo para fins de realização de trabalho.

§ 1º As solicitações de criação ou alteração nas permissões de acesso deverão ser formalizadas por meio de chamados abertos no Help Desk.

§ 2º Os titulares das Unidades Organizacionais do CRCRS devem fiscalizar o bom uso dos acessos à internet e solicitar ajustes e restrições, em caso de má utilização.

§ 3º Mediante solicitação do titular da Unidade Organizacional, a Seção de TI poderá fornecer relatórios mensais dos acessos para permitir o devido controle.

Art. 33. A Seção de TI poderá, eventualmente e quando necessário, fazer ajustes temporários no controle de banda para viabilizar eventos específicos, como videoconferências e acesso a visitantes.

Art. 34. Todas as operações de acesso realizadas serão registradas para fins de auditoria.

Art. 35. Não será admitido burlar ou tentar burlar os filtros de conteúdo ou restrições de acesso à internet, sob pena de responsabilização dos envolvidos, que estarão sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis.

CAPÍTULO VII - Acesso Remoto a Sistemas de Informação

Art. 36. O acesso remoto à rede corporativa do CRCRS deve ser realizado somente para atender aos interesses de trabalho.

Art. 37. Compete à Seção de TI definir os perfis de acesso, aplicando técnicas de autenticação e de segurança, entre elas:

I - o acesso remoto, no âmbito da rede corporativa, deve ser provido por meio de canal criptografado, preferencialmente configurado pela Seção de TI;

II - o acesso remoto é permitido aos líderes do CRCRS;

III - o acesso remoto à rede corporativa terá privilégios diferenciados do acesso local, de acordo com o perfil de acesso, com serviços explicitamente controlados;

IV - a permissão para se realizar acesso remoto à rede corporativa deve ser solicitada à Seção de TI, via Help Desk, pelo líder imediato a que o Usuário da Rede está subordinado, com definição do prazo de validade e horários para se realizar o acesso;

V - o acesso remoto à rede corporativa será gravado, para posterior auditoria, em logs contendo data e hora, serviço utilizado, usuário e informações específicas que facilitem o rastreamento da ação tomada.

Art. 38. Quaisquer computadores que tenham comunicação remota em tempo real com os sistemas do CRCRS devem se submeter ao mecanismo de controle de acesso, levando-se em consideração os privilégios necessários ao acesso de cada tipo de informação.

Art. 39. Os usuários da rede devem reportar os incidentes que afetam a segurança dos ativos ou o descumprimento da Política de Segurança da Informação à Seção de TI.

Art. 40. Em casos de quebra de segurança da informação por meio de recursos de tecnologia da informação, a Seção de TI deverá ser imediatamente acionada para tomar as providências necessárias para sanar as causas, podendo até mesmo determinar a restrição temporária do acesso às informações e/ou ao uso dos recursos de tecnologia da informação do CRCRS.

Art. 41. São vedadas as seguintes ações relacionadas ao acesso remoto:

I - acesso ou tentativa de acesso a equipamentos da rede do CRCRS para equipamentos fora das dependências do CRCRS, através de quaisquer recursos de acesso remoto, exceto o uso da Gerência de TI, para finalidade específica de trabalho relacionado ao CRCRS, desde que aprovado pelo responsável pela Gerência de TI;

II - o envio ou armazenamento de informações de propriedade do CRCRS para equipamento particular. Se o fizer para fins de suas atividades do CRCRS, deverá ser excluído permanentemente de seu equipamento, após a finalização dos trabalhos;

III - em casos de uso de equipamentos particulares, deixar de utilizar senha de acesso no perfil que utiliza para acesso remoto ao CRCRS.

CAPÍTULO VIII- Utilização do Correio Eletrônico Corporativo

Art. 42. O correio eletrônico é o recurso corporativo para comunicação a ser utilizado de modo compatível com o exercício da função, sem comprometer a imagem do CRCRS nem o tráfego de dados na rede de computadores da instituição.

§ 1º Todas as mensagens eletrônicas enviadas e recebidas nos domínios do CRCRS terão os seguintes dados registrados: data e hora do envio ou recebimento, remetente e destinatário, inclusive o conteúdo dos e-mails excluídos, que fica registrado e armazenado por 30 (trinta) dias.

§ 2º A Seção de TI deverá implantar mecanismos que previnam, na medida do possível, o envio e a recepção de mensagens que possam comprometer a segurança do serviço de correio eletrônico.

§ 3º A Seção de TI poderá estabelecer cotas para limitar o espaço de armazenamento das caixas postais, por usuário.

§ 4º O e-mail corporativo é para uso estritamente corporativo e, sendo assim, é de domínio do CRCRS. As contas de e-mails corporativos de propriedade do CRCRS são de acesso irrestrito do Conselho, podendo ser abertos pelo CRCRS ou por outros usuários, a critério do superior hierárquico, para atender as seguintes finalidades:

I - verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meios ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

II - recuperar conteúdo de interesse do CRCRS, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

III - atender à demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

IV - atender à determinação judicial;

V - atender à demanda de serviços da Unidade Operacional.

§ 5º Cabe à Gerência Administrativa e Financeira adotar medidas de segurança para evitar que e-mails com dados pessoais e/ou sensíveis do funcionário sejam entregues no e-mail corporativo.

§ 5º Cabe à Gerência Administrativa e Financeira adotar medidas de segurança para evitar que e-mails com dados pessoais e/ou sensíveis do funcionário sejam entregues no e-mail corporativo.

§ 6º O envio de mensagens aos grupos de e-mails do CRCRS através do serviço de e-mail corporativo será restrito a assuntos de interesse geral da instituição ou do Sistema CFC/CRCs. A permissão de envio para cada grupo estará restrita aos usuários definidos pela Diretoria Executiva do CRCRS.

§ 7º A exclusão de caixas postais ocorrerá com o desligamento do usuário, após prévia autorização do superior hierárquico, através de Help Desk.

Art. 43. São vedadas as seguintes ações relacionadas à utilização do correio eletrônico:

I - acesso ou tentativa de acesso à caixa postal em desacordo com o previsto no § 4º do artigo 42;

II - envio ou armazenamento de mensagem de conteúdo incompatível com as atribuições do usuário, incluindo as que contém ofensas, comentários discriminatórios e pornografia;

III - adulteração de dados referentes à origem da mensagem nos campos de controle e cabeçalho;

IV - para cadastro em lojas, entidades financeiras, escolas, recebimento de mailings, entre outros assuntos não compatíveis com as atividades do CRCRS.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se armazenado o e-mail aberto e mantido na caixa postal do usuário.

Art. 44. A Seção de TI prestará suporte para a configuração e utilização da tecnologia adotada para o serviço eletrônico corporativo.

CAPÍTULO IX - Utilização do Sistema de Arquivos

Art. 45. O sistema de arquivos compreende um conjunto de pastas armazenadas em servidor de arquivos e compartilhadas em rede, que podem ser compartilhadas entre todos os usuários ou restritas a usuários de determinada Unidade Organizacional ou de determinado projeto.

Art. 46. A Seção de TI realizará o backup dos arquivos armazenados no servidor de arquivos, conforme discriminado na Política de Backup.

Parágrafo único. O backup de arquivos de pastas de usuário armazenadas nas estações de trabalho é de responsabilidade do usuário.

Art. 47. A Seção de TI poderá limitar o tipo de extensão dos arquivos a serem armazenados nas pastas das Unidades Organizacionais.

Art. 48. A Seção de TI não acessará os arquivos armazenados nas pastas das Unidades Organizacionais e dos usuários, salvo o gerente e o assistente de TI, nas seguintes situações:

I - verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meios ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

II - recuperar conteúdo de interesse do CRCRS, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

III - atender a demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização do Presidente do CRCRS ou do Diretor Executivo;

IV - atender à solicitação judicial;

V - realizar a recuperação de arquivos do backup, a pedido do usuário;

VI - análise da disponibilização de conteúdo em pastas para orientar sobre o melhor uso dos recursos de armazenamento;

VII - tratamento de demandas pontuais, quando solicitado via Help Desk e dentro da própria Unidade Organizacional.

CAPÍTULO X - Das Disposições Finais

Art. 49. A elaboração e atualização deste documento é de responsabilidade do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

Art. 50. Os casos omissos serão dirimidos pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação do CRCRS.

Art. 51. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO I - Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo, declaro ter conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), disponível para consulta no portal do CRCRS.

Declaro que estou recebendo uma conta de rede e/ou e-mail corporativo e/ou acesso a aplicações e sistemas com privilégios adequados ao exercício das atividades que executo, a qual será utilizada somente para tal fim.

Declaro estar ciente de que minhas ações serão monitoradas de acordo com a Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS e de que qualquer alteração feita sob minha identificação, oriunda de minha autenticação e autorização, é de minha responsabilidade.

Estou ciente, ainda, de minha responsabilidade pelo dano que posso causar pelo descumprimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS ao realizar uma ação de iniciativa própria de tentativa de modificação da configuração, física ou lógica, dos recursos computacionais sem a permissão da área competente.

Porto Alegre,___ de_____ de 20___.

Nome

Matrícula

Unidade Organizacional

Nome

Unidade Organizacional

(titular da Unidade Organizacional ou gestor do contrato, para o caso de terceirizados)

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 623, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Política de Incidentes de Segurança da Informação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Considerando que os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

Considerando que os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta política em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término, resolve:

CAPÍTULO I - Da Política e Definições

Art. 1º Fica instituída a Política de Incidentes de Segurança da Informação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Atividade: ação ou conjunto de ações executadas por um órgão ou entidade, ou em seu nome, que produzem ou suportem um ou mais produtos ou serviços.

II - Atividade Crítica: atividades que devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais do órgão ou entidade de tal forma que permitam atingir os seus objetivos mais importantes e sensíveis ao tempo.

III - Atividade Maliciosa: qualquer atividade que infrinja a política de segurança de uma instituição ou que atente contra a segurança de um sistema, serviço ou rede.

IV - Auditoria: processo de exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas, cujo objetivo é averiguar se elas estão de acordo com as disposições planejadas e estabelecidas previamente, se foram implementadas com eficácia e se estão adequadas (em conformidade) à consecução dos objetivos.

V - Evento de Segurança: qualquer ocorrência identificada em um sistema, serviço ou rede que indique uma possível falha da política de segurança, falha das salvaguardas, ou mesmo uma situação até então desconhecida que possa se tornar relevante em termos de segurança.

VI - Fluxo de Trabalho de Incidentes: predefinição de etapas que devem ser tomadas para lidar com um tipo particular de Incidente.

VII - Gerenciamento de Incidentes: processo responsável por gerenciar o ciclo de vida de todos os incidentes. O gerenciamento de incidente garante que a operação normal de um sistema, serviço ou rede seja restaurada tão rapidamente quando possível e que o impacto no negócio seja minimizado.

VIII - Incidente: evento, ação ou omissão, que tenha permitido, ou possa vir a permitir, acesso não autorizado, interrupção ou mudança nas operações (inclusive pela tomada de controle), destruição, dano, deleção ou mudança da informação protegida, remoção ou limitação de uso da informação protegida ou ainda a apropriação, disseminação e publicação indevida de informação protegida de algum ativo de informação crítico ou de alguma atividade crítica por um período de tempo inferior ao tempo objetivo de recuperação.

IX - Considera-se omissão a não observância das políticas de segurança definidas pelo CRCRS.

CAPÍTULO II - Do Objetivo

Art. 3º A Política de Incidentes de Segurança da Informação do CRCRS tem por objetivos:

I - diminuir os danos totais causados por incidentes que não puderam ser evitados, bem como a sua reincidência;

II - promover a efetiva e eficaz Política da Segurança da Informação no CRCRS; e

III - diminuir o número total de incidentes de segurança da informação envolvendo o CRCRS, por meio de prevenção sistemática dos eventos e eliminação de situações que permitem a ocorrência desses incidentes.

Art. 4º A Política de Incidentes de Segurança da Informação é o documento que estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a gestão de incidentes de segurança da informação do CRCRS e visa orientar o funcionamento do processo de gestão de incidentes de segurança digital e não digital da informação, de forma que estes sejam tratados adequadamente, reduzindo ao máximo os impactos para o negócio.

CAPÍTULO III - Da Abrangência

Art. 5º A Política de Incidentes de Segurança da Informação abrange todos os incidentes, confirmados ou sob suspeita, que envolvam o nome ou a propriedade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, bem como qualquer conselheiro, funcionário ou colaborador, no exercício da sua função ou relação com o CRCRS.

Art. 6º A lista a seguir exemplifica, mas não esgota os possíveis incidentes de segurança da informação tratados nesta política:

I - violar da Política de Controle de Ativos de Tecnologia da Informação do CRCRS;

II - violar uma política de segurança, explícita ou implícita;

III - realizar acesso indevido ou não autorizado às instalações, equipamentos, sistemas e serviços de informação e armazenamento de dados, informações e documentos mantidos, tratados e controlados pelo CRCRS que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade do ambiente da organização;

IV - realizar acesso indevido ou não autorizado aos dados, informações e documentos mantidos, tratados e controlados pelo CRCRS que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade do ambiente da organização;

V - conectar dispositivo de tecnologia à rede do CRCRS que esteja contaminado com vírus de computador detectado por mecanismo automatizado ou pessoal qualificado;

VI - violar norma de utilização ou configuração de dispositivo de tecnologia da informação, conectado ou não à rede do CRCRS, detectada automática ou manualmente;

VII - vazar dados pessoais;

VIII - utilizar credenciais de autenticação (senhas) por indivíduo não proprietário delas ou de outrem;

IX - facilitar fluxo de comunicação de rede caracterizado como atividade maliciosa por detecção de padrão ou análise manual, ou envolvendo dispositivos identificados por grupos de segurança como fonte de atividades maliciosas;

X - omitir a comunicação de fragilidade de segurança conhecida em processo, instalações, equipamentos, sistemas e serviços de informação e armazenamento de dados, informações e documentos mantidos, tratados e controlados pelo CRCRS;

XI - violar direito autoral ou propriedade intelectual de qualquer natureza;

XII - realizar tentativa de fraude, bem ou malsucedida, independentemente do dano causado; e

XIII - quaisquer outros eventos que constituam violação de requisito de segurança estabelecido pela Política de Segurança da Informação do CRCRS, tenham eles origem no próprio CRCRS ou em grupos externos.

CAPÍTULO IV - Das Competências e Responsabilidades

SEÇÃO I - Das Competências

Art. 7º Ao Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados compete:

I - conduzir o processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;

II - investigar incidentes, levantamento, cadeia de custódia e segurança das evidências;

III - acompanhar os planos de tratamento junto aos responsáveis pelos incidentes e criação de indicadores e relatórios;

IV - comunicar aos líderes responsáveis; e

V - realizar as análises dos pós-incidentes (post mortem) para identificação e tratamento de causas raiz e aprimoramento de processos do CRCRS e do próprio processo de gestão de incidentes de segurança da informação.

Art. 8º À Coordenadoria de Gestão de TI e ao Departamento de Informática compete:

I - executar os procedimentos de tratamento de incidentes de segurança da informação das informações digitais definidos nesta política, observado o que dispõe o Plano de Continuidade de TI do CRCRS, no surgimento de qualquer denúncia e ou detecção automatizada e de registrar os incidentes tratados, conforme o modelo apresentado no Anexo I - Relatório de Incidentes;

II - definir, divulgar e promover medidas, controles e sugestões de modificações em processos de trabalho que diminuam a probabilidade da ocorrência de incidentes de segurança da informação envolvendo o CRCRS;

III - avaliar periodicamente e analisar criticamente os registros de incidentes que resultem do processo de tratamento de incidentes de segurança e a promoção de ações que evitem a reincidência de incidentes já ocorridos;

IV - dar suporte às investigações por meio do fornecimento de informações e esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico e os processos da área; e

V - elaborar, anualmente, relatório estatístico do número de incidentes para fins de acompanhamento pelo CRCRS.

Art. 9º À Coordenadoria de Logística e ao Setor de Gestão Documental compete:

I - executar os procedimentos de tratamento de incidentes de segurança da informação das informações não digitais definidos nesta política no surgimento de qualquer denúncia e/ou detecção automatizada e de registrar os incidentes tratados;

II - definir, divulgar e promover medidas, controles e sugestões de modificações em processos de trabalho que diminuam a probabilidade da ocorrência de incidentes de segurança da informação envolvendo o CRCRS;

III - avaliar periodicamente e analisar criticamente os registros de incidentes que resultem do processo de tratamento de incidentes de segurança e a promoção de ações que evitem a reincidência de incidentes já ocorridos; e

IV - dar suporte às investigações por meio do fornecimento de informações e esclarecimentos sobre o ambiente tecnológico e os processos da área.

SEÇÃO II - Das Responsabilidades

Art. 10. As responsabilidades dos líderes ao serem notificados sobre incidentes que envolvam recursos ou informações sob sua responsabilidade, devem colaborar com eventuais investigações e tratar os incidentes com a devida urgência e pré-definidos pelo Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados.

Art. 11. As responsabilidades dos conselheiros, empregados e colaboradores são:

I - todos os conselheiros, empregados e colaboradores devem estar em capacidade de identificar incidentes de segurança da informação quando for testemunhado;

II - todos os conselheiros, empregados e colaboradores devem notificar qualquer evento de segurança ou fragilidade observada que possa causar: prejuízos, interrupções, maus funcionamentos, imprecisão ou vazamento de informação nos sistemas, serviços ou redes do CRCRS; e

III - todos os conselheiros, empregados e colaboradores devem informar imediatamente à área de Coordenadoria de Gestão de TI e à Coordenadoria de Logística todas as violações às políticas de segurança da informação, incidentes, violações de acessos ou anomalias que possam indicar a possibilidade de incidentes, sobre os quais venham a tomar conhecimento;

§ 1º Na apuração dos incidentes de segurança da informação será considerada a vontade orientada à realização do incidente de segurança, ou seja, o elemento subjetivo que concretiza os requisitos de vulnerabilidade dos dados pessoais; e

§ 2º Vulnerabilidades ou fragilidades suspeitas não deverão ser objeto de teste ou prova pelos conselheiros, empregados e colaboradores, sob o risco de violar a política de segurança digital e não digital e da informação, bem como provocar danos aos sistemas, serviços ou recursos tecnológicos digitais ou não digitais.

CAPÍTULO V - Das Violações e Sanções

Art. 12. Os conselheiros, empregados e colaboradores que presenciarem o descumprimento de alguma das regras acima têm o dever de denunciar tal infração.

Art. 13. O descumprimento das regras e diretrizes impostas neste documento poderá ser considerado falta grave, passível de aplicação de sanções disciplinares.

CAPÍTULO VI - Da Revisão e Atualização

Art. 14. A Política de Incidentes de Segurança da Informação deverá ser revista e atualizada, sempre que necessário, com vistas a se manter em sintonia com as regras de negócios, com as melhores práticas do mercado, leis, regulamentos e demais aspectos.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO I - RELATÓRIO DE INCIDENTES - DETALHES DO FUNCIONÁRIO

Nome:
Unidade Organizacional:
Contato: (nome e e-mail)
DESCRIÇÃO DO INCIDENTE
Localização:
Data: DD/MM/AAA
Hora: 0X:XX
Polícia notificada
Sim ( )
Não ( )
Detalhes do Incidente:
Causas do Incidente:
Recomendações:
Acompanhamento de ações:
Atribuído a:
Data: DD/MM/AAAA
REPORTADO POR
Nome:
Departamento:

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 624, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Política de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Considerando que os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

Considerando que os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista na LGPD em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término, resolve:

CAPÍTULO I - Da Política e das Definições

Art. 1º Fica instituída a Política de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

Art. 2º Para os efeitos desta resolução, entende-se por:

I - Dado pessoal: qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que um dado é considerado pessoal quando permite a identificação direta ou indireta da pessoa natural;

II - Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

IV - Tratamento: toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transparência, difusão ou extração;

V - Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. No caso desta política, o CRCRS.

VI - Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

VII - Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados (CGPPD): comitê responsável pela avaliação dos mecanismos de tratamento, privacidade e proteção de dados existentes e pela proposição de ações voltadas ao seu aperfeiçoamento com vistas ao cumprimento das disposições da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, no âmbito do CRCRS;

IX - Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta lei em todo o território nacional;

X - Notificação: ato ou efeito de informar ou de dar a conhecer sobre uma ocorrência e/ou incidente de segurança com dados pessoais.

CAPÍTULO II - Do Objetivo

Art. 3º A Política de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais do CRCRS tem por objetivo descrever os procedimentos necessários para a identificação, comunicação e notificação do incidente de segurança com dados pessoais.

Art. 4º É um incidente de segurança com dados pessoais qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou, ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais.

CAPÍTULO III - Da Comunicação de Incidente de Segurança com Dados Pessoais

Art. 5º A identificação do incidente pode ocorrer das seguintes formas:

I - denúncia por parte de titular ou terceiro;

II - reporte por parte do operador;

III - pelo emprego de ferramentas automatizadas que detectam vazamentos de dados;

Art. 6º Todas as violações de dados pessoais devem ser comunicadas ao Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS, sem demora injustificada, para registro e avaliação das medidas a tomar.

Art. 7º Em caso de um incidente de segurança com dados pessoais, o operador deverá encaminhar a comunicação ao Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS, pelo e-mail dpo@crcrs.org.br, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data do conhecimento do incidente.

Art. 8º No caso do titular ou terceiro, a comunicação de um incidente de segurança com dados pessoais poderá ser enviada ao Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS, pelo e-mail dpo@crcrs.org.br, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data do conhecimento do incidente.

Art. 9º Na comunicação, o operador, terceiro ou titular dos dados pessoais deverá descrever sucintamente o incidente ocorrido, atentando para informações, tais como:

I - descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registros de dados pessoais em causa;

II - descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;

III - descrever as medidas adotadas ou propostas para conduzir o caso, o que pode incluir medidas para mitigar os possíveis efeitos adversos da violação dos dados pessoais.

Art. 10. O Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS será responsável pelo registro e análise inicial do incidente e pela resposta sobre o incidente relatado.

Art. 11. Após o registro e a análise inicial do incidente, o Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS compartilhará a comunicação com o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados (CGPPD) do CRCRS, que fará a avaliação das medidas a tomar.

§ 1º Caso necessário, o CGPPD poderá acionar a Gestão de TI e o setor jurídico do CRCRS.

§ 2º O CGPPD não realiza procedimentos de investigação criminal, e eventuais desdobramentos relacionados aos incidentes deverão ser encaminhados às autoridades policiais competentes.

Art. 12. As partes envolvidas devem seguir as orientações do Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS, pois a adoção de medidas por conta própria pode agravar o problema ou danificar evidências do incidente com dados pessoais.

Art. 13. As partes envolvidas devem manter sigilo sobre a comunicação recebida, pois tornar a informação pública pode prejudicar a investigação do suposto incidente com dados pessoais e a identificação do autor do incidente.

CAPÍTULO IV - Da Notificação de Incidente de Segurança com Dados Pessoais

Art. 14. O CRCRS notificará a ANPD e o titular da ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

§ 1º O CRCRS deverá avaliar internamente a relevância do risco ou dano do incidente de segurança para determinar se deverá comunicar à ANPD e ao titular.

§ 2º Para a avaliação interna, deverão ser analisados os incidentes que envolvam especialmente:

I - dados sensíveis ou de indivíduos em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças e adolescentes, ou que tenham o potencial de ocasionar danos materiais ou morais, tais como discriminação, violação do direito à imagem e à reputação, fraudes financeiras e roubo de identidade; e

II - volume de dados envolvidos, o quantitativo de indivíduos afetados, a boa-fé e as intenções dos terceiros que tiveram acesso aos dados após o incidente e a facilidade de identificação dos titulares por terceiros não autorizados.

§ 3º A notificação não será necessária se o responsável pelo tratamento puder demonstrar, de forma irrefutável, que a violação da segurança dos dados pessoais não constitui um risco relevante para os direitos e liberdades do titular dos dados.

Art. 15. Caso necessária, a notificação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

I - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

II - as informações sobre os titulares envolvidos;

III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

IV - os riscos relacionados ao incidente;

V - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;

VI - as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

Art. 16. Caso não seja possível fornecer todas as informações no momento da notificação preliminar, informações adicionais poderão ser fornecidas posteriormente, sendo que no momento da notificação preliminar deverá ser informado à ANPD se serão fornecidas mais informações posteriormente, bem como quais meios estão sendo utilizados para obtê-las.

Art. 17. A notificação à ANPD será feita por intermédio do Encarregado pelo tratamento de dados pessoais do CRCRS.

Parágrafo único. O Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS comunicará o incidente com dados pessoais à ANPD, com base nas análises técnicas e jurídicas realizadas pelo CGPPD, pela TI e pelo setor jurídico do CRCRS.

Art. 18. O Encarregado pela proteção de dados pessoais do CRCRS ainda tem como responsabilidade:

I - aprovar e autorizar a divulgação de comunicado aos titulares envolvidos no incidente com dados pessoais;

II - validar quaisquer comunicados ao público, imprensa e usuários;

III - orientar e/ou informar as equipes interessadas a respeito das práticas a serem adotadas com relação ao incidente com dados pessoais;

IV - coordenar todas as ações decorrentes do incidente com dados, com o intuito de mitigar os impactos percebidos;

V - atuar como porta-voz do CRCRS perante a ANPD, demais autoridades competentes e os usuários, supervisionando os contatos e comunicações com o público, decorrentes do incidente com dados pessoais, dentre outras atividades.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 625, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Política de Privacidade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), resolve:

Art. 1º Fica instituída a Política de Privacidade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), nos termos do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta Política de Privacidade e suas atualizações, após publicação, deverão ser amplamente divulgadas aos usuários e disponibilizadas no portal do CRCRS, sendo consideradas um documento de relevante interesse público.

§ 1º A atualização da Política de Privacidade dar-se-á de forma periódica, especialmente para adaptá-la às evoluções dos serviços, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

§ 2º Os ajustes serão realizados na versão eletrônica disponível no portal do CRCRS, na qual constará a data da última atualização.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO I - POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRCRS)

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), CNPJ nº 92.698.471/0001-33, é uma autarquia especial corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado e regido por legislação específica, o Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946. O CRCRS possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.612, de 11 de fevereiro de 2021, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Para assegurar a proteção, privacidade e sigilo dos dados pessoais dos profissionais da contabilidade de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o CRCRS estabelece os termos desta política, que se aplica aos usuários dos serviços prestados pelo CRCRS e/ou visitantes do website crcrs.org.br (doravante denominado "portal") e do app do CRCRS.

1. OBJETIVO DESTA POLÍTICA

O CRCRS tem o compromisso com a segurança das informações dos usuários de seus serviços e do portal e adota medidas de proteção adequadas em suas operações, com procedimentos consistentes, efetivos e rigorosos.

Por reconhecer a importância da sua privacidade, desenvolvemos esta política para informar a respeito das condições sob as quais tratamos e protegemos os dados pessoais. Esta política descreve, ainda, direitos e como acessá-los em nossas plataformas digitais.

Recomendamos a leitura atenta de toda a política. Caso não esteja de acordo com as disposições, pedimos que interrompa imediatamente o acesso e o uso do portal, serviços e/ou do app.

Esta política é parte integrante dos Termos e Condições de Uso do portal, app e serviços do CRCRS.

2. DEFINIÇÕES

Para fins desta política, devem ser consideradas as seguintes definições:

Dados pessoais: qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que um dado é considerado pessoal quando permite a identificação direta ou indireta da pessoa natural, como, por exemplo: nome, sobrenome, data de nascimento, telefone, e-mail, etc.

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Tratamento: toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transparência, difusão ou extração.

Bases legais: são hipóteses legais previstas na LGPD que autorizam o CRCRS a tratar dados pessoais.

Nós ou nosso: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, também denominado CRCRS.

Você: qualquer pessoa física, na condição de visitante, empregado, estagiário, usuário dos serviços, responsável por pessoa jurídica, que acesse ou faça interação com as atividades e/ou funcionalidades disponibilizadas pelo CRCRS.

Usuário: são todos os indivíduos que interagem com os serviços prestados pelo CRCRS.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

3. SEUS DIREITOS

Você, enquanto titular de dados pessoais, possui o direito de obter do controlador, em relação aos seus dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, em conformidade com o artigo 18 da LGPD: confirmação da existência de tratamento; acesso aos dados; correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD; eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no artigo 16 da LGPD; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; informação acerca da possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; revogação do consentimento, nos termos do § 5º do artigo 8º da LGPD; peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional; e opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento à LGPD.

Para exercer seus direitos, utilize os canais disponibilizados ao final desta política.

4. FINALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS

O CRCRS oferece diversos serviços que exigem autenticação para acesso e tratamento de dados pessoais. Para acessá-los, é necessário efetuar o cadastro no CRCRS, ocasião em que são solicitados dados.

Coletamos informações, incluindo seus dados pessoais, para a prestação de serviços do CRCRS e utilização de nosso portal. Quando o usuário utiliza nossos serviços, solicitamos dados, como nome, e-mail, CPF, endereço, telefone, qualificação profissional e cópia de documento de identidade, informações necessárias para viabilizar o contato e para que o usuário seja corretamente identificado e receba login e senha de autenticação. Para atender normativos e a legislação em vigor, podemos solicitar que forneça dados pessoais adicionais, necessários para o desempenho e/ou a autenticação dos serviços como: registro profissional; carteira de identidade profissional; fiscalização do exercício profissional; negociação de anuidades, multas e emolumentos; acesso a cursos e eventos; emissão de Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore); prestação de contas do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC); prestação de contas do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); processo administrativo de fiscalização; consultas a profissionais e organizações contábeis; emissão de Certidão de Aprovação no Exame de Suficiência; relação de aprovados nas edições do Exame de Suficiência; canais de denúncia; solicitações à Ouvidoria; pedidos de acesso à informação.

Confira outros serviços em nossa Carta de Serviços ao Usuário no link: https://www.crcrs.org.br/carta-de-servicos-ao-usuario/

Alguns dados podem ser obtidos por meio de fontes disponíveis em outros cadastros de governo e disponibilizados ao CRCRS, de acordo com a legislação aplicável. Contudo, o usuário poderá, se desejar, ter acesso aos dados, editá-los e retificá-los sempre que estiverem incompletos, desatualizados ou inexatos (Artigo 18 da LGPD).

5. FINALIDADES PARA AS QUAIS SÃO UTILIZADOS OS DADOS PESSOAIS

A utilização de seus dados pessoais é realizada observando a legislação vigente e para atendimento de obrigação legal ou regulatória do CRCRS, visando o cumprimento de nossas atribuições precípuas de registro, fiscalização e ações de educação continuada e outros serviços destinados à sociedade e ao profissional da contabilidade. Portanto, o tratamento dos dados ocorre prioritariamente em conformidade com o inciso II do artigo 7º da LGPD, e, caso o embasamento não seja nessa hipótese, se dependente de consentimento, será sempre informado explicitamente ao titular, que poderá revogá-lo a qualquer tempo.

6. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Conforme estabelecido pelo Artigo 7º da LGPD, o tratamento de dados pessoais somente será realizado nas seguintes hipóteses: mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; pela administração pública, para tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD; quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados; para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; e quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Os dados informados estão sujeitos às práticas de tratamento estabelecidas em lei, quais sejam: recepção, classificação, processamento, armazenamento e arquivamento (Art. 5º, X, da LGPD).

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Dados cadastrais registrados no CRCRS e/ou realizados no portal não são compartilhados com órgãos ou entes externos, exceto aqueles relativos à participação em cursos promovidos em parceria ou previstos em contratos, convênios ou termos de cooperação técnica celebrados com outras entidades, disponíveis no portal da LGPD, sempre em relação estrita com as finalidades precípuas da entidade, dispostas no Decreto-Lei nº 9.295/1946, exceto nas situações de consentimento livre e esclarecido do titular de dados.

O CRCRS não compartilha nem autoriza o compartilhamento de informações para fins ilícitos, abusivos ou discriminatórios, em hipótese alguma.

8. ARMAZENAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Nó utilizaremos seus dados pessoais de acordo com os prazos dispostos na Tabela de Temporalidade regulamentada pelo Arquivo Nacional, para alcançar as finalidades para as quais eles foram coletados ou para cumprir com obrigações legais aplicáveis.

9. UTILIZAÇÃO DE COOKIES

Cookies são pequenos arquivos de texto gerados durante seu acesso ao portal, que são utilizados para auxiliar na navegação, autenticação e personalização do atendimento.

10. GERENCIAMENTO DA PRIVACIDADE

O CRCRS disponibilizou o e-mail dpo@crcrs.org.br como canal competente para esclarecimentos sobre a privacidade de seus dados.

11. REDES SOCIAIS

Para se aproximar cada vez mais dos profissionais, de estudantes, da sociedade e daqueles que se identificam com a classe contábil, o CRCRS se mantém presente em mídias sociais, como Youtube, Instagram, Facebook e Linkedin.

Quando você interagir com o CRCRS por meio de redes sociais, seus dados pessoais também estarão visíveis a todos os demais visitantes, de acordo com suas configurações de privacidade de cada um desses ambientes. Neste caso, o CRCRS não é responsável pelo tratamento de tais dados pessoais ou pela política de privacidade das redes sociais.

12. MONITORAMENTO

Nossas instalações podem estar equipadas com câmeras de vigilância devidamente identificadas. As câmeras de vigilância objetivam a proteção e segurança dos empregados, visitantes e das instalações do CRCRS. Todas as imagens são excluídas rotineiramente, exceto em situações em que tenha ocorrido um incidente sobre saúde, violação de segurança, atividade criminosa suspeita ou real, bem como demais hipóteses previstas em lei e, nesses casos, elas podem ser visualizadas por equipes

internas e externas, quando for legalmente exigido ou permitido para o cumprimento da lei ou exigência de outra autoridade competente.

13. COMUNICAÇÃO E MARKETING

Caso você tenha consentido em receber comunicações do CRCRS, você poderá receber os informativos e e-mails conforme seu consentimento. Também poderemos lhe enviar comunicações sem o consentimento prévio, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória ou somente para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, entre outras: o apoio e a promoção das atividades do CRCRS; a proteção do exercício regular de seus direitos como titular de dados na prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas suas legítimas expectativas e seus direitos e liberdades fundamentais.

14. SEGURANÇA NO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DO USUÁRIO

O CRCRS se compromete a aplicar as medidas técnicas e organizativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados.

Para garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

No entanto, o CRCRS se exime de responsabilidade por culpa exclusiva de terceiro, como em caso de ataque de hackers ou crackers, ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiros. O CRCRS se compromete, ainda, a comunicar o usuário, em prazo adequado, caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

A violação de dados pessoais é uma violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

Por fim, o CRCRS se compromete a tratar os dados pessoais do usuário com confidencialidade, dentro dos limites legais.

15. ALTERAÇÃO DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 23-09-2022.

O CRCRS se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, a presente norma, especialmente para adaptá-las às evoluções dos serviços, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização desta Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no portal do CRCRS e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

16. CONTATO

Controlador: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul

Endereço: Rua Gutemberg, 151 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - CEP 91310-010. Telefone: (51) 3254.9400

Encarregado: Marcelo Cristiano de Mello - Contatos: (51) 3254.9435 - dpo@crcrs.org.br

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Esta política será regida pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base nesta política será dirimida exclusivamente pela Justiça Federal - Seção do Rio Grande do Sul.

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 626, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova a Política de Segurança da Informação (PSI) do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e padrões para garantir um ambiente tecnológico e não digital controlado, eficiente e seguro, de forma a oferecer todas as informações necessárias à classe contábil e à sociedade, com integridade, confidencialidade e disponibilidade;

Considerando que o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS) recebe e produz informações de caráter e procedência diversos, as quais devem permanecer íntegras, disponíveis e, nas situações em que a observância for obrigatória, com sigilo resguardado;

Considerando que as informações no CRCRS são armazenadas em diversas formas e veiculadas em diferentes meios físicos e eletrônicos, sendo, portanto, vulneráveis a incidentes, como desastres naturais, acessos não autorizados, mau uso, falhas de equipamentos, extravio e furto;

Considerando o número progressivo de incidentes cibernéticos, no ambiente da rede mundial de computadores, e a necessidade de processos de trabalho orientados para a boa gestão da segurança à infomação;

Considerando a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), que "dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural";

Considerando o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação, em especial, o inciso II do artigo 15;

Considerando o Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

Considerando a Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

Considerando as boas práticas preconizadas pelas normas ABNT NBR ISO/IEC, série 27000, e outras normas nacionais e internacionais relativas à Segurança da Informação;

Considerando a necessidade de estabelecer responsabilidades internas quanto à Segurança da Informação;

Considerando a Portaria CRCRS nº 071, de 03 de junho de 2022, que criou o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) no âmbito do CRCRS, resolve:

CAPÍTULO I - Definição e Competências

Art. 1º Fica instituída a Política de Segurança da Informação no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), nos termos desta resolução.

Parágrafo único. Todos os instrumentos normativos gerados a partir da Política de Segurança da Informação do CRCRS são partes integrantes desta e emanam dos princípios e diretrizes nela estabelecidos.

CAPÍTULO II - Disposições Gerais

SEÇÃO I - Objetivos

Art. 2º A PSI tem por finalidade estabelecer normas, diretrizes e procedimentos para a segurança no uso, tratamento, controle e proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos por qualquer meio de informação e comunicação, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações no âmbito do CRCRS.

Parágrafo único. A PSI está alinhada às estratégias institucionais, à política de governança, à gestão de riscos e aos normativos que regem a matéria.

Art. 3º A PSI trata do uso e do compartilhamento de dados, informações e documentos no âmbito do CRCRS, em todo o seu ciclo de vida (criação, manuseio, divulgação, armazenamento, transporte e descarte), objetivando a continuidade de seus processos críticos, em conformidade com a legislação vigente, normas, requisitos regulamentares e contratuais, valores éticos e as melhores práticas de segurança da informação.

Art. 4º. Para a segurança da informação no CRCRS, serão rigorosamente observados o compromisso institucional com a proteção das informações de sua propriedade e/ou sob a sua guarda, a participação e o cumprimento por todos os colaboradores em todo o processo e o disposto neste normativo, nas disposições constitucionais, legais e regimentais vigentes.

SEÇÃO II - Premissas

Art. 5º São premissas da PSI:

I - proteger os dados pessoais, a privacidade e o acesso à informação, valorizando o princípio da autodeterminação informativa (sem prejuízo ao direito à informação), o legítimo interesse, a liberdade de expressão, o direito à opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos titulares de dados pessoais, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a livre iniciativa, os direitos do consumidor, o livre desenvolvimento da personalidade e a cidadania;

II - proteger as informações institucionais e cadastrais, visando minimizar danos às finalidades institucionais, prevenir fraudes e maximizar o retorno dos investimentos e oportunidades, de acordo com a sua sensibilidade e exposição ao risco;

III - garantir condições para que os empregados, estagiários, prestadores de serviços, conselheiros e, quando aplicável, terceiros e quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRCRS sejam orientados sobre a existência e a utilização dos instrumentos normativos, dos procedimentos e dos controles de segurança adotados pelo CRCRS;

IV - capacitar as equipes envolvidas em tecnologias sensíveis;

V - criar, desenvolver e manter cultura relacionada à segurança da informação, alinhada às diretrizes nacionais de segurança da informação.

SEÇÃO III - Princípios Básicos

Art. 6º A PSI do CRCRS orienta-se pelos seguintes princípios básicos:

I - Disponibilidade: garante que a informação esteja sempre acessível para uso legítimo de pessoas físicas, sistemas e entidades autorizadas;

II - Integridade: garante que a informação esteja correta, confiável e sem a ocorrência de mudanças. Além disso, assegura que a informação não seja modificada, gravada ou excluída, propositalmente, acidentalmente ou sem autorização;

III - Confidencialidade: garante que a informação seja acessível apenas às pessoas físicas, ao sistema e às entidades autorizadas;

IV - Autenticidade: garante a identificação de pessoa física, sistema e entidade que produziu, expediu, modificou ou excluiu a informação;

V - Proteção: assegura o direito individual e coletivo das pessoas à inviolabilidade da sua intimidade e ao sigilo da informação, nos termos previstos na Constituição Federal.

Art. 7º As ações de Segurança da Informação, no âmbito do CRCRS, são norteados pelos seguintes princípios:

I - Criticidade: define a importância da informação para a continuidade da execução das finalidades institucionais;

II - Celeridade: garante respostas rápidas a incidentes e falhas de segurança;

III - Clareza: define que as regras e a documentação sobre segurança da informação devam ser elaboradas de forma clara, precisa, concisa e de fácil entendimento;

IV - Ética: preserva o direito do empregado, colaborador, terceirizado, conselheiro, estagiário e prestador de serviços, sem que ocorra o comprometimento da segurança da informação;

V - Legalidade: devem ser levadas em consideração as leis, as normas e as políticas organizacionais, administrativas, técnicas e operacionais vigentes;

VI - Responsabilidade: define que os usuários são responsáveis pelo cumprimento desta PSI e devem respeitar a legislação e normas pertinentes à Segurança da Informação vigentes;

VII - Privacidade: estabelece que o direito do cidadão de não ter registros pessoais e da vida privada divulgados sem sua prévia autorização deve ser assegurado;

VIII - Publicidade: determina que a divulgação das informações deve observar os critérios legais aplicáveis.

Art. 8º São observados, ainda, sem prejuízo dos demais, os princípios constitucionais e demais normativos que regem a matéria.

SEÇÃO IV - Abrangência

Art. 9º O disposto neste instrumento aplica-se a todos os empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, conselheiros e, quando aplicável, a terceiros e a quaisquer outras pessoas que prestem serviços ao CRCRS e que tenham acesso a qualquer informação ou comunicação, obrigando-os ao cumprimento de suas diretrizes para manuseio, tratamento, controle, proteção das informações e conhecimentos produzidos, armazenados ou transmitidos pelos sistemas de informação ou por meio de outros recursos.

§ 1º Os contratos, convênios e instrumentos congêneres conterão cláusulas específicas que imponham aos contratados e convenentes a obrigação de observarem o disposto nesta PSI, para o exercício de suas atividades no âmbito do CRCRS.

§ 2º Os termos aditivos dos contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados após a aprovação desta PSI deverão incluir cláusulas específicas que imponham aos contratados/convenentes a obrigação de observarem o disposto nesta Política, para o exercício de suas atividades no âmbito do CRCRS.

§ 3º No caso de contratos de trabalho de empregados, serão utilizadas as cláusulas específicas de cumprimento de normativos, conforme disposto no Regulamento de empregados do CRCRS.

CAPÍTULO III - Conceitos e Classificação das Informações

SEÇÃO I - Conceitos e Definições

Art. 10. Para os efeitos desta Política de Segurança, entende-se por:

I - Ameaça: qualquer circunstância ou evento com potencial de causar impacto negativo sobre a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade da informação;

II - Assinatura digital: conjunto de dados criptografados, associados a determinado documento ou arquivo que foi assinado, destinado a garantir a autenticidade e a integridade das informações constantes do documento, sua autoria e eventuais modificações;

III - Acessibilidade: facilidade no acesso ao conteúdo e ao significado de um objeto digital;

IV - Ativo de informação: patrimônio composto de dados, informações e conhecimentos obtidos, gerados e manipulados durante a execução dos sistemas e processos de trabalho;

V - Metadados: dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo;

VI - Autenticidade: propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por um determinado indivíduo, entidade ou processo;

VII - Banco de Dados (ou Base de Dados): um sistema de armazenamento de dados, ou seja, um conjunto de registros que tem como objetivo organizar e guardar as informações;

VIII - Confidencialidade: propriedade de que a informação não será disponibilizada ou divulgada a indivíduos, entidades ou processos sem autorização;

IX - Cópia de Segurança (backup): guarda de dados em um meio separado do original, de forma a protegê-los de qualquer eventualidade;

X - Fidedignidade: credibilidade de um documento arquivístico como uma afirmação de fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere e é estabelecido pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção;

XI - Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI): grupo de pessoas designado com a responsabilidade de assessorar a implementação das ações de segurança da informação no âmbito do CRCRS;

XII - Computação em nuvem: modelo computacional que permite acesso, por demanda e independente da localização, a conjunto compartilhado de recursos configuráveis de computação (rede de computadores, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços), provisionados com esforços mínimos de gestão ou interação com o provedor de serviços;

XIII - Controle de acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso;

XIV - Custódia: responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade;

XV - Custodiante da informação: usuário que atua em uma ou mais fases do tratamento da informação, ou seja, recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, incluindo a sigilosa;

XVI - Disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por indivíduo, entidades ou processos;

XVII - Dispositivos móveis: equipamentos portáteis, dotados de capacidade computacional e dispositivos removíveis de memória para armazenamento, entre eles, notebooks, netbooks, smartphones, tablets, pen drives, USB drives, HD externos e cartões de memória;

XVIII - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais ou Comitê de Gestão de Riscos: grupo de pessoas designado com a responsabilidade de receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança;

XIX - Evento: acontecimento que acarrete a mudança do estado atual de um processo;

XX - Gestão de continuidade: processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais para uma organização e os possíveis impactos nas finalidades institucionais, caso essas ameaças se concretizem, que objetiva garantir a recuperação de um ambiente de produção, independentemente de eventos que suspendam suas operações e de danos nos componentes (processos, pessoas, softwares, hardwares, infraestrutura, etc.) por ele utilizados. Esse processo fornece estrutura para que se desenvolva uma resiliência organizacional capaz de responder efetivamente e salvaguardar os interesses das partes envolvidas, a reputação e a marca da organização, assim como seus processos e seu valor agregado;

XXI - Gestão de Segurança da Informação: ações e métodos que têm como objetivo a integração das atividades de gestão de riscos, o tratamento de incidentes, o tratamento da informação, a conformidade, o credenciamento, a segurança cibernética, a segurança física, a segurança lógica, a segurança orgânica e a segurança organizacional aos processos institucionais estratégicos, operacionais e táticos, não se limitando, portanto, à Tecnologia da Informação;

XXII - Gestão de Riscos em Segurança da Informação: conjunto de processos que permite identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos os seus ativos de informação, e equilibrá-los com os custos operacionais e financeiros envolvidos;

XXIII - Gestor de Segurança da Informação: responsável pelas ações de segurança da informação no âmbito do CRCRS;

XXIV - Incidente de segurança: evento ou conjunto de eventos de segurança da informação, indesejados ou inesperados, confirmados ou sob suspeita, que tenham grande probabilidade de comprometer as operações e ameaçar a segurança da informação;

XXV - Informação: conjunto de dados, textos, imagens, métodos, sistemas ou quaisquer formas de representação dotadas de significado em determinado contexto, independentemente do meio em que resida ou da forma pela qual seja veiculado;

XXVI - Integridade: propriedade de que a informação não foi modificada ou destruída, de maneira não autorizada ou acidental, por indivíduos, entidades ou processos;

XXVII - Documento arquivístico: documento produzido ou recebido no curso de uma atividade prática como instrumento ou resultado dessa atividade, retido para ação ou referência;

XXVIII - Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação: processo interativo e evolutivo, composto de três etapas:

a) identificação e classificação de ativos de informação;

b) identificação de potenciais ameaças e vulnerabilidades; e

c) avaliação de riscos.

XXIX - Malwares: o nome malware vem do inglês malicious software (programa malicioso). Refere-se a qualquer tipo de programa indesejado, instalado sem seu consentimento e que pode trazer danos ao seu dispositivo;

XXX - Preservação digital: conjunto de ações gerenciais e técnicas exigidas para superar as mudanças tecnológicas e a fragilidade dos suportes, garantindo o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário;

XXXI - Repositório digital: complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos;

XXXII - Repositório arquivístico digital: repositório digital que armazena e gerencia documentos arquivísticos, seja nas idades corrente e intermediária, seja na idade permanente;

XXXIII - Plano de Continuidade de Serviços Essenciais: documentação dos procedimentos e informações necessários para manter os ativos de informação críticos e a continuidade de suas atividades em local alternativo previamente definido, em casos de incidentes;

XXXIV - Plano de Recuperação de Serviços Essenciais: documentação dos procedimentos e informações necessários para que se operacionalize o retorno das atividades criticas à normalidade;

XXXV - Política de Segurança da Informação: documento aprovado pela autoridade responsável pelo órgão, com objetivo de fornecer diretrizes, critérios e suporte administrativo suficientes à implementação da segurança da informação;

XXXVI - Público-alvo: conjunto de usuários internos e externos atendidos pela equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes;

XXXVII - Recurso criptográfico: sistemas, programas, processos e equipamento isolado ou em rede que utiliza algoritmo simétrico ou assimétrico para realizar a cifração ou decifração;

XXXVIII - Risco: possibilidade potencial de uma ameaça comprometer a informação ou o sistema de informação pela exploração da vulnerabilidade;

XXXIX - Segurança da Informação: ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

XL - Serviços essenciais: são aqueles que são imprescindíveis à atividade finalística deste Conselho;

XLI - Spam: termo usado para referir-se a e-mails não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas;

XLII - Termo de Responsabilidade: termo assinado pelo usuário concordando em contribuir com a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações a que tiver acesso, bem como assumir responsabilidades decorrentes de tal acesso;

XLIII - Termo de Confidencialidade: documento formal assinado por prestadores de serviço do CRCRS, por meio do qual se comprometem a manter sigilo em relação às informações consideradas confidenciais e respeitar as normas de segurança vigentes;

XLIV - Tratamento da informação: recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, inclusive as sigilosas;

XLV - Trilhas de auditoria: são rotinas específicas programadas nos sistemas para fornecerem informações de interesse da auditoria. São entendidas como o conjunto cronológico de registros (logs) que proporcionam evidências do funcionamento do sistema. Esses registros podem ser utilizados para reconstruir, rever/revisar e examinar transações desde a entrada de dados até a saída dos resultados finais, bem como para avaliar/rastrear o uso do sistema, detectando e identificando usuários não autorizados;

XLVI - Unidades Organizacionais: unidade em que está lotado o empregado, assessor, terceirizado, estagiário ou aprendiz;

XLVII - Usuários: pessoa física ou jurídica que opera algum sistema informatizado do CRCRS;

XLIII - Vulnerabilidade: fragilidade de um ativo ou grupo de ativos de informação que pode ser explorada negativamente por uma ou mais ameaças;

XLIX - Phishing: também conhecido como roubo de identidade. É uma fraude eletrônica, na qual o criminoso cibernético tenta obter informações confidenciais de forma fraudulenta. Normalmente, é realizado por falsificação de e-mail ou mensagem instantânea, e, muitas vezes, direciona usuários a inserir informações pessoais em um site falso, que corresponde à aparência do site legítimo. Esse método é muito usado para roubar senhas e números de cartões de crédito, entre outros dados confidenciais.

SEÇÃO II - Classificação das Informações

Art. 11. A classificação e o tratamento da informação, realizados por meio de procedimento definido, abrange informações provenientes dos serviços essenciais de Tecnologia da Informação do CRCRS.

Parágrafo único. As informações devem ser classificadas de forma a permitir tratamento diferenciado de acordo com o seu grau de importância, criticidade, sensibilidade e em conformidade com requisitos legais.

Art. 12. As informações devem ser classificadas e identificadas por rótulos, considerando os seguintes níveis:

I - Pública: são informações explicitamente aprovadas por seu responsável para consulta irrestrita, cuja divulgação externa não compromete a execução das finalidades institucionais, e que, por isso, não necessitam de proteção efetiva ou tratamento específico, em especial, editais de licitação, agendas e rotinas;

II - Interna: são informações disponíveis aos colaboradores do CRCRS para a execução de suas tarefas rotineiras, não se destinando, portanto, ao uso do público externo, em especial, memorandos, procedimentos internos, avisos e campanhas internas;

III - Confidencial: são informações de acesso restrito a um colaborador ou grupo de colaboradores. Sua revelação pode violar a privacidade de indivíduos, violar acordos de confidencialidade, dentre outros, em especial, processos judiciais e dados cadastrais de colaboradores;

IV - Confidencial/Restrita: são informações de acesso restrito a um colaborador ou grupo de colaboradores que, obrigatoriamente, são delas destinatários. Em geral, são informações associadas ao interesse estratégico do CRCRS e estão restritas ao presidente, ao diretor, aos gerentes e aos colaboradores cujas funções requeiram conhecê-las, tais como resultado da avaliação do desempenho, processo administrativo disciplinar, sanções e penalidades aplicadas e dados sensíveis.

CAPÍTULO IV - Competências, Atribuições e Responsabilidades

SEÇÃO I - Competências

Art. 13. Ao Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) compete:

I - propor melhorias e atualizar a Política de Segurança da Informação (PSI);

II - propor, analisar e revisar normas complementares relativas à segurança da informação, em conformidade com as legislações vigentes, e submeter à aprovação do Conselho Diretor do CRCRS;

III - tratar dos assuntos de segurança da informação e assessorar diretamente as decisões do Conselho Diretor do CRCRS;

IV - propor investimentos relacionados à segurança da informação, com o intuito de fortalecer o ambiente tecnológico e não digital e minimizar os riscos causados em virtude de possíveis vulnerabilidades;

V - acompanhar o gerenciamento do ciclo de vida de incidentes de segurança, visando ao processo de melhoria contínua;

VI - coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes de segurança, juntamente com o Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados e com o Encarregado de dados pessoais, quando se tratar de incidentes de segurança com dados pessoais, em conformidade com as Políticas de Incidentes de Segurança da Informação e de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais do CRCRS;

VII - agir proativamente, com o objetivo de evitar que ocorram incidentes de segurança, divulgando práticas e recomendações de segurança da informação e avaliando condições de segurança de rede por meio de verificações de conformidade;

VIII - realizar ações reativas que incluem recebimento de notificações de incidentes, orientação de equipes no reparo a danos e analise de sistemas comprometidos, buscando causas, danos e responsáveis, em conformidade com a Política de Incidentes de Segurança da Informação;

IX - receber e analisar as notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores e em suportes físicos do CRCRS, em conformidade com a Política de Incidentes de Segurança da informação;

X - executar as ações necessárias para tratar quebras de segurança;

XI - obter informações quantitativas acerca dos incidentes ocorridos que descrevam sua natureza, causas, data de ocorrência, frequência e custos resultantes;

XII - planejar e coordenar a execução das ações de segurança da informação;

XIII - definir estratégias para a implementação desta PSI e suas normas complementares;

XIV - supervisionar e analisar a efetividade dos processos, procedimentos, sistemas e dispositivos de segurança da informação;

XV - acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de quebras de segurança;

XVI - encaminhar os fatos apurados, decorrentes de quebras de segurança, à autoridade competente, para a aplicação das penalidades previstas;

XVII - gerenciar a análise de risco de segurança da informação;

XVIII - verificar se os procedimentos de segurança da informação estão sendo aplicados de forma a atender à conformidade com legislações vigentes; e

XIX - providenciar a divulgação interna e permanente desta PSI e de suas normas complementares.

Art. 14. À Seção de Tecnologia da Informação (TI) compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades de TI, em conformidade com as diretrizes desta PSI;

II - elaborar, implementar e atualizar normas internas específicas em conformidade com esta PSI e demais diretrizes do Conselho;

III - propor metodologias e processos referentes à segurança da informação, como classificação de acessos à informação, avaliação de risco, análise de vulnerabilidade, entre outros;

IV - classificar e reclassificar o nível de acesso às informações sempre que necessário, em conformidade com a metodologia definida e com as restrições identificadas pelos responsáveis pelas Unidades Organizacionais ou pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação;

V - gerenciar o ciclo de vida de incidentes de segurança, visando ao processo de melhoria contínua;

VI - promover a recuperação de sistemas;

VII - manter registros e procedimentos como trilhas de auditoria e outros que assegurem o rastreamento, o acompanhamento, o controle e a verificação de acesso a todos os sistemas corporativos e das redes computacionais do CRCRS;

VIII - manter equipe, interna ou terceirizada, de segurança da informação com a responsabilidade de apoiar o Comitê Gestor de Segurança da Informação no cumprimento de suas atribuições;

VIX - definir as regras para instalação de software e hardware no CRCRS;

X - avaliar a possibilidade de utilização de equipamentos pessoais (smartphones e notebooks) para uso na rede do CRCRS, condicionado ao cumprimento dos requisitos de segurança que garantam a integridade das informações;

XI - supervisionar os acessos às informações e aos ativos de tecnologia (sistemas, banco de dados e recursos de rede), tendo como referência a PSI e as normas de segurança da informação;

XII - efetuar as alterações, exclusões, inclusões e manter registros e controles atualizados de todos os acessos sempre que demandado formalmente pelas Unidades Organizacionais acerca de admissão, demissão e movimentação de pessoal e/ou entrada/saída de novos processos;

XIII - promover, com o envolvimento da Direção Administrativa, palestras de conscientização dos colaboradores em relação à importância da segurança da informação;

XIV - manter comunicação efetiva com o Comitê Gestor de Segurança da Informação sobre possíveis ameaças e ações que deverão ser adotadas para mitigação dos riscos;

XV - buscar alinhamento com as diretrizes da organização, em especial com o planejamento estratégico, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e o o Plano de Integridade.

Art. 15. À Seção de Recursos Humanos, compete:

I - comunicar à Seção de TI, por meio de Help Desk, o ingresso, a alteração de lotação ou localização e o desligamento de pessoal, inclusive postos terceirizados, no âmbito do CRCRS;

II - incluir, na análise e elaboração de contratos, sempre que necessário, cláusulas específicas relacionadas à segurança da informação com o objetivo de proteger os interesses do CRCRS;

III - assegurar que os colaboradores comprovem, por escrito, estar cientes deste regulamento.

SEÇÃO II - Responsabilidades

SUBSEÇÃO I - Usuários

Art. 16. Para o CRCRS, são considerados usuários todos os conselheiros, integrantes de Grupos de Estudos Técnicos, delegados representantes, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços e terceiros que tenham acesso ao ambiente de tecnologia da informação, os quais têm as seguintes responsabilidades:

I - ter pleno conhecimento e cumprir fielmente a PSI, as normas e os procedimentos de segurança da informação do CRCRS;

II - solicitar esclarecimentos ao Comitê Gestor de Segurança da informação em caso de dúvidas relacionadas à PSI;

III - gerenciar os ativos sob sua responsabilidade e garantir que os documentos e arquivos impressos ou digitais, equipamentos e recursos tecnológicos à sua disposição sejam utilizados, exclusivamente, para uso a serviço do CRCRS;

IV - acessar a rede de dados do CRCRS somente após tomar ciência das normas de Segurança da Informação e assinar Termo de Responsabilidade;

V - tratar a informação arquivística digital e impressa como patrimônio do CRCRS e como recurso que deva ter seu sigilo preservado;

VI - utilizar informações arquivísticas digitais e impressas disponibilizadas e os sistemas e produtos computacionais de propriedade ou direito de uso do CRCRS exclusivamente para interesse do serviço;

VII - preservar o conteúdo das informações sigilosas a que tiver acesso, sem divulgá-las para pessoas não autorizadas e/ou que não tenham necessidade de conhecê-las;

VIII - não tentar obter acesso à informação cujo grau de sigilo não seja compatível com a sua credencial de segurança ou cujo teor não tenha autorização ou necessidade de conhecer;

IX - não se fazer passar por outro usuário usando a identificação com login e senha de acesso;

X - no caso de exoneração, demissão, licenciamento, término de prestação de serviço ou qualquer tipo de afastamento, preservar o sigilo das informações e documentos sigilosos a que teve acesso;

XI - não compartilhar, transferir, divulgar ou permitir o conhecimento de credenciais de acesso (senhas) utilizadas no ambiente computacional do CRCRS por terceiros;

XII - responder perante o CRCRS pelo uso indevido das suas credenciais de acesso, no âmbito administrativo e, se for o caso, perante a Justiça, no âmbito penal e civil;

XIII - não transmitir, copiar ou reter arquivos contendo textos, fotos, filmes ou quaisquer outros registros que contrariem a moral, os bons costumes e a legislação vigente;

XIV - não transferir qualquer tipo de arquivo que pertença ao CRCRS para outro local, seja por meio magnético ou não, exceto no interesse do serviço e mediante autorização da autoridade competente;

XV - estar ciente de que o processamento, o trâmite e o armazenamento de arquivos que não sejam de interesse do serviço não são permitidos na rede computacional do CRCRS;

XVI - estar ciente de que toda informação digital armazenada, processada e transmitida no ambiente computacional e nos arquivos setoriais, intermediários e permanentes impressos ou digitais do CRCRS pode ser auditada;

XVII - estar ciente de que o correio eletrônico é de uso exclusivo para o interesse do serviço e que qualquer correspondência eletrônica originada ou retransmitida no ambiente computacional do CRCRS deve obedecer a esse preceito.

XVIII - assinar o Termo de Responsabilidade, conforme Anexo I desta resolução, e declarar, formalmente, ter pleno conhecimento e aceitar expressamente, sem reservas, os termos desta PSI;

XIX - utilizar as credenciais de acesso, login e senha, assim como os recursos computacionais em conformidade com a PSI do CRCRS e procedimentos estabelecidos em normas específicas do Conselho;

XX - comunicar, tempestivamente, ao gestor imediato ou ao Comitê Gestor de Segurança da Informação qualquer violação a esta política, suas normas e procedimentos;

XXI - fazer uso da política de mesa limpa e tela protegida para garantir a proteção das informações de maneira eficaz e reduzir os riscos de acesso não autorizado, perda ou dano à informação durante e fora do horário normal de trabalho. Nenhuma informação confidencial deve ser deixada à vista, seja em papel ou em quaisquer dispositivos, eletrônicos ou não;

XXII - devolver as informações ou documentos sigilosos que estejam em seu poder;

XXIII - não manter armazenados, em seus equipamentos eletrônicos e softwares de uso particular e e-mails pessoais, os dados digitais de propriedade do CRCRS.

SUBSEÇÃO II - Custodiante

Art. 17. Ao custodiante da informação cabem as seguintes responsabilidades:

I - cumprir e zelar pela observância integral das diretrizes desta PSI e demais normas e procedimentos decorrentes;

II - zelar pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações e recursos em qualquer suporte sob sua custódia, conforme condições estabelecidas nesta PSI e demais normas e procedimentos decorrentes, mediante assinatura do Termo de Responsabilidade;

III - participar de capacitação e treinamento em segurança da informação, quando convocado;

IV - utilizar os recursos sob sua responsabilidade, exclusivamente, para o fim a que se destinam;

V - proteger as informações contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada;

VI - preservar a classificação do grau de sigilo de documentos, dados e informações dos quais tiver conhecimento em decorrência do exercício de suas funções;

VII - comunicar prontamente ao seu gestor imediato e ao Comitê Gestor de Segurança da Informação qualquer incidente de que tenha conhecimento ou situações que comprometam a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações.

SUBSEÇÃO III - Gestores das Unidades Organizacionais

Art. 18. Os gestores das Unidades Organizacionais do CRCRS são responsáveis por:

I - ter postura exemplar em relação à segurança da informação para servir como modelo de conduta para os colaboradores sob sua gestão;

II - cumprir e fazer cumprir esta PSI;

III - exigir dos prestadores de serviços ou outras entidades externas a assinatura do Termo de Confidencialidade referente a informações as quais terão acesso, quando aplicável;

IV - informar, sempre que necessário, atualizações referentes a processos e/ou cadastros de colaboradores para que as permissões possam ser concedidas ou revogadas de acordo com a necessidade;

V - adotar os procedimentos necessários sempre que identificar descumprimentos da PSI.

CAPÍTULO V - Diretrizes e Procedimentos

SEÇÃO I - Diretrizes

Art. 19. Esta PSI tem como principal diretriz a preservação da disponibilidade, integridade e confiabilidade dos dados, informações e conhecimentos que compõem o ativo da informação do CRCRS.

Art. 20. Os usuários deverão ser treinados e conscientizados nos procedimentos de segurança da informação.

Art. 21. Quando houver o afastamento ou a mudança de responsabilidade, de lotação ou de atribuições do usuário dentro da organização, será necessária a revisão imediata dos direitos de acesso e uso de ativos.

§ 1º Os direitos de acesso e o uso dos ativos atribuídos ao usuário deverão ser extintos quando da efetivação de seu desligamento.

§ 2º Todo ativo produzido pelo usuário desligado será de propriedade do CRCRS, observadas as disposições da legislação aplicável.

SUBSEÇÃO I - Pressupostos Básicos

Art. 22. Esta Política de Segurança da Informação é constituída dos seguintes pressupostos básicos:

I - o sucesso das ações nos assuntos de segurança da informação está diretamente associado à capacitação científico-tecnológica dos recursos humanos envolvidos, à conscientização do público interno, à qualidade das soluções adotadas e à proteção das informações contra ameaças internas e externas;

II - a informação é um recurso vital para o adequado funcionamento de toda e qualquer organização, devendo ser tratada como patrimônio a ser protegido e preservado.

III - a Política de Segurança da Informação é o instrumento que regula a proteção dos dados, informações e conhecimentos da instituição, com vistas à garantia de integridade, de disponibilidade e de confidencialidade;

IV - todos os empregados, estagiários, aprendizes, conselheiros, prestadores de serviços, membros de grupos ou particulares que, oficialmente, executem atividade vinculada à atuação institucional do CRCRS e sejam usuários dos ativos sigilosos devem assinar o Termo de Responsabilidade quanto ao sigilo dos dados, informações e conhecimentos da administração do CRCRS.

SEÇÃO II - Providências

SUBSEÇÃO I - Tratamento da Informação

Art. 23. Esta Política de Segurança da Informação considera os seguintes requisitos para o Tratamento da Informação:

I - toda informação criada, adquirida ou custodiada pelo usuário, no exercício de suas atividades, é considerada bem e propriedade do CRCRS e deve ser protegida segundo as diretrizes descritas nesta PSI e demais regulamentações em vigor, com o objetivo de minimizar riscos às atividades e serviços institucionais e preservar sua imagem;

II - é expressamente proibido o acesso, a guarda ou o encaminhamento de material discriminatório, malicioso, não ético, obsceno ou ilegal por intermédio de quaisquer meios e recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo CRCRS;

III - os ativos de informação devem ser protegidos de forma preventiva, com o objetivo de minimizar riscos às atividades e aos objetivos das finalidades institucionais do CRCRS;

IV - as informações criadas, armazenadas, manuseadas, transportadas ou descartadas devem ser classificadas segundo o grau de sigilo, criticidade e outros, conforme normas internas e legislação específica em vigor;

V - todo usuário deve respeitar a classificação atribuída a uma informação e, a partir dela, conhecer e obedecer às restrições de acesso e divulgação associadas;

VI - as informações produzidas ou custodiadas pelo CRCRS somente devem ser descartadas ou destruídas conforme o seu nível de classificação e atendendo às exigências legais;

VII - deve ser disponibilizada uma solução de assinatura digital aderente à legislação em vigor, com a finalidade de mitigar riscos associados à informação impressa;

VIII - a manipulação de informações classificadas em qualquer grau de sigilo deve seguir as normas internas e a legislação em vigor.

§ 1º Qualquer outra forma de uso das informações que extrapole as atribuições necessárias ao desempenho das atividades dos usuários, internos ou colaboradores, necessitará de prévia autorização formal.

§ 2º O acesso, quando autorizado, dos usuários internos ou externos às informações produzidas ou custodiadas pelo CRCRS, que não sejam de domínio público, será condicionado a um termo de sigilo e responsabilidade, formal ou virtual.

§ 3º As informações deverão ser classificados de forma a permitir tratamento diferenciado de acordo com o seu grau de importância, criticidade, sensibilidade, e em conformidade com requisitos legais.

SUBSEÇÃO II - Controle de Acesso

Art. 24. O controle de acesso aos sistemas internos e externos, o credenciamento de acesso de usuários aos ativos de informação e o acesso às informações em áreas e instalações consideradas críticas devem ser implantados nos níveis físico e lógico e serão definidos na Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, em conformidade com as diretrizes desta PSI.

Parágrafo único. As medidas de proteção serão adotadas para evitar que usuários dos ativos de Tecnologia da Informação não tenham permissão para instalar, remover, modificar, criar ou desenvolver softwares sem a devida autorização.

Art. 25. O ingresso à rede interna deve ser devidamente controlado para que os riscos de acessos não autorizados e/ou indisponibilidade das informações sejam minimizados, devendo os procedimentos serem definidos em normas específicas, em especial, a Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS.

SUBSEÇÃO III - Política de Senhas

Art. 26. A política de senhas de acessos aos sistemas e informações do CRCRS deve ser definida na Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, em conformidade com as diretrizes desta PSI.

SUBSEÇÃO IV - Uso de E-mail

Art. 27. O uso de e-mail no âmbito do CRCRS deve ser definido na Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, em conformidade com as diretrizes desta PSI, e deve tratar, entre outras coisas, do controle de acesso.

SUBSEÇÃO V - Acesso à Internet

Art. 28. O acesso à rede mundial de computadores, no âmbito do CRCRS, deve ser definido na Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS, em conformidade com as diretrizes desta PSI, orientações governamentais e legislações específicas em vigor.

SUBSEÇÃO VI - Tratamento de Incidentes de Rede

Art. 29. A gestão de incidentes de segurança da informação deverá ser realizada por meio de processo formalizado, contendo as fases de detecção, triagem, análise e resposta aos incidentes de segurança, em conformidade com a Política de Incidentes de Segurança da Informação e com Política de Notificação de Incidentes de Segurança com Dados Pessoais do CRCRS.

Parágrafo único. O CRCRS manterá equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais, com a responsabilidade de receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em rede de computadores, sendo a criação, a estrutura e o modelo de implementação desta equipe definidos em portaria que deverá estar em conformidade com as diretrizes desta PSI.

SUBSEÇÃO VII - Gestão de Riscos

Art. 30. A gestão de riscos é realizada por meio de processo formalizado, contendo as fases de análise, avaliação e tratamento dos riscos. Os riscos devem ser continuamente monitorados e tratados, de acordo com as vulnerabilidades associadas aos ativos de informação e aos níveis de risco, conforme procedimentos definidos em norma específica sobre gestão de riscos.

§ 1º Os usuários são responsáveis por adotar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos a que estão sujeitos seus ativos de informação no âmbito do CRCRS.

§ 2º O processo de inventário e mapeamento de ativos de informação deve ser aplicado tanto na gestão de riscos quanto na gestão de continuidade, conforme procedimentos definidos em norma específica sobre o tema.

SUBSEÇÃO VIII - Gestão de Continuidade

Art. 31. As diretrizes para a Gestão de Continuidade de TI, conforme procedimentos definidos em norma específica, devem minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades críticas, além de recuperar perdas de ativos e informação em nível aceitável e em tempo hábil, por intermédio de ações de prevenção e recuperação.

Parágrafo único. As informações de propriedade ou custodiadas pelo CRCRS, quando armazenadas em meio eletrônico, devem ser providas de cópia de segurança atualizada e guardada em local remoto, de forma a garantir a continuidade das atividades da instituição, em conformidade com a Política de Backup. Já as informações armazenadas em outros meios devem possuir mecanismos de proteção que preservem sua integridade, conforme o nível de classificação atribuído.

SUBSEÇÃO IX - Auditoria e Conformidade

Art. 32. A Auditoria em Segurança da Informação é uma atividade devidamente estruturada para examinar criteriosamente a situação dos controles que se aplicam à segurança da informação, especialmente por meio da análise de objetos e respectivos pontos de controle. Para tanto, é preciso verificar se os controles estão de acordo com as normas e políticas de segurança estabelecidas para esses ativos, bem como se o que está em operação alcança os objetivos de segurança.

Art. 33. O CRCRS deve criar e manter registros e procedimentos, como trilhas de auditoria, que possibilitem o rastreamento, o acompanhamento, o controle e a verificação de acessos aos sistemas corporativos e rede interna da entidade. Sobre a auditoria de conformidade:

I - deve ser realizada com periodicidade mínima anual, para a verificação de conformidade das práticas de Segurança da Informação aplicadas no CRCRS com esta PSI, bem como com a legislação específica em vigor;

II - a verificação de conformidade pode ser estendida para os contratos, convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos do mesmo gênero celebrados com o CRCRS;

III - a verificação de conformidade poderá combinar ampla variedade de técnicas, tais como análise de documentos, análise de registros e logs, análise de código-fonte, entrevistas e testes de invasão;

IV - os resultados de cada ação de verificação de conformidade serão documentados em Relatório de Avaliação de Conformidade;

V - deverão ser tomadas medidas de proteção para que administradores de sistemas não tenham permissão de exclusão ou desativação de registros de log de suas próprias atividades;

VI - os recursos e informações de registro de log deverão ser protegidos contra falsificação e acesso não autorizado;

VII - compete ao Sistema de Gestão de Qualidade do CRCRS o acompanhamento da Auditoria de Segurança da Informação.

§ 1º Os procedimentos e as metodologias utilizados na auditoria no âmbito do CRCRS serão definidos em norma específica, em conformidade com as diretrizes desta PSI e demais legislações em vigor.

§ 2º A realização de auditoria especial deverá ser, obrigatoriamente, solicitada pelo gestor da área e aprovada pela diretoria correspondente. Durante a sua execução, deverão ser resguardados os direitos quanto à privacidade de informações pessoais, desde que estas não estejam dispostas em ambiente físico ou lógico de propriedade do CRCRS, de forma que se misturem ou impeçam o acesso às informações de propriedade ou sob a responsabilidade do CRCRS.

SUBSEÇÃO X - Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação

Art. 34. Nos aspectos relacionados à Segurança da Informação, o processo de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação deve produzir subsídios para a Gestão de Segurança da Informação, para a Gestão de Riscos de Segurança da Informação, para a Gestão de Continuidade de TI, bem como para os procedimentos de avaliação da conformidade, de melhorias contínuas, de auditoria e, principalmente, de estruturação e de geração da base de dados sobre os ativos de informação. O processo de Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação será regulamentado por meio da Política de Gestão de Ativos do CRCRS.

SUBSEÇÃO XI - Dispositivos Móveis

Art. 35. O uso de dispositivos móveis para acesso aos recursos computacionais no âmbito do CRCRS deve ser controlado com a implementação de mecanismos de autenticação, autorização e registro de acesso do usuário e ser definido na Política de Controle de Ativos, em conformidade com as diretrizes desta PSI.

SUBSEÇÃO XII - Backup

Art. 36. Todo sistema ou informação relevante para a operação das finalidades institucionais do CRCRS deve possuir cópia de seus dados de produção para que, em eventual incidente de indisponibilidade de dados, seja possível recuperar ou minimizar ao impactos nas operações da instituição, devendo a implementação dos procedimentos de backups ser definida na Política de Backup do CRCRS.

SUBSEÇÃO XIII - Criptografia

Art. 37. A cifração e a decifração de informações classificadas em qualquer grau de sigilo devem utilizar recurso criptográfico, conforme procedimentos definidos na Política de Controle de Ativos e em legislações específicas em vigor.

Parágrafo único. Qualquer sistema próprio do CRCRS que contenha tabelas com senhas devem ter esses dados armazenados de forma criptografada.

SUBSEÇÃO XIV - Redes Sociais

Art. 38. O uso institucional das redes sociais deve ser norteado por diretrizes, critérios, limitações e responsabilidades, definidas em norma complementar, em conformidade com as diretrizes desta PSI.

SUBSEÇÃO XV - Contratação de Serviços

Art. 39. Nos editais de licitação e nos contratos de empresas prestadoras de serviços com o CRCRS, deverá constar cláusula específica sobre obrigatoriedade de atendimento às normas desta PSI, bem como ser exigida da empresa contratada e do prestador de serviços a assinatura do Termo de Responsabilidade e do Termo de Confidencialidade, quando cabível.

Parágrafo único. A empresa contratada também deverá demonstrar que possui mecanismos que assegurem a segurança das informações do CRCRS por ela acessadas, direta ou indiretamente, no acesso aos ativos que contêm informações, e cumprir o disposto nesta PSI, quando aplicável.

Art. 40. Não poderá ser objeto de contratação a Gestão de Processos de Tecnologia da Informação ou a Gestão de Segurança da Informação.

§ 1º O apoio técnico aos processos de planejamento e a avaliação da qualidade das soluções de tecnologia da informação poderão ser objetos de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de empregados do CRCRS.

§ 2º O termos e procedimentos para contratação de serviços terceirizados serão detalhados em norma complementar específica.

SEÇÃO III - Direitos de Propriedade

Art. 41. Todo produto resultante do trabalho dos funcionários e colaboradores, tal como coleta de dados e documentos, sistema, metodologia, entre outros, é propriedade do CRCRS. Em caso de extinção ou rescisão do contrato de prestação de serviços, por qualquer motivo, deverá o colaborador devolver todas as informações confidenciais geradas e manuseadas em decorrência da prestação dos serviços ao CRCRS, ou emitir declaração de que as destruiu.

CAPÍTULO VI - Violações e Sanções

Art. 42. A inobservância de dispositivos constantes nesta Política de Segurança da Informação, normas ou procedimentos de segurança da informação do CRCRS é considerada falta grave, podendo acarretar, isolada ou cumulativamente, nos termos da lei, sanções administrativas, civis ou penais, assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 43. São consideradas violações à política, às normas ou aos procedimentos de segurança da informação as seguintes situações, entre outras:

I - quaisquer ações ou situações que possam expor o CRCRS à perda financeira e causar danos à sua imagem, direta ou indiretamente, de modo real ou potencial, comprometendo seus ativos de informação;

II - utilização indevida de dados corporativos, divulgação não autorizada de informações ou outras informações sem a permissão expressa do gestor;

III - uso de dados, informações, equipamentos, softwares, sistemas ou outros recursos tecnológicos, para propósitos ilícitos, que possam incluir a violação de leis, de regulamentos internos e externos, da ética ou de exigências de organismos reguladores da área de atuação do CRCRS;

IV - a não comunicação imediata à Seção de Tecnologia da Informação de quaisquer descumprimento deste regulamento;

V - o uso ilegal de software;

VI - a introdução (intencional ou não) de vírus de informática;

VII - as tentativas de acesso não autorizado a dados e sistemas;

VIII - a cópia, o compartilhamento ou a impressão de informações restritas ao CRCRS para uso próprio;

IX - a divulgação de informações sigilosas.

Art. 44. Será de inteira responsabilidade de cada colaborador todo prejuízo ou dano que vier a sofrer ou causar ao CRCRS e/ou a terceiros, em decorrência da não obediência às diretrizes e normas definidas neste regulamento.

CAPÍTULO VII - Divulgação e Atualização

Art. 45. Esta PSI e suas atualizações, após publicação, deverão ser amplamente divulgadas aos usuários e disponibilizadas no portal do CRCRS, sendo consideradas um documento de relevante interesse público.

Art. 46. Esta Política de Segurança da Informação deverá ser revisada sempre que se fizer necessário, não excedendo ao período máximo de 3 (três) anos, a contar da data de sua publicação.

CAPÍTULO VIII - Disposições Finais

Art. 47. Os casos omissos desta PSI serão resolvidos pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação do CRCRS.

Art. 48. O CRCRS tem o prazo de o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para implementação de todas as ações propostas nesta Política de Segurança da Informação.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

ANEXO I - Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo, eu _____, declaro ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), disponível para consulta no portal do CRCRS, no menu "Governança", submenu "LGPD".

Declaro que estou recebendo uma conta com privilégios adequados ao exercício das atividades que executo, a qual será utilizada somente para tal fim.

Declaro estar ciente de que minhas ações serão monitoradas nos termos da Política de Segurança da Informação do CRCRS e de que qualquer alteração será de minha responsabilidade, feita a partir de minha identificação, autenticação e autorização.

Estou ciente, ainda, que serei responsável pelo dano que possa causar em caso de descumprimento da Política de Segurança da Informação do CRCRS, ao realizar uma ação de iniciativa própria de tentativa quanto à modificação da configuração, física ou lógica, dos recursos computacionais sem a permissão da área competente.

Porto Alegre/RS, __ de_____ de 20__

Nome:

Matrícula:

Unidade Organizacional:

Nome:

Unidade Organizacional:

(Titular da Unidade Organizacional ou gestor do contrato, para o caso dos terceirizados)

RESOLUÇÃO CRCRS Nº 627, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022

Institui a Política Interna de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para o tratamento interno de dados pessoais no âmbito do CRCRS, a fim de atender aos dispositivos e estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, resolve:

CAPÍTULO I - Política e Definições

Art. 1º Fica instituída a Política Interna de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS).

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I - Dado pessoal: qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso significa que um dado é considerado pessoal quando permite a identificação direta ou indireta da pessoa natural;

II - Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

IV - Tratamento: toda a operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transparência, difusão ou extração;

V - Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

VI - Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. No caso desta política, o CRCRS;

VII - Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais: documento de comunicação e transparência que orienta a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

CAPÍTULO II - Objetivos e Princípios

Art. 3º A Política Interna de Proteção de Dados Pessoais do CRCRS tem por objetivo orientar todos aqueles que atuam tanto na qualidade de controlador quanto como operadores acerca das boas práticas em proteção de dados pessoais, a fim de propiciar conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art. 4º São princípios norteadores da LGPD e desta Política Interna:

I - Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com a abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento dos dados;

IV - Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuíta sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO III - Responsabilidade e Tratamento de Dados Pessoais

Art. 5º São responsáveis pelo correto tratamento dos dados pessoais o CRCRS, na qualidade de controlador, e todos aqueles que atuam como operadores, sendo necessária a cooperação dos envolvidos para o atendimento aos dispositivos legais e segurança dos dados pessoais sob seu controle.

Art. 6º O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo, conforme disposto no artigo 42 e seguintes da LGPD.

Art. 7º O tratamento dos dados pessoais no CRCRS deve seguir os princípios definidos nesta política, devendo ser estritamente voltado às finalidades às quais a coleta dos dados se destina, respeitando os critérios de compartilhamento e de segurança das informações.

Art. 8º Os dados pessoais devem ser manipulados apenas por pessoas que precisem lidar com eles, reduzindo, assim, os riscos de falhas humanas propiciarem um vazamento ou uso inadequado da informação.

Art. 9º Os dados serão identificados por setores e/ou por responsabilidades específicas dentro de cada unidade operacional, a fim de se conhecer, em cada situação, aqueles que atuam na qualidade de controlador ou como operadores, reduzindo os riscos de um incidente na segurança da informação.

Art. 10. O acesso dos empregados e prestadores de serviço do CRCRS aos materiais e às informações contidas nos sistemas informatizados é restrito de acordo com a autorização determinada para cada colaborador, conforme definido na Política de Controle de Acesso Lógico do CRCRS.

Art. 11. O acesso de empregados ou prestadores de serviço ao banco de dados do CRCRS é individual e protegido por senha própria e intransferível, garantindo o tratamento dos dados a pessoas autorizadas, conforme as permissões de acesso pré-definidas.

Art. 12. O único tratamento admitido para dados pessoais contidos nos resíduos eletrônicos gerenciados pelo CRCRS é a eliminação.

Parágrafo único. Para garantir que nenhum dos dados que eventualmente estejam armazenados nos dispositivos que o CRCRS gerencia sejam utilizados indevidamente, todos serão destruídos em conformidade com a legislação arquivística vigente que trata sobre a matéria.

CAPÍTULO IV - Critérios Estabelecidos

SEÇÃO I - Para a coleta dos dados pessoais

Art. 13. As informações referentes às pessoas físicas somente devem ser coletadas na medida da necessidade para a prestação de serviços, em conformidade com as hipóteses constantes no artigo 7º da LGPD.

Art. 14. O consentimento, quando necessário, é requerido ao solicitar dados que forem de pessoas físicas, por meio de aceite no campo apropriado em sistema ou por meio de assinatura de termo apropriado.

SEÇÃO II - Para o armazenamento dos dados pessoais

Art. 15. Os dados pessoais serão armazenados seguindo as diretrizes da Política de Armazenamento de Dados, Documentos e Arquivos (PADDA) do CRCRS e a legislação arquivística vigente.

Art. 16. Quando armazenados fisicamente, os dados devem ficar em local protegido por tranca, fora do alcance de outras pessoas que não as expressamente autorizadas a acessá-los. Quando armazenados, digitalmente, devem ficar em pasta protegida por criptografia ou restrição de acesso por senha pessoal, quando não se tratar de informações públicas.

Art. 17. Eventuais cópias de dados pessoais somente devem ser feitas, em caso de necessidade, para cumprimento da finalidade proposta ao tratamento dos dados.

SEÇÃO III - Para o compartilhamento interno e externo de dados pessoais

Art. 18. Os dados pessoais somente podem ser compartilhados internamente entre as Unidades Organizacionais cuja função exija acesso e tenha a finalidade ou a obrigação legal para o tratamento dessas informações.

Art. 19. O compartilhamento de dados pessoais com pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, externas ao CRCRS deve ser restrito ao mínimo necessário para a execução do tratamento a que se destina, em cumprimento às hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo único. Mesmo quando o tratamento envolver diretamente a prestação de serviços, o consentimento para este tratamento e compartilhamento deverá ter sido previamente obtido, quando cabível e sempre que possível.

Art. 20. É vedado o compartilhamento externo de dados pessoais por qualquer meio, telefônico, digital ou por escrito, não amparado em base legal.

SEÇÃO IV - Para a eliminação de dados pessoais

Art. 21. Quando atingida a sua finalidade, os dados pessoais que não precisam ser armazenados para atendimento a exigências legais deverão ser eliminados, física e digitalmente, com a comunicação dessa eliminação ao titular, nos casos não previstos na legislação arquivística vigente ou quando ocorrerem de maneira diversa ao previsto no termo de consentimento aplicável.

CAPÍTULO V - Encarregado e Prestação de Informações

Art. 22. O encarregado da Proteção de Dados Pessoais será o responsável pela comunicação entre os titulares, o CRCRS e a ANPD, conforme disposto na legislação vigente.

Art. 23. As atividades do encarregado consistem, conforme o artigo 41 da LGPD, em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas pelas normas complementares.

Art. 24. A solicitação quanto à prestação de informações sobre dados pessoais deverá ser encaminhada ao encarregado de proteção de dados pessoais do CRCRS, para que este responda ao titular dos dados.

Art. 25. As informações requeridas pelo titular deverão ser sempre evidenciadas de forma transparente, resguardando o sigilo, quando aplicável.

Art. 26. Quaisquer questionamentos surgidos acerca da proteção de dados pessoais deverão ser levados ao encarregado para que este possa orientar de imediato o operador ou buscar junto à ANPD e demais entidades especializadas uma orientação adequada ao questionamento levantado.

Art. 27. O encarregado manterá relatório de avaliação de riscos e impactos à proteção de dados pessoais, por meio do qual as medidas necessárias à segurança da informação de dados pessoais poderão ser estruturadas, implementadas e avaliadas.

Art. 28. O encarregado de proteção de dados pessoais do CRCRS estará disponível por meio de link na página do CRCRS: https://www.crcrs.org.br/lgpd/

Art. 29. Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação. Ata nº 11-2022.

MÁRCIO SCHUCH SILVEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 11ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 13, DE 8 DE OUTUBRO DE 2022

Processo ético-disciplinar nº 149/2019
Representante P.T.H.K.
ADV ELAINE FERREIRA GOMES ROCKENBACH OAB/DF 32.196
Representado M.F.R
ADV LUIZ CLAUDIO MONTEIRO DOS SANTOS OAB/DF 28.514
EMENTA: PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. REPREENSÃO E MULTA DE 1 (UMA) ANUIDADE. UNÂNIME. Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, pela repreensão e multa no valor de 1 (uma) anuidade. Unânime.

VIVIANE DE CASTRO GUSMÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 14, DE 8 DE OUTUBRO DE 2022

Processo ético-disciplinar nº 002/2021
Representado M.L F.
ADV DANIEL ROCHA SARAIVA OAB/DF 27.252
EMENTA: PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. PRONTUÁRIO. PUBLICIDADE IRREGULAR. ADVERTÊNCIA. ESTÁGIO IRREGULAR. DRF DESATUALIZADA. REPREENSÃO E MULTA NO VALOR DE 2 (DUAS) ANUIDADES. UNÂNIME. Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, pela advertência, repreensão e multa no valor de 2 (duas) anuidades.

VIVIANE DE CASTRO GUSMÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 15, DE 8 DE OUTUBRO DE 2022

Processo ético-disciplinar nº 004/2021
Representado L. S. M.
EMENTA: PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. ESTÁGIO IRREGULAR. ABSOLVIÇÃO. UNÂNIME. Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, pela absolvição. Unânime.

VIVIANE DE CASTRO GUSMÃO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº 16, DE 8 OUTUBRO DE 2022

Processo ético-disciplinar nº 005/2021
Representado I. J. O. R.
EMENTA: PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR. FALTA ÉTICA. ESTÁGIO IRREGULAR. REGULARIZAÇÃO APÓS FISCALIZAÇÃO. ADVERTÊNCIA. UNÂNIME. Vistos etc., acordam, os Conselheiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região, pela advertência. Unânime.

VIVIANE DE CASTRO GUSMÃO
Conselheira-Relatora

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 219, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 29/2022
EMENTA: SUBSTITUIR O TERMO FISIOTERAPEUTA POR EXPRESSÕES GENÉRICAS. ADVERTÊNCIA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta B.C.V. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de advertência". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 220, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 36/2022
EMENTA: COMPORTAMENTO ANTIÉTICO. USO DE MIDIAS SOCIAIS. ADVERTÊNCIA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta R.M.A. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de advertência". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 221, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 38/2022
EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE EMPRESA. PRONTUÁRIO DESATUALIZADO. MULTA DE DUAS ANUIDADES

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta G.C.S. adotado o voto da Conselheira Relatora e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de duas anuidades". Fica designado para elaboração do acórdão a Conselheira-Relatora Dra. Denise Flavio de Carvalho Botelho Lima.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

DENISE FLAVIO DE CARVALHO BOTELHO LIMA
Conselheira-Relatora designada para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 222, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 39/2022
EMENTA: EXPOR MANOBRAS DE QUIROPRAXIA DE FORMA EQUIVOCADA. MÍDIAS SOCIAIS. IMPRUDÊNCIA. IMPERÍCIA. ARQUIVAMENTO

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta F.O.M. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por unanimidade, pela procedência do arquivamento da representação". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

CLAILSON HENRIQUES DE ALMEIDA FARIAS
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 223, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 40/2022
EMENTA: AUSÊNCIA DE REGISTRO DE EMPRESA. MULTA DE UMA ANUIDADE

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta J.P.S. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de uma anuidade". Fica designada para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Rubens Guimarães Mendonça.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

RUBENS GUIMARÃES MENDONÇA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 224, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 42/2022
EMENTA: CORROBORAR COM EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. MULTA DE CINCO ANUIDADES

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta C.P.A.P. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação de multa de 5 anuidades". Fica designada para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 225, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 43/2022
EMENTA: CORROBORAR COM EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. MULTA DE DUAS ANUIDADES

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representada a profissional fisioterapeuta M.T.C.M.C. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação da penalidade de multa de duas anuidades". Fica designada para elaboração do acórdão o Conselheiro-relator Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

ACÓRDÃO Nº 226, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR Nº 44/2022
EMENTA: ENSINAR ATOS PRIVATIVOS A LEIGOS. ATOS DA FISIOTERAPIA. ADVERTÊNCIA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo ético disciplinar acima epigrafado, em que é representado o profissional fisioterapeuta F.O.M. adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento, que passa a fazer parte do presente: "ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-2, por maioria, pela procedência da representação com aplicação de advertência". Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro-Relator Dr. Leonardo Brito de Oliveira.

A sessão de julgamento teve a presença Dr. Wilen Heil e Silva (Presidente); Dr. Diego de Faria Magalhães Torres; Dra. Denise Flávio de Carvalho Botelho Lima; Dr. Carlos Roberto Pinto Pereira; Dr. João Carlos Magalhães; Dr. Clailson Henriques de Almeida Farias; Dr. Leonardo Brito de Oliveira; Dr. Rubens Guimarães Mendonça; Dr. Wagner Gomes Bezerra;

LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator designado para Acórdão

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 110/ CRMV-SC, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022

Institui o Programa de Demissão Voluntária (PDV) aos empregados do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CRMV-SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 5.517, de 23 de outubro de 1968, regulamentada pelo Decreto n.º 64.704, de 17 de junho de 1969 e com esteio no Art. 4º, alínea "r" do Regimento Interno Padrão, aprovado pela Resolução CFMV n.º 591, de 26 de junho de 1992 e Lei nº 9.468 de 10 de julho de 1997;

CONSIDERANDO que o plano de reestruturação administrativa do CRMV-SC foi apresentado, deliberado e aprovado junto a 449ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 14/09/2022;

CONSIDERANDO que a 449ª Sessão Plenária Ordinária, dentro da proposta de reestruturação administrativa, deliberou pelo encerramento das atividades das Delegacias Regionais de Criciúma, Joaçaba, Joinville, Lages e Rio do Sul;

CONSIDERANDO que a 449ª Sessão Plenária Ordinária deliberou pela criação de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) que, constitui medida adequada para o atendimento dos interesses do CRMV-SC e de seus empregados;

CONSIDERANDO que o Programa de Demissão Voluntária, reveste-se de legalidade, com sua implementação prevista no âmbito do Governo Federal por meio da Lei nº 9.468/97, e que vem sendo adotado em diversas Autarquias Federais, resolve:

Art. 1º Implantar o Programa de Demissão Voluntária (PDV) para os empregados efetivos, que tenham, até a data da adesão ao Programa, no mínimo 5 (cinco) anos de serviços prestados ao CRMV-SC, e, em especial, aos empregados lotados em postos de trabalho junto às Delegacias Regionais que terão suas atividades encerradas (Criciúma, Joaçaba, Joinville, Lages e Rio do Sul).

§ 1º O prazo para a adesão ao PDV inicia a partir da data da publicação desta Resolução no Diário Oficial da União (DOU), sendo que os pedidos de adesão poderão ser protocolados em formulário próprio e encaminhado ao setor de Recursos Humanos (SERHU/SC) até o dia 31/10/2022.

§ 2º A solicitação de adesão ao PDV, efetuada dentro do período assinalado no parágrafo anterior, será analisada pela Diretoria que, diante dos interesses do CRMV-SC, do preenchimento dos requisitos e eventual necessidade de remanejamento orçamentário, deferirá ou não, o pedido de adesão e assinalará em que prazo o desligamento poderá ocorrer.

Art. 2º Os empregados que atenderem as condições para participar do PDV e tiverem interesse em aderir ao mesmo, deverão preencher o formulário com o Termo de Adesão ao PDV (anexo I) e encaminhar ao setor de Recursos Humanos, que encaminhará ao Presidente do CRMV-SC, no protocolo interno, através do sistema SUAP.

§ 1º Caso o empregado esteja gozando de férias no período de adesão ao PDV, este não perderá o direito de aderir ao Programa exatamente nos termos propostos, desde que o formulário com o Termo de Adesão ao PDV seja preenchido pelo mesmo e entregue nas 48 (quarenta e oito) horas após o seu retorno.

Art. 3º Os empregados interessados em aderir ao PDV poderão formular consulta ao setor de Recursos Humanos solicitando a simulação de sua adesão e os valores a serem recebidos.

§ 1º Os pedidos de consulta da simulação de adesão ao PDV recebidos pelo setor de Recursos Humanos serão encaminhados ao setor Contábil para elaboração dos cálculos, que responderá no prazo de 03 (três) dias úteis. Após a resposta, os cálculos serão encaminhados pelo setor de Recursos Humanos ao solicitante.

§ 2º Para os fins de simulação, o empregado deve informar o valor que consta no seu saldo do FGTS para fins rescisórios.

Art. 4º Para fins de análise e deferimento dos pedidos de adesão, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) Informações do Setor Contábil dos valores atuais das verbas rescisórias de cada pedido.

b) Informações do setor de Recursos Humanos se o empregado está ou não enquadrado nos requisitos exigidos.

Parágrafo único - Caberá ao Presidente do CRMV-SC a decisão final relativa ao deferimento ou não do pedido de adesão ao PDV.

Art. 5º Para fins de efetivação de desligamento do empregado, será adotado o seguinte procedimento:

a) O empregado que optar pelo PDV e cuja adesão for aceita pelo CRMV-SC, o desligamento será efetivado até, no máximo, no dia 31 de janeiro de 2023, ou ainda, em data previamente solicitada pelo empregado e deferida pelo Presidente do CRMV-SC;

b) A data de desligamento será informada ao empregado pelo setor de Recursos Humanos após a deliberação do Presidente do CRMV-SC;

c) O cronograma para desligamento deverá considerar a data programada para o encerramento das atividades da Delegacia Regional a que o empregado estiver vinculado e a estrutura de cada departamento, bem como a necessidade de contratar/preparar outros empregados para assumir as funções de forma a não comprometer os trabalhos do CRMV-SC;

d) As verbas referentes ao PDV, devidas aos empregados, serão pagas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho;

e) O empregado não poderá desistir da adesão ao PDV, após ter assinado o Termo de Adesão e encaminhado ao setor de Recursos Humanos;

f) O ato de exoneração do empregado que tiver deferida sua adesão ao PDV será publicado no Diário Oficial da União, em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

Art. 6º O empregado que tiver seu pedido de adesão ao PDV aprovado, além das verbas rescisórias legais para a espécie (Programa de Demissão Voluntária), receberá um incentivo financeiro que consistirá em:

a) Indenização equivalente ao valor de 1 (um) salário por ano de serviço prestado ao CRMV-SC (salário nominal correspondente ao seu enquadramento atual na carreira, sem benefícios e gratificações). Caso o empregado esteja gozando de férias, será considerado o último salário anterior as férias;

b) Indenização equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total dos depósitos do FGTS realizados pelo CRMV-SC, durante todo vínculo laboral, na data do pagamento do respectivo incentivo;

c) Indenização de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

d) Indenização adicional equivalente ao valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), ao empregado que aderir ao PDV no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação desta Resolução;

e) Indenização correspondente a 12 (doze) meses do valor pago ao Plano de Saúde UNIMED (valor pago pelo empregado mais o valor pago pelo CRMV-SC), aos empregados que aderiram ao plano oferecido pelo CRMV-SC, tendo como referência o tipo de plano utilizado no mês de setembro de 2022.

§ 1º Os valores a serem pagos a título de indenização e bonificação, serão depositados diretamente na conta bancária do empregado requerente (conta salário), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação do ato de exoneração.

§ 2º No cálculo da indenização estabelecida na alínea "a", serão calculados também os meses proporcionais ao período de admissão e do encerramento do contrato de trabalho.

§ 3º A indenização prevista na alínea "e" será calculada sobre os valores pagos ao plano de saúde, incluindo os dependentes.

Art. 7º Os participantes do PDV receberão, conforme a legislação vigente, as seguintes verbas trabalhistas:

a) Saldo de salário do cargo atual e horas extras, se houver, até a data do desligamento;

b) Férias vencidas e proporcionais com o adicional constitucional de 1/3 (um terço); e

c) 13º salário proporcional.

§ 1º Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados aos empregados, a título de incentivo à adesão ao PDV.

§ 2º O CRMV-SC dispensa o empregado do cumprimento do aviso prévio, uma vez que o mesmo será indenizado.

§ 3º Em razão da adesão ao Programa de Demissão Voluntária, o empregado não fará jus ao seguro desemprego, salvo venha a legislação assim autorizar.

Art. 8º Não poderão participar do Programa de Demissão Voluntária o empregado que:

a) Estejam em período de experiência;

b) Tenham requerido aposentadoria;

c) Tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado, que importe na perda do cargo;

d) Tiver ação judicial, individual ou coletiva, tramitando contra o CRMV-SC ou que tenha tramitado nos últimos 05 (cinco) anos;

e) Figurar como réu em demanda judicial promovida pelo CRMV-SC nos últimos 05 (cinco) anos;

f) O empregado que esteja respondendo a processo administrativo ou procedimento penal, com as exceções previstas no § primeiro abaixo;

g) Os ocupantes de cargo em comissão;

h) Tiver sido demitido pelo CRMV-SC, com justa ou sem justa causa, nos últimos 10 (dez) anos; e

i) Tiver pedido demissão em data anterior à edição da presente Resolução ou vier a pedir após a data de vigência do Programa de Demissão Voluntária.

§ 1º O deferimento definitivo da inclusão no PDV do empregado que esteja respondendo a processo administrativo ou procedimento penal dependerá da conclusão do referido processo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de encerramento do prazo de adesão, com decisão pelo não cabimento da pena de dispensa, valendo para fins de adesão ao Programa, a data constante do protocolo do seu pedido.

§ 2º O empregado que estiver em licença por acidente de trabalho, encontrar-se em licença previdenciária ou estiver na condição de gestante ou em licença maternidade e manifestar interesse em aderir ao PDV, poderá fazê-lo entrando em contato com o CRMV-SC através do setor de Recursos Humanos e solicitar formalmente a sua intenção de adesão ao PDV, nos prazos contidos no edital e preenchendo o seu pedido na forma do Anexo II.

§ 3º Sendo aceito o pedido de adesão do empregado que se encontra em uma das condições do parágrafo anterior, o prosseguimento das disposições relativas ao PDV será concluído no prazo de até 30 (trinta) dias após o retorno de suas atividades normais junto ao CRMV-SC.

Art. 9º Ao aderir voluntariamente ao PDV o empregado renuncia ao direito de reclamar posteriormente na justiça eventuais benefícios trabalhistas não pagos durante o contrato de trabalho.

Art. 10º O empregado que se encontra em licença sem remuneração a pedido, poderá requerer a sua adesão ao PDV sem a necessidade de encerramento da licença, devendo protocolar o pedido em formulário próprio e encaminhar ao setor de Recursos Humanos, dentro dos prazos estabelecidos neste edital.

Parágrafo único. Caso seja aprovada a adesão ao PDV, o empregado em licença deverá retornar às atividades no mínimo dois dias antes da data prevista para seu desligamento.

Art. 11º Terão preferência na aprovação da adesão ao PDV os empregados que estão lotados em Delegacias Regionais cujas atividades serão encerradas pela Reestruturação Administrativa aprovada na 449ª Sessão Plenária Ordinária do CRMV-SC.

Art. 12º O limite máximo para a adesão ao PDV instituído por essa Resolução será determinado e limitado pela dotação orçamentária apresentada pelo setor Contábil/Financeiro.

Art. 13º A rescisão será homologada no órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 14º A Administração, no estrito interesse do serviço público, reserva-se o direito de não aceitar pedidos de adesão ao PDV.

Art. 15º Não serão conhecidos os pedidos em desacordo com o disposto neste edital, não sendo admitido recurso em nível administrativo.

Art. 16º Ficam extintos os cargos que vagarem em decorrência do desligamento de seus ocupantes, nos termos desta Resolução.

Art. 17º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCOS VINÍCIUS DE OLIVEIRA NEVES
Presidente do Conselho

THALYTA MARCILIO
Secretária-Geral

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV) DO CRMV-SC

Nome Completo
Função, Nível Salarial
À Presidência,

Por minha livre e espontânea vontade, venho manifestar minha adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído pelo CRMV/SC. Afirmo ter pleno conhecimento de todas as normas e condições expressas no presente programa. Declaro estar ciente e concordo com o direito reservado ao CRMV/SC de rejeitar minha adesão ao PDV, tendo em vista que caberá exclusivamente ao mesmo o deferimento ou não da minha adesão ao Programa, declarando, ainda, que não tenho reclamatória trabalhista contra o CRMV/SC.

Declaro que não me encontro em nenhuma das condições impeditivas previstas no Art. 8° do referido Programa de Demissão Voluntária.

Declaro, por fim, estar ciente que, uma vez aceita minha adesão ao PDV, esta será irretratável e irrevogável.

Florianópolis/Santa Catarina, ____ de _____ de 2022.
Nome/Assinatura
Matrícula
Recebimento em _____/_____/_____
Por _____

ANEXO II

TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV) DO CRMV-SC

Nome Completo
Função, Nível Salarial
À Presidência,

Por minha livre e espontânea vontade, venho manifestar minha adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV), instituído pelo CRMV/SC. Afirmo ter pleno conhecimento de todas as normas e condições expressas no presente programa. Declaro estar ciente e concordo com o direito reservado ao CRMV/SC de rejeitar minha adesão ao PDV, tendo em vista que caberá exclusivamente ao mesmo o deferimento ou não da minha adesão ao Programa, declarando, ainda, que não tenho reclamatória trabalhista contra o CRMV/SC.

Declaro, por fim, estar ciente que, uma vez aceita minha adesão ao PDV, esta será irretratável e irrevogável.

Florianópolis/Santa Catarina, ____ de _____ de 2022.
Nome/Assinatura
Matrícula
Recebimento em _____/_____/_____
Por _____

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃO

Processo Ético nº 77/2020 - Indiciados: CD Carlos Alberto Constantin - MG-CD-21.357; APD Danilo Martins Almeida Mello - MG-APD-524 e APD Francisco Edgar Almeida Mello - MG-APD-348. Assunto: Uso de Denominação de Pessoa Jurídica Sem Inscrição no CRO-MG; Laboratório Não Inscrito e Publicidade Irregular. Acórdão nº 133/2022. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 05 (CINCO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado pelo CRO-MG em 19/05/2022.

RAPHAEL CASTRO MOTA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SANTA CATARINA

ACORDÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO N°55/2019

Os membros que compõem o Plenário do CRO/SC, em sessão de julgamento do Processo ético de n.º 55/2019, decidiram, por unanimidade de votos, a condenação da EPAO ODONTOSAN PINHALZINHO, CRO/SC 1915, por infração aos artigos 5, inciso II, art. 9, incisos XII, XIII, art. 32, inciso III, art. 43, art. 44, incisos I, II, VII, XIV, art. 45 e art. 53, inciso VII, todos do Código de Ética Odontológica, aplicando-lhe a pena de "CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL" c/c pena pecuniária de 05 (cinco) vezes o valor da anuidade de cirurgião-dentista, tudo em consonância com o que prevê o artigo 51, inciso III e art. 57 do Código de Ética Odontológica.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

ACORDÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO N°80/2021

Os membros que compõem o Plenário do CRO/SC, em sessão de julgamento do Processo ético de n.º 80/2021, decidiram, por unanimidade de votos, a condenação do CD CAIO VINICIUS MARTINS DO VALE, CRO/SC 10193, por infração aos artigos 9, incisos III, V, VII, VIII, XII, XIII, XIV, art. 11, V, XIV, art. 44, I, II, art. 53, II, V, X, XI, do Código de Ética Odontológica, Resolução CFO 230/2021, art. 1º, "d" e Resolução CFO 237/2021, art. 2º, aplicando-lhe a pena de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS, C/C PENA PECUNIÁRIA DE 10 (DEZ) VEZES O VALOR DA ANUIDADE DE CIRURGIÃO-DENTISTA, em desfavor do profissional, tudo em consonância com que prevê o artigo 51, inciso IV e artigo 57 do Código de Ética Odontológica. Considerando que a pena de suspensão já foi cumprida em procedimento cautelar nos termos da Resolução do CFO 237/2021, deve-se apenas realizar os atos de publicação da penalidade imposta.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO N°124/2018

Os membros que compõem o Plenário do CRO/SC, em sessão de julgamento do Processo ético de n.º 124/2018, decidiram, por unanimidade de votos, a condenação da EPAO ODONTO EXCELLENCE, CRO/SC 2198, sob responsabilidade técnica do CD GUILHERME PAVÃO DALCIN, CRO/SC 13954, por infração aos artigos 1, art. 8, art. 9, incisos III, V, XIII, art. 32, inciso XII, art. 33, §1º e art. 44, incisos I, VII, XIV, art. 53, inciso VII, do Código de Ética Odontológica, aplicando-lhes a pena de "CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL" c/c pena pecuniária de 05 (cinco) vezes o valor da anuidade de cirurgião-dentista, para a empresa e para o responsável técnico, tudo em consonância com o que prevê o artigo 51, inciso III e art. 57 do Código de Ética Odontológica.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO N° 164/2018

Os membros que compõem o Plenário do CRO/SC, em sessão de julgamento do Processo ético de n.º 164/2018, decidiram, por unanimidade de votos, a condenação da CD GRAZIELE SIMON, CRO/SC 7272, por infração aos artigos 8, art. 9, incisos III, V, XIII, art. 32, inciso VIII, art. 44, incisos I, VII, X, XII, todos do Código de Ética Odontológica, aplicando-lhe a pena de "CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL" c/c pena pecuniária de 10 (dez) vezes o valor da anuidade de cirurgião-dentista, em desfavor da profissional, tudo em consonância com o que prevê o artigo 51, inciso III e art. 57 do Código de Ética Odontológica.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2022

PROCESSO ÉTICO N° 170/2018

Os membros que compõem o Plenário do CRO/SC, em sessão de julgamento do Processo ético de n.º 170/2018, decidiram, por unanimidade de votos, a condenação do CD MARCIO SILVERIO DOS SANTOS, CRO/SC 13795, por infração aos artigos 8, art. 9, incisos III, V, VII, X, art. 11, VIII, XII, art. 18, I e art. 32, IV e VII, todos do Código de Ética Odontológica, aplicando-lhe a pena de "CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL" c/c pena pecuniária de 10 (dez) vezes o valor da anuidade de cirurgião-dentista, em desfavor do profissional, tudo em consonância com o que prevê o artigo 51, inciso III e art. 57 do Código de Ética Odontológica.

SANDRA REGINA PEREIRA SILVESTRE
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP-02 Nº 2, DE 19 DE JULHO DE 2022

Institui e regulamenta a unidade do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) no âmbito do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco.

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - CRP-02, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, em seu preâmbulo e artigo 6º, que versa sobre a responsabilidade do Estado em assegurar o exercício dos direitos sociais por meio das políticas públicas;

CONSIDERANDO a inserção das(os) psicólogas(os) nas políticas públicas e a necessidade de construir referências para esse campo de atuação.

CONSIDERANDO a tarefa precípua do Sistema Conselhos de Psicologia de regulamentar e orientar o exercício profissional da(o) psicóloga(o), conforme o artigo 6º, alínea b, da Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO a deliberação do V Congresso Nacional de Psicologia (CNP), em 2004, para criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop);

CONSIDERANDO a consolidação, a relevância e o reconhecimento do Crepop no mapeamento da prática profissional, na elaboração de Referências Técnicas e na ampliação, consolidação e qualificação da presença das(os) psicólogas(os) nas políticas públicas;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 014/2022, que institui e regulamenta o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e a Rede Crepop;

CONSIDERANDO o Art. 9º, XI, do Regimento Interno do CRP-02, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução CFP nº 16/2010, resolve:

Art. 1º Fica instituída a unidade do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) no Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região - Pernambuco (CRP-02) como setor permanente do Regional, de caráter operacional, estratégico e investigativo em Psicologia no contexto das Políticas Públicas.

Art. 2º O Crepop do CRP-02 integra a Rede Crepop, juntamente com a Coordenação Nacional, no âmbito do CFP, e outras unidades regionais, no âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP).

Parágrafo Único. A Rede Crepop é um espaço de articulação e operacionalização das ações do Crepop, com suas diretrizes de atuação estabelecidas no Capítulo 1 da Resolução CFP nº 014/2022.

Art. 3º O Crepop é um projeto nacional de caráter operacional, estratégico e investigativo sobre a Psicologia no contexto das políticas públicas, com fins de produção de referências técnicas para a atuação profissional da Psicologia.

§1º As Referências Técnicas são documentos produzidos pelo Crepop, que apresentam orientações técnicas, éticas e políticas para o desenvolvimento de uma prática psicológica qualificada nas políticas públicas e demais espaços que tenham ações conjuntas na execução intersetorial na garantia de direitos, incluindo o Segundo e Terceiro Setor que tenham relação com o Primeiro Setor.

§2º O Crepop dispõe de metodologia própria, continuamente discutida e atualizada por sua Rede, que enfatiza o diálogo com a categoria profissional e a construção democrática das referências técnicas.

Art. 4º O Crepop do CRP-02 tem em sua composição mínima uma(um) conselheira(o) de referência do Regional e uma(um) psicóloga(o) de referência técnica em Psicologia, podendo ser composta por estagiários(as) e colaboradoras(es), de acordo com as avaliações das necessidades e condições do CRP-02.

Parágrafo único. A(O) conselheira(o) de referência do Crepop do CRP-02 deverá intermediar o diálogo com o Plenário, buscando fortalecer as ações do Crepop e participar da construção do plano de trabalho e de reuniões periódicas com a equipe para o planejamento e a avaliação das atividades desenvolvidas.

Art. 5º A carga horária de trabalho da(o) psicóloga(o) de referência técnica em Psicologia é de, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais.

Art. 6º São atribuições e responsabilidades do Crepop do CRP-02:

I - Elaborar, anualmente, o plano de trabalho regional em consonância com o planejamento pactuado pela Rede Crepop, considerando as deliberações do Congresso Regional da Psicologia (Corep), as decisões do Plenário do Regional e as características e necessidades locais;

II - Mapear, documentar e referenciar a prática de psicólogas(os) em políticas públicas;

III - Realizar investigações locais, no âmbito das políticas públicas, para subsidiar a construção de documentos de referência técnica conforme calendário nacional de pesquisa e metodologia definida;

IV - Sistematizar os dados regionais em relatório a ser enviado à Coordenação Nacional conforme calendário nacional;

V - Elaborar e desenvolver projetos locais a partir das especificidades regionais;

VI - Participar das comissões de elaboração e atualização de referências técnicas;

VII - Realizar pesquisas estaduais, com os seguintes objetivos: produzir referências à atuação em diferentes áreas no campo das políticas públicas; apresentar os dados regionais e nacionais de pesquisa à categoria; organizar lançamentos de referências técnicas; e supervisionar as(os) estagiárias(os) do CREPOP, caso o CRP disponha delas(es);

VIII - Realizar consultas públicas de referências técnicas, divulgando-o e articulando as redes locais e as Comissões de Orientação Temática e afins para a produção de contribuições à versão preliminar das consultas públicas;

IX - Divulgar as referências técnicas e os dados estaduais e promover o diálogo com a categoria, instituições de formação, rede de serviços, políticas públicas, sociedade, inclusive por meio de apresentação de trabalhos em eventos científicos;

X - Conduzir pesquisas em políticas públicas em âmbito regional, considerando as demandas locais e as especificidades regionais;

XI - Elaborar a publicação de notas técnicas, minutas, relatórios de pesquisas e demais documentos relativos às políticas públicas;

XII - Fomentar e acompanhar a participação em espaços de controle social; e

XIII - Atualizar as informações locais a respeito da atuação das psicólogas e dos psicólogos nas políticas públicas, em parceria com Comissões e demais setores do CRP.

XIV - Atuar em parceria com as Comissões de Orientação Temática para a realização de ações relacionadas às políticas públicas, nos termos estabelecidos no Art. 19 da Resolução CFP nº 014/2022;

XV - Auxiliar a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) no atendimento de demandas relacionadas à atuação profissional nas políticas públicas.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALDA ROBERTA LEMOS CAMPOS BOULITREAU

